LUCAS PORTO

NA VIDA, A TRABALHO

Mobilidade social, escrita de si e marcadores de diferenças na trajetória de Antônio Arantes (Salvador/BA — 1930-2009)

EDUFBA

Na vida, a trabalho: mobilidade social, escrita de si e marcadores de diferenças na trajetória de Antônio Arantes (Salvador/BA — 1930-2009)

Lucas Porto

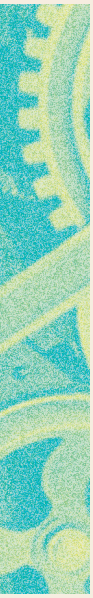
SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PORTO, L. *Na vida, a trabalho*: mobilidade social, escrita de si e marcadores de diferenças na trajetória de Antônio Arantes (Salvador/BA — 1930-2009) [online]. Salvador: EDUFBA, 2025. p.489. ISBN: 978-65-5630-950-7. https://doi.org/10.7476/9786556309507.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.



Eternizada por Chaplin em *Tempos modernos*, a famigerada cena de um trabalhador oprimido e espremido pelas engrenagens de uma fábrica não serve para ilustrar a inserção do protagonista deste livro nos mundos do trabalho de Salvador – embora ele tenha transitado, sem tanta folga, por muitas delas.

Antônio Arantes nasceu e se criou entre a fábrica Boa Viagem e sua vila operária, percorrendo diariamente seus corredores e hierarquias: entre vizinhos, colegas e patrões, tomou ou concedeu bênçãos; transigiu com incômodos menores, conquistou direitos ou benefícios, evitou os contratempos que pôde; acatou ou negociou ordens, muitas vezes como o porta-voz delas; e, sobretudo, trabalhou bastante, desfrutando, sempre que podia, do mar verde-turquesa que tinha à vista.

Quando deixou a Boa Viagem, dando largos passos rumo à mobilidade social ascendente que construía, ele já estava forjado pelas mesmas engrenagens que ajudou a manter funcionando, sem confrontá-las e sem ser mecanizado ou quebrado por elas – Arantes não era duro, mas macio.

A despeito de todas as adversidades que enfrentou (de classe, cor, escolaridade, origem social etc.), ou mesmo em resposta a elas, desde jovem, bem antes de galgar promoções valiosas, ele já se apresentava orgulhosamente como um homem do trabalho – e assim o fez até o fim da vida.

Este livro, alinhado a uma História Social *fontesoniana*, mostra, através de vasta pesquisa, como a trajetória de um trabalhador comum é multifacetada e complexa. E se Hobsbawm, em seu clássico *Mundos do trabalho*, apostou que o tempo das "baleias azuis acadêmicas" tinha ficado para trás, estas extensas páginas – para o bem ou para o mal – mostram o contrário: o protagonista merece toda atenção e, se alguém duvidar e apostar, perde!

NA VIDA, A TRABALHO

Mobilidade social, escrita de si e marcadores de diferenças na trajetória de Antônio Arantes (Salvador/BA — 1930-2009)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor
Paulo Cesar Miguez de Oliveira

Vice-reitor
Penildon Silva Filho

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora
Susane Santos Barros

Conselho Editorial

Titulares
Angelo Szaniecki Perret Serpa
Caiuby Alves da Costa
Cleise Furtado Mendes
George Mascarenhas de Oliveira
Mônica de Oliveira Nunes de Torrenté
Mônica Neves Aguiar da Silva

Suplentes
José Amarante Santos Sobrinho
Lorene Pinto
Lúcia Matos
Lynn Alves
Paola Berenstein Jacques
Rafael Moreira Siqueira

fapesb
Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado da Bahia

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Lucas Porto

NA VIDA, A TRABALHO

Mobilidade social, escrita de si e marcadores de diferenças na trajetória de Antônio Arantes (Salvador/BA — 1930-2009)

Salvador
Edufba
2025

2025, Lucas Porto.
Direitos para esta edição cedidos à Edufba.

Feito o Depósito Legal.
Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

Coordenação editorial
Cristovão Mascarenhas

Coordenação gráfica
Edson Nascimento Sales

Coordenação de produção
Gabriela Nascimento

Assistente editorial
Bianca Rodrigues de Oliveira

Projeto gráfico
Rafa Moo

Capa
Hori Leal (Studio Agá)
Rafa Moo

Revisão
Aline Silva Santos

Normalização
Equipe Edufba

Sistema Universitário de Bibliotecas – UFBA

Porto, Lucas.
Na vida, a trabalho : mobilidade social, escrita de si e marcadores de diferenças na trajetória de Antônio Arantes (Salvador/BA — 1930-2009) / Lucas Porto. – Salvador : EDUFBA, 2025.
489 p.

ISBN: 978-65-5630-820-3

1. Mobilidade social. 2. Escritos de trabalhadores brasileiros. 3. Trabalho – Condições sociais. 4. Trabalhadores – Biografia. 5. Classes sociais – Salvador (BA). I. Título.

CDD 305.5

Elaborada por Selma Matos | CRB-5: BA-1001

Editora afiliada à

ASOCIACION DE EDITORIALES UNIVERSITARIAS DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n
Campus de Ondina, 40170-115 – Salvador, Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164 | edufba@ufba.br | edufba.ufba.br

Pra Têco, que merece tanto mais.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não teria começado se não fosse a cooperação competente de Urano Andrade no desafiador retorno aos arquivos baianos e não chegaria a um fim – por pouco não chegou! – sem a confiança da família de Antônio Arantes, o protagonista destas páginas. Seus três filhos, Laurinha, Valter Rui e Liana, e seus netos, Ana Karina, Camila, Matheus, abriram todas as portas que estavam a seu alcance para que esta pesquisa fosse adiante – sem nunca demonstrar qualquer restrição ou mesmo preocupação com os argumentos da pesquisa. Além do acesso a seu vasto acervo pessoal, eles gravaram entrevistas, intermediaram contatos e autorizaram, quando necessário, o acesso a outros acervos particulares que guardavam registros da sua história. A credibilidade que eles me dispensaram, ciosos – e eu diria até seguros – pela trajetória de Arantes, só não foi maior que o zelo que eles têm com sua própria história. É por causa deles que as páginas deste livro pulsam vida – as lentes e pincéis dos amigos Ade Zeus e Hori, do @studioagá, também deram mais cor e vida ao livro.

Seria redundante reproduzir aqui a lista com dezenas de nomes de pessoas que emprestaram seu tempo dando entrevistas ou indicando pessoas e caminhos através de conversas sempre agradáveis e estimulantes: agradeço a todas imensamente e minha dívida com elas é definitivamente impagável. Mas algumas pessoas não falaram aos microfones dessa pesquisa, mas foram importantes para o estabelecimento de contatos valiosos e para garantir o acesso a fontes: Maria Paula dos Santos Silva, Eduardo Ferreira, Diana Costa,

Ana Paula Meireles, Diógenes Almeida Gama Neto, João Paulo Portela, Ivan Carlos Batista de Souza, José Arivaldo Ferreira Soares, Fernando Lima, Elane Coutinho, Lucas Maia, Ademir Manzato, Lincoln Bittencourt.

Durante uma boa parte do doutorado, meu trabalho contou com o financiamento vital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que disponibilizou recursos para a realização de pesquisas no Brasil e fora dele: portanto, tal qual ela orienta, agradeço à Fapesp pelo suporte financeiro para a realização do doutorado (processos nº 2017/01705-9 e 2019/16210-0). O Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp também me patrocinou com recursos humanos e materiais preciosos, que se somaram à atenção de Daniel Hatamoto. Mas, como é praxe, investimentos próprios foram largamente consumidos nessa longa empreitada, compensados, enfim, com o auxílio indispensável da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) que permitiu esta publicação. E todo mundo da Edufba, que fez de tudo *pra* garantir e aperfeiçoar o livro, inclusive me aguentar: se em raros momentos demonstrei pensar o contrário, foi por culpa da maldita ABNT, juro!

Com muita boa vontade e atenção, alguns professores e colegas que responderam a *e-mails*, emprestaram livros e indicaram referências ou fontes: Wilton Silva (Unesp), Benito Schmidt (UFRGS), Márcia Gonçalves (UERJ), Aldrin Castelucci (UNEB), Érica Mendes (UFBA), Alex Ivo (IFBA), Antônio Sérgio Guimarães (USP), Antônio Marcos Chaves (UFBA), Matheus Gato (Unicamp), Daniel Rebouças (UFBA), Milton Moura (UFBA), Pedro Campos (UFFRJ), além de Wlamyra Albuquerque e Iacy Maia, ambas da UFBA. João Reis segue ensinando, inspirando e abrindo caminhos: não é exagero dizer que historiadores da minha geração e de muitas outras, sobretudo na Bahia, mas longe dela também, por devoção ao nosso ofício, cultuamos Deus ou Oxalá no céu e João só um pouquinho acima.

Durante todos os caminhos que percorri, eu estive ombreado muitas vezes – ainda assim menos do que eu gostaria – por gente muito querida, leitores cúmplices e ouvidos amigos, que tiveram alguns de seus argumentos pilhados e muitos de seus conselhos ignorados: Alisson, Elci, Murilo Leal, Alê Belo, David, Fabi Junqueira, Elói, Rober, todos companheiríssimos dos mundos do trabalho e do descanso[1]. Uma parcela importante da coragem que embalou o livro foi adquirida com NaUber ao volante, e ele sabe que, além do trocadilho besta, lhe faço a melhor justiça amiga. Jonas e Alan odeiam fofoca, por isso são uma turma boníssima. Troquei ideias com uma dupla querida de Felipes, Ribeiro e Alvarenga, em congressos, mas sobretudo em bares e praias, assim

[1] Galu Fraccaro também.

como Miller, que topou que as trilhas entrassem em nosso roteiro de pesquisa. Rafa é o amigo da História que mais fez falta nessa jornada: os planos futuros haverão de compensar o doutorado que não fizemos juntos. E Anderson não fez falta nenhuma, principalmente depois de escangalhar minha bicicleta numa queda que eu não pude assistir.

Lula contribuiu como nunca para a confeitaria que acompanha todo o texto do livro e Taise continua me dando mais que conforto e motivos para rir: compartilhar a amizade de Evinho é um presente que nós dois usufruímos. A longa e estável relação com os amigos *Sacanagi* me permite não citá-los nominalmente porque a prudência recomenda não dar vazão a incômodos circunstanciais motivados pela política nacional, que me fariam esquecer de um ou outro nome: nossa convivência nas últimas décadas é uma aprendizagem diária do trato com as divergências e nenhuma delas reduz a cumplicidade e o carinho que nos mantêm tão próximos – óbvio, se consumida aos litros e bem gelada, a cerveja sempre haverá de ajudar. O acesso a uma parcela substancialíssima das fontes que sustentam este livro se deve às redes costuradas por esses meus amigos, que quando não abrem portas, não se constrangem em arrombá-las – e não foram poucas. Já Nanda chegou no fim, mas com ânimo e dedicação *pra* preencher as próximas páginas.

Os agradecimentos a Gino são os mesmos de sempre, ele sabe, e ainda são insuficientes, sei eu. Todos os esforços de John French para que meus planos de intercâmbio na Duke University se consolidassem pareciam enormes, mas se mostraram irrisórios diante da soma de atenção que eu recebi depois de aterrissar por lá: foi o olhar de John que me alertou para muito daquilo que as fontes mostravam e que eu tentava transformar em textos que ele leu, releu e comentou com interesse – e, o melhor, num português perfeito que permitia a fluidez de nossas longas conversas. Em Durham, Gray e Travis foram interlocutores atentos e profissionais, e o amigo Lindon, além dos ouvidos dispostos a entender um inglês claudicante, compartilhou mais que suas pizzas e garrafas de vinho bem escolhidas, que eu devorei como se fossem minhas: uma boa parte do livro foi escrita no seu escritório, numa cadeira de dar inveja a *youtubers* profissionais.

Em diferentes etapas de sua maturação, partes deste livro foram debatidas em reuniões do GT Mundos do Trabalho, do Departamento de História da Duke University e do grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade da UFBA, se beneficiando dos comentários de colegas e professores. Mas foi na Unicamp, à sombra quente e fértil do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, uma casa onde acolhimento não resulta em conforto, que os argumentos do livro floresceram. O trabalho coletivo que se desenvolve no Cecult,

império da crítica, pavimentou os caminhos percorridos por minha pesquisa e o diálogo frequente com Cláudio Batalha, Silvia Lara, Robert Slenes, Lucilene Reginaldo e Ricardo Pirola foi indispensável para este trabalho. Guardiã de sua entrada, Flávia Peral também me prestou socorros qualificados e serenos.

Fernando Teixeira da Silva foi um orientador titã, mas por causa de seu coração de historiador eu que tive que dar nó em paralela e almoçar rolimã. Foi Fernando que em 2012 plantou, sem que ele ou eu soubéssemos, a semente que germina aqui, durante o curso "Trajetórias individuais: escala, interação social e biografia", oferecido na pós-graduação da Unicamp. A atenção docente e amiga que Fernando me dedicou durante o doutorado se revela em todos os parágrafos seguintes – por incapacidade ou teimosia, pressa ou preguiça, o que permanece de ruim é culpa minha. Por causa dele este livro que tem epígrafe, merecia mesmo era um epitáfio: "Sob estas páginas, jazz um doutorando que fez de tudo *pra* obedecer ao orientador".

E cada parágrafo de futuro que o livro projeta é *pra* Têco também, que tem algumas afinidades com Arantes, como a de ter nascido em um 12 de fevereiro e o (mal) gosto pelo Vitória, mas que já tinha lugar na minha vida e no meu coração há bem mais tempo. O livro é *pra* você, Tequito!

“Um trabalhador precisaria ganhar o suficiente para usar um terno bonito, para ele ter um carro, para ele ter uma televisão a cores, para ele ter, enfim, aquilo que ele produz”.

Lula, 1978.

SUMÁRIO

15 **PREFÁCIO**
Fernando Teixeira da Silva

19 **INTRODUÇÃO**

PARTE I
37 **"PRA NÃO SE METER EM BOLO"**
um aprendizado

PARTE II
75 **UM PERFIL EM CONSTRUÇÃO**
dos rolos da fiação ao colarinho-branco (1946-1969)

PARTE III
239 **UM TRABALHADOR EM ASCENSÃO**
das redes tecidas na Boa Viagem aos alicerces da construção civil (1969-1986)

PARTE IV
365 **TRABALHAR AINDA ERA PRECISO (1986-1995)**

457 **EPÍLOGO**
Deu no *A Tarde!*

477 **ARQUIVOS E FONTES**

481 **REFERÊNCIAS**

PREFÁCIO

Biografias históricas sobre "pessoas comuns" já não são raras e algumas alcançam até mesmo o *status* do que poderíamos chamar, forçando um pouco a mão, de *best-sellers* acadêmicos. A história social do trabalho, mais especificamente, tem sido fecunda em examinar trajetórias de trabalhadores que nem sempre tiveram destacada projeção pública no tempo em que viveram. Este livro se debruça sobre a vida de *um* trabalhador anônimo, e neste sentido não é único nem pioneiro. No entanto, é sobre alguém que escreveu uma autobiografia, algo que, sem dúvida, diferencia o personagem e seu biógrafo. Mesmo que jamais publicada, é um feito raro para um assalariado, filho de tecelã, morador de vila operária, pardo que começou sua carreira profissional como servente de fiação na adolescência e por muitos anos foi *office boy* de uma grande indústria têxtil de Salvador, aliás a mesma em que sua mãe trabalhara. Nossa surpresa aumenta quando lemos seu manuscrito redigido com caligrafia firme e bem desenhada, façanha que o enchia de orgulho. A prosa revela domínio do vernáculo, ainda que as canetadas aqui e ali de sua sobrinha doutora em Letras denuncie deslizes gramaticais. Se nada disso é exatamente inusitado, tampouco é representativo de um grupo social, se com isso queremos nos referir a padrões definidos por alguma constância estatística.

O protagonista destas páginas foge também ao perfil dos biografados em dicionários do movimento operário. Ele não deixou registro de sindicalização, participação em mobilizações coletivas contestatórias, filiação a partidos e organizações de esquerda ou qualquer outra orientação ideológica, envolvimento

em disputas eleitorais, simpatias políticas. Até onde nos é dado saber, sequer abriu reclamação em alguma repartição do Ministério do Trabalho ou vara trabalhista para resgatar eventuais direitos lesados, se é que algum dia ele considerou a possibilidade de exercer tal direito. Também não há registro de que tivesse sofrido perseguição patronal, policial ou política. Como tantos outros, seguramente a maioria dos trabalhadores, o personagem não é incomum. Contudo, o personagem, diferente de muitos de seus familiares, amigos, vizinhos e colegas de trabalho, deixou a condição operária e ingressou nas fileiras da classe média. Na fábrica em que trabalhou sua mãe e depois ele nos anos 1940 e 1960, tornou-se funcionário de escritório e, no decênio seguinte, galgou cargo de confiança, auferindo salários polpudos. Desertou do tradicional ramo têxtil, quando a empregadora naufragava, para ingressar no afluente setor da construção civil nas décadas de 1970 e 1980, quando chegou a gerir pessoas, como se diz hoje no indigesto idioma corporativo. Ali, sempre na faina dos escritórios, consolidou um padrão de vida que garantiu conforto e um futuro sem sobressaltos a ele e sua família. Não herdou bens, mas legou aos filhos dois apartamentos. No fim de sua existência longeva, quase toda vivida em Salvador, podia bancar com seus próprios recursos a casa de repouso, que se costumava chamar de asilo, onde escreveu *Memórias de um idoso no século XXI*.

O personagem tem nome e sobrenome: Antônio Arantes (1930-2009), natural de Salvador. Ao finalizar a leitura das mais de 400 páginas do livro magistralmente escrito por Lucas Porto, ficamos tentados a enquadrar Arantes na categoria de "excepcional normal", na fórmula sugestiva e desafiadora do historiador italiano Edoardo Grendi. Mas, ao fim e ao cabo, Arantes não me pareceu nem excepcional nem normal, tampouco "excepcional normal", oximoro que mais confunde que esclarece. Esta história documentada com fartura nos coloca diante de um trabalhador que, certamente, passou por um processo de ascensão social que a grande maioria da classe trabalhadora não pôde experimentar nem de longe. Mas não se trata também de percurso extraordinário ou atípico, mesmo para quem dominava a escrita e a tinha como o segredo de seu sucesso. Foi por meio dela, aliás, que ele procurou se monumentalizar. O pulo do gato de Lucas Porto está em entender como foi possível a mobilidade social alcançada por Arantes. A chave da compreensão de sua trajetória ascensional está no cruzamento deste nome com outros nomes e sobrenomes, com a vantagem da escrita que este assalariado deixou de si.

Porto está atento aos riscos da "ilusão biográfica" acautelados por Bourdieu. Escritas de si, sejam memórias ou autobiografias, tendem a oferecer de um indivíduo uma imagem de unidade e totalidade coerentes que se formam de maneira linear, teleológica e segundo um princípio organizador. Mas o autor

está igualmente em alerta para outro perigo: o medo de ser iludido por quem se ilude pode levar ao abandono de rigorosos empreendimentos analíticos de documentos autobiográficos. Porto buscou compreender justamente o princípio que Arantes escolheu para organizar e dar coerência a sua vida: o trabalho. Por levar a sério as escolhas do biografado para fazer de si um todo coeso e harmonioso, *Na vida, a trabalho*, título que diz muito sobre as intenções do autor, analisa a trajetória daquele trabalhador no entroncamento com experiências sociais diversas, mas sobretudo de pessoas que atravessaram a vida dele em diferentes momentos e circunstâncias.

Outro salto felino de Lucas Porto está em perscrutar os silêncios de Arantes, que foram muitos. Tal como nos ensinam os historiadores da fotografia que estudam retratos pessoais, tão importante quanto se fixar no que está enquadrado é tentar descobrir o que está fora do enquadramento, aquilo que foi excluído, que não se dá a ver[2]. Porto é um exumador de silêncios. Não vê os pontos cegos da autobiografia de Antônio Arantes como negligência, ausência, falha e deformação ideológica ou da memória, mas como parte do relato, operação seletiva, produto histórico construído e socialmente compartilhado. O protagonista falou muito de sua origem pobre e operária, em parte para se manter fiel ao seu passado, mas também para fazer de si uma história de superação. Entretanto, nada disse sobre a cor de sua pele, jamais se definiu em termos raciais ou atribuiu as dificuldades que enfrentou a estigmas relacionados ao fenótipo dele e de seus antepassados. Lucas Porto assunta obstinadamente esse silêncio, que diz muito sobre Arantes. Como outros o viram e o classificaram em diferentes momentos de sua vida? De que maneira ele contornou preconceitos raciais, sem nunca enfrentá-los diretamente? E mais importante: por que preferiu se calar sobre o assunto? Avesso a classificações essencialistas, Porto prefere lidar com esses dilemas em bases contextuais e relacionais, em suma, como fenômenos históricos. Outros silêncios de Arantes reverberam, como revela seu desconforto em falar dos sucessos de uma de suas filhas no *show business*, reticência que faz gritar suas convencionais e raramente confessáveis convicções de gênero. E como entender as dificuldades da esposa para obter seu próprio CPF? Arantes também evitou o quanto pôde discorrer sobre conflitos, preferindo mencionar aqueles que envolviam outras pessoas e cuja solução dependia de sua intervenção apaziguadora.

Lucas Porto interpreta os silêncios de Arantes como parte das estratégias de mobilidade ascendente que ele acionou em uma sociedade marcada por

---

[2] KOUTSOUKOS, S. S. M. *Negros no estúdio do fotógrafo*: Brasil, segunda metade do século XIX. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.

profundas desigualdades e hierarquias de classe e raça. Interpela também as difíceis escolhas de um servente de fiação que se tornou exitoso trabalhador de colarinho branco. No lugar de instituições classistas, ele se apoiou, principalmente, em relações interpessoais, talvez creditando-se como um *self-made man*. No apertado elevador social, apegou-se aos critérios sociais e raciais da "boa aparência" que, ao incluir alguns, exclui a maioria. As fotos para as quais posou, os sapatos que calçou, as gravatas e os relógios que ostentou, o esporte que praticou compõem a imagem de distinção que ele criou para si e por meio da qual desejava ser visto. Sem dúvida, não foi por menos que, do alto de seus 76 anos de idade, escreveu *Memórias de um idoso no século XXI*. Arantes, ademais, foi um arquivista de si próprio, de cujo acervo Lucas Porto se fez useiro e vezeiro, sempre em busca das "provas" que seu personagem produziu de sua existência na Terra.

Mas tudo isso faz de Antônio Arantes um trânsfuga de classe? Sua mobilidade não encontrava limites? Que relações existiam entre ascensão social e cultura de classe? Que leitor tinha ele em mente quando escreveu sua autobiografia que, bem o sabia, teria poucas chances de ser lida e menos ainda de ser publicada? Ao escrevê-la, não quis, acima de tudo, se monumentalizar aos seus próprios olhos, perenizar-se para si mesmo? As respostas a estas questões o leitor vai encontrar ao longo do longo *Na vida, a trabalho*, um livro ousado, experimental, como quer o autor, escrito em prosa saborosa e bem-humorada, sem falar no rigor profissional do historiador-biógrafo.

Fernando Teixeira da Silva
Professor titular do Departamento de História da Unicamp

INTRODUÇÃO

O famoso "quem?"

A vida do protagonista destas páginas nunca repercutiu para muito além de seu círculo profissional e social. Antônio Honorato de Arantes Filho é um sujeito comum. É improvável que seu nome seja encontrado em jornais de Salvador, onde ele nasceu e viveu a maior parte do tempo – ao contrário do de uma de suas filhas, que alcançou muito mais projeção pública que o pai. Esta pesquisa encontrou uma única aparição de Arantes na imprensa local, exata e expressivamente na ocasião de sua morte, noticiada no obituário do *A Tarde*, impresso de maior circulação do estado da Bahia, do qual ele foi assinante e leitor voraz. Tampouco é de grande valia digitar seu nome nas buscas do Google, que só aponta caminhos diretos para uma exígua fração das fontes que contam sua trajetória longeva.

FIGURA 1
3x4 de Antônio Honorato de Arantes Filho

Fonte: acervo da família Arantes.

Arantes é o caçula de três irmãos, filhos de uma tecelã pobre que se casou com um trabalhador quase desconhecido por esta pesquisa, que legou ao mais novo apenas o nome – e o peso dessa ausência foi marcante em sua trajetória e na de sua mãe também. Seus dois irmãos de pai e mãe, contudo, não foram os primeiros rebentos levados à pia batismal pelo pai, que morreu antes do nascimento do caçula, informação valiosa para vislumbrar uma parcela das dificuldades que aquela tecelã enfrentou e das escolhas que fez. A mãe, que se estabeleceria como a maior referência de sua vida, faleceu quando Arantes tinha quinze anos, e deixou os três filhos completamente órfãos. Pouco depois, ele se empregou como servente na fiação da mesma fábrica em que ela trabalhara, a Boa Viagem, nos arrabaldes de Salvador. Foi entre a fábrica e a vila operária onde sua mãe residia desde os anos 1930 que Arantes passou a maior parte da vida, como morador, depois como visitante.

Suas raízes nos mundos do trabalho de Salvador, porém, não garantiriam a Arantes qualquer espaço em verbetes de dicionários biográficos dedicados à classe trabalhadora, nem em nível local, nem em nível nacional, como evidenciam algumas pesquisas em andamento ou concluídas[1]. E isso não acontece apenas por conta de seu relativo anonimato, mas também porque ele não deixou a Boa Viagem nas mesmas condições em que chegou ali.

Sua carreira na fábrica se desenvolveu de maneira próspera. No fim da década de 1960, quando ocupava o posto de chefe do setor comercial da fábrica, Arantes se empregou em escritórios de pequenas e grandes construtoras locais, que tinham obras em diversos estados do país, o que o levou a residir em mais de uma cidade e com salários quase sempre crescentes. Aos 40 anos de idade, quando deixou a vila para morar em seu primeiro apartamento próprio em Amaralina, um bairro de classe média de Salvador, Arantes já era um trabalhador de colarinho-branco, posição na qual se aposentaria, mas sem romper com as largas e profundas raízes que tinha na Boa Viagem.

---

[1] CASTELLUCCI, A. A classe trabalhadora em detalhes: dicionário do movimento operário na Bahia (Império e Primeira República). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: ANPUH-Brasil, 2021; BATALHA, C. H. de M. (coord.). *Dicionário do movimento operário*: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 militantes e organizações. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

A distância que Arantes cultivou de partidos políticos e sindicatos em cerca de 50 anos de trabalho ininterruptos, quase integralmente registrados em suas carteiras profissionais, não fez dele protagonista em reivindicações e lutas coletivas, alguém que fosse reconhecido em seu tempo, ou mesmo um coadjuvante, cuja importância poderia ser resgatada adiante pela História, como tantos integrantes do Partido dos Trabalhadores, por exemplo[2], ao qual ele nunca se filiou e talvez nunca tenha votado – uma informação inacessível à pesquisa, devido a seu respeito beneditino ao princípio do voto secreto. Ou seja, se dependesse de sua atuação em coletivos da classe trabalhadora, a história de Arantes não teria vencido o anonimato.

Em contrapartida, ele não pode ser encontrado ao lado de trabalhadores que foram fichados na polícia política, bastante ativa em diferentes períodos da história recente do país, quando Arantes trabalhava em empresas cujos funcionários poderiam estar sob os radares da repressão. Tampouco seu nome aparece em relatórios de Comissões da Verdade – é certo que ele nunca teve qualquer codinome ou nome de guerra, muito menos um vulgo. Arantes não é citado nos relatórios da comissão que se desenvolveu nacionalmente, organizada no governo Dilma Roussef – em quem ele com certeza não votou, porque faleceu um pouco antes de sua primeira eleição[3] –, nem nos de alcance local, apurados na Bahia, e que registram denúncias de inúmeros trabalhadores do Polo Petroquímico de Camaçari, bem mais jovens, mais qualificados e com salários às vezes até maiores que os de Arantes[4], mas que sempre se viram como peões e se envolveram em muitas lutas sindicais[5]. Seu nome também não aparece nos registros de perseguições sofridas por estudantes da Universidade Federal da Bahia, onde nunca se matriculou e se esteve ali, no máximo e com muito orgulho, foi para acompanhar um de seus filhos que desfrutou desta prerrogativa profissional e social[6]. Assim, sua trajetória escapa do interesse de pesquisas que têm resultados expressivos publicados nos últimos anos da década em que Arantes viveu, mas que não seriam alargados por seu

---

2 HARNECKER, M. *O sonho era possível*: a história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas. São Paulo: Casa América Livre, 1994; FERREIRA, M. de M.; FORTES, A. (org.). *Muitos caminhos, uma estrela*: memórias de militantes do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

3 BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília, DF: CNV, 2014. Disponível em: http://cnvol.memoriasreveladas.govol.br/. Acesso em: 23 set. 2023

4 Relatórios da Comissão Estadual da Verdade (Bahia). Disponíveis em: http://www.atom.fpc.ba.govol.br/index.php/comissao-estadual-da-verdade-2. Acesso em: 23 set. 2023

5 GUIMARÃES, A. S. A.; CASTRO, N. A. Classes, regimes fabris e mudança social no Nordeste brasileiro. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 3, n. 12, p. 11-32, 1990.

6 BRITO, A. M. F. O acervo oral da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade UFBA: possibilidades e desafios. *História Oral*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 31-48, jul./dez. 2022.

exemplo[7]. Além disso, como o grande salto financeiro de sua carreira ocorreu no período da ditadura militar, entre as décadas de 1970 e 1980, seu exemplo concorre para uma melhor compreensão sobre como trabalhadores comuns viveram aquele período, algo ainda pouco estudado, como reclamam, não é de hoje, alguns especialistas[8].

Apesar de o acervo do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, jurisdição que abriga a capital baiana, ser bem menos prolífico que o de outras regiões, é improvável que Arantes recorresse àquele foro para alguma reivindicação que rompesse com as negociações diretas com seus empregadores[9]. Em fontes como essas, ele, que nunca foi demitido nem se envolveu em conflitos abertos com os patrões, no máximo, seria encontrado como testemunha, o que é certo que aconteceu pelo menos uma vez, quando uma amiga e colega de trabalho o indicou para depor a favor dela numa disputa acalorada com patrões – com quem Arantes também mantinha ótima relação.

A mobilidade social que Arantes alcançou com seu trabalho, contudo, teve limites e ele ainda permaneceria no anonimato se dependesse do registro de seu nome em outras fontes ou da sua presença em espaços menos frequentados por gente da classe trabalhadora. Mesmo com uma trajetória profissional bem-sucedida e tendo trabalhado por algum tempo em Brasília e no Rio de Janeiro, a serviço de uma das maiores construtoras do país, sua vida não preenche – e dificilmente preencheria – um verbete no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea (CPDOC), que inicia seu recorte cronológico em 1930, ano em que Arantes nasceu, e termina nos dias atuais – Arantes faleceu em 2009, pouco antes de aniversariar[10].

Mais localmente, considerando que foi em Salvador que ele viveu e trabalhou a maior parte da vida, Arantes também não teria sua trajetória resumida em um verbete do Dicionário Biográfico-Histórico da Bahia, idealizado pela

---

7 MUNTEAL FILHO, O.; FREIXO, A. de; FREITAS, J. V. (org.). *Tempo negro, temperatura sufocante*: estado e sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008; SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. de A. (org.). *Desarquivando a ditadura*: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009. 2 v.; TELES, J.; IOKOI, Z.; RIDENTI, M. (org.). *Intolerância e resistência*: testemunhos da repressão política no Brasil (1964-1985). São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

8 REIS FILHO, D. A. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 43; MOTTA, R. P. S. *Passados presentes*: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 168-169.

9 Como demonstram: SILVA, F. T. da. *Trabalhadores no tribunal*: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2016; GOMES, Â. de C.; SILVA, F. T. da (org.). *A justiça do trabalho e sua história*: os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013; SILVA, A. B. A. *Operários têxteis na justiça do trabalho*: luta por direitos em Juiz de Fora na década de 1950. Juiz de Fora: Aquela, 2016.

10 Disponível em: https://www18.fgvol.br/cpdoc/acervo/arquivo.

Fundação Pedro Calmon e ainda inconcluso, porque os objetivos dessa produção cercam pessoas com destaques na política local, gente das elites baianas e dos mundos do trabalho que ocuparam cargos públicos – o que não foi seu caso. Da mesma forma, ninguém verá uma fotografia de Arantes nas paredes da Associação Comercial da Bahia, que chegou a ser presidida por um de seus chefes imediatos, ainda que desde jovem ele demonstrasse um orgulho pronunciado de sua imagem e até o fim da vida tenha posado para fotografias diversas, muitas delas em seus espaços de trabalho e independentemente do posto que ocupava – vaidoso que só vendo.

Fora de suas relações profissionais, seu nome não está listado como um benfeitor em anais de instituições filantrópicas, embora um de seus irmãos tenha se beneficiado da possibilidade de estudar em uma instituição do tipo, mas ele não. Ele também não aparece em publicações que celebram a história de clubes sociais seletos de Salvador, como as do Yacht e do Bahiano de Tênis, repletas de imagens impressas em papel *couché*, ornando harmonicamente com o prestígio social de seus sócios e com as mesinhas de centro das salas de suas casas[11]. Embora Arantes tenha frequentado pelo menos um desses clubes e pudesse pagar por seu título, o clube ao qual ele decidiu se associar não tinha toda essa pompa. Por outro lado, os distintos Martins Catharino, acionistas ou diretores de quase todas as empresas em que Arantes trabalhou, têm membros transitando em todos esses ambientes – a Associação Comercial, o Dicionário Biográfico-Histórico da Bahia, o Yacht Club.

Arantes conservou um vasto acervo documental, que inclui suas carteiras de trabalho, cartas de promoção assinadas por seus patrões, dezenas de fotografias, procurações recebidas ao longo da vida, a cópia de uma cuidadosa carta de demissão que entregou aos superiores e muitos outros documentos pessoais. Na maturidade, no entanto, ele não possuía uma biblioteca em casa, embora fosse um leitor assíduo, sobretudo de jornais – e foi de um livro bastante volumoso que saiu a inspiração para o nome de uma de suas filhas, o que ele afirmaria com um inegável orgulho. As fontes de seu acervo pessoal, em grande parte franqueadas a esta pesquisa, permanecem em poder de sua família, ligeiramente dispersas, afinal, o anonimato de Arantes não mobilizou o interesse de repositórios institucionais que investissem na conservação e catalogação de um acervo de valor inestimável para os mundos do trabalho.

---

[11] MAIA, A. M. *Iate Clube Bahia*: 60 anos de história. Salvador: Iate Clube da Bahia, 1995; MAIA, A. M. *Yacht 75 Anos*: Yacht Clube da Bahia. Salvador: Palloti, 2011; REIS, P.; ROSSI, M. *100 anos de história, de lutas e glórias*. Salvador: Barro de Chão, 2017.

O cuidado autoarquivístico que Arantes cultivou, rigorosamente transmitido aos seus, confirma uma percepção de Angela de Castro Gomes: instrumentos e mudanças contemporâneas, como aumento da escolaridade e difusão da fotografia, permitiram ao homem anônimo e comum registrar sua vida, composta por acontecimentos cotidianos, mas não menos importantes para a História. Como Gomes argumenta, tais registros materializam a história do indivíduo e dos grupos aos quais ele pertence, evidenciando sua intenção de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais[12]. E muitos dos significados que Arantes atribuiu ao mundo a seu redor serão apresentados nas próximas páginas.

O acervo de Arantes retém muitas de suas conquistas e de seus orgulhos, como uma fotografia de sua mãe que foi copiada e distribuída a seus descendentes, tanto quanto esconde alguns de seus vícios, que só chegaram às lentes desta pesquisa por intermédio de outras fontes, e quase não registra a sua maior paixão em vida: o Esporte Clube Vitória. A vida contemporânea disponibilizou instrumentos que permitiram a Arantes se registrar amplamente, conforme ele quis, e as fontes que ele produziu sobre si revelam seus valores e crivos – e também resultam, em grande parte, da sua ascensão social, que financiou sua produção e posterior conservação. Apesar de bastante autocentrado, este acervo – um verdadeiro manancial de fontes – contém numerosas amostras do mundo em que ele se inseriu, das relações sociais e familiares que estabeleceu, da forma como se enxergava e de como queria ser visto – as dezenas de fotos ali guardadas, muitas delas aqui anexadas, são valiosas para os argumentos do livro. E elas ilustram outro tema recorrente nas próximas páginas: a cor da pele de Arantes e as influências que ela exerceu em sua vida. Mesmo sendo classificado como pardo em mais de uma ocasião – com uma rara e sintomática exceção, registrada após o seu falecimento –, sua vida também não seria contemplada em um dos mais de 400 verbetes de uma enciclopédia de negros notáveis – talvez, aliás, Arantes nunca tenha se considerado negro, como muitos pardos da sua geração[13].

Em termos escolares, ele sequer completou o antigo 2º grau, mesmo assim tinha uma letra cursiva muito bem traçada, da qual ele também se orgulhava e que lhe permitiu escrever a própria biografia – principal fonte deste livro. Mas o potencial literário de sua pontualíssima produção escrita, lida por

---

12 GOMES, A. de C. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

13 SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. dos S. (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
GOMES, F. dos S.; LAUREANO, J.; SCHWARCZ, L. M. (org.). *Enciclopédia negra*: biografias afro-brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

pouca gente e resumida ao manuscrito biográfico que ele decidiu escrever, e que nunca foi publicado, é insuficiente para oferecer uma abordagem do tipo "vida e obra" sobre sua trajetória, como as que enriquecem coletâneas vigorosas sobre o assunto, nem qualquer discussão sobre o gênero biográfico[14]. Da mesma forma, seu nome não apareceria ao lado de intelectuais negros, contemplados em um dossiê da *Revista Estudos Históricos*, que apresenta sujeitos com vínculos em institutos históricos, memórias de gente com ampla produção intelectual, autores de literatura, panfletos políticos ou pensadores sobre relações raciais no Brasil[15]. Assim como ele passou ao largo dos interesses da pesquisa de Paulina Alberto, que recorre a autores que coletaram dados em ambientes muito próximos de Arantes e que se debruçaram sobre muitas questões prementes em sua vida[16].

Como Arantes não vivenciou traumas lancinantes e seu manuscrito, longe de qualquer teor catártico, descreve muito mais seus orgulhos e suas conquistas, análises sobre seu testemunho não inspiram reflexões sobre a influência do sofrimento nas memórias das pessoas, como as que Leonor Arfuch oferece[17]. As fontes que registram a trajetória de Arantes iluminam os contextos em que ele viveu, mostram que sua vida não foi um mar de rosas e que as dificuldades que ele enfrentou influenciaram todos os seus investimentos em si e, também, o seu manuscrito – sobretudo nos silêncios que ele respeitou –, mas não sugerem que Arantes guardasse qualquer trauma a ser purgado.

E se a primogênita de Arantes não tivesse publicado a foto de sua avó com uma legenda alvissareira em uma comunidade do Facebook, criada por antigos moradores da vila operária da Boa Viagem, é possível que a trajetória de seu pai continuasse sob o véu do anonimato, sem romper seus círculos pessoais. "A minha avó foi o grande orgulho do meu pai", publicou ela, "conforme ele próprio deixou escrito em *Memorias de um idoso no século XXI*, um breve relato da sua vida na Boa Viagem que ele deixou escrito um pouco antes da sua morte". Não fosse essa publicação fortuita – e do interesse incontido que ele motivou neste historiador –, Antônio Honorato de Arantes Filho poderia ter

---

[14] GOMES, A. de C.; SCHMIDT, B. B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009; AVELAR, A. de S.; SCHMIDT, B. B. (org.). *Grafia da vida*: reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012; AVELAR, A. de S.; SCHMIDT, B. B. (org.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

[15] SILVA, M. A. M. da; QUEIROZ, V. Experiências intelectuais negras: Brasil e diásporas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 77, p. 351-357, 2022.

[16] ALBERTO, P. L. *Termos de inclusão*: intelectuais negros brasileiros no século XX. Tradução de Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Ed. UNICAMP, 2017.

[17] ARFUCH, L. *Memoria y autobiografía*: exploraciones en los límites. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2013.

sido só mais um nome entre os muitos que cruzaram as lentes desta pesquisa. Graças a ela, e à posterior receptividade de seus familiares, a história de Arantes pôde ser mais conhecida e ele se tornou o protagonista deste livro.

A intenção biográfica

O principal argumento defendido nestas páginas é de que a mobilidade social alcançada por Antônio Arantes – inegável, mas relativa em alguns termos, materiais inclusive –, não o afastou das culturas de classe em que ele se criou e que isso se deve a múltiplos fatores. O livro demonstra como a sua autobiografia e todas as demais fontes que o cercam, produzidas por ele ou não, e muitas vezes sem influência da posteridade, revelam seu empenho na construção de um perfil profissional com o qual ele se identificava profundamente e pelo qual era identificado por familiares e amigos, patrões e diretores, colegas e subordinados. Tal perfil foi sustentado por uma relação positiva e comprometida com uma ética do trabalho que necessariamente não o distingue nem o afasta de outros trabalhadores. Para isso, o livro explora os silêncios de Arantes e demonstra como diversos marcadores sociais de diferenças influenciaram sua trajetória, contribuindo para sua ascensão – como a sua masculinidade –, ou criando barreiras – como a sua origem social pobre, seu baixo letramento e a cor de sua pele, que não o libertaria de experiências de estigmatização.

Conforme ele consignou no manuscrito ao justificar uma de suas promoções, ele tinha "o perfil do administrador que a empresa precisava", o que ele teria escutado de um chefe. Longe de interessar apenas a quem o promoveu, a sustentação desse perfil dependia do equilíbrio entre interesses do próprio Arantes, incluindo sua família nuclear, de seus superiores e de seus colegas ou subordinados: este livro oferece um quadro detalhado das relações que Arantes estabeleceu entre sujeitos diversos desses três grupos e das diferenças e aproximações existentes entre eles. E é de se destacar que ele, que tinha um nome comum e facilmente apelidável, desde jovem buscou se afirmar por meio do sobrenome – e conseguiu, como se verá. Tudo em busca da construção e manutenção desse perfil.

Os argumentos aqui defendidos se pautam em múltiplas fontes: a autobiografia e o acervo familiar dos Arantes; entrevistas com dezenas de pessoas que trabalharam e conviveram com ele – com boas ou más línguas –, que também cederam documentos variados à pesquisa; processos cíveis e criminais; acervos de empresas, cartórios e sindicatos; jornais; correspondências particulares; além de um sem-número de fotografias.

A carreira destacada e ascendente de Arantes, mesmo com flagrantes limites e marcantes vínculos com suas origens sociais, contribuiu para que a história de alguém como ele recebesse menos atenção da historiografia do trabalho. É curioso que setores da classe média não sejam incluídos na agenda dessa historiografia, como provoca John French, argumentando que tais investigações oferecem renovadas explicações sobre as relações culturais e de *status* entre a classe trabalhadora e os demais setores sociais[18].

Em um dossiê de dois volumes da *Revista Mundos do Trabalho*, por exemplo, inteiramente dedicado a trajetórias operárias, é possível conhecer o cotidiano de trabalhadoras negras e de militantes do abolicionismo em recortes menos recentes, e, mais contemporaneamente, muitos exemplos de trabalhadores organizados em sindicatos ou movimentos grevistas, de líderes comunistas e socialistas, de intelectuais, artistas populares e até de um sargento da Aeronáutica com pendores revolucionários. Como alertam os organizadores do dossiê, desde fins do século XIX, a imprensa operária registra trajetórias de sujeitos que deveriam ser tomados como exemplos de dedicação à causa coletiva, e a partir dos anos 1960 cientistas sociais se interessaram pelas biografias de trabalhadores da Primeira República e do pós-1930, expandindo sua abordagem também para os trabalhadores ditos comuns. Nos anos 1980, a força do autoproclamado novo sindicalismo orientou ainda mais a atenção de pesquisadores para o cotidiano dos trabalhadores, em busca não apenas de ações de resistência, e mais recentemente a historiografia do trabalho tem ampliado seus estudos para além dos trabalhadores fabris, brancos e heterossexuais, destacando as questões de gênero e raça[19].

De forma muito peculiar, a trajetória de Arantes alarga essa progressiva ampliação de interesses e temas abraçados pela historiografia do trabalho, que não deixa de apresentar lacunas que são preenchidas por seu exemplo: ele trabalhou por décadas numa fábrica têxtil, mas na maior parte desse tempo fez serviços de escritório, primeiro como contínuo, só depois como chefe; sua ascensão o colocou longe do chão de fábrica e ele nunca se mobilizou para reivindicações coletivas em sindicatos ou partidos, mas viveu bastante apegado a valores e relações que desenvolveu como trabalhador e morador de um subúrbio soteropolitano, de onde eram as pessoas mais próximas dele; ele se casou, assumiu com gosto e esforço o papel de chefe de família, numa relação

---

[18] FRENCH, J. D. The Laboring and Middle-Class Peoples of Latin America and the Caribbean: Historical Trajectories and New Research Directions. *In*: LUCASSEN, J. (org.). *Global Labour History*: A State of the Art. Bern: [*s. n.*], 2006. p. 289-333.

[19] CASTELLUCCI, A.; SCHMIDT, B. B. A título de apresentação: biografia e história do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 5-7, jul./dez. 2016.

cúmplice, mas desigual, com a mulher com quem teve três filhos; e a sua pele parda invariavelmente o inseriu nas complexas hierarquias sociais e raciais de Salvador, e de uma maneira bastante singular e racializada.

Os argumentos que inspiram a pesquisa sobre um anônimo sem qualquer projeção social ampla no campo da historiografia do trabalho, que se estabelece sobre ações e manifestações coletivas, podem parecer paradoxais. No entanto, a trajetória de Arantes não pode ser compreendida sem as chaves oferecidas pelas relações de trabalho e pelas portas para as culturas de classe que elas abrem. Esse conceito, que há muito deixou de se restringir a noções de escolaridade e erudição, abriga práticas cotidianas variadas: as organizações políticas e coletivas dos trabalhadores, suas redes de vizinhança, trabalho e amizades, suas reuniões para os mais variados tipos de lazer, celebrações etc. Tal ampliação confronta historiadores com ambiguidades e dissonâncias encontradas nesses ambientes, revelando uma classe dividida em termos étnico-raciais, profissionais, religiosos, de gênero e região, etários e muito mais[20]. E tão importante quanto perceber as fraturas da classe trabalhadora, é perceber a verticalidade de suas relações, como indica Antônio Luigi Negro:

> se não há amor sem amantes, não havia senhores sem escravos e não há patrões sem empregados. A existência de um está na contraditória existência do outro. Um faz o outro ao mesmo tempo que se afirma por si só. Nesse sentido, se há, por um lado, diferença, tensão e conflito, há também – em simultâneo – política de convivência. E há – até mesmo – interdependência e troca de afetos[21].

A biografia de Arantes encarna e escancara muitas relações contraditórias, que possuem fronteiras de difícil demarcação. Além de ótimos salários, prêmios e empréstimos, ele também trocou abraços efusivos com seus empregadores e ganhou o respeito de muita gente com quem trabalhou, tanto superiores quanto subordinados, como ele mesmo contou em seu manuscrito – mas expressivas opiniões em contrário também serão apresentadas aqui. Por outro lado, a complexidade da mobilidade social que Arantes alcançou tinha "tetos" e reproduz diversos fracionamentos de classe, ao mesmo tempo que

---

[20] BATALHA, C. H. M.; FORTES, A.; SILVA, F. T. da (org.). *Culturas de Classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p. 122-163.

[21] NEGRO, A. L. *Não é todo dia que as coisas ocorrem do jeito que a gente quer*: cultura operária, cultura fabril e dignidade do trabalhador. Palestra apresentada no Seminário Culturas Operárias: Trajetórias, Memórias e Herança Geracional. São Paulo: Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo, 30 set. 2015.

demonstra um amplo conjunto de relações horizontais e verticais, que são detalhadamente analisadas neste livro.

* * *

A crítica dirigida por Pierre Bourdieu às pesquisas sobre trajetórias, consolidada na expressão "ilusão biográfica", que seria uma ficção sustentada pelo desejo de estabelecer coerências em indivíduos sempre plurais e cambiantes, pode inspirar pesquisadores a se recusarem a ver e dar sentido ao que as fontes lhes revelam, o que parece pouco inteligente, ou à simples repetição de obviedades, como a que pontifica sobre a impossibilidade de atribuir coerência às trajetórias humanas[22]. Paul Eakin amplia as reflexões de Bourdieu, indicando que narrativas autobiográficas são parte essencial da percepção que os sujeitos têm sobre o que são e que o processo de contar-se é progressivamente construído, existindo, assim, fortes vínculos entre o que as pessoas são e o que elas dizem que são – pelo menos como um desejo, uma projeção[23]. Por isso, as biografias históricas devem oferecer mais do que ingênuas linhas de continuidade sobre indivíduos multifacetados, mas respostas sobre o campo de possibilidades e incertezas que um dia foi o passado[24].

Os caminhos de Arantes não foram lineares, mas, se vistos à luz da autobiografia que ele escreveu e de outras fontes sem as marcas da posteridade, eles têm uma unidade de sentido cultivada por Arantes da juventude à maturidade, manifestada em um acentuado zelo com a própria imagem, que o encheu de orgulho em diferentes contextos, e em seus reiterados esforços na busca por respeito e dignidade, que confluíram para a construção de seu aclamado "perfil". Este argumento não inventa nem endossa a existência de uma identidade anacronicamente forjada por Arantes em seu manuscrito, mas reconhece a sua luta prolongada contra diversas desigualdades que se colocaram em sua vida como desafios, influenciando profundamente a maneira como ele se posicionou no mundo e os valores que ele cultivou para poder se afirmar constantemente como um trabalhador dedicado – e isso desde muito jovem, insisto. Portanto, essa visível continuidade presente na sua trajetória não é ilusória, senão um indício das suas formas de responder às desigualdades e preconceitos que ele enfrentou: a pobreza, a baixa escolaridade, a falta da

---

22 BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (coord.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 183-191.

23 EAKIN, P. J. *Vivendo autobiograficamente*: a construção da identidade na narrativa. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

24 LORIGA, S. A biografia como problema. *In*: REVEL, J. (org.). *Jogos de escala*: a experiencia da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 225-249..

figura paterna em casa e ao lado da mãe – uma tormenta também para ela –, as estigmatizações raciais etc.

Como indica John French, ombreando Sartre e Emília Viotti para ir além da proposição marxista, os sujeitos não são o que a sociedade faz com eles, mas o tanto que eles fazem para responder a isso. E como eles não experimentam a própria vida dividida por linhas que diferenciam seus elementos constitutivos, análises de trajetórias conectam aquilo que em outros casos pode ser separado artificialmente. Por isso, a perspectiva biográfica não se sustenta em abstrações mais imprecisas ou menos assertivas do que outras, como as noções de classe e raça, gênero e nação, local e global etc.[25]. A História é vivida por gente que nem sempre tem muitas margens para escolha e a biografia de Arantes apresentada neste livro – que também registra algumas de suas incoerências – se esforça para dar sentido àquilo que ele tanto se esforçou para ser ao longo da vida e às razões de todo esse esforço – porque sim, foi muito esforço mesmo.

* * *

Sua pele parda o inseriu nas hierarquias raciais de Salvador de uma maneira peculiar. Compreender como ele transitou entre fronteiras de cor e de classe é outro objetivo central deste trabalho. Se Álvaro Nascimento questiona a ausência da cor dos sujeitos em pesquisas no campo da História Social século XX adentro, sob o pretexto nem sempre justificável de omissão das fontes, o que se verá aqui é o oposto: mesmo que Arantes não tenha mencionado o assunto no manuscrito, sua trajetória será analisada a partir do esforço de situá-lo entre as fronteiras de cor soteropolitanas[26].

Pesquisas sobre Salvador apontam para as complexas relações entre valores de classe e raça na mobilidade social da população não branca da cidade e como elas se transformaram a partir do começo dos anos 2000, a última década da vida de Arantes[27]. Estudos sobre a fluidez das classificações raciais e as particularidades que caracterizam os pardos brasileiros são demandados há algum tempo e têm se mostrado crescentes[28]. Muitos deles têm alcances largos,

---

25 FRENCH, J. D. *Lula e a política da astúcia*: de metalúrgico a presidente do Brasil. Tradução de Lia Machado Fortes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2022.

26 NASCIMENTO, Á. P. Trabalhadores negros e o 'paradigma da ausência': contribuições História à Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016.

27 FIGUEIREDO, A. *Classe média negra*: trajetórias e perfis. Salvador: EdUFBA, 2012; SANTANA, I. de. *Negros de prestígio e poder*: ascensão social, estilos de vida e racismo na cidade de Salvador (Bahia). Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2020.

28 SANSONE, L. *Negritude sem etnicidade*: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador: EdUFBA: Pallas, 2003; SILVA, G. M.; LEÃO, L. T. de S. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. *Revista Brasileira de*

pautados em dados estatísticos, sem capturar as perspectivas individuais aqui oferecidas. Verônica Daflon, que assina um trabalho seminal sobre o assunto, argumenta que pesquisas quantitativas autorizam argumentos mais gerais, mas não tratam com a devida sensibilidade o caráter multidimensional das identidades raciais, as percepções sobre a discriminação e a relação interseccional entre raça classe e gênero no país[29]. Ainda que tais estudos, como sugere Carlos Ribeiro, sejam fundamentais para avançar no conhecimento sobre a mobilidade social, "o fato de serem baseados na simples análise de percentuais gera dúvidas sobre quais os efeitos da raça e quais os da classe de origem nas chances de mobilidade, uma vez que estas duas variáveis estão correlacionadas"[30]. É a partir dessas clareiras historiográficas que a trajetória de Arantes abre muitos caminhos.

Análises sobre a experiência dos pardos revelam a instabilidade das classificações raciais no Brasil e os efeitos da discriminação por uma perspectiva pouco explorada. O debate sobre o tema se mantém preso a uma forte tendência à reprodução do binômio negro/branco, que nem sempre explica o dinamismo do preconceito, embora tenha bases estatísticas contundentes no que se refere à existência de desigualdades diversas. Muitas vezes o preconceito racial se manifesta sutilmente, diluído em estigmatizações, e as ferramentas que as pessoas encontram para resistir a ele e de se identificarem em termos raciais escapa à dualidade negro/branco. Da mesma forma, as profundas desigualdades brasileiras, muitas delas igualmente prementes na trajetória de Arantes, não podem ser explicadas somente pela desigualdade racial[31].

As definições de raça e cor remetem a uma miríade de significados, vocabulários e experiências, que variam bastante de acordo com o tempo e o lugar, os sujeitos envolvidos e o contexto em que eles interagem. O racismo tem características e significados variados, por isso, como uma ocorrência histórica, "deve ser entendido como experiência que oscila no tempo, não cabendo, portanto, nenhuma definição conceitual única e acabada sobre ele"[32]. A influên-

---

Ciências Sociais, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 117-133, out. 2012.; WESCHENFELDER, V. I.; SILVA, M. L. da. A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo. *Análise Social*, Lisboa, v. 53, n. 227, p. 308-330, 2018.

29 DAFLON, V. T. *Tão longe, tão perto*: identidades, discriminação e estereótipos de pretos e pardos no Brasil. [Rio de Janeiro]: Mauad, 2017.

30 RIBEIRO, C. A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. *Dados*: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006. p. 840.

31 LOVEMAN, M.; MUNIZ, J. O.; BAILEY, S. R. Brazil in black and white? Race categories, the census, and the study of inequality. *Ethnic and Racial Studies*, London, v. 8, n. 35, p. 1466-1483, 2011.

32 SAMPAIO, G. dos R.; LIMA, I. S.; BALABAN, M. (org.). *Marcadores da diferença*: raça e racismo na história do Brasil. Salvador, EdUFBA, 2019. p. 7-8.

cia dos múltiplos marcadores de diferenças na vida dos brasileiros tem sido objeto de estudos com foco em variados períodos da nossa história e a análise de trajetórias oferecem perspectivas privilegiadas para a percepção de como eles interferem na vida das pessoas e nos processos históricos em que elas se inserem[33]. As marcas que Arantes carregou na condição de trabalhador, na pele parda e no passado de pobreza carimbam em sua trajetória aspectos importantes da história do Brasil recente e interferem na sua vasta produção de si e no seu empenho em se afirmar como trabalhador.

Ao mencionar o que chamou de uma onda de autobiografias escritas por negros em outros países, sobretudo por gente de classe média e alta, Lívio Sansone concluiu que ela encontra dificuldades para se materializar no Brasil e ofereceu explicações: por um lado, as ciências humanas costumam dedicar mais atenção aos "de baixo", tornando os pesquisadores porta-vozes dos sujeitos estudados, por outro, o negro ideal típico seria aquele em paz consigo e com sua negritude[34]. Arantes, que talvez nunca tenha se identificado como negro, ascendeu socialmente e não terceirizou a escrita de sua biografia a nenhum pesquisador, o que em vez de impedir, convida este livro a situar a sua trajetória entre linhas de cor e estigmatizações diversas, raciais inclusive, mas não apenas. E como um autor inédito, ele não proibiu a circulação do manuscrito após sua morte, ao contrário, seus filhos e netos se revelam igualmente orgulhosos e interessados em divulgar a história de Arantes.

* * *

Os argumentos e as repostas às principais questões que norteiam o livro estão dispersos por todo o texto, que respeita uma sequência mais ou menos cronológica da vida de Arantes, com raros avanços e recuos, mas muitos aprofundamentos em detalhes valiosos, como a escolha do nome de uma de suas filhas e os desafios que ele tinha diante de si quando se tornou, ainda relativamente jovem, um dos administradores da vila operária da Boa Viagem. O mais profundo desses mergulhos ancora a Parte I do livro, que funciona como um prólogo estendido, no qual Arantes não aparece sequer como coadjuvante, o que não quer dizer que ele não estivesse ali por perto – talvez até bastante atento. Essa parte conta e analisa as consequências de um

---

[33] GOMES, F.; DOMINGUES, P. (org.). *Experiências da emancipação*: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011; SILVA, M. E. L. N. da; SILVA, P. S. (org.). *Rastros biográficos*: estudos de trajetórias. Salvador: EdUNEB, 2014; FERREIRA, J.; CARLONI, C. (org.). *A República no Brasil*: trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura. Rio de Janeiro: EdUFF, 2019.

[34] SANSONE, L. Prefácio. *In*: SANTANA, I. de. *Negros de prestígio e poder*: ascensão social, estilos de vida e racismo na cidade de Salvador (Bahia). Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2020.

furto ocorrido no escritório da Boa Viagem em 1957, cujas investigações colocaram luz sobre diversos valores daquele ambiente e deram voz a muitos sujeitos. O episódio aconteceu no berço estendido de Arantes, a Boa Viagem, e, por concentrar elementos gravados na sua trajetória (valores, riscos, padrões de relacionamento etc.), é apresentado aqui como uma síntese de sua formação profissional e pessoal.

Boa Viagem é um nome próprio que cerca espaços diferentes, mas próximos, e um ponto fixo na geografia da vida de Arantes. Boa Viagem é uma praia da Península de Itapagipe, um arrabalde de Salvador até os anos de 1930 e 1940, progressivamente conectado à dinâmica da cidade. Foi defronte a essa praia que a Companhia Empório Industrial do Norte construiu a sua única fábrica, fundada com o nome de Boa Viagem, que também é o nome de uma igreja que fica ali, guardando uma imagem de Nossa Senhora da Boa Viagem. Ao longo do texto, o termo Boa Viagem será amplamente usado para designar a região em que Arantes cresceu e a fábrica em que sua mãe e ele trabalharam – como a fábrica era a única propriedade da Companhia Empório, o nome dela e da companhia também serão usados como sinônimos, sem qualquer distinção.

FIGURA 2
Registro aéreo da praia da Boa Viagem, onde se vê a fábrica da Companhia Empório Industrial do Norte, sua vila operária e a igreja local, 1978

Fonte: acervo da Fundação Mário Leal Ferreira.

A Parte II é a mais extensa do livro e descreve a juventude de Arantes, suas origens familiares, as circunstâncias em que ele começou a trabalhar e os termos de sua ascensão na hierarquia da fábrica. O começo de seu namoro com Gildete Almeida, a mulher com quem se casaria, também recebe atenção, assim como os primeiros anos da vida de casados, quando eles ainda residiam na vila. Seus três filhos nasceram ali e a vida familiar guarda numerosos registros da paulatina progressão do pai e de seus efeitos domésticos e sociais. Ainda nesta parte, dois temas mencionados aqui de modo mais ligeiro recebem uma atenção maior: seu manuscrito e a cor de sua pele.

A Parte III trata do período em que Arantes trabalhou em escritórios de empresas da construção civil, depois de deixar a Empório – ou a Boa Viagem – em condições bastante favoráveis e diferenciadas em relação a outros trabalhadores dali. A trajetória de Arantes é apresentada em ambientes domésticos e profissionais, entre familiares, colegas de trabalho e amigos, nos quais é possível perceber aspectos de sua mobilidade social e seus conflitos e conquistas profissionais.

Na Parte IV, que descreve a última experiência de trabalho remunerado de Arantes no interior da Bahia, muitos outros sujeitos aparecem ao seu lado, apresentando variadas perspectivas sobre ele. Em ambas as partes é possível conhecer o ponto de vista de algumas pessoas que trabalharam e conviveram com Arantes: amigos e parentes, patrões ou diretores, seus subordinados e colegas, que depõem sobre sua conduta profissional e familiar e sobre o cotidiano de trabalho que eles compartilharam. Essas outras vozes revelam profundas aproximações com Arantes, dissonâncias igualmente marcantes e muitas, muitas histórias cheias de sentido e valor para uma compreensão sobre os mundos do trabalho.

* * *

Segundo o biógrafo profissional Ruy Castro, fã inveterado de Tom Jobim, uma boa biografia demanda um protagonista cuja vida tenha sido bem-sucedida, embora esse não seja critério fundamental. O mais importante, para Castro, é que o protagonista tenha experimentado uma vida agitada, com altos e baixos, sucesso e fama, mas com problemas familiares, profissionais, conjugais, financeiros, políticos ou de saúde, "e se recuperou deles, ou caiu de novo e se levantou ou não". Por isso, Castro se recusa a biografar seu ídolo maior: "como biografar alguém cujo grande problema era o medo de avião ou de atrasar o aluguel?", dramas que afligiam o maestro soberano[35].

Com certeza a biografia de Arantes, dono de uma trajetória vitoriosa, não atende à maioria dos critérios propostos por Ruy Castro. Ele foi casado por quase cinco décadas com uma de suas primeiras namoradas, nada indica que tenha tido filhos fora do casamento nem vivido aventuras extraconjugais, como um de seus irmãos; em termos de fama, a sua não chega nem perto da que uma de suas filhas conquistou em Salvador e fora da cidade também; ele nunca sofreu uma demissão nem enfrentou o desemprego; na maioria das vezes em que trocou de serviço recebeu salários melhores, somente quando se aposentou em definitivo é que seu padrão de vida foi sensivelmente reduzido, o que não

---

[35] CASTRO, R. *A vida por escrito*: ciência e arte da biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. p. 54.

impediu que ele pudesse custear sua residência em um abrigo particular para idosos, em um de seus melhores quartos; seu maior problema de saúde foram dores no joelho, além do câncer nos seus últimos anos de vida. Apesar de ter nascido na pobreza, ele não viveu dramas lacrimogêneos. Mas seus desafios foram constantes e alguns riscos que ele enfrentou, idem: como os estigmas já mencionados e o medo da proletarização que acompanhou a primeira geração de uma família de trabalhadores que ascendeu à classe média com as inseguranças de quem não dispôs de heranças materiais e sociais. Mesmo assim – que não se duvide! – a biografia de Arantes, mesmo sem possuir um antagonista expresso, que o tenha perseguido ou prejudicado frontalmente, retém diversas características do mundo a seu redor, por isso mesmo é tão saborosa quanto indispensável à História Social do Trabalho no Brasil.

Esta pode não ser a biografia que ele mereceria, porque não o descreve como arquétipo ou paladino declarado de nenhuma luta coletiva e social, embora o desejo por uma vida melhor, algo pelo que ele trabalhou a vida inteira, seja humanamente universal. De toda sorte, como nem o próprio Arantes reivindicou grandes protagonismos fora de seus círculos, com certeza esse é um mal menor. O engajamento mais notório de sua trajetória foi na construção de um perfil que o gabaritasse nos mundos do trabalho entre patrões, diretores, colegas e subordinados por quem ele queria ser respeitado, e que era cultivado também dentro de casa, em família. O livro descreve e analisa a constituição deste perfil, assentado sobre inúmeras variáveis e muitos valores.

As desigualdades possuem dimensões múltiplas que estruturam as relações sociais no Brasil. Como argumenta Adalberto Cardoso, indivíduos e grupos estão separados por disparidades profundas que se estabelecem desde seu nascimento ou formação e que determinam suas chances de acesso à renda, bens, serviços, formação escolar, *status* social[36]. Arantes viveu trabalhando para a superação dessas desigualdades dentro de um raio cujo alcance foi basicamente familiar, embora ele tenha se apoiado em sólidas redes de classe. A complexidade que sua trajetória encarna não caberia em um formulário de identificação ou numa ficha qualquer de filiação, com espaços preestabelecidos nos quais se possa indicar e aferir sua renda, sua cor, seu local de moradia, suas muitas preferências ou orientações, seu nível de consciência etc. Por isso mesmo sua trajetória atende tanto à História e àqueles que se dispõem a entendê-la nos termos complexos em que ela se faz.

---

[36] CARDOSO, A. M. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. 2. ed. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.

As ricas e diversas fontes do acervo familiar de Arantes permitiram que esta pesquisa mergulhasse profunda e detalhadamente em sua vida, com inspiração e oxigênio oferecidos pelos métodos microhistóricos. Por outro lado, sua trajetória longeva e diversa oferece obstáculos à elaboração de contextualizações mais amplas. Por isso, dosar a escala da análise e da narrativa aqui apresentadas foi um desafio decerto não superado. E para que as variações de escala necessárias não transformassem o livro em um *menu* servido com porções fragmentadas e desiguais – o pouco apetitoso paradoxo do sanduíche contraindicado por Carlos Firth: uma fatia de sujeito, mais outra de contexto, e assim por diante –, o texto que segue não se afasta muito de seu protagonista, ainda que não descuide de situar suas escolhas e caminhos no mundo que o cercou – em seus ambientes de trabalho, entre colegas com quem compartilhou rotinas, com os poucos livros que tinha à mão, no clube ao qual ele ia com a família, em outras casas da vila etc.[37].

Os principais problemas de pesquisa perseguidos neste livro – a mobilidade social na classe trabalhadora, como seus sujeitos se enxergam e como lidam com os marcadores sociais de diferenças – podem ser elaborados de diversas maneiras, em períodos variados e cercando outros recortes ou sujeitos, mas os argumentos aqui apresentados em escala individual e densamente descritos, se não permitem conclusões amplas e generalizáveis, pelo menos permitirão que cada leitor reflita mais sobre aquilo que já conhece de outras leituras[38]. Como são as fontes que amolam e garantem o fio de conceitos e categorias analíticas, é recomendável que os resultados impressos neste livro sejam lidos mais como um experimento do que como um exemplo, o que não reduz em nada o valor das lições que se pode encontrar na vida do protagonista e nos argumentos do historiador.

---

[37] LORIGA, 1998, p. 247-248.

[38] LEVI, G. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, P. (org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 2011. p. 135-163.

PARTE I

"PRA NÃO SE METER EM BOLO"

um aprendizado

> Quem nesta terra, por pouco que se saliente, ainda não foi ferido por uma carta anonyma?[1].

Introdução

Na manhã de 23 de setembro de 1957, tão logo Everaldo Cardim (solteiro, sem prole, 21 anos, auxiliar de escritório, com instrução, sem cor definida) se apresentou ao serviço no setor de pessoal da Boa Viagem, ele foi surpreendido com acusações feitas pelo gerente Luiz Carlos Drumond (engenheiro, casado, quatro filhos, 47 anos, branco)[2], que lhe responsabilizava pelo desaparecimento de uma soma de dinheiro: aproximados 74 mil cruzeiros, equivalentes à renda mensal de quase uma dúzia de trabalhadores remunerados com o salário mínimo. Everaldo residia na vila operária e foi interrogado diante de vários colegas enquanto sua casa era vasculhada por um policial a mando do gerente, desrespeitando qualquer princípio legal. Pouco tempo depois, as acusações

---

1 Luiz Tarquínio, *Preceitos moraes e cívicos*, 1901.

2 As informações entre parênteses que apresentam os sujeitos citados foram retiradas de seus depoimentos que constam dos autos criminais 205-167-2, Seção Judiciária, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). No que se refere à cor da pele, as informações registram, portanto, a classificação definida pela polícia.

contra Everaldo se ampliaram com uma "nova" denúncia que chegou ao escritório em forma de bilhete.

"Vevé, só eu sei que você *roubô* o dinheiro", acusava anonimamente o autor daquelas bem desenhadas linhas, nas quais Everaldo foi tratado pelo apelido. O autor intimava em tom ameaçador: "estou lhe esperando na entrada do Caminho de Areia a 9 e meia em ponto. Se você não *vim* conversar comigo eu vou *alarmá* a polícia"[3]. Everaldo mostrou o papel a colegas e quando ele passava pelas mãos da secretária Eunice Souza (solteira, sem filhos, 26 anos, com instrução, branca) o gerente Luiz Carlos tomou-o da mulher, "demonstrando espanto", como ela contou adiante na delegacia[4]. Sem devolver o bilhete, Luiz Carlos mandou que Everaldo comparecesse ao local indicado na "intimação", mas o funcionário exigiu que o superior providenciasse um policial para acompanhá-lo, a fim de que "fosse detida a pessoa suposta autora da carta" – "o que não fez", reclamaria Everaldo mais adiante[5]. Mesmo acossado por alguém com ascendência sobre ele na hierarquia fabril, Everaldo estava firme no propósito de defender-se e mais tarde denunciaria à polícia os desmandos do gerente, inclusive acusando-o pelo furto – hipótese endossada por alguns funcionários e outros trabalhadores da fábrica.

Everaldo não foi o único funcionário que passou constrangimento por causa do furto. O servente João de Souza Gomes (solteiro, três filhos, 26 anos, pardo) morava na cidade de Dias D'Ávila, distante da autoridade fabril, mas não necessariamente fora de seu alcance: ao se tornar suspeito aos olhos do superior, também teve o cômodo em que residia invadido pelo gerente e pelo mesmo policial que revirou a casa de Everaldo, novamente ignorando as leis. Mas diferente de Everaldo, temendo pagar um preço ainda maior – a demissão –, o servente não denunciou abusos quando poderia denunciar, apenas resignou-se: ele havia se empregado na fábrica com o auxílio de uma rede de vínculos pessoais e profissionais que lhe impunha uma inconveniente dependência do gerente Luiz Carlos, que também por isso se sentia autorizado a investigar a residência deste trabalhador humilde.

Apenas dez dias depois do furto, em 5 de outubro, uma queixa foi registrada na polícia pelo gerente Luiz Carlos, formalizando o desaparecimento de Cr$ 73.249,60 do setor de pessoal da fábrica. Na queixa, o gerente nomeou 15 envolvidos, manteve o nome de João, mas desistiu de listar Everaldo, que não

---

[3] *Bilhete*, não datado. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 81.

[4] *Depoimento de Eunice Souza*, 6 nov. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 47.

[5] *Depoimento de Everaldo Cardim*, 24 out. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 36-38. Usada no parágrafo seguinte.

escaparia de outras sansões patronais. Durante a investigação da polícia, gente de toda a hierarquia da Boa Viagem foi ouvida: de seus porteiros ao então presidente da Companhia Empório, João Tarquínio. Quase toda essa gente, com raras e distintivas exceções, residia na vila operária da fábrica, convivendo no cotidiano de trabalho e nas horas de folga. Por isso as testemunhas puderam registrar nas audições realizadas pelo comissário de polícia detalhes valiosos da vida que levavam e não se inibiram em divulgar rumores que corriam por ali, às vezes bastante específicos sobre o furto, às vezes não, mas sempre muito expressivos sobre os valores que elas carregavam consigo: padrões de relacionamento, interesses individuais, gostos e desgostos, incômodos, hábitos, pequenos desvios etc.

Entre os funcionários do escritório, por exemplo, não houve comedimento em contar que uma boataria altissonante ecoava do chão da fábrica: o crime só podia ter sido cometido por "gente grande", chamados "ratos de gravatas" e tratados como "os de cima", dado que o escritório da Boa Viagem ficava no seu segundo pavimento – mas não só por isso, claro. Discordando da queixa oferecida pelo gerente, os trabalhadores registravam suas denúncias em alto e bom som, a ponto de se fazerem ouvir pelo pessoal "de cima", a quem acusavam pelo furto e de quem se distinguiam, em oposição, como os "de baixo". E para eles o principal suspeito não era um funcionário qualquer, mas o gerente Luiz Carlos.

As diferenças de conteúdo entre as acusações que os trabalhadores difundiam a seu modo e a queixa oferecida pelo gerente, registrada durante as apurações da polícia, produziram um quadro expressivo dos mundos do trabalho de Salvador, que está impresso no processo crime decorrente do furto. Esse quadro extrapola as proverbiais distinções entre patrões e empregados, entre os quais, neste caso, aparece uma fração de funcionários exercendo cargos de confiança, e a partir dele é possível enxergar marcantes diferenças internas da classe trabalhadora, que ora parecia mais afinada – ao acusar um superior, por exemplo –, ora se mostrava fragmentada por segmentações diversas, de acordo com níveis de qualificação, por diferenças de gênero, etárias ou de cor da pele, por atividades exercidas ou redes de relação pessoal e afinidades. E como o escritório da Boa Viagem concentrava muitas hierarquias, ele é um espaço privilegiado para a observação das complexas relações tecidas pelos sujeitos que circulavam por ali, estabelecendo entrosamentos verticais e horizontais, e submetidos a diferenças marcantes. Tal observação contribui para a compreensão da trama heterogênea de intersecções que constitui a classe trabalhadora, ora ampliando, ora amenizando diferenças de cor da pele, etárias, de gênero, classe, e por aí vai – sobretudo porque o protagonista deste livro tinha amplo trânsito nesse espaço, como se verá a partir da Parte II.

É possível conhecer funcionários e funcionárias que trabalhavam no escritório no momento do furto e o processo decorrente dele oferece o quadro mais expressivo sobre este ambiente de que esta pesquisa dispõe, embora ele seja enriquecido pelo acervo da empresa, que também se encontra disponível à pesquisa. Entre os 12 funcionários listados – 3 dos suspeitos não trabalhavam no escritório –, havia somente uma mulher, a secretária Eunice. Havia nove "brancos" e dois pardos, sendo que somente Everaldo não teve sua cor informada. E todos tinham instrução, ainda que não seja possível verificar as diferenças que tal informação abraça – o que decerto existia. Ou seja, o escritório era um espaço eminentemente masculino numa fábrica cuja grande maioria era de mulheres, o que já é um indício gritante das hierarquias que existiam ali; era um lugar de "brancos" em um universo fabril de pretos e pardos; e seus trabalhadores eram quase todos letrados – ou semiletrados –, num ramo profissional marcado pela alfabetização precária.

Apesar de os escritórios serem espaços reconhecidos por suas enormes diferenças em relação a outros ambientes das fábricas, no segundo andar da Boa Viagem trabalhavam diretores, gerentes, secretários, contínuos e serventes, com a proximidade que um cotidiano hierarquizado permitia. O que significa dizer que este era um espaço que abrigava muitas das contradições dos mundos do trabalho fabril: de letramento, de renda, de *status* profissional, de gênero e, especialmente no caso de Salvador, de cor da pele. Por isso, as próximas páginas se encarregam de mostrar que o escritório da Boa Viagem estava marcado por muitas das hierarquias sociais estabelecidas nos mundos do trabalho soteropolitanos. Elas apresentam uma série de interações desiguais entre o funcionário Everaldo, o servente João e o gerente Luiz Carlos, mais um bocado de pessoas que os cercavam, uma amostra peculiar dos mundos do trabalho urbano de Salvador. Peculiar porque nos anos 1950 esta era uma praça com uma oferta de emprego industrial bastante rarefeita e o setor têxtil, outrora dos mais vigorosos, já dava muitos sinais de insolvência, especialmente a Boa Viagem[6].

---

[6] PAMPONET, J. L. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira*: a Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973. 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

FIGURA 3
Imagem aérea da Boa Viagem, provavelmente anterior à década de 1960

Fonte: Universidade Estadual de Feira de Santana (não datado)[7].

A narrativa que se segue tem o objetivo de descrever o cotidiano dos trabalhadores de Salvador (modos de vida coletiva e individual, conflitos e indisposições entre colegas de trabalho, sua relação com superiores e patrões, suas afinidades e competições, seus orgulhos e queixas também) para, com eles em vista, demonstrar o quanto uma identidade de classe se formava a partir de componentes diversos que nem sempre se combinavam harmonicamente. E o principal: pretende demonstrar como o trânsito entre o escritório e outros espaços da Boa Viagem contribuiu para a formação de Antônio Arantes, protagonista deste livro.

Flagrantes do cotidiano na Boa Viagem e em sua vila operária

O processo crime a seguir analisado tem algumas peculiaridades que não somente o distinguem de outros processos semelhantes. Após analisar centenas de autos policiais, Boris Fausto percebeu que, para pessoas das classes populares, "o aparelho policial e judiciário representa uma perigosa máquina, movimentada segundo regras que lhe são estranhas", motivo de temor e inibição. Segundo ele, esses sujeitos apenas discorrem sobre o que lhes é perguntado pelas autoridades policiais e sua palavra é cortada quando a narrativa, "a critério das autoridades", escapa aos interesses da investigação. A fala de depoentes, que não raro são suspeitos, precisa se ajustar "ao padrão de identidades sociais vigentes, atestando a correspondência ou não correspondência das partes envolvidas a este padrão", por essa razão, "falar o menos possível pode parecer a tática mais adequada"[8]. A fonte aqui analisada mostra que alguns trabalhadores tentavam se vincular a padrões sociais (principalmente o de "bom trabalhador"), mas, diferentemente do que percebeu Fausto, muitos desses sujeitos falaram bastante, e até mesmo desinibidos, extrapolando os termos

[7] Centro de Documentação e Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana, Fundo Luiz Pamponet (CEDOC/UEFS, FLP), cx. 36.

[8] FAUSTO, B. *Crime e cotidiano*: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 22-24.

do crime investigado – e por vezes foram estimulados a tanto pela própria autoridade policial.

Isso garante uma imensa peculiaridade a esse caso: o furto no escritório da Boa Viagem não levou à polícia bandidos contumazes, mas trabalhadores de uma grande fábrica de Salvador – dois de seus gerentes, inclusive, e um deles bastante suspeito –, o que ajuda a explicar o fato de o comissário de polícia responsável pelo caso ter se mostrado muito disposto a escutar os envolvidos, alguns igualmente dispostos a falar – o que o estudo de Fausto não encontrou. As peculiaridades dessa investigação, que precisou ser cuidadosa, refletem como a polícia precisava respeitar o poder patronal estabelecido dos portões da fábrica para dentro e como os trabalhadores lidavam com ele, antes e depois do furto.

Os depoimentos ouvidos pela polícia e juntados no processo, além de flagrar aspectos valiosos daquele cotidiano fabril, têm outro destaque: ao tentarem se desvincular do crime, os trabalhadores descreveram uma realidade com a qual estavam habituados a viver e contra a qual não denunciaram grandes desconfortos. Ao tentar se descolar do furto, ocorrido entre 21 e 23 de setembro de 1957, um sábado e uma segunda-feira, alguns deles insinuaram acesso privilegiado a setores da fábrica, disposição para trabalho extra, zelo com as regras da empresa, mas reconheceram pequenos desvios e registraram reclamações pontuais. Suas falas são janelas para se perceber os limites de sua tolerância ante a exploração com que conviviam, obtendo algumas conquistas subjetivas e materiais, razoáveis ou mesmo ínfimas.

As irmãs Eunice e Maria, por exemplo, eram filhas de um casal de operários da Boa Viagem, nasceram e se criaram na vila, e por isso seus depoimentos são sintomáticos dos valores que pautavam comportamentos de seus moradores para muito além do furto que se investigava – e essa família terá destacado protagonismo em muitas páginas deste livro. Eunice era funcionária do setor de pessoal e sua irmã trabalhava na sala de fazendas no térreo, mas contou que era habitualmente convidada pelo funcionário João Ataíde (casado, sem prole, 57 anos, com instrução, branco) para ajudá-lo na organização dos pagamentos. Maria (solteira, sem prole, 24 anos, com instrução, branca) tinha prerrogativas que facilitavam seu acesso ao setor: era filha de operários, irmã de uma funcionária e residia na vila junto à família, onde também morava João Ataíde – e a proximidade entre ambos poderia ensejar afeição e respeito

mútuos, simpatias ou mesmo assédios. Mas ao depor na polícia, Maria se afirmava uma pessoa de confiança no andar de cima da fábrica[9].

Com trânsito constante entre os dois pavimentos, ela ouviu muitas reclamações de operários sobre a vigilância imposta pelos superiores quando eles chegavam à fábrica com suas marmitas. Incomodados com a desconfiança, os trabalhadores aproveitaram a ocasião do furto para sugerir a seus superiores: "deviam botar, agora, cordas na escada que dá acesso ao departamento do pessoal". Para oficializar a sentinela constante que os incomodava, os trabalhadores preferiam a vedação total de seu acesso ao escritório – uma segurança para eles. Ou seja: além de chamar os "de cima" de "ratos de gravatas", os "de baixo" insistiam em afirmar o distanciamento e a separação entre operários e funcionários. É uma pena que a memória da nonagenária Dona Maria tenha descartado diversos episódios de seu passado, ainda assim, uma entrevista com ela e com um de seus irmãos alargou as margens dessa pesquisa[10].

Em 2021 sua irmã Eunice já havia falecido, mas quando compareceu à delegacia, ela sabia que precisava demonstrar firmeza, afinal, o dinheiro furtado estava trancado à chave na sua gaveta e foi retirado dali sem qualquer indício de violação. Eunice contou que no sábado, após efetuar pagamentos de alguns trabalhadores, voltou para casa por volta das 14 horas, mas não demorou para que um colega batesse à sua porta tentando interceder pelo pagamento de uma operária fora do expediente. Ela contou que nem saiu à porta para atendê-lo, apenas "mandou dizer a ele por seu irmão de que não voltaria ao emprego naquele dia", acrescentando: "não trazia para sua residência envelopes contendo importâncias para pagamento de operários". E ela explicou taxativamente ao delegado: "fez essa advertência ao seu irmão em virtude deste [...] ter-lhe feito a pergunta de que se ela trazia envelopes com dinheiro para casa"[11]. O cuidado de Eunice não era fortuito: uma diretriz patronal determinava que apenas famílias com dois membros empregados na fábrica poderiam residir na vila, o que ajudava a manter os trabalhadores autovigilantes, afinal, o comportamento de um deles poderia colocar em risco o emprego e a moradia de toda a família[12]. Por isso Eunice não se descuidou na delegacia, afirmando seu rigor no trato com um colega de trabalho, com o irmão incauto e até com um

---

9 *Depoimento de Maria Souza*, 12 out. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 22. Usada no parágrafo seguinte.

10 Entrevista com Maria Pinto de Souza, 11 set. 2021, e Entrevista de Walter Pinto de Souza, 11 nov. 2021.

11 *Depoimento de Eunice Sousa*, 6 nov. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais, f. 47.

12 SANTOS, M. O. *O viver na "Cidade do Bem"*: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem/BA. 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. p. 123.

delegado – que também estava informado de alguns outros boatos.

FIGURA 4
Eunice Souza no escritório da fábrica Boa Viagem

Fonte: acervo da família Pinto de Souza.

João Ataíde, o funcionário que costumava solicitar ajuda de Maria, parecia cultivar boas relações por ali, porque no final de semana do furto ele recebeu em casa o escriturário Domingos de Almeida (casado, quatro filhos, com instrução, pardo), que não residia na vila, mas bem perto, no Bonfim. Domingos tinha 45 anos e pretendia se alistar como eleitor e para isso pediu ajuda ao colega[13]. No depoimento que deu à polícia, o bem relacionado João não deixou de citar os boatos que ouviu e até deu nomes: a operária Diná, "ao passar por ele", sugeriu "que o autor do desvio do dinheiro só poderia ser gente de cima e de gravata"[14]. Talvez João inspirasse mesmo a confiança em alguns colegas, mas não se acanhou em declinar nomes na hora de indicar suspeitos do furto e de livrar a si próprio. Está claro, portanto, que além da possibilidade de controle patronal, a vila também era um espaço para francos entendimentos e interações diversas entre seus moradores, o que fazia os boatos circularem mais intensamente por ali – por escrito, em bilhetinhos, ou à boca miúda mesmo.

José Calazans (casado, dois filhos, 35 anos, com instrução superior, branco) chefiava a contabilidade e era muito bem remunerado. Diferente das irmãs Maria e Eunice, ele não residia na vila, mas em uma das casas maiores que ficavam fora dela, oferecidas pela fábrica com alguma distinção. Mas tal privilégio não liberava Calazans de convocações inesperadas: no mesmo sábado em que Eunice foi solicitada fora de hora por um colega, ele repousou em casa ao meio-dia – antes de Eunice, portanto –, mas logo recebeu um chamado pelo telefone "para um entendimento" e teve de retornar à fábrica por algum

[13] *Depoimento de Domingos Almeida*, 9 out. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 12-13.

[14] *Depoimento de João Ataíde*, 10 out. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais, f. 16.

tempo, o que não motivou queixas da sua parte. Aos olhos do delegado, ele não pareceu suspeito[15].

Outra testemunha convocada às investigações foi Nelito Neves (casado, dois filhos, 37 anos, com instrução, branco), auxiliar de contabilidade e morador da vila – um nome que também terá destaque em muitas outras páginas à frente. Nelito se disse habituado a trabalhar aos domingos, dias santos e feriados, esclarecendo que para isso recebia pagamento extraordinário, o que informou espontaneamente, talvez com orgulho e distinção. No sábado em que aconteceu o furto, ele teve de deixar o escritório por duas horas, "tendo necessidade de sair para levar na residência do diretor, João Tarquínio, um engradado de cerveja que ele havia mandado comprar"[16]. Nelito não foi alvo de suspeitas patronais e nem da polícia, e sua história na Boa Viagem revela o oposto disso: ele tinha 18 anos quando começou a trabalhar ali, como aprendiz de fiador, e 35 anos depois, na década de 1970, se aposentou como tesoureiro-geral, reputando à gestão de João Tarquínio os últimos grandes dias da Boa Viagem[17]. Os longos anos de serviço e as promoções deste trabalhador mostram que sua trajetória ascendente não dispensou serviços manuais, mesmo quando ele trocara os fios de algodão pela contabilidade. E isso atendia ao gosto do patrão, que encomendava a compra de cervejas ao funcionário em quem podia confiar, e não parecia contrariar o de Nelito, que poderia desfrutar de alguns dedos de prosa na casa dos Tarquínio e até um ou outro gole, quem sabe – as memórias de sua filha, que emprestou documentos do pai a esta pesquisa, também registram visitas à casa dos Tarquínio, afirmando o bom trânsito que o pai tinha com o patrão e demonstrando como esse orgulho foi transmitido à sua família[18].

Trabalhadores menos qualificados do escritório também gozavam da prerrogativa de residir na vila, transitando entre ela e a fábrica fora do expediente. O contínuo José Vasconcelos (casado, sem prole, 38 anos, com instrução, branco, apelido Zeca) habituara-se a "todos os domingos, dias santos e feriados ir ao escritório para fazer o asseio [...] encher os filtros e arrecadar as toalhas usadas", acrescentando que o fazia sem pagamento extra – distinção marcante entre ele e Nelito, que era remunerado pelo trabalho a mais. Segundo números de dois anos depois, Nelito percebia pouco mais que o dobro daquilo que recebia um contínuo – Cr$ 10 mil do auxiliar contábil contra Cr$ 4.500 do

---

15 *Depoimento de José Calazans*, 19 out. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 30.

16 *Depoimento de Nelito Neves*, 9 out. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 10-11.

17 CELESTINO, M. Memórias da Bahia II. *Correio da Bahia*, Salvador, p. 21, 2004.

18 Entrevista com Solange Neves, 2 set. 2021.

contínuo –, diferença que não patrocinou qualquer solidariedade entre eles: Zeca disse ter-se avistado com Nelito no domingo, dentro da fábrica, e pediu-lhe, sem sucesso, 10 cruzeiros emprestados, um valor tão pequeno que ele sequer deveria ter intenção de devolver, e Nelito negou[19].

Antes de retornar à casa, o contínuo contou que "apanhou um pacote de café de um quilo que havia sobrado", assumindo que sempre fazia isso. Apesar do constrangimento que pode ter lhe causado a revelação de suas necessidades mais miúdas, seu depoimento mostra que ele se sentia autorizado àquilo por sua própria moral ou por algum funcionário que reconhecia sua condição precária – mas nem sempre dispostos a ajudar com módicos empréstimos. Por causa dessa inconfidência, José Vasconcelos chegou a ser procurado pela polícia, mas não se tornou suspeito e não parece ter sofrido represálias patronais[20]. Todavia, alguns de seus colegas andavam atentos às suas "prerrogativas" – e essa é uma informação que não pode ser esquecida, como adiante se verá.

Outra fala reveladora registrada no processo é a do porteiro da Boa Viagem, Waldomiro Reis (solteiro, sem prole, 20 anos, com instrução, preto). O comissário de polícia que investigava o furto quis saber se Waldomiro tinha ordem para fiscalizar embrulhos que os funcionários transportavam e o trabalhador explicou:

> Tinha ordem apenas do gerente da fábrica [...] para fiscalizar os volumes que os operários conduzissem consigo [...] com referência aos funcionários do escritório *quer de categoria quer simples serventes ou contínuos*, nenhuma ordem recebera para vigiar os volumes que eles levassem quando saíssem[21] (grifos meus).

Seu depoimento mostra que hierarquias sutis, mas muito significativas, distinguiam os funcionários do escritório entre si, ainda que todos recebessem um tratamento privilegiado ao entrar e sair da Boa Viagem. Por isso, quando os boatos do chão da fábrica chamavam o pessoal de cima de "ratos de gravata", a ofensa poderia se destinar só àqueles "de categoria". Mas trabalhar no escritório, seja lá em qual função fosse, oferecia pequenos ganhos e algum *status* aos trabalhadores: serventes e contínuos, mesmo tendo uma qualificação mais rudimentar que o pessoal da contabilidade, por exemplo, tinham a prerrogativa de não prestar contas sobre seus pertences ao entrar e sair da fábrica.

---

[19] *Pessoal mensalista*, maio 1959. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 17.

[20] *Depoimento de José Vasconcelos*, 9 out. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 8.

[21] *Depoimento de Waldomiro Reis*, 16 out. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 27-28. Usada nos parágrafos seguintes.

Estes trabalhadores, que não eram propriamente "de categoria", talvez também se beneficiassem do trânsito que tinham entre superiores para obter pequenos benefícios: como recolher café do escritório sem ser denunciado nem impedido pelo porteiro ou arriscar módicos empréstimos com colegas mais bem remunerados, o que nem sempre era fácil de conseguir.

Mas o jovem porteiro Waldomiro não apenas respondeu às questões do comissário de polícia. Ele andava descontente com uma nova escala de trabalho e queixou-se mais de uma vez: "não gostando de trabalhar aos domingos à tarde pelo fato de querer se divertir", tinha que trocar turnos com um colega, pois "gosta de passear aos domingos", uma informação que não interessava ao policial, mas que ele se permitiu ouvir e registrar. Sob lentes microscópicas, a afirmação dessa queixa – literalmente uma questão de escala – chama atenção por ser a fala bastante espontânea de um jovem contrariado com sua jornada e contra a qual protestou a seu modo, revelando um fragmento de sua agência. Dentre todos os interrogados, Waldomiro era um dos mais jovens, tinha 20 anos recém-completados, e talvez por isso estivesse ali assistido pelo pai, para conter os arroubos de sua pouca idade ou para protegê-lo de eventuais excessos da polícia. Além de moço, Waldomiro tinha outra característica pela qual poderia ser – e era – distinguido: ele era preto, o que não escapou às lentes policiais, que assim o classificaram, nem de seus colegas de trabalho – outra informação de grande valor para mais logo.

Ora com intenções defensivas, ora como narradores do cotidiano entre o escritório, a fábrica e a vila, esses trabalhadores revelaram importantes detalhes da sobreposição entre suas vidas privada e profissional, convergindo para o padrão que José Sérgio Leite Lopes identificou no modelo de fábrica com vila operária[22]. Lopes percebeu que os patrões subordinam diretamente os seus trabalhadores para além da esfera da produção, mas também pôde perceber que os trabalhadores construíam uma identidade profissional afirmada no seu cotidiano. Em boa medida, isso se confirma no quadro da Boa Viagem aqui analisado: a vila era um espaço de intromissão dos patrões e de seus prepostos, mas de constante interação entre trabalhadores, ainda que nem sempre de maneira harmônica. E a julgar pela condição de moradia de outros trabalhadores de Salvador, numa década em que a cidade enfrentava grave problema habitacional, a exemplo das palafitas que se formavam nos Alagados, a vila era um local privilegiadíssimo, senão o mais aprazível e bem estruturado que estava acessível à classe trabalhadora, um aspecto importantíssimo que precisa

---

[22] LOPES, J. S. L. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Ed. UnB, 1988.

ser considerado quando se tem em vista aquilo que era diariamente negociado por empregados e patrões na Boa Viagem[23].

Nos depoimentos à polícia, apesar de não esconderem suas suspeitas contra o gerente, esses trabalhadores não eram queixosos de primeira hora, nem estavam dispostos em bloco contra seus superiores. Para se desvincularem do furto eles descreveram uma realidade que haviam interiorizado e que muitas vezes aceitavam, mas não gratuitamente. Se fossem queixosos na Justiça do Trabalho, é possível que seus depoimentos fossem bem diferentes, o que faria deles "casos excepcionais", talvez exemplos heroicos de resistência. Mas em um processo em que a disposição para confronto não dava o tom da narrativa que eles conceberam, seus depoimentos assumem outros contornos. Na Justiça, eles decerto computariam expedientes sem remuneração, trabalho aos domingos e dias santos ou denunciariam desvios de função, assédios e abusos de autoridade. Na polícia, onde se viam até salvaguardados em alguns direitos, como o de serem ouvidos, eles não se insubordinaram contra patrões, noutras ocasiões poderiam ser muito mais combativos, como demonstra Edinaldo Souza[24].

Os registros de suas reivindicações na Justiça para permanecerem na vila a partir do final dos anos 1960, quando a Boa Viagem fechava suas portas, mostram tais diferenças. Esse foi o caso da família de Eunice e Maria, por exemplo. Eunice se demitiu em 1969 da Boa Viagem e recorreu à Justiça para não ter de deixar a casa em que morava com irmãos e sua mãe. Durante uma audiência, esta senhora protestou em nome da filha ao dizer que Eunice deixou a Empório porque "depois de trabalhar 24 anos, arranjou coisa melhor"[25]. O arroubo dessa tecelã aposentada é apenas um exemplo de como os trabalhadores poderiam ser mais combativos e menos tolerantes quando chegavam à polícia ou à Justiça para denunciar seus patrões, sobretudo quando já não tinham outros meios de negociação – esse episódio será retomado com mais vagar daqui a muitas páginas.

---

[23] Sobre os problemas habitacionais de Salvador: MATTEDI, M. R. M. *As invasões em Salvador*: uma alternativa habitacional. 1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979; SOUZA, A. M. G. *Invasões e intervenções públicas*: uma política de atribuição espacial em Salvador: 1946-1989. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990; SILVA, A. A. *Eu nasci aqui, na maré...*: a luta pela moradia e consolidação do espaço em Alagados. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

[24] SOUZA, E. A. O. *Trabalho, política e cidadania*: trabalhadores, sindicatos e lutas por direitos (Bahia, 1945-1950). 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

[25] *Depoimento de Maria Rosa*, 5 ago. 1969. APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 10A-358-14, f. 26

Mas até que uma situação de conflito fosse deflagrada, os trabalhadores calculavam os riscos de eventuais prejuízos e se esforçavam para conquistar ou garantir grandes e pequenos benefícios – o direito a uma casa na vila ou um pouco de pó de café. O receio sobre o tanto que eles tinham a perder é valioso para uma compreensão sobre a tolerância que eles às vezes demonstravam.

Boatos, investigações patronais e algumas suspeitas

Como já foi dito, nem todo o imbróglio causado pelo furto começou quando o gerente Luiz Carlos resolveu prestar uma queixa na delegacia. Antes de a polícia entrar no caso, ele investigou o alegado sumiço do dinheiro por conta própria e com critérios patronais, suspeitando de dois trabalhadores: um deles foi Everaldo, auxiliar da contabilidade, e o outro foi João, um dos serventes do escritório. Ambos foram constrangidos na frente dos colegas e tiveram suas casas devassadas a mando do gerente. O tratamento que eles receberam por parte dos superiores e a forma como responderam à acusação guardam sintomas das diferenças que os distinguiam entre si e entre os demais trabalhadores do escritório.

O servente João Gomes tinha 26 anos, foi identificado como pardo e "com instrução". Tinha três filhos e, apesar de ser identificado como solteiro na polícia, seu depoimento esclarece que ele vivia maritalmente com uma mulher. Ele começou a trabalhar na Boa Viagem apenas quatro meses antes do furto, o que pode ter contribuído para as suspeitas que recaíram sobre ele. No sábado em que o dinheiro teria sido furtado, João pegou o serviço às sete da manhã e só largou às cinco da tarde, tendo que se apressar para chegar à Estação da Calçada, onde tomaria o trem das 18 horas para Alagoinhas, explicando ao comissário de polícia – um homem com notável sensibilidade trabalhista – que durante a semana ele pernoitava na casa de sua irmã, no bairro da Liberdade, e que nos finais de semana ia de trem para o município de Dias D'Ávila, onde residia e trabalhava sua companheira. Naquele sábado, portanto, além de trabalhar muito mais que funcionários "de categoria" como Eunice e José Calazans, que encerraram suas jornadas na hora do almoço, João ainda tinha que viajar para outra cidade, aonde não ia para descansar[26].

Sensível às entrelinhas do depoimento, o comissário quis saber onde João morava: "em casa própria, ou de aluguel ou ainda em casa de algum seu conhecido?", e o servente explicou: "não possui casa própria e nem reside em

[26] *Depoimento de João Gomes*, 26 out. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 39. Usada nos parágrafos seguintes.

casa de aluguel", residia "em um quarto em uma chácara de propriedade de dona Alzira Costa", onde sua esposa trabalhava fazia dois anos. O comissário insistiu na pergunta, pedindo mais clareza a João: "mora nesse quarto de favor ou é empregado da proprietária da chácara?". Sua situação era mesmo ambígua e João se explicou como podia: ele era encarregado "de tomar conta da chácara" e "a sua mulher é quem recebe uma gratificação de cento e cinquenta cruzeiros". E disse mais: ele foi contratado pela Boa Viagem "a pedido de dona Alzira", que era cunhada do gerente Luiz Carlos. Na manhã em que teve notícia do furto – ou quando fingiu tê-lo descoberto –, Luiz Carlos, com a provável conivência de Dona Alzira, foi até a chácara acompanhado por um policial para interrogar a esposa do servente. Ambos remexeram o cômodo em que o casal vivia, mas não encontraram nenhum sinal do dinheiro.

Pelo visto João exercia um trabalho não regulamentado para Dona Alzira e antes de ela interceder por uma oportunidade de emprego para ele na Boa Viagem é bem possível que João tenha se dedicado bastante aos serviços da chácara para poder residir junto com a mulher com quem vivia – aparentemente os filhos de João eram de uma relação anterior, pois não moravam com ele. Além disso, mesmo depois de empregar-se na fábrica, ele ainda precisava mostrar agradecimento a quem o colocou nela, "tomando conta" da chácara sem remuneração nas suas horas de descanso: era o preço a ser pago para que ele pudesse ficar perto da companheira e para ter um teto sem precisar desembolsar um valor mensal, o que lhe impunha outro alto custo. E até quando João explicou a situação da mulher com quem vivia, cujo nome foi silenciado nas fontes, ele descreveu sua fragilidade: ela não recebia um salário, mas uma "gratificação". De fato, o casal precisava lidar com a instabilidade das relações que lhes garantiam o mínimo para sua sobrevivência, negociando moradia e emprego, afinal, ele também poderia ser demitido a pedido das mesmas pessoas que o empregaram.

A situação frágil de João se refletiu na maneira como ele foi tratado pelo gerente – um "superior" na fábrica e na chácara – e na forma como ele respondeu aos excessos de que foi vítima. Na delegacia, João não registrou nenhum incômodo ao comissário de polícia – pelo menos nenhum que tenha ido para os autos –, sinal de que ele tinha poucos instrumentos que lhe permitissem rechaçar o vexame de ter a intimidade vasculhada ao arrepio das leis. Por outro lado, o processo não guarda qualquer registro de que o gerente tenha invadido a casa da irmã de João, onde ele pernoitava durante a semana, sinal de que o superior reconhecia os limites de sua autoridade e calculava seus desmandos.

Nos anos 1980, quando a indústria petroquímica parecia ter "modernizado" a economia de Salvador e suas relações de trabalho, Antônio Sérgio Guimarães

e Michel Agier perceberam que a ocorrência de arbitrariedades por parte da autoridade fabril ainda era intensa e frequente: "na prática, não encontra limites legais", concluíram. Eles argumentam que alguns excessos dos chefes variavam de acordo com a forma de ingresso do trabalhador no emprego: se mais ou menos dependente de relações pessoais, por exemplo. Esse fator também influenciava a disposição de os trabalhadores tolerarem alguns excessos uma vez que as contratações dependiam de laços pessoais e redes de apadrinhamento, o que implicava obrigações instáveis e desiguais[27]. Se essas características subordinavam trabalhadores que conseguiam uma colocação na "moderna" petroquímica, seu peso na década de 1950 era ainda mais intenso, a ponto de um gerente de fábrica se sentir autorizado a invadir a intimidade de um casal – que já não devia ser muita – e na companhia ilegal de um agente da polícia. A grande disposição de João para o trabalho não era o suficiente para livrá-lo da desconfiança de seu superior nem para desatá-lo dos compromissos com sua "patroa" Dona Alzira, a quem continuava prestando serviços não remunerados e alguma submissão.

Não fosse a curiosidade do comissário de polícia, o processo não registraria indícios da precariedade da vida que João e sua companheira levavam. Diante do comissário, o trabalhador evitou denúncias, talvez por não querer – ou não poder – arriscar-se contra seus empregadores na fábrica e na chácara. A rede interpessoal e profissional em que o casal participava era sustentada por trocas bastante desiguais e eles precisavam se esforçar para manter garantias importantíssimas para quem tinha tudo a perder: o emprego remunerado ou um quarto para dormir. João podia ser um dos trabalhadores que sonhava com a chance de ocupar uma casa na vila da Boa Viagem, o que seria uma conquista e tanto para quem vivia como ele, mas a documentação da Empório não traz nenhum indício de que um dia ele tenha alcançado esse direito, e mesmo se o conquistasse não estaria totalmente livre dos riscos de sofrer abusos.

Se longe da Boa Viagem a autoridade fabril pôde cometer excessos contando com auxílio informal de policiais, dentro da vila não foi diferente – ainda que nem sempre os patrões tivessem seus interesses respaldados pela polícia. Outro suspeito duramente incriminado pelo gerente foi o auxiliar de contabilidade Everaldo, uma das últimas testemunhas a depor no processo porque já não era um acusado, uma vez que o gerente havia desistido de incluir o seu nome na queixa que prestou oficialmente. Diante de um delegado que já

---

[27] GUIMARÃES, A. S.; AGIER, M. Identidades em conflito: técnicos e peões na Petroquímica da Bahia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 13, ano 5, p. 51-68, 1990.

demonstrava ter as suas próprias suspeitas, ele se defendeu sem ser intimidado e apresentou muitas denúncias e acusações.

Everaldo era filho de pai ignorado, mãe falecida e àquela altura vivia com a família que o adotou[28]. Sua mãe de criação e madrinha, antiga operária da fábrica, tinha 68 anos, era portadora de distúrbios cardíacos e ainda assim foi chamada ao escritório por ordem do investigador, "que chegou ao ponto de chamá-la de mentirosa", revoltando Everaldo. Na frente do pessoal do escritório, o policial acusou Everaldo pelo furto e por desviar pagamentos cujos cálculos eram da sua responsabilidade, enquanto o operário Eufrásio, "que também é inspetor da polícia na Boa Viagem", explicou Everaldo, foi designado para fazer buscas na sua casa. Assim como no quarto do servente João, armários e gavetas foram revolvidos sem que nada de comprometedor fosse encontrado.

As denúncias de Everaldo confirmam que os trabalhadores da Boa Viagem sabiam que conviviam com "infiltrados" a serviço dos patrões, que podiam ser policiais ou colegas caguetes. Desde que a vila foi inaugurada, a polícia auxiliava os prepostos patronais no patrulhamento intramuros: como mostra Marilécia Santos, com os portões fechados às nove da noite, uma "polícia interna" fazia rondas e, ao soar de apitos, ecoavam seus alertas – decerto, sobressaltando o sossego de quem tentava dormir[29]. Outra fonte confirma que policiais não precisariam pedir muitas licenças para circular entre os portões da vila e sua prontidão varava também o dia. Em 1958, Siegbert Simon, gerente de manutenção da Boa Viagem, foi ameaçado logo que chegou ao trabalho por Osmar Ferreira, eletricista incomodado com o fim do pagamento de horas extras e com mudanças em seu turno de trabalho. Enquanto alguns colegas ouviram Osmar dizer que daria "um tiro nesse alemão", o gerente pôde sentir seu subordinado encostar-lhe a mão no ombro e ameaçar: "previna-se contra mim"[30]. Então, o estrangeiro levou o caso a um colega, "que representa a Polícia num posto existente na Vila Operária", como denunciou o gerente, que não parece ter recebido nenhum tiro fatal, porque seguiu na lista de funcionários bem pagos da fábrica nos anos seguintes, ao passo que o eletricista, que chegou a recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho, foi demitido por justa causa – esse episódio retém outros lances bastante elucidativos das relações de trabalho na Boa Viagem e será retomado bem mais adiante.

---

[28] *Depoimento de Everaldo Cardim*, 24 out. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 36-38. Usada no parágrafo seguinte.

[29] SANTOS, 2010, p. 111-112 e 124.

[30] APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 122-514-3. Usada em todo parágrafo.

Quer dizer, por mais que as memórias de alguns trabalhadores sejam benevolentes com o cotidiano que eles viveram entre a fábrica e a vila, expostos a patrulhamentos e regras rigorosas, outras fontes iluminam esse aspecto da sua vida. Seu Fernando Mendes, por exemplo, tinha 87 anos em 1974, era um dos mais antigos moradores da vila e estava prestes a ser despejado da casa em que residia, mas "morria dizendo" que sentia saudades do tempo de Luiz Tarquínio, um tempo decerto idealizado, que ele mal viveu, dado que tinha 16 anos quando o industrial morreu. Sua memória registrou também: "no tempo que transporte para aqui [a Boa Viagem] era bonde a burro e carroça, soldado não entrava aqui armado, não. Em cada portão tinha um vigia durante o dia e no portão central [...] ficava um vigia até de manhã". Ao descrever o passado idealizado, seu Fernando não denunciou que ele próprio, assim como seus colegas e vizinhos, era vigiado[31]. Everaldo, no calor do momento, demonstrou uma disposição oposta, que se revela em fontes sem o filtro da posteridade.

A vexatória inquisição que Everaldo sofreu à vista de todos, somada às buscas ilegais realizadas em sua casa, denunciam novamente a sobreposição muitas vezes danosa das esferas profissional e privada a que estavam submetidos aqueles trabalhadores. Segundo Lopes, uma das situações mais humilhantes e insuportáveis para os trabalhadores têxteis de Pernambuco, que assim como os da Boa Viagem viviam entre o trabalho na fábrica e a moradia numa vila operária, era ser chamado ao escritório ou ter de prestar esclarecimentos sobre sua conduta diante de colegas[32]. O que dizer, então, da humilhação a que Everaldo e João foram submetidos?

Mas na delegacia, sem sofrer intimidações, Everaldo também acusou. Segundo ele, o gerente com frequência incluía nomes estranhos nas folhas de pagamento, sempre alegando que já havia efetuado tais pagamentos com recursos dos próprios bolsos, uma inverdade segundo Everaldo. Resguardado, ele garantiu que tinha decorado nomes e datas que confirmavam sua denúncia e, também, solicitou que o delegado anexasse ao processo o bilhete que o acusava, que lhe fora tomado pelo gerente, fazendo um valioso acréscimo: o presidente da companhia, João Tarquínio, tinha consigo outros bilhetes com acusações, que ele também queria ver anexados ao processo como prova, no que foi atendido pelo policial – para regozijo da pesquisa histórica. Everaldo prometia agir criminalmente contra seus algozes "quando ficar provado neste inquérito que ele [...] não foi o autor do furto e nem cúmplice", pois: "tem em seu poder cinquenta e cinco memorandos cujas caligrafias se assemelham [...]

---

31 *Tribuna da Bahia*, 2 set. 1974. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 36.

32 LOPES, 1988, p. 345.

às caligrafias das [...] cartas". Talvez ele pretendesse reverter sua situação recorrendo à Justiça do Trabalho ou mesmo à criminal, donde se percebe que a lei não era uma ameaça, mas uma salvaguarda para ele subverter o poder privado dos patrões.

Ele chegou a reclamar que as residências dos demais funcionários não foram vasculhadas e que "tal medida só fora tomada contra ele", denunciando a seletividade patronal e exigindo tratamento equivalente, mas ligeiramente seletivo também. Everaldo se sentiu seguro o bastante para acusar o gerente e é de se notar que mesmo tendo comparecido à delegacia um mês depois do furto, quando o constrangimento do servente João já devia ser assunto amplamente conhecido, ele ignorou o fato, dizendo-se o único injustiçado. A solidariedade que Everaldo negou a João pode ser um *flash* do olhar que ele tinha sobre si e sobre seus colegas: talvez sua revolta fosse mais intensa por ser ele o único funcionário "de categoria" perseguido pelo gerente, esquecendo-se das ofensas contra um servente – sem falar de outras muitas diferenças que poderiam afastá-los.

A etnografia de uma fábrica têxtil feita por Vera Pereira aponta que a função de servente era ocupada por trabalhadores com poucas perspectivas de crescimento profissional, porque esse cargo não exigia habilidades específicas e seus ocupantes podiam ser substituídos facilmente, além de não dispor de significativas chances de progressão na carreira. E como os ocupantes desse posto bem sabiam, em um momento de cortes "é ele sempre o mais visado e o mais facilmente substituível", razão de serem mais dependentes do emprego atual do que quem dominava um ofício específico, anotou Pereira. Por outro lado, trabalhadores empregados na condição de aprendizes ou como auxiliares – caso de Everaldo – possuíam a perspectiva de crescimento na empresa[33]. Portanto, essa era uma das distinções que poderiam afetar uma eventual proximidade entre Everaldo e João, já que ambos deviam ter expectativas distintas para o seu futuro, o que poderia afetar as relações que eles estabeleciam e as maneiras como se comportavam. E claro: para João, trabalhar como servente no escritório era um serviço menos puxado do que executar as mesmas tarefas em outros setores da fábrica, como na fiação, por exemplo – e foi num posto assim, de trabalho pesado, que o protagonista do livro entrou na Boa Viagem.

Se o emprego de João era sustentado por frágeis laços de dependência, Everaldo dispunha de recursos mais encorajadores que iam além de suas habilidades técnicas. Oswaldo dos Santos (casado, com três filhos, 50 anos, com

---

[33] PEREIRA, V. M. C. *O coração da fábrica*: estudo de caso entre operários têxteis. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 69-74 e 112.

instrução, branco) tinha as credenciais de funcionário público estadual e apresentou-se espontaneamente à polícia para acompanhar as investigações porque era primo carnal e padrinho de Everaldo, além de filho da senhora ultrajada pelo gerente. Ele morava na vila, onde também viviam a esposa, os filhos, Everaldo e a mãe de Oswaldo. Ao saber que a casa em que a família residia fora revirada por Luiz Carlos, Oswaldo contou que decidiu "acompanhar quer na fábrica quer na polícia o prosseguimento das diligências", mostrando que ele dispunha de algum trânsito na Boa Viagem também – as fontes não esclarecem se Everaldo era o único empregado da família na fábrica. Ao fim das investigações, este senhor fez questão de aparecer no processo como testemunha voluntária e garantiu ter assistido "a quase todos os depoimentos, se não todos", sem ter visto figurar nada contra seu afilhado, só muitas insinuações veladas que atribuíam o furto ao gerente Luiz Carlos: "era o que se falava na fábrica a boca pequena", ou nem tão pequena assim. Ao término de seu depoimento, deixou três pontinhos alinhados ao lado de sua firma, indício de vínculos maçônicos, o que poderia facilitar seu acesso em alguns ambientes – na polícia até[34].

Possuir uma rede de apoio para recorrer numa situação extrema como aquela era outra enorme distinção entre Everaldo e João. E ainda há outras notórias diferenças: Everaldo era cinco anos mais jovem que João (21 e 26 anos, respectivamente); João vivia amasiado e tinha três filhos, Everaldo não era casado, não tinha prole e residia com a família que o criou; João possuía instrução rudimentar, Everaldo era letrado e podia lidar até com dados contábeis; não é possível apurar como Everaldo foi contratado pela fábrica, mas é certo que João entrou ali a pedido do gerente Luiz Carlos. Por fim, outra distinção marcante, e que guarda muitas variáveis, é que João foi considerado pardo na delegacia, ao passo que Everaldo, por um lapso do escrivão, não teve a cor de sua pele discriminada. Porém, em fontes posteriores, quando Everaldo já era um senhor, é possível encontrar uma foto sua e uma tabela profissional que o descreve como branco, com 1,70 de altura, olhos castanhos e cabelos ondulados. Sua foto 3x4 revela um fenótipo bem mais próximo do branco que do pardo[35].

Se João foi considerado pardo em circunstâncias em que Everaldo pôde ser considerado branco, essa era outra grande diferença entre eles. Apesar das imprecisões e enviesamentos das fontes que abastecem essa comparação pontual, ela não é de somenos importância para distinguir Everaldo de

---

[34] *Depoimento de Oswaldo Santos*, 25 jan. 1958. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 67.

[35] Me refiro a uma ficha profissional de Everaldo Cardim, provavelmente datada de fins dos anos 1990 e começo dos anos 2000, a qual tive acesso informalmente.

João, sobretudo quando o escritório da Boa Viagem, assim como os mundos do trabalho de Salvador de uma maneira ampla, era um espaço bastante racializado e com hierarquias sociais pautadas nesse critério. Se alguma hierarquia de cor se estabeleceu entre ambos, ela amplia o efeito de outras tantas interpostas entre eles[36].

Ou seja: o gerente Luiz Carlos suspeitou de um funcionário "de categoria" e de outro não tão bem colocado na fábrica, e apesar de aproximados por uma perseguição patronal, eles estavam afastados por critérios múltiplos e muito influentes. E se João foi compelido a resignar-se ante o abuso do superior, Everaldo compareceu sozinho ao encontro para o qual foi intimado no bilhete ameaçador mencionado páginas atrás. A despeito da perseguição que enfrentou, Everaldo ainda tinha coragem para encontrar o anônimo que o acusava nos mesmos termos do gerente: "Vevé, só eu sei que você roubô o dinheiro [...] Se você não *vim* conversar comigo eu vou *alarmá* a polícia". O bilhete, inclusive, tratava-o pelo apelido, insinuando alguma proximidade, o que pode ser aquilatado a partir do depoimento de um operário têxtil pernambucano. Ele contou que nas muitas vezes em que foi chamado às falas pelo gerente, não era tratado pelo nome: "todos os companheiros na fábrica têm nome de guerra". Orgulhoso, ele dizia: "meu nome de guerra era Castanha"[37].

Vevé também tinha o seu nome de guerra e seus acusadores sabiam disso. Ele compareceu ao lugar indicado no bilhete e ali encontrou Manoel Muniz, fiscal da prefeitura, que recebera cinco cruzeiros para se passar por portador da intimidação e que nada sabia sobre o episódio. Vevé pediu que ele o acompanhasse de volta à fábrica para desfazer mal-entendidos e o depoimento de Eunice, de cujas mãos o gerente Luiz Carlos arrancou o bilhete, reconstrói a tensão do momento. Segundo ela, à frente de todos os colegas, Vevé interpelou o homem sobre quem havia lhe incumbido daquela função e este, sem hesitação, apontou para o gerente. "Demonstrando aborrecimento", traduziu Eunice, Luiz Carlos exclamou:

Luiz Carlos: – Eu?
Manoel: – Foi o senhor mesmo quem me entregou a carta.

---

[36] Desenvolvo esse argumento a partir de outros exemplos em: TORRES, L. P. M. Não vende a operários, só a compradores de confiança: interações e experiências cotidianas da classe trabalhadora de Salvador (BA) nos anos 1950. *In*: RIBEIRO, F. A. dos S.; MELLO, J. da S. B. de; TORRES, L. P. M. (org.). *Tem pano para manga*: histórias do trabalho têxtil no Brasil. Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2023. p. 199-236.

[37] LEITE LOPES, J. S.; ALVIM, R.; BRANDÃO, C. *Tecido Memória*, documentário, 2008.

Em seguida, o gerente chamou o homem à parte e o diálogo prosseguiu com portas fechadas, evitando outros olhos, ouvidos e bocas do escritório[38].

Investigações policiais e outras suspeitas

O trabalho do agente de polícia convocado pelo gerente Luiz Carlos não levou ao processo qualquer registro oficial, o que confirma que ele só contribuiu para os desmandos patronais, e a chegada do comissário Argobasto de Oliveira ao caso mudou significativamente os rumos da investigação. Como as testemunhas não desabonaram os dois trabalhadores perseguidos e levantaram suspeitas sobre o próprio gerente, o comissário precisou expandir os termos da queixa apresentada para investigar o superior. Seus esforços investigativos produziram um quadro expressivo das hierarquias da Boa Viagem e o vigor histórico que o processo em tela possui é em grande medida consequência do esforço deste policial. Além de ter permitido descrições detalhadas sobre o cotidiano vivido pelas testemunhas, ele teve de contornar a falta de interesse da direção para investigar um de seus gerentes e flagrou diversos indícios das diferenças entre homens e mulheres do escritório.

O cruzamento das fontes disponíveis a esta pesquisa nem sempre permite a composição de um quadro amplo com informações sobre quem trabalhava no escritório, mas ele indica uma notória desigualdade de gênero ali: as mulheres recebiam menos e ocupavam cargos de secretarias, enquanto homens assumiam chefias. Tais diferenças influenciaram bastante o desenrolar das investigações mesmo depois da chegada da polícia.

Como o dinheiro furtado estava trancado à chave na mesa de Eunice, que não teve de ser arrombada, o comissário Argobasto deu ouvidos ao que as testemunhas falavam sobre a relação dela com o gerente. Ele ouviu uma testemunha garantir que entre ambos "existe apenas relações de camaradagem, de chefe para com funcionário"[39], mas ainda assim quis se inteirar sobre a relação que eles tinham e saber mais sobre a "conduta" deles.

José Calazans, então contador-chefe da Boa Viagem, afirmou que Eunice era "funcionária antiga, cumpridora dos seus deveres" e que não conhecia "nenhuma falta porventura cometida por ela". Ele se afastou como pôde de Luiz Carlos, dizendo que não podia falar muito sobre este colega, "porque as salas em que trabalham são completamente autônomas [...] não tendo ligação entre eles", ainda assim acrescentou: "a princípio, segundo colegas lhe contaram,

---

[38] *Depoimento de Eunice Souza*, 6 nov. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 47.

[39] *Depoimento de Domingos Almeida*, 9 out. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 12-13.

os operários diziam que o autor [...] do desvio eram os ladrões de gravata, lá de cima, entretanto, agora, eles citam o nome do provável autor", e esse nome era o de Luiz Carlos[40]. Um eletricista da fábrica registrou sem titubear: "É voz corrente que quem poderia ter sido autor do desvio era o senhor Luiz Carlos", um "rato de gravata" para muitos dos "de baixo" e, eventualmente, para alguns dos "de cima" também[41].

Outros funcionários apimentaram as investigações contando ao policial que o gerente e Eunice "são muito *camarados*, muito amigos"[42], e que "corre a fama que [Luiz Carlos] é namorador e conquistador"[43]. Um escriturário da Boa Viagem confirmou que havia "muita camaradagem" entre os dois e que já tivera, inclusive, "oportunidade de vê-los cochichando" – mais pimenta no caso. Este funcionário considerava Luiz Carlos muito amistoso, "entretanto é um pouco pirracento", e não negava que para os trabalhadores da fábrica o maior suspeito era o gerente: "os comentários que tem ouvido, todos eles giram em torno do nome do senhor Luiz Carlos". O comportamento de Eunice também espantava os colegas: como ela dizia "que não iria pagar nada", futricou o escriturário, "vários empregados da fábrica têm comentado a despreocupação de Dona Eunice em face do ocorrido"[44].

O processo não registra se o comissário apurou a relação de Luiz Carlos com algum homem do escritório e somente suas aproximações com Eunice parecem ter chamado atenção dos colegas, reverberando no trabalho do investigador. Isso evidencia que se o comissário não se contaminou pela sanha persecutória do gerente contra Everaldo e João, ele foi visivelmente afetado por alguns dos boatos que circulavam por ali impregnadíssimos de preconceitos. Como nenhuma outra funcionária do escritório foi ouvida pelo comissário, esses depoimentos mostram que, naquele ambiente masculino, os funcionários homens estranhavam a aproximação de Eunice e Luiz Carlos e que a segurança que ela exibia quanto à sua inocência, entendida como "despreocupação" por uma testemunha, podia ser malvista. E os depoimentos não deixam dúvidas de que Eunice vivia um cotidiano de trabalho bastante machista, afinal, o gerente seria o conquistador, ela, o objeto da conquista – notória distinção no tratamento dispensado ao homem e à mulher, sua subordinada. Também fica evidente que Eunice poderia estar submetida a uma hierarquia profissional assediosa que não

---

[40] *Depoimento de José Calazans de Souza Filho*, 19 out. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 30.

[41] *Depoimento de José Rosa Muniz*, 4 dez. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 1957.

[42] *Depoimento de João Aureliano*, 10 out. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 16.

[43] *Depoimento de José Borges*, 10 out. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 15.

[44] *Depoimento de João Maia*, 10 out. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 17-18.

causava nenhum espanto em seus colegas. E se, em vez de se esquivar, ela quisesse corresponder aos galanteios de Luiz Carlos, solteira que era – embora ele não fosse –, Eunice poderia ganhar uma "fama" menos elogiosa entre seus pares. Ou seja, as suspeitas do comissário de polícia e dos colegas de trabalho sobre Eunice não pareciam inspiradas apenas pelo fato de o dinheiro furtado estar na sua mesa.

FIGURA 5
Eunice ao lado de uma senhora não identificada

Fonte: acervo da família Pinto de Souza.

Eunice precisou comparecer à delegacia em duas ocasiões. Na primeira, defendeu-se argumentando que nas gavetas de outros colegas também havia dinheiro, mas em menor quantidade, e que isso era frequente. Ela desconhecia existência de cópia das chaves da sua mesa, mas depois do furto descobriu que chaves de outras mesas podiam abrir a sua, por isso, só podia atribuir o furto a algum funcionário da casa. Ela confirmou os boatos correntes contra o gerente ("tinha ouvido falar por operários e funcionários da casa") e não negou que tivessem um relacionamento amistoso, embora não tivesse motivos para suspeitas, "porque ele sempre demonstrou-lhe amizade e consideração". Quando teve de comparecer de novo à delegacia, não recuou em seu depoimento: "efetivamente tem ouvido sussurros de operários que dizem que a companhia não tem interesse em apurar o fato porque certamente o autor ou autores são gente grande", entre os quais ela talvez não se colocasse. O policial quis saber e ela disse que não teve de ressarcir a fábrica, a direção apenas mandara que a contabilidade anotasse a perda sob a rubrica de "prejuízos eventuais"[45]. E para Eunice tudo ficou nisso.

A cada depoimento o comissário parecia mais certo de que somente "gente grande" poderia ter realizado o furto e de que a direção da fábrica não pretendia apurá-lo efetivamente, o que era de se estranhar naqueles dias. Poucas semanas antes, segundo reportagem de *O Momento*, a folha comunista de Salvador, a Boa Viagem

[45] *Depoimentos de Eunice Souza*, 5 out. e 6 nov. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 6 e 47.

atrasara por quatro semanas o pagamento de quase todos seus trabalhadores, o que inspirava alguma mobilização e uma ameaça de greve[46]. Além disso, aquele ano que já se encaminhava para o fim não estava sendo nada bom para a fábrica: se até então os lucros estavam sendo reduzidos, em 1957 a Boa Viagem sequer os registraria[47]. Portanto, é estranho que sua direção não se mobilizasse para apurar o furto de uma quantia significativa – correspondente a sete salários de um funcionário da contabilidade como Nelito[48].

O gerente Luiz Carlos compareceu à delegacia em três ocasiões – ninguém mais depôs tantas vezes – e sempre era confrontado com novos elementos da investigação, como o excesso de suas investigações, que pareciam incomodar o policial e que o gerente garantiu ter acontecido com o aval dos diretores[49]. O comissário não quis saber do abuso contra o servente João e só interpôs perguntas sobre o tratamento dispensado a Everaldo, obrigando o gerente a se justificar. Ele se explicou dizendo que Everaldo foi o seu primeiro suspeito por ser "um rapaz inexperiente" e porque "era noivo e vivia constantemente emitindo vales sobre seu ordenado", mas teve de reconhecer: "suas suspeitas se desvaneceram no momento em que [Everaldo] se mostrara aborrecido, protestando contra tal acusação e se dirigindo para o local onde o autor da carta anônima marcara o encontro", quando "dúvida não teve quanto a não ser ele o autor do desvio". A firmeza de Vevé fez o superior recuar e seu nome foi retirado da queixa, mas àquela altura ele já pagara um preço alto. O comissário insistiu com perguntas que confrontavam o gerente e que pareciam lhe constranger:

Comissário: – Foram efetuadas buscas na casa dos funcionários apontados como suspeitos?

Luiz Carlos: – Negativamente.

Comissário: – Na altura em que se encontra os fatos [sic], o interrogado já pode fazer suspeita sobre este ou aquele funcionário ou operário?

Luiz Carlos: – Negativamente.

Comissário: – É do conhecimento seu de que na fábrica andam fazendo comentários em torno do seu nome como possível autor do desvio do dinheiro?

Luiz Carlos: – Negativamente.

---

[46] *O Momento*, 10 e 30 ago. 1957.

[47] PAMPONET, 1975, p. 208.

[48] *Pessoal mensalista*, maio 1959. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 17.

[49] *Depoimentos de Luiz Carlos Drumond*, 5 out. 1957 e 6 nov. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 4 e 51.

Pois não foi Boris Fausto que percebeu que o aparato policial poderia inibir pessoas da classe trabalhadora que eram confrontadas com ele? Então: diante do comissário Argobasto, que permitiu que Everaldo denunciasse tudo o que queria, era o gerente Luiz Carlos que parecia intimidado e apostava na tática de falar o menos que podia, em franca oposição ao comportamento de Vevé, um acusador loquaz[50].

A essa altura das investigações, o comportamento evasivo do gerente parecia acobertado por seus superiores e o comissário ainda não estava satisfeito. Ele não desistiu de ouvir os senhores daquela fábrica, o que não era fácil. Foi preciso insistir bastante para tomar o depoimento de João Tarquínio, então presidente da Empório. O comissário enviou três "convites" – sim, não eram intimações – solicitando a presença do industrial na delegacia e só pôde recebê-lo mais de um mês depois do primeiro agendamento[51].

João Tarquínio (engenheiro têxtil, casado, um filho, 70 anos, branco) morava distante de sua fábrica, na aprazível Rua da Graça, no bairro de mesmo nome. Quase dez quilômetros separavam a fábrica da residência do seu presidente, um trajeto que obrigatoriamente incluía uma subida bastante íngreme para quem partisse da Boa Viagem. Por isso, se o contador Nelito comprasse a caixa de cerveja encomendada por Tarquínio nas imediações da vila operária, onde residia, dificilmente conseguiria entregá-la a pé. Já o gerente Luiz Carlos morava no Largo da Vitória, a poucos passos do patrão, e sequer suaria as mangas da camisa para acudir qualquer pedido que lhe chegasse de cima – ainda que ele não fosse solicitado para um serviço daquele jaez. E, claro, o gerente estava muito mais próximo de Tarquínio para um chá, um café ou mesmo umas cervejas, quando poderiam conversar sobre os assuntos da fábrica que Tarquínio preferia tratar com os mais chegados. Essa geografia que situa o presidente da fábrica muito mais perto de seus funcionários "de categoria" confirma as hierarquias profissionais reveladas durante a investigação do furto e ajuda a entender os porquês de o gerente Luiz Carlos não ter se tornado suspeito aos olhos dos seus superiores, embora para muitos trabalhadores pudesse ser considerado um "rato".

Na delegacia, Tarquínio alegou desconhecer os boatos que circulavam na fábrica: "teve conhecimento [do furto] por intermédio de outros diretores e de funcionários", e que "não teve oportunidade de ouvir comentários". Avizinhando-se de seus funcionários "de categoria", ele confirmou ter recebido as cartas mencionadas por Everaldo, algo que pareceu incomodá-lo mais pela

---

[50] FAUSTO, 1984, p. 22-24.

[51] Para ofícios remetidos pelo comissário, APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 60, 62 e 64.

forma que pelo conteúdo: "os denunciantes anônimos não tiveram ainda a coragem de, pessoalmente, darem a denúncia". Tal qual a maior parte das testemunhas, Tarquínio confessou desconfianças: "enquanto não for apurado qual o autor ou autores do furto [...] suspeita de todos". Contudo, ele era mais discricionário do que se insinuava e o comissário Argobasto perguntou se era do seu conhecimento que Luiz Carlos alterava folhas de pagamento e desviava quantias, o que Tarquínio negou silentemente e sem desagravos[52]. Ele afirmou ter tomado uma só providência: advertiu Eunice, "pelo fato de ter deixado tão avultada quantia na gaveta". Além dos olhares maliciosos dos colegas, ela também respondia desigualmente pelas cobranças do patrão.

Nos limites da literalidade que guarda o processo, é possível recompor o diálogo entre João Tarquínio e o comissário Argobasto, que insinua o incômodo do policial ante a inoperância e o sectarismo patronal:

Comissário: – A Companhia abriu algum inquérito administrativo para apuração do furto?

Tarquínio: – Fizeram um inquérito muito superficialmente.

Comissário: – Nesse inquérito foi apurado alguma coisa contra o funcionário Everaldo e, no caso negativo, qual o motivo da sua demissão?

Tarquínio: – Nada fora apurado contra ele, tendo se verificado a sua demissão porque os seus serviços muito deixavam a desejar.

Comissário: – Durante o tempo em que o referido funcionário servira à Companhia foi por ele cometida alguma falta grave?

Tarquínio: – Falta grave, não, porém seus serviços não eram perfeitos, eram deficientes [...] tanto assim que o lugar por ele ocupado ainda se encontra vago e não vai ser preenchido.

Não fosse a ingerência policial nos assuntos da fábrica, não seria possível saber que, decorridos mais de dois meses desde o furto, Everaldo fora despedido e era aparentemente o único penalizado. Não ficou claro quando aconteceu, mas, se foi uma demissão sumária e imediata ao furto, isso pode ter estimulado seus protestos na delegacia. Se já tivesse perdido o emprego, não haveria razão para evitar o confronto, se não, a demissão pode ter sido estimulada por sua disposição para topar de frente com o gerente. E a certeza da

[52] *Depoimento de João Tarquínio*, 8 jan. 1958. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 65. Usada nos parágrafos seguintes.

demissão de Everaldo confirma os riscos que pairavam sobre o servente João, abrandando seus ímpetos.

Disposto a prosseguir com seu trabalho, o comissário solicitou de Tarquínio os bilhetes que ele confirmou ter recebido, uma exigência do próprio Everaldo, e de novo precisou insistir para ser atendido: só os recebeu no fim de abril de 1958, cinco meses depois do furto. A riqueza superlativa de uma dessas fontes enseja o próximo tópico.

Um bilhetinho ferino

Nem todos os critérios patronais são especificados em documentos, tampouco os seus caprichos, mas o tanto que os boatos poderiam incomodar os administradores de uma fábrica foi impresso pouco depois da demissão de Everaldo na *Revista de Administração de Empresas*, que talvez tivesse até algum gestor da Boa Viagem entre seus assinantes. Um artigo publicado em 1965 chamava a atenção dos administradores para os perigos dos boatos, que eram comparados às greves: ambos só possuem expressão se forem desencadeados coletivamente e por isso precisavam ser controlados, "no boato há um desejo secreto que está requerendo esclarecimento", alertava, com razão, o texto[53].

Outro artigo explica que, para que um boato corresse, "o assunto deverá revestir-se de certa importância", e estabelecia que muitos deles estavam longe de ser despretensiosos ou inofensivos: "são boatos que reduzem o valor e o prestígio de outro grupo [...] são boatos que criam ameaças e propõem vinditas; são boatos que ridicularizam ou hostilizam, segundo o sabor malsão de seus urdidores". O texto advertia aqueles que deveriam controlar esse mal: "a circulação de boatos é um atestado de deficiência nas comunicações, um sintoma da má qualidade das comunicações". Por isso, eles poderiam ser reduzidos em frequência e intensidade se "o moral" do grupo fosse melhorado:

> a melhora do moral não se compra com salários elevados, nem se mantém pela força do comando autoritário. O moral elevado de grupo representa uma conquista do grupo pelo respeito recebido e oferecido por todos os seus participantes aos demais membros do grupo. Isso não exclui o problema salarial e não elimina nem reduz a necessidade de disciplina, a hierarquia e a ordem. Mas um

[53] KANNER, R. A análise psicológica de tumultos, boatos e greves. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 5, n. 14, p. 105-118, 1965.

> baixo moral de grupo pode coexistir mesmo com salários elevados e com autoridade hierárquica forte[54].

Os boatos que corriam pela Boa Viagem não eram inofensivos e endossavam suspeitas opostas às de João Tarquínio, incomodadíssimo com aquele disse-me-disse e nem tanto com o próprio furto. Afinal, Tarquínio se satisfez com a dispensa de Everaldo e com a repreensão à Eunice, sem deixar de criticar aqueles que, pessoalmente, não lhe fizeram denúncias, preferindo a boataria malsã que chegou aos ouvidos do comissário de polícia. Os boatos são, portanto, uma fração da agência dos trabalhadores que denunciavam uma cadeia de comando hierarquizada, seletiva e, por vezes, ineficiente – e improdutiva também, diria alguém do ramo da administração.

O comissário Argobasto não disfarçou sua chateação com a dispensa de Everaldo, mas João Tarquínio dispensou explicações detalhadas e, tirante o aborrecimento de ter sua autoridade questionada, a demissão era irrevogável. Além disso, o industrial também não estava nada interessado em suspeitar do gerente seu vizinho, apesar de todos os boatos que o denunciavam. E mais do que ouvir boatos – que ele fingia ignorar –, João Tarquínio recebeu, ousadamente, pelo menos dois bilhetes anônimos tratando do furto.

Um deles foi escrito com letra caprichadíssima, reproduzindo todas as acusações lançadas por Luiz Carlos contra Everaldo e sem indicar outro suspeito – possivelmente tinha o dedo do gerente nisso[55]. O outro bilhete foi mais explícito no teor da acusação e é mais instrutivo à pesquisa histórica: ainda que não tenha interferido nos rumos da investigação que estava em curso, trata-se de uma fonte bastante reveladora.

Aos garranchos e recorrendo à mesma informalidade que devia usar em conversas com seus pares, o autor rompeu a rígida cadeia de comunicação sustentada pela direção da fábrica, algo pelo que João Tarquínio se mostrava muito zeloso, e feriu suscetibilidades ortográficas, além de outras – a transcrição do bilhete segue sem interferências e dispensando as muitas indicações de "sic". De próprio punho, o trabalhador escreveu: "Zeca contino roba café da compania e vende no Armazem Vitoria e no Armazem Bôa Viagem e é autor tambem do robo do dinheiro com o Luiz Carlos, e Veve e o nego da porta que eu não cei o nome". Sem floreios, prosseguiu ampliando os termos de sua denúncia: "dia de domingo e feriado Zeca fica no escritorio com uma garrafa

---

[54] HOYLER, S. O boato: comunicação patológica. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 6, n. 21, p. 59-76, out./dez. 1966. p. 65, 72-73 e 76.

[55] *Bilhete*, não datado. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 80.

de caxasa e uma mulher fudendo ai em cima". Como o trabalhador reconhecia as distinções e hierarquias que separavam os pavimentos da fábrica, fincou posição no setor de onde escrevia e justificou o anonimato: "não asino meu nome porqe não quero me meter em bolo mais estou trabalho na ofisina"[56].

Pelo visto o furto foi uma ocasião para este trabalhador manifestar sua ética pluralmente ferida. Ele apontou autores diversos, denunciou pequenos privilégios e transgressões que lhe pareciam graves, mas anonimamente, porque não queria se meter em "bolo", ou seja, em confusão. Suas palavras revelam apego a alguns valores morais que com certeza eram compartilhados por superiores e, se os trabalhadores inicialmente se distanciavam dos "de cima", chamando-os de "ratos de gravatas", o bilhete deste anônimo oferece um ponto de vista peculiar: seu desagravo foi disparado contra gente de toda a fábrica, mas não com a mesma intensidade. A fonte é rica e merece ser analisada com vagar.

Primeiro, se for mesmo verdadeira a informação de que o bilhete foi escrito por alguém que trabalhava na oficina, seu autor dificilmente não seria um homem – e bastante cioso de seu posto, inclusive. Lopes percebeu que as oficinas empregavam exclusivamente homens e que uma colocação ali era conquistada com muito esforço, o que garantia a seus trabalhadores o sentimento de sua importância, distinguindo-os dos demais. Segundo Lopes, havia entre os operários das oficinas uma "tradição profissional", um orgulho "vinculado não somente à 'arte' inerente àqueles profissionais e sua concepção do trabalho [...] mas também ao caráter estratégico de sua produção"[57]. E pouco tempo antes do furto, uma lista com controle de frequência da fábrica mostra que havia 13 trabalhadores – todos homens – cuidando do motor que gerava energia para a fábrica e outros 13 ocupados na oficina, entre os quais, havia uma única mulher, talvez encarregada de sua limpeza, parece ser o mais provável[58]. Portanto, dada a importância da seção, o anônimo poderia estar apenas querendo respaldar suas acusações.

O bilhete está encimado com uma informação utilíssima: foi escrito em 2 de outubro de 1957, a mesma quarta-feira em que o gerente Luiz Carlos registrou queixa na polícia, uma evidência de que o furto repercutiu na fábrica inteira e de que o trabalhador considerava sua denúncia uma tarefa inadiável, porque o fez antes mesmo de a polícia começar seu trabalho. E como aquele era um dia de serviço, seu autor preferiu não esperar pelo domingo, a única

---

[56] *Bilhete*, 2 out. 1957. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 79.

[57] LOPES, 1988, p. 315-316.

[58] *Relação dos operários trabalhando no dia 24 de agosto de 1955*. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 19.

folga integral de que disporia, já que aos sábados a fábrica funcionava a meio turno. Por isso, o bilhete pode ter sido escrito logo cedo, com a pressa de quem tinha de evitar atrasos, ou à noite, com o cansaço de quem encerrou uma jornada de trabalho fabril. Outra hipótese é que ele tenha sido escrito dentro da fábrica, com o autor esgueirando-se de olhares curiosos ou cercado por gente em quem confiava, cúmplices de sua denúncia. Como o papel em que o bilhete foi escrito apresenta uma caligrafia diferente da de seu envelope, indicando alguma articulação em torno de sua escrita e entrega, é possível que o autor tenha contado com a ajuda de alguém, ainda que não pareça ter recorrido a algum camarada mais letrado para escrevê-lo ou corrigi-lo – e eventualmente censurar suas indiscrições. E mesmo com dificuldade, esse anônimo dominava recursos do português escrito suficientes para registrar o que queria – e seu letramento o distinguia de outros trabalhadores que somente assinavam o nome, por exemplo.

Quando o bilhete veio a lume já era antigo entre os dirigentes da Boa Viagem o esforço para controlar o comportamento dos operários, com especial destaque para a circulação dos boatos que corriam ao rés da fábrica, no que os trabalhadores eram vezeiros. Em 1901, influenciado por denúncias que vinha recebendo por meio do que chamava "papéis vis", Luiz Tarquínio, pai de João Tarquínio, publicou seus *Preceitos Moraes e Cívicos*[59]. Neles o industrial combatia a embriaguez, mexericos, maledicências – tudo que o operário anônimo denunciou voluntariamente em 1957 – e condenava com veemência o anonimato, um desgosto que seu filho João parece ter herdado com algumas ressalvas. Segundo o pai, quem identificasse "em algum companheiro falhas que possam prejudicar a comunidade e perturbar a geral harmonia" deveria comunicar aos superiores, pois não haveria motivo para esconder-se: "os chefes têm bastante critério para chamar ao bom caminho os transviados sem comprometer a quem lhe dá uteis avisos". Mas o gerente Luiz Carlos recorreu ao mesmo expediente para intimidar Everaldo, garantido que contava com a anuência dos diretores – e os trabalhadores decerto reconheciam a seletividade patronal.

Além de antecipar aquilo que os editores da *Revista de Administração de Empresas* publicaram muitas décadas depois, os *Preceitos* de Luiz Tarquínio também criticavam o que ele considerava entraves ao trabalho fabril, que era prejudicado por quem se satisfaz com interesses "apenas equivalente às necessidades corporais do momento" e que "cessam desde que são saciadas". Para ele, os "ignorantes" se interessavam apenas pelo presente "por faltar-lhe a luz do espírito para poder enxergar o futuro". Nascido do ventre de uma

---

[59] TARQUÍNIO, L. *Preceitos moraes e cívicos*, 1901. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 20. Usada no parágrafo seguinte.

ex-escrava em 1844, o industrial valorizava os predicados individuais e prometia felicidade para o trabalhador que pudesse dizer: "devo somente a mim aquilo que hoje sou. Ganhei o que possuo, não herdei de ninguém". Seu filho, que não podia se gabar disso, herdou do pai não apenas uma grande parcela da Empório, empresa de capital aberto, mas muitos dos preceitos que tentava implementar na sua administração, além da cor "branca", com a qual aparece classificado no processo em tela, decerto alvejado tanto quanto possível pelo olhar de quem assim o via – afinal, era neto de uma mulher negra.

Todavia, nos anos 1950 a companhia que João Tarquínio presidia ainda empregava trabalhadores dados a boatos e cartas anônimas, rejeitando alguns preceitos patronais, ao passo que reproduziam outros. De próprio punho, o trabalhador anônimo rompeu com o controle que os donos da Empório tentavam impor aos empregados havia pelo menos cinco décadas e seu bilhetinho, amplificando o zunzunzum criado pelo furto, registra uma fração da agência dos trabalhadores que alarmava os superiores. Na linha reta, vertical e quase frontal que o trabalhador anônimo traçou para se dirigir à maior autoridade que reconhecia, evitando se envolver com a polícia, ele recorreu também a seu próprio vocabulário sem se cobrar requintes, numa afirmação clara da sua vontade. E se infringiu algumas normativas patronais, não negou por completo alguns valores que as sustentavam.

O bilhete, que não foi um raio em céu de brigadeiro, é cheio das peculiaridades de um vocabulário popular e dos valores que ele carrega: do uso de palavrões, passando pela crítica ao alcoolismo e pela linguagem racializada, até chegar ao orgulho oferecido por um posto de trabalho prestigiado. Lopes percebeu nas observações que fez sobre os têxteis pernambucanos que os trabalhadores se afirmam a partir de valiosas linguagens de classe, que são externas ao grupo, com efeito prescritivo, ou elaboradas no seu interior, validando seus modos de vida. Essas linguagens são interiorizadas e sofrem uma "reinvenção criativa", por isso, constituem a identidade desses sujeitos[60]. E muito do que o operário anônimo revelou pode ser ampliado pelo depoimento de um contemporâneo seu do Rio de Janeiro, o contramestre Enerito, que cuidou das máquinas de uma fábrica têxtil em Magé entre 1952 e 1978, o que dilatava os orgulhos de seu posto: "eu sou um profissional que posso dizer sem convencimento: sou uma pessoa bem competente", afirma ele, "eu consertava as máquinas, eu dava manutenção, eu conhecia quando as máquinas estavam ruins [...] mesmo com pouco estudo". Seu depoimento prossegue:

---

[60] LOPES, 1988, p. 22.

> teve uma moça aí que veio do SENAI [...] Eu apresentei a ela o meu trabalho [...] quando eu terminei ela disse: *Mas o senhor sabe fazer isso com tão pouco estudo?* [...] *O senhor é o contramestre daí?*. Eu dizia: '*Enquanto eu tiver ferramenta, enquanto eu tiver salário e apoio, eu sou*' [...] Na minha seção eles nunca fizeram uma calibragem [...] das máquinas mais do que a gente[61].

Enerito exibia orgulho e segurança quanto a suas funções, assegurando que prescindia de estudos formais, e no caso dos têxteis de Magé, onde Felipe Ribeiro demonstrou haver forte presença de trabalhadores de origem rural, a fala de Enerito sugere que tal origem não era um óbice ao funcionamento dos teares, nem fragilizava o pertencimento dos trabalhadores a uma classe em constante formação[62]. Enerito fala mais:

> eu sempre fui uma pessoa de me envolver em poucas coisas. O que eu me envolvia muito era futebol. Nada de pescaria, nada de caça, nada de coisas extras [...] Estudei pouco, sou um pouco inteligente porque pelas coisas que eu já fiz se a gente não for um pouco inteligente a gente não consegue, *né*? Mas eu não me envolvia em política, não me envolvia em nada e falava pouco. Falava pouco, o mínimo possível, e quando eu falava, falava certo, *né*?

Anunciadamente alheio à política, mas assíduo no futebol, Enerito evitava se "meter em bolo", para isso só falava "o certo", o que o motivava a se considerar inteligente, mesmo com pouca formação escolar – como se verá, o comportamento de Enerito guarda muitas semelhanças com o do protagonista deste livro. Gozando do prestígio que seu posto lhe garantia, ele lembrou: "a gente quando ia pedir um aumento de salário, como aconteceu comigo, eu falei diretamente com o diretor da fábrica e ele mandou que me aumentasse um pouco, meu chefe quis até brigar comigo". Como contramestre, ele se orgulhava por evitar problemas, sem deixar de reivindicar o essencial e correndo risco de atravessar a autoridade de um chefe ferido nas prerrogativas que se atribuía. Os cuidados de Enerito para não se meter "em bolo" não excluía reivindicações diretas aos superiores e expandem ainda mais o sentido da denúncia que consta do bilhete anônimo da Boa Viagem, mostrando

---

[61] O APITO da fábrica. Magé: Fundação Educacional e Cultural, 2013. 1 vídeo (29 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E78_C3nsi5A. Acesso em: 2 jun. 2018. Usada nas páginas seguintes.

[62] RIBEIRO, F. A. dos S. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política*: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973). 2015. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2015.

a complexidade do "bolo" em que trabalhadores tentavam não se meter, embora vivessem imersos nele.

É de se notar também que o bilhete anônimo, em seu afã acusatório, sugeriu uma aliança inusitada e improvável em torno do furto, composta pelo porteiro Waldomiro, o contínuo Zeca, o gerente Luiz Carlos e Vevé, colocando como cúmplices e no mesmo "bolo" os dois principais antagonistas do processo. O bilhete não reproduz, portanto, o conteúdo dos boatos, que denunciavam de maneira genérica os "ratos de gravatas" e mais especificamente o gerente Luiz Carlos, porque o anônimo preferiu atirar em muitos alvos. Esse é um sinal de como ele poderia olhar para seus colegas de fábrica de uma maneira peculiar, sem distinguir circunstancialmente operários de funcionários e sem dividir estes últimos por "categorias" – ou seja, vendo unidade onde outros viam distinção.

A forma como ele tratou os acusados possuía uma hierarquia perceptível, afinal, nomes, apelidos e pronomes guardam muitas diferenças nos mundos do trabalho – como sabia o operário citado linhas atrás, cujo nome de guerra era Castanha. Era praxe que nas fábricas têxteis todo chefe fosse chamado de "senhor" ou "doutor", independentemente de possuírem grau universitário ou não, mas o gerente Luiz Carlos não recebeu nada disso, sendo tratado pelo nome e sem qualquer vênia[63]. Por sua vez, Vevé e Zeca foram tratados por apelidos e o porteiro Waldomiro com alguma indiferença. O bilhete guarda sinais das hierarquias reproduzidas por seu autor e de como ele as relativizou: por um lado, o gerente não tinha apelido nem pronomes de respeito, quando João Tarquínio foi tratado como "Ilmo. Sr."; por outro, funcionário e contínuo tinham apelidos, ao passo que o porteiro sequer teria nome, sendo o único referenciado por sua cor, que era preta.

O porteiro Waldomiro, de quem o anônimo marcava firme distância, foi colocado nesse "bolo" e o distanciamento entre ambos poderia ser definido por critérios diversos: o tempo de fábrica que eles tinham e a diferença de idade que os separava, já que o porteiro era bastante jovem; pelos postos que ocupavam, como quis fazer crer o anônimo ao se estabelecer na oficina; e eventualmente pela cor da pele de ambos – e a do anônimo é tão desconhecida quanto sua firma. A maneira como o indicativo racial foi escrito, "nego da porta", sozinha, não possui um sentido unívoco e puramente racista, afinal, pouco tempo antes tanto Donald Pierson quanto Thales de Azevedo perceberam que os termos "meu nêgo" e "aquele nêgo" possuíam conotações bem distintas: enquanto o primeiro indicava proximidade e carinho, o segundo era

[63] PEREIRA, 1979, p. 74.

excludente e racista. Tal variação se repete nos sentidos atribuídos ao termo "branco", que podia atribuir prestígio a uma pessoa sem considerar a cor de sua pele ("meu branco"), em contraste com "preto", que poderia "se referir a uma pessoa com traços negroides bem visíveis" ou "apenas *uma pessoa de status inferior* ou mesmo simplesmente *um inimigo pessoal*", grifos do original[64]. Ainda assim, a conotação preconceituosa do bilhete é inegável e tem seu sentido ampliado por sua dimensão classista, já que Waldomiro foi assim referido por alguém "da oficina". Se é impossível saber se eles tinham a mesma cor, é certo que seus postos de trabalho os distinguiam bastante. Portanto, a forma como o jovem porteiro foi tratado pelo missivista era racializada e de classe, guardando sentidos múltiplos que se somavam para distingui-los entre si. E essa percepção se torna ainda mais significativa quando se tem em vista que grande parte das testemunhas que trabalhavam no escritório foi considerada "branca" segundo lentes policiais – outro assunto também retomado em muitas páginas deste livro.

Também não é possível deixar de notar que o desagravo do autor do bilhete era muito mais intenso com o contínuo Zeca, principal alvo de suas acusações: além de "roubar" café do escritório, nos dias sem expediente ele subvertia seu funcionamento com mulheres e bebida – mas somente cachaça, pois cerveja era bebida mais cara e consumida aos engradados na casa dos Tarquínio. Esse é mais um detalhe oferecido pelo bilhete que não pode ser menosprezado: ainda que Zeca tenha sido considerado "branco" na polícia, o consumo de bebidas alcoólicas destampava hierarquias pautadas na cor da pele e na condição social dos consumidores, estigmatizando a população não branca. Nas frases preconceituosas ouvidas por Pierson algum tempo antes em Salvador, essa hierarquia sócio-etílica estava muito bem estabelecida: "branco maluco é só nervoso, e negro maluco é cachaceiro" ou "branco bebe champagne, mulato vinho do Porto, caboclo bebe cerveja, negro, mijo de porco"[65]. Se o anônimo queria prejudicar Zeca com tal acusação – um tópico dos *Preceitos* de Tarquínio tratava do consumo alcóolico: "um patrão não pode conservar ao empregado bêbado!" –, ele não deixava de contrariar um valor cultivado com frequência entre seus pares, com traços muitas vezes afirmativos, ligados à virilidade masculina – era assim entre os portuários de Santos, no ABC paulista dos metalúrgicos, nas horas de folga e até de serviço, e em Salvador, que não

---

[64] PIERSON, D. *Brancos e pretos na Bahia (Estudo de contato racial)*. 2. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1971. p. 34.

[65] PIERSON, 1971, p. 386.

se duvide, não devia ser diferente[66]. Portanto, se por um lado o acusador poderia criar falsidades sobre a conduta do contínuo para comprometê-lo com os patrões, ele poderia também estar dissimulando o próprio gosto.

E por mais que o anônimo da oficina se sentisse superior em relação a alguns dos funcionários que denunciava, ou se apenas estava se vingando de desafetos, sua queixa não esconde pequenas vantagens que os acusados poderiam usufruir – às vezes pequeninníssimas e até arriscadas. Aparentemente menos qualificados que seu acusador, Zeca e Waldomiro tinham lá as suas prerrogativas e algumas delas contrariavam o anônimo sem acarretar penalidades imediatas por parte da administração da fábrica – pelo menos, nada que tenha vazado no processo em tela. Cabia ao porteiro, entre outras tarefas, controlar os portões da Boa Viagem e fiscalizar embrulhos que os trabalhadores levavam consigo, circunstância em que o pessoal da oficina não era considerado "de categoria" como contínuos e serventes do escritório, o que lhe oferecia a chance de conquistar simpatias ou dirigir seus rigores para os menos amigos, por exemplo.

Zeca, por sua vez, que tinha as chaves do escritório, poderia ganhar um extra vendendo o que recolhia ali nos finais de semana ou apenas poupar alguns vinténs de seu ordenado consumindo as sobras em casa. E se ele não recebeu ofensas ou denúncias racializadas, não escapou de suspeitas que lhe atribuíam o consumo tão popular do destilado de cana, o que não o impediria de, eventualmente, faturar a simpatia de alguma mulher da fábrica ou de fora dela, sempre segundo os termos da acusação. A julgar pela veracidade de seu conteúdo, é de se considerar também que o escritório fosse um ambiente mais confortável que a oficina para subversões como as que pesavam sobre Zeca, detentor de algumas prerrogativas que poderiam avivar o despeito de um mecânico com acesso franqueado somente à oficina.

Um dos poucos contemporâneos do furto ainda vivo é justamente um dos irmãos de Eunice, que se lembra de alguns dos envolvidos, mas não do episódio. À época, Walter era contramestre da fábrica e pouco depois seria promovido a auxiliar de escrita, o que levou a firma de Luiz Carlos à sua carteira de trabalho[67]. Walter se lembra de Nelito, de quem não era muito próximo, e do gerente Drumond, a quem classifica como "meio bandido": "ele representava a diretoria, mas não era uma pessoa, assim, de muita confiança" – portanto,

---

[66] SILVA, F. T. da. Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos. *In*: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T. da; FORTES, A. *Culturas de classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p. 205-245; FRENCH, 2022.

[67] *Carteira de trabalho Walter Pinto de Sousa*. Acervo da família Pinto de Souza.

aos olhos desse antigo trabalhador, cobertos pelas lentes da posteridade, havia quem pudesse representar a diretoria sem deixar de ser confiável. Depois de ser perguntado sobre alguns dos nomes dos sujeitos aqui apresentados, Walter contou que todo mundo ali tinha apelido e se lembrou do contínuo José Vasconcelos, que tinha outra alcunha que não derivava só de seu nome: Zeca Três Pernas, "esse eu me lembro", contou Walter rindo bastante e sem precisar explicar as razões do apelido, que podia muito bem chegar aos ouvidos – e olhos, quem sabe – daquele colega tão contrariado da oficina[68].

O bilhete deste trabalhador anônimo apontou para muitas fraturas daquele ambiente fabril, assim como toda a investigação sobre o furto. Pena, contudo, que este seja o último anexo registrado pelo trabalho do comissário Argobasto no processo em tela. E ele datilografou suas palavras finais logo depois de acessar tal fonte, já sem se importar muito com ela.

* * *

As investigações policiais terminaram com um desfecho inconclusivo e sem indicar um responsável pelo furto, "o que achamos difícil de se provar, se não impossível", relatou o comissário, reclamando da falta de interesse da direção da fábrica, que não permitiu, por exemplo, uma perícia na gaveta de Eunice, segundo o policial, essa sim, uma falta grave: "as providências adotadas por quem iniciou as diligências [...] foram mais que deficientes", redigiu Argobasto, que não pôde concluir o caso, ainda que tenha feito toda questão de não esconder as suspeitas que nutria pelo gerente[69].

As fontes da Empório não guardam registros da permanência do servente João Gomes e do contínuo Zeca entre os seus empregados, e é certo que até 1963, seis anos depois do furto, Luiz Carlos ainda chefiava o setor de pessoal, depois disso seu nome desaparece dos documentos, sinal de que ele pode ter deixado a fábrica, uma vez que são muitos os papéis desse setor, nos quais dificilmente seu nome não estaria[70]. Também é certo que Everaldo foi demitido, sem que outros arquivos revelem – até agora – registro de eventuais reparações que ele tenha pleiteado na Justiça, como ameaçou fazer. Em pesquisas informais, foi possível descobrir que em 1960 ele se tornou inspetor da Polícia Civil, aposentando-se só no começo dos anos 2000.

---

68 Entrevista com Walter Pinto de Souza, 11 nov. 2021.

69 *Relatório*, 26 abr. 1958. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 84-86.

70 *Folha de pagamento*, 27 mar. 1963. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

Mas como escreveu Sidney Chalhoub, o fundamental em cada história não é descobrir o que realmente se passou[71]. Sobretudo quando, mesmo incompleta, a história possui eloquentes exclamações daquilo que se pretende contar por meio dela: os mundos do trabalho de Salvador formavam um complexo "bolo" com ingredientes nem sempre harmônicos. Seus sujeitos se encontravam ao mesmo tempo aproximados por experiências em comum – o emprego fabril, a moradia na vila operária, a pobreza etc. – e fragmentados por muitas diferenças decorrentes delas – a necessidade de sobrevivência, a racialização, a proteção seletiva dos patrões e a competição por cargos, distinções entre homens e mulheres etc. Por isso, os fragmentos da classe trabalhadora de Salvador divisados a partir desse episódio são preciosos para a leitura das páginas que virão e para entender a trajetória do protagonista deste livro, que com certeza acompanhou toda a confusão gerada pelo furto bem de perto, mas sem se envolver, é o que tudo indica.

Alguns dos sujeitos que apareceram aqui vão reaparecer nas próximas páginas, mas não todos. Os valores e interesses que motivaram conflitos ou alinhamentos durante o furto no escritório da Boa Viagem, contudo, estes sim, influenciam todos os argumentos apresentados a seguir. O protagonista das próximas páginas se formou como trabalhador entre a Boa Viagem e sua vila operária sem dispor de uma formação profissionalizante que o gabaritasse no emprego. A Boa Viagem foi a sua principal escola e ele se formou como trabalhador completamente imerso naquele mundo, onde ele aprendeu, provavelmente desde menino, a evitar a todo custo "se meter em bolo".

---

[71] CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

PARTE II

UM PERFIL EM CONSTRUÇÃO

dos rolos da fiação ao colarinho-branco (1946-1969)

Introdução

A análise das consequências do furto no escritório da Boa Viagem produziu expressivas demonstrações das desigualdades e hierarquias daquele ambiente. E muitas delas estão registradas na expressão "ratos de gravata", que circulou pela fábrica como uma denúncia de que aos olhos dos "de baixo" a gravata demarcava sua distância daqueles que a usavam com presunção e convencimento. Contudo, os ouvidos de Thales de Azevedo capturaram nas ruas de Salvador um diálogo entre dois trabalhadores que revela aspectos positivos deste mesmo signo. Sacando do bolso uma foto devidamente gabaritado com sua gravata, um deles disse ao outro:

> – "Um homem sem gravata não vale nada"[1].

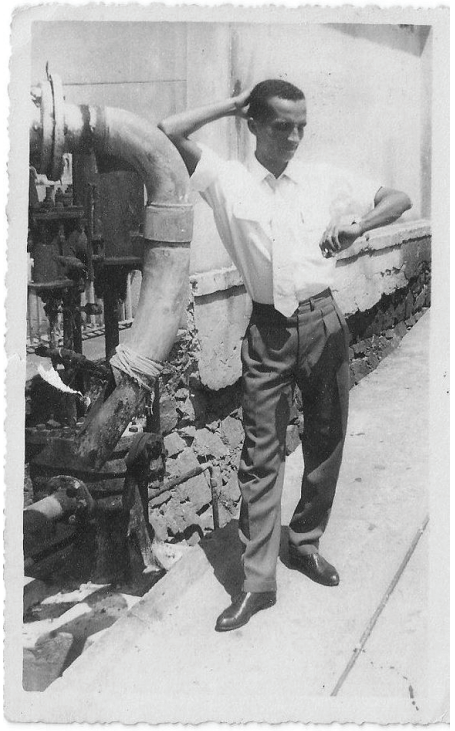
Portanto, se a gravata podia ser um símbolo de hierarquização e distanciamento entre trabalhadores da Boa Viagem, de seus portões para fora ela hipotecava distinção e respeito a quem a trajasse. E um empregado da fábrica, em especial, personificou essa aparente contradição, mostrando que nem todos os

[1] AZEVEDO, T. de. *As elites de cor numa cidade brasileira*: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio. 2. ed. Salvador: EdUFBA, 1996. p. 175.

engravatados eram "ratos" e que alguns poderiam ser considerados boa gente.

Insinuando casualidade e recostando-se em tubulações de uma área descoberta da fábrica, quase sem fazer sombra – indicativo de sol a pino, hora do almoço, quando se permitiria breve pausa nos seus afazeres –, Antônio Arantes pousou para uma câmera amiga alinhadíssimo: com gravata e traje bem passado, sem tirar os olhos prazenteiros de um relógio de pulso – símbolo de conquista material e de compromisso com as regras do serviço. Porém, sua postura em uniforme impecável não esconde os limites de sua posição ali: em meados dos anos 1950, quando a foto parece ter sido batida, talvez ele ainda não estivesse à vontade para uma foto no escritório. E não muito tempo depois, somando duas décadas de serviços prestados à Empório, ele se tornaria um de seus empregados mais bem pagos: se a fotografia flagrou a alegria memorável de alguma promoção, essa foi apenas uma entre as tantas que Antônio Arantes experimentou ao longo de sua carreira. A foto revela a pose que seu trabalho lhe garantia e não insinua qualquer incômodo de sua parte ao se fotografar com a nonchalança de quem poderia, eventualmente, parecer um "rato de gravata", quando, talvez, ele ainda se ocupava apenas das tarefas de contínuo da fábrica.

FIGURA 6
Arantes exibe-se orgulhoso para registro nas dependências da fábrica Boa Viagem



Fonte: acervo da família Arantes.

As profundas hierarquias e distinções que segmentavam os trabalhadores da Boa Viagem – umas ditas, outras nem tanto – não eram episódicas e podem ser percebidas na trajetória de Antônio Arantes. O quadro revelado pelo furto no escritório abasteceu este livro com a demonstração dos valores com os quais muitos trabalhadores tinham de conviver – caprichos patronais, disputas entre colegas, hierarquias profissionais, estigmatizações raciais etc. – e apresenta o contexto em que Arantes começou a se destacar naquela empresa.

Os próximos capítulos se concentram na trajetória deste trabalhador para mostrar como ele aprendeu a responder àquilo que os "de cima" esperavam dos "de baixo", o que estes esperavam de seus pares e, sobretudo, o que um trabalhador esperava de si. A história contada nas próximas páginas descreve o quanto Arantes se esforçou para corresponder a essas múltiplas expectativas.

Ele conheceu bem as normas e os padrões que circulavam pela Boa Viagem porque se criou imerso neles. Era filho de uma antiga tecelã e cresceu na vila, onde viveu desde os três anos de idade. Sua mãe chegou ali com idade próxima aos 40 anos e precocemente viúva, tornando-se a única responsável pelos três filhos que tinha. Premida pela necessidade de criar sozinha suas crianças, ela se dividiu entre os teares e a família, numa intensa jornada de trabalho que lhe demandava esforços variados para contornar, além da pobreza, alguns preconceitos e estigmas ampliados por sua condição de viúva, por sua provável baixa escolaridade e até pela cor da sua pele e da de sua prole.

Em 1946, aos 16 anos, Arantes foi contratado como servente do setor de fiação e depois de algum tempo foi promovido ao cargo de contínuo do escritório. Neste posto, ele distribuía os documentos pela fábrica, além de cumprir tarefas extramuros em cartórios, bancos e estabelecimentos que tivessem negócios com a companhia, num constante vai-e-vem que lhe permitiu conviver com pessoas diversas em ambientes igualmente variados, amadurecendo como o trabalhador que pretendia ser. Esse trânsito constante lhe permitia ouvir queixas, boatos e comentários que circulavam entre a gente da fábrica e lhe franqueava as portas do escritório, uma oportunidade para ser notado pelos superiores, aos olhos de quem, se não cometesse deslizes, poderia construir a imagem de trabalhador dedicado e responsável – sem perder de vista a opinião dos "de baixo". E mesmo antes disso, como ficará claro ao longo das próximas páginas, Arantes foi se ambientando com os valores que o cercavam desde cedo, e sua mãe, que educou os filhos de acordo com os valores que aprendeu a cultivar, foi a sua grande referência – as informações que esta pesquisa pôde acessar sobre ela são cruciais para entender a trajetória de seu filho nos mundos do trabalho de Salvador.

O nome de Antônio Arantes não apareceu nas investigações sobre o furto de 1957, porém, ele era um dos mensalistas da fábrica desde maio de 1949, tudo indica que já desempenhando as funções de contínuo no escritório, e dez anos depois seu nome aparece listado entre o pessoal da contabilidade[2].

---

[2] *Relatório*, 7 jul. 1960. Centro de Documentação e Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana, Fundo Luiz Pamponet (CEDOC/UEFS, FLP), cx. 19; *Carteira de trabalho de Arantes*. Acervo da família Arantes.

É bem possível que na ocasião do furto ele ainda trabalhasse como contínuo, portanto, sem ser um funcionário "de categoria", e é certo que logo adiante ele se tornou um desses. Essa informação é valiosa para a composição da cronologia que sustenta o livro e para dar coesão aos seus argumentos: até ser promovido, Arantes conviveu nos mesmos espaços que o servente João Gomes, em funções ainda não tão discrepantes; invariavelmente conheceu Vevé, que tinha a sua idade, era seu vizinho e trabalhava em um setor que recorria com frequência ao serviço dos contínuos; e, depois de ser promovido, chegou a trabalhar próximo ao gerente Luiz Carlos, mas não no mesmo setor, como os documentos da fábrica sugerem – Luiz Carlos, por exemplo, nunca fez qualquer registro na carteira de trabalho de Arantes; João Tarquínio, sim.

E o principal: diferente do contínuo Zeca, acusado de abusar de seu acesso ao escritório, Arantes só deixou a Boa Viagem às vésperas de sua falência, por vontade própria e mantendo ótima relação com seus patrões, o que se confirma através de mais de uma fonte – que revelarão diferenças gritantes entre as conquistas de Arantes e da sua vizinha de porta e amiga de longa data, Eunice. Ou seja, o furto aconteceu quando Arantes galgava promoções na empresa e é muito improvável que o rebuliço causado pelo desvio não tenha chegado ao conhecimento dele – que até podia, quem sabe, suspeitar de um ou outro colega ou chefe. Mas Arantes passou ileso por essa confusão e talvez tenha até aproveitado para se mostrar alguém diferenciado e aplicado às regras do trabalho, como alguns de seus colegas fizeram – Nelito, Eunice, José Calazans etc.

Nada indica que a vaga ocupada por Arantes no escritório tenha sido aquela deixada por Vevé, que auxiliava o setor de pessoal, onde Arantes não parece ter trabalhado, mas as circunstâncias que culminaram na demissão de um e na promoção do outro, em períodos tão próximos, revelam os critérios que condicionavam a permanência ou a progressão dos trabalhadores no escritório de uma fábrica como a Boa Viagem. Do ponto de vista factual não é possível afirmar que o furto tenha influenciado as escolhas de Arantes ao longo de sua vida, mas parece bastante plausível considerar que as diferenças, os valores e as tensões que este episódio revelou acompanharam seus passos. Seguramente Arantes se inteirou sobre o tratamento desigual que João, Vevé, Zeca e Luiz Carlos receberam dos patrões, da polícia e dos colegas durante as investigações, e não é exagero supor que ele tenha tirado lições do episódio, afinal, foi depois do furto que ele recebeu crescentes promoções e ascendeu a um setor vizinho ao de Vevé, despedido por seus "serviços deficientes" e por não corresponder ao que os superiores esperavam dele. Por isso, o furto analisado nas páginas anteriores está tão conectado à trajetória de Arantes – incontornavelmente, eu diria.

O episódio pode ter ensinado ao jovem trabalhador que a impetuosidade de Vevé, igualmente jovem, com instrução parecida e que pode ter sido considerado "branco" por colegas, superiores e agentes de polícia, lhe custou o emprego, e que um servente pardo, com instrução precária, casado, pai de três filhos, precisou se submeter a humilhações para não ser demitido. Arantes também pode ter aprendido que superiores com comportamentos distantes ou abusivos eram rechaçados pelos trabalhadores do chão da fábrica, gente mais velha, com quem ele conviveu desde criança e a quem respeitava. Outra lição valiosa: um contínuo jamais poderia se sentir muito à vontade para abusar do acesso ao escritório – sobretudo se estivesse acompanhado por mulheres e garrafas de bebida. O tratamento que Zeca, João e Vevé receberam de colegas, superiores e policiais pode ter mostrado a Arantes o que ele não queria para si: a estagnação profissional, a vergonha, o desemprego ou a falta de respeito. Por outro lado, a disposição para o conflito que Vevé demonstrou e o comportamento do gerente Luiz Carlos também eram um diapasão daquilo que Arantes evitaria, a fim de não se indispor com superiores nem colegas. Enfim, ele aprendeu a evitar se meter em bolo. E se Zeca, Vevé, João e Luiz Carlos não construíram uma trajetória longa e ascendente na Boa Viagem, Arantes o fez, o que mostra que ele teve de se apropriar das regras daquele ambiente, aceitando algumas, contornando outras.

O conjunto de características que distinguem Arantes desses outros sujeitos, que compartilhavam uma vida bem próxima à dele, mas separados por critérios variados – temperamento, cor da pele, rede de relações, condição e origem social, idade, qualificação etc. –, cria um panorama da Boa Viagem que pode ser entendido como o recorte de uma realidade que se refletia mais amplamente nos mundos do trabalho soteropolitanos. Os trabalhadores que ingressaram no mercado profissional na década de 1940 não dispunham de muitos empregos fabris com melhores salários e planos de carreira menos dependentes – mas não completamente independentes – de relações interpessoais e clientelistas, como aconteceria alguns anos depois. Arantes começou a enfrentar o desafio da ascensão social ainda no decadente setor têxtil, no qual costurou laços pessoais e profissionais fortes, que, no final dos anos 1960 e às vésperas de a fábrica falir, foram capazes de projetá-lo para o ramo da construção civil – ao contrário de muitos de seus colegas que perderam o emprego e a casa. Se no plano individual ele ascendeu socialmente e alcançou padrões de vida de classe média, em termos coletivos a classe trabalhadora vivia oprimida por desigualdades e preconceitos históricos, e Arantes conviveu com muitos deles sem superá-los por completo. Sua trajetória é o exemplo de um trabalhador que interrompeu um processo de perpetuação de desigualdades

e seu êxito pode ser aquilatado, por exemplo, pelos diplomas universitários que seriam conquistados por seus filhos e pelos dois apartamentos que eles herdaram – bem de junto da praia, inclusive.

Mas não é possível entender esse sujeito apartando-o da classe trabalhadora. Arantes não era parte de uma aristocracia operária nos termos definidos por Eric Hobsbawm: alguém que domina um ofício específico e por isso dispõe de prerrogativas materiais e sociais decorrentes de uma boa renda e do controle da transmissão de técnicas de algum mister[3]. Um elemento crucial de sua trajetória é que ele não ascendeu através de conhecimentos técnicos da produção têxtil, como os mestres, contramestres ou mecânicos da oficina, mas porque dominou, a partir de um aprendizado empírico, o trato com as letras, os números e os papéis do escritório, e sobretudo porque soube tecer sólidas relações interpessoais nos âmbitos particular e profissional. Arantes foi se aperfeiçoando nas funções administrativas que desempenhou na Empório, com esforço contínuo para capacitar-se, e seu sucesso foi garantido, sobretudo, por sua desenvoltura para não infringir as regras do jogo em que se inseria, o que lhe permitiu transitar com êxito entre superiores e colegas. Dos primeiros, Arantes obteve respeito, reconhecimento e bons salários; com os outros ele estabeleceu laços de compadrio, amizade e de respeito também. Ainda que ele tenha se destacado pelas conquistas materiais, que lhe permitiram, por exemplo, deixar a vila e comprar sua casa própria, ele não chegou a ser dono do próprio negócio, mas sempre viveu e sustentou a família com seu bom salário, especialmente depois que trocou a Boa Viagem pela construção civil, seu grande passo profissional.

As contradições demonstradas nas páginas anteriores, sintetizadas na metáfora dos "ratos de gravata" e no tratamento desigual recebido pelos sujeitos nelas apresentados, se repetem nas páginas seguintes, mas com uma marcante distinção: elas serão protagonizadas por um trabalhador que ascendeu socialmente por causa de seu trabalho e que fazia questão de se afirmar ao longo da vida como um trabalhador e um homem de respeito. Por isso, a questão central das próximas páginas é a mobilidade social na classe trabalhadora e os critérios que a permitem e sustentam – um dos eixos de todo o livro, aliás.

Dentre as muitas singularidades da trajetória de Arantes, uma das que primeiro salta aos olhos é o documento que abastecerá sobremaneira as páginas seguintes. Em meados dos anos 2000, aos 76 de idade e residindo em um lar para idosos, ele redigiu sua autobiografia, um manuscrito de 22 páginas de

---

[3] HOBSBAWM, E. J. *Mundos do trabalho*: novos estudos sobre a história operária. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

papel ofício intitulado *Memórias de um idoso no século XXI* – depois de transcrito, o documento tem 15 páginas no formato deste livro[4]. Essa fonte o descreve do alto de uma carreira bem-sucedida, repleta de conquistas materiais e simbólicas, e mostra sua ambição para progredir nos empregos, seu empenho para conquistar a consideração de patrões, de colegas, de familiares e até dos leitores que projetou para si. Contudo, a fonte não esconde os enormes desafios que seu autor enfrentou, ainda que sua esferográfica azul tenha sido bastante econômica ao tratar disso. A trajetória de Arantes, acessada sobretudo pela sua vontade de registrar-se e contar-se, mais as outras fontes que registram seus caminhos, provoca esta pesquisa a tentar entender: 1) quais elementos contribuem para a mobilidade dos trabalhadores e como essa possibilidade influencia suas escolhas; 2) quais são os valores sociais e limites com que eles lidam; 3) como os trabalhadores enxergam a si mesmos e como podem ser vistos pelas pessoas do seu convívio (colegas, patrões, vizinhos); 4) como critérios diversos, tais como cor da pele, modo de vestir e falar, letramento e até a prática de esportes, contribuem para interação dos trabalhadores nos mundos do trabalho – entre si e também com superiores.

As próximas páginas mostrarão como Antônio Arantes se empenhou para progredir na carreira sem querer se meter em "bolo" e tentando não ser visto como um "rato de gravata". Mostram como a pobreza, as estigmatizações raciais e outros preconceitos se somaram para influenciar sua formação e como ele respondeu a isso, se esforçando para progredir na profissão. Mostram também como Arantes se relacionou com chefes e colegas, e como alguns deles o enxergavam. As próximas páginas foram organizadas de maneira cronológica e, para compreender melhor os temas dispersos na narrativa apresentada, são necessárias, parenteticamente, duas notas. É preciso conhecer de pronto as características do manuscrito de Arantes e como ele foi usado como fonte de pesquisa para que fiquem claros os limites e os alcances dos argumentos aqui defendidos. A segunda nota se debruça sobre a cor da pele de Arantes e explica como ela foi compreendida pelas lentes desta pesquisa, afinal, Arantes não deixou registros em primeira pessoa sobre um tema bastante influente em sua trajetória.

Sobre o manuscrito de Arantes

Decisivamente o letramento de Arantes foi um mérito que favoreceu seu sucesso profissional. Ele mesmo reconheceu na boa caligrafia uma das razões

---

[4] *Memórias de um idoso no século XXI*. [Salvador: *s. n.*], 2006. 22 p. Acervo da família Arantes.

de sua primeira promoção e, anos depois, tal capacidade também lhe garantiu a autonomia necessária para redigir de próprio punho sua biografia, produzindo uma fonte bastante singular. Essa é uma diferença gritante entre ele e muitos outros sujeitos da classe trabalhadora, que na sua maioria não desfrutam da oportunidade de falar espontaneamente sobre si em registros para a posteridade, fazendo com que as informações sobre suas vidas estejam disponíveis em outras fontes, sob os filtros de um jornal militante ou mesmo de um escrivão da polícia, como muitos dos sujeitos apresentados nas páginas anteriores. E mesmo entre os trabalhadores que dispõem de tal possibilidade, o perfil de Arantes não é uma regra.

Faz tempo que textos autobiográficos são publicados por trabalhadores – os anarquistas da Primeira República e os comunistas das décadas seguintes, por exemplo –, e eles com frequência tratam da vida de quem exerceu atividades políticas ou intelectuais com projeção social e que denunciam perseguições e desigualdades, o que nem de longe foi o caso de Arantes[5]. Às portas dos anos 2000, José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim contabilizaram menos de dez exemplos autobiográficos escritos por trabalhadores[6]. A lista, com efeito, pode ser majorada, mas esses textos não deixam de ser raros por conta da baixa escolaridade na classe trabalhadora, o que justifica o destaque recebido por alguns. Um dos exemplos citados por Lopes e Alvim, por exemplo, recebeu prefácio de Luís Carlos Prestes ao ser publicado e outro chegou a ser traduzido para idioma estrangeiro. É destacável também que alguns desses textos não foram escritos por seus protagonistas, mas resultaram de entrevistas, como aconteceu com a autobiografia de uma trabalhadora têxtil pernambucana, que, tal quais alguns exemplos de Alvim e Lopes, ainda vivia em condições parecidas com as de sua origem quando o texto foi publicado[7]. Muitos desses sujeitos descobriram que sua história poderia despertar o interesse

---

5 Por exemplo: DIAS, E. *Memórias de um exilado*: episódios de uma deportação. São Paulo: [NELCA], 1920; PENTEADO, J. *Belenzinho, 1910*: (retrato de uma época). São Paulo: Liv. Martins Ed., 1962; BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976; BARATA, A. *Vida de um revolucionário (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978; CHAVES NETO, E. *Minha vida e as lutas de meu tempo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978; BEZERRA, G. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011; LIMA, H. F. *Caminhos percorridos*: memórias de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982; BATINI, T. *Memórias de um socialista congênito*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1991. CARVALHO, A. de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997; FALCÃO, J. *Giocondo Dias*: a vida de um revolucionário. Rio de Janeiro: Agir, 1993; FALCÃO, J. *O Partido Comunista que eu conheci*: 20 anos de clandestinidade. 2. ed. Salvador: Contexto e Arte, 2000; FALCÃO, J. *Valeu a pena*: desafios de minha vida. Salvador: Ponto & Vírgula, 2009.

6 LOPES, J. S. L.; ALVIM, R. Uma autobiografia operária: a memória entre a entrevista e o romance. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 105-124, 1999.

7 OLIVEIRA, C. F. de; PRADO, D. *Cícera, um destino de mulher*: autobiografia duma emigrante nordestina, operária têxtil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

de terceiros depois de serem convidados a falar sobre si, sem o que não teriam oportunidade de contar-se. Uma notável exceção é o livro autoral de Carolina Maria de Jesus, publicado no começo dos anos 1960, mas que também se distingue notavelmente da trajetória de Arantes[8]. Há ainda outros exemplos e em formatos diferentes, como a narrativa romanceada de Eunápio Costa, funcionário da refinaria de Mataripe, próxima a Salvador, mas a lista de textos autobiográficos entre os trabalhadores é menor do que a de suas biografias escritas por terceiros[9]. Se Arantes não tivesse escrito a própria biografia, dificilmente alguém o teria feito.

Além de pouco numerosos no Brasil, sobretudo em comparação com países de população mais letrada, registros biográficos e autobiográficos de trabalhadores guardam muitas distinções em relação ao manuscrito de Arantes. Sua escrita foi espontânea, desobrigando-o de abordar temas que não queria, e aconteceu quando ele vivia em condições bem diferentes das que experimentou quando nasceu, com mais sucessos a comemorar do que queixas a fazer. Apesar de não ter alcançado qualquer notabilidade pública em sua trajetória, ele mesmo decidiu registrá-la no papel, portanto, não foi o interesse de um pesquisador que o convenceu da importância de contar-se: ele estava certo disso e tratou dos assuntos que quis com filtros próprios. Arantes também não foi um sujeito silenciado, que encontrou na escrita de si um espaço para registrar protestos, denunciar restrições ou para restituir-se da dignidade de que sentia falta: sua narrativa não é uma contenda com o passado, mas a celebração de conquistas, embora não esconda sua intensa luta por respeito, o que revela os desafios que ele enfrentou.

No ano de 2006, perto de completar 76 anos de idade e depois de perder a mulher com quem foi casado por quase 50 anos, ele se mudou para o Abrigo do Salvador, um asilo privado destinado à moradia de idosos que podiam custear o serviço, fazendo questão de esclarecer que estava ali por vontade própria. Ele não teve de recorrer à assistência do Estado para residir no único abrigo público da cidade, o Pedro II, que fica na mesmíssima avenida da fábrica Boa Viagem, de onde Arantes se mudara fazia tempo e sem perder vínculos com seus amigos de lá. Dono de dois apartamentos quitados no bairro de Amaralina, foi no abrigo que este senhor se dedicou à redação de seu manuscrito, quando já lidava com um câncer de próstata e aposentado há mais de uma década.

---

[8] JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

[9] COSTA, E. C. *No Rio dos Papagaios*: histórias, casos e causos Mataripenses. Salvador: Arembepe, 1990; COSTA, E. C. *O que a história não contou*. Salvador: Arembepe, 1993; COSTA, E. C. *O que não queriam que eu contasse*. Salvador: Memorial das Letras, 2000.

Já velhinho, mas bem lúcido, ele reconhecia que sua história poderia despertar o interesse em alguns leitores, além de ser um passatempo produtivo, como a leitura, que também lhe ocupava algum tempo.

De janeiro de 2006 a maio do ano seguinte, Arantes pegou dez livros emprestados na biblioteca do abrigo e apenas o primeiro deles pode tê-lo inspirado a redigir seu manuscrito, por se tratar de um livro de memórias – mesmo assim, não parece ter contribuído para seu estilo narrativo[10]. O primeiro livro que ele levou para a cabeceira foi registrado como "Anarquistas", sem informações sobre a autoria, que podia se tratar de *Anarquistas, graças a Deus*, as memórias romanceadas da escritora Zélia Gattai, único exemplar dessa categoria entre os demais que ele folheou. Depois, Arantes se entregou à leitura de novelas e livros policiais, três deles de Agatha Christie, tomou emprestado *Teresa Batista*, de Jorge Amado, e *Ninguém é de ninguém*, de Zíbia Gasparetto, talvez quando que ele abria o coração para outras possibilidades afetivas, dado que chegou ali sem aliança no dedo – um detalhe nada desprezível. Ele também consultou um livro técnico sobre gestão de pessoas, sinal de que mesmo aposentado não perdera o interesse pelo tema com que se ocupara por décadas – e ali no abrigo ele não esteve completamente "aposentado", como se verá daqui a muitas páginas.

Ainda que em outros manuscritos guardados em seu acervo ele demonstre pleno domínio da letra cursiva, Arantes preferiu recorrer à letra de forma para escrever sua biografia. Essa é uma marcante distinção em termos de letramento e, especialmente no caso dele, que se orgulhava de sua boa caligrafia, a escolha poderia parecer uma contradição, mas não é o caso. Quando jovem, ele usou uma escrita cursiva caprichada para dedicar fotografias à sua futura esposa e já adulto, quando o trabalho o levou a diversas cidades da região Sul do país, ele escreveu breves relatos que permanecem guardados com sua família ostentando sua letra cursiva bem desenhada. Contudo, numa carta manuscrita para sua neta em 2005 e em sua última agenda telefônica, ele preferiu recorrer à letra de forma[11]. Ou seja, ele não mentiu nem exagerou ao aclamar-se pela boa caligrafia, apenas podia transitar entre os dois tipos de letra conforme achasse melhor. O mais provável é que a idade pesasse sobre o esmero que ele nutria pela boa caligrafia – que era boa mesmo.

Pelo que é possível inferir de seus originais, tirante acréscimos bem pontuais e uma ou outra supressão, Arantes decidiu sobre o que colocaria no papel

---

[10] *Registro da biblioteca*, não datado. Acervo do Abrigo do Salvador.

[11] *Agenda telefônica*, não datado. Acervo da família Arantes; *Carta de Arantes para a neta Camila*, 28 abr. 2005. Acervo da família Arantes.

sem consultar muitas pessoas – o que não quer dizer que os leitores que ele projetou para si não tenham influenciado sua escrita. Seus originais guardam resquícios da breve revisão feita por Edite, ou só Dite para os mais chegados, uma de suas sobrinhas com formação em Letras, que "no momento está concluindo o doutorado", atualizou o tio orgulhoso. A última página do manuscrito mostra comentários dela, que parecia entusiasmada com a ideia de uma publicação futura, ou talvez só quisesse estimular o tio, que também era seu padrinho, devotando-lhe interesse e atenção: "Vamos publicar", ela anotou à mão. Dite fez pequenas correções, adequou vírgulas e acentos, suprimiu brevíssimos trechos, mas sua revisão não apontou deslizes graves, mostrando o domínio considerável que Arantes tinha do português escrito. Ela também propôs temas e aprofundamentos, mas nem sempre foi atendida, por mais que o tio lhe desse ouvidos – a única vez que Arantes escreveu a palavra "amor" em seu texto foi para se referir a ela.

Um de seus pedidos foi para que o padrinho situasse a cronologia de alguns episódios e para que ele apresentasse melhor algumas pessoas citadas – o que, sem dúvida, facilitaria a vida de quem se debruçou sobre a fonte. Mas Arantes voltou pouquíssimas vezes ao texto para reparos ou aditamentos e em parte significativa delas parecia atender à própria vontade. E só pode ter sido Dite quem se incumbiu de corrigir o nome de sua filha, "Luísa", apresentada como "fruto de um longo casamento mal sucedido". Adiante o nome da menina foi reescrito com *z* e o adjetivo escolhido por Arantes foi riscado ("~~mal sucedido~~"). Dite também questionou o padrinho, que estava aposentado e viúvo, mas não completamente desconsolado, sobre suas façanhas amorosas no abrigo e Arantes deu de ombros. Como autor zeloso, aceitou negociar um ou outro termo dos originais, mas nem tudo. Talvez a idade o fizesse perder alguns pudores, mas ele não era tão imprudente assim, apenas preservava melhor a si do que aos outros – seu texto oferece outras amostras disso – e ninguém o faria abordar os assuntos que ele estava decidido a omitir.

Dite ainda fez uma intervenção assaz relevante no texto. Seu padrinho quis intitulá-lo como *Vida de Antônio H. de Arantes Filho*, que foi riscado para atender à sugestão dela: *Memórias de um idoso no século XXI*. E logo no começo do texto ela repetiu a instrução, suprimindo o trecho "nesta biografia" para indicar "nestas memórias", consolidando uma mudança nada singela, que pode levar a uma ligeira incompreensão sobre o conteúdo que o manuscrito apresenta.

O texto de Arantes responde a todos os critérios estabelecidos por Philippe Lejeune para ser considerado uma autobiografia: oferece uma narrativa em prosa, se concentra na vida de uma pessoa real, que é o próprio narrador, e foi

escrito a partir de um olhar retrospectivo[12]. Nas remissões a diálogos que Arantes teve com outras pessoas, ou mesmo quando ele expressou opiniões de terceiros, ele nunca recorreu a aspas ou travessões para sugerir que se tratasse da fala de alguém que não a dele mesmo. Ou seja, ele se apropriou de todas as informações que colocou no papel e seu manuscrito não pode ser entendido como um texto de memórias que, segundo Lejeune, possui um raio mais amplo que o de uma vida pessoal. O texto de Arantes é bastante autocentrado, como estava acentuadamente expresso no título suprimido. Ele quase nunca olhou para além do seu entorno imediato para situar o leitor. Suas referências eram a vila operária, o trabalho nas empresas por onde ele passou, o nascimento ou a morte de alguém próximo etc. Para situar uma fase da vida em que cogitava se aposentar, ele citou a Copa do Mundo de 1986, mas quase sempre suas referências são restritas ao mundo por onde ele transitou, onde o futebol era bastante presente, mesmo que ele nunca tenha revelado o quanto era dado a este esporte. Afora essa referência pontualíssima ao mundial de futebol, o assunto só foi mencionado para tratar das aflições que Arantes atribuiu à mãe, que, segundo ele, vivia preocupada com o filho mais velho que só gostava de jogar futebol, ao contrário de Arantes, que desde cedo era dedicado aos estudos e que, já maduro, preferiu não registrar para a posteridade seus pendores futebolísticos – e a seletividade de Arantes sobre determinados assuntos pautam diversos parágrafos e argumentos deste livro.

O texto autobiográfico, ainda segundo Lejeune, afirma a identidade com que o autor se define e é na escolha do nome próprio que o sujeito apresentado e sua narrativa se articulam: "Sabe-se muito bem o quanto cada um de nós preza seu próprio nome"[13]. Segundo Lejeune, uma das formas mais expressas de um autor consolidar essa identidade em um texto autobiográfico é estabelecer-se no próprio título, sem deixar dúvida quanto à relação entre autor e personagem: "História de minha vida" ou "Autobiografia de Fulano", por exemplo. Arantes bem que queria estampar seu nome no título, mas acabou cedendo à indicação da sobrinha letradíssima, o que não elimina do texto toda a identificação que ele possui com seu autor e protagonista. E esse é um daqueles detalhes que só puderam ser conhecidos porque as filhas de Arantes conservam tanto o seu manuscrito original, revisado por Dite, quanto outras cópias que circularam em família sem tais anotações.

À guisa de modéstia, ele recorreu à terceira pessoa em praticamente todo o manuscrito, cometendo raríssimos deslizes nesse critério autoimposto.

---

[12] LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico*: de Rousseau à internet. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

[13] LEJEUNE, 2014, p. 19, 26-31.

Ele escreveu, por exemplo, "de quem falaremos mais adiante", ao tratar de um afilhado, e em outras poucas ocasiões repetiu o deslize de usar a primeira pessoa no plural, contudo, ele nunca escreveu no singular. E como explica Lejeune, falar de si na terceira pessoa pode significar tanto uma certa forma de humildade, quanto um orgulho imenso, o que sem dúvidas é o caso de Arantes, que ocupou o primeiro plano de todas as páginas do texto. O "ele" que Arantes criou para contar-se não pretendia romper com o seu próprio "eu" e a forma como ele se estabeleceu no texto também é expressiva daquilo que ele buscava como autor de si e do perfil que ele tanto se esforçou para construir ao longo da vida.

De acordo com Bourdieu, o nome próprio projeta e institui uma identidade social constante e durável em todos os ambientes possíveis pelos quais um sujeito transita, congregando as suas histórias de vida em um mesmo eixo. Por isso, um mundo plural se reúne em torno de uma unidade fictícia criada pelo nome próprio, e este nome "assegura aos indivíduos designados, para além de todas as mudanças, de todas as flutuações biológicas e sociais, a constância nominal, a identidade no sentido de identidade consigo mesmo [...] que a ordem social demanda". Bourdieu prossegue:

> é compreensível que, em numerosos universos sociais, os deveres mais sagrados para consigo mesmo tomem a forma de deveres para com o nome próprio. O nome próprio é o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais, o fundamento da unidade de suas sucessivas manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações [...] que constituem a vida na totalidade finita e pelo veredicto dado sobre um balanço provisório ou definitivo[14].

Os argumentos de Bourdieu alertam para as possíveis ilusões carregadas em um nome próprio, que é incapaz de dar sentido à totalidade de um sujeito, mas a forma como Arantes se estabeleceu através do patronímico, no manuscrito e ao longo da vida, longe de ser uma invenção da posteridade, é a expressão de como ele aprendeu a se autoafirmar – e como o nome de batismo que ele recebeu, Antônio Honorato de Arantes Filho, foi herança de um pai que sequer o viu nascer, essa escolha carrega resquícios da vontade de sua mãe, ampliando os sentidos dos mecanismos de afirmação que ela mesma cultivou. O "Arantes" através do qual este trabalhador monumentalizou a própria vida estabelece uma longa linha de coerência em sua busca por respeito e distinção,

---

[14] BOURDIEU, 2006, p. 186-187.

sobretudo porque era assim que a imensa maioria das pessoas que o cercavam o tratavam, desde bem jovem inclusive.

Ao recorrer a uma terceira pessoa que era endossada por muita gente a seu redor – pela esposa, inclusive, que não o chamava de Antônio nem mesmo dentro de casa, em família – ele não se permitiu nenhum ventriloquismo narrativo, a fim de falar sobre um sujeito inventado. Como indica Lejeune, ampliando os argumentos de Bourdieu, "*identidade* é uma relação constante entre o um e os muitos", e para não se indispor com a modéstia que tentou levar ao papel, ele recorreu à terceira pessoa, se apresentando como Arantes. Assim, o que poderia sugerir alguma humildade, como indica Lejeune, revela um orgulho indisfarçável[15]. As pessoas que o conheceram e que foram entrevistadas por esta pesquisa, tanto de seu círculo pessoal quanto profissional, negam unanimemente que Arantes fosse um sujeito gabola, mas como seu texto transborda conquistas e distinções, sua aparente humildade parece ser mais um recurso cuidadoso para atenuar os efeitos negativos de um excesso de vaidade. Portanto, seu recurso à terceira pessoa amenizou, sem eliminar, o tom laudatório de seu texto, gravando no papel a imagem que ele cultivava de si.

A nadadora brasileira Maria Lenk, assim como Arantes, escreveu sua biografia recorrendo ao mesmo estilo, porém, desconfortável com a escolha, sentiu-se compelida a se desculpar: "perdoem-me meus caros leitores a falta de modéstia que assinala [...] a repetição constante do meu nome"[16]. As diferenças entre Lenk e Arantes são enormes, mas entre ambos se nota a vontade incontida de escrever sobre a própria vida, embora ele não tenha se sentido obrigado a apresentar escusas pela constante repetição de seu nome – e sem qualquer preocupação estilística, não se dirigiu aos leitores nem se permitiu firulas narrativas. Despreocupado se a repetição de seu nome cansaria os leitores, ele repetiu à exaustão o nome com o qual se identificava, reforçando o tratamento pelo qual gostaria de ser lembrado, marca indelével de seu orgulho de si – e da diferença marcante entre uma autobiografia de um homem e outra escrita por uma mulher.

Em todas as páginas de seu manuscrito ele se apresentou como "Arantes", nunca como "Antônio", e não contou se recebeu apelidos, uma tremenda distinção em Salvador, onde a informalidade no trato social possuía destacada constância – motivo de queixas de uma elite ciosa de símbolos de diferenciação,

---

[15] LEJEUNE, P. Autobiography in the Third Person. *New Literary History*, [Baltimore], v. 9, n. 1, p. 27-50, Autumn 1977, p. 30-33.

[16] FARIAS, C. M. de. Entre lembranças e silêncios: reflexões sobre uma autobiografia feminina. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 238-257, jan./jun. 2009. p. 244.

aos quais Arantes se esforçou para corresponder, pavimentando sua história a partir do seu sobrenome. Nos mundos do trabalho de Salvador os apelidos eram especialmente abundantes e designavam também formas pelas quais os trabalhadores se identificavam, como foi demonstrado com fartura nas páginas anteriores, mas Arantes parece ter aprendido a se afirmar através do patronímico. Essa escolha, definitivamente, não estabelece um pseudônimo que diferencie o autor do sujeito, como ficará bastante evidente ao longo do livro.

O fato de Arantes ser tratado pelo sobrenome revela mais uma de suas distinções e pode ajudar a explicar as razões de ele ter escrito seu texto na terceira pessoa. Segundo Paul Eakin, narrativas autobiográficas constituem parte essencial da percepção que as pessoas têm de si e não são meras invenções da posteridade. Para ele, as autobiografias consolidam um processo contínuo de identificação dos indivíduos e, ao longo desse processo, identidades sociais são forjadas para, adiante, se expressarem como identidades narrativas, ou seja, as pessoas vivem "autobiograficamente". Existe, assim, uma forte interação entre o que as pessoas são e o que dizem que são[17]. A trajetória de Arantes será analisada numa perspectiva de mão dupla: seu manuscrito mostra como a maturidade influenciou a imagem que ele projetou de si e as fontes de seu acervo familiar descrevem a progressão de sua vida, revelando a visão, igualmente formadora e influente, que pessoas ao seu redor lançavam sobre ele.

O vasto acervo de Arantes constitui uma prolífica "produção de si", mantida como um patrimônio familiar. Nos termos de Angela de Castro Gomes, como o indivíduo não é contínuo nem harmônico, esses "atos biográficos" pretendem confirmar uma certa estabilidade das trajetórias, povoando os espaços da casa, do trabalho e da memória com significados especiais, além de atribuir um "efeito de verdade" à escrita autobiográfica – cuidado que parece ter acompanhado a escrita de Arantes, que tinha "atestados" de muitas informações que levou ao papel dentro de seu acervo, como dezenas de fotografias e documentos. Como Eakin, Angela de Castro Gomes argumenta que a escrita de si é constitutiva da identidade de seus protagonistas, acrescentando que eles atuam como editores, selecionando o que pode ser impresso[18]. O manuscrito de Arantes possui marcantes conexões com seus outros atos biográficos, que revelam alguns dos critérios da edição que ele fez de sua vida e de como viveu dedicado a muitos desses mesmos critérios.

Como um zeloso editor de sua história, e da conduta que respeitou durante a vida também, é bem possível que Arantes nutrisse alguma preocupação em

---

[17] EAKIN, 2019. Usada no parágrafo seguinte.

[18] GOMES, 2004, p. 7-24.

poder "provar" aquilo que sua caneta seletiva colocou no papel. Portanto, não é fortuita a estreita relação entre os documentos que ele guardou, as suas fotografias e o seu manuscrito: ela decerto resulta de sua intenção, consciente ou não, de mostrar-se comprometido com a "verdade". Mais do que confirmar elementos de sua autobiografia, suas fotos abrem uma outra via de acesso à sua seletividade, porque também escancaram algumas das suas omissões. Elas mostram, por exemplo, que mesmo antes de ocupar altos postos de trabalho e conquistar bons salários, ele já ostentava orgulho de sua condição de trabalhador e investia em signos que sustentavam uma imagem social altiva e mesmo em ocasiões informais, como em praias, é possível perceber o orgulho precoce que ele nutria pela própria imagem. E o principal: alguns dos silêncios no manuscrito escapam também de suas fotografias, como um vício que o acompanhou por décadas e que dificilmente seria descoberto em seu próprio acervo.

Embora seus familiares não tenham demonstrado qualquer restrição de acesso a seus documentos, é difícil saber o quanto deste acervo ficou inacessível, já que muitas fontes permanecem em gavetas e maleiros e foram sendo progressivamente disponibilizados à pesquisa à medida que eram localizadas. Convém destacar que além de o hábito de fotografar-se ser dispendioso durante a maior parte da vida de Arantes, a chance de conservar esse material também é distintiva, mostrando que sua família não teve de, apressadamente, se desfazer de bens "menores" em situações de despejo, por exemplo, como aconteceu com muita gente que morou na vila da Boa Viagem.

Para Charlotte Linde, as histórias de vida expressam o senso de identidade das pessoas: quem elas são, como se tornaram o que são, como se relacionam consigo e com outros, como querem ser vistas pelos outros. Através de suas histórias, as pessoas reivindicam sua inserção em grupos e se mostram capazes disso – o que inclui, eventualmente, rejeições mútuas a outros grupos e a valores que eles agregam. E a maior parte das pessoas, embora não todas, identificam o trabalho ou a profissão como o principal componente da compreensão que elas estabelecem sobre suas vidas. Nesse tipo de narrativa, os protagonistas se empenham em demonstrar a causalidade adequada de seus caminhos profissionais e estruturam os relatos em torno da afirmação de que sua profissão é o resultado de uma evolução natural, baseada em seus traços de caráter, na dedicação, no gosto pela leitura, na habilidade em gramática etc. – valores aos quais Arantes recorreu copiosamente para se afirmar e "provar". Para Linde, a história de vida é uma unidade social e seu autor não pode

ser pego na mentira, por isso, sempre que pode, oferece "provas" sobre o que aconteceu – e Arantes tinha muitas delas[19].

A vasta produção de si que este sujeito legou à pesquisa histórica consolida a imagem que ele nutria de si, demonstra sua continua busca por respeito e o afirma como um homem do trabalho. Mais de uma vez – humildemente, claro –, ele celebrou-se por sua boa caligrafia, pela desenvoltura comunicativa, por uma memória privilegiada e por sua "razoável inteligência". Em diversas passagens ele listou conquistas, como o respeito que tinha de colegas e patrões, e apesar de autocentrado, mostrando-se como um *self made man*, ele não esconde a importância das redes sociais que o beneficiaram – e sua rede mais sólida era com os amigos da Boa Viagem mesmo.

Ainda de acordo com Linde, história de vida é algo que todas as pessoas têm, embora nem todas considerem que a sua possa ser tão interessante a ponto de querer contá-la. A intenção de contar a própria história demanda a existência de uma audição interessada e essas narrativas estabelecem negociações constantes entre quem narra e quem escuta – no caso dos relatos escritos, estes últimos podem ser idealizados. É notório que Arantes dialogou, ao menos mentalmente, com seu "público leitor", citando apelidos, referências engraçadas, de respeito e de carinho, e incluiu nomes "que não podiam faltar". Ele tinha uma audiência garantida (filhos, netos, afilhados e muitos sobrinhos legítimos ou de consideração), no entanto, poucos deles leram o manuscrito e, anos depois, em entrevistas a esta pesquisa, muitos dos entrevistados mal lembravam ou desconheciam sua existência, registrando que Arantes contava poucas histórias sobre si, e que suas narrativas mais recorrentes eram sobre a mãe – o que é um consenso. Em grande medida, sua escrita foi sobre si e para si também.

A relação afirmativa que Arantes estabeleceu com sua história, mais o seu esforço para se vincular a uma identidade de trabalhador e a um certo padrão social que ele entendia como respeitável, demonstram a superação da pobreza que o acompanhava desde o berço, uma conquista exigente e contínua: ao longo da vida ele precisou ostentar signos variados dessas conquistas, como relógios, roupas, hábitos culturais etc. Vincular-se tão ferrenhamente ao perfil de trabalhador bem-sucedido, como ele se esforçou para fazer da juventude até a maturidade deu sentido à sua vida. E feliz dele que aos 70 e tantos anos de idade podia se apresentar com tantas conquistas em qualquer conversa que entabulasse e, sobretudo, no cartão de visita com que se colocou

---

[19] LINDE, C. *Life Stories*: The Creation of Coherence. New York: Oxford University Press, 1993. p. 1-12, 131-132. Usada no parágrafo seguinte.

para a História, a sua autobiografia. Ele também pôde transmitir aos filhos uma enorme parcela do que conquistou, que é contabilizada por dois apartamentos, diplomas universitários, um vasto baú de fotos e tantas outras heranças imateriais.

Contudo, todas as conquistas ostentadas no seu manuscrito eram também uma ferramenta para tentar reduzir o peso dos estigmas que ele não pôde superar em definitivo. Para descrever a sua trajetória ascendente, ele mostrou muitas das suas habilidades e escondeu muitos dos conflitos que sem dúvidas vivenciou – alguém que ocupou funções como as dele dificilmente sairia ileso, por mais que os evitasse. Os entraves que Arantes decidiu contar aparecerem no enredo para engrandecê-lo, como provas de superação, cuja relatividade enseja muitos dos argumentos apresentados neste livro. E, segundo ele, seu maior obstáculo na vida foi a pobreza, mas decerto ele enfrentou outros.

Sobre a cor da pele de Arantes

A observação da trajetória de Arantes confirma que a dinâmica racial na Bahia foi marcada por uma racialização processual, assimétrica e peculiar. O favorecimento das pessoas de pele parda em detrimento dos pretos foi registrado por quem observou a sociedade baiana desde os séculos XVII e XVIII e, embora pardos escravizados fossem ínfima minoria, proporcionalmente eram os que mais exerciam trabalhos qualificados e que mais se beneficiavam com alforrias[20]. Sob o fardo da escravidão, a cor da pele estabelecia distinções entre a liberdade e o cativeiro que implicavam em signos sociais de *status*, sendo a pele branca um indicativo de prestígio e liberdade, e a preta, uma marca da escravidão, evitada mesmo por libertos e livres.

Os usos de termos designadores de cor até o início do século XVIII remetiam a múltiplos critérios que se pautavam na cor da pele, na condição social (se livre ou liberto), no local de nascimento (se africano ou não) e, já naquela época, na conduta das pessoas. Desde então as classificações de cor se mostravam bastante multipolares e oscilantes não apenas nos registros oficiais, inscrevendo o "carimbo" das cores no amplo sistema de relações sociorraciais. Entre os escravizados de pele escura, por exemplo, o cativo submisso e fiel ("preto") se distinguia do rebelde ("negro"). Ainda no XVIII, o termo pardo começou a ser usado como uma identidade postulada por gente que queria se afastar das marcas da escravidão, reivindicando privilégios e tratamentos

[20] ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes*: formação no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

específicos e sinalizando o desejo de compor um grupo social separado. Tal reivindicação revestia a população parda com marcas positivas e, no contexto colonial, a filiação identitária parda, reivindicada mesmo por gente de pele mais escura, criou laços entre pessoas nascidas na colônia cujos pais eram africanos. No período colonial se verifica o surgimento de irmandades de sujeitos que se organizaram reivindicando a condição de "pardos puros", um paradoxo em termos conceituais, mas que fazia todo sentido para aquelas pessoas[21]. Portanto, ainda que as experiências de alguns sujeitos ofereçam oxímoros à pesquisa histórica, elas não podem ser compreendidas através de categorias e argumentos dicotômicos.

Os conflitos em torno do significado da liberdade e da cor da pele das pessoas se estendeu pelo século seguinte e no pós-abolição eram tão intensos que Hebe Mattos atribui a eles a escassez de dados sobre a cor da população livre a partir da segunda metade do século XIX. Para Mattos, as categorias de cor estavam profundamente associadas à condição social das pessoas, por isso são construções jurídicas e sociais que só podem ser compreendidas em sua relação[22]. Para tanto, invariavelmente, é preciso conhecer como os próprios sujeitos compreendiam suas experiências. Às portas do século XX, por exemplo, o gabaritado engenheiro santamarense Teodoro Sampaio conheceu os espinhos do preconceito e a versão mais corrente sobre suas origens descreve sua mãe como uma liberta preta e seu pai como um padre branco, enquanto o filho de Sampaio o descreveu como pardo quando de sua morte. Ao contar uma experiência discriminatória que viveu, Teodoro Sampaio se declarou vítima de "preconceito social", e alegaria tê-lo superado graças ao intermédio de um senador, decerto, considerado branco[23]. Muitas décadas depois, Arantes também se queixou da resistência de alguns colegas que pode ter sido influenciada por critérios raciais, mas, assim como Sampaio, ele atribuiu seu desconforto a

---

[21] LARA, S. H. Pretos, pardos e mulatos: cor e condição social no Brasil da segunda metade do século XVIII. *In*: SAMPAIO, G. dos R.; LIMA, I. S.; BALABAN, M. *Marcadores da diferença*: raça e racismo na história do Brasil. Salvador: EdUFBA, 2019. p. 24-25 e 31-34; SANTOS, J. T. dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 32, p. 115-137, 2005; SCHWARCZ, L. M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 98; VIANA, L. *O idioma da mestiçagem*: as irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007. p. 25-26 e 35-37. Ver também VAINFAS, R. Apresentação. *In*: VIANA, L. *O idioma da mestiçagem*: as irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007. p. 17-20.

[22] MATTOS, H. M. M. de. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil Século XIX. 3. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.

[23] ALBUQUERQUE, W. Teodoro Sampaio, 'eminência parda' e a 'cor não luzidia': negócios da liberdade e racialização no tempo da abolição. *In*: SAMPAIO, G. dos R.; LIMA, I. S.; BALABAN, M. *Marcadores da diferença*: raça e racismo na história do Brasil. Salvador: EdUFBA, 2019. p. 125-153.

critérios não racializados, como se verá. E se Sampaio pôde recorrer à cúpula da República para contornar seu entrave racial, Arantes nunca contou com padrinhos de tal calibre.

Na Bahia, assim como no Brasil, os pardos se constituíram secularmente como um grupo especial num processo conturbado, no qual critérios de cor, *status* e condição social interferiam na vida das pessoas, e para escapar de estigmatizações raciais, eles acessavam brechas estreitas e instáveis, como perceberam pioneiramente Donald Pierson e Thales de Azevedo.

As conclusões das pesquisas desses dois autores já foram bastante criticadas ou relativizadas[24], mas suas notas – contemporâneas à juventude de Arantes – serão largamente usadas neste livro, embora os argumentos apresentados aqui sigam caminhos opostos aos deles – ou seja, em vez de negar a existência de valores e práticas racistas na cidade de Salvador, o livro se encarrega de demonstrar como isso influenciou a vida de seu protagonista. Pierson e Azevedo encontraram muitos "brancos da Bahia", pessoas de pele escura que haviam conquistado projeção social e experimentavam uma situação ambígua, em que não se reconheciam plenamente como brancas, nem eram aceitas como tal por quem se acreditava "branco" legítimo, e as observações de ambos registram classificações de cor da pele associadas ao *status* social das pessoas, seus hábitos religiosos, locais de moradia, redes de amizade etc.

Essas relações sociais racializadas possuem um efeito marcante na trajetória de Arantes, que nasceu em 1930, três anos antes de *Casa Grande & Senzala* ser publicado, e ingressou nos mundos do trabalho quando Gilberto Freyre ministrava conferências nos Estados Unidos, mais tarde publicadas lá e aqui. Segundo Emília Viotti, o livro e as palestras fundam o mito da democracia racial brasileira. Arantes, portanto, viveu o surgimento e a difusão desse mito e sua trajetória oferece uma possibilidade de entender algo para o que Viotti chama atenção: "é óbvio que os brancos se beneficiaram [...] mas também é verdade que os negros se beneficiaram [...] embora de uma maneira mais limitada e contraditória". Ainda segundo Viotti, parte da população negra dispunha de oportunidades desiguais de mobilidade, com visível privilégio de quem tinha pele mais clara, e havia um preço alto a ser pago: "tinham que adotar a percepção que os brancos possuíam do problema racial"[25]. O aspecto

---

[24] GUIMARÃES, A. S. A. As elites de cor e os estudos de relações raciais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 67-82, out. 1996; SANGIOVANNI, R. F. *A cor das elites*: questão racial e pensamento social através da trajetória intelectual de Thales de Azevedo. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

[25] COSTA, E. V. da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 365 e 375.

processual das relações raciais no Brasil mostra que não é possível atribuir a parte das pessoas de pele não branca a simples reprodução de um ponto de vista branco, mas o alerta de Viotti sobre uma circunstancial convergência de interesses não deixa de ser destacável.

Contemporaneamente, sobretudo entre cientistas sociais e nos ambientes acadêmicos, é maçante repetir que o aludido mito da democracia racial é inverificável em termos reais, embora os discursos que o sustentam tenham sido, em parte, reapropriados pela população preta e parda, o que inclui tanto intelectuais, quanto gente comum, que acreditou e reproduziu algumas de suas premissas, como mostra Paulina Alberto com foco mais concentrado sobre a produção intelectual negra[26]. Arantes, um sujeito comum, encarnou as contradições e enfrentou os limites do mito da democracia racial, podendo, talvez, ser uma das pessoas que acreditaram nele – ou seja, ter acreditado na ideia de que pelo trabalho ele venceria estigmas e preconceitos, conquistando o respeito que almejava. Por isso, sua trajetória abre uma ampla janela histórica para a percepção de como as pessoas não brancas responderam às hierarquias que esse mito estabeleceu.

Além de muitas fotos, cheias de nuances que variam conforme o olhar de cada observador, sua vida lega à pesquisa mais de uma fonte sobre sua cor. Primeiro, ele aparece indicado como mestiço no livro que registrou seu nascimento em 1930[27]. Adiante, ele foi considerado pardo numa via de sua certidão de nascimento (1946), assim como no registro militar (1965) e em duas carteiras de trabalho (1948 e 1969)[28]. Mas em 2009, quando faleceu, sua certidão de óbito o qualificou como branco[29]. Os critérios que pautavam tais classificações oficiais, tal como o sentido que os termos usados para isso possuíam, mudaram bastante ao longo do tempo, mas não deixaram de relacionar a cor das pessoas à sua condição social[30]. No entanto, como as auto e as heteroclassificações podem guardar profundas diferenças, é uma pena que Arantes não tenha registrado nenhuma referência direta à sua cor.

Na década em que ele veio ao mundo não foi realizado um censo nacional e nas duas anteriores os censos não registraram perguntas sobre o quesito cor/raça. No censo de 1940 a parcela da população classificada sob outra declaração que não "branco", "preto" ou "amarelo", foi incluída entre os "pardos" e de

---

26 ALBERTO, 2017.

27 *Registros de nascimento de Arantes*, 18 fev. 1930. Disponível em: https://www.familysearch.org/.

28 Documentos do acervo familiar de Arantes.

29 *Certidão de óbito*, 11 fev. 2009. Processo 0799114-23.2018.8.05.0001, f. 18. Tribunal de Justiça da Bahia.

30 SILVA; LEÃO, 2012, p. 118; LARA, 2019, p. 27-29; SCHWARCZ, 2012, p. 97 e 106.

1950 a 1990 esse grupo foi o que mais cresceu na composição racial brasileira, saindo de 20% para quase 50%[31]. Por isso, em termos estatísticos e segundo critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Arantes poderia ser considerado pardo no seu tempo, ainda que esse não fosse um termo com o qual as pessoas recorressem em seu dia a dia.

Como nesses anos o termo mulato ganhava sentido pejorativo, Arantes não devia se considerar um e se alguém o tratou assim foi pelas costas ou com intenção de ofendê-lo. Como anotou Pierson: "chamar a um homem de cor, diretamente, *negro* ou *mulato*, não é de bom-tom. Estes termos só são empregados cara a cara, quando alguém está enraivecido ou, por qualquer outro motivo, desejoso de injuriar". Pierson escutou a observação feita por um "baiano branco" sobre um "mulato da classe *alta*" e a colocou no papel: "eu hesitaria em chamá-lo mesmo de pardo, embora evidentemente ele o seja: algum de seus amigos poderia ouvir-me". Por isso, o americano concluiu: "em situações como esta, a expressão moreno é o termo mais elegante"[32]. Além de elegante, este termo era bem mais usual, uma vez que "pardo" não era um termo nativo, ou seja, com o qual as pessoas se identificavam no cotidiano, como era o caso de "moreno", e as atribuições ou identificações de cor no Brasil, como notou Lilia Schwarcz, variam de acordo com o lugar, o tempo e os observadores envolvidos: "as definições são volúveis, assim como a subjetividade das situações"[33]. Verônica Daflon confirma tal percepção, que pode ser estendida a Salvador: o termo moreno(a), corrente no cotidiano e preferido pelas pessoas em sua autodesignação pode designar gente parda, branca ou negra. Está claro que pardo não era usual, somente oficial, e um termo de abrangência tão larga quanto imprecisa[34].

Assim, é bem provável que Arantes fosse tido e havido por moreno nas tratativas cotidianas de Salvador, o que não devia ofendê-lo. Ainda que a partir dos anos 1970 o termo moreno tenha sido usado com menor frequência na autoidentificação de pessoas, ao passo que o termo pardo se tornava mais comum, Morena era o apelido da mulher com quem Arantes foi casado por quase 50 anos e assim ela foi tratada em todo o manuscrito[35]. Da mesma forma, essa foi a adjetivação que ele usou para descrever sua mãe, a pessoa mais importante do enredo: "uma senhora morena". A fonte pode não servir como uma

---

31 SILVA; LEÃO, 2012, p. 120.

32 PIERSON, 1971, p. 196 e 260.

33 SCHWARCZ, 2012, p. 98-104.

34 DAFLON, V. T. *Tão longe, tão perto*: identidades, discriminação e estereótipos de pretos e pardos no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

35 SILVA; LEÃO, 2012, p. 122.

autodeclaração, mas mostra uma relação positiva com o termo. Por isso, estatisticamente, Arantes será compreendido dentro do segmento social dos pardos – com a complexidade que isso demanda – e tratado como moreno, o que não nega que ele tenha sofrido com preconceitos e estigmatizações, mas garante o respeito à fonte e à historicidade que ela possui.

As análises de Angela Figueiredo e Ivo de Santana identificam a existência de uma classe média negra em Salvador apenas a partir do começo dos anos 2000 – quase três décadas depois de Arantes ascender à classe média com alto salário e cargos de prestígio. Antes, a parcela de pessoas não brancas que ascendia socialmente era pequena e não manifestava identificações com a negritude, o que foi o caso dele. E havia diferenças marcantes também nos mundos do trabalho em que ele esteve inserido: quase todos os membros da recente classe média negra cursaram universidades e Arantes sequer concluiu os estudos; alguns eram donos do próprio negócio, quando ele sempre foi empregado; e, como se não bastasse, a maioria dos assalariados trabalhava no serviço público, portanto, em algum momento adquiriam estabilidade no emprego, enquanto Arantes sempre trabalhou no setor privado, num desafiador e interminável estágio probatório[36]. Assim, lutando para se estabilizar no emprego e na vida, ele assistiu de longe às transformações promovidas por um processo mais largo e inclusivo de mobilidade social, formador de uma identidade negra, que não parece tê-lo inspirado, ainda que ele tenha enfrentado tantas hierarquias e encarnado diversas contradições de uma sociedade cheia de desigualdades.

O alcance do exemplo de sua trajetória não sustenta a afirmação de que existia até os anos 2000 uma cultura parda com caraterísticas próprias e que a diferenciem substancialmente de culturas ditas brancas ou negras, pretensão que exigiria uma pesquisa com alcance mais amplo que o raio biográfico aqui apresentado. Contudo, Arantes é um categórico exemplo de que os múltiplos valores que influenciam os trabalhadores e suas identificações só podem ser entendidos conjuntamente e em constante relação, muitas vezes em conflito e às vezes não. Sua trajetória é um convite à reflexão sobre o papel dos pardos na sociedade brasileira e confronta categorias que, se mal compreendidas, imobilizam a realidade. Pensar sobre seus caminhos exige reflexão não apenas sobre o que significa ser pardo no Brasil, mas sobre o que é ser preto (ou negro) e branco também. Essas categorias às vezes se somam para comprovar desigualdades, às vezes se contrapõem, mas também influenciam e balizam reciprocamente sua existência, e têm de ser compreendidas a partir de

---

[36] FIGUEIREDO, A. *Classe média negra*: trajetórias e perfis. Salvador: EdUFBA, 2012; SANTANA, 2020.

suas interações, dos seus conflitos e das suas intersecções, cuja delimitação continua desafiando as ciências humanas.

"Seria surpreendente se a hierarquia racial brasileira funcionasse na década de 1980 da mesma maneira que funcionava na década de 1930 ou mesmo na de 1880", argumenta George Andrews, "e na verdade não funciona". Um trabalhador que tivesse a mesma cor de Arantes e se empregasse no escritório de uma fábrica têxtil em São Paulo, onde a imigração europeia foi marcante, sem dúvidas enfrentaria preconceitos raciais mais intensos do que em uma cidade majoritariamente negra, como é o caso de Salvador. No entanto, mesmo considerando as especificidades das duas cidades, Andrews mostra que os negros estavam em condições desfavoráveis e que pardos desfrutavam de maiores oportunidades em ambas[37].

Os padrões da desigualdade racial brasileira se transformaram bastante ao longo da vida de Arantes e não eram os mesmos pelo Brasil afora. Da mesma forma, em relação à sua mãe – uma tecelã pobre, nascida no século XIX, morena e viúva – sua ascensão social foi galopante. Trabalhadores pardos – ou morenos, como talvez o filho preferisse – se relacionaram com a cor de sua pele de maneiras diferentes ao longo do tempo e em diferentes regiões do Brasil. A complexidade dessa condição racial não permite a elaboração de uma categoria analítica fixa, que com certeza não contribuiria para sua compreensão e que ainda pode ter efeitos analíticos – tanto quanto políticos – também incertos[38].

Muitos dos argumentos e referências citados aqui se pautam em pesquisas quantitativas e convergem para o entendimento de que generalizações ou dicotomias não dão conta do caráter multidimensional das identidades raciais brasileiras e de sua relação interseccional com critérios de classe, gênero e geração, como sintetiza Verônica Daflon[39]. Sem postular qualquer conceito generalizável tirado da trajetória de Arantes, este livro oferece muitos exemplos dos desafios que ele enfrentou e de como escolheu lidar com eles.

Primeiros laços e valores

É possível conhecer relativamente bem os primeiros passos de Arantes no mundo e a importância deles na sua vida futura a partir da conjugação de duas fontes principais e complementares: sua certidão de nascimento e suas

---

37 ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo*: (1888-1988). Tradução de Magda Lopes. Bauru: EdUSC, 1998. p. 24, 146 e 167-173.

38 WESCHENFELDER; SILVA, 2018; LOVEMAN; MUNIZ; BAILEY, 2011.

39 DAFLON, 2017, p. 143.

Memórias de um idoso[40]. Essas fontes apresentam aspectos formadores da sua trajetória, relacionando-os com omissões, escolhas e influências exibidas no manuscrito. Uma das que logo saltam aos olhos do leitor é o peso da ausência paterna a seu lado e a influência quase onipresente de sua mãe, aparentemente sua primeira e maior referência, lembrada e enaltecida como mãe e como trabalhadora. No manuscrito de Arantes, seu pai, Antônio Honorato de Arantes, e sua mãe, Laura Teixeira de Arantes, ocupam espaços profundamente distintos, mas igualmente influentes.

Arantes nasceu em Salvador, no dia 12 de fevereiro de 1930, e foi o caçula de três irmãos com idades muito próximas: o mais velho, Hamilton, tinha dois anos de vida quando Arantes nasceu, e Malbeçan, filho do meio, cerca de um ano. Sua certidão de nascimento informa que seu pai era natural de Pernambuco e exercia a profissão de motorista, enquanto sua mãe era baiana e não teve nenhuma profissão atribuída no documento. Arantes não disse como os pais viviam, somente explicou que aos 40 e poucos anos sua mãe ficou desamparada com a morte do marido e, já na primeira página de seu relato, exclamou: "nestas memórias, Dona Laura, como era conhecida [...] será a personagem mais importante, pelos motivos aqui expostos!"[41]. Além de um pequeno retrato encontrado no baú de fotos da família de Arantes, é possível vislumbrar uma imagem de sua mãe a partir da descrição santimonial que ele guardou em seu manuscrito, sustentando-a com predicativos físicos e comportamentais expressivos: "uma senhora morena, alta, muito bonita e que sempre se trajava com vestidos bem comportados e sempre usando no dedo anelar, um par de alianças largas, o que, significava seu estado civil de viúva". E sua narrativa prossegue com o orgulho de quem fiscalizou a mãe de perto: "outra lembrança agradável que Arantes guarda até hoje, é ter certeza de que sua mãe nunca teve nenhum envolvimento amoroso com homens porque ela só saía com os seus filhos, e os mesmos dormiam com ela numa cama de casal". Adiante, ele voltou ao trecho para acrescentar: "o que para a época, representava uma reputação inquestionável".

---

[40] *Certidão de nascimento Antônio Honorato de Arantes Filho*. Acervo da família Arantes.

[41] Esclareço que a grafia original usada por Antônio Arantes foi inteiramente respeitada em todas as citações ao longo do texto, o que incluiu sua pontuação. Desse modo, dispenso o uso do indicativo gráfico (*sic.*) para pontuar eventuais erros ortográficos a fim de não sobrecarregar o texto com eles. As únicas alterações propositais ocorrem nas abreviações usadas por ele que foram sempre escritas por extenso, como "apto" para "apartamento" e "D. Laura" para "Dona Laura", por exemplo.

FIGURA 7
Dona Laura Teixeira de Arantes, uma mãe que encheu de orgulho seu filho

Fonte: acervo da família Arantes.

Observar esta senhora – que será tratada nestas páginas como seu filho a fez conhecida – através da caneta de Arantes é também acessar os valores em que ele acreditou até sua maturidade: sua autobiografia foi escrita em 2006, seis décadas depois do falecimento da mãe, quando ele já era pai, avô e viúvo, mas não completamente solteiro, como sugere uma das intervenções de sua afilhada no manuscrito. Os valores que sustentavam a aludida reputação de Dona Laura, pelo visto, não eram enaltecidos apenas nos tempos em que ela teria se mantido fiel à viuvez: seu caçula e guardião extremado de sua memória estava mesmo disposto a não deixar dúvidas de que essa mulher de meia idade, pobre, com três rebentos e decidida a não dividir maritalmente suas responsabilidades com nenhum outro homem – ou mesmo outra mulher – era alguém exemplar e respeitável.

É uma pena que sua opção por escrever na terceira pessoa e a discrição com que expôs alguns de seus sentimentos não permitam saber como ele chamava Dona Laura (mãe, mamãe, *mainha*), mas ele usou apenas cinco exclamações em todo o texto e duas delas intensificam a importância e as qualidades da mãe, que, por esse detalhe e outras tantas evidências, teve um papel preponderante na sua vida. No manuscrito de Arantes sua mãe é a epítome dos valores que ele aprendeu a defender.

E a discrição que ele manifestou ao abordar assuntos particulares em diversos trechos de seu manuscrito foi quebrada ao tratar da conduta "inquestionável" da mãe: ele se permitiu entrar no leito familiar, especificamente na cama compartilhada, para testemunhar seu recato, que era também reconhecido por quem a conheceu, conforme ele afiançou. Ou seja: Arantes não hesitou em tratar de assuntos privados desde que confirmassem a narrativa que ele construiu para si – se às vezes escreveu uma "autobiografia de alcova", foi com seletividade e preservando a privacidade que entendia necessária. Vale notar ainda que a cama que Arantes se orgulhou por dividir com mãe e irmãos pode não ser só um atestado do recato materno, mas o flagrante de condições materiais um tanto precárias posteriormente ressignificadas pelos

crivos do filho maduro e bem-sucedido – adiante, este argumento será ampliado a partir de outros indícios.

De todo modo, parece que Arantes aprendeu desde cedo, e dentro de casa, a reconhecer a existência de desigualdades e preconceitos sociais, bem como a se proteger deles. Os estigmas que afligiam Dona Laura e poderiam perseguir também sua prole eram diversos: a pobreza, a ausência de um homem adulto na família, hábitos e comportamentos cotidianos, o uso de certas roupas, a forma de falar e a cor da pele. Talvez Dona Laura nem precisasse expressar clara e verbalmente suas angústias para os filhos, assim como Arantes parece ter feito em seu manuscrito – experiências com preconceitos raciais costumam provocar silêncios –, mas ela decerto reconhecia os estigmas que precisava contornar. E seu filho pode ter aprendido com ela a valorizar uma linhagem arraigada a valores que condecoravam, por exemplo, a castidade e o matrimônio, a partir dos quais se afirmou.

Por isso, a tenacidade com que Arantes protegeu Dona Laura revela mais do que os pudores de um filho: demonstra também os estigmas com os quais ambos lidaram ao longo de suas vidas. O tratamento que Arantes dedicou à mãe, ao contrário do gritante silêncio sobre o pai, diz muito da posição que a família ocupou naquela sociedade e do que ele pretendia garantir com seu manuscrito anos depois – respeito, reconhecimento, atenção. Como sua narrativa não oferece muitas informações sobre sua infância e sobre a vida de seus pais, é preciso mergulhar nos detalhes que Arantes pôde ou decidiu contar e abrir algumas clareiras de possibilidades em meio ao desconhecido, especialmente inspiradas por achados desta pesquisa.

Em sua autobiografia, Arantes não deu pistas sobre a vida dos pais antes de ele nascer e apenas repetiu informações que aparecem em seus documentos, sinal de que ele pode tê-los consultado ou que os sabia de cor. Quando ele nasceu, seus pais moravam em Salvador, na Rua Cajueiro do Canela, mas não devia fazer muito tempo. Dois anos antes, quando Hamilton, o primeiro filho do casal, nasceu, tudo indica que nem na capital eles residiam, mas em Madre de Deus, cidade próxima de Salvador. Como Seu Antônio era pernambucano e Dona Laura de Valença, suas mudanças sucessivas poderiam decorrer da profissão de motorista que ele exercia, sugerindo também uma vida instável[42].

Quando o caçula do casal nasceu, eles estavam residindo em uma região central de Salvador, próxima de um extenso vale ainda pouco habitado. A Rua Cajueiro do Canela ficava no alto de uma encosta, em um trecho

---

[42] *Registro de nascimento Hamilton Arantes*, 22 jun. 1950 (2ª via). Disponível em: https://www.familysearch.org/.

significativamente mais urbanizado. Perto dela, cercado por algumas residências, estava erguido desde 1915 o Instituto Oswaldo Cruz, onde hoje funciona o Centro Estadual de Referência em Saúde do Trabalhador. Por sua vez, a parte inferior do vale, então chamada de Baixa dos Cajueiros, só receberia tratamento urbanístico a partir do final dos anos 1940, quando a Rua do Cajueiro passou a se chamar Basílio da Gama[43].

Segundo Donald Pierson, que esteve na cidade quando Arantes ainda era bem pequeno, em contraste com as partes altas da cidade, os vales eram lugares pouco confortáveis e insalubres, por isso se tornavam mais acessíveis à moradia dos trabalhadores. Suas ruas não tinham calçamento e as habitações eram na maior parte casebres feitos com madeira e barro. Aqueles que podiam, pintavam as paredes de casa com pálidas tintas em vermelho, azul, verde ou amarelo. Não raro, seus telhados eram de folhas de palmeiras e a mobília era igualmente rudimentar: segundo suas notas, o mais comum era que esteiras desenroladas sobre o chão servissem de cama. Apesar da exígua vida material, Pierson viu nessas casas – ou apurou entre seus informantes – oratórios com imagens de santos padroeiros. E enquanto os arrabaldes da cidade concentravam a maior parte da população negra, regiões mais altas, como Vitória, Graça ou Canela, eram quase inteiramente habitados por gente branca, com presença residual de pessoas de cor, mas que viviam "nas encostas, atrás das casas melhores e espalhando-se pelos vales"[44].

Esse é o cenário que cercou o nascimento de Arantes, que ainda era o mesmo quando ele já estava crescido e longe dali. No final dos anos 1940, uma reportagem de *O Momento* contou que muitas "casinhas" se espalhavam na Baixa dos Cajueiros "entre bananeiras e mato, ao longo de um riacho de esgoto que passa por lá, ou ladeando ruas esburacadas e enlameadas"[45]. Decerto, Dona Laura teria muito mais lembranças dessa vizinhança que seu caçula, mas como Arantes foi taxativo ao afirmar que nascera "no Alto do Canela", e não na Baixa dos Cajueiros – talvez sua primeira reivindicação de mobilidade social – é possível que sua família tenha vivido em condições ligeiramente melhores que aquelas descritas pela folha comunista e por Donald Pierson. No alto, a família estaria em casas menos insalubres e mais próximas, por exemplo, das linhas de bonde que transitavam entre o Canela e a Federação.

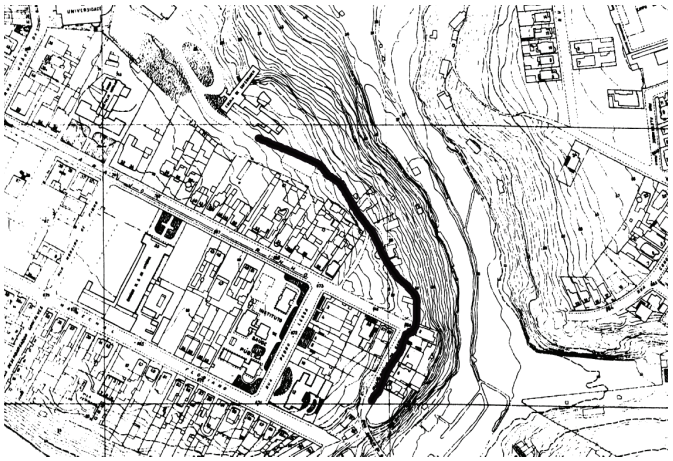
---

[43] SAMPAIO, L. (org.). *Indicador e guia prático da cidade do Salvador (BA)*. Bahia: [*s. n.*], 1928; SOUZA, R. C. de (org.). *Guia da Cidade do Salvador*. Bahia: A Graphica, 1935.

[44] PIERSON, 1971, p. 100 e 105.

[45] *O Momento*, 21 jul. 1948.

FIGURA 8
Mapa com destaque para o traçado atual da Rua Basílio da Gama, antiga Rua do Cajueiro



Fonte: Atlas Parcial da Cidade do Salvador (1955).

Arantes recebeu o primeiro sacramento numa igreja daquele mesmo distrito da cidade, a Nossa Senhora da Vitória, onde foi batizado com o nome do pai, que não assistiu à cerimônia e sequer conheceu esse filho. "De acordo com informações da sua mãe", escreveu, "seu pai faleceu seis meses antes do seu nascimento, ficando [sua mãe] viúva e desamparada, porque naquela época ainda não existia previdência social". Não está claro se a queixa sobre a falta de direitos sociais era uma reivindicação de Dona Laura, que o filho anotou na memória, ou se foi ele quem se queixou, mas é certo que uma família de trabalhadores padecia com a falta desses direitos. Muito perto de onde Arantes nasceu, nas cidades de Itabuna e Ilhéus, trabalhadores tentavam fugir da pobreza extrema reunindo-se em associações de classe, com vistas em assistências mútuas e garantias previdenciárias, e para conquistar o reconhecimento de que precisavam e a respectiva atenção dos poderes públicos, eles se afirmavam como bons trabalhadores, como mostra Philipe Carvalho[46]. Por isso, a reivindicação por direitos poderia ser um assunto que Arantes escutaria da mãe, que adiante se juntaria a um coletivo de trabalhadores – erguida em outras bases, porém –, da mesma forma que foi com ela que o menino recebeu as suas primeiras lições sobre o que era ser um bom trabalhador.

E sem dúvidas a morte do pai foi um desamparo que comprometeu a família. Arantes não mencionou as causas do passamento, a idade que ele tinha ao falecer, que profissão exercia, onde nasceu, por quanto tempo viveu com sua mãe ou onde se casaram... Nada. Seu Antônio só apareceu na narrativa do filho para explicar o nome que lhe transmitiu e essa não parece ter sido apenas uma opção de Arantes na hora de colocar sua vida no papel, porque seus familiares e amigos acessados por esta pesquisa também não expressaram opiniões ou lembranças sobre o pai de Arantes, ao contrário de Dona Laura,

[46] CARVALHO, P. M. S. de. *Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

constantemente mencionada como alguém de extremo valor para o filho, que alardeava a todos o orgulho que nutria pela mãe.

Ela nasceu em 28 de outubro de 1888, um período de mudanças na história brasileira, pelo menos em termos de seus marcos oficiais: ela despontou cinco meses depois do fim da escravidão e talvez engatinhasse quando a República foi proclamada, em novembro do ano seguinte. Não é possível saber, por exemplo, quantas gerações a separavam da escravidão ou o quanto essas mudanças influenciaram sua vida, e o principal marco estabelecido por seu filho foi mesmo a perda do marido. Na narrativa de Arantes, a história materna começa com a viuvez, no final de 1929, porque depois disso, "tentando uma melhor qualidade de vida em Valença, sua terra natal", Dona Laura "foi trabalhar como tecelã na fábrica de tecidos, existente naquela cidade", com um acréscimo destacável: "Cuja profissão aprendera na fábrica de Valença".

Como a família que a acolheu de volta no interior não parecia poder sustentá-la junto com suas crianças, uma vez que Dona Laura teve de arrumar um emprego, é impossível que durante seus 40 anos de vida ela não trabalhasse dentro ou fora de casa. É pouco provável, porém, que ela tenha aprendido a lidar com os teares aos 40 anos, uma idade avançada para alguém ingressar num ramo que empregava mão de obra infantil em larga escala e que dificilmente contrataria trabalhadores com mais idade e menos experiência em plena crise dos anos 1930, quando a concorrência interna fazia as fábricas do Nordeste perderem mercado para suas concorrentes do Rio de Janeiro e de São Paulo[47]. Essa percepção enseja duas hipóteses. Sendo natural de Valença, ela pode ter se especializado no ramo têxtil ainda jovem e antes de migrar para Salvador – o que não é possível precisar quando aconteceu – e ao retornar à cidade ela apenas reassumiu um antigo ofício. Ou Dona Laura, de fato, se inseriu nesse ramo com mais idade, o que era menos provável, mas não necessariamente impossível. De todo modo, enquanto Seu Arantes e Dona Laura viveram em Salvador é presumível que ele fosse o arrimo financeiro da família e ela cuidasse da estiva doméstica, sobretudo depois do nascimento de seus três meninos – sobrecarregadíssima, diga-se.

Além disso, suas redes na capital pareciam mais frágeis que no interior, onde ela contava com um suporte familiar parcial. Rosilene Alvim lembra que residir e trabalhar perto da família era uma realidade vivida estrategicamente por muitas mulheres que se dividiam entre os afazeres domésticos e o trabalho

---

[47] STEIN, S. L. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Tradução de Jaime Benchimol. Rio de Janeiro: Campus, 1979 ; LOUREIRO, F. P. Balanço das transformações da indústria têxtil paulista nas décadas pós-depressão (1929-1950). *História e Economia*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 55-69, 2007.

industrial. Mulheres que experimentavam esta situação procuravam manter o emprego até que não fosse mais viável que redes de parentesco e/ou amizade as ajudassem nas demandas diárias. Sem sucesso, muitas delas "eram obrigadas a abandonar o trabalho executado fora da área doméstica"[48]. No caso de uma mulher de meia-idade, pobre, talvez pouco instruída e também sem uma casa própria, que havia pouco tempo perdera o marido, não exercer uma atividade remunerada não era uma opção, de modo que ela teve de retornar ao leito familiar no interior. Segundo Alvim, era frequente que mulheres casadas deixassem de trabalhar para cuidar dos filhos enquanto os maridos trabalhavam fora, o que parece ter sido o caso desta tecelã enquanto foi casada, mas, quando ela perdeu o marido, não houve outra opção.

E se a idade de Dona Laura era elevada para começar a trabalhar nos teares, sua primeira gravidez também aconteceu com ela já entrada em anos: seu primeiro filho nasceu quando ela tinha 38 de idade e, em seguida, ela emendou duas outras gestações, um breve indício de que seu casamento poderia ser recente – uma possibilidade que não se sustenta apenas em especulações. A certidão de nascimento de Arantes, conservada por sua família, é o único documento que guarda módicas informações sobre seu pai, que embora fosse natural de Pernambuco, já vivia na Bahia há algum tempo, onde tudo indica que ele chegou a constituir uma primeira família – uma informação completamente ignorada por seus netos e bisnetos.

Dois registros de óbitos disponibilizados pelo *Family Search* revelam que o casal Antônio e Esmeralda não teve muita sorte com os filhos que colocaram no mundo e nem no matrimônio que contraíram. Em dezembro de 1937, quando ambos já haviam morrido, uma filha do casal chamada Anita Arantes se dobrou à tuberculose aos tenros 19 anos de idade. Além de completamente órfã, ela era solteira, trabalhava como costureira e foi considerada parda – nesse registro, seus pais aparecem identificados como Antônio Arantes e Esmeralda Assunção[49]. Três anos depois, em novembro de 1940, foi a vez de Honorato de Arantes não resistir ao mesmo mal. O documento de seu óbito indica que ele tinha 26 anos, era datilógrafo, solteiro, branco e órfão de pai e mãe, cujos nomes foram escritos por completo: Antônio Honorato de Arantes e Esmeralda Assunção de Arantes[50]. Tais fontes indicam que, apesar dos três anos que separam as mortes dos jovens, Honorato e Anita residiam muitíssimo próximos ou

---

[48] ALVIM, R. Notas sobre a família num grupo de operários têxteis. *In*: LOPES, J. S. L. (org.). *Mudança Social no Nordeste*: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 118-119.

[49] *Registro de Óbito de Anita Arantes*, 14 dez. 1937. Disponível em: https://www.familysearch.org/.

[50] *Registro de Óbito de Honorato de Arantes*, 21 nov. 1940. Disponível em: https://www.familysearch.org/.

no mesmo lugar, entre o Barbalho e a Baixa de Quintas: ela na Rua Fuísco do Jacaré, nº 30; ele na Rua Miguel Torres, antiga Fuísco do Jacaré, sem número[51].

Ainda que os registros de seus óbitos sejam pouco conclusivos sobre suas vidas e sobre a morte de seus pais, os indícios de que Honorato e Anita eram irmãos e filhos de um primeiro casamento do futuro marido de Dona Laura são fortes e instigantes. Outras buscas onomásticas nos acervos do *Family Search* e do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) não revelam fontes que confirmem essa hipótese – registros de casamento, desquite ou batismo, por exemplo –, mas ela parece bastante plausível. E nesse caso dá até para construir um enredo factível.

Seu Antônio pode ter desposado Dona Esmeralda no começo dos anos 1910, ou um pouco antes. Eles então tiveram – pelo menos – dois filhos: Honorato de Arantes, nascido no ano de 1914, e Anita Arantes, nascida em 1918. A julgar pela classificação sobre a cor dos jovens (ela parda, ele branco), um dos pais poderia não ter a pele clara, outro, sim. Como descrições posteriores e memorialísticas – de "terceira mão" – sugerem que Seu Antônio era preto, é possível que Dona Esmeralda fosse branca – uma das filhas de Arantes descreve o avô, a quem nem ela nem o pai conheceram, como um homem de pele escura e olhos claros, *sarará* segundo ela[52].

Os ofícios que os irmãos Honorato e Anita exerciam até sucumbirem à tuberculose também iluminam alguns aspectos da vida familiar. Nas primeiras décadas do século, os serviços de costura e datilografia ofereciam boas possibilidades de renda e emprego para jovens de famílias pobres. Como demandavam aprendizado técnico e letramento numa cidade cuja população era pouco escolarizada, estes saberes se tornavam diferenciados. O domínio da datilografia alcançava homens e mulheres e era investido de algum prestígio social, como Maria Aparecida Sanches apurou numa edição do *A Tarde* de 1933, que noticiava a formatura da turma de um curso particular que ensinava este ofício. A costura, por sua vez, era praticada com mais frequência por mulheres, que adquiriam essas técnicas com mães, tias, avós ou em escolas, como a Santa Casa de Misericórdia, que capacitava costureiras sem custos. Estes ofícios, contudo, também guardavam hierarquias de cor no contexto urbano da capital: como Sanches também constatou, eles empregavam mais pessoas brancas e pardas do que pretas[53]. Portanto, Seu Antônio e Dona Esmeralda, além de se

---

[51] Para a localização e a mudança de nomes das ruas de Salvador, ver SOUZA, 1935.

[52] Entrevista com Laurinha Arantes, 18 out. 2022

[53] SANCHES, M. A. P. *As razões do coração*: namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador, 1889/1950. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

preocuparem com a formação de sua prole, puderam de algum modo financiá-la com esforços familiares, contornando barreiras que perseguiam mais frontalmente pessoas de pele mais escura que a deles – ou que a dela somente.

Contudo, é possível que Dona Esmeralda tenha falecido e deixado Seu Antônio com suas duas crianças. Desimpedido, ele assumiu algum tempo depois um novo enlace com Dona Laura – levando seus primeiros filhos com ele ou transferindo a responsabilidade sobre eles a terceiros. Outra possibilidade é que ele tenha se desquitado, o que não o impediria de se casar no civil de novo, como parece ter feito tanto com Dona Esmeralda quanto com Dona Laura, mas dificilmente permitiria que ele o fizesse na Igreja Católica – sem falar que a própria Dona Laura, apesar de ter recebido o sobrenome do esposo, também poderia ter vivido uma relação anterior. De um jeito ou de outro, parece assertivo inferir que Seu Antônio foi casado antes da relação com Dona Laura, embora as condições em que a relação começou e terminou sejam desconhecidas.

Os efeitos disso podem ter influenciado a vida de Dona Laura – supondo sobretudo que este não tenha sido um segredo que o marido levou para o túmulo – e as conjecturas sobre o assunto são tão vastas quanto imprecisas. Elas incluem aspectos materiais, como a eventual divisão dos recursos do trabalhador entre as duas famílias, e outros subjetivos, como pequenas disputas familiares ou uma possível convivência de Dona Laura com os primeiros filhos do marido – o que seria ainda pior se Seu Antônio viveu como bígamo por algum tempo. De todo modo, essa relação pode ter marcado bastante Dona Laura, aflorando seus pudores e recatos. Ela, que teve de criar sozinha seus meninos, aparentemente não lhes transmitiu detalhes dessa passagem de sua vida, sem dúvida marcante na forma como eles foram criados e no manuscrito do seu caçula – como um peso bastante influente daquilo que é silenciado entre gerações.

Portanto, ou Dona Laura poupou o filho das acerbas de seu passado, episódios não necessariamente inconfessáveis, mas tristes ou constrangedores, que remetiam a perdas e à uma vida dura, ou a seletividade de Arantes imperou na hora de levar sua história ao papel, que parece ter sido a mesma que ele aplicou dentro de casa entre os mais chegados, uma vez que para seus filhos, netos e afilhados a primeira família de Seu Antônio é tão desconhecida quanto qualquer outro assunto relativo à história desse trabalhador pernambucano radicado em Salvador – lances esquecidos em algum socavão da memória ou detidos pela superposição dos filtros de Dona Laura e de Arantes. Mas – impera destacar – como o primogênito de Seu Arantes não recebeu o nome completo do pai, que o viu nascer, fica bastante evidente que o batismo do caçula de Dona Laura guarda uma vontade afirmativa e resoluta dessa mãe de lhe transferir a referência paterna.

É notório que Dona Laura, em contraponto ao pai ausente, se tornou uma referência imaculada na memória de Arantes, o que em boa parte se justifica por seu empenho para garantir o sustento da família em termos materiais e morais, como ele demonstra fartamente – o que ficará evidente ao longo das próximas páginas. Por isso, conhecendo melhor Dona Laura a partir do olhar de seu filho e do que outras fontes revelam, é possível aquilatar o peso familiar da ausência desse pai, cuja história está quase sepultada nos silêncios de seu caçula e de sua viúva. O silêncio de Arantes sobre o pai, obviamente, não se justifica pela falta de convivência entre eles. No manuscrito, e também em casa entre os seus, o próprio Arantes citou histórias que escutou da mãe e é improvável que Dona Laura não lhe contasse anedotas familiares ou que apresentassem ao menino o homem que lhe legou o nome. Essas narrativas, contudo, deviam respeitar os filtros e as suscetibilidades da mãe.

A ausência paterna é um infortúnio com o qual as mulheres da classe trabalhadora lidam frequentemente, afetando a vida das mães e as memórias de seus descendentes mundo afora, e a coletânea organizada por Daniel Bertaux e Paul Thompson mostra como relações estabelecidas no seio familiar, mas profundamente relacionadas com outros espaços – de trabalho, lazer ou religiosos, por exemplo – constroem mitos familiares com recorrentes omissões sobre sua própria história. Transmitidas de uma geração para outra, essas histórias e os silêncios que elas guardam fornecem exemplos de como alguns valores sociais e culturais são reproduzidos por seus sujeitos[54]. Assim, o cuidado de Arantes em atribuir a falta do pai à sua morte adventícia, demonstrando que isso não decorreu de sua recusa a assumir responsabilidades – da primeira ou da segunda família –, somado ao silêncio sobre seu primeiro matrimônio, é indício dos estigmas e das dificuldades que Dona Laura enfrentou, o que ajuda a entender o protecionismo de seu caçula, manifesto nas histórias que ele contou e em suas esquivas também.

Arantes ainda estava nos cueiros quando sua mãe precisou retornar à Valença após a perda do marido e, já homem feito, não ofereceu outros detalhes das mudanças de sua mãe entre o interior e a capital. Mas se Dona Laura trabalhou como tecelã na cidade de Valença, ela invariavelmente estava empregada em uma das duas fábricas da Companhia Valença Industrial, ativa desde 1844 na cidade. Na década seguinte, a companhia já era responsável por um terço da produção de tecidos no Brasil e sua importância motivou uma visita do imperador Pedro II às suas instalações. Considerando seu tempo de funcionamento,

---

[54] BERTAUX, D.; THOMPSON, P. *Between generations*: family models, myths and memories. New York: Oxford University Press, 1993.

a Companhia Valença pode ter sido a empresa têxtil mais bem sucedida da Bahia, porque em 1955 ela ainda empregava mais de mil operários[55].

FIGURA 9
Companhia Valença Industrial

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Todavia, a mudança para Valença não resolveu todos os problemas de Dona Laura e sua permanência ali foi curta. Depois de trabalhar e viver por dois anos no interior, ela teve de retornar para Salvador com seus filhos, se empregando na Boa Viagem novamente como tecelã. "Como não tinha onde morar com seus filhos", explicou Arantes, "ela conseguiu uma casa na vila operária", o que representava mesmo uma grande prerrogativa oferecida pela Boa Viagem e que a distinguia das fábricas de Valença, cuja vila possuía apenas 166 casas – 100 a menos do que a Boa Viagem tinha na década de 1930.

Em 1933, quando Dona Laura se alojou na vila com suas crianças, o primeiro regulamento da vila ainda vigorava e desde que foi inaugurada seus administradores manifestavam a intenção de exercer o controle sobre os trabalhadores, como notou Marilécia Santos[56]. Um jornal da época publicou as regras de conduta que orientavam seus habitantes e a intenção expressa dos proprietários: "converter uma massa composta de elementos heterogêneos, oriunda de diversas raças, de cores várias e hábitos diversos, em um só grupo social homogêneo", entre quem deveria reinar a "cordialidade, a urbanidade e o respeito mútuo". Suas regras eram bem rígidas e até pretenciosas: "ensinar todos a serem fanáticos pelo asseio, pela estética, pela higiene, pela ordem, pela moralidade e pela camaradagem".

Como o regulamento estabelecia que somente famílias que tivessem pelo menos dois membros empregados na fábrica teriam o direito de

[55] PAIXÃO, N. R. *Ao soar do apito da fábrica*: idas e vindas de operárias(os) têxteis em Valença/Bahia (1950-1980). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006; JESUS, T. F. X. de. *Determinantes da competitividade e estratégias empresariais*: uma análise da evolução da Indústria Têxtil no Brasil a partir da Companhia Valença Industrial. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Informações sobre a Valença também podem ser encontradas no site da própria empresa: http://valenca.com.br/nossa-historia/.

[56] SANTOS, 2010, p. 109-113. Usada ao longo do parágrafo.

morar na vila, é possível que Dona Laura tenha dividido uma casa com alguma outra família, o que era bastante frequente. Outra possibilidade é que, dada sua condição de viúva e mãe de três meninos bem pequenos, ela tenha recebido um tratamento mais compreensivo dos administradores da Boa Viagem, ocupando uma casa inteira. Para facilitar sua chegada e confirmando a percepção de Rosilene Alvim, Arantes contou que tão logo pôde, Dona Laura "mandou buscar a sua mãe [...] para tomar conta dos seus filhos enquanto ela estivesse trabalhando". Mas Arantes lembrava que sua avó "já era bastante idosa" e "não tinha condições de executar as tarefas domésticas". Com isso, Dona Laura "ficava obrigada a após chegar da fábrica as 16hs., lavar roupas, cozinhar e demais afazeres domésticos", o que ele viu de perto.

Dona Líbia, a avó de Arantes, já era uma senhora de idade avançada, mas ainda assim poderia contribuir com a rotina atarefada da filha, e sua mudança para a capital pode ser mais do que um sinal de amor e solidariedade com sua filha e netos: sugere também que sua permanência em Valença poderia ser inviável sem a presença – e a renda – de Dona Laura ou que a mãe idosa também já não pudesse residir ali – talvez viúva também. Levando sua mãe consigo, Dona Laura ainda podia evitar que a empresa designasse outra família para morar com eles, como notou Marilécia Santos: "uma vez que a empresa poderia colocar um estranho [...] na casa, era melhor trazer algum parente"[57].

O estabelecimento de Dona Laura na vila operária da Boa Viagem também é a ocasião para refletir sobre os desafios profissionais que ela enfrentou, afinal, ela não era uma mulher jovem, e era novata em uma empresa com muitas regras exigentes, que priorizava a contração de filhos e parentes de trabalhadores justamente por entender que estes eram mais adaptáveis ao seu regime de trabalho. Portanto, pode não ter sido fácil para uma mulher madura e criada fora do conjunto de regras da Empório se adaptar a ele aos 45 anos de idade, sem marido e com três crianças a tiracolo – sem falar na possibilidade de Dona Laura ter pouca experiência como tecelã, caso ela tenha aprendido este ofício depois de enviuvar.

As quase 10 mil fichas não catalogadas de trabalhadores da Empório, se garimpadas a dedo, revelam com precisão o ingresso de Dona Laura na fábrica Boa Viagem: 25 de abril de 1933. A ficha dela, assim como todas as outras que compõem o acervo, não parece ser a original, mas uma cópia, em algum momento passada a limpo pela administração da fábrica. E como Arantes trabalhou por mais de uma década de junto do arquivo que retinha a ficha, se quisesse, ele poderia manuseá-la para matar a saudade ou a curiosidade.

---

[57] SANTOS, 2010, p. 123.

A ficha de Dona Laura possui diversos campos e é uma pena que muitos estejam em branco, como o nome de seus pais, seu grau de instrução, eventuais penalidades e acidentes de trabalho, quem se beneficiaria do seguro garantido pela empresa em caso de sua morte ou se ela era ou não sindicalizada – o que uma outra fonte insinua sem muita precisão[58]. As informações que aparecem na ficha atestam sua condição de viúva e que ela foi alocada na tecelagem da fábrica. A ficha também confirma que ela não precisou esperar para se alojar na vila, um socorro e tanto. A cor da pele de Dona Laura foi definida pela letra "M", de morena, mulata ou mestiça, termos que aparecem em outras fichas. Assim, Dona Laura foi classificada com um substantivo que pode ter sido o mesmo usado por seu caçula, que muitos anos depois a descreveu como "uma mulher morena". E essa fonte ainda permite uma comparação bem alvissareira com o manuscrito de Arantes.

Segundo ele, Dona Laura nasceu em 28 de outubro de 1888, uma informação digna de credibilidade, uma vez que este autor era reconhecido por sua "memória privilegiada" e que a importância de Dona Laura para ele sugere que a data de seu nascimento não seria esquecida. Contudo, a ficha de Dona Laura informa que ela teria nascido em 18 de outubro de 1898. Ou seja, os meses coincidem, mas os dias e os anos não. Óbvio que como se trata de uma ficha que dificilmente seria preenchida pelo signatário, dado o baixo letramento dos trabalhadores, e que ainda por cima foi passada a limpo anos depois, as chances de imprecisões aleatórias são enormes. Mas a incoerência pode não ser fortuita nesse caso.

A variação de dez dias no seu nascimento só ensejaria grandes reflexões em uma pesquisa versada nos critérios do zodíaco – mérito para o qual este livro não concorre –, de modo que é necessário manter as inferências ao rés do planeta. E a diferença de dez anos no seu nascimento é bem significativa para uma pesquisa dedicada a encontrar e entender as fontes que revelam a ação de sujeitos da classe trabalhadora, sobretudo porque, embora seu filho estivesse empenhadíssimo em mostrá-la cheia de qualidades – e até rejuvenescida, quem sabe –, foi nos arquivos patronais que Dona Laura apareceu dez anos mais jovem.

Nesse caso, mais do que uns anos a menos, a diferença podia apresentar Dona Laura muito mais vigorosa para o trato com os teares da Boa Viagem, o que sem dúvidas teria facilitado a sua contratação aos 45 anos de idade – ou aos "35". É impossível saber se tal incoerência ilustra um artifício de Dona Laura para vergar uma eventual resistência dos patrões, mas sendo a mulher

---

[58] *Ficha de Laura Arantes*, não datado, CEDOC/UEFS, FLP, cx. 13. Usada nos parágrafos seguintes.

bonita que o filho descreveu, e que sua fotografia comprova, talvez ela pudesse mesmo convencer seus contratantes de que possuía dez anos a menos de vida e uma década a mais de energia para se dedicar à fábrica. Por isso, é bastante convidativo pensar que os artifícios de Dona Laura para sustentar sua prole podem ter ido muito além daqueles que seu filho se permitiu colocar no papel – o que só ampliaria o leque de suas qualidades e de sua humanidade. Todavia, se a estratégia deu certo na contratação, mais tarde Dona Laura não poderia contornar o peso da idade e da múltipla jornada de trabalho.

Dadas as dimensões do acervo da Empório, ainda é impossível situar a contratação de Dona Laura num contexto mais amplo da fábrica. Mas recortando uma breve amostra de 100 pessoas contratadas entre os meses de março e abril de 1933, ano em que ela se empregou ali, é possível vislumbrar aspectos importantes do seu ingresso na Boa Viagem e do perfil dos trabalhadores que estavam próximos dela. Nessa leva de contratados, 62 pessoas se colocaram na tecelagem, numa proporção de 24 homens para 76 mulheres, e a média etária do grupo era significativamente mais baixa que os 45 anos de Dona Laura: 26 anos. Só duas mulheres tinham mais idade que ela e nenhuma das duas conseguiu uma vaga na vila, o que apenas oito pessoas dessa amostra conseguiram: duas delas eram casadas – além de Dona Laura – e seis eram solteiras, sendo três homens e cinco mulheres. As fichas não informam a quantidade de filhos dos recém-contratados, mas não resta dúvidas que Dona Laura se empregou na Boa Viagem e ocupou uma casa na vila com seus três filhos em uma situação rara – talvez ela tenha contado com a solidariedade de algum superior ou com a indicação de um trabalhador ou trabalhadora com influência ali.

Além da sobrecarga de trabalho como tecelã, Dona Laura viveria aflições maternas nos anos que viriam. Segundo Arantes, Hamilton, seu irmão mais velho, "deu muito trabalho e preocupação à sua mãe", porque "não gostava de estudar", e, ainda por cima, "ocupava seu tempo jogando futebol na praia e [no] campo da Boa Viagem". Ao mencionar as aflições da mãe, Arantes recorreu a dois critérios através dos quais ele reivindicaria algum grau de diferenciação não apenas no seio familiar. Um deles, em contraponto ao irmão, é o seu festejado gosto pelos estudos, afirmado através de sua letra caprichada, que o garantiria promoções no emprego, e de seus esforços para manter estudando em diversas etapas de sua vida – como se verá. O outro diz respeito à preferência esportiva do irmão mais velho, através da qual Arantes se distinguia também de muitas outras pessoas da cidade – outro assunto retomado adiante.

Do ponto de vista de Dona Laura, é possível mesmo que ela associasse a prática do futebol à malandragem que não queria ver atribuída a um filho. Andrea Rodrigues cita uma reportagem do *Diário de Notícias* de 1930 que mostra

como muitas brincadeiras infantis praticadas nas ruas de Salvador, entre elas o futebol, eram associadas ao ócio e à vadiagem, sendo por isso condenadas[59]. E embora o futebol ainda tivesse uma relação com as elites, praticado em clubes e de forma amadora, para uma mãe da classe trabalhadora, ver um filho gastando mais tempo na rua do que na escola, era uma preocupação grande e compreensível, sobretudo porque não era em nenhum clube que Hamilton jogava, mas pelas ruas e praias, e porque à época, como mostra José Sérgio Leite Lopes, o futebol ainda estava longe de ser apropriado pelas classes trabalhadoras como uma possibilidade de trabalho e ascensão social[60]. E o gosto de Hamilton pelo futebol tem registro no baú de fotos da família – outra das inúmeras confluências entre o manuscrito de Arantes e as fotos que ele mantinha em casa.

FIGURA 10
Hamilton Arantes, Santo Amaro (BA), 6 jun. 1950[61]

Fonte: acervo da família Arantes.

Mas os filhos não dariam apenas angústias à mãe. No manuscrito de Arantes, seu irmão do meio, Malbeçan, ganhou destaque a partir de seu ingresso no Colégio dos Órfãos de São Joaquim. Não é possível saber se Dona Laura fazia

---

59 RODRIGUES, A. da R. *A infância esquecida*: Salvador (1900-1940). 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

60 LOPES, J. S. L. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. *In*: BATALHA, C. H. M.; FORTES, A.; SILVA, F. T. da. *Culturas de classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p. 122-163.

61 Hamilton é o primeiro agachado à esquerda.

distinção entre os filhos, mas Arantes com certeza tinha um irmão preferido e era Malbeçan. Segundo ele, que pouco falou de Hamilton e, quando o fez, o contrapôs aos dois irmãos, "seu irmão Malbeçan era muito inteligente, tanto que ele sempre foi considerado um aluno de destaque neste colégio".

O Colégio dos Órfãos de São Joaquim era uma instituição centenária fundada por jesuítas e devotada à formação escolar e profissional de jovens de Salvador, cujo projeto educacional era fazer dos órfãos trabalhadores disciplinados, o que poderia não desagradar aquela tecelã[62]. Desde o começo do século XIX, todos os meninos que ingressaram nele foram declarados pobres ou muito pobres e em média eles entravam ali com oito anos de idade, permanecendo como internos até dominarem algum ofício e as letras básicas, o que durava entre quatro e cinco anos. Os ofícios ensinados na instituição eram variados, atendiam a diversos segmentos da economia urbana e variaram ao longo do tempo[63].

O colégio era vizinho à Estação da Calçada, distando não mais que três quilômetros da Boa Viagem, num trajeto que poderia ser vencido a pé ou de bonde nos dias em que Dona Laura e seus outros dois filhos fossem visitar Malbeçan. O regime de internato que regulava os meninos era rigoroso: eles não podiam sair do colégio sem a companhia dos reitores e só podiam receber visitas no primeiro domingo de cada mês. Eventualmente, viam suas famílias em apresentações pela cidade[64]. Arantes fez questão de garantir que acompanhou o irmão de perto: "uma vez por mês, ia passar um domingo com seu irmão", e explicou uma das razões para isso, "seu irmão era solista" na banda escolar, o que o deixava "orgulhoso quando via seu irmão ainda tão pequeno, fazer parte da banda de música". O caçula se confessou admirador do talento musical do irmão e seu orgulho era tanto que mereceu um bis no seu manuscrito:

> este foi um tempo bom na infância de Arantes porque ele sentia muita alegria e emoção quando via seu irmão tocando [...] Aliás, este seu irmão se transformou num excelente músico, porque tocava vários instrumentos de sopro e violino, onde por várias vezes teve a oportunidade de vê-lo.

---

62 RODRIGUES, 1998.

63 MATTA, A. E. R. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim*: de recolhido a assalariado. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

64 RODRIGUES, 1998.

Como fez questão de demonstrar, ele vibrava com as exibições de Malbeçan na década de 1930, postado na assistência do colégio ou na vila, e no sossego do asilo onde redigiu sua autobiografia, um documento que revela a seletividade de seus ouvidos musicais. É de se notar, por exemplo, que entre os instrumentos que Malbeçan dominava não constou o violão, símbolo de certa malandragem musical à época[65]. E como se verá muitas páginas à frente, possuir atributos musicais não era uma garantia de espaço na sua autobiografia, uma vez que Malbeçan não seria o único da família a enveredar pela música. Esse trecho é mais um que revela com eloquência os valores que Arantes carregava consigo e o quanto ele foi seletivo na sua autobiografia, no entanto, para além de seus valores particulares, o relevo que ele atribuiu à passagem de Malbeçan pelo Colégio dos Órfãos de São Joaquim tem um alcance social também.

Segundo o próprio Arantes, sua mãe não se continha ao ver seu menino "tocando ou cantando nos eventos do colégio": "ela ficava emocionada e esta emoção sempre contagiava a todos que a presenciavam". Marilécia Santos encontrou notícias de apresentações dos órfãos também na vila desde o fim do XIX, e, décadas depois, um antigo morador, nascido e criado ali, e só um pouco mais velho que os filhos de Dona Laura, se lembrava com saudosismo das apresentações dominicais daquela e de outras bandas, como a dos Bombeiros e da Polícia Militar no coreto da vila[66]. Portanto, Dona Laura pôde compartilhar seu júbilo com vizinhos e colegas de trabalho, o que não era para menos e, decerto, sua alegria remete aos seus anseios de mãe viúva e de trabalhadora pobre.

Havia mais de um século que o colégio oferecia uma valiosa oportunidade para os órfãos da classe trabalhadora de Salvador e de algumas partes do Recôncavo também. A partir de meados dos anos de 1840, a Companhia de Tecidos Valença, onde Dona Laura esteve empregada por algum tempo, se tornou a maior contratante dos egressos do colégio. Segundo Antônio Chaves, a relação com a companhia era tão intensa que em 1848 seus diretores firmaram um contrato com os responsáveis pelo colégio estabelecendo as condições em que os meninos seriam contratados e, na letra fria do papel, seus termos eram promissores para os jovens trabalhadores: a companhia deveria mantê-los empregados até os 21 anos (em média eles saíam do colégio aos 14), sustentá-los, vesti-los, calçá-los e curá-los por mais cinco anos, até se especializarem em algum ofício na fábrica. Além disso, a companhia se comprometia a pagar um salário igual

---

[65] NOVAES, G. G. *Tensões e disputas entre cariocas e baianos no universo sambista do Rio de Janeiro (1920-1950)*. 2022. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2022.

[66] SANTOS, 2010, p. 103-104; VILA Operária Luiz Tarquínio. Salvador: Instituto de Radiodifusão Educativa do Estado da Bahia, [198-]. (19 min).

ao que pagavam a qualquer outro empregado a quem fosse contratado depois de atingir a maioridade[67].

FIGURA 11
Internos do Colégio dos Órfãos de São Joaquim

Fonte: acervo do Colégio dos Órfãos de São Joaquim.

É certo, portanto, que Dona Laura conviveu com egressos dos órfãos e não é preciso especular muito para considerar que este contato estimulou sua esperança de matricular seus filhos ali depois de perder o marido, afinal, uma formação profissional garantia algumas salvaguardas contra os estigmas e as preocupações que a afligiam – a pobreza, entre elas. Para Dona Laura, ter um filho matriculado naquela instituição poderia ser tão inspirador quanto foi, um pouco depois, para Dona Lindu ver um de seus filhos ingressando no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), e por mais que as pequenas conquistas de sujeitos menos favorecidos sejam comemoradas por leitores, como lembra John French, elas podem limitar a compreensão sobre o contexto social que circunda tais conquistas – e, no caso dos Arantes, as portas que se abriram para um dos irmãos não eram tão largas assim, o que demanda algumas reflexões sobre seus critérios e limites[68].

Uma "notícia histórica" publicada em 1931 pela direção do Colégio dos Órfãos informa que os meninos que entravam ali frequentavam três cursos principais (Geografia e História do Brasil, Ciências Físicas e Naturais, Artes e Ofícios), além das aulas de Música e Desenho. Eles podiam se especializar nos ofícios de sapateiro, alfaiate, marceneiro ou tipógrafo, e, para manter a saúde e a disciplina, praticavam Ginástica Sueca e Exercícios Militares. "Ao se retirar do estabelecimento", concluía o documento, cada jovem "leva um pequeno, porém, suficiente cabedal de conhecimentos para prover a sua subsistência [...] podendo [...] aperfeiçoar-se na arte ou no ofício que praticaram, e fugir a humilhações para obter o necessário à manutenção da vida". No entanto, o documento registrou uma lamentação:

[67] CHAVES, A. M. Famílias de meninos pobres abrigados na Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim (1825 a 1992). *Interfaces*: Revista de Psicologia, Salvador, v. 2, n. 1, p. 87-101, 1999. Agradeço ao autor pelo gentil trabalho de digitalizar o texto para que eu pudesse acessá-lo.

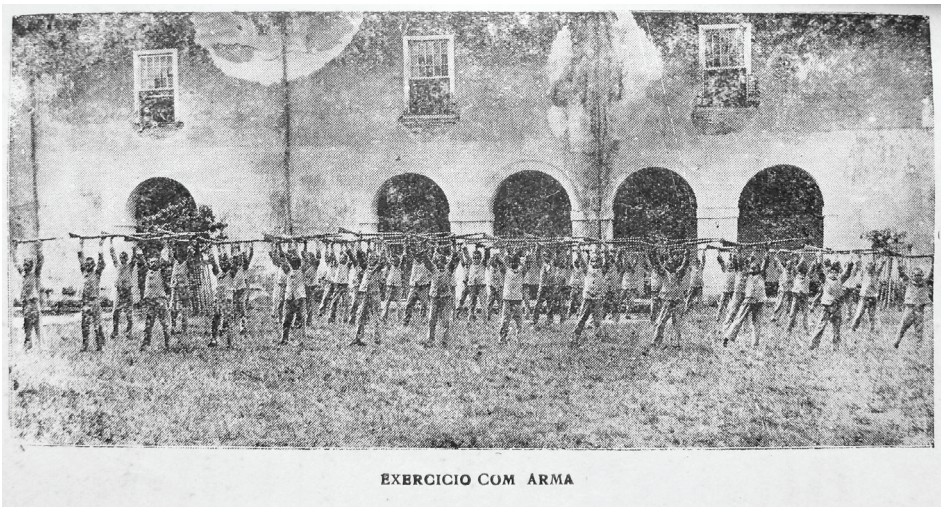
[68] FRENCH, 2022.

> infelizmente, e é isto muito frequente, verdadeiras vocações manifestadas nas oficinas do colégio, são desviadas [...] ao deixarem os alunos o colégio; isso, certamente, pelo menospreço [sic] em que são tidas ainda as artes e ofícios entre nós. Não raro, meninos que se podiam tornar bons artistas, vão consumir, na sociedade, tempo e atividade em outros modos de vida mais fáceis, com prejuízos dos conhecimentos das artes e dos ofícios que adquiriram[69].

Mas, cumpre antecipar, aquilo que aos olhos da direção da entidade seria um descaminho, não se aplicaria a Malbeçan.

Dona Laura apresentou o pedido para que este seu filho concorresse a uma vaga no Colégio dos Órfãos em fevereiro de 1935. Como indicavam seus estatutos, a solicitação foi redigida pelo provedor e a mãe apenas o assinou com uma caligrafia que não era tão boa quanto as de seus meninos viriam a ser, mas sem demonstrar dificuldades com a escrita[70]. O texto declara que ela vivia "em estado de completa pobreza" e, em acréscimo inédito, que era "possuidora de quatro filhos, conforme documentos adjuntos". A falta da aludida comprovação, que se existiu, não resistiu ao tempo e aos critérios arquivísticos que conservam a pasta de Malbeçan no acervo do colégio, inspira breves elocubrações.

FIGURA 12
Internos do Colégio dos Órfãos de São Joaquim praticando exercícios militares (1931)



Fonte: acervo do Colégio dos Órfãos de São Joaquim.

[69] *Notícia histórica*, 1931. Acervo da Casa Pia e Colégio Órfãos de São Joaquim (CPCOSJ).

[70] *Pasta nº. 1803, de Malbeçan Honorato de Arantes*, não datado. Acervo da CPCOSJ.

É possível que se trate de um erro do provedor, ainda que um erro nada banal, uma vez que um filho a mais ampliaria o flagelo daquela viúva e poderia ajudar a convencer os diretores de uma instituição que, sem dúvidas, analisavam pedidos de candidatos com extrema necessidade. Diante do medo de receber uma recusa, Dona Laura pode ter silenciado ao ver o lapso do redator do documento ou, sutilmente, tê-lo sugestionado – seria essa uma pequena burla de uma mãe em desespero? Talvez Dona Laura estivesse cuidando de Anita, a filha do primeiro casamento de Seu Antônio, que à época tinha 17 anos e não andava bem de saúde. A última hipótese é que Dona Laura tenha tido um quarto filho que viveu pouco e sobre quem não há qualquer referência em outros documentos e nas memórias da família.

De toda sorte, ela teve de esperar bastante por uma resposta. Seu menino só foi finalmente aceito em março de 1938, já um pouco acima da média etária dos ingressantes, pois acabara de completar dez anos de vida. Como os estatutos de 1910, ainda vigentes, fixavam o limite de nove anos de idade para que os meninos fossem aceitos ali, Malbeçan contou com uma pequena flexibilização nesse quesito, embora tenha cumprido os demais: ele estava devidamente vacinado contra varíola, sem nenhuma moléstia infecciosa e, conforme atesta um laudo do colégio, não apresentava "defeito physico nem das faculdades mentaes" que o impedissem de ser aceito[71]. Contudo, sem razão aparente, ele foi o único filho de Dona Laura que teve essa dita.

FIGURA 13
Internos do Colégio dos Órfãos de São Joaquim

Fonte: acervo do Colégio dos Órfãos de São Joaquim.

Seus três filhos tinham idades bem próximas e o colégio oferecia novas vagas anualmente, de modo que é improvável que o critério etário tenha favorecido apenas o irmão do meio. Os estatutos do colégio também não vedavam o ingresso de irmãos ali e do final do século XIX até a década de 1920 não era impossível que órfãos de uma mesma família fossem aceitos, como apurou Érica Costa[72]. No entanto, como não havia muitas

[71] *Estatutos da CPCOSJ*, 1910. Acervo da CPCOSJ; *Pasta nº 1803, de Malbeçan Honorato de Arantes*, não datado. Acervo da CPCOSJ.

[72] COSTA, É. M. *Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim*: a inserção de meninos 'pretos' no Pós-Abolição (1893-1927). 2022. Dissertação

vagas – em 1938 apenas 13 jovens foram aceitos ali – esse poderia ser um critério relevante para os diretores, que poderiam preferir que mais famílias fossem contempladas. A pesquisa de Andréa Rodrigues revela casos de famílias bastante necessitadas e com muitos filhos que só tiveram um deles aceito no Colégio dos Órfãos. Uma viúva que vivia em comprovada pobreza teve apenas um de seus três filhos admitido e outra mãe, também pobre e sem marido, com 13 filhos, sendo nove deles ainda menores, rogou para que um deles fosse aceito a fim de adquirir uma formação e, no futuro, poder contribuir com o sustento da família[73].

A documentação dos meninos que ingressaram ali junto a Malbeçan é bastante desigual, o que não permite conhecer a realidade familiar de todos eles, e o gênero, embora fosse critério definitivo, uma vez que as meninas daquelas famílias estavam impedidas de concorrer a vagas, não afetaria a prole de Dona Laura. Mas ela sequer pleiteou o ingresso dos outros filhos no colégio, uma vez que seus nomes não aparecem nas listas de pedidos recusados nos anos vizinhos à entrada de Malbeçan. Arantes, por sua vez, não revelou onde ele e Hamilton estudaram – segundo uma de suas filhas, Arantes estudou na escola da própria fábrica[74]. E como é latente no manuscrito o orgulho que ele nutria pela formação de Malbeçan, é de se cogitar que o Colégio dos Órfãos de São Joaquim fosse um objeto do fascínio de Arantes, a ponto de ele sequer mencionar as escolas onde estudou em reconhecimento àquilo que entendia como uma grande oportunidade – quem sabe se ele não se intimidou diante de uma distinção que extasiava sua mãe?

Se é difícil apurar os motivos dessa desigualdade familiar, que exerce inegável influência sobre o manuscrito de Arantes, no contexto mais amplo da cidade havia um critério marcante na seleção dos internos do Colégio dos Órfãos de São Joaquim que, apesar de estabelecer distinções e hierarquias sociais, pode ter favorecido um dos filhos de Dona Laura.

A classificação de cor anotada nos livros de matrícula dos meninos admitidos no colégio revela que a instituição era muito mais receptiva aos brancos, em primeiro lugar, depois aos pardos (mulatos e mestiços) e por último aos de pele preta. Até a segunda metade da década de 1850, meninos pretos sequer foram aceitos ali e nas décadas seguintes isso ocorreu de maneira rarefeita, sendo que a proporção de meninos considerados brancos com frequência foi maior que

---

(Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Agradeço à autora por compartilhar resultados de sua dissertação mesmo antes de depositá-la no Repositório Institucional da UFBA.

73 RODRIGUES, 1998.

74 Entrevista com Laurinha Arantes, 18 out. 2022.

a dos considerados pardos – e o censo de 1855, descontados outras classificações, indicava uma população de 32,4% de brancos, 24,5% de pardos e 38,6% de pretos em Salvador[75]. Os números das primeiras quatro décadas do século XX são igualmente discriminatórios: tirando o percentual de meninos cuja cor não foi registrada, 42,5% deles eram brancos, 40% eram pardos, mestiços ou mulatos (termos que aparecem nas fontes) e somente 7,9% eram pretos[76].

Portanto, a seletividade dessa instituição perpetuava uma desigualdade racial a olhos vistos. Outra possibilidade que também salta aos olhos é que os critérios que inspiravam as classificações de cor anotadas ali tendessem a embranquecer os meninos, uma vez que as amostras oferecidas por fotografias dos órfãos mostram uma quantidade bem mais expressiva de meninos pretos do que o quadro apresentado por seus números. Essas duas possibilidades, pautadas em amostras de fontes distintas, não se excluem.

FIGURA 14
Internos do Colégio dos Órfãos de São Joaquim

Fonte: acervo do Colégio dos Órfãos de São Joaquim.

Excepcionalmente, o livro de matrículas do ano de 1938 demonstra que o grupo que foi admitido ali tinha uma proporção bem mais significativa de meninos considerados pretos, que eram cinco deles, além de quatro brancos, um mestiço e três pardos[77]. Malgrado essa proporção mais inclusiva, esses 13 meninos não escaparam de uma experiência racializada. Tal qual todos os ingressantes, eles foram submetidos a uma avaliação física detalhada, que incluía a aferição de sua capacidade pulmonar, estatura, peso, cor da pele, tipo de cabelo e medições craniana e nasal, nos termos do médico e antropólogo Edgard Roquette Pinto, como reconhecem as próprias fichas no espaço destinado aos "dados etnológicos".

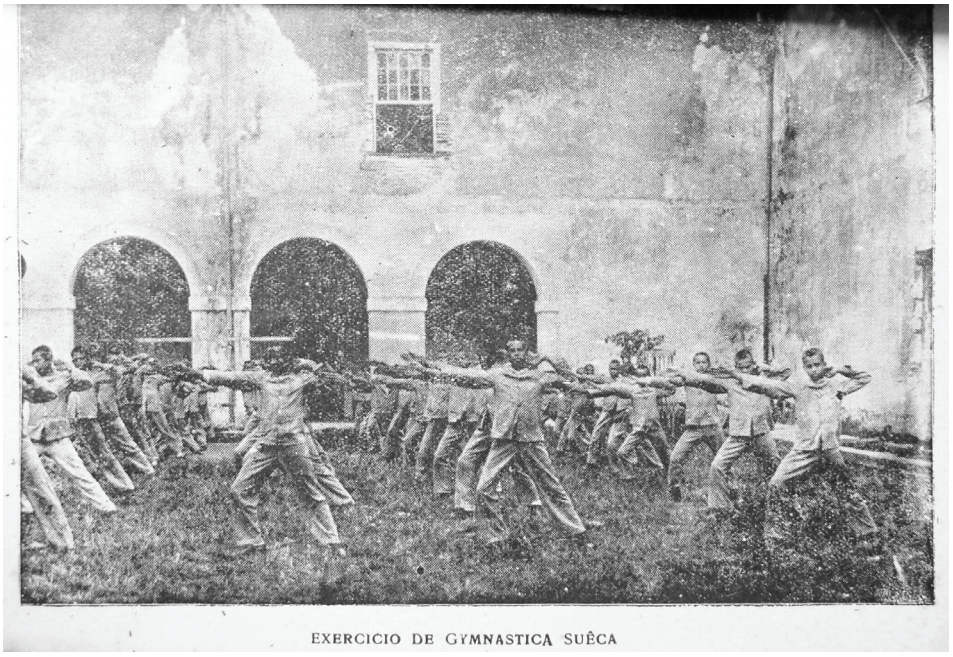
[75] MATTA, 1996.

[76] RODRIGUES, 1998. Os termos pardo, mestiço e mulato foram usados em diferentes períodos e o critério desse uso, obviamente, não foi explicado na documentação do colégio.

[77] *Livro de matrículas*, 1938. Acervo da CPCOSJ, f. 41.

Roquette Pinto propunha um sistema de classificações de cor baseado em três categorias principais, que avaliavam o processo do branqueamento da população brasileira: *leucodermo* (branco), *faiodermo* (moreno) e *melanodermo* (preto). Ele também desenvolveu programas de educação e de saúde voltados a combater a "degeneração social" que eram reproduzidos, pelo menos em parte, nos órfãos. Na análise de Jerry D'Ávila, as escolas que seguiam tais critérios pretendiam transformar a população não branca e pobre em pessoas embranquecidas em seus modos de viver, na confluência das elites brasileiras da primeira metade do século XX, que tendiam a acreditar que pobres e negros eram majoritariamente degenerados que teriam nas escolas suas "clínicas de salvação" – o que decerto incluiria práticas físicas "modernas" como a ginástica sueca e, jamais, a estigmatizada capoeira, por exemplo[78].

FIGURA 15
Internos do Colégio dos Órfãos de São Joaquim praticando ginástica sueca (1931)



Fonte: acervo do Colégio dos Órfãos de São Joaquim.

[78] D'ÁVILA, J. *Diploma de brancura*: política social e racial no Brasil (1917-1945). Tradução de Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. p. 13, 21-22 e 50-54.

Nas fotos de família em que Malbeçan aparece já adulto, é possível ver que ele tinha a cor da pele muito parecida com a de Dona Laura e com a do irmão mais novo – dos três, era Hamilton quem tinha a pele mais escura. Quando foi admitido no Colégio dos Órfãos, Malbeçan foi considerado pardo, ou *faiodermo* nos termos propostos por Roquette Pinto, e conservava os pulmões sadios, do alto de seus 1,63m de altura e 42 quilos de peso corporal. Numa aferição talvez constrangedora mesmo para um jovem, apuraram que seu crânio tinha 18cm de comprimento, 14cm de altura e os mesmos 14cm de largura, e seu nariz media 3,5cm ao largo por 5,5 de altura – apesar de a ficha reservar um espaço para notas sobre tais medições, nenhum parecer foi registrado por quem avaliou e mediu o menino de cima a baixo[79].

Pouquíssimos passos de Malbeçan como interno do Colégio dos Órfãos estão disponíveis nos papéis deste acervo – nada de boletins, relatórios de professores ou coisa parecida[80]. No entanto, circunstancialmente, é possível saber que em julho de 1942 ele saiu de lá junto com colegas e empregados para realizar consultas médicas no dispensário Ramiro de Azevedo, especializado no combate à tuberculose, sito no Campo da Pólvora, bairro de Nazaré[81]. A distância e a inclinação do percurso de quase quatro quilômetros era um desafio considerável para ser palmilhado, mas ele também poderia ser vencido com ajuda dos bondes, caso o colégio pudesse custear bilhetes para as quase 30 pessoas do grupo. Na lista com nome, matrícula, idade e cor daqueles que foram atendidos, Malbeçan não foi classificado como pardo, mas como branco, e três dos jovens que entraram junto com ele no colégio também estavam naquele cortejo: um foi classificado como pardo no livro de matrícula e aparece como moreno na lista de consultas, outro aparece como preto em ambas as ocasiões, e um terceiro, antes era preto, mas adiante foi classificado como moreno.

Conforme este livro tem mostrado, a variação dos critérios de classificação de cor das pessoas oscilava e com notável frequência tal variação reproduz valores e preconceitos caros às ideias de branqueamento físico ou cultural da população negra e pobre de Salvador, como acontecia no Colégio dos Órfãos de São Joaquim. Apesar disso, tanto para Dona Laura quanto para um de seus filhos, uma vaga no colégio seria uma oportunidade valiosa. Essa mãe reconhecia que o trabalho e o estudo eram valores essenciais na sua vida e na de seus meninos, por isso os transmitiu para eles como pôde – pelo exemplo, inclusive. Dona Laura não confrontou – talvez nem pudesse – os valores atribuídos

---

79 *Ficha de Malbeçan Honorato de Arantes*, não datado. Acervo da CPCOSJ.

80 *Caixa Relatório de Atendimento Médico (diversos anos)*, não datado. Acervo da CPCOSJ.

81 SAMPAIO, 1928.

ao trabalho por elites ciosas de sua posição social e de sua cor, que se refletiam em algumas regras e princípios do colégio, mas contribuiu para que seus filhos pudessem lidar com isso. Relações de dominação – seja de classe, de raça, de gênero – são bem sofisticadas e os limites que cercam a ação dos trabalhadores não anulam seus efeitos mesmo que esta, às vezes, reproduza e compartilhe valores dominantes.

Malbeçan deixou o colégio em 3 fevereiro de 1945, um sábado, três dias antes de completar 17 anos, e não muito tempo depois se alistaria na Marinha, onde fez carreira como músico. Talvez, dada a responsabilidade que ele adquiriu no colégio, nem fosse necessário um adulto para buscá-lo, mas como ele ainda era menor de idade, as regras exigiam um responsável para assinar a sua baixa, ou "entrega", como consta do termo de sua saída. Essa incumbência encheria os brios de sua mãe e ela, se pudesse, não a transferiria a ninguém, sobretudo às vésperas do aniversário de seu menino. Mas Dona Laura não pôde deslocar-se até lá e quem assinou o termo de saída de Malbeçan foi Angelina Almada Fonseca, talvez uma amiga de Dona Laura ou alguém que contingencialmente teve de substitui-la, porque àquela altura a saúde da tecelã já não ia nada, nada bem.

FIGURA 16
Internos do Colégio dos Órfãos de São Joaquim

Fonte: acervo do Colégio dos Órfãos de São Joaquim.

Na primeira metade dos anos 1940, período em que Arantes contou ter completado o curso que o apresentou às primeiras letras e o introduziu no trato com as operações matemáticas elementares, sua família viveria profundas dificuldades. Uma delas foi a morte de Dona Líbia, a mãe de Dona Laura. Apesar de Arantes ter anotado que ela estava bem velhinha e que ele e os irmãos já tinham "idades para um olhar o outro durante o dia", escreveu, sem dúvidas ela exercia um papel fundamental no cotidiano familiar. Sem o marido e a mãe, restava a Dona Laura se desdobrar em uma jornada múltipla e cansativa de trabalho, porque seus filhos sequer poderiam ser introduzidos no trabalho como aprendizes, já que não tinham idade para isso: o mais velho nasceu em 1928 e só poderia se empregar na fábrica a partir de 1942, quando completaria 14 anos, idade mínima para ser contratado como aprendiz – considerando que a lei fosse mesmo cumprida. A confiar na infalibilidade da memória de Arantes – e não na ficha de trabalho mantida pela fábrica – Dona Laura tinha 52 anos em 1940 e a idade começava a pesar sobre os braços e as vistas daquela mulher. Àquela altura não apenas a sua disposição para o trabalho estava agastada pelo tempo, como as condições em que ela executava seu ofício também não eram das melhores.

Embora muitas outras têxteis brasileiras possuíssem teares automáticos, notadamente no Sul do país, mas também no Ceará, na Paraíba e em Pernambuco, nenhuma fábrica da Bahia os possuía. E os teares da Boa Viagem não eram apenas defasados pela tecnologia florescente, eles eram velhos mesmo: a maioria do maquinário da fábrica, tirante uma ou outra aquisição pontual, datava do começo do século XX ou mesmo de fins do XIX, quando a fábrica foi inaugurada – ou seja, tinha a mesma idade que Dona Laura[82]. Esse panorama interferia profundamente na produção dela: exigia muito mais atenção e reparos, prejudicava a produção com defeitos nas peças de tecido e reduzia, consequentemente, os seus ganhos – sobretudo se ela recebesse por produção, algo que não é possível afirmar. Em 1940 o relatório anual da companhia constatou com alegado "desprazer" que a eficiência produtiva do pessoal da tecelagem "não ultrapassou 52%, o que constitui uma média bastante baixa"[83]. A frustração patronal era indício de mais cobrança sobre os trabalhadores, que assistiam à chegada de novos aprendizes com frequência. Se os serviços de Dona Laura estivessem aquém do esperado, isso seria sinônimo de arrocho na renda familiar, de conflito com os superiores e de risco no emprego. Tudo indica que a vida de Dona Laura piorou muito desde que ela ficou desassistida

---

[82] PAMPONET, 1975.

[83] *Relatório anual CEIN*, 1940. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 21.

pela mãe. E nada é tão ruim que não possa piorar, como consagra o fraseado popular brasileiro.

Outro duro revés afetou a família naqueles anos e pode ter exercido influência na narrativa de Arantes, especialmente nos silêncios que ele respeitou: "como ele ainda era adolescente, não se recorda bem o que aconteceu na época", escreveu para justificar a omissão, "mas sua família se mudou da vila operária para uma casa na vileta em frente a antiga fábrica de cigarros Souza Cruz", na mesma avenida onde estava situada a Boa Viagem e sua vila. Adiante, eles conseguiram se alojar numa casa maior e também próxima à fábrica, o que não eliminou seus problemas: "porém, nesta casa já moravam duas senhoras de nomes Júlia e Auta". Essa é uma informação emblemática, que enseja algumas inferências, porque é bastante improvável que Dona Laura e sua prole tenham deixado a vila por vontade dessa mãe.

A escolha de Arantes pelo uso da adversativa não esconde sua contrariedade com o fato de precisar dividir a casa com pessoas alheias à família e ainda por cima do lado de fora da vila, indicando que antes eles podem mesmo ter ocupado uma casa inteira nela. De todo modo, se a perda da mãe obrigou Dona Laura a compartilhar a casa e eventualmente a guarda dos filhos com alguém, não seria a melhor das escolhas deixar um imóvel cujos custos eram em parte subvencionados por sua empregadora e que ainda lhe garantia a possibilidade de ceder um dos cômodos a uma colega – sim, porque como seu filho deixou claro, homens não eram bem-vindos ali para resguardar a moral familiar. Esse, aliás, não seria um grande esforço para uma mulher que se habituara a dividir a cama com os filhos: as casas da vila possuíam dois quartos e seria "normal" para ela viver com seus meninos num único leito para poder dividir o aluguel, as contas e as responsabilidades cotidianas com colegas da fábrica. Portanto, se deixar a vila não seria a melhor opção para ela, é possível que Dona Laura tenha sido compelida a tanto. E as razões para isso são facilmente elencáveis: ou ela se demitiu ou foi demitida.

Contudo Arantes revelou algo ainda mais lamentável sobre a mudança de sua família da vila: "foi nesta casa que D. Laura adoeceu com uma certa gravidade, porque ela algumas vezes se internou no hospital Santa Isabel". Essa passagem da narrativa introduz o momento mais triste do manuscrito, o que ajuda a entender o comedimento da narrativa de Arantes e conecta a história de sua família com a dos trabalhadores da Boa Viagem de maneira bastante robusta, porque enquanto a saúde de Dona Laura fenecia, uma associação de assistência mútua que reunia trabalhadores da Empório também caminhava a passos largos rumo à falência.

Desde que começou a trabalhar na Boa Viagem, ela dispunha da opção de ingressar na Sociedade Beneficente 24 de Julho, uma associação que reunia trabalhadores da fábrica e os socorria com subsídios para compra de medicamentos e enterros, pagava diárias para quem adoecia e custeava pensões para viúvas e operários inválidos. Desde o século XIX, associações como a 24 de Julho foram fundadas para amparar seus membros, muitas delas herdeiras das antigas irmandades religiosas, como registra Aldrin Castellucci, que encontrou inúmeras associações cujas datas de fundação coincidiam, sem influência do acaso, com os dias de seus respectivos padroeiros e padroeiras[84].

Porém, não foi esse o caso da entidade criada pelos trabalhadores da Boa Viagem, que traz em seu nome uma referência expressa ao natalício de Luiz Tarquínio, antigo patrão e venerado patrono – à luz da memória, sobretudo, mas também em fontes contemporâneas. A entidade foi fundada em 1909, dois anos depois de uma greve que teve início na tecelagem envolver quase todos os braços da fábrica por alguns dias. À época, um periódico local noticiou que os diretores da empresa se orgulhavam por recusar a interferência policial nas negociações com os empregados queixosos e, no esteio desse conflito, a sociedade foi criada com uma grande soma de recursos patronais – que, por óbvio, esperavam retorno. Sua fundação consolida a intenção dos patrões de articular seus interesses com os dos trabalhadores – sob seu controle –, como está consignado em seu estatuto: a sociedade nasceu "sob os auspícios da Digna Diretoria da Companhia Empório Industrial do Norte". Suas raízes na diretoria da fábrica e seus fortes vínculos com os patrões não podem ser considerados indícios da vontade unilateral de superiores controlarem seus operários, mas do reconhecimento de que algumas demandas dos de baixo precisavam ser atendidas.

Seus membros eram divididos entre sócios efetivos (que contribuíam regularmente) e pensionistas (que recebiam auxílios), além de três outras categorias similares: beneméritos, benfeitores e honorários, condecorações que exigiam uma contribuição financeira ou em serviços. E a sociedade teve papel importante no socorro a associados em momentos como doença, invalidez e morte, suprindo muitas necessidades dos operários – da própria Dona Laura, inclusive[85].

---

[84] CASTELLUCCI, A. A. S. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). *In*: MACCORD, M.; BATALHA, C. H. M. (org.). *Organizar e proteger*: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

[85] PAMPONET, 1975; SANTOS, 2010, p. 149-157.

Mas ao longo da década de 1930, a solidez da Sociedade 24 de Julho começava a ruir e as relações que a sustentavam também. Sua falência é um sintoma da progressiva crise que se anunciava para a companhia e um sinal de que as relações de trabalho ali iam se transformando, com nítido prejuízo dos trabalhadores, que perdiam sua assistência previdenciária coletiva. Os relatórios anuais da sociedade são fontes valiosas para expandir a compreensão sobre como Dona Laura e Arantes tiveram diferentes experiências como trabalhadores da Boa Viagem, além de ilustrar o drama vivido por Dona Laura a partir do começo dos anos 1940, uma experiência que estava bastante conectada com os mundos do trabalho a seu redor e que seu filho narrou mui comedidamente.

Em 1928, pouco tempo antes de Dona Laura ser contratada pela companhia, a Sociedade 24 de Julho tinha 695 associados que contribuíam para seu cofre e 21 financiados por ele, implicando numa proporção de 33 sócios ativos para um pensionista – quando a fábrica empregava uns mil operários. Sua arrecadação havia sido de Rs20:827$800 e a companhia doou outros dez contos (Rs10:000$000): não fosse a colaboração, não sobrariam Rs4:977$400 depois de os diretores quitarem seus custos (Rs25:850$400). Na época, a sociedade ainda mantinha uma gorda reserva de mais de 40 contos (Rs43:180$200), mas a preocupação com as finanças foi anunciada em assembleia e 70 pensionistas perderam seus auxílios. Apesar do arrocho, a diretoria encomendou um retrato a óleo do ilustre Luiz Tarquínio, que não teve o custo informado, mas talvez fosse uma homenagem necessária ao patrono da associação e pai de quem a presidia, João Tarquínio, a quem coube, não por coincidência, a responsabilidade de aprovar o relatório daquele ano – o que ele fez com entusiasmo, enchendo de loas a associação e seus administradores[86].

Dona Laura começou a trabalhar na Boa Viagem em 1933, mas só resolveu tomar parte na associação três anos depois. Seu ingresso aconteceu na vigência dos novos estatutos, aprovados também em 1933. Segundo as novas regras, Dona Laura teria de desembolsar um pagamento inicial de 20 contos, o que não era dinheiro pouco, além de dois contos para sua diplomação e uma quantia semanal de 500 réis. A soma inicial era exorbitante, uma pequena fortuna para uma tecelã como Dona Laura, de modo que é preciso imaginar que entre a letra fervente dos estatutos e a sua execução houvesse muita margem para negociação: afinal, os relatórios da entidade nos anos seguintes chegam a registrar o ingresso de novos sócios, mas as suas contas estão longe de indicar uma arrecadação correspondente àquilo que as adesões deveriam render.

---

[86] *Relatório da Sociedade Beneficente 24 de Julho (1927/1928)*. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 22.

Se Dona Laura ficasse 15 anos contribuindo sem solicitar qualquer auxílio, estaria dispensada da contribuição regular, o que infelizmente não lhe foi outorgado pelo destino. Ao ingressar nesse coletivo, ela ainda assumia o compromisso de "portar-se com o máximo respeito" ao comparecer às reuniões e de "não a desacreditar [a Sociedade] por princípio algum", recomendavam seus estatutos[87]. Eles também fixavam: "sócios que deixarem de ser operários ou empregados da Companhia e que dela se retirarem por espontânea vontade ou mesmo tendo sido despedidos [...] não perderão os seus direitos, desde que continuem a entrar com as suas contribuições semanais". E havia uma ressalva: contanto que não fossem desligados da fábrica, note-se, "por falta indecorosa".

As regras da entidade eram bem rígidas, sobretudo com as viúvas de trabalhadores. Os estatutos determinavam que elas poderiam receber um auxílio desde que fossem sócias e cumprissem os pagamentos regulares, com um acréscimo: "contraindo novos matrimônios, perderão esse direito, sucedendo o mesmo provando má conduta [sic]". Esse documento, debatido e aprovado em assembleia de trabalhadores, na presença de representantes dos patrões, expressa com clareza alguns dos julgamentos que Dona Laura tinha de evitar e dos quais Arantes também fugiu ao escrever a sua autobiografia. Ainda que ela não fosse apenas a viúva de um trabalhador contribuinte, mas a própria sócia, e não pudesse ser penalizada com a perda do benefício, não parecia conveniente incorrer na referida "má conduta". E os termos que consolidariam a "boa conduta" de uma viúva eram conhecidos dentro e até fora da vila.

Um memorialista que viveu a infância no entorno da fábrica pouco tempo depois da morte de Dona Laura registrou suas lembranças por ocasião do quarto centenário de fundação de Salvador. Sem ter tido que trabalhar na infância, ele guardava ótimas lembranças sobre o trabalho infantil que acontecia ali, "e não se diga que isso era desumanidade", antecipou-se o autor. Precocemente saudoso, no fim da década de 1940, ele já não podia celebrar esse passado: "não sei se ainda hoje se faz isso. Talvez essa a situação tenha mudado, em virtude das nossas complicadas e pouco eficientes leis trabalhistas. Ao primeiro quartel do século [XX] tudo se fazia assim"[88]. E para ilustrar a grandeza administrativa dos diretores Boa Viagem, esse autor – cuja perspectiva já está devidamente esclarecida – registrou lances do controle moral e social

---

[87] *Estatutos da Sociedade Beneficente 24 de Julho*, 1933. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 22. Usada no parágrafo seguinte.

[88] REQUIÃO, H. *Itapagipe*: minha infância na Bahia: contribuição ao 4º Centenário da Cidade do Salvador. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. p. 117-118. Usada nos parágrafos seguintes.

que cercavam os moradores da vila. Ele sabia que a companhia zelava "pela moralização dos costumes dos seus empregados", por isso "não era qualquer operário que podia morar na vila. A condição principal: ser *gente de família*, isto é, mulher casada ou viúva *séria*, moças *de família* e homens de bem", os grifos destacando apenas as mulheres estão no original. Segundo ele:

> mulher dama (prostituta) nem como visita podia entrar numa seção. Homem embriagado era chamado à atenção. Os namoros eram regulados [...] Os portões eram fechados às 21:00 horas, de modo que os visitantes, inclusive os namorados, tinham de se retirar [...] Depois dessa hora, só se podia entrar. E isso depois da necessária identificação pelo vigia.

Ele reconhece que se tratava de um "regime hoje considerado rigoroso, mas muito próprio para a época, devido a ele dificilmente uma moça *saía de casa*". Entenda-se "sair de casa" como "perde-se, dar um mau passo com o namorado", segundo o glossário oferecido pelo próprio autor.

Ele também narrou a história de um certo "cozinhado" em que tomaram parte trabalhadoras jovens e maduras da Boa Viagem, que pelo visto rendeu um zunzunzum dentro e fora da fábrica – "cozinhado" é como esse memorialista se refere ao que seria uma versão mais vulgar, por envolver trabalhadores, daquilo que noutras circunstâncias ele chamaria de piquenique ou convescote. O encontro ocorreu numa praia de Plataforma, região essencialmente operária, cuja vida gravitava em torno de outra fábrica têxtil, a São Braz. Era uma península vizinha à Itapagipe, não tão próxima da Boa Viagem, mas relativamente afastada, como deviam preferir aqueles foliões. Ali,

> moças, sem autorização dos pais, e viúvas alegres tomaram parte no festim, durante o qual, sob os efeitos dos vapores do álcool, cometeram condenáveis excessos. Surgiu o zunzunzun, quando alguns meses depois uma das participantes – viúva! – começou a dar sinais visíveis de que em breve viria a ser mãe.

Segundo o autor, a direção da Boa Viagem ordenou um rigoroso inquérito, que resultou em demissões e na expulsão da vila "de todos os participantes maldito forrobodó".

Portanto, os valores impressos nos estatutos da Sociedade 24 de Julho e que circulavam no olhar dos colegas de Dona Laura, de seus superiores e até de gente de fora da fábrica, vigiando sua conduta, situam muito bem os termos de sua experiência como trabalhadora, mulher e mãe viúva nos mundos

do trabalho de Salvador. Ademais, também ajudam a explicar a imagem que seu caçula cultivou dela e que respingou na imagem que ele projetou de si.

FIGURA 17
Vista da Rua Úrsula Catharino, em Plataforma[89]

Fonte: acervo do Instituto Feminino da Bahia.

Dona Laura se vinculou à 24 de Julho em 1936, quando sua arrecadação (Rs21:405$900) superou por pouco as despesas (Rs18:282$000) e já não se verificava nenhuma doação feita pela companhia, nem nesse ano, nem nos seguintes. O número de sócios ativos também caíra drasticamente: eram 361 trabalhadores contribuindo e 41 recebendo pensões regulares, uma proporção de 8,8 contribuintes ativos para um pensionista. O relatório desse ano mostra que a sociedade recebeu seus últimos 56 novos membros, um feito que não se repetiria mais, indicando que ela não atraía a confiança dos trabalhadores da Empório, mesmo que os associados estivessem proibidos de desfazer dela publicamente – um limite estatutário incapaz de frear a velocidade dos boatos correntes ali[90]. E por mais que as associações de trabalhadores aplicassem seus recursos na construção de casas para aluguel ou investissem em atividades bancárias, a parcela mais importante de suas entradas provinha das

[89] No fim da rua é possível avistar a fábrica São Braz e, do outro lado do mar, vê-se o Largo da Ribeira, em Itapagipe

[90] *Relatório da Sociedade Beneficente 24 de Julho (1936/1937)*. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 22.

contribuições de sócios efetivos[91]. Ou seja, com poucos sócios e sem o aporte de recursos patronais, a situação da 24 de Julho era mesmo periclitante.

Confirmando a cronologia oferecida por Arantes, os relatórios da sociedade mostram que em 1941, cinco anos depois de seu ingresso, Dona Laura foi socorrida pela primeira vez com 23 mil réis para a compra de medicamentos, o que se repetiria pelos anos seguintes – então, um enterro de um membro falecido custava Rs120$000. Nesse ano as finanças da associação já estavam bem comprometidas: suas contas terminaram ligeiramente no vermelho, e 232 sócios financiavam o custo de 116 beneficiários, proporção de dois trabalhadores ativos para um pensionista[92]. Portanto, assim como a saúde de Dona Laura, o quadro financeiro da sociedade declinava visivelmente nos primeiros anos da década de 1940.

A conversão da moeda brasileira de réis (Rs) para cruzeiros (Cr$) em 1942 não repercutiu em qualquer melhora para as finanças da entidade, que seguiu recorrendo às suas reservas para honrar a pensão dos associados, e Dona Laura continuava precisando de auxílios para medicar-se: primeiro ela recebeu Cr$ 91,00, depois Cr$ 40,00, quando um enterro saía por 120 cruzeiros. E mesmo tendo recebido um módico auxílio em 1944, ela não foi listada como sócia na prestação de contas do período, sinal de que ela se desligou ou foi desligada da entidade justamente quando sua saúde não permitia.

Portanto, em meados dos anos 1940, Dona Laura teve de deixar a casa que ocupava na vila – contra sua vontade, é o mais provável – e ainda perdeu o vínculo com uma organização, que embora decadente, lhe garantiria algum suporte. Para não falar no abalo material e emocional que havia sido a morte de sua mãe, Dona Líbia, que a ajudava na criação dos netos. Por um curtíssimo tempo ela e os filhos viveram juntos de novo, desde que Malbeçan deixou o internato nos Órfãos de São Joaquim em fevereiro de 1945 – e àquela altura, talvez essa mãe estivesse em algum tipo de internamento.

Dona Laura vivia uma situação tão vulnerável que é improvável que ela tenha se desligado da Sociedade 24 de Julho e pedido demissão da Boa Viagem por vontade própria – a não ser que tenha vivenciado alguma situação extrema, a ponto de empenhar a subsistência da família para se livrar de alguma relação assediosa, por exemplo. Àquela altura é possível que ela tenha se aposentado e, consumida pelo excesso de trabalho em múltiplas jornadas, já não conseguisse assumir os teares da Boa Viagem de maneira produtiva. Ou apenas foi demitida sem contar com outras assistências financeiras.

---

91 CASTTELUCCI, 2014.

92 *Relatório da Sociedade Beneficente 24 de Julho*, 1941/1942. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 22.

Entre janeiro e abril de 1945 uma senhora chamada Laura Arantes – e não Laura Teixeira de Arantes – recebeu do Sinditêxtil um auxílio não especificado, com o indicativo de que se tratava de uma aposentada[93]. Se a trabalhadora era Dona Laura – e é provável que fosse –, a fonte sinaliza que, além de estar aposentada naquele que seria o seu derradeiro ano de vida, ela havia se sindicalizado em algum momento. Não foi possível encontrar outro rastro de sua presença no Sinditêxtil, cuja documentação não possui qualquer tratamento arquivístico – o que eleva à décima potência o desafio de pesquisar no acervo – e outros rastros sobre os Arantes ainda podem brotar dali. De toda sorte – ou azar – se Dona Laura era obrigada a recorrer a todos os auxílios a que tinha direito, ela não teria por que deixar espontaneamente a Sociedade 24 de Julho, que não desligava sócios aposentados, a não ser que ela sequer pudesse arcar com obrigações regulares. Da mesma forma, os protestos contra despejos de trabalhadores aposentados ou sem vínculos com a Empório ainda não eram frequentes como seriam no fim dos anos 1960. Portanto, deixar uma entidade que a acolhia e ainda por cima se mudar da vila operária foram reveses amargos para essa tecelã, e influentes também na vida de seus meninos.

E uma coisa parece certa: o crivo que Arantes lançou sobre essa passagem de sua história, evitando abordar o tema e escudando-se na pouca idade ("como ele ainda era adolescente, não se recorda bem o que aconteceu"), amplia o sentido da sua narrativa sobre o recato materno. Conforme ele contou, desde que perdeu o marido, sua mãe só saia à rua acompanhada dos filhos e depois que a avó dos meninos morreu devia ser bem difícil deixá-los em casa sozinhos, por isso, tê-los consigo era uma exigência quase insuperável. Arantes também contou que ela dormia cercada pelos meninos na mesma cama, uma condição que poderia não refletir a livre escolha de Dona Laura. É possível que enquanto dividiu a casa com Dona Líbia ou outras trabalhadoras ela precisasse compartilhar o quarto com os filhos – quem sabe, até a mesma cama mesmo. E Arantes foi taxativo: os meninos "dormiam com ela numa cama de casal", não era, pois, uma módica cama de solteiro nem um colchão colocado diretamente sobre o piso da casa – páginas adiante será possível conhecer com riqueza de detalhes as condições precárias em que vivia uma família de trabalhadores da Boa Viagem.

Não é impossível que ao oferecer espontaneamente uma "prova" do recato materno Arantes estivesse ressignificando sua história de pobreza. Se Dona Laura viveu grande parte da sua viuvez para os filhos, como sugeriu o caçula, essa foi uma batalha constante contra a pobreza e os estigmas e vergonhas

---

[93] *Nomes de sócios auxiliados em 1945*, não datado. Sinditêxtil, cx. Caixa Tesouraria (1940-1970).

que decorrem dela. A família deixou a vila quando Arantes tinha entre 10 e 14 anos e até essa idade ele pode ter vivido em condições um pouco melhores – com uma casa só para eles, por exemplo –, mas adiante, enquanto a mãe envelhecia e perdia sua saúde, tudo piorou.

Depois de citar superficialmente as dificuldades decorrentes da mudança, Arantes contou ter sofrido "o momento mais triste da [sua] vida": o passamento de Dona Laura. O ano era 1945, o mês era março e 28, o dia. Ela tinha 57 anos, seus filhos, entre quinze e dezessete. Arantes não revelou a causa de sua morte nem o local onde ela foi sepultada, mas está claro que foi decorrente de um abatimento progressivo e em condições de vida precárias. Como já não pertencia aos quadros da sociedade, e possivelmente nem da Empório àquela altura, o enterro de Dona Laura não foi custeado por ela, que possuía 172 contribuintes e 132 pensionistas – proporção de 1,3 trabalhadores ativos para um inativo[94]. Sem nenhuma capacidade de renovar seu quadro de sócios e sem conseguir cumprir os compromissos previstos nos estatutos, a sociedade seria definitivamente dissolvida nos primeiros anos da década de 1960, depois de uma década em que receitas e despesas malmente empatavam[95].

O manuscrito de Arantes e as fontes da Sociedade 24 de Julho ajudam a entender não somente as dificuldades enfrentadas por Dona Laura, em termos familiares e pessoais, mas também a situação vivida pelos trabalhadores da Empório de uma maneira geral naquele contexto. O esgotamento da vida dessa tecelã foi simultâneo à debacle financeira de um coletivo de trabalhadores fundado sob auspícios patronais, algo bastante representativo das relações entre patrões e trabalhadores no começo dos anos 1940. Em termos coletivos, a falência da 24 de Julho é o sintoma da insolvência de um conjunto de relações que sustentavam a associação, para a qual os diretores da companhia contribuíram enquanto entenderam ser lucrativo, e para a qual muitos trabalhadores acorreram durante o tempo em que acreditavam ser uma aposta segura para seu futuro. Os indícios dessa falência aparecem nos relatórios da entidade e nas memórias dos trabalhadores: Luiz Tarquínio é bastante lembrado como o patrono de um modelo de administração que tratava o trabalhador dignamente e os depoimentos de muitos trabalhadores celebram sua gestão, o que não se repete com a mesma frequência em relação aos novos diretores que assumiram a companhia.

---

[94] *Relatório da Sociedade Beneficente 24 de Julho*, 1944/1945. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 22.

[95] *Relatórios da Sociedade Beneficente 24 de Julho*, 1942/1943 e 1943/1944. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 22. Usadas ao longo do parágrafo.

O relatório de 1941 da Sociedade 24 de Julho registra uma queixa sintomática e que nos anos seguintes se tornaria ainda recorrente: "em julho entrou em vigor a Lei do Salário Mínimo, humanitária providência do governo, porém, posta em execução justamente no momento em que a nossa indústria se debatia numa grave crise, concorrendo assim, para mais agravar a situação"[96]. Quarenta anos depois, um breve documentário registrou o depoimento de um neto de Luiz Tarquínio que converge para essa queixa. Diante da câmera, ele explicou: "a experiência pioneira de Luiz Tarquínio começou a entrar em crise quando a CLT estipulou uma série de deveres e obrigações para os patrões aumentando os encargos sociais"[97]. Muito mais do que impostos, a legislação diminuiu o poder de mando daqueles administradores e esse era o maior motivo da grita. O representante dos Tarquínio continuou com o seu raciocínio:

> meu tio [João] era um homem bom, mas achava que sindicato não prestava. Se um empregado chegasse lá [...] dizendo 'Eu sou do sindicato', ele dizia, 'Então você não tem nada' [...] Foi preciso que a pouco e pouco se fosse compreendendo que o sindicato era um instrumento de colaboração com a empresa e não um inimigo [...] Em 1938 tinha Getúlio Vargas no poder [...] depois apareceu a Justiça do Trabalho, apareceu a Consolidação das Leis do Trabalho, apareceu o direito de greve na Constituição de 1946, que não tinha [...] e em 1967 a empresa entrou em falência.

Está claro que, à medida que dispositivos estatais e legais foram se colocando entre o poder privado dos patrões e os trabalhadores, os primeiros perdiam parte do controle que exerciam sobre os segundos. A perda de controle patronal nas tratativas com os empregados não significou necessariamente uma conquista para os trabalhadores, como ilustra a falência de seu coletivo previdenciário, mas abriu novos campos de disputa e articulação. A morte de Dona Laura aconteceu num período de mudança na história dos trabalhadores da Boa Viagem: seu caçula, por exemplo, nunca se vinculou à 24 de Julho, nem, aparentemente, a nenhum coletivo classista, sempre apostando numa rede de relações interpessoais para garantir seu sucesso profissional.

A morte de Dona Laura afetou profundamente seus filhos, o que Arantes aquilatou com uma exclamação: "Estando ele com 15 anos!". Agora órfão de pai e mãe, ele só podia contar com uma pequena rede familiar e outras relações costuradas ainda em vida por Dona Laura. Primeiro ele morou com duas

---

96 *Relatório anual CEIN*, 1941. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 21.

97 VILA [...], [198-].

primas mais velhas, ambas empregadas na Boa Viagem e residentes da vila, que, assim como sua mãe, haviam migrado de Valença para Salvador. Como as primas tinham ascendência sobre o jovem, por serem da família e por serem mais velhas, ele estava invariavelmente submetido a uma nova hierarquia familiar ou, ainda por pior, poderia estar ali "de favor". Ele e seus irmãos viveram com elas durante algum tempo, mas em seguida tomaram destinos diferentes: "Fato que Arantes não sabe explicar", escreveu. À época, ele concluíra o nível escolar básico (atual Ensino Fundamental) e conseguiu se empregar na Boa Viagem como servente no setor de fiação, um passo fundamental na sua vida que será analisado logo adiante. Por ora, o mais importante é saber que graças ao emprego, Arantes pôde deixar a casa das primas, mas não rompeu com a rede que herdou de sua mãe.

FIGURA 18
Vila operária no ano de 1943, pouco antes de Arantes começar a trabalhar na fábrica

Fonte: acervo da Companhia Empório[98].

[98] CEDOC/UEFS, Fundo Luiz Pamponet, cx. 36

"Após ter se emancipado das suas primas", palavras suas, Arantes morou com duas famílias de trabalhadores na vila operária em condições talvez um pouco diferentes das que viveu com as primas. Nestes outros lares, ele expandiu os laços que herdara da mãe e costurou sólidos vínculos. Primeiro, ele morou com o casal Felipe Freitas e Dona Julia, em seguida e por mais tempo, se juntou à família de uma operária da Boa Viagem e antiga amiga da sua falecida mãe, Lídia Pereira dos Santos, conhecida como Dona Doninha. Essa trabalhadora tinha um coração enorme e uma filha pequena, apelidada de Mira. Além de Arantes, que chegou ali adolescente, ela adotaria mais adiante o jovem Djalma, num esforço solidário que Arantes aquilatou: "mesmo sem ter condições financeiras, pois ela já tinha sua filha Mira àquela época com apenas 8 anos". Arantes não deixou claro se Dona Doninha era ou havia sido casada e, assim como ele, Djalma era órfão de outra trabalhadora da fábrica, sendo recebido como um filho na nova casa: "esta criança apesar das dificuldades de sua mãe adotiva, foi criado com muito carinho e educado dentro dos padrões daquela época". Dona Doninha e Mira batizariam as filhas de Arantes mais à frente, ao passo que Djalma seria seu primeiro afilhado e um personagem destacado no manuscrito, quase um filho para Arantes. Segundo o autor, eles "se tornaram uma família, porque antes de [Arantes] se casar eles moraram juntos por bom tempo". A convivência mútua que eles desfrutaram costurou relações que multiplicaram os vínculos de uma família nuclear: na vila, esse poderia ser um conceito praticado com limites mais largos.

FIGURA 19
Lídia Pereira dos Santos, a Dona Doninha

Fonte: foto encontrada na comunidade "Vila operária Luiz Tarquínio" no Facebook.

Arantes dificilmente viveria "de favor" nessas outras casas. Decerto ele teria de assumir contas e compartilhar responsabilidades, o que em contrapartida lhe garantiria mais privacidade e autonomia. Segundo Rosilene Alvim, era comum os trabalhadores recorrerem às relações de parentesco, compadrio ou amizade

para compartilhar a moradia nas vilas operárias: "*botei uma pessoa para morar comigo*, significa ter uma pessoa trabalhando na fábrica e que garante a manutenção de uma moradia com mais de um quarto antes garantidas pelo trabalho do marido e de sua mulher", explica Alvim. Esse entrosamento funcionava também como uma estratégia para reduzir o controle da fábrica sobre suas casas, que produzia um movimento de articulação dos trabalhadores, situação semelhante à de Dona Laura quando trouxe a mãe para morar com ela[99]. A prática de alugar quartos nas casas da vila era um negócio comum entre o operariado da Boa Viagem: famílias pequenas ou cujos membros faleceram ou se mudaram costumavam ceder cômodos por módicos aluguéis a outros trabalhadores que não encontravam abrigo regulamentar na vila, uma forma que os operários tinham de dividir os custos da moradia e algumas despesas domésticas. E se por um lado os trabalhadores se articulavam para dividir suas casas de acordo com os próprios critérios, por outro, tinham de se entrosar para a manutenção do imóvel e do emprego segundo regras patronais.

Em 1957, por exemplo, Raymundo Eugenio, de 46 anos, casado e com um filho, trabalhava de porteiro na fábrica e tinha direito de morar numa de suas casas, a de número 4, no portão 77. Já o vigia Antônio Bispo, de 57 anos, solteiro, mas com quatro filhos, residia muito longe da Boa Viagem, no bairro de São Cristóvão. Quando teve de depor à polícia, o vigia informou um segundo endereço onde poderia ser encontrado: a casa 4 do portão 77, sinal de que eventualmente o porteiro amigo lhe abria as portas de casa como um favor ou que este investia alguns cobres para poder pernoitar mais próximo do serviço, algo de grande valor[100]. Aceitar essa informalidade não desagradava de todo a administração da fábrica, que disporia de mais trabalhadores vivendo no seu entorno. Ao que tudo indica, nem sempre a fábrica controlava esses acertos, que deviam ser feitos entre os próprios interessados, mas decerto com conhecimento da direção, que sempre administrou a vila de perto.

Arantes tinha pouco mais de 16 anos e se considerou "emancipado" ao deixar a casa das primas. Mas ele não estava completamente satisfeito: afinal, ele "morava com" Dona Doninha e, como também indica Rosilene Alvim, *morar com* significa *submeter-se a*[101]. Talvez até fosse possível continuar residindo com as primas pagando algum aluguel por isso – caso não pagasse –, mas parece que ele estava interessado mesmo era em romper com uma hierarquia familiar.

---

[99] ALVIM, 1979, p. 103-105.

[100] *Depoimentos de Raymundo Eugenio* e *Antônio Bispo*, 19 e 23 out. 57. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-2, f. 31-33.

[101] ALVIM, 1979, p. 111.

Alvim também percebeu que as famílias operárias não comportavam qualquer tipo de arranjo doméstico. Esposas e sogras experimentavam conflitos se residissem juntas, da mesma forma que dois "chefes de família" não podiam residir num mesmo lar, por exemplo. Talvez Arantes se adaptasse melhor à convivência com Dona Doninha, onde encontraria uma relação maternal sem vínculos consanguíneos, além de dispor do expediente de ser o único varão da casa, diferente do que experimentou com as primas ou na casa de Felipe Freitas. Ou seja, a forma como Arantes descreveu suas escolhas e caminhos confirma a influência dos papéis de gênero do mundo que o cercava.

E alguns deles se vinculavam a marcantes privilégios, sobretudo se comparados ao que enfrentavam as moças da idade de Arantes. Como também notou Alvim, se em muitas famílias os rapazes eram preparados para trabalhar e um dia sair de casa, no mais das vezes as moças eram guiadas para as atividades do lar. Segundo ela, critérios distintos orientavam a educação dos jovens e era comum que os filhos não revelassem às famílias o valor de seus salários, se dispondo apenas a contribuir para as despesas da casa com "presentes", como aparelhos de TV, conjuntos de sofá, geladeiras, auxílios importantes, mas pontuais, que lhes permitiam administrar sua renda com mais autonomia[102]. Com isso os homens jovens tinham margem para gastar seu dinheiro com diversões consideradas "próprias à idade" e recebiam um "perdão antecipado" pelo seu futuro papel de "chefe de família" que deveriam exercer, sem contrariar uma lógica familiar que cobrava das jovens contribuições domésticas constantes, das quais eles estavam quase sempre liberados – e o acervo de Arantes guarda mais de uma fotografia que confirmam essa realidade. Mas Alvim também percebeu, com alguma ironia, que essa era uma "troca", afinal, "não se terá nenhuma complacência se [o jovem] não for um cumpridor de seu difícil papel". E Arantes com certeza sabia disso.

Maria Aparecida Sanches confirma essa pressão sobre homens pobres de Salvador na primeira metade do século XX. A condição de provedor da família era tanto uma identidade social masculina quanto uma atribuição legal reforçada pelo Código Civil de 1916, que indicava os homens como os responsáveis pelo sustento da casa. Os trabalhadores que não conseguiam sustentar a si e aos seus acabavam desprestigiados socialmente, e Sanches cita casos de homens que agrediram as esposas ao serem confrontados com seu fracasso como provedores da família: um deles esfaqueou a amásia depois de uma bebedeira

[102] ALVIM, 1979, p. 115.

e outros chegaram a cometer suicídio[103]. Para Sanches, o *status* social masculino se vinculava ao trabalho, e Michel Agier compartilha dessa impressão:

> o acesso à ascensão social por parte dos trabalhadores de origem social mais pobre, relacionam-se (*sic.*) diretamente com as definições normativas do poder do homem na família. Na situação de pobreza, homens e mulheres têm obrigações e *status* diferentes. Enquanto o sistema de parentesco e a socialização das mulheres preparam-nas para 'saber viver' na pobreza, esta pobreza exclui e desvaloriza os homens que não conseguiram construir uma família[104].

Os argumentos de Alvim, Sanches e Agier permitem entender o papel que Arantes aprendeu a valorizar desde jovem, ao qual se mantinha bastante apegado quando redigiu sua biografia. As pressões que se colocavam para ele na transição para a vida adulta, embora guardassem alguns privilégios e atenuantes, como sua condição de homem e a pele não tão escura, apresentavam desafios.

* * *

Nem sempre é possível estabelecer cronologias precisas numa fonte como o manuscrito que Arantes legou à História. Em diversos trechos ele alternou referências cronológicas com narrativas factuais para encadear seu enredo, criando muitas lacunas que não podem ser preenchidas e perguntas cujas respostas não passarão de esboços – muitas vezes encontradas depois de algum exercício imaginativo, inclusive. Ainda assim, é possível perceber que os anos que vão da morte de Dona Laura em 1945 até meados da década de 1950 foram emblemáticos na narrativa que ele construiu sobre si, sobretudo pelo valor que lhes atribuiu. Nesse período, dois eventos foram marcantes e estão bastante relacionados: o seu casamento e a sua primeira experiência de trabalho.

Ingresso na vida adulta: o trabalho e o casamento

Arantes foi contratado em 3 de dezembro de 1946, aos 16 anos de idade, e começou a dar expediente no dia seguinte, conforme registrou com exatidão em seu manuscrito – era o dia de Santa Bárbara, ou Iansã, entidades que estavam

---

[103] SANCHES, 2010.

[104] AGIER, M. Lógica da diferenciação social: nota sobre as trajetórias profissionais do novo operariado baiano. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 3, n. 12, p. 98-109, 1990. p. 99

sendo celebradas pela cidade, mas que não parecem ter influenciado muito os caminhos de Arantes. Ele foi designado para o setor de fiação e ali trabalhou como servente, ganhando Cr$ 1,50 por hora, como registra sua carteira de trabalho[105].

Os trabalhadores têxteis eram os mais engajados em movimentos grevistas da capital baiana no imediato pós-guerra, nem sempre se saindo vitoriosos em suas reivindicações, como apurou Edinaldo Souza, e a partir de 1946 as mobilizações de diversas categorias de trabalhadores soteropolitanos passaram a ser mais reprimidas: em 1948, três trabalhadores da Boa Viagem que somente integraram uma comissão de reivindicação na fábrica, e sequer aderiram a greves, perderam o emprego[106]. Foi nesse contexto que Arantes entrou na Boa Viagem, empregando-se em uma empresa que ele já conhecia como expectador da rotina de sua mãe e da de seus vizinhos na vila. Não é possível conhecer bem a trajetória de outros trabalhadores que tomaram parte nas greves do pós-guerra – se Dona Laura o fez, por exemplo –, mas os passos de Arantes ali são bem conhecidos e nada indica que ele tenha participado de mobilizações do tipo.

A ficha de Arantes na Boa Viagem pode estar entre as outras 10 mil conservadas no acervo da fábrica, mas ainda não foi encontrada. Contudo, este acervo registra que dias depois dele, seu irmão mais velho também foi contratado. Hamilton trabalhou no mesmo setor do caçula, ganhava por produção e não era sindicalizado, o que parece se aplicar também a Arantes, mas diferente do irmão, que permaneceu naquele emprego por décadas, Hamilton deixaria o serviço um ano depois. E na sua rápida passagem pela Boa Viagem, este filho de Dona Laura foi considerado preto – decerto, o único dos três que foi assim classificado[107].

Arantes e Hamilton começaram a trabalhar na Boa Viagem quando a empresa experimentava um auge que seria passageiro. Os anos anteriores foram os mais fecundos da história da fábrica, que de 1940 a 1946 alcançou taxas de lucros a uma média anual de 72%, segundo contabilidade de seus relatórios anuais, embora problemas com a oferta de matérias-primas e reposição de peças do maquinário, reclamado como obsoleto, fossem registradas. Luiz Pamponet é categórico ao apontá-la como uma das maiores fábricas de tecidos do Brasil até 1946 e calcula que, "se se considerar apenas as unidades fabris, tomadas isoladamente, ela terá sido naquela data uma das quinze maiores do

---

105 *Carteira de Trabalho de Arantes*. Acervo da família Arantes.

106 SOUZA, 2015, p. 105-138 e 230-231.

107 *Ficha de Hamilton Honorato de Arantes*. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 14.

país e uma das três maiores do Norte-Nordeste". Nesse ano, porém, seus lucros declinaram sem parar até a Boa Viagem se tornar cronicamente deficitária em 1965, fechando suas portas em 1973[108].

A solidez da Boa Viagem em meados dos anos 1940 é confirmada por um relatório da Comissão Executiva têxtil, que apresenta apenas uma pequena dissonância dos cálculos de Pamponet e ajuda a compreender também a inflexão das finanças do empreendimento[109]. Em uma classificação nacional que contabilizou 361 fábricas no país, poucas possuíam mais de mil teares: a Boa Viagem ocupava a 15ª posição, ao lado de uma fábrica em Tatuapé (SP), ambas com 1300 unidades. No Norte-Nordeste, era ela a quinta fábrica com maior quantidade de teares – não a terceira, como calculou Pamponet. Essa, porém, é uma informação bruta que não considera nem a capacidade produtiva da fábrica nem o tempo de uso dos teares, por isso, é um indício mais contundente de seu passado robusto do que um sinal de sua prosperidade naquele período.

A partir de 1946, a Boa Viagem começou a perder destaque nos números da indústria têxtil nacional. Pamponet apurou que entre 1940 e 1946, a empresa se beneficiara do contexto de guerra mundial e que os lucros só não foram mais expressivos por causa das dificuldades enfrentadas por seus administradores para repor peças de um maquinário "em grande parte já obsoleto". A obsolescência do maquinário atingiu toda a indústria têxtil brasileira durante esse período, notadamente as fábricas mais antigas do Nordeste, porque a implantação dos teares automáticos se concentrou no Sudeste – nenhum desses teares avançados foi instalado na Boa Viagem até a sua falência, aliás, em nenhuma das têxteis de Salvador[110].

Mas o setor têxtil seria um dos grandes empregadores fabris da capital por algum tempo. Segundo Inaiá Carvalho, essa sobrevida decorreu dos baixos salários regionais e das dificuldades de transporte que caracterizavam o comércio interestadual, que protegiam as fábricas de Salvador da concorrência com o Sul e o Sudeste[111].

---

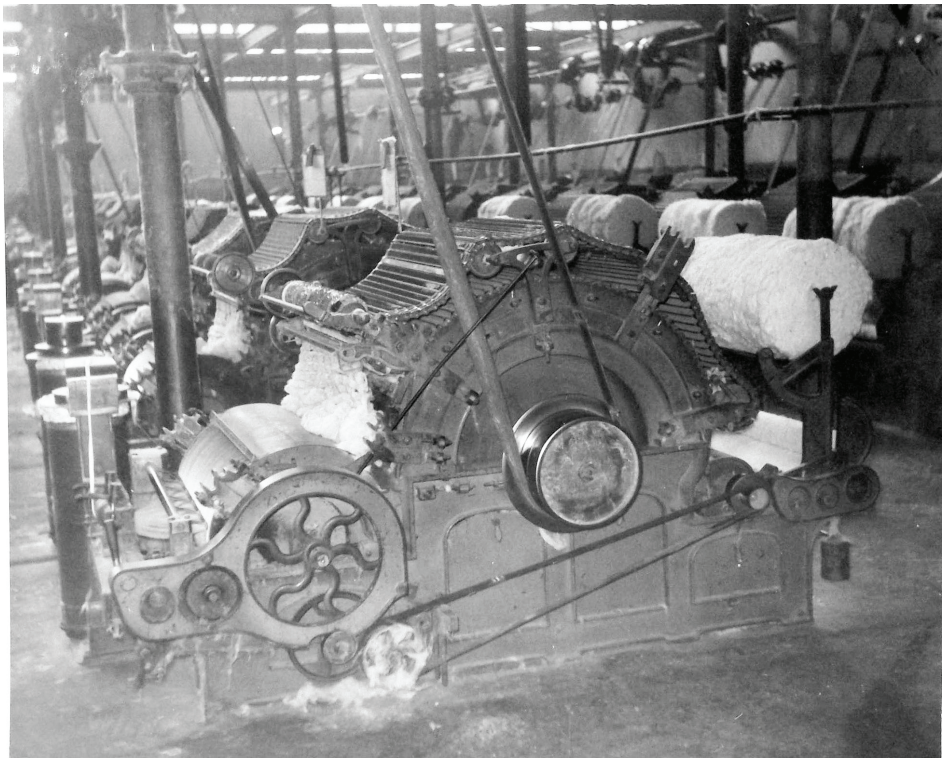
[108] PAMPONET, 1975, p. 170-174, 223. Usada no parágrafo seguinte.

[109] BRASIL. Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. *Indústria Têxtil Algodoeira*: Comissão Executiva Têxtil (CETEX). Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, 1946.

[110] PEREIRA, 1979; SOUZA, 2015, p. 102-103.

[111] CARVALHO, I. M. M. de. *Operários e Sociedade Industrial na Bahia*. Salvador: UFBA, 1971.

FIGURA 20
Máquinas de cardar Howard & Bullough da Boa Viagem (1893 a 1965)



Fonte: CEDOC/UEFS, FLP, Fundo Luiz Pamponet, cx. 36.

O contexto em que o jovem Arantes se inseriu nos mundos do trabalho foi marcado por muita movimentação dos trabalhadores e de maneira peculiar, especialmente dos têxteis. Edinaldo Souza conta que várias fábricas de tecido paralisaram suas atividades entre 1945 e 1946 em Salvador e, negociando diretamente com os patrões, os trabalhadores conseguiram acordos com êxitos parciais, ao largo do que recomendavam os dirigentes do sindicato. Segundo Souza, por exemplo, o movimento de maior repercussão no segundo semestre de 1945, "tanto pela duração quanto pelo número de trabalhadores envolvidos", foi uma greve geral dos tecelões, que reivindicavam aumento salarial: "embora haja controvérsia na imprensa acerca do número imediato de adesões, o movimento teve força suficiente para provocar a reabertura das negociações"[112].

[112] SOUZA, 2015, p. 98-105 e 100.

A documentação da Boa Viagem não guarda nenhum registro de uma eventual aproximação de Arantes com o Sinditêxtil, em seu manuscrito não há referências ao tema e ainda não foi possível encontrar qualquer outra fonte que sugira isso – uma falta que pode indicar seu desinteresse pelo envolvimento sindical e sua preferência pelas negociações diretas.

Aos 16 anos, sem experiência profissional anterior e com pouca instrução escolar, ele se empregou na fábrica executando um serviço essencialmente braçal e que demandava pouca qualificação. Segundo o próprio, pouco tempo depois ele recebeu uma promoção e em maio de 1949, de acordo com registro de sua carteira, se tornou mensalista, um distintivo naquele ambiente onde a maioria dos trabalhadores ganhava por produção. Em sua visão retrospectiva, o trabalho foi seu primeiro passo rumo ao mundo adulto e o emprego, além de crucial na sua trajetória, também é fundamental para a compreensão da narrativa que ele teceu. Modesto em muitas passagens, Arantes perdeu o comedimento ao falar da sua vida na Boa Viagem e das promoções que recebeu, demonstrando abertamente todo orgulho que tinha de si:

> Arantes começou trabalhando na secção de preparação para fiação, empurrando carro cheio de tabocas [...] Em menos de um ano, devido sua facilidade de se comunicar com as pessoas e a boa caligrafia que possuía, foi convidado a fazer um teste para trabalhar no escritório na função de contínuo, hoje denominado *office boy*. Foi aprovado e aí começou sua brilhante carreira nesta empresa, onde aprendeu a gostar, porque nela viveu grandes momentos de sua vida.

Brilhante era sua carreira, não a empresa em que ele trabalhou. Definitivamente ele era muito cioso de seu êxito profissional, o que pode explicar sua opção por redigir o manuscrito na terceira pessoa, arrefecendo o conflito entre seu orgulho e sua modéstia. Ele sintetizou numa frase sua experiência ali: "Arantes lembra com orgulho que entrou na fábrica com 16 anos como servente de produção e saiu 23 anos depois, exercendo cargos de confiança". E "confiança", mais que um posto de trabalho, é uma relação, uma troca constante e instável. Em seu manuscrito, Arantes mostra que esse era um valor que ele prezava tanto entre seus colegas quanto entre seus empregadores.

Arantes também insinua ter tido uma outra grande preocupação ao longo da vida: a conquista e posterior manutenção da estabilidade profissional e financeira – em nome dela, ele distribuiria conselhos a filhos, sobrinhas e afilhados quando se fez homem maduro. E foi alegadamente por sentir-se seguro o suficiente no emprego que ele decidiu deixar a casa das primas em busca de

sua maior independência: "quando começou a sentir que já estava seguro no seu primeiro emprego, se afastou das suas primas", escreveu ele. Financiado pelo primeiro emprego, ele daria seu segundo passo rumo àquela que classificou de vida adulta.

No que se refere à sua vida pessoal, ele pareceu bastante comedido ao tratar de tudo aquilo que precedeu seu casamento: "sempre teve uma vida afetiva discreta, com poucas namoradas e", diz ele, "sempre pensou em curto prazo encontrar uma moça honesta para namorar, noivar e casar, e assim constituir a sua própria família". Assim, "depois de namorar algumas moças", desconversou, "finalmente, encontrou uma com quem se casou".

Com isso, mesmo que tenha omitido algumas aventuras juvenis, Arantes não deixa dúvidas sobre qual era a sua noção precisa de família e o lugar que ele se atribuía nela – na sua maturidade e talvez na juventude também. Para ele, essa era uma celebrada transição rumo à vida adulta: "Arantes não tem dúvida em afirmar que esta foi a melhor etapa da sua vida, porque nela ele se transformou de adolescente em adulto, *trabalhando para se manter* e *constituindo sua verdadeira família*", grifos meus. Ou seja, por mais consistentes que fossem seus laços com as famílias que o receberam em casa, ele projetava a necessidade de ter a sua própria família, sinal de que para ele este era um conceito afetivo e social, profundamente marcado pela noção da autoridade masculina – que, não por acaso, lhe faltou desde o berço[113].

O fato de Arantes possuir fortes laços familiares anteriores amplia a relevância que ele atribuiu ao seu amadurecimento, inspirado na responsabilidade oferecida pelo trabalho e pelo casamento. Na família que projetava, ele ocuparia um lugar de destaque, o "homem da casa", uma distintiva novidade na sua trajetória. Até então, ele residiu a maior parte de sua vida em casas "chefiadas" por mulheres – sua mãe e sua avó, as primas mais velhas, Dona Doninha – e ainda assim, ou por isso mesmo, esse jovem cresceu vislumbrando o momento de constituir sua própria família. Embora nesse processo de amadurecimento e autoafirmação ele tenha se mantido afetivamente próximo dessas outras famílias, cultivando relações de amizade e compadrio que manteriam ele, Morena e seus futuros filhos bastante ligados às casas por onde ele passou – uma rede, inclusive, que foi ampliada pelos familiares da esposa –, na cabeça do jovem Arantes, descrita pela caneta do homem maduro, a independência econômica estava vinculada ao sucesso que se esperava de um homem capaz de constituir e mais adiante "sustentar" esposa e filhos.

---

[113] WOORTMANN, K. Casa e família operária. *Anuário Antropológico*, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 119-150, 1981. p. 124.

Ele foi discreto ao apresentar a mulher com quem se casaria e pouco falou sobre o início da relação: "O tempo passou e Arantes conheceu sua esposa de nome Gildete Gomes de Almeida, conhecida como 'Morena'".

Gildete nasceu na Velha Boipeba, uma ilha do distrito de Cairu, nos arredores de Valença e, a despeito do apelido que carregaria por toda a vida, ela foi registrada como uma criança "de cor clara"[114]. Depois de seu nascimento, sua família não viveu muito tempo na ilha e Gildete se criou em Valença, onde tinha muitos tios e primos. Apesar de Dona Laura também ter raízes ali, nada indica que a aproximação de Gildete e Arantes remontasse a esta cidade, nem que suas famílias tivessem algum contato antes de os dois se aproximarem, o que aconteceu quando a jovem já residia na vila operária da Boa Viagem, no fim da década de 1940. Os motivos e as circunstâncias em que Gildete e a família deixaram Valença para se instalar na vila escapam a essa pesquisa, e os filhos do casal, assim como sobrinhas e afilhadas, sabem pouco sobre os primeiros passos da relação de Arantes e Morena. De todo modo, se ela residia na vila ainda jovem, alguém de sua família devia trabalhar na fábrica e tudo indica que eles tenham se conhecido já na Boa Viagem.

FIGURA 21
Gildete Gomes de Almeida

Fonte: acervo da família Arantes.

Até que esta pesquisa revelasse para os filhos de Arantes e Gildete a ficha de trabalho dela, que está conservada no acervo da Empório, esta era uma informação perdida na memória familiar[115]. E a carteira de trabalho de Gildete, que registra tal informação, assim como outras histórias que ela eventualmente contou, também estavam quase esquecidas – nas entrevistas, apenas a sobrinha Dite se lembrou disso por conta própria.

Gildete entrou na Boa Viagem em julho de 1950, quando residia na casa de nº 8, do portão 77. Aos 19 anos ela já alcançara a altura que exibiria por

[114] *Certidão de nascimento de Gildete Gomes de Almeida*. Acervo da família Arantes.

[115] *Ficha de Gildete Almeida*. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 15.

toda a vida e que repercutia nas dimensões reduzidas de seu polegar direito, firmado na sua carteira de trabalho: 1,53 metros[116]. Ela tinha instrução primária e foi contratada como auxiliar de escrita. Como àquela época seu jovem vizinho e futuro pretendente era contínuo do escritório, provavelmente os dois exerceram atividades em ambientes próximos no segundo andar da fábrica. A idade também os aproximava: ele aniversariava no dia 12 de fevereiro, ela nasceu uma semana antes de ele completar um ano de vida, em 5 de fevereiro de 1931 – ambos assentados na casa zodiacal dos aquarianos. E Gildete, que já era chamada de Morena, foi considerada branca quando contratada pela Boa Viagem.

É óbvio que os ritmos do relacionamento, facilitado por redes de trabalho e vizinhança, ou pelas marcas atribuídas pela disposição dos astros, não respeitaram somente a vontade e os valores de Arantes, mas o de Gildete também – e o de sua mãe, sobretudo. A única história corrente entre os entrevistados sobre o começo dessa relação enriquece o relicário de anedotas familiares: Arantes teria, solenemente, pedido autorização à sua futura sogra para namorar outra de suas filhas, Valdete, e foi esta senhora que, depois de uma negativa inicial, sacramentou o namoro entre ele e Gildete, com a sugestão sendo acatada de pronto pelo pretendente[117]. No manuscrito, Arantes confessou, pelo menos, que conheceu a futura cunhada antes da noiva: "Valdete era irmã de Morena e ele a conheceu antes da sua esposa. Sua cunhada veio passar uma temporada em Salvador, pois ela residia em Valença". Ele contou que Valdete deixara um noivo em Valença – o que pode ter contribuído para a primeira negativa que ele recebeu, a julgar pela pertinência do boato – e que Valdete se casou com aquele a quem prometera sua mão, Fainho. Eles se tornariam compadre e comadre de Arantes e Morena, que batizariam dois filhos do casal, em sinal de que qualquer imbróglio inicial foi superado.

E se Arantes alimentou valores que orientavam suas relações afetivas e sociais (conhecer, namorar, noivar, casar), Morena também devia ter os seus critérios, que são mais difíceis de acessar, uma vez que, ao contrário dele, ela deixou menos fontes para a pesquisa histórica. Mas Maria Aparecida Sanches informa que o cumprimento dessas etapas era fundamental para atribuir ao romance o respeito familiar e social que ele demandava, sob risco de a moça ter sua conduta irremediavelmente marcada, o que sinaliza alguns dos valores que

---

[116] *Carteira de trabalho de Gildete Gomes Arantes*. Acervo da família Arantes.

[117] Entrevista com Edite Vasconcelos, 23 jun. 2021; Entrevista com Solange Barnabé, 13 jul. 2021; Entrevista com Laurinha Arantes, 18 dez. 2022.

orientavam gostos e comportamentos de Morena no prelúdio da relação[118]. A mulher "honesta" era aquela que recebia proteção familiar e seguia preceitos morais de recato. Uma "moça de família", por exemplo, não deveria sair de casa desacompanhada, nem frequentar cinemas, bailes e praças – fumar cigarro, nem pensar. Inicialmente cabia ao homem cortejar sua pretendida à distância, através de olhares e bilhetes, e só depois aconteciam visitas autorizadas pela família ao portão de casa. Nessa etapa, então chamada de *flirt* – que hoje, em Salvador pelo menos, se traduz como *frete* –, a jovem deveria manifestar sinais comedidos de concordância para não ser considerada permissiva. Quando o pretendente começava a frequentar a casa da família, a relação poderia ser chamada de namoro e se investia da seriedade que projetava as expectativas para o futuro casamento precedido por um período de noivado.

Sanches esclarece que tais comportamentos eram reproduzidos com mais regularidade entre famílias das classes média e alta, sem que fosse uma exclusividade delas. Um outro critério mais influente quanto maior fosse o *status* socioeconômico dos consortes, com repercussão também entre os mais pobres e posto desde o começo de uma relação, eram as perspectivas e atributos para que o homem assumisse a condição de "chefe de família", que se estivesse ao alcance do pretendente, contaria a seu favor no começo de uma relação. Por outro lado, a fama de valente ou brigão, o envolvimento com jogos ou a assiduidade em bares eram parâmetros proibitivos para que um jovem fosse considerado "bom partido". Pelo que é possível conhecer de Arantes e Morena, é prudente avaliar que eles compartilhavam de alguns desses valores, que decerto orientaram seu enlace.

FIGURA 22
Ainda jovem, Gildete passou a ser conhecida como Morena

Fonte: acervo da família Arantes.

O apelido que Gildete recebeu em casa – é certo que não foi Arantes quem o inaugurou – é uma informação emblemática. Afora sua carteira

[118] SANCHES, 2010. Usadas nos parágrafos seguintes.

de trabalho, onde ela foi descrita como "morena", duas outras classificações de cor atribuídas a Gildete lhe conferem um tom de pele mais claro, tanto sob a ótica do Estado (certidão de nascimento), quanto na perspectiva patronal (ficha da Empório). Como das portas de casa para dentro ela já era chamada de Morena, apelido pelo qual ela seria amplamente conhecida até o fim da vida, como indicam interações de seus filhos em redes sociais, onde é possível achar fotos dela, é sugestivo pensar que entre as pessoas do seu círculo mais próximo, a cor da pele de Gildete dispensava atenuantes embranquecedores.

À época, o substantivo "morena" possuía uma função adjetivadora com sentido plurívoco, como indicam as audições de Thales de Azevedo, cujas pesquisas de campo foram realizadas no período em que ela era cortejada por Arantes e o seduzia. A "morena" poderia ser "considerada o tipo feminino mais ardente e mesmo mais acessível sexualmente" ou indicar um tipo feminino de pele levemente pigmentada e traços de beleza física que tornam aquelas mulheres "tão requestadas e preferidas de muitos", ainda que não tivessem o "sangue africano"[119]. Mas o termo também poderia empenhar uma conotação romântica para designar a mulher idealizada, assumindo contornos que não eram ofensivos. Um uso, sem dúvidas, mais condizente com o que Arantes empregou em seu texto e ao longo da vida.

O baú de fotos da família guarda bons flagrantes das primeiras interações do casal e tais fontes, extrapolando sua relação íntima, oferecem boas pistas sobre uma história que vai além do que registrou a caneta por vezes comedida de Arantes – demandando do historiador breves idas e vindas cronológicas e alguns aprofundamentos temáticos.

Arantes e Morena trocaram fotografias com dedicatórias carinhosas e ela, que travava seu pretendente pelo sobrenome, escreveu no verso de uma: "Arantes, ofereço uma fotografia como lembrança da tua...". As letras, já corroídas pelo tempo, não permitem uma leitura precisa da última palavra, justamente o substantivo escolhido por ela, que parece variar entre "admiradora" ou "namorada". A dúvida não é simples porque os termos guardam distinções significativas, podendo indicar em que fase do relacionamento eles estavam. O termo "namoro", por exemplo, se opunha ao que se chamava de "paquera", um tipo de aproximação informal e mais impaciente. Namoro era coisa séria: remetia a uma relação bem estabelecida, social e familiarmente aprovada, e previa a futura consolidação do matrimonio formal – e indissolúvel, esperava-se

---

[119] AZEVEDO, 1996, p. 38 e 77.

então[120]. E se era isso que Arantes pretendia, ele tinha de caprichar nas suas armas de sedução.

FIGURA 23
Presente de Morena para seu pretendente

Fonte: acervo da família Arantes.

Chama atenção o fato de Gildete, que tinha apelido, tratar seu pretendente pelo sobrenome, um indício de que as pessoas do círculo afetivo de Arantes, desde cedo, o distinguiram com o mesmo tratamento que ele escolheu para se autorreferir na autobiografia que escreveu. A troca de mimos entre ele e Morena aconteceu quando Arantes era um rapaz de 20 anos e o tratamento que ela dedicou ao pretendente reproduz a maneira como Arantes aprendeu a se estabelecer socialmente, indício forte de que sua opção foi estabelecida ao longo do tempo e respeitada por muitos a seu redor desde sua tenra idade.

Se Arantes herdou o nome do pai sem qualquer diminutivo ou apelido, isso parece ter sido um grande feito para alguém que se chamava Antônio e se criou em Salvador, onde possibilidades de apelidos não lhe faltavam: Toninho, Toni, Tonico, *Toínho*, *Tônho*, Tunito ou, no caso de alguém tão ligado à mãe, Antônio de Dona Laura ou só Antônio de Laura – sem falar em outros tantos e ainda mais criativos, ou vulgares, que poderiam remeter a traços físicos ou comportamentais, que podiam carregar os estigmas que ele preferiria contornar. Para alguém que morou perto de Arantes, na Ribeira, todos ali tinham apelidos, tais como: Tomate, Cacureba, Ari Boca-de-Jegue, Paulinho Meu Cacete, Resumo do Mal, Estrovenga, João Miséria, Pelanca ou Lagartixa[121]. De modo que se Arantes tinha um apelido, publicável ou não, achou por bem não confessar em seu manuscrito.

Entre seus filhos, netos e sobrinhos, apenas sua primogênita se lembra de ele ser tratado por um apelido:

[120] AZEVEDO, T. de. Fazer a corte, no Brasil: o namoro e a paquera. *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien*, [Toulouse], n. 30, p. 117-126, 1978.

[121] FERREIRA, J. de M. *Itapagipe de minhas memórias (décadas de 1950 e 60)*. Lauro de Freitas: [*s. n.*], 2005.

Dona Doninha o chamou de Tonho até morrer, tal como as primas com quem ele morou, que também o chamavam de Tonho – pena que a forma como ele era tratado pela mãe tenha escapado de qualquer registro escrito e das memórias familiares[122]. Tirante tal exceção, justificada pelo amor maternal que unia Dona Doninha e Arantes e pela diferença de idade entre ambos, todas as pessoas do seu entorno mais íntimo reproduzem o tratamento que ele reservava para si. Muito tempo depois, dentro de casa, ocasionalmente, Arantes podia ser chamado de "Ará" e Morena de "Mora". No caso dela, uma redução de seu apelido de longa data, e no dele, um diminutivo derivado de seu sobrenome[123].

Em uma comunidade do Facebook que reúne ex-moradores da vila operária, bem como nos perfis de seus filhos e netas, é possível encontrar fotos em que ele aparece tratado como "Seu Arantes", por familiares, amigos ou antigos colegas de trabalho, sempre mais jovens e com marcante saudosismo. Esse tratamento mais formal é uma conquista oferecida pelo tempo e com certeza não lhe alcançou na juventude, mas confirma a força do "Arantes". A escolha de Morena pelo modo como se dirigiu ao pretendente confirma o valor que tem a distinção que Arantes reservou para si e esse é mais um indício da coerência almejada e construída por ele ao longo da vida: se estabelecer socialmente através do sobrenome foi outra de suas conquistas – e muito precocemente, diga-se.

Bourdieu critica compreensões que definem o nome próprio como um ponto fixo num mundo em movimento, rechaçando a ideia de que eles estabelecem uma identidade social constante, durável e que manifesta a individualidade dos sujeitos em todos os espaços onde eles transitaram como agentes. Para ele, o nome é "produto do rito de instituição inaugural que marca o acesso à existência social, ele é o verdadeiro objeto de todos os sucessivos ritos de instituição ou de dominação através dos quais é construída a identidade social"[124]. Porém, se não parece assertivo definir Arantes através da coerência da identidade social que ele mesmo se esforçou para afirmar, não restam dúvidas de que o estabelecimento dessa persona através do seu sobrenome, sem indicar qualquer coerência estabelecida durante sua vida, revela sua busca por distinção e respeito. Angela de Castro Gomes reforça essa compreensão:

---

[122] Entrevista com Laurinha Arantes, 18 out. 2022.

[123] Entrevista com Edite Vasconcelos, 23 jun. 2021; Entrevista com Liana Arantes, 30 jun. 2021; Entrevista com Valter Rui Arantes, 26 jul. 2021; Entrevista com Camila Gonçalves, 10 ago. 2021; Entrevista com Ana Karina Valença, 17 e 20 ago. 2021.

[124] BOURDIEU, 2006, p. 186-188.

> a ilusão de linearidade e coerência do indivíduo, expressa por seu nome e por uma lógica retrospectiva de fabricação de sua vida, confrontando-se e convivendo com a fragmentação e a incompletude de suas experiências, pode ser entendida como uma operação intrínseca à tensão do individualismo moderno[125].

Os motivos que Arantes tinha para se proteger e ao mesmo tempo se afirmar socialmente são muitos e se o baú de fotos da família retém um dos presentes que ele recebeu de Morena, este acervo mostra que num mesmo dia ele a agradou não só com uma, mas com duas fotografias. Enquanto Morena o presenteou com uma foto batida em ambiente reservado, possivelmente um estúdio especializado, Arantes se deixou fotografar nas ruas de Salvador e em circunstâncias variadas – ligeiro sinal das profundas diferenças que influenciavam o trânsito de rapazes e moças naquela sociedade. Os retratos com que Arantes presenteou Morena também revelam a imagem que ele construía de si e as prerrogativas que ele dispunha para lidar com as dificuldades que poderia enfrentar.

Elas contêm diversos símbolos de afirmação social ostentados por Arantes e, por outro lado, não deixam de afirmar os filtros que ele usaria também quando redigiu seu manuscrito. Nessas fotos não espontâneas, assim como em seu manuscrito, não haveria espaço para vícios, por exemplo. Ele, que se tornaria um fumante compulsivo, não parece ter feito questão de legar qualquer evidência desse hábito controverso à História, ao contrário de tantos orgulhos demonstrados por escrito ou diante das câmeras para as quais regularmente posou. Um antigo morador de Itapagipe, só um pouco mais novo que Arantes e que morou ali de 1952 a 1979, conta que na casa dos 17 anos, a fim de se mostrarem como "homens" às suas namoradas, os jovens se exibiam tragando os "arromba peitos", contudo, "na frente dos pais e dos idosos, nem sonhando". Se Arantes começou a fumar nessa época, ele deveria comprar maços de Astória, Yolanda Azul ou Continental[126].

Em uma das fotos com que presentou a sua desiderata, Arantes aparece indicado por uma seta, feita por ele ou, quem sabe, pela própria Morena, que mostraria o regalo a amigas ou à família – talvez a uma mãe rigorosa, que se autorizava a endossar conversas da filha. Arantes posou descontraído, flanando em mangas de camisa ao lado de amigos divertidamente agachados. Ele calçava um par de sapatos bicolores de primeira, que o diferenciava dos demais – um de seus amigos apresentou-se com pares bem surrados.

---

[125] GOMES, 2004, p. 12-13.

[126] FERREIRA, 2005, p. 30.

Outro distintivo a se considerar é que Arantes era o homem de pele mais clara entre os três do retrato – cujos nomes não foram identificados durante essa pesquisa. À mão, ele escreveu no seu verso: "Morena, vêde esta fotografia, uma simples lembrança do teu grande admirador. Arantes". Se ainda não era o namorado, apenas um admirador, ele precisava vender-se muito bem para eliminar eventuais concorrentes ao coração de Morena.

FIGURA 24
Registro com o qual Arantes presenteou Morena ao lado de dois amigos não identificados (1950)

Fonte: acervo da família Arantes.

Ao contrário do que ele insinuou, o presente não era tão simples assim. Fotografar-se não era um costume barato e enquanto nos bilhetes e cartões de amor analisados por Aparecida Sanches os pretendentes recorriam com frequência a diminutivos adocicados, como *filhinha*, *benzinho*, *queridinha*, Arantes, dispensando essa lábia, investiu em um tempo verbal pomposo que desafia brasileiros de todos os estratos – ressalte-se que as fontes analisadas por Sanches foram encontradas em processos que redundaram em crimes e que Arantes, ao contrário disso, se esforçava para mostrar a seriedade das propostas anelantes que fazia à Morena[127]. E mesmo que esta fosse uma interação afetiva, ele fez questão de subscrever a carta com o seu sobrenome, se estabelecendo com distinção diante da pretendida: Arantes.

Apesar da letra cursiva caprichada, ele arriscou-se numa conjugação desafiadora: "Morena, vêde esta fotografia". Além do circunflexo a mais, talvez resquício da flexão no singular ou de regras já superadas, o imperativo com que ele se dirigiu à Morena deveria ser usado na segunda pessoa do plural. De acordo com critérios da gramática normativa, "tu vê" e "vós vede". Numa interpretação mais expandida e menos literal, é possível enxergar poesia no deslize de Arantes. Ao apostar no plural majestático, um recurso à segunda pessoa que subverte sua concordância se dirigindo pluralmente a um interlocutor singular, mas com reconhecida grandeza, ele poderia enfatizar ainda mais sua admiração por Morena. Contudo, em se tratando de um

[127] SANCHES, 2010, p. 275-277.

jovem de 20 anos que precisou interromper os estudos para trabalhar, dificilmente essa licença gramatical manifestaria uma intenção expressa.

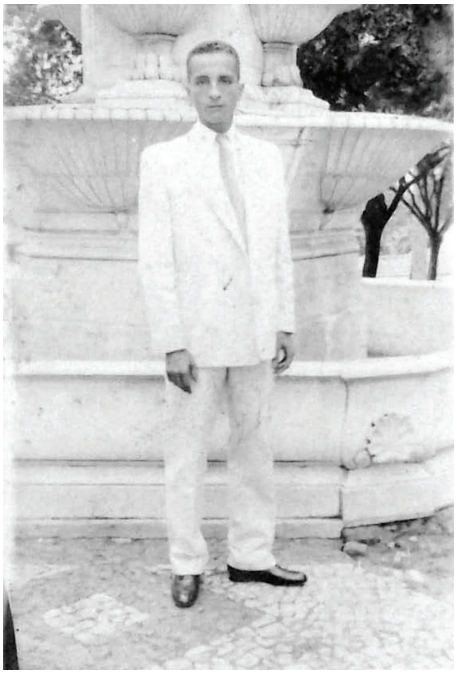
Ainda que não fosse o leitor que adiante se anunciaria, é mais provável que Arantes mantivesse ao alcance das mãos – à cabeceira da cama, por exemplo – não uma gramática, mas uma Bíblia. Ele contou ter sido batizado sem confessar quão frequente era o seu catolicismo, mas é certo que ao longo de toda vida ele e sua família se mantiveram fiéis a esses sacramentos: Dona Laura e o pequeno Arantes assistiram a muitas missas antes de se emocionarem com as apresentações dominicais do menino Malbeçan na banda dos Órfãos de São Joaquim; depois de se casarem na igreja, Arantes e Morena batizaram diversas criança e seus filhos fizeram primeira comunhão, crisma etc.; suas duas filhas se casaram na igreja; Arantes se deixou fotografar diversas vezes com crucifixo no pescoço; e rogou três vezes a Deus em seu manuscrito, para pedir e para agradecer. É certo, portanto, que ele era apegado a valores católicos e é provável que essas liturgias tenham inspirado sua linguagem, sobretudo aquela com a qual ele pretendia se afirmar, mesmo que não tenha sido tão assertivo nos termos da gramática dura.

O plural majestático da segunda pessoa que ele usou na dedicatória para Morena é corrente nas convenções católicas. Na oração à Nossa Senhora, por exemplo: "Bendito é o Fruto do *vosso* ventre", em vez de "Bendito é o Fruto do *teu* ventre". Também no Pai Nosso: "Santificado seja o *Vosso* nome. Venha a nós o *Vosso* Reino. Seja feita a *Vossa* vontade", quando a coerência gramatical recomendaria, por exemplo, "seja feita a *tua* vontade". O mesmo acontece com os devidos pronomes de tratamento para autoridades como cardeais e bispos: vossa eminência e vossa reverendíssima, respectivamente. Ou seja: entidades singulares são referendadas com pronomes e conjugação plurais nas tratativas católicas, de modo que este é um uso aplicado com a intenção de marcar respeito, adoração e engrandecimento, mas também hierarquia e distância, concordando apenas em parte com a corte que Arantes fazia à Morena.

Ele sustenta em seu manuscrito uma imagem de Morena tingida por alguma idealização e muito respeito, afinal, ela era a mulher que ele procurara para gradativamente namorar, noivar e casar, mas não era o caso de colocá-la num altar, era preciso estar próximo a ela. Se no imperativo ele foi majestático ("Morena, vêde"), logo depois ele foi claro e direto: "teu grande admirador", em vez de "Vosso grande admirador". A combinação incoerente de concordâncias verbais – talvez aleatória, é verdade – não discorda do que argumento neste livro: a seu modo, Arantes ia se apropriando do mundo a seu redor para conquistar não somente a sua futura esposa, mas também o respeito que almejava para si, o que lhe demandava, também, um uso requintado do português.

Na outra fotografia, ele deixou de lado a graça com os amigos. Estava sozinho, sério e em traje solene. À exceção dos sapatos pretos lustradíssimos e mais formais que os de antes – sim, ele tinha dois belos pares de sapatos e um terno! –, Arantes se vestiu impecavelmente de branco, o que não era uma coincidência. Na dedicatória, ele declarou seus sentimentos sem se arriscar no vernáculo: "a você Morena, ofereço a minha fotografia como uma humilde lembrança de quem te estima e adora". De novo ele subscreveu o regalo dispensando qualquer apelido carinhoso: "Antônio Arantes".

FIGURA 25
Registro com que Arantes presenteou Morena vestido a rigor (1950)



Fonte: acervo da família Arantes.

Esses breves flagrantes de como Arantes se postava diante de sua pretendida revelam algumas de suas credenciais e é certo que elas atenderam ao gosto da jovem Morena. Aparecida Sanches conheceu uma trabalhadora que em 1939 migrou do interior para capital, onde passou a viver e trabalhar, e que tinha clareza sobre o que considerava um "bom partido": "um homem bonito, que eu gostasse, que fosse trabalhador, que tivesse uma roupa boa, que não rota"[128]. Morena chegou em Salvador também nessa época e Arantes tinha esses predicativos, que devem ter feito os olhos castanhos de sua pretendida brilharem.

E as diferenças entre as fotografias podem ser ampliadas pelo que revelam os cenários em que Arantes se fotografou – outra via de acesso para alcançar suas escolhas. Se bem interrogadas, essas fontes rendem bons indícios sobre a inserção desse jovem na cultura popular de Salvador e na sua vida pública. Arantes assinou seus dois regalos no alto verão, em 16 de janeiro de 1950, o que não garante que tenham sido registrados no mesmo dia, mas ambos deviam ser recentes – uma suposição pautada não apenas no semblante imberbe de Arantes.

Na primeira foto, ele estava em ambiente festivo, onde se vê barracas armadas ao fundo sem nenhuma outra referência precisa sobre o entorno. Mas a segunda foto oferece

[128] SANCHES, 2010, p. 336-337.

pistas bastante precisas sobre o local onde foi batida: ele estava diante do chafariz que fronteia a Igreja do Bonfim, célebre cartão postal de Salvador e bem próximo à Boa Viagem, aonde Arantes podia chegar a pé sem esforço – era uma subida íngreme, piorada pelo sol do verão, mas nada que sua juventude não vencesse com algum suor à testa e sob o paletó, compensado pela vista arejada da colina. Outro detalhe revelador é que na primeira foto o branco predominava entre as pessoas que nela aparecem e na segunda foi Arantes que se vestiu inteiramente de branco.

Se a data que Arantes indicou nas fotos revela o período em que elas foram batidas, relatórios da polícia local ajudam a situá-las no tempo. Três dias antes de ele datar seus mimos, em 13 de janeiro, um informante tratou dos preparativos para a Festa do Bonfim que se aproximava, "uma das festas tradicionais da Bahia", na qual o povo se mantinha apegado ao costume de lavar a Igreja do Bonfim com "água perfumada", relatou. As celebrações mobilizavam, segundo o informante, "uma grande quantidade de devotos, inclusive pretas bahianas nos seus trajes tradicionais, celebrados nas músicas de Dorival Caimi [sic]"[129]. O informante disse mais sobre como o ecumenismo cultural manifestado pelo povo era percebido pelas autoridades eclesiásticas e segmentos da política local, todos tentando controlar ou se apropriar dessa manifestação popular:

> a Igreja se opunha e se opõe à lavatura do templo, por considerar esse rito pagão [...] Os comunistas resolveram interferir e estimular o povo a ir lavar a Igreja. Como não podia deixar de ser, o Governador também estimulou esse hábito, por ser tradicional. Os padres encarregados da Igreja não consentiram na lavagem do templo e cerraram as portas [...] deixando que o povo se contentasse em lavar [...] suas partes exteriores.

Otávio Mangabeira, então governador da Bahia (1947-1951), presidia a conservadora União Democrática Nacional (UDN) e fora eleito por uma ampla coligação partidária que incluiu circunstancialmente o PC baiano, mas que foi posto na ilegalidade em 1947 sem que Mangabeira tenha se esforçado para impedir – Mangabeira também era meio irmão de um respeitado babalorixá de candomblé local, Eduardo de Ijexá. Na leitura desse informante, tanto o governador quanto os comunistas se esforçavam para acompanhar os costumes que, com toda espontaneidade, tinham vez no gosto dos soteropolitanos, sinal da importância e do alcance social desta celebração, que atraía não

---

[129] *Relatório*, 13 jan. 1950. Aperj, Fundo DPS, pasta D 1479, f. 144. Usada no parágrafo seguinte.

só os devotos, mas também aqueles que pretendiam se aproximar deles, fossem governistas, comunistas ou policiais que acompanhavam a mobilização.

No mesmo relatório, o informante ainda dedicou atenção especial à categoria profissional com a qual Arantes mais convivia e da qual esteve muito perto de fazer parte, os tecelões: "premidos pela miséria em que vivem, percebendo na realidade salários de fome, são presas fáceis para o comunismo", o que não era o caso de Arantes, que não demonstrava qualquer inclinação vermelha. Ele não chegou a trabalhar na tecelagem da Boa Viagem, apenas na fiação, e foi rapidamente promovido ao escritório, onde desempenhou funções que exigiam letramento e que lhe permitiam conhecer de perto os gostos e incômodos dos superiores, arredios à militância partidária ou sindical de seus empregados. Ali Arantes também obtinha um rendimento ligeiramente melhor que o do pessoal da tecelagem, o que podia sustentar seu visual tranchã ostentado nas fotos. Nesses primeiros anos de sua vida adulta, favorecido pelo ingresso ativo nos mundos do trabalho numa colocação que não lhe demandava serviços braçais, Arantes investia parte da renda que gotejava nos seus bolsos em boas roupas, calçados e presentes para sua pretendida, o que o distinguia bastante de outros trabalhadores que, segundo o informante citado, viviam em situação bastante precária – muitos deles, inclusive, vizinhos de Arantes na vila.

Em 17 de janeiro, o mesmo informante relatou que no dia anterior acontecera a Festa do Senhor do Bonfim: "foi dia de feriado em homenagens ao padroeiro da Cidade", acrescentando que "os comunistas têm dado um pouco de folga aos trabalhadores, porquê êstes estão preocupados com os festejos"[130]. Aquelas eram celebrações sem igual em Salvador, que inspiravam liturgias sincréticas contemplando ao mesmo tempo Oxalá e o Senhor do Bonfim. E nesse exato dia Arantes estava ali preocupado não apenas em festejar, mas também com a pose que faria para Morena, duas boas razões para se vestir com charme e usar o branco a caráter indicado para a ocasião.

E enquanto Arantes estava na festa, Morena, que era cortejada por um rapaz com proclamadas boas intenções, talvez estivesse em casa. De acordo com as memórias de um homem que pode ter se lançado em *flirts* no mesmo período que Arantes, naquele tempo flertar "chamava-se *tirar linha*" e "moça que fosse surpreendida *tirando linha* com um rapaz, mesmo de longe, não prestava", ela dificilmente conseguiria noivar, "só o conseguia com os bobos ou forasteiros",

---

[130] *Relatório*, 17 jan. 1950. Aperj, Fundo DPS, pasta D 1479, f. 147.

julgava ele[131]. E Arantes, que era vizinho desses valores, quiçá compartilhasse tal opinião – Morena, idem[132].

Segundo os valores da época apurados por Sanches, festas de largo não eram ambientes indicados para mulheres interessadas em afirmar sua "honestidade". A descontração do calendário religioso de Salvador era um combustível para trocas de olhares e cumprimentos, mas segundo Sanches, essas interações guardavam assimetrias: se para os homens o trânsito nestes espaços – que poderia incluir experiências sexuais – era afirmativo, para as mulheres, ele assumia um caráter reprovável. Por isso, as moças que sonhavam com o casamento deviam tomar cuidado redobrado para não incorrer em comportamentos sujeitos à censura. Sanches destaca que esses valores contagiavam com maior intensidade as famílias da elite local, mas indica que mesmo nos mundos do trabalho predominava o juízo de que o lugar das mulheres seria o ambiente doméstico, não a rua. As jovens que trabalhavam fora de casa o faziam por serem de famílias pobres, mas sob o imperativo de se mostrarem honestas e bem precedidas[133]. Se os homens transitavam em festas como a do Bonfim com menos receios e mais liberdades, isso pode ser um dos motivos que explicam as diferenças na amostra das fotos que Arantes e Morena trocaram.

E Arantes podia até estar ali sério como demonstrou em pelo menos uma das fotos, mas ele não era um espectador despretensioso. Sua presença ao lado da mais importante igreja de Salvador, e num dia sagrado para a liturgia do lugar, não o vincula aos rituais do candomblé, só prova o sincretismo de uma cultura popular na qual ele se inseria. Sua escolha manifesta como a sacralidade daquela cultura estava enraizada nos soteropolitanos de todos os matizes de cor, ainda que com diferentes intensidades, uma vez que muitas pessoas subiam a Colina Sagrada em devoção ao Senhor do Bonfim, santo do lugar, e/ou a Oxalá, orixá criador, pregador da calma, da serenidade e da pacificação, que goza de máximo respeito entre todos os orixás. E ambos poderiam contribuir para o namoro de Arantes e mais ainda para sua trajetória ascendente na Boa Viagem, se ele se considerasse um afilhado dessas entidades ou se assim fosse considerado por elas – e ao longo da vida, Arantes faria questão de manter atadas ao pulso medidas coloridas do Senhor do Bonfim.

Pouco mais de dez anos antes de Arantes iniciar seus galanteios, o antropólogo americano Donald Pierson registrou suas observações sobre o que

---

131 REQUIÃO, 1949, p. 92.

132 REQUIÃO, 1949.

133 SANCHES, 2010.

presenciou durante as festas do Bonfim[134]. "A festa do Bomfim 'brota do próprio povo' [...] pertence-lhe mais que o carnaval, que é mais requintado, mais dirigido pelas classes 'cultas'", percebeu ele. Suas notas prosseguem:

> diverte-se às vezes durante horas, dissolvendo-se os grupos de cantores e dançarinos apenas para formar novos grupos, compostos de outros indivíduos, no meio de grande hilaridade e constantes sambas. Grupos de capoeira formam-se e atraem círculos de assistência. Quase todos os participantes efetivos destes divertimentos são pretos ou mestiços; os de sangue europeu puro são relativamente poucos.

A espontaneidade da festa, além de seu caráter sincrético e negro, chamou atenção de Pierson. Suas impressões sobre as peculiaridades dessa festa permitem aprofundamento no tema racial – algo que transparece na tez de Arantes, mesmo que tenha sido evitado por sua caneta. O americano ouviu de um interlocutor considerado branco:

> quando um preto põe gravata e sapato e aprende a ler e a escrever, perde o interesse pelo candomblé. Existem realmente duas civilizações na Bahia: a nossa e a africana. Quando um preto começa a tomar a sério os nossos costumes, raramente continua perdendo tempo em candomblés.

À luz dos valores que defendem uma dessas "civilizações" em detrimento da outra, suas diferenças se explicam por alguns binômios presunçosos: negra/branca, instruída/grosseira, elitista/popular, nova/velha, católica/candomblecista, educada/ignorante, europeia/africana, organizada/desregrada. Uma amostra circunstancial do que seriam essas dicotomias para o interlocutor de Donald Pierson pode ser encontrada em duas fotografias do acervo do IBGE, ambas tiradas nos anos 1950. Numa delas, um grupo de pessoas de maioria branca, gente bem-vestida e de cabelos alinhados, talvez perfumada, posa sorridente para uma câmera em frente à Igreja do Bonfim. As duas baianas que ocupam o primeiro plano da imagem conservam as suas quartinhas de água de cheiro – até ali, aparentemente ninguém se molhara.

---

[134] PIERSON, 1971, p. 388-389.

FIGURA 26
Lavagem da escadaria da Igreja do Bonfim ([195?])

Fonte: Acervo do IBGE.

Na outra fotografia impera a espontaneidade. Os risos também são de alegria e ocupam vários dos rostos da foto – quase todos pretos retintos. As roupas estão molhadas de água de cheiro e alguns até festejavam com dorso nu. E pode não ser por acaso que essa imagem registre a presença de um soldado de polícia – na outra, se havia, era atrás da câmera, talvez garantindo a ausência de intrusos na foto.

FIGURA 27
Lavagem da escadaria da Igreja do Bonfim (1957)

Fonte: Acervo do IBGE.

O americano Donald Pierson estava interessado em entender como essas duas civilizações interagiam e se influenciavam. E de um "educador destacado" e de pele mestiça, ele ouviu: "nunca assisti ao candomblé. Não tenho interesse nisso". Somente um trabalhador negro admitiu ter frequentado as cerimônias, "mas não vou mais; agora abandonei tudo isso", garantiu a Pierson, que pode ter escutado dos informantes aquilo que eles achavam prudente confessar a um pesquisador estrangeiro e branco[135]. Se Arantes resistiu a estabelecer vínculos religiosos com o candomblé, isso poderia ser uma forma de se afirmar como um homem respeitável e de escapar de estigmatizações como as que os ouvidos do antropólogo americano capturaram.

A Bahia racista que recebeu Donald Pierson não era tão diferente daquela em que Arantes tentou conquistar Morena e a cor da pele deste trabalhador não o livrara de preconceitos diversos. As notas de Pierson registram como o racismo exercia uma pressão intensa sobre a população não branca de Salvador e muitas delas circulavam como ditados. Um deles, por exemplo, dizia: "negro vestido de branco é mosca no leite/ Negro vestido de preto é urubu de capa". Arantes não seria considerado preto, o mais provável é que fosse tido e havido por mulato ou moreno, mas ouviu anedotas racistas que poderiam feri-lo: "tenho uma dor no meu peito/ Entra no meu coração/ Quando vejo nêgo de botina/ E mulato de pé no chão". E outra: "todo mulato é pimpão/ Todo negro é feiticeiro/ Todo caboclo é ladrão"[136]. Tais permanências racistas insistiam que os sapatos, signo da resistência e da emancipação negra contra a escravidão no século XIX, calçariam melhor aos mulatos que aos pretos – e para se garantir, repito, Arantes tinha dois pares, dos bons inclusive.

Pesquisador contemporâneo dos retratos de Arantes, Thales de Azevedo explica mais sobre os signos que eles carregam: "a gravata é, de certo modo, um símbolo da classe superior que a inferior utiliza em situações cerimoniais", e os homens da classe trabalhadora "quase só trazem gravata por ocasião de festas, de reuniões sociais, de visitas a pessoas de mais alta classificação"[137]. Um dos relatos de campo desse antropólogo aprofunda ainda mais o significado do apetrecho:

> vários 'homens do povo' conversavam no interior de uma casa comercial quando um deles mostrou o retrato que tirara para a sua carteira profissional, lamentando que não estivesse de gravata no momento em que foi ao fotógrafo. Um dos presentes objetou:

---

135 PIERSON, 1971, p. 339.

136 PIERSON, 1971, p. 384-387.

137 AZEVEDO, 1996, p. 175-177.

> 'Que vale a gravata? Para que quer você um retrato melhor? Está ótimo', mas um terceiro interveio: 'Um homem sem gravata não vale nada' e mostrou o seu retrato, tirado com esse símbolo das classes superiores[138].

Esse modelo de classe superior flagrado por Azevedo tinha classe, tinha cor, tinha roupa, tinha modos específicos e, no caso dos homens, tinha de respeitar um certo padrão de masculinidade também – sobretudo quando eles tivessem que se provar trabalhadores. Ou seja, os matizes de cor da pele eram um intenso fator de distinção social em Salvador e eles eram aquilatados a partir de diversos signos: no traje das pessoas, no seu falar e no jeito de portar-se, nas suas crenças religiosas. Enfim, dos pés à cabeça. Mesmo com todas suas prerrogativas – ao que podia somar as bençãos de Oxalá e do Senhor do Bonfim –, a pele morena de Arantes o obrigava a se esgueirar por fronteiras tênues de um racismo que alcançava frontalmente as pessoas de pele escura.

O preconceito racial em Salvador era medido – às vezes diluído – através de muitos marcadores sociais e valores, multiplicando os efeitos nocivos da exclusão. Isso exigia esforços redobrados daqueles que poderiam se vitimar com esses preconceitos, razão de Arantes ter se apropriado de alguns desses signos na situação cerimonial em que se ofertou à sua Morena. As gritantes diferenças entre as duas fotos do acervo do IBGE abrem amplas margens para elocubrações sobre as eventuais diferenças entre as fotografias espontâneas de Arantes e aquelas em que ele, elaboradamente, posou. Ser trabalhador, vestir-se bem, possuir bons sapatos e relógios de pulso eram linguagens necessárias para garantir respeito e prestígio, e a elas se somava, com caráter impeditivo ou paliativo, a cor da pele. As fotos de Arantes revelam importantes conquistas e mostram que ele reconhecia tais linguagens, além de saber fazer uso delas. A demonstração de como ele se afirmou e dos estigmas dos quais ele fugiu permite conhecer os filtros que esse trabalhador usou em sua biografia.

(Em um dos contatos que estabeleci pelo Facebook com a família de Arantes, espontaneamente, sua primogênita registrou depoimento valioso: "não sei se lhe contei sobre a primeira vez que painho usou um sapato. O pobrezinho já estava crescido, calçou o sapato errado, mancou *pra* cacete até descobrir a merda que tinha feito. Tadinho"[139]. As referências que Arantes legou à família dão uma boa medida do que significavam os dois pares de sapato para aquele homem e dos desafios que ele enfrentou ao longo de sua trajetória pessoal e

---

[138] AZEVEDO, 1996, p. 175.

[139] Conversa do autor com Laurinha Arantes pelo Facebook, 3 abr. 2020.

profissional, mesmo que não os tenha registrado por escrito. E muitos anos depois de calçar seu primeiro par de sapatos, quando sua primogênita vivia fora do Brasil, ela recebeu uma carta do pai, em que ele mandou bençãos, pedidos para que Deus a acompanhasse e um regalo: "apesar de você não crer muito, estou lhe mandando esta fitinha do Sr. do Bonfim para lhe proteger"[140]. Ainda que este trabalhador tenha aprendido a fugir de alguns estigmas raciais e culturais, ele viveu profundamente inserido na cultura sincrética de Salvador.)

E não é que os patronos do santuário do Bonfim congregavam poderes que poderiam ajudá-lo até mesmo no namoro com Morena? Pelo menos o cancioneiro popular daqueles tempos indica isso. Thales de Azevedo constatou que a imagem da mulher morena estava glosada "em prosa e verso pelos nossos ficcionistas"[141], e em algumas delas essa imagem se vinculava ao Bonfim também. "Na Bahia", um samba-jongo gravado por Carmem Miranda em 1938, composição de Humberto Porto e Herivelto Martins, reafirmava uma Bahia "terra de crença", cuja fé tão grande assim fez morada no Bonfim". Outra alusão à mulher morena e a essa mesma Bahia, metonímia invertida para designar apenas Salvador, foi gravada por Carmem Miranda naquele ano, repercutindo mundialmente. Em "Na Baixa do Sapateiro" se escuta os versos:

> Na Baixa do Sapateiro
> Encontrei um dia
> A morena mais frajola da Bahia
> Pedi-lhe um beijo, não deu
> Um abraço, sorriu
> Pedi-lhe a mão, não quis dar, fugiu
> Bahia, terra da felicidade
> Morena, eu ando louco de saudade

Frustrado, esse eu-poético desistiu de suas investidas para rogar ao padroeiro no imperativo:

> Meu Sinhô do Bonfim
> Arranje uma morena
> Igualzinha *pra* mim

Morena e Arantes com certeza conheciam a música. Talvez tenham até assistido ao filme *Você já foi à Bahia*, produzido por Walt Disney em 1944, que

---

[140] *Carta de Arantes para Laurinha Arantes*, 18 ago. 1989. Acervo da família Arantes.

[141] AZEVEDO, 1996, p. 38.

trazia na sua trilha sonora esse sucesso – que, segundo lendas familiares, foi composto também pelo baiano Humberto Porto, e não pelo mineiro Ary Barroso. Na animação, um casal de pombinhos enamorados voa do campanário da igreja até uma fonte vizinha, cujo desenho pode inspirar-se no chafariz onde Arantes posou ofertando-se airoso à Morena. E se ele pediu uma morena para si, não deixou de ser atendido.

Seja através dos crivos de Thales de Azevedo e Donald Pierson, ou pelo que informa o cancioneiro sobre Salvador, o comparecimento de Arantes ao Bonfim naquelas circunstâncias especiais não parece uma coincidência. Seus retratos mostram como aquele jovem queria ser visto pela sua pretendida e como ele poderia ser visto por seus colegas de trabalho, por seus superiores, por seus vizinhos. Seus retratos mostram como ele se enxergava e como se exibia ciente e orgulhoso de prerrogativas que o tornavam mais atraente nos mundos do namoro e do trabalho. Letramento, terno, sapatos e sua pele morena gabaritavam-no positivamente, respondendo ao racismo segregador que atingia pessoas de pele não branca. Além de tudo, Arantes dispunha do digno cartão de visitas de ser um homem trabalhador, contratado por uma das maiores empregadoras da cidade na época – onde pode ter convivido sem receber apelidos, sendo tratado como Arantes mesmo. Obviamente, todas essas prerrogativas eram instáveis, como fazem ver todos os relatos ouvidos por Pierson e Azevedo sobre morenos, mulatos e pretos. E para seguir avançando na construção do perfil que desejava, o matrimônio era uma etapa mais do que necessária e ele teria de deixar a casa de sua querida comadre Dona Doninha. Ou seja, para deixar de ser Tonho e se estabelecer como Arantes, ele teria de superar também o jugo das famílias que o tinham abrigado – ainda que Doninha fosse uma das pouquíssimas pessoas que seguiriam tratando Arantes por esse apelido.

FIGURA 28
Igreja da Boa Viagem ([195-?])

Fonte: Acervo do IBGE.

E não foi Pierson que ouviu de algum racista que "negro não se casa, se ajunta"?[142] Pois então, o respeito a algumas regras sociais mantidas por Arantes, que não pretendia apenas se amancebar com alguém, reflete os

[142] PIERSON, 1971, p. 385.

valores que ele carregava e pode refletir também suas estratégias para evitar preconceitos com os quais poderia lidar. No sábado 24 de outubro de 1953, às quatro e meia da tarde, ele e Morena compareceram ao Fórum Ruy Barbosa para o registro civil do enlace e na hora consagrada à Ave Maria seus corações bimbalharam ao som do sino da Igreja da Boa Viagem, celebrando o casamento religioso. O convite do casamento, mantido no acervo da família, registra que eles residiam no portão 79 da vila, na casa de número 13, a primeira que eles ocuparam juntos ali, e de acordo com os registros de sua carteira de trabalho Arantes não tirou férias para celebrar a lua de mel com a esposa – portanto, a noite de núpcias do casal pode ter sido ali mesmo, na vila[143]. E como o próprio Arantes fez questão de informar, a partir de então Gildete Gomes de Almeida passou a assinar Gildete Almeida de Arantes. Três anos haviam se passado desde a troca de retratos entre eles. Arantes tinha 23 anos, Morena, como continuou a ser conhecida por todos, 22.

FIGURA 29
Casamento do jovem casal Arantes e Morena em cerimônia realizada na Igreja da Boa Viagem (1953)[144]

Fonte: acervo da família Arantes.

Quando Arantes e Morena se casaram na igreja e no papel, Thales de Azevedo trabalhava em suas notas sobre um tema que incomodava homens e mulheres dos mais diversos matizes de cor em Salvador. Ele ouviu de uma mulher mestiça que "os homens de cor procuram esposas brancas e os pretos que lhe têm aparecido são mentalmente inferiores a ela"[145].

[143] *Convite de casamento de Arantes e Morena*, 24 out. 1953. Acervo da família Arantes.

[144] À esquerda, o primeiro afilhado de Arantes, Djalma.

[145] AZEVEDO, 1996, p. 76.

Homens que não conseguiam noivas brancas confessaram frustrações que a pesquisa de Azevedo transmite:

> um deles vive com uma mulata mas diz saber de brancas e morenas que o aceitariam como esposo ou mesmo como amante. Dois pretos retintos declaram que não desejam casar-se, mas que já acharam moças brancas que os quisessem. Outro queixa-se de que as mulheres de cor não querem homem escuros, mesmo educados, dando preferência a um branco ainda que seja um pobre-diabo engravatado; nas ruas recusam os galanteios dos escuros mas cedem às investidas desrespeitosas dos brancos.

Alguns dos critérios para interações afetivas entre mulheres e homens manifestavam a intensidade dos conflitos sociais em uma cidade onde cor da pele era um símbolo negociável de *status*. Esses critérios reproduziam ainda signos de ordem material, que não sanavam as diferenças de cor: afinal, um pobre diabo branco, ao engravatar-se, parecia levar vantagem em relação a alguém de pele mais escura. O enlace entre Morena e Arantes celebrou a união de duas pessoas com o tom de pele bem parecido, mas isso não quer dizer que a relação fosse alheia a preconceitos desse tipo. Morena pode ter dispensado pretendentes cuja pele fosse mais escura, seduzida que estava pelos dotes de Arantes, enquanto mulheres brancas poderiam ignorar as virtudes e os galanteios dele – que talvez nem desse azo para elas, dado todo charme que cercava as morenas, como era o caso de sua, agora, esposa.

Não seria prudente, portanto, inferir que esse casamento não sofreu a influência de valores racializados ou classistas, mas é certo que ele celebra o reconhecimento de qualidades diversas que os noivos compartilharam entre si, o que pode refletir outros atrativos, como a castidade pré-nupcial, por exemplo, algo que Arantes podia valorizar sem se sentir obrigado a corresponder, como acontecia com muitos soteropolitanos de sua geração[146]. E ao sacramentar sua união na igreja e no civil, o casal subvertia a lógica sensualizada e o desdém que recaia sobre a gente pobre, que era maximizado pelo preconceito contra as pessoas de pele não branca.

Eles viveram juntos até abril do ano 2000, quando Morena faleceu em decorrência de um acidente vascular cerebral. Arantes considerou o "desenlace como o fato mais lamentável na sua vida, durante os últimos 48 anos de sua existência" – a dor da perda de Morena só não foi maior que a de Dona Laura, falecida em 1945. E se sua mãe demonstrou um comportamento exemplar na

[146] SANCHES, 2010.

viuvez, Arantes deixou a desejar: uma foto no Facebook de sua primogênita mostra que ele descartou o uso das largas alianças no dedo anelar, ao que Dona Laura teria se mantido fiel.

Muitos dos valores que aproximaram Arantes e Morena tinham correspondência nos mundos do trabalho em que eles viviam. Neles, Arantes gozava de boas relações e de bons predicados, o que permitiu, por exemplo, que ele se empregasse cedo na Boa Viagem e sempre tenha morado na sua vila – um diferencial enorme entre os trabalhadores de uma cidade em que muitos não tinham residência, morando afastados da cidade ou em condições assaz precárias. Desfrutando de tudo que podia no entorno da Boa Viagem – morada, trabalho, praia, santuários –, Arantes pôde desenvolver muitas de suas potencialidades. E para isso ele precisou se relacionar muito bem com vizinhos e com seus superiores.

O perfil que a empresa precisava

Arantes não deu detalhes sobre como ele foi contratado pela fábrica (se por indicação de amigos de sua mãe, por exemplo), nem sobre o transcurso de suas promoções ali, e é provável que sua trajetória guarde muitas aproximações com a de outros jovens da vila. A contratação de jovens trabalhadores era providenciada por intermédio de amigos, parentes ou vizinhos que já trabalhavam ali e que pleiteavam uma vaga aos superiores através de pedidos nos quais empenhavam sua palavra indicando a procedência do eventual contratado. Ao longo do tempo, essa forma de ingresso mudou, quando os administradores deixaram de priorizar um padrão familiar de emprego e não há documentos detalhados sobre esses critérios quando Arantes foi contratado. Existe no acervo da Empório, porém, uma ficha de avaliação, classificada como estritamente confidencial pela companhia, que oferece pistas sobre os critérios que um trabalhador precisava vencer para ser efetivado e progredir na fábrica duas décadas depois de ele ter sido contratado.

Os quesitos eram muitos: o trabalhador precisava mostrar-se "atento e aplicado" e com "boa vontade em executar seus serviços", não podia acumular "serviços normais" e devia realizar "com presteza" aquilo que lhe era confiado; tinha de mostrar "responsabilidade" e ser "atencioso e cortês", além de entender "com facilidade" as instruções que recebia. E uma diretriz capital indicava: "só deve ser efetivado se realmente possui todas as qualidades exigidas pelo cargo"[147]. O formulário reduz espaços para impressões subjetivas do

[147] *2ª informação sobre o empregado*, jan. 1966. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

avaliador – não que elas não exercessem muita influência, apenas não seriam anotadas – e o rigor técnico que ele estampa pode ser uma novidade em relação às décadas anteriores, quando os administradores da Boa Viagem passaram a procurar homens e mulheres com perfis específicos para cada função, em vez de apostar na vila como sua maior fornecedora de trabalhadores como um esforço de aprimorar a gestão da fábrica. Mas antes disso, é provável que candidatos tivessem margens mais dilatadas para convencer seus empregadores e vender-se como bons operários – ou de serem perseguidos pelos preconceitos que tais subjetividades carregavam.

Se não é possível precisar como os critérios patronais variaram – ou se foram aprimorados mesmo –, é certo que Arantes foi muito bem-sucedido em sua trajetória ali. Seu sucesso abastece muitas reflexões sobre como ele se destacou entre seus pares, ainda que isso possa tê-lo influenciado a "esquecer" de alguns conflitos pelos quais passou ou assistiu – é certo que muitos desses conflitos ele assistiu de perto, como no caso do furto em 1957. E sua caligrafia pode mesmo tê-lo ajudado. Na década em que ele começou a trabalhar, 76% dos homens de 10 a 19 anos não sabiam ler nem escrever em Salvador. E esse baixo percentual guardava distinções quanto à cor da pele. Entre os que declaravam saber ler e escrever, 44% eram brancos, outros 44% eram pardos e 12% eram pretos. A proporção se ampliava entre os que não podiam escrever nem ler em desfavor dos homens de pele mais escura: 23% deles eram brancos; 23%, pardos e 54%, pretos. Ou seja, quanto mais escura era a cor da pele de um jovem trabalhador, menos letramento ele possuía. Pardos como Arantes, pelo menos no quesito estudo, pareciam desfrutar de uma condição melhor, ainda que não contornassem outras expressões do racismo e das desigualdades sociais brasileiras.

A linearidade com que Arantes descreveu a sua "brilhante carreira" manifesta a influência de seu olhar retrospectivo e acaba escondendo alguns de seus desafios – parece óbvio, mas é necessário destacar, que todo o seu sucesso não estava anunciado para seu futuro quando ele se tornou um trabalhador, ao contrário do que ele insinua. Esse é outro elemento a ser compreendido de sua autobiografia e que ganha mais sentido quando analisado a partir de uma perspectiva geracional.

Michel Agier, analisando trabalhadores nas petroquímicas baianas anos depois, ajuda a entender o momento que Arantes vivia quando chegou à Boa Viagem[148]. Ao ingressar no serviço, o jovem se submetia a uma constante provação, quando garantia possuir disposição para o trabalho e capacidade de se

[148] AGIER, 1990.

submeter à disciplina fabril, tal qual o documento da Boa Viagem confirmava. Como muitos dos jovens que se empregavam na indústria haviam interrompido os estudos para se dedicar ao trabalho, tendo concluído somente o ensino básico, nesse período eles adquiriam a formação profissional que seria útil em seu futuro na empresa e que compensaria a formação escolar limitada. Assim, a experiência de trabalho era também a ocasião para o aprendizado e a especialização em muitos ofícios num segmento bastante promissor em termos de progressão na carreira. "Neste período", informa Agier, "o trabalhador ainda não formou sua própria família e seu salário representa um complemento ou uma parte da renda familiar", o que permite empenho redobrado ou estimula a insubordinação precoce.

Por isso Agier dividiu os sujeitos que estudou entre os que progrediram na hierarquia fabril; os que não se adaptaram àquele trabalho com rapidez e, depois de enfrentarem temporariamente o desemprego, ajustaram-se; e os que procuraram cedo o sindicato, se envolveram em greves e por isso foram demitidos, se lamentando mais adiante por suas escolhas. Ocorre que Agier analisou uma geração de jovens que se beneficiou com a implantação da indústria petroquímica na Bahia e que ingressou nos mundos do trabalho quando Arantes já dava passos largos e ascendentes na carreira. A geração de Arantes não dispunha da mesma oferta de empregos industriais, tampouco vislumbrava a mesma chance de progressão profissional, o que pode ter influenciado sua disposição para se dedicar ao trabalho e evitar conflitos quando um emprego fabril não era algo fácil de se conquistar[149]. Para entender os termos da sua ascensão é preciso considerar uma de suas etapas.

Nos seus caminhos dentro da hierarquia da Boa Viagem, o posto em que Arantes parece ter ficado mais tempo foi o de contínuo. A julgar por suas próprias contas, ele entrou na fábrica em 1946 e, em "menos de um ano", ele fez um teste para assumir o posto de contínuo no escritório e foi prontamente aprovado. Porém, a primeira promoção registrada em sua carteira aconteceu apenas em maio de 1949. Portanto, ou Arantes acelerou suas promoções no manuscrito, confundido pelo sucesso da posteridade, ou sua primeira promoção se deu com alguma informalidade e talvez sem qualquer acréscimo financeiro, o que só aconteceria em 1949, quando ele foi registrado como mensalista,

---

[149] Castro e Barreto mostram que mesmo entre os petroquímicos das gerações seguintes as desigualdades raciais eram profundamente marcantes: quando não somente o racismo era mais debatido socialmente como a organização das empresas eram mais profissionais. Ver CASTRO, N. A.; BARRETO, V. S. de S. Os negros que dão certo: mercado de trabalho, mobilidade e desigualdades ocupacionais. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, v. 9, n. 2, p. 138-154, 1992.

deixando de receber por hora trabalhada[150]. De um modo ou de outro, é evidente que sua primeira promoção teve um *status* que para ele era significativo e comemorável, por menor que fosse, sobretudo se comparada ao que suas outras promoções lhe ofereceriam – e quando ele escreveu a biografia, todas elas já eram fato consumado.

É certo que em 1955 ele já não recebia o salário-mínimo e a lista que contém essa informação discrimina 30 nomes de homens e mulheres com funções pouco qualificadas no escritório[151]. E ainda que os documentos contábeis da Empório mostrem que no final dos anos 1950 Arantes já percebia bons salários, sua carteira de trabalho registra uma segunda promoção em março de 1962, mais de uma década depois de ele ter se tornado contínuo. Ou seja: entre 1947 e 1955 Arantes podia ainda ser um dos contínuos do escritório, sendo que entre 1955 e o começo da década seguinte ele ainda ocupava postos não muito graduados na hierarquia do escritório. As atividades de um contínuo demandavam contatos diversos com gente de toda a fábrica, franqueando ao trabalhador a oportunidade de lidar com chefes e colegas. É presumível que, se bem aproveitada, esta poderia ser uma grande oportunidade para muitos aprendizados – sobretudo quando já se conhece, a partir do furto no escritório em 1957, a complexidade das relações de trabalho existentes ali.

O texto de Arantes sugere que ele não se esforçou apenas para garantir o seu emprego, mas para ascender nele: "desejando progredir mais na empresa, pois à época só possuía o curso primário", escreveu ele, "resolveu se matricular num curso por correspondência, a fim de, pelo menos, concluir o curso ginasial", hoje Ensino Médio. Ele recordava-se que não podia frequentar o ginásio à noite "porque o seu horário de trabalho não permitia, pois saía da fábrica um pouco tarde", e registrou seu esforço: "naquela época era muito difícil a pessoa trabalhar e estudar simultaneamente, por isso estudava em casa nas horas vagas, tornando-se um autêntico 'auto-didático'". Adiante ele restabeleceu seu texto, "auto-didata", e o deslize não prejudica sua intenção de se mostrar profundamente comprometido com a meta de fazer-se pelo próprio esforço, o que lhe exigiu intensa dedicação à empresa, ao estudo, à família, personificando muito bem o ideal de trabalhador da Empório, cujo grande exemplo era Luiz Tarquínio, seu patrono e fundador, que descreveu tal modelo em seus *Preceitos Moraes e Cívicos*, citado na Parte I deste livro.

Depois de um ano estudando por correspondência, lamentando-se, Arantes precisou interromper seus planos de capacitação, "porque neste período

---

150 *Carteira de trabalho de Arantes*, não datado. Acervo da família Arantes.

151 *Relação de pessoal que percebe o salário mínimo*, 16 ago. 1955. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 19.

ele se casou e assim ficou mais difícil continuar os estudos", possibilidade que, pelo visto, Morena teve de descartar bem antes dele. Seu texto não esclarece se ele chegou a concluir o ginásio, porém, seus esforços individuais se mantiveram firmes e ele prossegue com sua narrativa: "Como possuía boa caligrafia, o sr. Evaldo, chefe do departamento pessoal, lhe confiou a transcrição das folhas de pagamento para os envelopes dos operários". E esse foi o argumento ao qual Arantes se aferrou para justificar sua ascensão, "como sempre foi comunicativo e dotado de razoável inteligência", continua:

> exerceu nesta empresa vários cargos, passando por quase todos os setores administrativos. Em virtude de ter uma memória privilegiada, em pouco tempo ele conhecia toda a rotina da fábrica, porque entendia desde a entrada do algodão nos batedores até o tecido embalado na sala de exposição para ser vendido.

Dedicação e esforço, competência para se expressar por escrito, boa comunicação, capacidade de inspirar confiança nos superiores, inteligência razoável e memória privilegiada são as qualidades que Arantes rogou para si sem timidez. A sua narrativa conflui para uma característica onipresente entre os sujeitos da classe operária: a valorização do estudo e da boa formação como mecanismo de ascensão social. Mas sugere uma ascensão linear que não estava garantida e teria de ser conquistada, mesmo que individualmente, sem qualquer filiação expressa ao seu lugar na classe trabalhadora. Arantes teve de abandonar a escola cedo, o que contou em tom de queixa, lamentando-se por isso, no entanto, procurou contornar essa privação reconhecendo em si qualidades valiosas nos mundos do trabalho e no que se refere à sua escalada na Boa Viagem ele com certeza não mentiu nem exagerou.

Entre o fim da década de 1950 e começo da seguinte, os diretores da Boa Viagem aposentaram o setor de pessoal para implementarem o Departamento de Relações Industriais (DRI). Um artigo publicado em 1969 na *Revista de Administração de Empresas* situa os esforços de modernização dos dirigentes da Boa Viagem. O texto informa, por exemplo, que as administrações fabris mais eficientes trataram de implementar avançados e mais complexos DRI em substituição à "antiga e menos ambiciosa seção de pessoal". Tal estudo observou 155 firmas de todas as regiões do Brasil – não é impossível que a Boa Viagem estivesse nessa lista –, verificando que todas elas possuíam tal departamento. Ou seja, se a Boa Viagem não tinha condições de investir em novos teares, era preciso aprimorar o entrosamento com os seus trabalhadores. O papel do DRI no organograma de cada empresa era variável, mas ele poderia estar ao lado

dos departamentos de vendas, de produção e financeiro, ou sob uma gerência ou diretoria administrativa. Ainda assim, o DRI nunca chegava a alcançar a importância dos setores de vendas e de produção, "consideradas por muitos como as funções fundamentais na indústria", o que diz muito sobre a posição que Arantes alcançaria neste setor elevado, onde ele inclusive se tornaria chefe[152].

Nem todos os detalhes da progressão de Arantes ali são conhecidos, mas o acervo da companhia permite compará-lo com outros trabalhadores e até com alguns colegas bem próximos dele. Em agosto de 1955, quando tinha quase dez anos de serviço, ele já não recebia o salário-mínimo, uma informação expressiva quando se tem em mente que quase 80% dos trabalhadores da Boa Viagem foram remunerados com o mínimo naquele mês[153]. Em termos salariais isso ainda não era um grande avanço para Arantes, porque o mínimo nacional era de Cr$2.400,00 e pouco tempo antes um contramestre qualificado da Boa Viagem recebia Cr$ 2.574,00, mas já era um incremento que o situava entre uma minoria da fábrica[154].

Se não é possível precisar quando Arantes começou a trabalhar no escritório, é certo que ele passou por mais de um setor ali[155]. Em maio de 1959 Arantes ainda era um mensalista, o que sua carteira de trabalho indica que ele alcançara havia dez anos e já era uma distinção para pouquíssimos ali[156]. O salário dos mensalistas não estava condicionado a critérios objetivos de produtividade, como acontecia com o pessoal da tecelagem ou da fiação, o que não significa que não precisassem comprová-la, mas eles quase sempre trabalhavam no escritório ou no departamento médico e na escola, mais próximos de chefias, portanto.

A discrepância entre a renda de Arantes e a dos demais trabalhadores se tornou patentemente elevada em 1959, quando ele passou a receber Cr$ 9.600 cruzeiros mensais, mais que o dobro do salário-mínimo de então. Essa já era uma diferença enorme entre ele e os trabalhadores do chão da fábrica, mas entre os trabalhadores do escritório ainda não era tão marcante como viria a ser. Nos anos 1950, pelo menos em uma têxtil paulista, a quantidade de trabalhadores que progrediam muito no emprego era ínfima, apenas 2,3%, e naquele

---

152 CORDEIRO, L. L. Relações industriais: visão panorâmica. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 62, 1969.

153 *Relação de pessoal que percebe o salário mínimo*, 16 ago. 1955. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 19. Para valor do salário mínimo, ver https://www.portalbrasil.net/salariominimo/.

154 *Operários admitidos para montagem de máquinas que poderão ser aproveitados*, nov. 1955. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 19.

155 *Ordenação das categorias para mensalistas*, não datado. cx. 18.

156 *Pessoal mensalista*, maio 1959. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 17. Usada no parágrafo seguinte.

ramo o mais comum era que a trajetória de um trabalhador se mantivesse costurada ao seu primeiro posto, o que muitas vezes sequer era uma escolha sua[157]. No fim da sua primeira década trabalhando na Boa Viagem, Arantes já podia ser considerado uma exceção ali.

O gerente que perseguiu Vevé poucos anos antes, por exemplo, Luiz Carlos, recebia a mesma remuneração de Arantes. Nelito, que começou a trabalhar na Boa Viagem oito anos antes de Arantes e também não concluíra os estudos, recebia só um pouco a mais: Cr$ 10.000[158]. Eunice, dona da mesa de onde o dinheiro foi furtado em 1957, recebia quase a metade, Cr$ 5.500,00, quando ela e Arantes, ambos criados na vila e filhos de operários, moravam porta com porta e tinham a mesma idade. Por sua vez, José Calazans, com formação de nível superior e chefe da contabilidade, recebia Cr$ 14.000,00 mensais. E um detalhe distinguia Calazans: por ter diploma em contabilidade, seu nome era precedido pelo título de "doutor".

Em 1960 Arantes já estava alocado no setor da fábrica que melhor remunerava seus funcionários, considerado o "fundamental", o setor comercial, ou de vendas, e recebia um dos maiores salários de lá: Cr$ 10.700. Então, a remuneração média dos funcionários do setor de pessoal era a metade dos vencimentos de Arantes. As três secretárias da diretoria recebiam Cr$ 5.800, Cr$ 6.500, Cr$ 8.800 cruzeiros, e o advogado e o médico da fábrica recebiam 12 mil cruzeiros, apenas um pouco a mais do que Arantes. Nessa mesma ocasião, Nelito percebia 12 mil cruzeiros e José Calazans, 17 mil[159]. Daí para frente a progressão de Arantes atingiu seu ápice e ele sempre esteve disparado entre os mais bem pagos da fábrica.

Na segunda quinzena de março de 1963, Arantes era o terceiro mais bem remunerado de uma lista com 70 nomes de funcionários, gerentes, médicos, serventes e contínuos da fábrica. Ele recebia Cr$ 23.040, uma renda superior às de Nelito e José Calazans e 11 vezes maior do que recebia um servente do escritório[160]. Em 1965 a administração da Boa Viagem ranqueou 45 nomes de funcionários com ganhos salariais iguais ou superiores a 600 mil cruzeiros no ano anterior, uma soma que, se comparada aos rendimentos anuais anteriores dessas mesmas pessoas, revela a inflação galopante do período e que os altos funcionários da Boa Viagem tinham sua renda menos corroída pela inflação

---

157 PEREIRA, 1979; ANDREWS, 1998.

158 *Ordenação das categorias para mensalistas*, não datado. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

159 *Vencimentos aprovados*, 7 jul. 1960. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 19.

160 *Folha de pagamento do pessoal mensalista correspondente à segunda quinzena de março de 1963*, não datado. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

do que aqueles que recebiam o salário-mínimo. Essa lista coloca Arantes como o 12º funcionário mais bem remunerado, ultrapassando dois funcionários que começaram a trabalhar no escritório bem antes dele: Nelito, que era o 15º, e José Calazans, o 17º – indício de que nem sempre os números estiveram do lado do contador, embora ele fosse chamado de "doutor", enquanto Arantes seria "Seu Arantes" e olhe lá[161]. De acordo com registros feitos em sua carteira de trabalho, em de novembro de 1965 Arantes se tornou chefe de compras da Boa Viagem, o maior cargo que ele viria a exercer ali.

Ou seja, se no final dos anos 1950 Arantes ainda ascendia na carreira e não obtinha vencimentos equiparáveis aos de colegas como Nelito, entre 1960 e 1964 ele ultrapassou a renda desse colega e de outro que tinha até diploma de nível superior, o que lhe garantia mais *status*, apesar de um salário ligeiramente menor. Os documentos não explicam como Arantes se credenciou para tanto, mas não deixam dúvidas sobre seu sucesso numa conjuntura de radicalização política, nada favorável aos trabalhadores, e quando a empresa envidava esforços modernizadores. Em 1957, quando foi investigado o furto em seu escritório, a Boa Viagem ainda mantinha o setor de pessoal ativo, mas nos anos 1960 vários de seus documentos passaram a ostentar a chancela do inovador DRI e a quantidade deles também parece ter crescido: tabelas, listas e pesquisas internas foram elaboradas, sinalizando os esforços patronais para salvar a fábrica. Essa documentação mostra que a ascensão profissional de Arantes foi simultânea à tentativa de modernizar a empresa por parte de seus diretores e ele galgou uma posição destacada no setor considerado fundamental para a fábrica.

O quadro de funcionários bem remunerados da Boa Viagem em 1964 chama atenção por outro "detalhe": entre os 45 nomes listados, constam apenas sete mulheres, o que corresponde a 16% da amostra. Eunice era a mais bem colocada entre elas, na 26º posição, enquanto as outras se posicionavam entre as 31ª e 34ª posições, na 36ª e na 41ª. Por outro lado, a lista com os nomes de quem recebia salário-mínimo em 1955 contém 816 nomes, sendo que 68% dela era composto por mulheres. Mesmo que as mulheres fossem a grande maioria entre os trabalhadores da Boa Viagem, elas recebiam menos e isso não parece casual. A lista com os nomes de quem recebia o mínimo está dividida por setor da fábrica e é possível perceber que quanto mais inicial era o estágio da produção de tecidos mais mulheres ele concentrava. Portanto, elas não

---

[161] *Relação dos empregados que no exercício de 1964 perceberam salário igual ou superior a Cr$ 600.000,00*, 27 mar. 1965. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18. Usada no parágrafo seguinte. Ver também *Ordenação das categorias para mensalistas*, não datado. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

somente recebiam menos, como eram destacadas para trabalhar nas etapas iniciais da produção. E mesmo aquelas que conquistaram um espaço no escritório foram preteridas por homens com formação igual – como era o caso de Arantes e Nelito, se comparados à Eunice. E já é cediço que Arantes entrou na Boa Viagem como ajudante na fiação e não tanto tempo depois se orgulhava de conhecer todo o funcionamento da fábrica, sendo muito bem remunerado no setor comercial.

Se o fato de ser homem contribuiu para o ascenso de Arantes na Boa Viagem, a cor de sua pela parda – ou morena, como talvez ele preferisse – pode não ter sido um entrave definitivo. É mesmo uma pena que a sua visão retrospectiva o tenha inspirado a concentrar sua narrativa nas suas conquistas e predicados, "esquecendo" de mencionar as barreiras que enfrentou. São muitas as fontes da Boa Viagem que evidenciam a factualidade de seu sucesso, mas é possível apurar os desafios que estavam em seus caminhos sem abusar da imaginação histórica.

Os registros sobre o cotidiano de Salvador que Thales de Azevedo produziu dão pistas sobre o que Arantes enfrentou para ascender na Boa Viagem. Suas notas informam que trabalhadores de pele escura eram admitidos em escritórios de empresas chefiadas por alemães, suíços ou ingleses, sem alcançar postos de importância – os alemães até "se mostravam muito bons para os seus auxiliares de cor", apesar de não gostarem quando um deles aprendia seu idioma, explica Azevedo[162]. O idioma era uma barreira de comunicação que garantia a privacidade dos chefes em assuntos que não queriam ser entendidos – comentários racistas, por exemplo – e quem cruzasse essa barreira poderia desrespeitar a tolerância dos superiores: o limiar entre o esforço e a ousadia era bastante estreito para os trabalhadores.

Não era fácil para alguém da geração de Arantes e de pele não branca ascender profissionalmente em Salvador nos anos 1950, uma cidade racializada, cheio de preconceitos e com muitas regras sociais não verbalizadas. A percepção de Azevedo era a de que firmas brasileiras eram até mais rígidas que as de estrangeiros: "Não são acessíveis aos elementos de cor". Ele notou que as grandes lojas de tecidos da capital baiana preferiam empregar vendedores com a dita "boa aparência", porque os fregueses não gostavam de ser atendidos por vendedores de pele escura. A mesma realidade se repetia no serviço bancário da cidade, onde pessoas de pele escura não faziam carreira. Ainda que diretores e gerentes dos bancos locais fossem todos brancos, "mais ou menos *finos*", segundo Azevedo, pardos trabalhavam ali. Em duas agências bancárias

---

[162] AZEVEDO, 1996, p. 83-87. Usada nos parágrafos seguintes.

ele contabilizou 13 "mulatos claros e morenos", dois "mulatos escuros" e 21 "brancos". "É óbvio", prossegue Azevedo,

> que a estagnação de certos empregados em funções de pouca importância ocorre, na maioria dos casos, por conta de incompetência, sabido que na Bahia em passado ainda próximo destinavam-se ao comércio os jovens que não queriam fazer o curso secundário ou que se mostram incapazes de o seguir [...] o grande contingente dos pequenos empregados é composto, além daqueles, dos jovens de cor oriundos de famílias pobres e de baixo nível de instrução[163].

Apesar da forte resistência formada pelas barreiras de cor, o comércio era um ramo com alguma margem para o crescimento profissional de pessoas da pele mais escura:

> na posição de comerciantes, a maioria é de brancos; na posição de empregados ou comerciários a grande maioria é de cor, mas de cor clara. Essa a explicação para o fato de ser a profissão de comerciante uma daquelas em que predominam fortemente os brancos, em parte porque a ascensão social nesse setor depende de recursos financeiros, de que os grupos socialmente inferiores não dispõem.

Sendo um setor pouco prestigiado pelas elites e classes médias brancas, o comércio se tornava ligeiramente mais dinâmico para pessoas de cor, mas os limites da ascensão das pessoas de cor no comércio não eram justificados apenas pela falta de um capital financeiro inicial e suas brechas eram estreitas: trabalhadores pardos como Arantes tinham possibilidades limitadas de ascensão numa carreira que dependia do legado de capitais hereditários (sociais, físicos, financeiros). Não era algo impossível de se ver, mas os informantes de Thales de Azevedo tiveram dificuldade para indicar "nomes de mais de três ou quatro pessoas de cor com posição destacada no comércio", e umas delas poderia ser Arantes, que trabalhava em uma das maiores empregadoras daquela praça.

Luiza Bairros analisou anúncios de empregos publicados na imprensa local entre 1950 e 1980 e em 22% de sua amostra ela encontrou a exigência expressa de boa aparência dos candidatos – o que não elimina a possibilidade de esse critério estar, implicitamente, presente nos demais. Bairros encontrou

---

[163] AZEVEDO, 1996.

maior incidência do requisito de boa aparência no ramo comercial e de serviços ou quando o contato com altos e médios estratos da população, "geralmente formado por brancos", era mais acentuado. Ela encontrou casos em que a "cor branca" era uma condição capital para o trabalho de balconista na década de 1950 e percebeu que com o tempo a expressão "boa aparência" foi se tornando mais frequente, "especialmente para as ocupações do comércio e administrativas". Ela concluiu que, "mesmo em períodos de expansão das oportunidades de emprego, as exigências quanto às características raciais do trabalhador, ainda que mascaradas, não deixam de ter um peso específico relevante, reforçando o favoritismo pelo trabalhador branco"[164].

Portanto, Arantes tinha algumas brechas para explorar na ascensão profissional que almejava: sua pele não era preta, mas parda; embora não tivesse muito estudo, dominava as letras e se dedicava bastante ao serviço; era homem, àquela altura casado e logo, logo com filhos; e apesar de não ter padrinhos influentes, se esforçava para construir boas relações com os chefes e colegas. Com algumas ressalvas, ele estava próximo dos "grupos de prestígio" definidos por Thales de Azevedo. Arantes esteve longe de se tornar alguém do gabarito social de políticos e personalidades públicas, artistas renomados ou intelectuais e professores universitários que Azevedo reuniu sob o termo, mas compunha um grupo de prestígio circunscrito aos mundos do trabalho de Salvador.

Azevedo contou a história de "um mulato escuro que começou a trabalhar em profissões muito humildes e penosas", mas cuja situação social só "veio a melhorar quando um político influente soube que ele era filho de um seu amigo, branco". A partir disso, o trabalhador "logo passou para um serviço de escritório, que lhe deixava tempo para estudar, até que se diplomou pela universidade". Outro sujeito ouvido por Azevedo entendia que as "vantagens de que gozou desde menino foi o fato de seu pai ser branco, apesar de modesto, porém muito amigo dos políticos da pequena localidade em que vivia"[165]. Nada indica que Arantes tenha herdado do pai ou da mãe padrinhos brancos e influentes que intercedessem por ele, para facilitar, por exemplo, sua tentativa de conciliar o trabalho e os estudos ou sua ascensão no escritório. A rede que ele herdou do pai pouco lhe alcançou e a de Dona Laura era composta por trabalhadores da fábrica e vizinhos – muitos deles pretos, inclusive. Portanto, não foi fácil para Arantes chegar aonde chegou e como ficará

---

[164] BAIRROS, L. O negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980. *In*: REIS, J. J. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade*: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense; Rio de Janeiro: CNPq, 1988. p. 319-320.

[165] AZEVEDO, 1996, p. 77.

evidente nas próximas páginas, sem negligenciar as boas relações com diretores e patrões, ele não se afastou das raízes e redes familiares que o mantinham extremamente ligado à vila operária.

E ainda sobre os critérios que podem ter favorecido sua ascensão, a documentação da Boa Viagem expressa muito bem algumas diferenças que caracterizavam os trabalhadores do escritório. Não é possível estabelecer um quadro preciso sobre a cor da pele das pessoas que trabalhavam ali, mas chama atenção que na amostra oferecida pelas investigações sobre o furto de 1957 quase todos tenham sido considerados "brancos", o que demonstra o quanto um padrão social "branco" era valorizado. Sobre isso os métodos micro-históricos que inspiram esta pesquisa oferecem dois exemplos elucidativos.

Quando compareceram à delegacia para testemunhar sobre o furto de 1957, Nelito foi descrito como "pobre" e Calazans como alguém de "condição econômica regular". Como àquela altura a diferença salarial entre eles não era muito discrepante – como demonstrado parágrafos atrás –, é possível que suas origens familiares ou mesmo sua escolaridade tenham influenciado essa classificação: não foi possível apurar se Calazans era filho de operários da Boa Viagem e é certo que, distintivamente, ele obteve um diploma, ao contrário de Nelito que, assim como Arantes, cresceu na vila e não chegou a completar o antigo segundo grau. E nessa mesma ocasião, se estavam hierarquizados por critérios socioeconômicos, ambos foram classificados como "brancos". Mas quatro antes, em 1953, quando ainda era secundarista e não ocupava um alto cargo na Boa Viagem, o mesmo Calazans compareceu à polícia por motivo semelhante e foi classificado como "pardo". Nesses episódios, Calazans e Nelito compareceram à delegacia na condição de testemunhas, sem que suspeitas incidissem sobre eles, o que também influenciou as categorizações da polícia[166].

Segundo Azevedo, muitas pessoas classificadas como brancas no setor de identificação da Polícia Civil nos anos 1950, eram "provavelmente mestiças de diversos tipos" e "a mesma confusão ocorre com os denominados mulatos, pardos e morenos". Ele tomou nota dos critérios de uma funcionária que trabalhava naquele órgão policial:

> 'mestiço' é o descendente de negro com mulato; 'pardo' é filho de mulato com branco; o 'mulato' deriva de branco com preto, podendo ser claro, mas tem sempre os lábios grossos e arroxeados pela pigmentação; 'moreno' é o mulato fino e 'preto' o indivíduo de traços acentuados de negro[167].

---

[166] *Depoimento*, 2 jun. 53. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-159-19, f. 5.

[167] AZEVEDO, 1996, p. 39-40.

Azevedo não disse se chegou a ouvir dessa funcionária qualquer referência à influência de fatores socioeconômicos nesse emaranhado de classificações, mas essa foi uma conclusão que ele próprio sustentou ao concluir seu estudo. E antes dele, Donald Pierson também. Ambos consideram que a categoria "branco" atribuía prestígio a uma pessoa, em contraste com "preto", que poderia significar uma pessoa de *status* inferior. E entre os "brancos" e "pretos" existiam, como se vê, algumas classificações instáveis e muito imprecisas. Porém, ao contrário do que ambos sugerem, isso não atenuava qualquer preconceito de cor, ressaltando apenas diferenças de classe e *status*, mas criava estigmatizações e preconceitos bastante racializados e racistas, afinal, prescrevia posições de subalternidade à gente de cor.

Nem sempre as fontes disponíveis a esta pesquisa contêm referências à cor da pele dos sujeitos apresentados, e quando as informações aparecem, elas estão cheias de ambiguidades e das hierarquizações decorrentes delas. Esse é o caso das duas menções à cor de José Calazans: a delegacia em que ele compareceu era a mesma, mas o comissário de polícia e o escrivão, não; tampouco o próprio Calazans. Portanto, o olhar que definiu os termos físicos com que ele foi classificado variou ao longo do tempo e, desde que conquistou diploma e uma chefia em grande fábrica da cidade, o próprio Calazans já não era o mesmo e é impossível desconsiderar que sua ascensão exercesse alguma influência nisso. Algo parecido, mas sob outros critérios, parece ter acontecido com Nelito: na delegacia em 1957 ele foi considerado branco, mas quando tirou a sua segunda carteira de trabalho, em 1969, foi registrado como moreno[168]. No fim da década de 1960, Nelito galgara promoções no emprego e não foi "embranquecido" na repartição trabalhista, sinal de que as lentes policiais tendiam a clarear a pele daqueles de quem não suspeitava – e, em contrapartida dedutível, a escurecer a pele de eventuais suspeitos ou criminosos. Uma fotografia de Nelito, batida em 2004 num dos portões da vila, mostra que a sua condição de "branco", assim como a de Arantes, Calazans e outros trabalhadores de Salvador, poderia ser instável diante de seus contemporâneos e depender de critérios ou contextos diversos.

---

168 *Carteira de trabalho de Nelito Mendes*, não datado. Acervo da família Mendes.

FIGURA 30
Nelito Mendes, considerado "branco" ao comparecer à polícia em 1957

Fonte: CELESTINO, Mônica. Memória da Bahia II, publicado em 2004.

O posto de trabalho no escritório da fábrica pode ter "embranquecido" esses trabalhadores aos olhos de algumas pessoas com quem eles cruzaram: na delegacia ou em repartições públicas diversas, na vila ou pelas ruas da cidade. E nesse mundo racializado, racista e de classificações instáveis, onde a cor da pele se vinculava a critérios comportamentais, sociais, materiais, Arantes carregava na pele não branca a marca de seus esforços constantes para fugir de estigmas e progredir no emprego. Afinal, as variações de classificação sobre a cor da pele dos trabalhadores não eliminavam o peso dos preconceitos, mas reforçava hierarquias, o que com alguma recorrência inspirou a população não branca e de pele menos escura a uma busca por adequação a um padrão que nem sempre os acolheria.

Ainda há outra característica que poderia exercer grande influência na vida e nos diferentes destinos desses três trabalhadores, que também pôde ser minimamente alcançada por esta pesquisa: o temperamento e a capacidade que eles possuíam de interagir positivamente com os demais. O depoimento de uma antiga operária da Boa Viagem é perfeito para perceber isso.

Antônia Souza de Almeida nasceu quatro anos antes de Arantes e começou a trabalhar na Boa Viagem em janeiro de 1945 como servente no setor de fiação, o mesmo serviço para o qual Arantes seria contratado em dezembro do ano seguinte, por isso, é impossível que eles não tenham se cruzado por ali. Dona Antônia desempenhava a mesma função em 1955 e seu nome é o 678º de uma lista com pouco mais de 800 pessoas remuneradas com o salário-mínimo, quando Arantes já era contínuo do escritório[169]. Ela trabalhou na Boa Viagem até fevereiro de 1975 e se aposentou sem qualquer anotação negativa em sua carteira de trabalho, carimbada e assinada em mais de uma ocasião pelo mesmo funcionário que recrutou Arantes para o escritório, o senhor

[169] *Relação de pessoal que percebe o salário mínimo*, 16 ago. 1955. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 19.

Evaldo. Nesse documento, que também possui uma fotografia 3x4 dela, Dona Antônia foi considerada parda[170].

FIGURA 31
Recorte da carteira de trabalho de Antônia Souza de Almeida

Fonte: acervo da família Almeida.

Em 2019, aos 92 anos, ela se lembrava de lances marcantes de sua vida ali: "fui trabalhar enrolando fio, pesado, trabalhava de pé o tempo todo [...] Enrolando fio, enrolando fio. Preenchia um rolo desse tamanho assim [...] E era produção *pra* ganhar, viu?", disse para explicar que não possuía um salário regular, informação confirmada por sua carteira de trabalho, onde ela aparece como empreiteira[171]. "Eu sofri, meu filho, eu era um pouco mole", confidenciou com humor. Suas memórias retêm *flashes* do contato com patrões, chefes e colegas, e mesmo influenciadas pelo tempo, não possuem apenas nostalgias e piadas, mas críticas e a marcação de diferenças. Sobre João Tarquínio, ela contou:

> Não falava com ninguém, não. Ele se destacava muito, viu? Porque ele era *mutcho* grande e só andava de branco [...] só andava de paletó. Meu filho, mas o cara tinha uma cara tão feia, viu? Tenha coragem, viu! Ele não era bonito não [...] Com a cara toda estabocada [...] Era diferente a pele dele. E o nariz dele? Era horrível.

---

170 *Carteira de trabalho de Antônia Souza de Almeida*, consultada pelo autor em 9 set. 2019.

171 Entrevista com Antônia Souza de Almeida, 9 set. 2019.

Ao descrever por vontade própria o antigo patrão, Dona Antônia desenhou no ar o tamanho caricato do nariz de João Tarquínio e gargalhou bem-humoradíssima. Perguntada, respondeu que João Tarquínio era branco, tal como as roupas que apreciava usar.

FIGURA 32
João Tarquínio[172]

Fonte: Sociedade Beneficente 24 de Julho.

Dona Antônia também se lembrava de outros sujeitos apresentados nessas páginas. Sobre Arantes ela tinha pouco a falar, se recordava que ele era "magrinho" e não o alvejou com pilhérias: "eu não tenho o que dizer dele não, porque as pessoas que ele era amigo, ele era amigo, quando não tinha intimidade, também não tinha, ele vivia a vida dele". Para ela, Nelito era "boa praça" e do contador Calazans, que morava numa casa maior, também oferecida pela fábrica, mas fora da vila, ela não gostava tanto: "era um cara importante que não falava com ninguém [...] era chefe, morava bem e o pessoal naquele tempo era assim, só porque era chefe se achava superior, mas isso nunca me incomodou, não".

Tais impressões sobre Nelito e Calazans podem encontrar respaldo em declarações deles mesmos. Quando esteve na delegacia em 1957, Calazans fez questão de registrar que seu serviço não tinha ligação com os trabalhadores ("não tendo contato com eles"), o que não escapou aos olhos e à memória de Dona Antônia[173]. Em oposição franca ao contador diplomado, ela lembrou de

[172] *Relatório da Sociedade Beneficente 24 de Julho (1938/1939)*, [1939]. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 22.

[173] *Depoimento de José Calazans*, 19 out. 57. APEB, Seção Judiciária, Autos Criminais 205-167-162, f. 30.

Nelito e Arantes com camaradagem, o que não devia escapar aos olhos da direção – ou não é verdade que o próprio Nelito prestava favores a João Tarquínio, abastecendo sua geladeira com cervejas, quem sabe, até compartilhando uns copos?

Calazans, pelo menos segundo as lentes desta trabalhadora, era o oposto disso, transitando pela fábrica com distanciamento. Já Arantes, mesmo reservado ou distante, era alguém que conseguia se manter equilibrado, sem conquistar antipatias, o que lhe permitiu alcançar responsabilidades e salários maiores, que correspondiam à confiança que ele inspirava nos superiores, sem desligar-se dos colegas e vizinhos. Está claro que muitas características distinguiam Arantes, Nelito e Calazans e somente o conjunto delas pode ajudar a entender as razões de, em 1964, Arantes ter alcançado o 12º melhor salário da fábrica.

FIGURA 33
Na fotografia, talvez registrada durante um batizado, Arantes está ladeado por uma senhora de preto não identificada, por Dona Dona Doninha e por José José Calazans, que aparece à direita

Fonte: acervo da família Arantes.

Arantes foi bem específico na hora de tratar do maior posto que ele alcançou na Boa Viagem: "exercia o cargo de chefe de compras, subordinado diretamente ao sr. Antônio Ruas, diretor comercial da fábrica". Suas tarefas estão

impressas em um manual de procedimento que define suas incumbências ali: ele executava tarefas amplas e bem definidas, de caráter executivo, fiscal, logístico e contábil, assessorava os superiores, indicando pessoas a serem contratadas e desvios de quem merecesse punição. Eis algumas das outras obrigações de Arantes como chefe de compras:

> (1) Processar os pedidos internos de venda. (2) Assegurar o entrosamento entre o Depósito de Produtos acabados e o Faturamento. (3) Controlar os despachos de mercadorias, zelando para que as entregas se façam dentro dos prazos previstos. (4) Elaborar correspondência referente aos assuntos de vendas, mantendo estrito contato com vendedores e agentes. (5) Colaborar na preparação do Programa de Produção. (6) Analisar as vendas por produto e por praça. (7) Organizar a tomada de preços de fornecedores. (8) Emitir os pedidos de compra. (9) Zelar para que os fornecedores cumpram os prazos da entrega. (10) Organizar, dirigir e fiscalizar o serviço de transportes externos da Companhia. (11) Zelar pelo cumprimento rigoroso de todas as instruções anotados neste Manual[174].

Essas tarefas, além de colocá-lo em constante interação com setores variados da fábrica – e ele fez questão de garantir que conhecia todos –, lhe abriam muitas janelas para os mundos de fora da fábrica: ele se reunia com representantes de lojas da cidade para negociações, trocava cartões e cumprimentos, contactava fornecedores e compradores de fora da cidade, recebia e fazia chamadas telefônicas e talvez até participasse de eventos regados com boa comida e boa bebida, onde era necessário entabular conversas profissionais ou sobre amenidades – onde, quem sabe, ele pode ter lidado com a prosápia de alguém da elite soteropolitana. Ou seja, como notou Thales de Azevedo, Arantes estava em uma posição na qual os critérios que validavam uma boa aparência, um bom trajar, uma fala articulada e sem vícios tinham destacado relevo, e ele era testado a todo o tempo a partir de critérios múltiplos. Outro detalhe que merece realce: embora participasse do planejamento produtivo da empresa, nessa chefia Arantes não exercia controle direto sobre muitos outros trabalhadores, que tivessem, por exemplo, de responder a ele por sua produtividade. Sua gerência mais rigorosa sobre trabalhadores se resumia às tarefas que envolviam o armazenamento e o despacho de mercadorias.

E claro, caso se saísse bem, podia abastecer a sua própria carteira de clientes. Nesse ambiente, pessoas de cor escura – mas não tanto, como Azevedo

---

[174] *Tarefas Principais – Diretor Comercial – Chefe de Vendas*, não datado. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 37.

apurou – poderiam ser bons concorrentes para os brancos se demonstrassem empenho, podendo até superá-los em alguns cargos. Arantes pintou sua autobiografia com bastante dedicação ao trabalho e ele não tinha a pele tão escura a ponto de ser "impedido" de chegar a tal colocação. E, como também notou Luiza Bairros, esse não teria como ser um caminho fácil.

Arantes não concentrou sua narrativa nos problemas que enfrentou, mas isso não impede que a pesquisa histórica perceba os conflitos que ele viveu e as hierarquias que precisou contornar. Ele escreveu que recordava "com muita satisfação alguns fatos que ocorreram com ele na fábrica", e escolheu uma história bem ilustrativa para colocar no papel. O episódio concentra muitos elementos que explicam as relações desenvolvidas por ele no escritório, os seus orgulhos e as ferramentas de afirmação que ele possuía no início de sua vida adulta. E como sua narrativa orgulhosa foi ensejada por uma ilustrativa intercorrência médica, é necessário analisá-la desde antes do agravamento do seu quadro, lance a lance.

Enquanto esteve subordinado ao diretor comercial da fábrica, Arantes contou que dispunha de "total confiança e autorização para fechar negócios vultosos na área de compras, pois os pedidos eram assinados por ele e o sr. Ruas", distinção notável para este trabalhador. Mas no início de 1968, ele precisou se submeter a uma cirurgia no joelho, "a fim de extrair os meniscos, devido a uma contusão, jogando basquete". Ele não usou uma exclamação para pontuar este trecho, mas bem que poderia, uma vez que o infortúnio, como fez questão de esclarecer, decorria de sua simpatia por uma prática esportiva não tão popular em Salvador, que o diferenciava dos próprios irmãos inclusive: o mais velho preferia o futebol e, na releitura que Arantes fez da história familiar, isso preocupava sua tão atarefada mãe – e não custa insistir que essa distinção criada por Arantes, na qual os esportes representam valores opostos, é uma busca por afirmação.

Enquanto o futebol era jogado em Salvador desde os anos de 1910 em muitos campos espalhados pela cidade, o basquete era mais recente, da década de 1930, e era mais comum nos clubes, colégios e entidades recreativas. As lembranças de um memorialista registram um campeonato amador em 1937, no Clube Bahiano de Tênis, que mobilizou "dois membros da elite local, cujo riqueza se assentava na posse de fábricas têxteis": Lulu Tarquínio e Betinho Catharino. Segundo essas memórias, à época "quase todos os colégios construíram quadras de bola ao cesto"[175]. Nos anos 1950, o basquete continuava

[175] LEAL, G. da C. *Pergunte ao seu avô*: histórias de Salvador, cidade da Bahia. [*S. l.*: *s. n.*], 1996. p. 133-136, 141-146.

sendo uma prática mais elitista, confirmando que em Salvador os esportes guardavam distinções sociais e raciais. Thales de Azevedo descreveu amantes do basquete nas classes média e alta de Salvador, em jogos reservados às quadras bem construídas de clubes de elite, e com presença residual de pessoas de cor[176].

O gosto peculiar de Arantes e os hábitos esportivos praticados na cidade revelam algumas distinções sociais e nisso não há qualquer novidade para os estudos sobre as classes trabalhadoras no Brasil. Raro, porém, é o flagrante de alguém praticando o mais refinado *basket-ball* sob o sol quente de Salvador, com os pés descalços e ostentando uma estatura mediana de quem só alcançaria a cesta com saltos vigorosos e um tremendo esforço atlético – o que justifica as lesões reivindicadas por Arantes. Raro, mas não impossível.

O gosto diferenciado de Arantes podia ser "provado" com fotos e cicatrizes, ao contrário de sua intensa relação com o futebol, omitida em sua biografia. Muitos anos depois dessas fotos, umas de suas características mais lembradas por pessoas próximas a ele seria sua paixão incondicional pelo rubro-negro soteropolitano: gratuitamente, comentários sobre sua relação com o futebol aparecem em fotos de Arantes publicadas por suas filhas em redes sociais. Mas quando ele empunhou a caneta que registraria sua vida em papel, de olho na posteridade, o assunto tornou-se de somenos importância. Quando ele redigiu seu manuscrito nos anos 2000, o basquete não se tornara um esporte popular, mas uma mãe pobre que identificasse dotes futebolísticos no filho, em vez de se preocupar, poderia até sonhar com uma promissora carreira de profissional para o menino. Essa cesta de três pontos que Arantes cravou em sua autobiografia é mais uma demonstração das distinções que ele reivindicava para si, sempre de olho no respeito que pretendia se outorgar.

FIGURA 34
Arantes jogando basquete

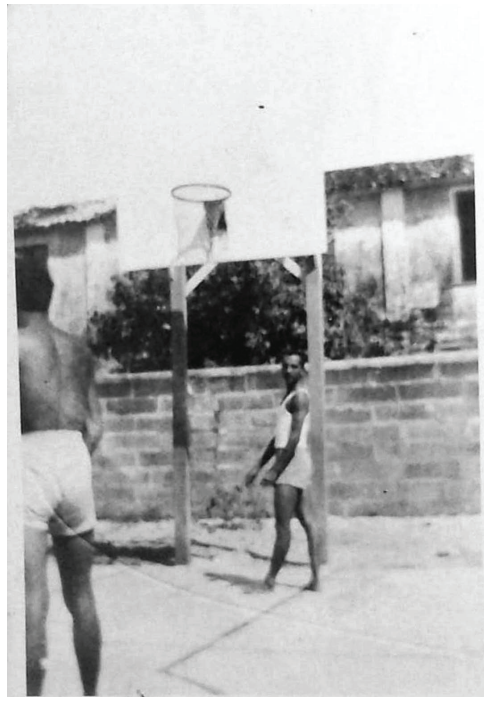


Foto: acervo da família Arantes.

[176] AZEVEDO, 1996.

Ocorre que o basquete é um esporte praticado coletivamente e Arantes tinha colegas que compartilhavam com ele esse gosto. Eles até posaram juntos para uma foto e nesse escrete Arantes não se destacava, por exemplo, em termos de estatura, roupas ou cor da pele, e a quadra em que eles estavam, contígua à vila, fora construída pelos administradores da fábrica justamente para entreter os trabalhadores, onde havia também uma área destinada ao futebol.

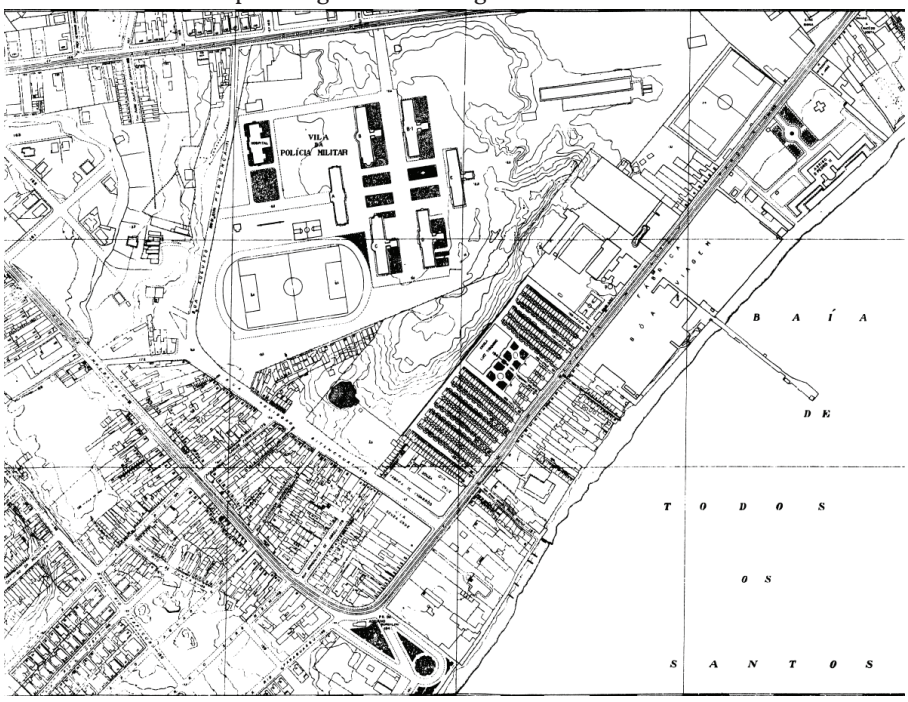
FIGURA 35
Agora entre amigos, Arantes é o terceiro da esquerda para direita

Fonte: acervo da família Arantes.

Apesar de ser amplamente lembrado, o gosto de Arantes pelo futebol não mereceu uma citação sequer na sua biografia. A única vez em que ele mencionou o tema foi para situar um rápido interstício profissional, cuja referência cronológica foi a Copa do Mundo de 1986, mas sem declarar qualquer paixão. Também não resta dúvida de que ele praticou basquete na juventude – e tinha até fotos, cicatriz e eventuais laudos médicos para comprovar. Mas se o basquete não era tão elitista como indicam alguns observadores e memorialistas, já que era praticado também pelos trabalhadores da Boa Viagem e num anexo da própria vila, o tratamento que Arantes conferiu aos esportes em seu manuscrito revela sua seletividade e sua busca por módicas distinções – afinal, em Salvador o basquete nunca foi um esporte popular como foi, e ainda é, o futebol.

Essa escolha narrativa de Arantes – em parte manifestada ao longo de sua vida, como indicam as fotos – converge para os argumentos que percorrem este livro: os atributos que fariam dele um trabalhador bem-sucedido não podem ser analisados separadamente, tampouco se pode superestimar algum deles. Seria pouco inteligente procurar exclusividades excepcionais no seu comportamento e na sua trajetória, e sua progressiva ascensão profissional e social só pode ser aquilatada a partir da observação do conjunto de experiências, características e relações que contribuíram para tanto. Só assim é possível entender os valores que ele, progressivamente, aprendeu a mobilizar para construir e expressar a imagem através da qual se afirmava.

FIGURA 36
Mapa da região da Boa Viagem na década de 1955



Fonte: Atlas Parcial da Cidade do Salvador (1955).

E como bom jogador, Arantes sabia se posicionar em campo – em quadra, aliás. Depois de se afastar do serviço por razões médicas, ele – o titular da vaga – descobriu o quanto era diferenciado aos olhos dos superiores, ou aproveitou para, novamente, afirmar-se em sua autobiografia. Ele contou que durante o seu afastamento a empresa designou um auxiliar para exercer algumas de suas tarefas. Ao retornar da licença, o senhor Ruas não teria perdido a chance de reconhecer e confirmar as distinções de seu funcionário imediato, motivando-o ao lhe segredar que: "o auxiliar que lhe substituiu ficou reclamando porque ele [o auxiliar] não assinava os pedidos de materiais", teria confessado o senhor Ruas a Arantes. Ele então imprimiu o seu melhor sorriso no manuscrito: "precisou o sr. Ruas esclarecer que além de Arantes ser um funcionário de confiança da diretoria, possuía uma procuração com poderes para assinar cheques, pedidos de materiais etc.", foi que o diretor teria dito ao auxiliar.

O tratamento diferenciado que Arantes recebia dos superiores gerava pequenos incômodos entre seus pares, mas era algo que ele conquistou com anos de dedicação às demandas da fábrica. E ele não estava fiado apenas na palavra de um diretor: seu gabarito era documentado por uma procuração. Arantes

preferiu narrar o aspecto positivo de suas experiências, não perdeu nenhuma oportunidade para alabar-se e é impossível não imaginar o júbilo que ele trazia no rosto ao redigir esse trecho do manuscrito, que não rompeu com sua intenção de insinuar alguma modéstia, já que não foi ele que se autoelogiou, mas o "sr. Ruas", o que guarda outro elemento nada desprezível do manuscrito.

Arantes nunca narrou qualquer indisposição com diretores e patrões nem se queixou deles. Sempre que mencionou o nome de um superior o fez com toda deferência, tratando-os por "senhor" ou "doutor" e, cautelosamente, não declinou o nome do colega queixoso – por discrição, para que seus leitores não acusassem o trabalhador de despeitado, mas também impedindo que a história pudesse ser "checada". Mesmo garantido pela idade e pela aposentadoria, ele não subverteu demonstrações de respeito a hierarquias sociais e profissionais com que conviveu. É de se notar, portanto, que os pronomes de tratamento que Arantes escolheu para designar as pessoas ao seu redor – acima, abaixo ou na sua horizontal – dizem muito da posição de onde ele escreveu sua biografia.

No contexto de uma fábrica têxtil, era praxe que todo chefe ou diretor fosse chamado de "senhor" ou "doutor", "independentemente de se saber se ele possui algum grau universitário ou não", como verificou Vera Pereira[177]. Segundo Thales de Azevedo, isso se repetia nos padrões soteropolitanos da época, com um acréscimo: "As pessoas da classe baixa são obrigadas a tratar as do grupo superior com os títulos de 'dona' para as mulheres e de 'o senhor' para os homens, títulos que nesse contexto indicam subordinação qualquer que seja o tipo físico ou a idade dos interlocutores"[178]. Não apenas trabalhadores se dirigiam aos superiores com esse reconhecimento, os pobres em geral o faziam diante de pessoas com alguma notabilidade – financeira, intelectual, social e, também, segundo hierarquias de cor da pele. Mas esse tratamento não indica apenas subordinação social: pessoas com menos idade também mantinham tal distinção com os mais velhos. E Arantes, da mesma maneira que tratou seus antigos superiores com toda vênia, dedicou tratamento igual às mulheres com mais idade e que ele respeitava – Dona Laura, Dona Líbia e Dona Doninha, todas sempre referidas como "donas" no manuscrito. Na sua luta pela conquista do respeito que se julgava merecedor, Arantes mais uma vez se apropriou de alguns signos sociais que tinha diante de si em vez de confrontá-los. Os pronomes usados por ele, como moedas intercambiáveis, têm dois lados inseparáveis: demonstram uma hierarquização social – ou racial, no contexto de Salvador – e afeto, veneração e respeito também.

---

[177] PEREIRA, 1979, p. 74.

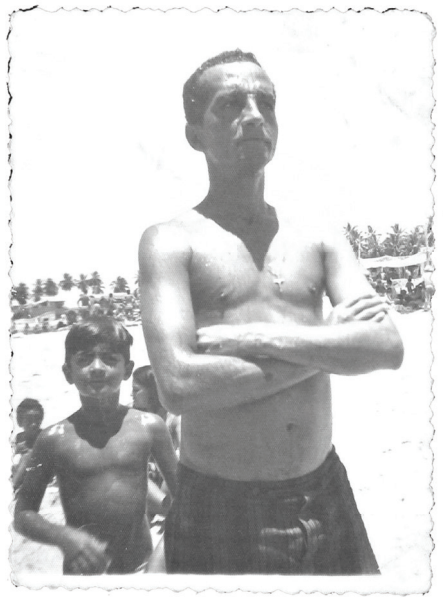
[178] AZEVEDO, 1996, p. 176.

Claro: aos 30 e poucos anos, quando só tinha acima dele o senhor Ruas e os diretores da Boa Viagem, ele dificilmente seria chamado por algum colega de "senhor Arantes", no máximo, "Seu Arantes". E mesmo assim, só se fosse alguém do chão de fábrica: um colega de escritório, com a mesma idade, não lhe dispensaria um tratamento mais respeitoso do que esse ("Seu Arantes"). O que já era bastante para alguém que, ao que tudo indica, não recebeu apelidos e tinha uma disposição enorme para o trabalho – tão grande quanto o orgulho próprio. É certo que àquela altura seu nome já circulava em alta conta entre os senhores e doutores da fábrica, e talvez entre os de baixo também.

As relações que Arantes estabeleceu com os diretores da fábrica não se desenvolveram afastando-o de vizinhos e colegas, como sugeriu Dona Antônia, citada páginas atrás. Ele próprio cuidou de afirmar isso constantemente na sua biografia e se exagerou aqui ou ali não foi desmentido por essa colega, que não o considerava esnobe, uma qualidade conciliadora que deve ter favorecido sua progressão na fábrica. E como ele viria a gostar bastante de correntes e pulseiras de ouro, já nessa época ele se presenteou com crucifixo que ostentaria no peito por anos a fio.

A crise financeira que começou a atingir a Empório no final dos anos 1950 não parecia nada passageira e foi uma ocasião para os diretores da companhia implementarem novos critérios na cobrança dos aluguéis da vila. Um relatório que parece ter sido datilografado no começo de 1957 listou os dois principais entraves que causavam prejuízos à empresa e previa sua iminente liquidação. O primeiro grande problema reflete a dificuldade que os patrões tinham para lidar com direitos trabalhistas: "a companhia tem cerca de 60% do seu pessoal garantido pela estabilidade, o que importa na obrigação legal de manter, contraproducentemente, operários desnecessários, e cujas indenizações, se a empresa vier a se liquidar, montam a cerca de cento

FIGURA 37
Sempre cioso de sua imagem, Arantes posou para foto na praia, ainda molhado de um banho de mar, com dorso nu e crucifixo à mostra



Fonte: acervo da família Arantes.

e vinte milhões de cruzeiros", registrava o documento. O outro grande entrave às finanças da Empório dizia respeito aos custos com a vila, que lhe rendia "alugueres ínfimos, congelados por lei", registrava o relatório apocrifamente:

> tais alugueres não dão sequer para cobrir pequenos gastos com a conservação precária das casas [...] Para que se tenha ligeira ideia do problema, basta salientar ser possível a empresa, se alugasse as casas a terceiros, ter com o negócio locativo lucro superior ao industrial, conseguido em 1956! Fechadas as fabricas, será mais de milhar e meio de pessoas despejadas, porque, pela lei do inquilinato, a rescisão do contrato de emprego é causa para ação de despejo[179].

Pelo visto algum diretor da fábrica – ou mais de um – divisava sua insolvência e isso não seria um mal negócio, sobretudo se a vila se tornasse um empreendimento imobiliário, possibilidade que poderia ser explorada a partir de uma regra estipulada pela legislação trabalhista, que vinculava o direito à moradia ao emprego regular na fábrica, por isso, operários demitidos poderiam ser desalojados das casas em que viviam. Os terrenos da vila também possuíam potencial econômico e a Empório já vinha se desfazendo de algumas frações deles para balancear suas finanças, uma das seções da vila até já havia sido adquirida por uma fábrica vizinha, a Souza Cruz[180]. Como o parecer não foi assinado, é impossível saber qual diretor o elaborou, nem o quanto seus pares endossavam aquele conteúdo sigiloso, mas é certo que os trabalhadores se sabiam em risco, mesmo aqueles que gozavam de estabilidade, porque boatos corriam soltos pela fábrica e porque no fim da década a pressão que eles recebiam para ampliar sua produção era grande e as penalidades, severas.

Em abril de 1958, a fiandeira Zuleika de Jesus, admitida quatro anos antes, foi demitida por sua baixa produção e, depois de recorrer à Justiça do Trabalho, entrou em acordo com a Empório, que lhe pagou Cr$ 9.000 pela rescisão, pouco mais que três vezes o valor de seu último salário[181]. Quatro outras trabalhadoras tarefeiras, ou seja, que recebiam por sua produção, foram sumariamente despedidas porque apresentavam rendimento considerado ínfimo pela fábrica. Elas haviam sido admitidas oito anos antes e se juntaram para recorrer à Justiça do Trabalho, aonde chegaram para uma audiência junto com

---

179 *Situação da empresa em face da legislação do trabalho e da previdência social*, não datado. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

180 SANTOS, 2010, p. 178.

181 APEB, Seção Judiciária, Autos cíveis 122-78-42.

o presidente e o advogado do Sinditêxtil. Ali, a Boa Viagem foi sentenciada a pagar uma indenização de Cr$ 49.800 a três delas, porque uma das trabalhadoras desistiu da queixa[182].

Ainda em abril, Carmosina Oliveira, espuladeira com oito anos de fábrica, Juvenilia Rodrigues, operadora penteadeiras admitida em 1955, e Risoleta Aguiar, enroladeira que trabalhava ali desde 1952, todas tarefeiras, foram despedidas por justa causa e sem direito a indenização, férias ou aviso prévio, porque a direção da fábrica as considerava improdutivas, uma "falta grave de desídia no desempenho de suas funções", conforme representante da Boa Viagem consignou em audiência. Elas compareceram à audiência na Justiça do Trabalho sem assistência sindical, e apesar de trabalharem em setores diferentes e de só Juvenilia residir na vila, constituíram o mesmo advogado – sinal de algum entrosamento, talvez, estimulado pela demissão inesperada. Mas elas não conseguiram qualquer indenização e provavelmente Juvenilia teve de deixar a vila[183].

Em maio foi a Empório que se mobilizou na Justiça para garantir a demissão de duas trabalhadoras estáveis no emprego[184]. Maria José de Oliveira morava na casa na vila e trabalhava a mais de uma década na fábrica, segundo o advogado do sindicato que a assistiu, sem nunca ter sofrido advertências ou suspensões por faltas cometidas. De acordo com o representante da Empório, sua produção vinha se mostrando irrisória e àquela altura essa não era uma exclusividade desta trabalhadora, razão pela qual a gerência da companhia fixara no quadro de avisos existente na entrada da fábrica um alerta expresso: "Se não houvesse melhoria de procedimento, [a companhia] tomaria medidas drásticas". Maria José não compareceu à audiência, mas tanto o presidente do Sinditêxtil, Pedro Alves Costa, quanto seu advogado, José Teixeira, estavam lá, e ela, que percebia Cr$ 90,00 por dia, foi indenizada em Cr$ 40.000,00, pagos em quatro prestações. Nessa audiência, os representantes sindicais puderam protestar contra os excessos praticados pela empresa e seu advogado denunciou que o caso de Maria José era mais um "exemplo de uma série de inquéritos instaurados contra as operárias [...] de preferências as estáveis, e quanto as não estáveis, as despedidas estão sendo sumárias". Segundo o bacharel, a empresa sempre alegava que as trabalhadoras produziam pouco: "operárias de mais de dez anos, [que] jamais sofreram sequer uma admoestação, e muito

---

[182] APEB, Seção Judiciária, Autos cíveis 122-78-11.

[183] APEB, Seção Judiciária, Autos cíveis 122-78-9.

[184] APEB, Seção Judiciária, Autos cíveis 122-80-29. Inexplicavelmente esses três casos constituem um único processo arquivado no Arquivo Público do Estado da Bahia. Usada nos parágrafos seguintes.

menos uma suspensão por ter dado produção inferior ao normal". E ele prosseguiu registrando o que devia escutar de alguns de seus assistidos:

> o que em realidade ocorre [...] é que no momento, a fábrica [...] passa por uma reforma, reforma esta que modificarão [sic] a capacidade das máquinas e permitirá que um operário passe a trabalhar com maior número de máquinas. Disso decorre o fato [...] de que haverá durante e ao fim da reforma um excesso de operários, excesso esse que precisará ser despedido.

Pouco tempo depois, o representante sindical compareceu ao foro trabalhista onde a Empório tentava provar a baixa produção de Filogônia Reis para, a despeito da estabilidade que ela possuía, demiti-la. Porém, o advogado renunciou à representação – o que, "aliás, presta a todos operários tecelões", garantiu ele – porque a trabalhadora preferiu contratar advogados por conta própria. Assim o advogado e o presidente do sindicato se sentiram "desobrigados a lhe prestar assistência, tanto mais quanto a operária deixou de ser sócia do sindicato". Filogônia, cujo endereço não foi indicado no processo, perdeu o emprego, mas recebeu 110 mil cruzeiros de indenização – dos quais precisou deduzir os custos advocatícios que optou por custear por conta própria.

Em julho de 1958, as tentativas dos diretores da Empório de elevar a produção da Boa Viagem e reduzir seus custos resultou em um conflito também analisado pela Justiça do Trabalho, a pedido do próprio trabalhador, que por muito pouco não fez desse um caso de polícia. Osmar Ferreira, eletricista da fábrica, há oito anos incrementava seus rendimentos com muitas horas extras, porém, um certo dia foi surpreendido com a notificação de que seu turno de trabalho fora alterado e que pagamentos extras estavam suspensos. A notícia, claro, era desagradável e não era qualquer funcionário que se disporia a transmiti-la ao eletricista[185].

Inicialmente, um encarregado da oficina recebeu essa incumbência, mas esquivou-se, ponderando "que era melhor reunir os eletricistas para que o gerente fizesse a comunicação diretamente, o que foi feito", contou o encarregado mais tarde. Ao ouvir a notícia, desinibido e na frente de todos os colegas, Osmar protestou sua indignação e desespero, dizendo que sem as horas extras não poderia sustentar a esposa e a filha, preferindo a demissão: "só trabalharei, depois de acertar quanto é o aumento. De outra forma não trabalho". O gerente contemporizou, contando "um segredo da companhia" para o eletricista: um futuro aumento estava sendo cogitado pelos diretores. E Osmar

[185] APEB, Seção Judiciária, Autos cíveis 122-514-3. Usada nos parágrafos seguintes.

retrucou dizendo "que essa promessa era antiga e não fora cumprida". Mas não ficou por aí. Quando o alemão naturalizado brasileiro e chefe da oficina, Siegbert Simon, cruzou os portões da fábrica pouco antes das oito da manhã, ele contou ter sido recebido "em tom agressivo": em alta voltagem, o eletricista pôs a mão no seu ombro e alertou, "se previna contra mim". E logo depois um encarregado escutou Osmar dizer que daria "um tiro nesse alemão", revelando marcantes diferenças de gênero entre os trabalhadores da Boa Viagem quando se tratava de protestar por direitos, como a amostra de reivindicação das operárias citada anteriormente revela.

Com as horas extras Osmar alcançava suados 1.800 cruzeiros mensais e pedia pouco mais de 65 mil de indenização na Justiça, mas os juízes que analisaram sua queixa e todos os recursos apresentados por seu advogado – que não era do sindicato, mas lhe concedeu o benefício da assistência judiciária gratuita – decidiram unanimemente por sua culpa e definiram o pagamento de Cr$ 1.630,20 pelas custas do processo, num momento em que Osmar já estava desempregado, como alegou seu defensor. Surpreendentemente, no entanto, dez anos depois Osmar ainda residia na mesma casa da vila de quando recorreu à Justiça contra a Empório: no número 26, Portão 77, onde ele vivia sozinho e aposentado[186].

Por fim, em fevereiro de 1959, a tecelã Elisa Ferreira também foi à Justiça para denunciar os rigores da companhia. Havia seis anos que ela estava afastada do serviço com amparo do Instituto de Aposentadorias e Pensões da Indústria (IAPI) e, ao retornar da licença, ela foi notificada que teria de assumir quatro teares, como vinha acontecendo com as demais tecelãs. Ela não aceitou, dizendo que só trabalharia com dois teares, como estava habituada a fazer, e foi suspensa por oito dias. Elisa manteve sua recusa e recebeu nova suspensão, agora por 15 dias. Ela, então, procurou o advogado do Sinditêxtil. Seu processo traz muitas lacunas: não informa o tempo de serviço, nem o local de moradia da trabalhadora, não é conclusivo sobre sua eventual demissão, mas, pelo menos em parte, ela teve o que comemorar, uma vez que a companhia foi condenada a pagar-lhe uma indenização de Cr$ 45.000,00[187].

Essas queixas, contudo, não estão sob a guarda do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, jurisdição que abriga a capital baiana e cujo acervo é enxutíssimo. Rarefeitamente elas podem ser encontradas no acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), por isso é difícil aquilatar o valor

---

[186] *Relação dos moradores da vila operária e das casas fora da vila pertencentes à empresa*, 24 dez. 1968. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

[187] APEB, Seção Judiciária, Autos cíveis 122-82-58.

estatístico desses casos, mas seu conteúdo expressa a complexidade das relações de trabalho na fábrica Boa Viagem e dos conflitos e acertos que decorriam delas. Essa amostra exígua que chegou ao foro trabalhista e que está disponível à pesquisa mostra que tanto os trabalhadores quanto a companhia recorriam ao arbítrio legal para defender seus interesses. E os trabalhadores faziam isso individualmente ou em pequenos grupos, com suporte ou não do sindicato, que em algumas circunstâncias era desprezado. Às vezes eles ganhavam, às vezes não.

Se Fernando Teixeira da Silva indica que não é possível determinar um lado na Justiça do Trabalho – se pró-trabalhadores ou patronal –[188], esses exemplos da Boa Viagem mostram que também não é possível definir um padrão nos acertos e acordos firmados entre a empresa e seus empregados, uma vez que Osmar, sabe-se lá por qual razão, estava morando na vila mesmo depois de se recusar a trabalhar e de ameaçar um superior. Eram muitas as variáveis que influenciavam aquelas relações e a negociação era um exercício diário. E Arantes, pelo visto, era um bom nome para desempenhá-la, a bem de seus próprios interesses e tentando equacionar o de vizinhos, colegas e superiores.

Arantes mencionou os crescentes conflitos envolvendo os aluguéis e a administração da vila em seu manuscrito. Incerto quanto a uma data, ele escreveu: "quando foi criada e decretada no ano de 1960 (?) a lei do salário habitação, a diretoria decidiu investir nas casas da vila operária, porque até então ninguém pagava aluguel, consumos de água e energia elétrica". A interrogação entre parênteses que ele estampou no manuscrito sinaliza seu compromisso com a lisura de tudo que transferia ao papel, fazendo questão de indicar até as pequenas dúvidas factuais, mas é bastante improvável que àquela altura nenhum trabalhador pagasse um aluguel mensal para residir na vila. Uma diretriz da empresa elaborada muitas décadas antes previa que, após cinco anos de serviço, o trabalhador considerado eficiente, ou seja, que não recebeu multas ou advertências, era dispensado do pagamento de aluguel e depois de dez anos de serviço receberia uma casa fora da vila[189]. Contudo, as fontes e a bibliografia que trata da Boa Viagem sugerem que esses eram casos excepcionais.

Até o começo dos anos 1960, os moradores pagavam um aluguel módico para morar nas casas da companhia e as contas de água e energia estavam embutidas nesse valor[190]. Mas a Lei nº 4.380, de agosto de 1964 – que Arantes

---

188 SILVA, F. T. da. *Trabalhadores no tribunal*: conflitos e Justiça do trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2019.

189 PAMPONET, 1975, p. 99.

190 SANTOS, 2010, p. 144.

parece ter citado de cabeça – instituiu, entre outras coisas, o Banco Nacional da Habitação (BNH) e permitiu que empresas que alugavam casas a seus trabalhadores revissem os termos dos aluguéis. Como os custos com a vila eram altos, a companhia dilatou esforços para otimizar sua administração, e segundo narrativa de Arantes, a referida lei, "dava o direito da empresa descontar de cada funcionário responsável pelo imóvel, 30% do valor do salário mínimo em vigor". Ele explicou o ponto de vista da direção da Boa Viagem: "Com esta receita a empresa decidiu investir o valor arrecadado na manutenção das casas da vila operária", reconhecendo que "na época, houve muita revolta por parte dos moradores, porque a empresa se prevaleceu da lei".

Arantes revela que seu olhar maduro se dispunha a entender, e até a defender, o ponto de vista de sua empregadora, que além de "seguir a lei", destinaria os recursos obtidos com o reajuste à manutenção da própria vila – o que podia não ser bem os planos de pelo menos um dos diretores da fábrica, que preferia torná-la um empreendimento imobiliário desvinculado da Boa Viagem. É possível que na época Arantes já pensasse assim, pautado no respeito à legislação por parte da empresa, ainda que este incomodasse alguns de seus vizinhos e colegas, com quem ele também não queria se indispor.

Os arquivos da Empório guardam o registro de uma reclamação contra o valor do aluguel no começo dos anos 1960 feito pelo operário Álvaro Lima. Ele morava na vila desde 1934, estava afastado do serviço por razões médicas e era assistido por recursos do IAPI. Tais recursos eram inferiores a seu salário e Álvaro reivindicou na Justiça que a cobrança do aluguel fosse proporcional à pensão que recebia e não à sua renda anterior, como a companhia vinha cobrando[191]. Um bilhete datilografado por alguém do escritório indica que o operário teve seu pleito atendido, com o registro: "Tivemos o intuito de fazer justiça". Por ter recorrido aos tribunais e rompido a negociação direta com a fábrica – não é possível saber se, antes, ele chegou a tratar direto com os superiores –, Álvaro, que era estável no emprego, não recebeu nenhuma retaliação imediata porque em 1968 ainda ocupava a mesma casa da vila[192].

Como sugerem o relatório apócrifo e sigiloso e esse pequeno conflito envolvendo um trabalhador, a administração da vila poderia e precisava ser aprimorada, o que levou os diretores da Empório a investirem nessa frente de trabalho não apenas com os recursos que escasseavam em seus cofres, mas em termos de gestão de pessoal. Não bastava apenas ajustar o valor dos aluguéis cobrados, era preciso ter ali funcionários de confiança, que evitassem problemas

---

191 *Trabalhador protesta contra aumento de aluguel*, dez. 1961. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

192 *Relação dos moradores da vila operária*, 24 dez. 1968. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

como o que levou um trabalhador à Justiça e que aplacassem outras indisposições cotidianas. A pressão que os de baixo exerciam sobre os de cima obrigou os patrões a adotarem medidas efetivas, mas cautelosas, na gestão da vila. Na sequência de sua narrativa, Arantes escreveu: "A diretoria foi obrigada a criar um conselho de administração para tomar conta da vila". Conforme escreveu, ele não esperava ser um dos funcionários escolhidos para integrar a administração da vila, se revelando "surpreso quando o diretor administrativo da fábrica lhe comunicou que ele seria designado" para o posto.

Quando recebeu esse convite – que talvez nem pudesse recusar – ele tinha pouco mais de 30 anos de idade e 15 de serviços prestados à fábrica, o que não era muito se comparado a vários de seus colegas e vizinhos. De acordo com uma contabilidade feita algum tempo depois de Arantes se ocupar da administração da vila – que, segundo ele, abrigava "mais ou menos mil moradores" –, a Boa Viagem empregava um total de 287 trabalhadores estáveis, que tinham em média 32 anos de serviço ali[193]. Ou seja, Arantes era bem mais moço e mais inexperiente que muita gente que trabalhava na fábrica e que o viu crescer correndo pela praça e corredores da vila, a quem ele, eventualmente, tomava a benção na infância. Decerto, a estabilidade conquistada pelo tempo de serviço era valiosa naquele mundo do trabalho não somente para assegurar os trabalhadores no emprego, mas para gabaritá-los entre si também. Antiguidade era posto e Arantes tanto sabia disso que contou que inicialmente preferiu não participar do conselho:

> ele recusou o convite sob alegação de que não se sentiria à vontade em exercer este cargo, porque tinha sido criado na vila, por isso, ficaria inibido para chamar um morador antigo para conversar e se preciso, punir os operários de acordo com as normas disciplinares da empresa.

Mas em seguida Arantes acabou cedendo e registrou no manuscrito o argumento apresentado pelos superiores para dissuadi-lo: "fora escolhido porque tinha o perfil do administrador que a empresa precisava". Convencido ou se deixando convencer, ele não somente aceitou, como mostrou – uma vez mais – que seus chefes sabiam mexer com seus brios, dando também a demonstração do respeito que nutria por vizinhos, amigos e colegas de trabalho – nesse caso, especialmente os mais velhos.

---

[193] *Levantamento do Pessoal Estável*, 15 jan. 1971. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

O exercício dessa função era atribulado não somente porque lhe demandava cautela no trato com colegas, mas porque "as tarefas eram executadas à noite", o que Arantes contou sem contabilizar qualquer incremento salarial nem reclamar dessa falta – *a posteriori*, a paga para a majoração de sua jornada era poder ostentar o perfil que ele havia orgulhosamente construído. Por isso, apesar do aumento de afazeres, essa experiência foi celebrada e avaliada positivamente:

> teve muito orgulho do seu desempenho [...] Sempre teve certeza de que seu método de trabalho foi bem aceito pelos moradores porque sempre exerceu suas funções com eficiência e dignidade, cumprindo as determinações da diretoria sem prejudicar os moradores.

A preocupação que Arantes transmitiu a seus leitores diz muito da sensibilidade que ele desenvolveu e dos cuidados que teve de tomar em suas relações interpessoais à medida que assumiu novas responsabilidades no serviço. Nesse processo, simultânea e progressivamente, ele ia se identificando com o perfil profissional que almejava, pelo qual pretendia ser reconhecido e recompensado com o prestígio e o respeito de chefes e colegas.

Afora o seu manuscrito autobiográfico, as maiores vias de acesso à construção do perfil almejado por Arantes são as fontes contemporâneas à sua progressão na Boa Viagem, que descrevem rendimentos, obrigações dos cargos que ele ocupou e funções que exerceu – algumas, diz ele, só depois de os chefes insistirem muito. Outra parte dessa construção aparece na breve amostra de impressões guardadas por Dona Antônia, antiga colega de Arantes, que trabalhou com ele ainda na fiação, ambos jovens, e para quem o colega "vivia a vida dele", evitando conflitos[194]. À luz da posteridade, pessoas ainda mais próximas de Arantes comungam de tal impressão.

Ele foi padrinho de batismo e de casamento de Solange, uma das oito filhas do casal Arminda e Fidelis Barnabé. Arminda era de Boipeba e parente distante de Morena, o que aproximaria as famílias. Fidelis era 12 anos mais velho que Arantes e começou a trabalhar na tecelagem da fábrica só um pouco antes do futuro amigo, em abril de 1946, sem instrução escolar e já casado com Arminda. Eles não conseguiram logo uma casa na vila, porque ainda residiam no bairro da Liberdade[195]. Fidelis, segundo a filha, era um homem muito trabalhador, mas com instrução rudimentar, por isso alcançou o posto de contramestre e se

---

[194] Entrevista com Antônia Souza de Almeida, 9 set. 2019.

[195] *Ficha de Fidelis Barnabé*, não datado. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 14.

aposentou nele, ao contrário do padrinho, "que tinha mais estudo". Solange se criou na vila, onde seus pais conseguiram uma casa: "eu nasci e cresci naquelas casas". Primeiro eles moraram num imóvel menor, de dois quartos, "com o tempo meu pai conseguiu uma casa na frente [...] era uma casa imensa, muito boa [...] até hoje eu não esqueço aquelas casas". Portanto, como contramestre, em algum momento Fidelis conseguiu ocupar uma casa como a que Arantes também viveu, do tipo maior, bem mais propícia para uma família grande. A intimidade de Solange na casa de Arantes era grande: "eu ia *pra* lá cortar a unha dele, tinha que ser eu, sabe?", e além de cortar as unhas do padrinho, ela também manicurava os dedos de Morena[196].

FIGURA 38
Afilhada Solange presenteou Arantes

Fonte: acervo da família Arantes.

Segundo ela, o padrinho "era bom de conversa" e bom para "apaziguar problemas e conflitos". Mas ela fez questão de alertar em entrevista: "olhe, eu, *pra* falar, eu tenho que elogiar, óbvio", para em seguida contar,

> Meu padrinho foi um bom pai, meu padrinho foi um bom marido [...] Porque você sabe que naquele tempo, eu vou logo sujar o meu, porque o meu pai teve gente fora e tudo, até filho. Nunca ninguém ouviu falar de meu padrinho, nunca. Meu pai foi mais safado. Mas

[196] Entrevista com Solange Barnabé, 13 jul. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

> ninguém falava, nunca ouvi dizer, *Seu Arantes tem alguém*. Falava com todo mundo, brincava com todo mundo, mas era no tempo dele e aquilo ali. Sempre assim.

Despreocupada em comprometer a imagem do pai, Solange contou que depois do expediente Fidelis era presença certa na barbearia de junto da Boa Viagem: "quando ele chegava às quatro horas do trabalho [...] ele tomava banho e daqui a pouco meu pai *tava* lá, às vezes pegava a cadeirinha dele, atravessava a rua, ficava lá jogando dominó". Em sua narrativa Arantes é um contraponto ao próprio pai, "nem isso meu padrinho fazia, *pra* você ver como era":

> meu padrinho não se misturava assim *pra* jogar dominó, não. Mas meu pai, Ave Maria, adorava um dominó [...] meu padrinho era mais tranquilo, era mais na dele, ficava assistindo *as coisa* dele, mas não era de se juntar assim, sabe? Meu padrinho se ligava muito até na parte da administração [...] a distração maior dele era essa [...] meu padrinho não era muito de beber, não. Se tomava, era uma coisa assim, numa festa, algum *drink* [...] mas *pra* sentar e tomar cerveja, não.

Questionada, Solange reconheceu pontos fracos de Arantes, que podiam não contrariar o perfil que ele construía, mas que em seu manuscrito – e talvez em muitas fotos –, ele fez questão de não revelar. Solange não tem certeza quanto ao time do pai, mas é taxativa ao afirmar que Arantes era fanático pelo Vitória, e mais: "fumou muito meu padrinho, não tinha jeito [...] minha mãe brigava tanto, *meu filho, larga isso, você vai ficar doente*", mas era em vão – e olha que Arminda, por ter mais idade e alguma ascendência sobre Arantes, era das raras pessoas que também o chamavam de Tonho[197].

Pelo visto, ainda na Boa Viagem, Arantes aderiu ao vício que o acompanharia por décadas e desde o começo da vida adulta ele manifestava alguns comportamentos que poderiam contar a seu favor aos olhos dos superiores sem necessariamente afastá-lo de colegas, como o comportamento caseiro e abstêmio. E até na memória da afilhada Arantes gravou características do perfil profissional que se esforçava para corresponder e consolidar – tudo indica que desde cedo e com perceptível sucesso.

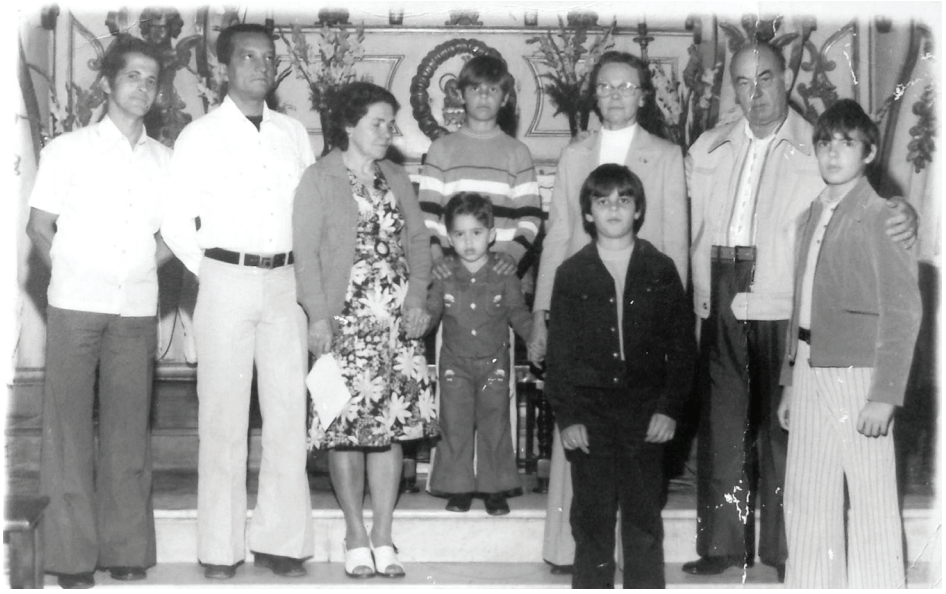
Solange é mais uma da batelada de crianças apadrinhadas por Arantes ao longo da vida – segundo ela, a preferida, um posto disputado por mais gente. Morena, que tinha laços familiares espalhados pela vila operária, também teria

---

[197] Entrevista com Laurinha Arantes, 18 out. 2022.

muitos afilhados e afilhadas. Registros dessas relações do casal estão guardados em seu acervo fotográfico e mostram que essas redes de compadrio foram tecidas quando eles viviam na Boa Viagem, e não em tempos futuros, quando eles se mudaram da vila – informação bastante útil para demonstrar a solidez de seus laços ali e dos critérios e condições em que eles foram estabelecidos.

FIGURA 39
Arantes, o segundo à esquerda, em um evento que parece ser um batizado ou primeira comunhão



Fonte: acervo da família Arantes.

Infelizmente Solange não se recorda de muitos nomes que outras fontes colocam próximos à história de Arantes, só de um: "seu Nelito era amigão de meu padrinho", respondeu ela durante entrevista, acrescentando que Nelito também morava numa casa das grandes e se encarregava da administração da vila, o que Arantes esqueceu de contar.

A filha de Nelito, xará e contemporânea da afilhada de Arantes, também lembra que o pai foi outro funcionário que compôs o comitê administrativo da vila e se recorda de ver os dois amigos e colegas dando expediente à noite numa sala defronte da praça central da vila[198]. O acervo da Empório não possui documentos com a chancela do setor nem revela outros funcionários que integraram o comitê, tampouco é possível conhecer os critérios da seleção de

[198] Entrevista com Solange Neves, 2 set. 2021. Filha de Nelito.

seus membros. O APEB, porém, guarda flagrantes de um conflito envolvendo dois trabalhadores e o administrador da vila em 1950, dez anos antes de o comitê ser estabelecido, e esse episódio descreve alguns critérios da direção da fábrica ao criá-lo e alguns atritos que Arantes e Nelito teriam de evitar quando assumiram tais funções. Também é possível conhecer algumas articulações que os trabalhadores estabeleciam entre si e, com riqueza de detalhes, as condições de vida de um funcionário que na época exercia atividades parecidas com as de Arantes, mas que em 1950 já era casado e tinha seis filhos – quando Arantes e Morena ainda engatavam o namoro. O episódio revela diferentes critérios de administração da vila operária da Boa Viagem, em especial no que se refere à escolha do perfil do administrador da vila, e abre diversas janelas exploradas no longo parêntese a seguir.

Em março de 1950, o trabalhador Anísio residia numa casa da vila, contudo, depois de perder a esposa para a tuberculose, entregou as chaves do imóvel à administração da fábrica. Enquanto providenciava sua mudança, ele pediu ao funcionário Clóvis, que então era o encarregado direto da administração da vila, que guardasse temporariamente seus pertences num depósito e assim aconteceu sem indícios de indisposição. Em seguida o administrador comunicou a vacância da casa ao setor de pessoal e depois, cumprido em parte seu dever, ordenou que ela fosse destelhada e higienizada, uma vez que uma morte por mal contagioso fora registrada ali. Mas assim que a ordem foi executada, Clóvis foi chamado ao escritório para responder ao senhor Evaldo por aquilo que parecia excesso ou descuido de sua parte, revelando uma situação desconfortável e extrema.

Nem o administrador, nem o chefe de pessoal, nem ninguém mais do escritório sabia que a família de outro funcionário passara a residir na mesma casa. E foi o próprio José Magalhães, o novo morador, que, surpreendido pela exposição de seus pertences às intempéries do tempo, se queixou aos superiores mesmo sem autorização para viver ali. Então, José e Anísio foram acareados no escritório e Anísio negou ter permitido que o colega ocupasse a casa, arrancando protestos de José – que parece mesmo ter ocupado a casa à sorrelfa, junto com sua família inteira. Contrariado e com a casa destelhada com tudo que tinha ali dentro – que era pouco, mas de suma importância para aquele trabalhador –, José procurou a polícia a fim de registrar o desrespeito ao direito que se atribuía, estreitando as margens da negociação. E na delegacia, em vez de denunciar sua empregadora, ele registrou uma queixa nominal contra o administrador Clóvis – repare o leitor no *pipino* que podia cair no colo de Arantes ao assumir tal função.

Três meses depois, em junho de 1950, foi a vez de a Empório judicializar o caso, com um pedido de reintegração de posse contra José, dado que Anísio já havia deixado a vila e àquela altura tinha até recolhido seus pertences no depósito da fábrica, onde ambos, apesar da confusão, seguiam trabalhando. Esse processo é o único conjunto de fontes sobre o episódio e, como contém transcrições da queixa de José, ele permite conhecer melhor os sujeitos envolvidos no episódio e deslindar o quanto as suas relações enriquecem a história do protagonista do livro – que segue sendo analisada com seriedade e método[199].

Os critérios aplicados pela diretoria da fábrica para definir o perfil de administradores que lhes interessava à frente da vila mudaram ao longo do tempo, decerto pelas vicissitudes de seus interesses e pela influência que os trabalhadores exerciam sobre eles. Até a criação do conselho no qual Arantes tomaria parte, tudo indica que a direção da fábrica era mais policialesca na aplicação de suas regras – como, inclusive, a Parte I deste livro demonstrou. Se é possível encontrar alguns traços que aproximam Clóvis, Nelito e Arantes, outros demarcam importantes diferenças entre eles.

Em 1950 o administrador Clóvis tinha 42 anos, três filhos, era casado e residia na vila com sua família. Quando compareceu à delegacia, ele foi considerado branco e três de seus filhos assim foram considerados ao nascerem[200]. Contudo, a julgar pelo que aconteceu com Nelito, branco aos olhos de um agente de polícia e pardo na sua carteira de trabalho, e pelos estigmas com os quais Arantes parece ter lidado ao longo da sua trajetória, é possível que Clóvis não tivesse a pele necessariamente branca e que outros marcadores sociais de diferença tenham influenciado aquela classificação. Mesmo com informações desiguais e imprecisas sobre estes sujeitos, é de se considerar que os dirigentes da Empório buscassem um perfil parecido na hora de designar a gerência da vila, preferindo homens de meia idade, casados e, eventualmente, "brancos".

Walter Pinto, irmão de Eunice e uma das poucas testemunhas ainda vivas daquele cotidiano, se recorda de alguns vizinhos e colegas. Um dos administradores da vila de quem ele não se esquece é desconhecido por essa pesquisa: Carlos Costa, que lhe confrontava com enigmas indecifráveis. "Era um grande charadista", se lembra Walter, que sabe também que o administrador morava na vila e depois se mudou para o Bonfim, "já era um homem de meia idade, tinha quatro ou cinco filhos", e não exerceu nenhuma outra atividade

---

199 APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 182-119-13. Usada nos parágrafos seguintes.

200 *Registros de nascimento de Clóvis Pires de Aragão Filho*, 18 jan. 1940; Carlos A. de Aragão, 25 set. 1955; *Registro de nascimento de Carlos C. de Aragão*, 19 dez. 1956. Disponível em: https://www.familysearch.org/. Usadas no parágrafo seguinte.

na fábrica, "era só administrador". De Nelito, Walter não foi muito próximo: "ele não bebia, não fazia farra", e com Arantes ele jogava basquete, embora se declare mais amigo do irmão Hamilton. Walter explica seu distanciamento de Arantes e Nelito: "nós não tínhamos muita aproximação, não, porque eles trabalhavam no escritório [...] o pessoal do escritório sempre se destacava, *né*? E eu nunca tive assim muita aproximação". E prosseguiu de maneira espontânea: "Geralmente eles procuravam pessoas assim, mais... sabe? Tanto que eu não me lembro de ter um preto no escritório, não me lembro. Eu acho que eles valorizavam muito a apresentação [...] Eu nunca vi um preto trabalhar no escritório, nunca"[201]. Suas memórias, claro, podem ser exageradas, mas à luz de outras fontes, parece mesmo que "brancos" com variados tipos de pele e traços físicos eram maioria entre o pessoal do escritório, onde a presença de pretos parecia ser mesmo excepcional, sobretudo em chefias.

E na mesma delegacia em que foi considerado branco, Clóvis foi identificado como "militar de profissão", sem especificação se da polícia ou de alguma Arma. Dez anos antes, quando batizou um de seus filhos, ele não residia na vila, e sim na rua do Canto da Cruz, não tão distante dali, em Água de Meninos, e uma das testemunhas do registro de seu filho tinha a patente de sargento. Se Clóvis, ao contrário de Nelito e Arantes, não chegou a exercer outro ofício na Boa Viagem e em 1940 sequer residia na vila, porque era militar, categoria onde pode ter costurado suas redes pessoais – amigos que lhe acompanharam na hora de registrar um filho, por exemplo –, talvez ele já tenha chegado ali como administrador e sua contratação decorresse justamente dessa experiência profissional.

Essa escolha dos gerentes da Empório reflete os critérios que eles queriam ver aplicados na administração da vila antes do estabelecimento de uma administração colegiada. Até ali, como Marilécia Santos demonstra, a direção da companhia era rígida na intenção de controlar o cotidiano da vila: no começo do século XX, ela encontrou repetidas referências à "polícia interna" que circulava entre seus portões por ali, o que não permitia que um antigo morador se esquecesse do "olhar severo do administrador da vila", um cargo que chegou a ser ocupado pelo médico da fábrica, mas também por um ex-militar como Clóvis[202]. E em 1958, quando não é possível apurar quem se encarregava da gestão da vila, depois que um morador jurou de morte seu imediato, este se queixou a um colega que representava a polícia num posto fixo na vila[203].

---

[201] Entrevista com Walter Pinto de Sousa, 11 nov. 2021.

[202] SANTOS, 2010, p. 110-111, 120 e 142.

[203] *Ata de Instrução*, 4 ago. 1958. APEB, Seção Judiciária, Autos cíveis 122-514-3, f. 5.

Portanto, as tentativas de controle por parte da administração da companhia eram constantes – como, aliás, a Parte I deste livro também se encarregou de mostrar – e os meios utilizados para isso variaram ao longo do tempo, o que justifica as diferenças e semelhanças de perfil profissional entre Clóvis, Nelito e Arantes. Não era o administrador quem decidia sobre a ocupação das casas, isso cabia ao setor de pessoal, mas ele poderia, por exemplo, distribuir boas ou más referências, porque evidentemente era consultado sobre a conduta dos moradores, podendo estabelecer redes de proteção ou denunciar desafetos. Enfim, era um posto que envolvia negociações de variados tipos com trabalhadores e gerentes.

Os regimentos que orientavam a conduta dos moradores da vila sugerem que a direção da companhia tentava aprimorar sua administração, talvez investindo menos no controle severo e mais na negociação com os moradores. Entre as décadas de 1940 e 1960 o regimento interno da vila passou por uma pequena, mas significativa, revisão. O texto que vigorava em 1947 não permitia que moradores criassem animais de estimação "de qualquer espécie" e proibia comércio na vila. Aparelhos que perturbassem o silêncio da vizinhança também eram proibidos a partir das nove da noite e antes das oito da manhã, e ninguém poderia estender roupas nos jardins ou janelas das casas – o que fotos da época revelam que costumava ocorrer. Também era proibido que pessoas consideradas "nocivas à ordem" frequentassem a vila e seu administrador estava autorizado a realizar visitas domiciliares "quantas vezes julgar conveniente" para "preservar a segurança sanitária" do local. Era esse regimento que regulava a conduta de Clóvis quando ele ordenou o referido destelhamento de uma dessas casas[204].

Já o regulamento elaborado em 1966, quando Arantes e Nelito assumiram a administração da vila, manteve a maior parte das proibições anteriores, com alguns acréscimos pontuais. Por exemplo, animais de qualquer espécie continuavam proibidos, mas havia destaques: "Principalmente cachorros, porcos, galinhas, patos", sinal de que os moradores, a despeito da antiga orientação, teimavam em criar alguns bichos por ali, para estima ou cardápios especiais. Como um sinal dos novos tempos, veículos motorizados não podiam circular pela vila e os moradores eram terminantemente proibidos de "promover, participar ou concorrer de algum modo para fatos [...] que, tomando caráter escandaloso atentem contra a moral e bons costumes que devem reinar dentro da vila", uma diretriz que reflete a vontade patronal de tolher a conduta dos moradores. O texto possuía duas atualizações significativas: a criação do conselho

---

[204] *Regulamento Interno de Trabalho*, 1947. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 20.

administrativo da vila e o estabelecimento de regras de permanência dos trabalhadores nas casas, assunto não abordado no documento anterior – outro indício das mudanças que aconteciam, nas quais Arantes se inseriu com protagonismo. O regulamento definia que moradores pagariam um aluguel correspondente a 30% do salário-mínimo, com a garantia expressa de que se este fosse majorado, por determinação do governo ou acordo coletivo, o valor do aluguel seria recalculado e o empregado que perdesse o vínculo empregatício com a fábrica teria 15 dias para deixar a vila, "sob pena de cometer esbulho"[205].

Tais mudanças aconteciam em um momento em que os diretores da Empório sabiam que a fábrica de sua propriedade não exibia uma contabilidade saudável. Um deles, inclusive, apontava as vantagens comerciais que a vila prometia à companhia como um empreendimento imobiliário e considerava a estabilidade de alguns trabalhadores um entrave à produção – dois ingredientes que se combinavam para tensionar ainda mais os trabalhadores, ameaçados em seu direito à moradia e cobrados por mais produção – como dito algumas linhas atrás. Foi nesse contexto que uma mudança significativa no perfil dos encarregados de administrar a vila ocorreu.

Se o ex-militar Clóvis, no comando da polícia interna da vila, possuía o olhar escrutinador que não saia da memória de um antigo morador e dez anos antes se encarregava de administrá-la sozinho, algum tempo depois suas tarefas foram atribuídas a um comitê de funcionários, sendo que pelo menos dois deles possuíam trajetórias bem distintas da de Clóvis. Trabalhadores mais entrosados com a vizinhança e que se destacavam na hierarquia fabril, como era o caso de Arantes e Nelito, poderiam atenuar conflitos cotidianos com conversas ou mesmo pelo exemplo, ao mostrarem que o compromisso com as regras da empresa contribuiu para sua progressão ali. É provável que Arantes e Nelito possuíssem mais traquejo no trato com vizinhos do que o militar Clóvis, e um indicativo disso é a queixa que José escolheu prestar diretamente contra esse administrador – o advogado de José classificou Clóvis em uma de suas peças como "preposto militar de uma Companhia Industrial prepotente". Além disso, a criação de uma administração composta por antigos funcionários e colegiada, conforme os diretores da fábrica devem ter aprendido, poderia ser mais efetiva no tipo de gestão que eles pretendiam implantar àquela altura, combinando rigor no cumprimento de regras com espaço para alguma negociação e reduzindo os encargos do trabalho diário, bem como a responsabilidade por eventuais punições aplicadas contra moradores, que pesavam sobre os administradores.

---

[205] *Regulamento Interno da Cidade Operária*, 7 out. 1966. APEB, Seção Judiciária, Autos cíveis 225-522-6, f. 6.

Conforme Arantes registrou em seu manuscrito, a companhia se valeu da lei para implementar tal cobrança e rever alguns termos que regulavam a moradia dos trabalhadores na vila. Como à luz da posteridade ele argumentou que a empresa pretendia investir o valor arrecadado na própria vila, é provável – insisto – que à época ele já cultivasse esse mesmo entendimento, o que o gabaritaria diante dos superiores para ocupar um posto naquela administração. Ainda que o objetivo da companhia não fosse necessariamente esse, era valioso ter alguém que defendesse tal argumento junto aos moradores.

E as fontes que descrevem o conflito que resultou no destelhamento imprudente de uma casa da vila em 1950 também revelam outros sujeitos cujo inserção naquele ambiente situam a trajetória de Arantes entre vizinhos e colegas. As informações sobre Anísio e José, ambos ocupantes da casa destelhada, se dispersam por mais de uma fonte. José integrou a Sociedade Beneficente 24 de Julho por quase dez anos, de 1936 a 1944, e Anísio nunca teve seu nome listado entre os signatários da associação. Em 1950 eles tinham mais de uma década de serviço na Boa Viagem e, além de serem homens feitos, tinham estabilidade no emprego, condição bastante influente no conflito em que eles se envolveram. Sem ela é possível que ambos preferissem evitar o confronto com seus patrões[206].

Uma petição manuscrita com excelente caligrafia e assinada por José em 1950 informa que ele trabalhava como auxiliar de escrita, recebendo mil cruzeiros mensais – informação retomada logo adiante – e Anísio, por sua vez, escrevia e assinava com pouca desenvoltura, como revela uma transcrição do seu contracheque, que mostra que ele recebia menos que José em 1950[207]. Portanto, ambos trabalhavam próximos, mas com uma significativa diferença de renda, discrepância que pode ser explicada pelo letramento desigual entre eles. E para situá-los em relação ao protagonista destas páginas, cumpre lembrar que um ano antes o jovem órfão Arantes era solteiro e não tinha filhos, desempenhava as funções de contínuo e percebia 400 cruzeiros a menos que José, mas podia posar cheio de bossa para muitas fotos com que presenteava sua pretendida.

Os vínculos entre José e Anísio escapam à pesquisa, mas é certo que eles podem ter se fortalecido depois do destelhamento, ainda que circunstancialmente, e talvez essa aproximação tenha acontecido por iniciativa de José, que precisava buscar apoio para sua situação frágil. Sua indignação não foi registrada apenas na polícia, uma vez que tudo indica que ele também levou a

---

[206] *Relação de pessoal que percebe o salário mínimo*, 16 ago. 1955. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 19.

[207] *Certidão*, 19 jun. 1950. APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 182-119-13, f. 17.

denúncia à imprensa local. Uma primeira nota que circulou pelos jornais de Salvador reforçava o tom do ataque frontal ao administrador Clóvis:

> esteve hoje pela manhã nesta redação uma comissão de moradores da Vila operária da Boa Viagem para protestar contra arbitrariedade que acaba de praticar o administrador da referida Vila. Alega a comissão que, sem qualquer motivo o administrador responsável, auxiliado por mais três pedreiros destelhou completamente a casa de número 32 deixando todos os seus moradores de cerca de 20 anos ao relento[208].

Adiante, outra nota que parece dar continuidade à anterior – portanto, publicada pelo mesmo jornal – insistia nos termos da queixa: "esteve nesta redação uma comissão de moradores da Vila operária Luiz Tarquínio, dizendo-nos que ainda se encontra destelhada a casa de número 32". Como vinha caindo chuvas em Salvador, os trabalhadores pediam providências para o quanto antes e novamente atribuíam "o ato a uma arbitrariedade do administrador da Vila". Essa nota, porém, teve o seu veículo especificado, ela saiu no *A Tarde*, em 20 de março de 1950.

A cobertura de outros jornais em dias próximos a esse não traz nenhuma alusão ao destelhamento: nem o *Diários de Notícias* e o *Estado da Bahia*, ambos dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, nem *O Momento*, editado pelos comunistas soteropolitanos, registraram o episódio, um indício de que o *A Tarde* foi o único veículo da imprensa a dar atenção a esta demanda dos trabalhadores ou que os demais sequer foram procurados por José e seus colegas solidários. Esta informação é relevante não apenas por conta das acusações que os advogados da Empório fariam mais adiante contra Anísio e José, mas por demonstrar que o destelhamento de uma casa da vila operária da Boa Viagem escapou completamente dos editores e repórteres de *O Momento* naqueles dias.

Quando José já havia registrado sua queixa na polícia, o jornal noticiou em manchete garrafal: "novas casas para os têxteis soviéticos", como chamada de uma matéria que enaltecia o investimento que o mundo socialista fazia em prol das condições de vida dos trabalhadores[209]. No final daquele mês de março, *O Momento* ainda publicaria uma matéria contra os "magnatas" da Boa Viagem, anunciando que durante uma visita aos portões da fábrica, os repórteres ouviram queixas diversas: matéria-prima de baixa qualidade, o que comprometia a produção, baixos salários, perseguições patronais e até sobre a expulsão

---

[208] *Recorte de jornais*, não datado. APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 182-119-13, f. 19.

[209] *O Momento*, 17 mar. 1950.

discricionária de alguns trabalhadores da vila[210]. E uma semana antes disso acontecer, *O Momento* denunciou "o regime de suspensões e multas" que perseguia os trabalhadores da Boa Viagem, citando nominalmente um tal "puxa-saco Dagoberto", alguém que recebia 80 cruzeiros diários apenas para fiscalizar o trabalho dos demais: "por qualquer 'dá cá aquela palha' o pau mandado dos magnatas investe, furiosamente, contra os trabalhadores". O jornal denunciava a precariedade do maquinário e o cálculo das jornadas pagas aos empreiteiros, que "desconhecendo o valor da sua produção [...] são ludibriados semanalmente"[211]. E, três dias antes do destelhamento, uma trabalhadora deixava a fábrica levando um embrulho consigo quando o porteiro, encarregado de algumas funções de controle, quis revistá-la "à viva força". O homem foi repelido pela mulher, que teria recebido o apoio de todos que assistiam à cena e o chefe de pessoal – o mesmo que promoveu Arantes e acareou Anísio e José – foi chamado aos portões da Boa Viagem para avaliar o embrulho da trabalhadora, que acabou sendo liberada. Nas páginas inflamadas do *O Momento*, o porteiro foi tratado como traidor, além de ser ameaçado por colegas: "teve de se recolher nos escritórios enquanto os trabalhadores protestavam contra o regime de perseguição fascista-policial existente na fábrica". Revoltados, os trabalhadores teriam dado "uma tremenda vaia no policial do sr. Augusto Viana [diretor da fábrica], chamando-o de 'puxa-sacos'"[212].

Se um porteiro seria considerado puxa-saco ou traidor da classe apenas por cumprir ordens, que dizer do ex-militar que administrava a vila, que por descuido, perseguição ou inoperância ordenou o destelhamento de uma casa com os pertences de uma família inteira dentro – mesmo que estivessem ali irregularmente. Mas o nome de Clóvis e toda a confusão envolvendo suas ordens não apareceram na folha comunista, ainda que, como está claro, suas matérias mostrem que haveria pleno interesse editorial na cobertura de uma pauta como essa. E como é sabido que José e uma comitiva de trabalhadores procuraram o *A Tarde*, tudo indica que esta ausência nas páginas do *Momento* não pode ser atribuída à desatenção de seus repórteres: é mais provável que o jornal tenha sido ignorado pelos trabalhadores queixosos, e não o contrário. Portanto, um indício cristalino das escolhas que alguns trabalhadores da fábrica e moradores da vila exerciam na hora de protestar e calcular riscos – nesse caso, a aproximação com os vermelhos parece mesmo não ter interessado.

---

210 *O Momento*, 31 mar. 1950.

211 *O Momento*, 9 mar. 1950.

212 *O Momento*, 11 mar. 1950.

E mesmo que José fosse um trabalhador relativamente bem instruído e recebesse um salário razoável, as condições de vida de sua família eram bastante precárias. Na declaração que subscreveu com uma caligrafia esmerada, ele contou que lutava contra uma moléstia não especificada – tuberculose, é provável – e por isso fora afastado do serviço, passando a receber uma pensão paga pelo IAPI no valor de 605 cruzeiros. Os quase 400 cruzeiros a menos na renda de José faziam muita falta para quem tinha esposa e seis bocas pequenas para alimentar – aparentemente, só ele possuía emprego remunerado na família. Depois que a casa em que eles moravam foi destelhada, sua esposa precisou ir morar com a prole em Santo Amaro, "dependendo assim do auxílio de outrem", lamentava José. Para piorar tudo, a saúde deles também não ia bem: a mulher e duas das crianças estavam doentes[213]. Apesar da condição insalubre, José continuava residindo no imóvel destelhado e longe dos seus, por isso ele aproveitou os festejos juninos de 1950 para visitar a família no Recôncavo e na volta, de novo para sua infeliz surpresa, ele encontrou a casa completamente interditada a mando da Justiça. Seu desespero foi transferido ao papel: "Encontro-me apenas com a roupa que estou vestido", escreveu, "pois as demais encontram-se na minha residência que foi lacrada pelos oficiais de Justiça", que estavam ali a pedido da direção da fábrica.

É possível que José, sua esposa e duas de suas filhas já estivessem contaminados com a moléstia que deixou Anísio viúvo ou que, ainda pior, por conta da mudança para a casa infectada eles tenham adquirido a quase sempre fatal tuberculose. As razões e as condições em que a família se mudou para aquele imóvel não ficam claras nas fontes, mas as condições em que ela vivia foram expressivamente anotadas pelos oficiais de Justiça que embargaram a casa. Obrigados a registrar tudo que encontraram ali, os representantes da Justiça produziram um valioso inventário da vida daquela família, estampando sua pobreza através de muitos adjetivos[214].

A casa tinha pouquíssimos móveis, que estavam em condições precárias. Rodeada por "sete cadeiras completamente estragadas", havia uma pequena mesa de jantar que poderia ser coberta por não mais do que quatro toalhas. Sobre a mesa, a família dispunha de "oito pratos esmaltados estragados", um de barro e dois de louça, mais sete canecos, "sendo cinco pequenos e dois grandes". E como na casa só havia dois pares de talheres e sete colheres de alumínio, é provável que as crianças continuassem comendo de colher mesmo que

---

213 *Declaração*, 26 jun. 1950. APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 182-119-13, f. 24.

214 *Auto de remoção*, 23 jun. 1950. APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 182-119-13, f. 30. Usada nos parágrafos seguintes.

já fossem crescidinhas, o que podia valer também para os adultos. Eles não dispunham de um sofá para se espaldar na sala, somente um banco velho e "uma banca de três pés (pequena de centro)". É possível que José fosse dado a alguma leitura, dado que "sete livros velhos" estavam pela casa – pena que seus inventariantes não tenham anotado títulos ou outras pistas sobre seu conteúdo. E se ainda dispusesse de energia para ler depois que os filhos dormissem, José ou a esposa contariam com dois candeeiros para vencer o breu que cobria a vila depois das nove da noite, quando seus geradores eram desligados[215]. Antes ou depois dessa hora, se quisessem ouvir música, novelas ou notícias, teriam de ir até a casa de um vizinho, porque nenhum rádio para distração da família foi encontrado por ali.

O mais provável é que a mulher, cujo nome não aparece nas fontes, fosse a responsável pela cozinha. E para isso ela contava com uma panela grande e três caçarolas pequenas, todas em alumínio. Havia um coador para o café, que poderia ser servido num bule de alumínio em cinco xícaras plásticas cor de rosa ou numa única xícara de louça branca. Para água, somente um copo de vidro e um caneco de alumínio. Um guarda-comida de cor escura, com duas prateleiras e uma gaveta se somava a uma pequena fruteira para compor a enxuta dispensa, onde também foram encontrados um açucareiro, um paliteiro e só. Alguns utensílios de trabalho doméstico quedavam por ali: uma talha e um banco para talhar, um ferro de engomar, um ralador pequeno e um machucador. O único alimento visto ali foi um pouco de açúcar e não houve registro de nenhum fogão na casa, sinal de que a comida devia ser preparada em fogo improvisado, talvez à lenha mesmo, montado sobre tijolos. Geladeira, artigo luxuosíssimo em 1950, eles não tinham.

No quarto, os oficiais de Justiça encontraram apenas uma cama de casal e uma de solteiro, dois colchões, dois travesseiros (apenas "um com fronha") e "duas colchas velhas" – o que não deixa dúvidas de que os dois adultos viviam em condições pouco confortáveis com suas seis crianças, que dividiam colchões à noite e se revezariam para cochilos diurnos. O guarda-roupa da família oferece indícios sobre a composição da sua prole, que parecia ser jovem e formada por uma maioria de meninas – talvez o casal tivesse apenas um menino ainda bem pequeno. Ali foram encontrados oito figurinos: "sete saias de moça em várias cores completamente estragadas", duas calças pequenas, sendo uma de menino, um par de sapatos e "um *paletot* velho de criança" – decerto, mais roupas teriam sido encontradas se a mulher e as crianças não tivessem se mudado para o Recôncavo. José, que seguiu morando ali, possuía

---

[215] Para o desligamento das luzes na vila, ver SANTOS, 2010, p. 112.

poucas roupas além das que vestia quando se deparou com a casa interditada, mas devia nutrir alguma vaidade, uma vez que uma lata de brilhantina estava entre seus pertences, embora vazia, porque talvez faltassem recursos para sua reposição: ele tinha mais duas calças cáqui, três camisas, uma gravata, outro par de sapatos e "uma cueca velha" – total de no máximo duas, portanto. Os muitos pedaços de tecido, tesouras e linha encontrados pela casa indicam que sua esposa devia se encarregar de cerzir o que o tempo e o uso consumiam daquele guarda-roupa tão modesto.

Para a limpeza da casa havia "uma bacia esmaltada estragada", outra de alumínio e "uma vassoura velha". Para sua higiene pessoal, a família possuía duas toalhas de rosto, quatro bacios, sendo duas de banho ("uma com fundo de madeira bastante estragado"), uma raspadeira para unhas, uma lata de talco vazia e "uma escova de dentes estragada" – como só José estava ali, não parece assertivo prejulgar que a precariedade da vida os obrigasse a compartilhar essa única escova. Apesar de pobre, o imóvel estava enfeitado com singelos exemplos do valor que eles atribuíam ao lar, mesmo com tudo indicando que a família estava ali de maneira irregular: três jarros verdes pequenos, três licoreiras, "sendo uma com seis cálices", e "duas garrafas vazias com flores" enfeitavam a casa.

E também para adornar o ambiente, a família mantinha "dois retratos de senhora" pregados à parede, à vista de quem entrasse ali, visitas a convite do casal, um administrador para proceder com reparos ou oficiais de Justiça – como os retratos eram de "senhora", a família talvez se orientasse e se afirmasse através de uma linhagem matrilinear de respeito, assim como viria a acontecer na casa dos Arantes. E pelo menos a devoção católica era cultivada na família de José: naquele lar que não tinha teto, nem quase nada, foram encontradas três imagens de santos quebradas, por isso irreconhecíveis, e um Santo Antônio que resistia firme e forte às intempéries que acometiam a família, fosse o clima ou a pobreza – outros eventuais credos cultivados na casa escaparam aos registros oficiais.

José tinha seis filhos e trabalhava no escritório, garantido por seu letramento, sendo que talvez apenas ele tivesse uma renda em casa, e a inspeção no imóvel em que ele vivia com a família não deixa de inspirar uma comparação entre a sua realidade e a de Dona Laura, que também enfrentou dificuldades para criar seus três filhos com a renda de tecelã uma década antes. E igualmente expressiva é uma comparação entre José e o jovem Arantes, que meses antes do destelhamento já trabalhava no escritório, não tinha esposa nem filhos e percebia 400 cruzeiros a menos que os mil pagos a José, no entanto, vestia roupas alinhadas, calçava bons sapatos, ostentava um relógio no

pulso esquerdo, crucifixos de ouro no pescoço e ainda lhe sobravam recursos para passeios, fotos e galanteios à Morena dos seus olhos. Só não é possível comparar a vida de José com aquela que levava Anísio, viúvo e aparentemente sem filhos, cuja entrega da casa não produziu qualquer inventário. É certo, porém, que mais adiante eles se aproximaram, apesar do conflito inicial, quando Anísio alegou desconhecer a presença de José no imóvel.

Depois que a Empório acionou a Justiça contra José, Anísio, que já não tinha motivo algum para tomar parte na confusão, constituiu o mesmo advogado que atendia a José e teve de insistir para ser incluído como parte interessada no litígio, o que aconteceu sob protestos do representante da empresa. "Ninguém de boa fé", reclamou o bacharel, "entra numa demanda dessa espécie para se dizer – voluntariamente – esbulhador. É esquisito e mesmo inadmissível que uma pessoa, não acusada de esbulho, compareça perante o juiz para se dizer coautor da violência", escreveu o advogado, acusando Anísio de apelar para "truques e mentiras" e chamando os dois de pândegos. Ele ainda tentou jogar os dois contra si, alegando que Anísio "entregou os móveis ao administrador" e viajou, "deixando a bomba estoirar nas costas de José", e que Anísio, "ardilosamente, colocara na casa, sabe Deus por que preço". O advogado pedia que Anísio fosse afastado do processo, porque sua presença ali não tinha sustentação jurídica, mas "nítido caráter pessoal" – e é justamente isso que atribui valor histórico ao caso[216]. Adiante ele matizaria José e Anísio com atributos políticos, decerto pautado no que ouvia de seus contratantes: "dois operários comunistas e agitadores conhecidos", o que podia não ser verdade[217].

Os nomes desses trabalhadores foram ignorados em mais de uma lista de comunistas produzidas pela polícia política de Salvador – não raro, exageradas – e eles mesmo parecem ter ignorado *O Momento* na ocasião em que foram buscar apoio para sua causa nos jornais da cidade – a não ser que ignorar a folha vermelha e dissimular a própria militância fosse parte da estratégia de algum deles, ou de ambos[218]. Cinco anos depois do destelhamento, José e Anísio ainda trabalhavam na Boa Viagem, afinal, gozavam de estabilidade, e isso sem dúvida os encorajou a entrar na contenda judicial contra os patrões. Mas no fim dos anos 1960, quando talvez já estivessem aposentados, nenhum deles estava listado entre os residentes da vila. Por isso, o mais provável é que eles tenham convivido com a gestão de Arantes a frente da vila por pouco tempo,

---

[216] *Petição*, 21 ago. 1951. APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 182-119-13, f. 56-58.

[217] *Petição*, 8 out. 1955. APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 182-119-13, f. 80.

[218] *Ofício 411*, 28 fev. 1936. Aperj, fundo PPRJ, Administração, 14, fls. 26-29; *Relatório*, 1 mar. 1939. Aperj, DPS, Comitê estadual da Bahia, D 1479, f. 162-183.

embora seja quase impossível que esses dois trabalhadores não soubessem quem era Dona Laura, que trabalhava na Boa Viagem desde os anos 1940, e seu caçula, que fazia o serviço de contínuo na década seguinte[219].

O destelhamento que expõe a privacidade de uma família de trabalhadores descortina também muitos temas que margeiam os caminhos da vida de Arantes e os argumentos deste livro. Episódios como esse, tal qual o furto de 1957, mostravam a Arantes os conflitos que ele deveria contornar, os critérios de colegas ou superiores que ele teria de obedecer ou conciliar, as regras de convivência que ele gostaria ou não de seguir, o tanto que teria de obedecer ou engolir etc. Se eles ensinavam Arantes a fazer suas escolhas, também revelam à pesquisa histórica detalhes de como a vida dos trabalhadores era afetada por diferenças de letramento, idade ou número de filhos e quais os critérios que influenciavam suas articulações e recusas – com colegas, chefes ou comunistas. O olhar dos patrões também brota desse episódio, que mostra como seus critérios de administração da vila podem ter variado ao longo do tempo, mas sempre inspirados por um padrão de trabalhador do sexo masculino e de pele não tão escura, como eram Arantes, Nelito, Clóvis e o charadista Carlos Costa.

Aos trinta anos, mais ou menos quando recebeu o convite para assumir um cargo administrativo na vila, Arantes podia até gozar de estabilidade no emprego, mas ele ainda precisava tomar a benção a muitos dos trabalhadores que agora responderiam a ele por suas ações – logo ele, que deve ter sido visto por muitos moradores correndo pela vida ainda de pés no chão. É claro que Arantes sabia dos riscos de assumir aquele posto e ele não ia querer se meter em "bolo", como diria um mecânico anônimo da Boa Viagem. Definitivamente, "o perfil que a empresa precisava" era o que ele parecia disposto a assumir para si e que no fim da vida ele se orgulhava de ter conseguido: alguém capaz de aplicar os critérios dos patrões, evitando ao máximo cizânias com colegas – não há registro disso durante sua longa experiência na Boa Viagem, mas em seu último emprego elas aconteceram, como se verá daqui a muitas páginas. Esse parece ter sido o primeiro posto em que Arantes exerceu muito mais controle sobre outros colegas e subordinados, mas não seria o último.

---

[219] *Relação dos moradores da vila operária*, 24 dez. 1968. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

FIGURA 40
Flagrante de um evento no grêmio de trabalhadores da Boa Viagem[220]

Fonte: acervo da família Arantes.

Uma apuração interna realizada pela administração da fábrica Boa Viagem em julho de 1965 entre seus trabalhadores oferece indícios fecundos de outros termos das relações verticais e horizontais que se estabeleciam por ali e dos motivos que poderiam inspirar seus gestores a terem criado um grupo de administradores para a vila formado por antigos funcionários.

O DRI realizou entrevistas com aproximadamente 120 trabalhadores não identificados, uma amostra reduzida, mas expressiva. As entrevistas seguiram um roteiro apresentado em formulários que dificilmente foram respondidos pelos depoentes com alguma privacidade e de próprio punho, mas preenchidos por gente do DRI durante entrevistas[221]. E se muitos trabalhadores não se sentiam à vontade com papel e caneta à mão, se sentiriam ainda mais desconfortáveis falando diretamente com alguém, temendo que sua identidade e opiniões não estivessem tão protegidas assim pelo anonimato garantido nos questionários. Por isso, o conteúdo dessa pesquisa revela o que os

[220] Morena é a segunda mulher à esquerda, de perfil, Arantes aparece ao centro.

[221] *Resultado da pesquisa*, 19 jul. 65. CEDOC/UEFS, Fundo Luiz Pamponet, cx. 18.

trabalhadores queriam transmitir aos superiores, com todas as suas reservas, o que ainda por cima passou pelo crivo de funcionários do escritório que também reconheciam que seu próprio emprego estava em risco numa fábrica à beira da falência. Àquela altura chefiando o setor de compras, Arantes com certeza não trabalhou nisso nem respondeu às questões do formulário, mas com certeza algumas de suas preocupações estão expressas ali – tanto quanto alguns dos valores que ele cultivava.

Setenta e nove dos entrevistados se declararam satisfeitos com seu trabalho e apenas 19 estavam insatisfeitos – pelo menos assumidamente. Sete se disseram indiferentes e 14 gostariam de mudar de emprego – insatisfeitíssimos, portanto. Suas reclamações "versaram principalmente sobre salário, assistência social e relações humanas, por parte dos dirigentes em relação aos seus subordinados", resumiram os funcionários que trabalharam na pesquisa – o acervo da companhia não retém os questionários preenchidos, apenas uma cópia em branco e as análises elaboradas pelo pessoal do escritório a partir das respostas que coletaram[222]. De modo geral, os trabalhadores consideravam a diretoria capaz e laboriosa, porém, "muito distanciada do operariado e sem calor humano", palavras traduzidas por quem analisou os resultados da pesquisa, repito. Uma parcela considerável dos trabalhadores se declarou favorável à oficina da fábrica, setor que causava orgulho ao operário de poucas letras que escreveu o bilhete mencionado tantas páginas atrás. Quanto ao pessoal do escritório, as queixas eram pela "ausência de uma atitude de liderança" e se dividiram quanto à sua eficiência, registrando-se ainda profundas queixas a respeito do "comportamento de alguns de seus integrantes que pecam na urbanidade de tratamento aos empregados", aos olhos do pessoal de baixo, portanto, ainda circulavam por ali "ratos de gravata".

Os entrevistados deviam indicar um trabalhador como eventual "portador de seus anseios, queixas e reinvindicações", e esse quesito registrou o maior número de abstenções: num total de 82 votos contabilizados, 54 foram brancos (66%). O mais votado obteve somente 12 indicações, um operário sindicalizado recebeu nove; e o superintendente de produção ficou com sete – a julgar pelas posições que eles ocupavam, nenhum deve ter recebido o próprio voto. Na pergunta seguinte os operários foram instados a escolher entre seus superiores aquele que mais adequadamente os representava e nesse ponto a pesquisa apresenta flagrantes diferenças em relação ao sentimento de representação experimentado pelos entrevistados entre seus pares: o mesmo superintendente citado no tópico anterior, que não tinha motivos para ser indicado

---

[222] *Formulário de pesquisa de satisfação no emprego*, não datado. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

ali, recebeu 65 votos – 70% de predileção –, ao passo que outros quatro funcionários, entre eles o médico da fábrica, receberam sete votos cada. O mais destacável desse ponto da pesquisa é que não se registrou sequer um voto em branco, demonstrando a vontade dos trabalhadores elegerem com mais vigor um superior do que um colega e a noção que eles tinham sobre a quem deveriam reivindicar o que queriam. Aparentemente, eles não somente percebiam que funcionários e superintendentes tinham mais condições de representá-los do que seus próprios colegas, reconhecendo, portanto, a dinâmica e as hierarquias internas da fábrica, na qual uma aproximação com sindicalistas poderia gerar indisposições que eles prefeririam contornar, como mostravam aos superiores aquilo que eles queriam que fosse visto.

Conforme avaliação dos funcionários, o resultado da pesquisa foi satisfatório, pois os formulários foram respondidos "com apreciáveis compreensão e seriedade", ainda que muitos tópicos evidenciem que os entrevistados responderam às perguntas com muita seletividade. O relatório que avaliou a pesquisa foi concluído com um destaque:

> ênfase especial, merece ser dada, ao fato de haver a maioria se inclinado para o fator 'consideração' como o mais importante na relação de emprego. Tal evidência, cotejada com o outro resultado também bastante significativo – a distância e ausência de calor humano entre dirigentes e dirigidos – nos leva à conclusão de que existe uma enorme jazida de energia-trabalho, inexplorada ainda, pela desatenção até aqui predominante dos problemas de liderança e relações humanas. Acreditamos mesmo que uma mudança de mentalidade [...] que se traduzisse em atitudes inequívocas, traria resultados imediatos e proveitosos à produtividade da Companhia.

Patrões, trabalhadores e funcionários queriam equacionar possibilidades harmônicas de convívio, o que nem sempre poderia ser alcançado. Por isso, a queixa sobre a falta de civilidade e calor humano relatada pelos trabalhadores aos superiores, convertidas pelo pessoal do escritório em promessa de maiores dos lucros da companhia, desde que bem atendida, revela muitos dos critérios que elevaram Arantes à administração da vila e que orientaram a sua conduta profissional – na Boa Viagem e para além dela também.

Ampliando os termos da pesquisa interna da Boa Viagem, John French alerta para a impossibilidade de se compreender valores ligados à representação da classe trabalhadora sem uma compreensão mais clara sobre as bases da noção popular que legitima ou não autoridades e sobre como elas se

estabelecem em interações pessoais entre trabalhadores e figuras de autoridade. Para French, é necessário um esforço de compreensão sobre como o conceito de legitimidade é manipulado na prática cotidiana das relações interpessoais, que revelam exemplos das dinâmicas de autoafirmação e deferência, de resistência ou acomodação, que definem a política cotidiana dos fracos frente aos mais poderosos[223]. A pesquisa interna da Boa Viagem ofereceu a seus empregados a chance de eleger colegas e superiores em quem reconheciam legitimidade ou paridade, por isso, em escala reduzida, ela responde às indicações de French, sobretudo porque a legitimidade que eles negociavam com seus superiores era buscada – e tinha de ser respeitada – também por Arantes, entre seus colegas, subordinados e patrões. E se os primeiros não indicaram seu nome na pesquisa que responderam, os últimos o elegeram como um bom funcionário, capaz de transitar com alguma desenvoltura entre os dois pavimentos da fábrica e sua vila operária – pelo menos conforme apurações dessa pesquisa.

Os valores indiretamente registrados nessa pesquisa nortearam também a trajetória bem-sucedida do protagonista destas páginas, que se formou como trabalhador sem a ajuda de cursos técnicos que ofereciam capacitação e reconhecimento a seus aprendizes, o que exercia grande influência na trajetória de jovens da classe trabalhadora com idades bem próximas da de Arantes, como mostram John French e Bárbara Weinstein[224]. Foi na Boa Viagem que ele se formou, ouvindo lições oferecidas por Dona Laura, que lhe oferecia também o próprio exemplo, e entre os corredores da vila. Depois, no trajeto de ajudante na fiação a chefe de compras, ele seguiu aprendendo aquilo que deveria buscar ou evitar. Seus investimentos nesse percurso foram na própria imagem, na sua capacitação e em relações pessoais, e assim ele pôde ocupar o seu primeiro cargo de confiança – o primeiro de muitos outros que ocuparia.

A "verdadeira" família de Arantes

Apesar de ter construído sólidos vínculos com as famílias que o adotaram depois da morte de Dona Laura, Arantes não escondeu que queria formar a sua "verdadeira família", desejo bastante relacionado com as definições normativas do poder masculino no núcleo familiar. E uma vez que ele e Morena estavam devidamente casados, é certo que pelo menos ele ansiava por filhos.

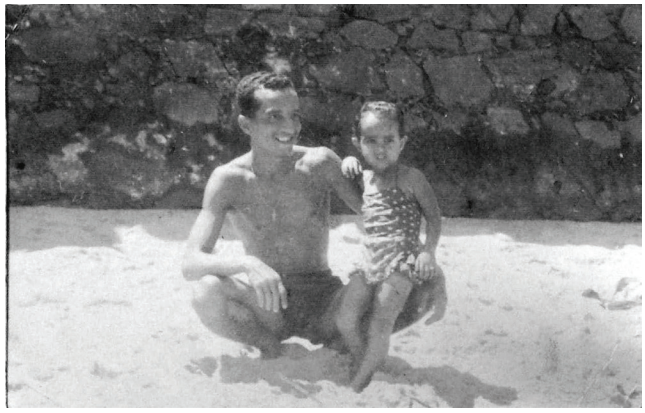
---

[223] FRENCH, 2006.

[224] FRENCH, 2022; WEINSTEIN, B. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil*: 1920-1964. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade de São Francisco, 2000.

Arantes acumulava 13 anos de serviço na Boa Viagem quando nasceu a primeira filha do casal, que somava seis anos de relação e três de casamento. Não foi uma longa espera, mas o suficiente para fazê-lo ansiar pela paternidade, então um tipo de "atestado social" da prosperidade de um matrimônio: "apesar de ter se casado em 1953", justificou Arantes, "só em 31 de janeiro de 1956 nasceu o tão esperado 'primogênito'", reconhecendo sua ansiedade – para Arantes, ser pai deveria ser mais do que um desejo pessoal, mas uma realização, sobretudo para quem não conheceu o pai e perdeu a mãe prematuramente. Suas aspas denotam a ironia ante o primeiro rebento do casal, uma primogênita na verdade, e Arantes não perdeu a chance de homenagear a quem tanto estimava: "ficou muito feliz quando soube [...] que seria uma menina, porque ele queria homenagear a sua mãe". Assim, sua primeira filha, Laurinha Arantes, recebeu o nome da avó e carregaria o diminutivo carinhoso como apelido para sempre, dentro e fora de sua rede familiar – pelas ruas mais festivas de Salvador, inclusive. A julgar pela intensa dedicação de Arantes ao serviço, pode não ser fortuito que Laurinha tenha nascido nove meses e alguns dias depois de o pai gozar de merecidas férias, o que ocorreu entre março e abril de 1955, como registra sua carteira de trabalho. Mais que uma mera coincidência, a relação entre esses eventos seria outro atestado do perfil que Arantes se empenhava para consolidar, o de alguém que colocava o trabalho à frente de tudo – até porque os lançamentos de sua carteira de trabalho mostram que ele com grande frequência preferia vender parte de suas férias em vez de usufruí-las integralmente[225].

FIGURA 41
Arantes com a filha Laurinha na praia da Boa Viagem



Fonte: acervo da família Arantes.

Um ano e meio depois do nascimento de Laurinha, o casal teve seu segundo filho. Valter Rui nasceu em julho de 1957 e Arantes, embora desejasse seu primogênito, não transmitiu ao menino o nome que herdara do pai, fazendo-o Antônio Honorato de Arantes Neto. No manuscrito, ele explicou que o nome foi sugerido por sua cunhada, sinalizando que o batismo dos filhos era uma resolução

[225] *Carteira de trabalho de Arantes*, não datado. Acervo da família Arantes.

deliberada em família. E especialmente nesse caso pode ter havido uma troca: se o nome de Laurinha foi uma escolha inegociável do pai, cultivador de sua linhagem, adiante o nome do filho foi escolhido pelo lado de Morena. Se foi isso mesmo, Arantes teve de ceder e perdeu a chance de dar prosseguimento à linhagem de seu nome – talvez àquela altura seu orgulho não fosse tão pronunciado como viria a ser. E de qualquer maneira é evidente que a escolha dos nomes reforça a destacada presença de Dona Laura na história do seu caçula: no batismo de Laurinha, a vontade de Arantes prevaleceu – se houve negociação, Morena respeitou o valor que a sogra tinha para o marido. E ao descrever o nascimento de Valter Rui, ele se entregou a boas risadas:

> na noite que ele levou Morena para a maternidade, sua comadre [Dona Doninha] como era seu costume se prontificou a dormir em sua casa para tomar conta da sua afilhada [Laurinha] durante a noite. Quando [Arantes] retornou da maternidade [...] D. Doninha estava dormindo na sua cama, e [...] para não acordá-la, adormeceu no outro lado da cama. Quando acordaram os dois deram muita risada.

O leito familiar tem pouco destaque no manuscrito de Arantes, mas é também desse lugar privado que ele atesta a castidade guardada por sua mãe, que depois de viúva teria conservado o hábito de sempre dormir com os próprios filhos, guardiões de sua reputação e memória. É dele também que Arantes confirma a intimidade de dividir a cama com Dona Doninha, mulher importante em sua história, quase uma segunda mãe. Mais uma vez, com seletividade, Arantes cruzou a fronteira entre sua imagem pública e sua vida privada para atestar aquilo que para ele assegurava a respeitabilidade da sua família, do seu lar e das pessoas a quem ele queria bem.

FIGURA 42
Laurinha e Valter Rui, os dois primeiros filhos de Arantes e Morena

Fonte: acervo da família Arantes.

Ele contou que a chegada dos filhos "foi uma fase muito difícil para todos", e não é difícil imaginar as razões disso. No fim dos anos 1950, ele ainda ocupava postos intermediários no escritório e seu salário não acompanhava o crescimento familiar. Morena também ficava sobrecarregada com a gestão da casa, o que ela exercia com duas crianças ao peito, e a caneta de Arantes descreveu, com os crivos do autor, o fardo da esposa: "Morena sempre foi uma excelente dona de casa e mãe muito cuidadosa [...] sempre dizia que nunca deixaria seus filhos com ninguém em caso de necessidade, a não ser Dona Doninha ou Mira", pessoas da confiança de ambos. O zelo com os filhos que Arantes atribuiu à esposa como um elogio confirma que pelo menos ele lidava bem com tal divisão familiar do trabalho, sendo ele o arrimo financeiro e ela a provedora dos cuidados com o lar. Suas palavras não expressam o que Morena pretendia para si e para a família, mas mostram a intenção de Arantes em tentar conciliar o seu papel com aquele que atribuía à Morena e que ela se esforçava para corresponder. Impossível saber o quanto essa divisão a contrafez: o papel de dona de casa ocupado por Morena podia não ser, necessariamente, uma redução de sua vontade, mas Arantes se sentiu autorizado a presumi-la na autobiografia que escreveu, transformando sua intromissão em elogio – e adiante será possível conhecer algumas queixas de Morena.

Segundo Rosilene Alvim, o papel do pai em uma família operária era definido pelo reconhecimento de sua responsabilidade pelo sustento financeiro do núcleo familiar e, mesmo que a renda de um trabalhador não bastasse para sustentar a casa, ele não estaria sumariamente excluído da categoria de "chefe da família", pois esta condição se vinculava também ao compromisso de prover a casa "moralmente" e de não desperdiçar dinheiro com bebidas e jogos, por exemplo. Era uma investidura mais do que financeira, portanto, e homens costumavam se atribuir o dever de sustentar a família, o que poucas vezes conseguiam, sobretudo numa indústria como a têxtil que empregava grande quantidade de mulheres. Por outro lado, a dona de casa que não exercesse atividades remuneradas deveria responder pela

administração dos recursos familiares garantidos pela renda do marido e os papéis de ambos eram estratégicos para a reprodução da unidade familiar[226]. Se o olhar retrospectivo de Arantes revela uma naturalização da diferença entre esses papéis, é possível que à época, essa não tenha sido uma escolha fácil, bancada também por Morena – e com muito esforço.

Arantes não contou que Morena trabalhara na Boa Viagem no comecinho da relação deles, preferindo omitir a prevalência da sua vontade sobre a ocupação da mulher e apenas a "presenteou" com elogios que afirmam seu esmero como dona de casa – postumamente, diga-se, uma vez que Morena faleceu antes da redação do manuscrito. Mas o acervo familiar que retém diversos registros da vida do casal também guarda a carteira de trabalho de Morena.

Ela tirou o documento dois meses antes de ser contratada pela Boa Viagem e este foi seu primeiro e único emprego formal, o que nem de longe indica que a esposa tenha trabalhado menos que o marido[227]. Morena foi contratada pela fábrica aos 19 anos de idade, em julho de 1950, quando Arantes somava quase quatro anos de serviço. A mãe de Morena ainda era viva, porque foi listada como beneficiária do seguro que a fábrica contratava para os empregados, e as entrevistas com seus descendentes sugerem que a rede familiar dessa trabalhadora em Salvador era mais consistente que a de Arantes, o que decerto permitiu que a jovem começasse a trabalhar um pouco depois do futuro marido. Morena começou na Boa Viagem dias depois de José ter a casa destelhada e interditada pela Justiça, exercendo a mesma função que este colega, a de auxiliar de escrita. Mas diferente do que aconteceria com este trabalhador e com seu futuro marido, ela não chegou a conquistar a estabilidade no emprego: a Empório deu baixa na carteira de Morena três anos depois, em 24 de abril de 1953. Depois disso, o documento serviria para testar a tinta de canetas e acumularia muitos rabiscos de suas netas[228].

A rápida passagem de Morena pela Boa Viagem estava perdida na memória familiar. Foi por ocasião desta pesquisa que sua carteira de trabalho voltou a circular pelas mãos de suas filhas e netas, que tinham lembranças rarefeitas sobre o documento e conheciam apenas as queixas que adiante Morena registraria. E não parece nada fortuito que a experiência de trabalho formal de Morena coincida com a progressão do seu relacionamento com Arantes. Em janeiro de 1950 ele ainda se dizia um "grande admirador" nas fotos com

---

[226] ALVIM, 1979, p. 106-108.

[227] *Carteira de trabalho de Gildete Almeida*, não datado. Acervo da família Arantes. Usada no parágrafo seguinte.

[228] *Ficha de Gildete Almeida*, não datado. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 15.

que a presenteou e ela se empregou na fábrica seis meses depois, para deixar o serviço em abril de 1953, exatos seis meses antes de os dois se casarem. Não seria surpresa, portanto, se para se afirmar como um legítimo "chefe de família" Arantes fizesse toda questão de que a esposa abandonasse o emprego fabril mesmo antes das bodas e quando seu salário não era tão bom...

Nas vilas operárias a autoridade masculina, da porta de casa para dentro, era constantemente ameaçada pelo poder onipresente dos patrões, por isso, para o pai de família que Arantes queria ser, era crucial exercer o controle dos seus a fim de garantir que intromissões não ocorreriam na sua casa e com a sua família – como, por exemplo, aconteceu com Vevé, acusado do furto em 1957. Como notou Rosilene Alvim, quando uma dona de casa tinha de se dividir entre o trabalho doméstico e um outro fora do domicílio, o "chefe de família" se revelava incapaz de corresponder às obrigações materiais e morais que eram tidas como de sua responsabilidade, algo que Arantes queria evitar[229]. Além disso, se ele já conhecesse – como é certo que viria a conhecer – as investidas que um gerente lançava contra uma funcionária do escritório, ele devia estar em constante alerta para cercar a noiva com o protecionismo que julgava necessário. Também não é impossível que Arantes, que foi criado assistindo a todos os esforços de Dona Laura em sua múltipla jornada de trabalho, quisesse oferecer à esposa uma vida que ele considerava melhor, dispensando-a da necessidade de trabalhar fora de casa – embora isso não deixasse de impor sobrecargas e limitações à trajetória de Morena.

Nesse ponto, a reprodução de valores conservadores e patronais era uma estratégia de garantia da dignidade que ele buscava e, agindo assim, ele construía a imagem que projetava para si, revelando aspirações materiais e simbólicas que não eram uma exclusividade sua, mas pelo menos de parte da classe trabalhadora. Os argumentos que ele usou para convencer a noiva a deixar o serviço escapam à pesquisa, mas é certo que isso aconteceu, quiçá, até como um imperativo.

A expectativa de corresponder ao padrão de vida em que a mulher se ocupa do lar, próprio da família e da mulher burguesas, não se difundia com vigor entre as trabalhadoras porque a maior parte delas estava, incontornavelmente, submetida a longas jornadas de trabalho fora de casa, sem poder assumir o cuidado diário dos filhos ou a lide doméstica – de acordo com uma visão conservadora, com inegável tom preconceituoso e racista, essa realidade produzia

---

[229] ALVIM, 1979, p. 103-108 e 117; WOORTMANN, 1981, p. 120-121.

laços familiares frouxos e degenerados[230]. Para contornar essas dificuldades, as trabalhadoras se permitiam articulações e arranjos familiares que envolviam sogras, irmãs, cunhadas ou redes de amizade, como foi o caso de Dona Laura depois da viuvez. Já o seu caçula, preferiu convencer a esposa a deixar de trabalhar fora para assumir integralmente o lar. Embora recebesse um salário apenas razoável, o desafio de ser o provedor financeiro e moral da família já era uma meta pretendida por esse homem, que estava longe de alcançá-la em termos materiais, sobretudo depois que seus primeiros filhos nasceram e sobrecarregaram a renda da casa, mas socialmente Arantes já se comportava como tal – como o tal, aliás. E essa percepção confirma o argumento de Paul Eakin, que também bem é perseguido por este livro: as imagens que as pessoas criam de si à luz da posteridade muitas vezes são paulatinamente construídas ao longo de suas vidas, ainda que como um ideal, uma meta[231].

Arantes fez questão de registrar que "naquela época era muito difícil a pessoa trabalhar e estudar simultaneamente", e se a sua dedicação à fábrica não era pouca, também não era menor que a de Morena à casa e à família. Assim como ele, ela acabou interrompendo os estudos e se esforçou para ampliar os recursos que o marido lhe transmitia para custear as despesas cotidianas, ainda que informal e "secretamente". Uma confissão de Morena se tornou história corrente entre seus filhos, netas e pessoas próximas: na ausência do marido, ela preparava cocadas e as vendia na janela de casa, o que lhe rendia módicos rendimentos e algum orgulho posteriormente. Segundo sua sobrinha Dite, que ouviu muitas confissões da tia: "ela falava muito nisso", sinalizando o valor que atribuía aos seus esforços e às pequenas subversões que se permitiu contra uma lógica machista, embora não todas[232]. Para sua neta Camila, Morena era mais machista que o próprio Arantes, que apesar de vetar o trabalho da esposa fora de casa, provava de suas cocadas e as elogiava, crente e rente que alguma vizinha prendada as preparara – ou preferindo se fazer de tolo[233]. Afinal, mais do que seus próprios rigores, os quitutes da esposa feriam as regras em vigor desde 1947 na vila, que proibiam qualquer tipo de comércio entre moradores[234].

---

230 RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: DEL PRIORI, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 578-606.

231 EAKIN, 2019.

232 Entrevista com Edite Vasconcelos, 23 jun. 2021.

233 Entrevista com Camila Gonçalves, 10 ago. 2021.

234 *Regulamento Interno de Trabalho*, 1947. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 20.

FIGURA 43
Morena e Arantes com os filhos Valter Rui e Laurinha, na primeira comunhão deles (1965)

Fonte: acervo da família Arantes.

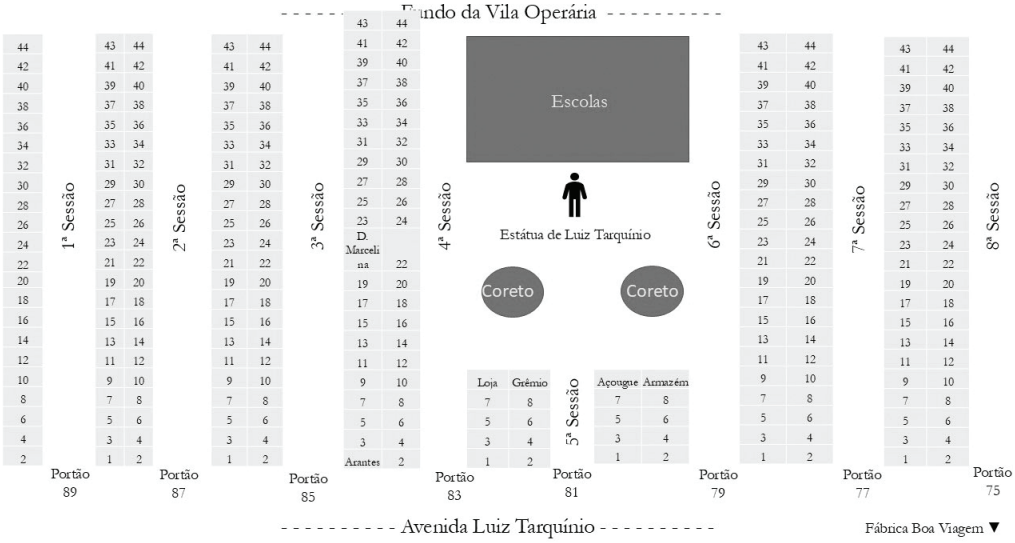
E como mostrou o tópico anterior, no começo dos anos 1960, Arantes recebeu sucessivas promoções e aumentos salariais, que folgavam a renda da família. Em 1965, quando o casal celebrou a primeira comunhão de Laurinha e Valter Rui, Morena e Arantes já não residiam na casa de número 13 do portão 79 da vila, a primeira que eles ocuparam, mas no portão 83, casa 4, com planta significativamente maior que a anterior[235]. A primeira casa era como a maioria das outras: tinha duas salas, cozinha e banheiro no térreo e dois quartos no andar de cima – o térreo ocupava aproximados 41m² e o andar, 30m². A segunda tinha um andar térreo com 87m², três salas, cozinha e banheiro, e no andar de cima eram cinco quartos numa área de 78m²[236]. Como as casas maiores passaram por reformas e foram divididas, não é possível saber o quanto de espaço a mais a família dispunha no novo imóvel, mas é certo que ele era mais amplo que o primeiro, compatível, portanto, com o crescimento da família e com as promoções de Arantes, que já administrava a vila.

---

[235] *Convite da Primeira Comunhão de Laurinha e Valter Rui*, 8 dez. 1965. Acervo da família Arantes.

[236] SANTOS, 2010.

FIGURA 44
Planta da vila operária desenhada



Fonte: elaborada pelo autor, com base nas fontes do CEDOC.

Quando o casal somava uma década e meia de matrimônio, ele com 38, ela com um a menos, a família recebeu um incremento inesperado: a caçula dos Arantes veio ao mundo em 14 de março de 1968. Arantes revelou que a menina, batizada como Liana, chegou "cercada de muita expectativa", afinal, entre o seu nascimento e o de Laurinha, havia mais de 12 primaveras. As promoções de Arantes financiavam pequenos luxos para a casa e se antes ele reclamava de dificuldades, as primeiras memórias de Valter Rui, que tinha 11 anos quando Liana nasceu, não registram a falta de utensílios domésticos como geladeira, aparelho de TV e liquidificador. Segundo Valter Rui, desde que ele se entende por gente a família podia desfrutar de algumas vantagens da modernidade então acessíveis a poucos trabalhadores[237]. Ou seja, as dificuldades que seus pais enfrentaram para criar os dois primeiros filhos nos anos 1950 estavam sendo superadas na década seguinte, quando Liana despontou, e, sintomaticamente, os critérios de batismo dos filhos de Morena e Arantes também se renovaram.

A inspiração para o nome de Liana não brotou de nenhuma audição familiar: "seu nome [foi] tirado do romance *A Toute Negra do Moinho* (*sic.*), cujo personagem agradou bastante a Arantes", escreveu ele. Essa é uma novidade e tanto para quem, anos antes e com pranteado esforço, não pôde conciliar o

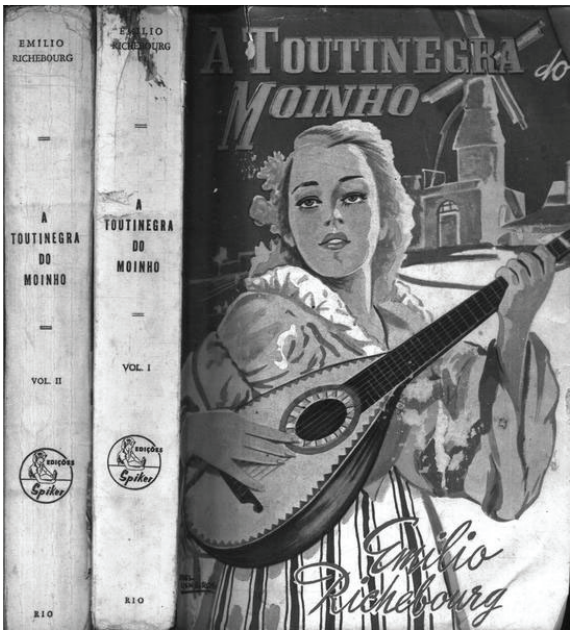
[237] Entrevista com Valter Rui Arantes, 26 jul. 2021.

trabalho com os estudos. Se Laurinha e Valter Rui nasceram quando Arantes dava os primeiros passos na carreira, Liana veio ao mundo quando ele já tinha bons cargo e salário, além de tempo para ler por gosto, ostentando valiosas credenciais de leitor. E não era para menos.

A toutinegra do moinho foi escrito pelo francês Emílio, ou Émile, Richebourg, e está enredado entre as décadas de 1860 e 1870, no contexto da Comuna de Paris e da Guerra Franco-Prussiana, sendo publicado em diversos países e em muitos idiomas a partir do final do século XIX. No Brasil, além de circular como folhetim em jornais, teve edições em livros com mais de 700 páginas e às vezes em mais de um volume, o que poderia intimidar alguém com pouca escolaridade e muito trabalho a fazer desde tenra idade. Portanto, a escolha do nome de Liana expressa um valor com o qual Arantes aprendeu a se distinguir e parece indissociável da progressão que ele galgava. E como o enredo de *A toutinegra* produziu um impacto memorável também entre pessoas de um mundo próximo – mas não tão parecido – com o de Arantes, o tema merece alguma atenção.

Uma crônica de Paloma Amado, filha dos escritores Jorge Amado (1912-2001) e Zélia Gattai (1916-2008), descreve bem como o romance circulou entre leitores com idades

FIGURA 45
Capa do livro *A toutinegra do moinho*



Fonte: disponível em *sites* de venda de livros usados na internet.

próximas de Arantes (1930-2009)[238]. Certa feita, quando Paloma já havia perdido os pais, ela recebeu uma ligação de Auta Rosa (1933-2018), viúva do artista plástico Calasans Neto (1932-2006), ambos amigos próximos de Zélia, Jorge e da própria Paloma. Auta havia se deparado com o seu exemplar da *Toutinegra* e se alvoroçou para compartilhar com Paloma um episódio que, décadas antes, vivera com os pais da amiga. Quando Auta, já adulta, ganhara um exemplar da *Toutinegra*, ela correu para contar a Jorge:

[238] AMADO, P. *A toutinegra do moinho*, 17 out. 2016. Disponível em: http://zeliagattai.org.br/coluna/11.

Auta: – Jorge, ganhei *A toutinegra do moinho*!

Jorge: – Você conseguiu, Rosa, que danada! Me lembre aí o nome do autor.

Auta: – Agora não posso, que mandei o livro para encadernar, estava soltando páginas.

Jorge: – Mas quando você receber de volta, olhe e me diga.

Auta explicou a Paloma os porquês de ter se alvoraçado tanto ao ser presenteada com o livro, situando-o para muito além do mercado editorial de Salvador. Segundo Paloma contou ter ouvido de Auta, *A toutinegra do moinho* "era um livro que todo mundo tinha que ler logo que entrava para a escola". E Auta sabia que não apenas Jorge tinha lido o romance e contou isso a Paloma: "me garantiu que foi o primeiro livro lido por meu pai [Jorge] e por [José] Saramago. No caso do escritor português, ela sabia disso por ter lido em suas memórias [...] Sabia também que Mário Quintana citou o livro, que fora publicado como folhetim em jornal de Porto Alegre".

Auta Rosa estava eufórica quando, enfim, recebeu seu exemplar encadernado e achou que encontraria Jorge no mesmo estado de espírito. Aí ligou para o amigo e descobriu que não. Jorge descasava depois de almoçar e quem atendeu o telefone foi Zélia:

Auta: – Zélia, minha filha, acabei de receber o livro!

Zélia: – Quê?

Auta: – *A toutinegra do moinho* chegou...

Zélia: – Ah...

Auta: – Diga a Jorge que o nome do autor é Emílio de Richebourg...

Zélia: – Emílio de Richebourg...

Ao ouvir o nome repetido pela esposa, Jorge abriu metade de um olho e atalhou:

Jorge: – Zélia, diga a ele que eu não estou.

É óbvio que o cálculo feito por Auta Rosa de que a *Toutinegra* era leitura obrigatória para todos que entravam na escola demarcava um mundo bem específico, cheio de livros e de quem os lia sem ter de trocar precocemente o estudo pelo trabalho. É compreensível que nesse mundo as lembranças sobre a *Toutinegra* inspirassem nostalgias, risadas ou mesmo algum desdém, pois

Jorge sequer interromperia o descanso pós-almoço para atender seu autor – morto desde 1898. Arantes não deu pistas de quando leu *A toutinegra* e não é prudente imaginar que tenha sido na sua infância, o mais provável é que ele já fosse crescido. Mesmo assim ficou evidente que ele se orgulhava por encontrar naquela leitura uma inspiração tão significativa. Detalhe: quando morou no Abrigo do Salvador, ele leu – ou pelo menos tomou emprestado – *Tereza Batista*, de Jorge, e, talvez, *Anarquistas Graças a Deus*, de Zélia[239].

É uma pena que nenhum exemplar da *Toutinegra* esteja entre o espólio de Arantes, onde poderia haver sinais de sua interação com aquele mundaréu de páginas, mas como Auta Rosa transmitiu a Paloma, José Saramago (1922-2010) foi um leitor do romance e lhe dedicou comentários entusiasmados em suas memórias. Por mais que dificilmente essa informação tenha chegado ao conhecimento de Arantes, que redigiu seu manuscrito no ano em que o livro do premiado escritor foi publicado em Portugal e no Brasil, ela não pode ser desprezada.

Como Arantes, Saramago era filho da classe trabalhadora, cresceu numa casa sem biblioteca e onde até mesmo a aquisição de jornais diários era um luxo – "luxo" que Arantes passou a cultivar tão logo pôde e ao qual se manteve fiel até o fim da vida. "Aconteceu que nessa casa onde não havia livros", escreveu Saramago, "um livro havia, um só, grosso, encadernado, salvo erro, em azul-celeste, que se chamava *A toutinegra do moinho*". Saramago atribuiu um importante mérito a Richebourg: "habilíssima pessoa na arte de explorar pela palavra os corações sensíveis e os sentimentalismos mais arrebatados", por isso, *A toutinegra* se tornou sua "primeira grande experiência de leitor". Saramago estava longe de ser um escritor mundialmente conhecido, mas a partir de sua leitura de *A toutinegra*, "o primeiro passo para lá chegar havia sido dado", segundo ele mesmo recapitulou autobiograficamente[240].

Se lidas a contrapelo, essas referências sobre o romance oferecem a possibilidade de entender como o livro passou pelas mãos de um trabalhador que no final dos anos 1960 gozava de boa colocação num mercado de trabalho onde o letramento e vários outros signos a ele associados tinham de ser demonstrados – gostos, vestuários, modos de falar. O contato de Arantes com o livro não o projetou para o mundo das letras e academias, mas sem dúvidas o gabaritava socialmente. Por mais que Arantes desfrutasse de estabilidade no serviço – conquistada dia a dia, palmo a palmo – ele vivia um constante estágio de provação sociocultural, algo que no fim de sua vida havia se transformado em orgulho.

---

[239] *Registro da biblioteca*, não datado. Acervo do Abrigo do Salvador.

[240] SARAMAGO, J. *As pequenas memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 89-91.

As memórias de pessoas bem próximas de Arantes catalogam poucos livros nas estantes da casa. Além da leitura diária que ele fazia do *A Tarde*, algumas revistas, como a esportiva *Placar* ou palavras cruzadas e jogos de lógica da *Trívia*, circulavam por ali. Havia uma coleção de enciclopédias, que não era a Barsa, uma distinção cultural e material que poucos podiam ostentar à época, e um exemplar de *Tudo que você queria saber sobre sexo mas tinha medo de perguntar*, de David Reuben, provável aquisição de sua primogênita. O livro-reportagem *Quem suicidou Juca Valente?*, que denunciava a participação do político Antônio Carlos Magalhães na morte de seu genro, também circulou por ali[241]. No entanto, entre seus familiares ninguém se recorda de ter visto um exemplar da *Toutinegra*, nem mesmo Liana.

De toda sorte, em algum momento Arantes leu *A toutinegra do moinho* ou entendeu que deveria mostrar que sua vida e sua autobiografia possuíam também uma bibliografia. Charlotte Linde chama atenção para o quanto os relatos de vida expressam o senso de identidade dos protagonistas, que através deles demonstram como chegaram a ser quem entendem que são. Tais relatos se constituem como instrumentos através dos quais os protagonistas se comprometem com os padrões morais que imaginam ter de corresponder por conta de cobranças sociais ou por uma autocobrança desenvolvida a partir de interações cotidianas[242]. Linde percebeu que para atestar seu sucesso, protagonistas de relatos biográficos se vinculam a normas e crenças que afirmam seu caráter, legitimam atributos natos e competências profissionais como o gosto pela leitura, o traquejo com números ou o fino trato com a gramática, expedientes aos quais Arantes recorreu não apenas em seu manuscrito.

Hélio Cesar conviveu com Arantes por longos anos. Quando eles se conheceram, Hélio era garoto; Arantes, um homem maduro e pai da namorada e futura esposa de Hélio, Liana. Décadas depois, a separação do casal inspirou lamentações de Arantes em seu manuscrito e Hélio, entre muitas boas memórias que guarda do antigo sogro, contou que ele gostava de corrigir o português das pessoas, garantindo que isso era feito com jeito, sem pedantismo[243]. Convergindo para a percepção de Linde, o próprio Arantes se jactava por possuir "desde sempre" uma excelente caligrafia – e diversas fontes confirmam isso. Assim, a escolha do nome de Liana marca uma inflexão na sua trajetória e na sua narrativa: ao se afirmar não apenas pela dedicação ao trabalho, o

---

[241] Entrevista com Edite Vasconcelos, 23 jun. 2021; Entrevista com Hélio Vicente Cesar, 28 jun. 2021; Entrevista com Liana Arantes, 30 jun. 2021; Entrevista com Camila Gonçalves, 10 ago. 2021.

[242] LINDE, 1993, p. 1-12 e 56-57. Usada no parágrafo seguinte.

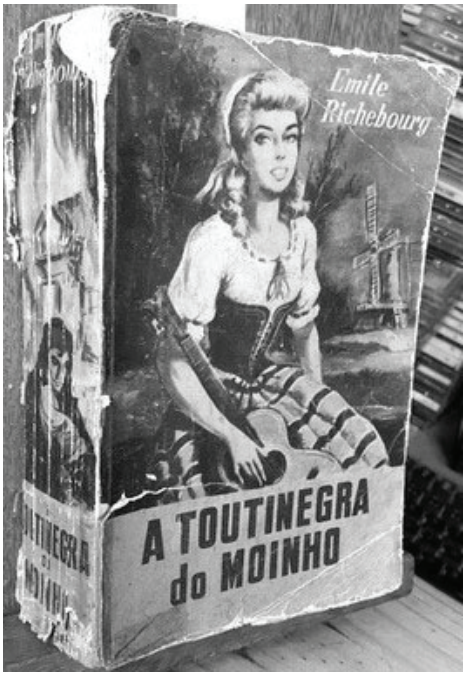
[243] Entrevista com Hélio Vicente Cesar, 28 jun. 2021.

que ele possuía e valorizava, Arantes rompeu com o que Linde chamou de "estrutura de senso comum". E nisso ele foi muito bem-sucedido, ou não é uma verdade ululante que para a imensa maioria dos soteropolitanos Richebourg não passa de *Rixi Não Sei das Quantas*?

Se dez anos antes Arantes reclamava da falta de tempo para estudar, a partir do nascimento de sua caçula ele pôde recorrer a novas ferramentas de autoafirmação. Ele derrapou levemente citando o romance como "*A Toute Negra do Moinho*", não se arriscou a escrever o nome do autor de cabeça, nem registrou outras apreciações sobre sua leitura, mas parece mesmo ter sido um daqueles leitores que tiveram o coração arrebatado pelo sentimentalismo que Saramago atribuiu à *Toutinegra*. Por isso, com alguma dose de imaginação histórica, a tentativa de recuperar o olhar que esse leitor tão singular lançou sobre o livro é valiosa e dois temas relacionados merecem atenção especial nessa empreitada: os critérios que podem ter inspirado sua escolha pelo nome de Liana e uma rígida hierarquização social que, guardadas as devidas proporções, pode ter feito Arantes refletir sobre as desigualdades marcantes no livro e no mundo a seu redor.

Apesar de tantas páginas, *A toutinegra do moinho* é modesto na quantidade de personagens – e na sua complexidade, idem. Além de poucos, os nomes femininos estão submetidos

FIGURA 46
Capa do livro *A toutinegra do moinho*



Fonte: disponível em *sites* de venda de livros usados na internet.

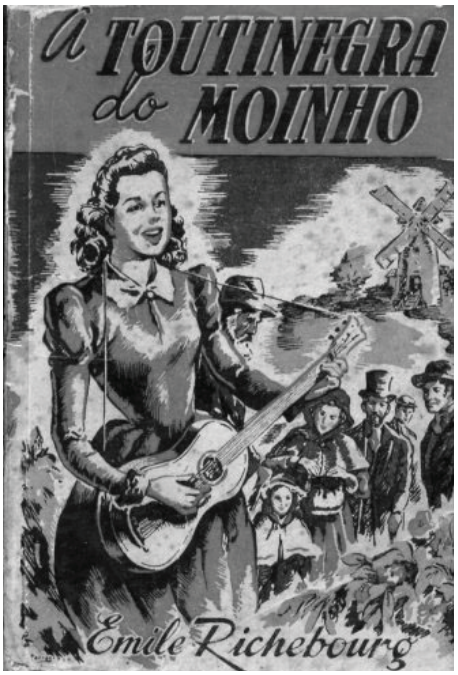
a uma óbvia oposição entre bem e mal, o que decerto já seria um critério de eliminação para esse pai-leitor quando retirou dali um nome. Com mais ou menos destaque, ele encontrou nomes como Helena, Luiza, Júlia e Branca, que pode ter considerado distintos, ou Rosa, Maria e Francisca, que batizavam muitas vizinhas suas na vila. Havia um nome bem peculiar, Aina, com origem numa cultura local da Oceania, e outro que com certeza era especialíssimo para ele: Vitória, uma de suas grandes e reconhecidas paixões. Mas ele deixou claro que sua escolha decorreu de sua identificação com a personagem e não apenas com

seu nome, então, é possível pressupor alguns critérios de sua escolha e de suas recusas.

Por exemplo, Branca e Helena são grandes amigas com protagonismo no livro, ambas situadas entre as "boas" pessoas do enredo, mas que dificilmente cairiam nas graças de Arantes. Elas se envolveram em um quadrilátero amoroso onde Helena era apaixonada por João, que estava prometido para o casamento com Branca, que teve de casar-se com Roberto, a quem não amava, para adiante ter um filho do seu grande e verdadeiro amor, João, que finalmente, jogando toda a poeira para debaixo do tapete, se casaria com Helena, por quem era secretamente amado desde o começo da história. Ainda que todos tenham trocado perdões mútuos e sido felizes para sempre, esse não era bem um exemplo do que Arantes projetava para os seus, sobretudo para as suas. Outras mulheres mereceram elogios frontais do narrador concebido por Richebourg, mas somente uma delas era plena: Liana, que protagonizava o livro e foi descrita com os maiores e mais constantes elogios. "A natureza foi para ela uma fada generosa, porque nenhum dos seus dons lhe recusou", resumiu o narrador.

As adjetivações usadas por Richebourg para descrever Liana apresentam uma parte das projeções que Arantes fazia para a filha e refletem os valores que ele carregava consigo quando beirava os 40 anos de idade – alguns mantidos até sua velhice. Na infância, Liana foi descrita como dócil, graciosa e querida por todos ("nenhum trabalho dava"). Em pouco tempo, ela dominou as quatro operações, aprendeu a ler e escrever, e aos 15 anos, além do francês, sabia alemão e inglês. Na adolescência se tornou "divinamente formosa" e "tão perfeita quanto o pode ser uma criatura", atraindo a simpatia de todos. Mas, se cortejada, sabia "sempre impor-se pela sua dignidade [...] basta-lhe um só olhar para conter nos lábios dos mais atrevidos qualquer palavra de adulação pérfida". Fisicamente, era loura, e seu caráter – sempre de acordo com adjetivos do narrador – não a deixava se invadir por abatimentos. Liana se tornou uma jovem responsável e bastante dedicada ao pai, em certa altura do livro, disse a ele: "se os insetos a têm [a previdência] por instinto [...] nós devemos possuí-la como consequência do nosso raciocínio". A Liana de Richebourg era virtuosíssima, igual a menina que Arantes queria para si e outra característica que Arantes pode ter eventualmente considerado valiosa é que a personagem se conservou virgem, ou "pura", até o casamento – é provável que tenha terminado o livro assim – e esse era um valor que Arantes cultivava dentro de casa. Porém, como algumas edições do romance anunciavam desde a capa, no quesito trabalho é possível que ele e Richebourg divergissem um pouco.

FIGURA 47
Capa de *A toutinegra do moinho*



Fonte: disponível em *sites* de venda de livros usados na internet.

Desde pequena Liana era um prodígio musical: dedilhava com habilidade um violão, apesar de preferir o piano, e cantava divinamente bem. Por causa de seu canto, belo como o de uma toutinegra, e por ter crescido numa casinha simples, geminada a um moinho, ela recebeu o apelido de Toutinegra do Moinho. Durante a velhice de seu pai de criação, um lenhador incapacitado para o trabalho pelo tempo, Liana decidiu recorrer a seus dotes musicais para sustentar a casa. O ancião não se sentiu confortável, mas Liana "considerava que ir cantar pelas ruas era exercer um mister como outro qualquer", como defendia o narrador: "ninguém deve vexar-se de procurar receber um salário honradamente ganho", ao que Arantes não se oporia.

Mas ser uma artista de rua e viver de música na trama tecida pelo livro era enfrentar um tabu social, e mesmo que quase 100 anos e um Atlântico separassem a ficção de Richebourg da caçula batizada por Arantes, ele devia concordar com isso, sendo bastante improvável que desejasse uma carreira artística para sua prole. A Liana de Richebourg recebeu pequenas fortunas entregues voluntariamente por quem a ouvia cantar e Arantes sabia que no seu mundo real nem toda cantora alcançava o mesmo reconhecimento e respeito. Além disso, diversas das fontes que apresentam Arantes – das entrevistas com pessoas de seu convívio ao seu manuscrito – sugerem fortemente que ele atribuía diferentes expectativas a homens e mulheres, o que seria outro impedimento para desejar uma filha artista. Nesse ponto, a ficção de Richebourg confrontava os valores de Arantes, mas, ainda assim, não o demoveu da ideia de batizar a filha com esse nome.

Há ainda um outro aspecto do romance que pode ter inspirado este leitor a refletir sobre o mundo em que vivia, quem sabe, incomodando-o. Além da nítida divisão entre "bons" e "maus", o enredo do livro é marcado por uma insuperável hierarquia entre os personagens: aqueles que possuem origens na nobreza são muito

mais completos em modos e atributos, cheios de virtudes inatas que os acompanham desde o berço. Os personagens reproduzem tal hierarquia nas suas interações, expressando-a em diálogos, por exemplo, e o próprio narrador insiste em afirmá-la. Pode não ser coincidência que Liana, a predileta de Arantes, seja a personagem mais afetada e injustiçada por esse tipo de hierarquia social.

Liana possuía origens nobilíssimas e, por um infortúnio, desde criança foi criada pelo lenhador mencionado parágrafos atrás, sem que ambos conhecessem o passado dela e sem que ela tenha perdido as virtudes garantidas pelo sangue nobre. Quando o filho de um conde cuja fama e autoridade corriam por toda a França enamorou-se por Liana, sem se importar com sua condição social vulgar, mas encantado por suas virtudes de berço, ela foi enjeitada pelo possível sogro. Para conhecê-la sem levantar suspeitas, o conde precisou de um disfarce: segundo o narrador, ele "não levava a roseta da legião de honra na botoeira do seu fraque", e "se não fossem as suas maneiras delicadas e o seu porte fidalgo, nada o teria diferenciado de um burguês qualquer", ou seja, um nobre era sempre um nobre, mesmo em comparação a um burguês remediado. Ao chegar na casa pobre em que Liana vivia com o lenhador, surpreso com suas muitas qualidades físicas ou morais, depois de medi-la de cima a baixo, avaliando até o seu jeito de andar, o conde se espantou: "era como a revelação da sua origem nobre". Se Liana cativou Arantes por suas virtudes, entre as quais estaria sua disposição para o trabalho, as perseguições e os preconceitos que a personagem enfrentou podem tê-lo comovido e incomodado.

Na lógica do livro, virtudes não poderiam brotar em abundância de pessoas sem berço e, quando isso aconteceu, foi para revelar a distinção de uma personagem cuja nobreza era desconhecida por todos. O conde não encontrou uma imperfeição sequer na jovem Liana, mas se opôs ferrenhamente à ideia de casamento cultivada pelo filho – que, aliás, nem era seu, mas de outro homem, o que ele fez de tudo para esconder e superar, uma vez que, pelo menos, o verdadeiro progenitor do garoto era um nobre. E Liana, desprovida de uma linhagem ilustre, ainda vivia do trabalho de cantar, algo que o conde reprovou como uma exposição excessiva.

E quando um juiz teve de sentenciar o personagem que tentou assassinar e roubar a identidade do verdadeiro pai de Liana, um fidalgo, o magistrado confessou: "o rosto desse homem [o criminoso] desagradava-me [...] *Carecia dessa distinção de raça*, dessa nobreza que se espera encontrar em um conde [...] achava-lhe duras as feições, um *olhar traiçoeiro*", grifos meus. Esse mesmo juiz interrogou Liana sem saber de suas origens, mas reconheceu nela a "distinção de raça" que faltava ao criminoso, e o narrador resumiu as impressões da autoridade: "tão pouco se parecia com as moças e mulheres que habitualmente

compareciam perante ele", e por isso, "o magistrado não pôde esquivar-se a um movimento de admiração".

Ainda que as agruras da personagem Liana sejam superadas no fim do livro, contemplando o senso de justiça de Arantes, é bem provável que a rejeição que ela sofreu tenha mobilizado sua empatia, até porque as hierarquias e preconceitos descritos no livro não eram tão estranhos à vida deste leitor. Pouco antes de ele batizar a caçula, Thales de Azevedo anotou que em Salvador a origem familiar e a cor das pessoas balizavam posições de *status* social e alimentavam preconceitos que restringiam a mobilidade social ascendente. "Até certo ponto", concluiu ele, as diferenças e hierarquias criadas por esses valores poderiam ser contornadas, mas não superadas, "pela fortuna, pela ocupação e pela educação", além do cultivo de "boas amizades" e da adoção "as maneiras brandas"[244].

Como destaca Antônio Sérgio Guimarães, as interpretações de Azevedo, bem como as de outros observadores de sua geração, criaram alguns mal-entendidos históricos que tiveram de ser revistos posteriormente por pesquisas diversas. Contudo, suas notas sobre o "*status* atribuído", pautado nas origens familiares e na cor, e o "*status* adquirido", alcançado por meio do trabalho, da formação educacional e das conquistas provenientes deles, são precisas para situar Arantes naquele contexto, como leitor, trabalhador e pai. Azevedo mostrou que investimentos em educação e trabalho eram o meio mais usado e com resultado mais seguro para a população não branca ascender socialmente e que "educação" era um conceito vasto, que implicava na adoção de hábitos culturais típicos das elites. Nas palavras de Guimarães, Azevedo mostrou que "as redes pessoais, as boas maneiras e as etiquetas aristocráticas – dependentes [...] da origem familiar – e a 'qualidade' das pessoas (isto é, sua cor)" eram os principais veículos ou principais obstáculos à ascensão das pessoas de cor em Salvador. Portanto, se Arantes percebia o mundo a seu redor tal como Thales de Azevedo o descreveu, é plausível imaginar que as dificuldades enfrentadas pela personagem Liana o tenham sensibilizado e levado a algumas reflexões – só não sabemos exatamente quais[245].

Liana nasceu quando Arantes não se esforçava apenas para garantir o sustento material da sua família, mas quando ele já queria também consolidar o perfil profissional que desejava, o que incluía além de muita dedicação ao serviço, o apreço por signos sociais de distinção, sob pena de, caso não conseguisse, ter de lidar mais frontalmente com os estigmas variados que

---

[244] AZEVEDO, 1996, p. 179-180.

[245] GUIMARÃES, A. S. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2009. p. 112-113 e 121-126.

perseguiam trabalhadores pobres e não brancos. Conhecendo o enredo de um livro que passou pelas mãos de Arantes, e na de outros baianos ilustres, é plausível pensar que sua simpatia pela personagem Liana tenha sido estimulada por todas as virtudes que ele encontrou na jovem e – quem sabe – pelo tanto que as desigualdades da trama o fizeram refletir também sobre os muitos preconceitos do mundo que o cercava. E se o tempo lhe consumiu os meniscos, incapacitando-o para a prática do basquete que apreciava na juventude – algo que visivelmente contribuiria para seu ganho de peso –, Arantes agora podia se dedicar aos livros. Assim, à custa de muitos de seus esforços, e de Morena também, a família foi crescendo.

FIGURA 48
Família Arantes na sala de um dos seus apartamentos

Fonte: acervo da família Arantes.

* * *

"Com o nascimento de Liana", conforme Arantes confessaria anos depois, ele "começou a sentir a necessidade de tentar um futuro melhor para a sua família, iniciando o processo de preparação para enfrentar a vida fora da fábrica Boa Viagem". E com certeza não foi apenas devido ao crescimento da família que este pai sentiu que deveria buscar outro emprego. Embora Arantes

recebesse um bom salário e ocupasse postos destacados na hierarquia da fábrica, quando sua filha caçula nasceu a saúde financeira da companhia proprietária da Boa Viagem não ia nada bem e Arantes com certeza sabia disso.

"Apesar de gostar muito da empresa onde trabalhava", destacou ele, "Arantes decidiu no ano de 1969 procurar outra empresa para trabalhar porque sentia intimamente que o seu ciclo na fábrica estava terminando", sem querer dizer que era a Boa Viagem que divisava a insolvência. "Entretanto", afirmou, "Arantes só poderia deixar o emprego por outro que lhe desse a tranquilidade que sempre sentia na empresa onde trabalhava há mais ou menos vinte e três anos". Segurança e estabilidade eram metas fixas para este trabalhador, que as perseguiu como pôde.

Na década de 1950 Arantes galgara alguns passos carreira acima e se esforçou, ombreado por Morena, para sustentar a família, mas só na década de 1960 ele deu passos mais largos em termos profissionais, abandonando de vez o salário mínimo e ocupando um alto posto na Boa Viagem, onde além de bons rendimentos, sobretudo para aquela empresa, ele obteve o prestígio de ser chefe de vendas e administrador da vila – uma conquista sustentada pela estabilidade que ele alcançara em 1956, quando completou uma década de serviço ali, e que lhe chegou acompanhada de grande responsabilidade. Muitas décadas depois, quando escreveu sua biografia, Arantes registrou que foi na Boa Viagem que ele viveu "os grandes momentos de sua vida". Embora o grande salto de sua carreira tenha acontecido a partir dos anos 1970, quando ele trocou por livre e espontânea vontade o emprego na fábrica por outro bem melhor na construção civil – indício de seu tirocínio profissional e dos frutos colhidos em sua rede pessoal. Se foi a partir da década de 1970 que toda a família pôde sentir um vigoroso aumento em seu padrão de vida, foi entre a vila operária e a fábrica Boa Viagem que Arantes teceu os laços mais sólidos de sua vida pessoal e profissional.

Como registra sua primeira carteira de trabalho, em dezembro de 1946, ainda jovem e franzino, medindo 1,68m de altura, Arantes cruzou os portões daquela que seria a maior escola de sua vida para trabalhar como servente. Duas décadas depois, acumulando valiosa experiência profissional, muitas ferramentas a que recorreria em seus passos futuros e uma sólida rede de relações – amigos e antigos chefes que fariam empregos bater à sua porta –, ele desafiou até os receios de Morena, que temia pelo futuro sempre incerto do marido fora da fábrica, e se demitiu, evitando conflitos e cuidando para garantir o melhor para si e para o seus – característica marcante em sua trajetória. Arantes deixou a Companhia Empório Industrial do Norte homem feito, com o peito erguido e o queixo ainda mais elevado do alto de seus 1,75m de

altura, como registra outra de suas carteiras de trabalho. E se ele saiu da Boa Viagem, a Boa Viagem não sairia de Arantes, como se verá fartamente nas próximas páginas.

PARTE III

UM TRABALHADOR EM ASCENSÃO

das redes tecidas na Boa Viagem aos alicerces da construção civil (1969-1986)

Introdução

Embora Arantes não tenha recorrido a nenhuma exclamação para pontuar sua saída da Boa Viagem, essa passagem do manuscrito bem que merecia uma. Os termos da negociação que ele estabeleceu com seus empregadores ao deixar a fábrica, se comparados à saída de outros trabalhadores, mesmo de gente do escritório e com longa trajetória na companhia, confirmam que suas relações ali eram boas com chefes e colegas, e que eram também bastante diferenciadas. Para deixar a Boa Viagem, Arantes contou com um amigo seu de infância, que àquela altura trabalhava no ramo da construção civil e pôde lhe abrir portas e garantir a nova colocação profissional que o lançou de uma empresa decadente para um setor em franco crescimento. As próximas páginas descrevem a saída de Arantes e de outros trabalhadores da fábrica Boa Viagem e de sua vila, onde ele não deixaria de ser um frequentador assíduo como visitante e até como morador por um breve período. Dois de seus melhores amigos e compadres também serão apresentados para demonstrar uma parcela expressiva e sintomática das redes que Arantes estabeleceu e cultivou por ali. Em seguida, a história avança sobre uma importante quadra de sua vida, quando ele trabalhou em escritórios de construtoras baianas e elevou o pé direito da carreira que edificava.

Uma demissão negociada

Conforme escreveu no manuscrito: "apesar de gostar muito da empresa onde trabalhava, principalmente das pessoas com quem convivia no escritório e na vila operária, Arantes decidiu no ano de 1969 procurar outra empresa para trabalhar porque sentia intimamente que o seu ciclo na fábrica estava terminando". Discreto, ele não contou que já havia alcançado um teto profissional na fábrica, e, talvez por respeito, preferiu não dizer que, na verdade, era o "ciclo" da Boa Viagem que se encerrava. Àquela altura a falência da fábrica devia parecer certa para seus empregados, que experimentavam demissões ou assistiam, na vila, a despejos de antigos vizinhos. E é de grande valor também a sua confissão sobre seu gosto de trabalhar com os colegas que tinha no escritório.

Ali, Arantes havia se tornado colega de Dona Amália, antiga funcionária da fábrica que inclusive conhecera Dona Laura. Um dos filhos dela, também crescido na vila, se tornou grande amigo de Arantes e foi quem bateu à sua porta com uma promissora oportunidade. Arantes contou que em agosto de 1969 recebeu "uma proposta para mudar de emprego para ganhar o triplo do que percebia na fábrica". A oferta era de "seu amigo de infância e padrinho do seu filho Valter Rui, de nome Joselito", um personagem com grande influência na vida de Arantes e que receberá mais atenção algumas páginas à frente. A proposta alvissareira, contudo, inspirou algumas inseguranças e demandou muita negociação. E não custa destacar o sentido que Arantes deu a ela, sugerindo que não estava à procura de um novo emprego.

Apenas três meses depois de tê-la recebido – indício de um amadurecimento prolongado e cuidadoso da ideia –, ele entregou sua carta de demissão aos superiores na Boa Viagem, em 18 de novembro de 1969, um documento cuja cópia segue conservada entre seus papéis. Nele, Arantes oficializou uma notícia que, segundo o próprio, havia sido informalmente transmitida aos superiores oito dias antes – portanto, entre agosto e novembro o assunto foi mantido fora do alcance dos patrões. Em tom humilde e atento à negociação que sabia necessária, primeiro ele ofereceu, como de praxe, sua disposição para o trabalho: "espero que tenha desincumbido bem as tarefas que me foram confiadas, e coloco-me à disposição dos senhores a qualquer momento que sentirem a minha colaboração necessária", datilografou à sua maneira. Em seguida, registrou seus agradecimentos e pediu uma dispensa: "como assuntos ligados a meu interesse obrigam-me a me desligar do quadro de funcionários dessa empresa no dia 30 do mês em curso, desejo que me desobriguem do total aviso prévio". Por fim, penhorou sua gratidão e deferência: "confesso-me mui grato pela oportunidade que tive de servir nesse estabelecimento,

e aproveito o ensejo para reiterar-lhes protestos de alta estima e consideração"[1]. Seu colega e amigo Nelito assinou o documento como testemunha, firmado e carimbado também pelo presidente do Sinditêxtil.

No fim dos anos 1960 parece improvável que Arantes cultivasse vínculos voluntários com o sindicato e devia estar dispensado de contribuições obrigatórias. Numa lista que contabilizava pouco mais de 1100 trabalhadores que contribuíam mensalmente com a entidade, feita em março de 1964, seu nome não apareceu – o documento foi lavrado em 10 de abril no Sinditêxtil, a pedido dos diretores da Boa Viagem, indício forte de que esse controle não era fortuito e tinha relação com os acontecimentos políticos daqueles dias. Nomes de funcionários como Eunice, Nelito e José Calazans, aparecem na lista, mas o de Arantes não. Àquela altura ele já ocupava cargos de confiança e talvez por isso não tenha sido listado como contribuinte compulsório do sindicato, assim como outros chefes do escritório[2]. A confiança dos chefes era um valor conquistado e mantido diariamente e vínculos sindicais poderiam não contribuir para ela.

Tudo indica que os diretores da Boa Viagem não gostavam muito de empregados sindicalizados: algumas propostas de filiação ao Sinditêxtil ainda se encontram disponíveis à pesquisa nessa instituição, somando aproximadamente 1740 fichas, entre as quais aparecem 71 nomes de trabalhadores da Boa Viagem. E mais baixo ainda é o número desses trabalhadores que residiam na vila: dos nomes encontrados, dois não tiveram a residência informada, 16 residiam na vila e 56, fora dela – 79% da amostra. Como esse era um direito negociado diretamente com os patrões, cujos critérios poderiam afastar os trabalhadores sindicalizados, a sindicalização na Boa Viagem parece ser mais baixa que nas outras fábricas têxteis de Salvador – de acordo com uma análise bastante parcial das fontes do Sinditêxtil. Essas fontes precisariam de um tratamento quantitativo detalhado para fazer mais sentido, mas circunstancialmente seus números indicam que, além de os diretores da Boa Viagem evitarem trabalhadores sindicalizados, eles teriam ainda menos oportunidade de ganhar uma casa na vila. É possível, portanto, vislumbrar como esses critérios patronais refletiam nas relações e nas escolhas de Arantes, que inclusive precisava continuar residindo ali.

---

1 *Carta de demissão*, 18 nov. 1969. Acervo da família Arantes.

2 *Relação de empregados da Boa Viagem que contribuem para o Sinditêxtil*, mar. 1964, *Centro de Documentação e Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana, Fundo Luiz Pamponet* (CEDOC/UEFS, FLP), cx. 18. Usada no parágrafo seguinte.

Maiores detalhes do acordo que ele estabeleceu com seus empregadores ao deixar o emprego escapam a essa pesquisa e na sua carta de demissão ele deixou de consignar um pedido destacável, registrado apenas em seu manuscrito, pelo visto, acertado informalmente com seus chefes. Com uma frase sintética, ele contou que "quando saiu da fábrica pediu um prazo de um ano para desocupar a casa onde morava", no que foi integral e excepcionalmente atendido, talvez ainda pagando o módico aluguel de 30,24 cruzeiros novos que até pouco tempo era descontado de seu ordenado[3]. É impossível que ele não aquilatasse, já à época, o valor dessa anuência patronal, que nem todos os trabalhadores usufruíam naqueles dias. Por isso, é oportuno comparar as condições em que ele deixou a Empório com as de outros trabalhadores.

Uma anotação avulsa e única entre os documentos da companhia descreve a saída de cinco empregados da fábrica sem especificar se eles foram dispensados ou se pediram demissão, mas parece certo que alguns foram despedidos, talvez até por justa causa. A fonte revela o resultado de negociações entre patrões e empregados e foi redigida no começo de junho de 1968, pouco depois das ebulições globais de um maio notável. Suas poucas linhas apresentam cálculos precisos da administração da fábrica discriminando o valor pago a cinco trabalhadores e o quanto eles deveriam ter recebido – dada sua excepcionalidade, é de se considerar que este acervo, antes de ser doado a um centro de pesquisa e aberto ao público, tenha sido refinado com alguma seletividade patronal.

Dois xarás de Arantes não se deram tão mal: um Antônio recebeu muito do que lhe era devido, NCr$ 2.800,00 de NCr$ 2.878,53, e outro recebeu pouco mais que a metade daquilo que a fábrica calculava: NCr$ 732,51 de NCr$ 1.231,72. Mas a contabilidade referente a José Carlos dos Santos e Maria Assis é assustadora: ele recebeu 80 cruzeiros novos (13%), de um total de NCr$ 606,20, e ela ficou só com 50 cruzeiros novos dos NCr$ 834,00 que merecia – conforme, insisto, matemática feita no próprio escritório da fábrica[4]. Dos cinco listados, apenas um pode ser encontrado noutras fontes e sua situação amplia as discrepâncias entre os demais. Haroldo Cruz era contramestre no controle de qualidade da Boa Viagem e recebeu NCr$ 1.209,23 dos NCr$ 2.015,39 que lhe eram devidos, porém, seis meses depois da aparente demissão, ele foi indicado pela fábrica para tomar parte em um curso de aperfeiçoamento oferecido pelo Senai e em fevereiro de 1969 residia na casa de número

---

[3] *Relação dos moradores da vila operária*, 1968. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

[4] *Acordos feitos em maio de 1968*, 3 jun.1968. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

39, do portão 79 da vila[5]. O mais provável é que esse contramestre tenha feito um acordo amigável para receber rescisões ou o recém-implementado FGTS. Outra possibilidade que não pode ser descartada é que a fábrica, depois de demiti-lo, tenha precisado recontratá-lo, a contragosto ou não, para um posto que tinha lá as suas especificidades, uma vez que os diretores se queixavam com frequência da falta de braços qualificados.

Os números dessa amostra enxuta indicam profundas diferenças no valor pago aos cinco empregados e muitos critérios podem tê-las influenciado, como as investigações sobre o furto de 1957 revelaram tantas páginas atrás: desvios denunciados por desafetos; o tempo de serviço e o posto de trabalho que cada um deles ocupava; suas articulações com colegas ou superiores, que podiam facilitar o acesso a favores ou fortalecê-los para reivindicar direitos; inabilidade para exercer suas tarefas; discricionariedades ou perseguições de chefes, pautadas em diferenças de comportamento, cor, idade, qualificação, renda ou gênero – quem recebeu a menor quantia, apenas 6% do que merecia, foi justamente a única mulher dos cinco dispensados. Qualquer trabalhador reconhece muito bem a diferença entre ser demitido, o que decerto foi o caso de alguns dessa amostra, e pedir demissão por vontade própria tendo algo melhor em vista, o que aconteceu com Arantes, que, assim como o contramestre Haroldo, teve margem para negociar com seus empregadores. Àquela altura, continuar residindo na vila era uma prerrogativa e tanto para Arantes e Morena.

À medida que a falência batia nos portões da Empório, além de demissões, muitos trabalhadores enfrentaram despejos e precisaram brigar para permanecer na vila, reivindicando dívidas trabalhistas ou outros direitos. As fontes da Empório mostram que mais de 1400 pessoas, entre trabalhadores e familiares não necessariamente com vínculos empregatícios, residiam na vila no fim dos anos 1960[6]. Mesmo famílias com décadas de serviços prestados à companhia perderam o direito de residir ali e um exemplo ilustrativo disso está na história abrigada na casa de uma antiga vizinha e amiga de Arantes: Eunice Pinto de Souza, aquela em cuja mesa estava o dinheiro furtado em 1957.

Poucos meses antes de Arantes se demitir, Eunice também decidiu deixar a fábrica para trabalhar numa empresa do recém-instalado Centro Industrial de Aratu – mobilidade profissional bem mais acessível aos funcionários do escritório ou aos técnicos da oficina que aos trabalhadores do chão daquela fábrica têxtil. Eunice pretendia continuar residindo na vila mesmo sem vínculos

---

[5] *Relação nominal do pessoal inscrito para Curso de TWI*, 18 nov. 1968. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18; *Moradores da Vila em atividade*, fev. 1969. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

[6] *Relação dos moradores da vila operária*, 24 dez. 1968. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

empregatícios, mas não tardou para que a companhia exigisse que sua família deixasse o imóvel que seus pais haviam ocupado na década de 1920. Eunice e os irmãos moravam ali, alguns não trabalhavam mais na fábrica, seu pai tinha falecido e somente sua mãe era viva. E muito viva.

Como foi contado páginas atrás, Eunice possuía uma trajetória parecida com a de Arantes: era a segunda geração de uma família de trabalhadores da Boa Viagem, se criou na vila e pelo menos desde meados dos anos 1950 trabalhava no escritório, onde era funcionária de confiança, responsável pela folha de pagamento da empresa. No final dos anos 1960 ela residia na casa nº 2, do Portão 85, porta com porta com a família Arantes, que morava na casa de número um. Ao saber que teria de deixar o imóvel, Eunice e a mãe recorreram à Justiça para reivindicar o direito de permanecer ali em dois processos distintos. Quem primeiro judicializou o conflito foi Dona Maria Rosa, mãe de Eunice, e o fez quase simultaneamente à demissão da filha, indicando que houve pouco espaço para negociações entre elas e a administração da Boa Viagem – diferente do que aconteceu com Arantes. Outras passagens da história de Dona Maria Rosa na Boa Viagem, contudo, mostram que tal disposição para o conflito não era sua única habilidade, uma vez que ela assumiu funções representativas entre os trabalhadores da fábrica e, quando foi atendida em alguns dos direitos que a assistiam, ela – aparentemente – não dilatou conflitos com seus patrões.

Em 1942, quando somava 22 anos de serviço como tecelã, Dona Maria Rosa levou um escorregão entre os teares e fraturou o braço direito. Ela perdeu temporariamente a sensibilidade no membro, sentia formigamentos e teve a mão direita semiparalisada, como atestaram médicos que a avaliaram. Por isso, em respeito à legislação em vigor, ela foi afastada do serviço por um ano e recebeu, durante toda a licença, aproximados quatro contos e quatrocentos mil réis – quando o salário-mínimo era calculado em oito mil duzentos e quarenta réis. Garantida por alguns direitos, que incluíam o seguro pago pela companhia, ela engravidou do último filho e se aposentou quatro anos depois por tempo de serviço, quando pelo menos três de seus filhos, Eunice, Maria e Walter, já trabalhavam na fábrica[7]. Até ali, sua relação com a direção da fábrica não parecia ter azedado.

Como Dona Maria Rosa integrou a Sociedade Beneficente 24 de Julho, ela também recebeu auxílios pecuniários pagos pela entidade até 1949, uma ajuda que poderia decorrer do acidente que fraturou seu braço. Os relatórios da entidade mostram que ela e o marido, seu José Pinto de Souza, eram sócios da

---

[7] Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciária, Autos Cíveis 142-131-3.

24 de Julho desde o final da década de 1920 e exerceram cargos ali: ele integrou a comissão de sindicância de 1936 até as vésperas de sua morte, em 1952, e ela presidiu a sociedade nos seus estertores, de 1961 a 1964[8]. No começo dos anos 1960, a 24 de Julho estava à míngua, sem receber um novo sócio desde a década de 1930, e com 134 sócios pensionistas para somente 12 contribuintes, sua contabilidade era aliviada por aportes da companhia e com o rendimento de alguns investimentos, mas iam de mal a pior. Como a presidência da sociedade era ocupada por nomes eleitos em assembleia de sócios, Dona Maria Rosa devia ter alguma influência sobre seus colegas, que àquela altura eram trabalhadores bem antigos por ali, conhecidos seus de muito tempo. É quase impossível que ela não tenha tido algum contato com Dona Laura, mãe de Arantes, que assim como ela, era tecelã da fábrica, moradora da vila e recebera recursos da 24 de Julho quando Dona Maria Rosa também era assistida pela agremiação em 1943. Mas nem os filhos de Dona Maria Rosa nem o de Dona Laura ingressaram nessa entidade – amigos, com certeza eles eram.

No fim dos anos 1960, Dona Maria Rosa não dispunha de qualquer assistência da 24 de Julho e tampouco

FIGURA 49
Dona Maria Rosa

Fonte: acervo da família Pinto de Souza.

poderia buscar direitos na Justiça do Trabalho, que não teria razão para acolher uma queixa de uma trabalhadora àquela altura já aposentada. E como nem ela nem seus filhos possuíam vínculos com a Empório, eles não tinham motivo para temer retaliações maiores do que aquelas que já batiam à sua porta. Por isso, Dona Maria Rosa e Eunice não contiveram seus ânimos.

Ela procurou a Justiça para reivindicar o direito de seguir pagando os aluguéis, algo que a empresa se recusava a receber[9]. Ela argumentava que com a morte de seu José em 1952, "a locação passou para o seu filho e depois para a sua filha", uma informação valiosa. Como nessa data Dona

[8] *Relatórios anuais da Sociedade Beneficente*, 24 de Julho, 1929-30 e 1961-4. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 22.

[9] APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 10A-358-14.

Rosa ainda trabalhava na fábrica e Eunice era a mais bem colocada de toda a família naquela hierarquia, se a administração priorizou, primeiro, alugar a casa em contrato celebrado com um varão da família – que inclusive era mais moço que Eunice – é um indício de que homens teriam preferência na hora de assumir o contrato de uma casa, mesmo que na hierarquia doméstica eles eventualmente prestassem contas à mãe ou às irmãs. Essa informação demanda e permite aprofundamento.

Os critérios de locação das casas da vila pareciam mesmo atender de maneira distinta a homens e mulheres. De acordo com cálculos de Marilécia Santos, a maioria esmagadora dos empregados da Boa Viagem foi composta por mulheres em quase toda sua história e no fim da década de 1930 a fábrica empregava 65% de mulheres e 35% de homens[10]. No fim dos anos 1950, a documentação da fábrica revela a mesma proporção: 456 dos empregados eram homens, ao passo que 939 eram mulheres, 33% e 67% respectivamente[11]. Porém, no que se refere aos contratos de locação de uma casa da vila, o número de homens era só um pouco menor do que o número de mulheres que assumiam essa responsabilidade. Quando Dona Maria Rosa e Eunice brigaram pelo direito de permanecer morando ali, seus administradores listaram 241 nomes de responsáveis por contratos das casas – algumas estavam vazias ou sem condições de serem habitadas. Desses nomes, 129 eram mulheres (54%) e 112 eram homens (46%)[12]. Portanto, havia uma proporção desigual entre o número de mulheres empregadas e a quantidade delas que poderiam assumir a locação de casas – ainda que da porta para dentro elas fossem o arrimo de algumas famílias. Homens e mulheres eram tratados diferentemente na hora de assumir o contrato de uma casa na vila, em franco prejuízo delas. E isso não só aumenta o sentido da briga que mãe e filha compraram com a fábrica, como amplia suas diferenças com a casa defronte à que elas vivam, onde residia a família "chefiada" por Arantes.

Já sem nenhum direito expresso por lei para permanecer na vila, Dona Maria Rosa constituiu como seu advogado aquele que também atendia à sua filha, tentando se antecipar a um despejo e pautada naquilo que percebia ao seu redor. O argumento mais técnico de seu advogado era uma comparação: "tantos são os ocupantes [...] já há muito sem vínculo empregatício". De resto, o bacharel apostou em reproduzir as idealizações que as memórias dos moradores da vila manifestavam sobre um tempo nostálgico, em que a Empório "executava

---

[10] SANTOS, 2010.

[11] *Dados sobre operários por setor*, 11 fev. 1957. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 19.

[12] *Relação dos moradores da vila operária*, não datado. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

pioneiro plano de assistência social aos empregados" e "vivia a fase áurea de sua existência, onde pontilhava o trabalho empreendido por Luiz Tarquínio, por isso mesmo ídolo de todos empregados da empresa"[13]. É provável que o advogado tenha escutado tais argumentos de suas clientes, e decerto eles superestimam e idealizam Tarquínio, mas não deixa de ser expressivo notar que através de seus representantes legais os trabalhadores usavam do mito cultivado pelos próprios gestores da Empório para confrontá-los.

Em depoimento, Dona Maria Rosa denunciou a desigualdade que via de perto, recorrendo a argumentos que não eram propriamente técnicos ou legais: "na Vila Operária, existem várias outras pessoas que também estão aposentadas e que continuam residindo [nas] casas", queixou-se, "não sendo justo" que a fábrica exigisse que ela desocupasse um imóvel. Nesse momento, sua sinceridade somava-se à sua chateação, o que a fez protestar em nome da filha demissionária: "tendo [Eunice] se retirado da firma em maio deste ano [1969], porque [...] depois de trabalhar 24 anos, arranjou coisa melhor", exclamou[14].

As duas pessoas que testemunharam em favor de Dona Maria Rosa confirmaram sua denúncia. Os pais do funcionário público federal Lourival dos Santos haviam trabalhado para a Empório e ele nasceu na vila, mas desde 1965 morava fora dela, no bairro do Uruguai. Ainda assim, ele garantiu: "conhece bem o que se passa na firma". E podia, por exemplo, "informar que na [vila] residem muitas pessoas que atualmente estão aposentadas e mesmo pessoas que nunca trabalharam para ela [a fábrica]", e até citou nomes como exemplo – mas sem citar Arantes, que estava ali autorizado por seus antigos patrões, mesmo quando já servia a outros. Ele mencionou a "fase áurea" da companhia, contando que ouviu dizer "que Luiz Tarquínio quando fundou a vila era para as casas serem entregues aos operários da firma depois de passados certo número de anos, como prêmio", e que ele "conhece mesmo uma casa nessas condições, segundo ouviu falar". De novo, o mito de Luiz Tarquínio era usado para confrontar seus sucessores. Mesmo sem morar na vila, ele se mantinha ligado a ela: "ouviu dizer que a firma [...] tem entendimentos com o Banco Nacional de Habitação para levantar no local um conjunto habitacional"[15].

Outra testemunha sugerida por Dona Maria Rosa, José Torres Cerqueira, também nascido e criado na vila, era técnico de administração e residia no Bonfim. Segundo ele, "os operários [...] estão assombrados porque além de existir muitas casas em estado de abandono [...] [ele] ouviu falar que a firma

---

[13] *Petição*, 4 jul. 1969. APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 10A-358-14, f. 17-18.

[14] *Depoimento de Maria Rosa*, 5 ago. 1969. APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 10A-358-14, f. 26.

[15] *Depoimento de Lourival dos Santos*, 20 maio 1970. APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 10A-358-14, f. 65.

[...] pretende [desocupar] o terreno da vila para vendê-la [...] para a Companhia Souza Cruz", acrescentando que uma tia sua se encontrava nas mesmas condições de Dona Maria Rosa, ou seja, ameaçada de despejo[16].

A amostra de testemunhas a quem Dona Maria Rosa recorreu é reduzida, mas sugestiva. Trabalhadores que ainda residiam ali e precisavam evitar conflitos com a companhia não seriam as melhores testemunhas, embora pudessem confirmar tudo o que ela denunciava, por isso Dona Maria Rosa indicou pessoas que conheciam bem a vila, mas que já tinham se mudado dali. O processo não informa suas idades, mas conta que eles tinham profissões que exigiam maior grau de escolaridade, o que com certeza contribuía para sua manutenção fora da vila e para os riscos de se apresentarem à Justiça contra a fábrica. E isso é indício de que ambos eram de uma geração que gozou de mais oportunidades de estudo, o que lhes permitiu ocupar melhores posições no mercado de trabalho, assim como Eunice e Arantes. Se os planos idílicos de Luiz Tarquínio previam que a vila abasteceria continuamente a fábrica com mão de obra operária formada nos critérios da empresa, depois de algumas gerações, trabalhadores que crescerem ali se projetarem para fora dela, querendo mais e melhor para si, e os planos dos proprietários da Boa Viagem precisavam se adequar aos novos tempos. Contudo, nem todos os moradores podiam deixar a vila com a mesma facilidade. Nesse momento, a rede de apoio de mãe e filha se assentou na associação com aqueles que haviam rompido relações com a Empório – o que não era o caso de Arantes.

E houve tensão em uma das audiências do processo de Dona Maria Rosa. O clima esquentou quando a advogada da Empório tentou impugnar a audição das testemunhas trazidas pela inquilina, em face de um dos filhos de Dona Maria Rosa "haver se retirado desta sala várias vezes para conversar com as testemunhas", denunciou a advogada. Aí o juiz interpelou o rapaz, que sem constrangimento, declarou em alto e bom som que as testemunhas "instruídas já estavam sobre o que deveriam declarar"[17]. E de fato elas confirmaram o direito seletivo que Dona Rosa sabia que chegava alguns dos moradores da vila, contrariado as reminiscências idealizadas sobre o passado da Empório e descrevendo o seu presente de crise.

Quem também teve de comparecer a uma audiência foi o diretor da Empório, Antônio Ruas – o "sr. Ruas" do manuscrito de Arantes, aquele que lhe segredara o quanto ele era um funcionário bem-quisto e diferenciado no escritório. Esse diretor defendeu sua empregadora argumentando que "as casas

---

[16] *Depoimento de José Torres Cerqueira*, 3 dez. 1970. APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 10A-358-14, f. 85.

[17] *Ata de Audiência*, 20 out. 1969. APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 10A-358-14, f. 45.

são destinadas para aqueles que trabalham para ela" e que a companhia estava "com falta de contramestre de tecelagem e também de tecelões justamente por não ter [...] disponibilidade de casas para fornecer como residência"[18]. O advogado de Dona Maria confrontou o diretor com os boatos e valores que suas clientes lhe participavam e que deviam ser comungados pelos diretores, arguindo, por exemplo, que um certo imóvel virara "um antro de perdição" desde que a esposa do morador tinha viajado para fora de Salvador. O diretor explicou que não podia saber de tudo e que a vila dispunha de seu conselho administrativo que se encarregavam de atender reclamações como aquelas. Não é possível ter certeza se Arantes ainda era um de seus membros, o mais provável é que não, de toda sorte, a vila parecia mal administrada, a ponto de um diretor ser constrangido pelo que acontecia ali.

O conflito se prolongou e em junho de 1971 mãe e filha sofreram uma primeira derrota, com a decisão de que Dona Maria Rosa não tinha direitos para reivindicar a permanência de sua família. Mas a disputa seguiu adiante, com todos vivendo ainda na mesma casa, num processo nominalmente aberto pela Empório contra Eunice[19]. E seu advogado continuava sem argumentos técnicos para defender suas clientes. Ele tentou arguir um tal "pacto locativo independente e autônomo de um contrato de trabalho", que nunca teve respaldo legal, e deu exemplos de gente que morava ali "sem jamais ter sido seu empregado" ou sem pagar aluguel, o que era verdade. Os balanços da companhia indicavam que havia moradores isentos de pagamento, mas o tratamento desigual que a administração da Empório dispensava a seus trabalhadores não era necessariamente ilegal e, sem ter um membro da família empregado na fábrica, a situação da família de Eunice se tornou insustentável. O advogado chegou a mencionar que a companhia recorria a um regulamento de 1966 para tanger a família dali, mas que ela ocupava a casa desde os anos 1920, portanto estaria submetida – e talvez habituada – a outras regras, mas não teve jeito[20].

---

[18] *Depoimento de Antônio Ruas*, 20 out. 1969. APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 10A-358-14, f. 46.

[19] APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 225-522-6.

[20] *Petição*, 8 mar. 1971. APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 225-522-6, f. 51-55.

FIGURA 50
Dona Maria Rosa

Fonte: acervo da família Pinto de Souza.

Lamentavelmente não há registro da audição de nenhuma testemunha no processo aberto contra a ex-secretária: a Boa Viagem listou dois nomes, Rubens Marques, médico da fábrica, e Nelito Mendes, que fora promovido à chefia da contabilidade; já o advogado de Eunice indicou quatro nomes, sem dúvidas sugeridos por sua cliente, e um deles era o de Arantes. É uma lástima que tais depoimentos não tenham sido registrados, se é que aconteceram. Arantes deixara a vila havia pouquíssimo tempo e seria capital saber como ele se comportaria no conflito entre seus antigos chefes e uma colega de escritório tão próxima como Eunice, de quem ele era amigo – além do telefone guardado em sua última agenda, descendentes de ambas as famílias entrevistados durante essa pesquisa afirmam isso. Da mesma forma, o testemunho de Nelito informaria muito sobre as escolhas que ele faria diante daquela disputa – recém-promovido a uma chefia, Nelito ainda residia na vila, em condições que esta pesquisa não pôde apurar.

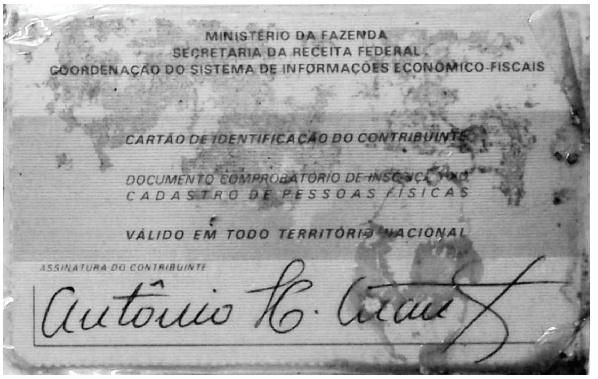
Em abril de 1973, quase quatro anos depois de Eunice se demitir da Boa Viagem, sua família entregou as chaves do imóvel à empresa. Nessa ocasião, Arantes estava morando em Amaralina, no apartamento que ele comprou algum tempo depois de negociar sua demissão.

Eficiência, boa vontade, entusiasmo e élan

Arantes contou em seu manuscrito que, "com o nascimento de Liana", ele "começou a sentir a necessidade de tentar um futuro melhor para a sua família, iniciando o processo de preparação para enfrentar a vida fora da fábrica Boa Viagem". E a ênfase que ele colocou na progressividade de seu desligamento do serviço não parece ser um exagero retrospectivo desse autor, afinal, deixar a fábrica sem perder a casa na vila não foi um desafio fácil, nem o único que ele enfrentou. "Inicialmente", ele escreveu: "Arantes providenciou tirar seus documentos pessoais porque pelo fato de começar trabalhando desde os dezesseis anos de idade ele possuía apenas a Carteira de Trabalho [...] e para enfrentar a vida fora da fábrica Boa Viagem precisaria ter os demais documentos de um cidadão brasileiro".

Ele não especificou o documento a que se referia, mas é possível que fosse o Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC), como era tratado o Cadastro de Pessoa Física (CPF), documento que retinha uma marcante distinção familiar.

FIGURA 51
Verso do Cartão de Identificação do Contribuinte de Arantes



Fonte: acervo da família Arantes.

Uma vez tomada a decisão de trocar de emprego, segundo o próprio Arantes, ele "quase perdeu esta chance por dois motivos". Depois de anunciar a demissão aos chefes, com a autorização apalavrada de permanecer na vila por um ano, em troca de seus longos serviços prestados e do empenho anunciado por Arantes de estar à disposição dos antigos patrões, "a qualquer momento que sentirem a minha colaboração necessária", a efetivação de seu desligamento foi lenta, levando angústia à família, porque a Empório "demorou dois meses para dar o 'de acordo' na sua carta de demissão", escreveu ele. E nesse período, ou mesmo adiante, enquanto viveu na vila, não é impossível que ele tenha sido solicitado a dar um pulo no escritório para auxiliar algum colega ou diretor, o que ele certamente faria sem reclamar – pelo menos não abertamente.

Mas Arantes confessou outro motivo que o fez quase perder o novo emprego: "sua esposa tinha receio que ele não se adaptasse [a] trabalhar fora da fábrica". Os receios da mulher, citados comedidamente pelo homem, revelam uma pequena amostra dos diálogos travados pelo casal, entre si e com quem mais eles confiassem para dividir a notícia, e não deixam dúvidas de que essa era uma decisão que não seria tomada apenas por ele. Tão acostumada a ver o marido trabalhando há décadas na fábrica, onde a imensa maioria de seus amigos e parentes trabalhavam e onde Arantes decididamente se destacara, Morena tinha lá suas razões para recear pela mudança de emprego do marido e pelo futuro que os aguardava, algo sempre incerto para quem só tem a força de trabalho para vender. E por conhecer bem o esposo e compartilhar com ele alguns valores, mas não todos, ela sabia que o desafio que ele se impunha de ser o único arrimo financeiro da família ampliava riscos.

Arantes não contou, mas os documentos que ele teve de tirar para se sentir – sem necessariamente só então ter se tornado – um "cidadão brasileiro" era uma prerrogativa que,

se dependesse dele, não alcançaria a esposa. Por mais que ele percebesse que documentos tão relacionados à sua vida profissional garantiam sua cidadania, da porta de casa para dentro essa "cidadania" era relativa e desigual: filhos do casal e a sobrinha Dite afirmam que, se dependesse do gosto de Arantes, Morena não precisava ter um CPF e poderia permanecer como dependente dele, o que motivou muitas queixas da mulher – uma diferença decerto naturalizada por ele e que foi silenciada no manuscrito[21]. Morena teve de insistir com o marido para ter o próprio CPF, o que ela, finalmente, um dia conseguiu, embora o documento não tenha sido acessado por essa pesquisa – outros, sim, mas muito poucos em relação aos de Arantes.

Vencida a cisma de Morena quanto ao novo emprego do marido, mas sem superar as diferenças que ele cultivava dentro de casa, Arantes começou a trabalhar na Construtora Otto Schaeppi. E se de início Morena teve dúvidas sobre a mudança de emprego, para Arantes não teve receio certo, como depois ele afirmaria em seu manuscrito: "nunca teve receio de fracassar em outro emprego porque sabia da sua capacidade e potencial", escreveu, embevecido pelas garantias da posteridade.

FIGURA 52
Arantes, abraçando Valter Rui e Laurinha, e a pequena Liana ao centro

Fonte: acervo da família Arantes.

Arantes trocou o ramo têxtil, historicamente um dos mais importantes da economia de Salvador, mas que estava à beira de sua desintegração, para empregar-se em outro dos mais vigorosos da economia baiana a partir dos anos 1970: a construção civil. Esse era um setor que empregava grande contingente de trabalhadores com baixa remuneração e pouca instrução, mas que abrigava uma pequena "elite" em seus escritórios. E foi neste ambiente profissional que Arantes se colocou na Otto Schaeppi – diz-se, *xépi*.

Na construtora, ele enfrentou uma mudança sensível e imediata, sobretudo para quem não dirigia – há quem diga que dirigir, dirigir mesmo, ele nunca dirigiu, embora tenha sido visto em raras ocasiões altercando-se com o volante e vencendo-o por muito, muito pouco. Na Otto

[21] Entrevista com Edite Vasconcelos, 23 jun. 2021; Entrevista com Liana Arantes, 30 jun. 2021; Entrrevista com Valter Rui Arantes, 26 jul. 2021; Entrevista com Laurinha Arantes, 18 dez. 2022.

Schaeppi não bastaria atravessar a rua para chegar no emprego, algo que ele estava habituado havia décadas. O escritório da construtora, no entanto, não ficava muito distante: funcionava em duas salas do terceiro andar do edifício Corrêa Ribeiro, no bairro do Comércio, e Arantes poderia ir de ônibus para o trabalho sem se deslocar tanto – talvez só não conseguisse mais almoçar em casa e depois tirar um rápido cochilo, como gostava de fazer.

Ele começou na Otto Schaeppi em dezembro de 1969, exercendo as funções de chefe de escritório de obras, e a deixaria como gerente de uma filial em julho 1973. Em comparação com seu tempo de serviço na Boa Viagem, a passagem na construtora foi rápida, mas igualmente ascendente e destacada, o que motivou registros memoráveis no manuscrito e noutras fontes também.

Os registros de suas carteiras de trabalho mostram que a dedicação de Arantes ao serviço estava sendo bem intensa no período da troca de empregos. Suas últimas férias na Boa Viagem haviam sido gozadas entre janeiro e fevereiro de 1968 e as seguintes, já na Otto Schaeppi, foram desfrutadas no mesmo período de 1971. Talvez ele tenha vendido as férias à fábrica, dado que andava preocupado com o crescimento da família, ou as perdeu na hora de negociar a demissão, de qualquer modo, é certo que à beira dos 40 anos de idade, ele acumulava três anos de trabalho sem férias quando migrou para o novo emprego, justamente quando não poderia parecer pouco dedicado. Para isso, além de sua disposição, ele tinha bons incentivos financeiros.

Em abril de 1968, ele recebia 460 mil cruzeiros novos na Boa Viagem, um valor reajustado em maio do ano seguinte para 560 mil, um dos maiores salários daquela empresa. Porém, seu primeiro salário recebido na Otto Schaeppi em janeiro de 1970 quase triplicou esse valor: Arantes passou a receber 1.400 cruzeiros novos por mês. Se ele tivesse apostado em permanecer no setor comercial, por exemplo, não daria tamanho salto, não de imediato pelo menos. Em maio do ano seguinte, uma indústria com ramificações nacionais que não teve o nome revelado se instalou em Salvador e anunciou uma vaga para gerente comercial no *A Tarde*: o candidato teria de comprovar sua capacidade administrativa, bem como a experiência na gerência de vendas, e apresentar uma carta de recomendação idônea para receber mil cruzeiros mensais, mais comissão por produção – o Cruzeiro Novo foi uma moeda de vida curta, que em maio de 1970 deu lugar ao antigo Cruzeiro[22]. Outra vaga promissora oferecia um salário de Cr$ 2.200, mas tinha algumas peculiaridades em seu anúncio: exigia no mínimo o curso ginasial e "boa apresentação" dos candidatos[23].

---

[22] *A Tarde*, 15 maio 1971.

[23] *A Tarde*, 18 maio 1971.

Arantes poderia até corresponder ao perfil esperado, mas sua posição na construção civil era bem confortável. E se sentindo estimulado, ele não precisou de muito tempo para colher outros frutos de sua escolha e dedicação. E quem relatou isso foram os seus próprios empregadores.

A Otto Schaeppi era uma construtora relativamente pequena, fundada nos anos 1960 pelo engenheiro que lhe transmitiu o nome. Schaeppi era descendente de alemães e, até decidir fundar a própria empresa, fora sócio de Norberto Odebrecht, de quem era amigo, aproximado pela engenharia e pelas origens germânicas. Schaeppi viveu na Suíça dos 4 aos 11 anos e aprendeu o alemão como primeiro idioma, mas falava português sem sotaque, como qualquer brasileiro – aliás, como baiano, segundo seu filho, também engenheiro[24]. Por pura força do acaso, e não pela convivência profissional, Arantes teria um grande laço em comum com os Schaeppi – assunto para logo adiante.

Arantes não tinha tanto tempo de empresa quando uma série de concorrências públicas que ela disputou mobilizou seus funcionários. Mas as únicas informações acessíveis à pesquisa sobre esses dias estão entre os papéis do acervo de Arantes, diligentemente conservados por seus filhos, herdeiros também dos orgulhos do pai.

"Prezado auxiliar", introduz um ofício que ele recebeu – e guardou – de seus superiores: "durante este mês de maio nossa firma passou por um período anormal de trabalho motivado pela grande quantidade de concorrências nas quais participamos"[25]. Havia sido um período intenso, que exigiu "participação mais do que efetiva" de todos, com muito trabalho, "mormente extraordinários, muitas vezes realizados noite adentro, sábados e domingos", e Arantes, sem dúvidas junto com outros colegas, não esmoreceu. Seu arquivo, porém, só guarda o registro da sua dedicação, destacadíssima e digna de arquivamento em um acervo pessoal: "a sua eficiência, boa vontade, entusiasmo, enfim o seu 'élan' permitiu à nossa firma comparecer às [...] concorrências nas condições exigidas pelos [...] editais", e a despeito do insucesso, os diretores aproveitaram para estimular o funcionário:

> decididamente a falta de êxito nas citadas concorrências independeu do seu trabalho; pelo contrário, se dele dependesse, teríamos saído vitoriosos em todas. À vista disso, aproveitamos esta oportunidade para registrarmos a nossa satisfação e o nosso agradecimento pelo seu desempenho, esperando que esta conjugação de

[24] Entrevista com Otto Augusto Schaeppi, 8 jul. 2021.

[25] *Ofício nº. 347, 26 maio 1971, da Construtora Otto Schaeppi*. Acervo da família Arantes.

> esforços seja sempre uma constante, a fim de que sempre possamos ser uma empresa sadia, em franco desenvolvimento.

Junto com o ofício, "a título de prêmio por desempenho de serviços", ele recebeu um cheque de 200 cruzeiros, que, "antes de representar qualquer pagamento, significa o reconhecimento da nossa diretoria", e que representavam pouco mais que 10% de seu salário, majorado para NCr$ 1.800 em abril daquele ano – em maio, a moeda voltaria a se chamar somente Cruzeiro.

Esses primeiros 200 cruzeiros eram uma mínima parcela do que Arantes precisava e do que poderia negociar com seus chefes. Ele tinha um prazo para deixar a vila, e, fiado em sua dedicação e no salário crescente, pretendia dar um sonhado passo na vida de todo trabalhador. Ele então "conversou com a diretoria da empresa pleiteando contrair um empréstimo a fim de dar como sinal para a compra de um apartamento". Dias depois,

> Arantes recebeu através do seu compadre Joselito, diretor da construtora, uma carta de elogios assinada pelo presidente [...] acompanhada de um cheque no valor que ele solicitara à título de um empréstimo. Este valor lhe foi concedido como prêmio pelos bons serviços prestados apesar do seu pouco tempo de trabalho.

Como naqueles dias um apartamento de dois quartos, dependência e vaga de garagem na mesma rua onde Arantes compraria seu imóvel custava Cr$ 79.000 e exigia 4 mil cruzeiros de sinal, seu prêmio de 200 cruzeiros estava longe do mínimo para dar entrada em um imóvel[26]. Ele não contou de quanto foi o empréstimo que conseguiu dos patrões, mas a confiança e o reconhecimento que ele ia adquirindo ficaram registrados em seu manuscrito, porque certamente a carta a que ele se referiu é o ofício elogioso citado linhas atrás. Assim como se entregava ao serviço, ele sabia negociar como seus empregadores, e com pouco tempo na empresa não investiu apenas em se manter no emprego, em nome da estabilidade que divisava, mas em relações de confiança pautadas em sua reconhecida e atestada devoção ao serviço.

O imóvel escolhido por Arantes ficava no bairro de Amaralina, no térreo do Edifício Opala, à Rua Visconde de Itaborahy. Tinha dois quartos, dependência e uma área externa descoberta e bastante aprazível, geminada à sala. Sua primeira casa própria, portanto, não foi construída em mutirão de colegas de trabalho nos finais de semana e feriados, como tão frequentemente ocorre na classe trabalhadora. Arantes também não recorreu a uma estratégia percebida

---

[26] *A Tarde*, 4 maio 1971.

por Rosilene Alvim entre os têxteis pernambucanos, que utilizavam recursos de suas rescisões de trabalho, decorrentes de negociações ou demissões para dar entrada na compra da casa própria – nesses casos, às vezes, em litígio com os empregadores[27]. Para o ex-funcionário de uma empresa que não apresentava contas nada saudáveis, poderia ser inútil barganhar empréstimos e indenizações com seus antigos patrões – e nesse último caso, ele ainda poderia herdar máculas em seu currículo –, de modo que Arantes conquistou o direito de seguir na vila por um tempo, pagando um aluguel módico e sem deixar de contar com boas cartas de recomendação. Por outro lado, com seus novos empregadores, ele negociou o empréstimo necessário para financiar a casa própria, sem perder ou arriscar seus vínculos ali.

FIGURA 53
Visão atual do Edifício Opala (em destaque),
onde Arantes comprou seu primeiro apartamento próprio

Fonte: Google Maps (2023)[28].

A nova morada da família era tão perto do mar quanto ele se acostumara na Boa Viagem. Era vizinho ao Largo de Amaralina, um ponto fixo onde baianas de acarajé armavam seus tachos e tabuleiros, e estava quase na divisa com outro bairro em expansão, a Pituba. Seu prédio estava na extremidade da pequena enseada que marca o fim de Amaralina, um bairro pouco extenso na sua faixa litorânea, mas largo na direção do continente. Diferentemente da Pituba, mais procurada pela classe média local, Amaralina se tornaria um bairro de classe média baixa. E nos trechos mais afastados do mar ele era habitado

[27] ALVIM, 1979.

[28] GOOGLE Maps. Disponível em: https://encurtador.com.br/lWxfr. Acesso em: 23 set. 2023.

por pessoas pobres, que residiam em condições bastante precárias. Ainda assim, em relação à vida na vila operária, a família Arantes, sem dúvidas, viveu uma ascensão social – sobretudo quando se tem em consideração o lugar do bairro em que eles estavam – com pés ao alcance fácil da maré.

FIGURA 54
Visão aérea de Amaralina, com indicação do imóvel de Arantes

Fonte: acervo da Fundação Mário Leal Ferreira.

Em entrevista a essa pesquisa, a primogênita de Arantes espontaneamente informou que mesmo na Boa Viagem: "tudo de moderno quem tinha primeiro era meu pai [...] quando eu já *tava* mais adolescentezinha", ela conta, "painho já tinha um *status*, digamos assim [...] meu pai nessa altura era um bambambã"[29]. Uma novidade adquirida por Arantes ainda na vila foi o liquidificador, e Morena, com aguçado – e necessário – espírito mercantil, além de usufruir do utensílio, queria alugá-lo para as vizinhas, como se lembra Laurinha, guardando o caso no anedotário familiar. O episódio, contudo, também descortina os recursos de Morena para, ainda que ligeiramente, expandir as finanças da casa, sobretudo a parcela que estava sob sua administração direta, que lhe era transferida pelo marido. Outra memória de Laurinha, quando uma multidão se reuniu em sua casa diante do televisor comprado por Arantes, situa o consumo familiar na vizinhança: "eu me lembro da plateia na escada, eu nunca esqueci o dia do tiro em Kennedy", disparado fatalmente em novembro de 1963, quando, conforme se lembra a filha, seu pai já podia financiar um item de luxo nas casas brasileiras e ainda mais distintivo em uma vila operária. As fotografias de um aniversário de Laurinha confirmam sua memória: quando "só quem tinha geladeira era petroleiro", como Gerônimo Santana registrou na música "Abafabanca", os filhos de Arantes e Morena já podiam "chupar pedra d'água", como o gelo era chamado, ou saborizá-los com sucos, porque é possível ver o que parece ser a geladeira da família, disposta em uma das salas da casa em que eles residiam na vila e encimada por um vistoso pinguim.

[29] Entrevista com Laurinha Arantes, 18 dez. 2022.

FIGURA 55
Aniversário de Laurinha na casa da família na vila

Fonte: acervo da família Arantes.

"A gente sempre teve vida farta, mas depois de Amaralina...", revelou Laurinha, destacando os efeitos da progressão do pai. Ela inclusive se lembra da mudança para a nova casa, com ela e os móveis da família deixando a vila na boleia de um caminhão, ela aos prantos por ter que se afastar dos amigos. Apesar de sua tristeza juvenil – como é cediço –, seu choro não indica nenhum problema experimentado pela família, que estava longe, por exemplo, de um despejo, e seus vínculos sociais ali não estavam afetados – ao contrário. "Painho nunca se desvinculou daquele povo, religiosamente ele ia visitar um por um", conta Laurinha. Segundo ela, as visitas na Boa Viagem eram sagradas para Arantes, e "os amigos de rocha dele, todos são da Boa Viagem", o que os nomes e prefixos da sua última agenda telefônica também sugerem.

E, segundo Valter Rui, tão logo a família se mudou para Amaralina, Arantes instalou um aparelho telefônico em casa, quando a propriedade de uma linha era incluída como bem nas declarações de imposto de renda – e essa linha não era alugada como acontecia em Salvador até os anos 1980, mas era própria. Valter Rui se lembra até do número: 8-2024, que adiante virou 48-2024 e depois recebeu mais um algarismo, mudando para 248-2024, número que permaneceu o mesmo até o fim da vida de Arantes[30]. Pouco tempo depois de os Arantes se mudarem, havia linhas telefônicas em somente 13% dos domicílios registrados na cidade e geladeiras, o que eles tinham desde a vila operária, eram encontradas em 67% dos lares soteropolitanos, portanto, um aparelho mais comum, porém ainda longe de ser um utensílio popular[31].

É nesse tempo, com Valter Rui e Laurinha mais crescidinhos, que eles se lembram de o pai ser assinante regular do *A Tarde*, que era lido diariamente e com algumas manias: "ai de quem tocasse no jornal antes dele, tinha que ser primeiro ele", se lembra Laurinha, "ninguém podia triscar no jornal". Seus dois filhos mais velhos também atribuem gostos refinados ao pai: "painho gostava de MPB, fomos criados ouvindo boa música", diz

[30] Entrevista com Valter Rui Arantes, 26 jul. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

[31] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. v. 1, t. 4, n.. 15, p. 174-175.

a filha, elencando nomes de sambistas como Clara Nunes, Agepê e João Nogueira, "eu ouço boa música desde que nasci" – e não é impossível que Arantes soubesse que a mineira Clara Nunes era tecelã antes de se profissionalizar como cantora. Valter Rui, que herdaria a prataria e os cristais dos pais, assume: "Arantes gostava de coisa boa, uma coisa que eu herdei dele", e isso inclui o consumo de roupas, perfumes, móveis, comida etc.

Em setembro de 2012, Laurinha publicou em suas redes sociais uma foto de seu aniversário citado linhas atrás, na qual ela participa de um brinde com suas convidadas. Um observador atento, filho da vila operária, onde ainda reside, e amigo de infância de Laurinha, comentou na foto: "as taças eram de vidro, não é mesmo, Laurinha? Hoje é tudo de plástico". Para além das nostalgias impressas nas memórias, na casa dos Arantes era assim: se dependesse do gosto do pai da aniversariante, tudo era "coisa boa" desde seus tempos na vila operária – e se duvidar, as que aparecem na foto eram de cristal, talvez compradas por Arantes para celebrar o aniversário da filha. Em Amaralina, o padrão de vida da família e seus hábitos de consumo foram crescentes, mas, se não fosse o controle de Morena, como dizem filhos e netas do casal, Arantes se excederia ainda mais em gastos cotidianos e nem sempre necessários. Da sua parte, Morena se afirmava como uma rígida controladora das finanças da casa e de eventuais excessos – pelo menos sempre que podia.

FIGURA 56
Aniversário de Laurinha na casa da família na vila

Fonte: acervo da família Arantes.

A família vivia com uma renda bastante confortável e as promoções do pai os levaram a uma mudança de vida ainda maior, conquanto temporária. Em 1972, a convite da construtora, Arantes se estabeleceu com a família em Brasília, onde Otto Schaeppi realizava algumas obras. No manuscrito, Arantes contou isso sem mencionar qualquer incômodo de sua esposa com a mudança e sua carteira de trabalho revela os argumentos que ele poderia usar para convencê-la. Em dezembro de 1971, sem dúvidas como parte do acordo que levou à sua mudança no começo do ano seguinte, ele fez "jus ao adicional de 50% sobre o salário fixo", um incremento financeiro e tanto para quem já ganhava bem[32]. E logo em seguida, em julho de 1972, ele deixou de ser encarregado do escritório, para assumir a gerência da filial de Brasília, recebendo a partir de então Cr$ 2.200 por mês, mais os 50% aos quais ele fazia jus – até o fim da estadia ali, seu salário subiria para 3.500 cruzeiros.

A vida dos Arantes no planalto central não foi prolongada, mas é certo que eles fizeram alguns amigos por ali, especialmente Arantes e Laurinha – ela, pela vizinhança das quadras 311 ou 313 sul, onde a família residiu; ele, no trabalho. Laurinha conheceu o jovem Dema, só um pouco mais velho que ela e que, depois de um convite despretensioso para almoçar, passou a frequentar sua casa com intimidade, tornando-se amigo dela e de seu pai: "Eu me apaixonei pelo velho", conta ele, garantindo que também se tornou cativo do tempero de Morena[33]. Ademar Cerqueira nasceu em São Félix, mas passou a maior parte da vida do outro lado da ponte, em Cachoeira, e morou também em Salvador. Ele foi para Brasília em 1967 acompanhando uma transferência de trabalho do pai e, depois de se formar, quando os Arantes já haviam retornado para a Bahia, ele trabalhou e morou em Salvador de novo por três anos, quando retomou o contato com toda família: "domingo não tinha outra coisa *pra* gente fazer, a gente podia fazer qualquer coisa em Salvador, mas domingo eu me picava *pra* lá só *pra* comer a feijoada de Morena".

Em Brasília ou em Salvador, Ademar pode afirmar: "o velho Arantes era muito caseiro", da mesma forma que não era "de levar muita gente em casa". Tampouco era de beber: "tomava, de vez em quando, uma cervejinha". E, ao ser perguntado, Ademar não pôde confirmar o que muitos de seus colegas de trabalho não teriam como esquecer, talvez por só ter convivido com Arantes em família: "acho que fumava sim, eu não me lembro muito bem, não [...] Eu não me recordo de tê-lo visto fumando dentro de casa, não". Por outro lado, além de baiano, Ademar é Bahia, o que estabeleceu um constante Ba-Vi entre

---

32 *Carteira de trabalho de Arantes*, não datada. Acervo da família Arantes.

33 Entrevista com Ademar Cerqueira, 22 out. 2021.

ele e Arantes: "isso aí eu me lembro muito bem, Arantes era Vitória fanático". Mas não foi só isso que ficou em sua memória:

> Arantes foi um pouco professor e amigo [...] muitos conselhos me foram dados por Arantes, até sobre comportamento, do que fazer, como enfrentar a vida [...] conselho de experiência de vida, o que fazer, tomar cuidado com o trabalho, de companheirismo, de amizades, falsas amizades no trabalho [...] foi uma pessoa que durante um tempo, junto com meus pais, claro, me colocou na linha.

Como outras pessoas mais jovens que conheceram Arantes dentro ou fora dos ambientes de trabalho, Ademar lhe atribuiu uma marcante capacidade de dar conselhos, mas – questionado – reconhece suas reservas: "ele não contava muito história sobre o passado dele [...] ele não contava muito sobre a vida pessoal dele, a gente conversava muito sobre vida de um modo geral [...] Arantes foi sempre um homem muito reservado com a vida dele, ele não dizia coisas muito pessoais dele".

Arantes não falava de si, não compartilhava queixas sobre seu trabalho nem tratava de política, por exemplo. Ele e Ademar não tocavam no assunto, mas pautado em suas impressões, o baiano radicado em Brasília arrisca um palpite: "eu acredito que Arantes era da turma que gostava do velho ACM, apesar dele nunca ter confessado isso". Ademar nunca teve dúvidas sobre o pendor rubro-negro de Arantes, porém, nunca o escutou falar bem ou mal dessa figura onipresente na política baiana das últimas décadas do século XX – em muitas outras entrevistas, espontaneamente, pessoas próximas de Arantes recorreram à ACM para situá-lo em termos político-partidários, com seus palpites ora pendendo mais para um lado, ora para o outro.

Muitas das histórias que Arantes registraria em seu manuscrito não foram contadas a pessoas de seu convívio próximo, mas o perfil profissional e pessoal que ele construía, sim, esse ia ficando na memória das pessoas de seu entorno: o de um sujeito dedicado à família, ao trabalho, aconselhador, sério, mas bem-humorado, de temperamento prudente e sereno, que evitava conflitos ou assumir posições extremas, e pouco dado a falar de si – muitos anos depois, a decisão de escrever sua biografia marcaria uma inflexão nesse traço, que ficará bem evidente em muitas das próximas páginas.

E Ademar reclamou saudades de Arantes: "eu sinto falta do velho Arantes", para em seguida trocar a nostalgia pelo humor e relatar uma das suas memoráveis incompetências: "eu nunca consegui esquecer dele, dele e daquele Fusca dele, o Fusca verde". E a história continuou:

> Arantes sempre foi *rûim* de direção como a pôrra! O velho Arantes dirigia mal, essa é a verdade, era péssimo. Quando ele levava Laurinha *pro* colégio, ia quase que colado no vidro. Ele grudava no volante e [...] se fosse a cinquenta por hora era muito. Laurinha se retava [...] Era um fator de brincadeira entre a gente, o modo como ele dirigia o Fusca [...] e ele se retava, aquele jeitão dele.

No escritório da Otto Schaeppi de Brasília, fora do ambiente familiar, mas sem se distanciar dele, Arantes estreitou sua relação com José Olympio, a quem se manteria ligado até o fim da vida por laços de amizade – tudo indica, um dos raros amigos de Arantes que não possuía origens na Boa Viagem. Dezoito anos mais moço que o colega, Olympio era um jovem de 21 anos de idade quando começou a estagiar na construtora, poucos meses depois de Arantes ser contratado. O chefe imediato de Olympio era Joselito Brito, a quem ele se refere sempre como Zelito, que tinha deixado a Odebrecht para ocupar uma direção na Otto Schaeppi. No começo dos anos 1970, Olympio concluiu o curso de administração na Universidade Federal da Bahia e também foi deslocado pela construtora para Brasília, o que incentivou sua aproximação com Arantes. "A partir daí tivemos um estreitamento de relação muito grande, nós nos gostávamos muito", explica José Olympio, "eu acho que sobretudo pelas qualidades do cara":

> o cara era um exemplo de força moral, de postura exemplar [...] realmente era um cara diferenciado. Extremamente meigo, extremamente amigo, sincero. E tivemos um relacionamento muito grande [...] Muita coisa eu aprendi com ele [...] existia uma simpatia mútua naquele início, uma coisa de igual *pra* igual[34].

Arantes respondia pela burocracia administrativa do escritório, fazendo dupla com um engenheiro que assumia as atividades técnicas da construtora. Segundo Olympio, o trabalho do gerente não se limitava ao escritório: "ele tinha um poder mais abrangente e uma atividade mais polivalente", ia a órgãos públicos, assinava contratos, cobrava faturas, assinava cheques, mas não era alguém, por exemplo, que se sentasse à mesa para negociar contratos ou termos que corressem, eventualmente, por fora deles.

Longe do trabalho, Olympio, Arantes e o engenheiro responsável pelas obras de Brasília também tiveram algum convívio. Mas pouco. Olympio chegou a visitar o lugar mais frequentado por Arantes depois do escritório da Otto Schaeppi, que era a sua própria residência: "ele tinha um conceito muito forte

---

[34] Entrevista com José Olympio Netto, 7 out. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

de família", relembra o amigo, que deu exemplos dos porquês de pensar assim e citou contrapontos. O engenheiro de quem ambos eram colegas tinha uma idade próxima à de Olympio, era solteiro, não perdia a chance de passar cantadas em alguma mulher e gostava de narrar suas peripécias amorosas a eles. Segundo José Olympio, Arantes ficava assustado e retrucava:

> **Arantes:** – Como é que esse cara consegue fazer isso, Zé Olympio?! Esse cara só pode ter sido amamentado com leite de cabra!

Em resposta, o jovem e afogueado engenheiro – que foi contactado, mas preferiu não conceder uma entrevista a esta pesquisa –, acusava Arantes de "dormir de touca".

E Olympio, tão próximo a esse amigo que só transitava de casa para o trabalho e do trabalho para casa, além de levar os filhos ao colégio, pôde testemunhar a famigerada inabilidade de Arantes: "do jeito que ele sentava e segurava o volante, você tinha até medo de sentar do lado! Ele dirigia muito mal!". O primeiro Fusca de Arantes, contudo, não precisou ser comprado e se tornaria um grande prêmio anunciado em seu manuscrito.

Arantes contou que "em quase quatro anos de trabalho nesta construtora", ele "viveu vários momentos de felicidade sendo muito querido pela diretoria e pelos colegas". Uma dessas alegrias foi muito bem detalhada, revelando os valores materiais e subjetivos que este trabalhador carregava. Quando foi transferido de Salvador para Brasília ele recebeu um Fusca zero quilômetro como mais uma gratificação pessoal "por bom resultado de balanço da empresa [...] fato que muito lhe alegrou". Porém, a despeito de seu esmero profissional, as contas da empresa começaram a declinar em 1973.

No início do ano, quando o salário de Arantes era de Cr$ 3.500, a construtora enfrentou uma crise definitiva e teve de encerrar suas atividades na capital nacional, logo depois em Salvador também. A situação era grave e Arantes e Morena tiveram que administrar uma separação temporária da família. "Arantes lembra", escreveu ele, "que quando percebeu que a construtora Otto Schaeppi estava em situação preocupante teve o cuidado de mandar sua família de volta para Salvador em janeiro de 1973 por causa do colégio de seus filhos", e no primeiro semestre daquele ano "sua família passou alguma dificuldade porque o apartamento de Amaralina estava alugado e durante este período sua família ficou alojada na casa de D. Marcelina, na Boa Viagem", ou seja, Laurinha, Valter Rui, Liana e Morena voltaram à vila.

Além de registrar a tensão familiar, que poderia incluir até uma iminência de desemprego, Arantes demonstrou também sua lealdade ao patrão e seu valor como trabalhador. Olhando pelo retrovisor da memória, ele contou que, "vendo as dificuldades que a mesma atravessava" e "como gratidão ao que esta empresa fez por ele", ele:

> sem consultar ninguém achou por bem e para ficar em paz com sua consciência, decidiu vender o carro que era de sua propriedade e depositar o dinheiro na conta bancária da construtora para pagar algumas despesas pendentes. Ele sabe que este seu gesto, desagradou muita gente e entretanto ficou muito feliz quando Dr. Otto Schaeppi soube da decisão.

Num contexto em que o Fusca era objeto de desejo de muitos trabalhadores, seu valor material se tornara menor que o orgulho de Arantes e, mesmo para alguém tão barbeiro quanto ele, abrir mão de um automóvel pareceria pouco sensato. Com certeza, entre a "muita gente" a quem ele deliberadamente não consultou estava Morena, que deve ter se incomodado com o arroubo do marido, afinal, o carro era dele, no papel e tudo, e ele fizera por merecer – diria a esposa se tivesse sido consultada ou depois, quando inevitavelmente soube.

Àquela altura da carreira – e nesse caso tanto faz se no escritório da Otto Schaeppi ou no abrigo onde escreveu sua biografia –, Arantes demarcava que podia retribuir os prêmios que recebia do patrão, dispensando cálculos materiais para afirmar seus valores profissionais e pessoais. Longe de se sentir devedor ou submisso ao patrão, ele reconheceu sua capacidade de corresponder ao tratamento que recebeu – e à altura. Se as relações de confiança que ele buscava estabelecer exigiam trocas constantes, ele estava preparado para dar, receber e até devolver se necessário fosse.

Schaeppi obviamente não recusou a oferta, mas a retribuiu numa moeda valorizada por seu gerente. Arantes contou ter ouvido uma promessa do patrão pelo telefone: "Na sua próxima ida a Brasília lhe daria um abraço de agradecimento". E segundo o fiel funcionário, que não ficava para trás, Schaeppi era um homem de palavra e princípios. "Dias depois", escreveu Arantes:

> Dr. Otto foi a Brasília e ficou hospedado no apto. onde Arantes morava e por motivo de contenção de despesa, funcionava como escritório da firma. Após abraçar Arantes, elogiando pelo seu gesto, entregou-lhe uma procuração, dando-lhe todos os poderes para encerrar as atividades da empresa. Este documento Arantes guarda até hoje. Dr. Otto tinha muita confiança em Arantes por isso, ele jamais o decepcionaria.

A aludida procuração plenipotenciária, de fato, está conservada no acervo de Arantes e o abraço entre ele e Schaeppi foi o único que Arantes deu e recebeu em todo o manuscrito, onde não se lê nenhum outro afago em afilhados, filhos ou netas – que o reconhecem como um homem carinhoso, mais como avô do que como pai. Morena, sua esposa e dona de casa prendada, nas páginas do manuscrito não recebeu sequer um ósculo à testa. O abraço que Arantes trocou com Otto Schaeppi foi uma lisonja que ele não conferiu a mais ninguém na sua biografia, um sintomático gesto de cumplicidade selada pela dedicação de um funcionário ao seu trabalho. E com certeza Schaeppi tinha muito o que agradecer pela dedicação daquele trabalhador tal era a sua situação: até o fechamento da construtora, o filho de Schaeppi nunca tinha visto o pai chorar[35].

Mas, a despeito das agruras profissionais, Otto Schaeppi, seu filho e Arantes tinham o que comemorar naquele começo dos anos 1970, pelo menos quando se permitissem desfrutar de um lazer. E se Arantes não contou isso, com certeza foi porque não quis, pois a única manifestação de afeto físico em todas as páginas do seu manuscrito era também um abraço rubro-negro: Otto Schaeppi, além de torcedor devoto do Vitória, havia sido goleiro do time do coração de Arantes nos anos 1930, como amador e comprando tremendas brigas com o pai, alemão rigoroso, que não queria ver o filho metido com futebol – tal qual Dona Laura com seu menino mais velho. Como o rubro-negro baiano fazia uma campanha estrondosa nos primeiros anos da década de 1970, com sua linha de ataque formada por Osni, André Catimba e Mário Sérgio, Otto Schaeppi e Arantes devem ter tido longas conversas sobre futebol e sobre o Vitória, o assunto preferido de Arantes, depois apenas dos assuntos referentes ao trabalho.

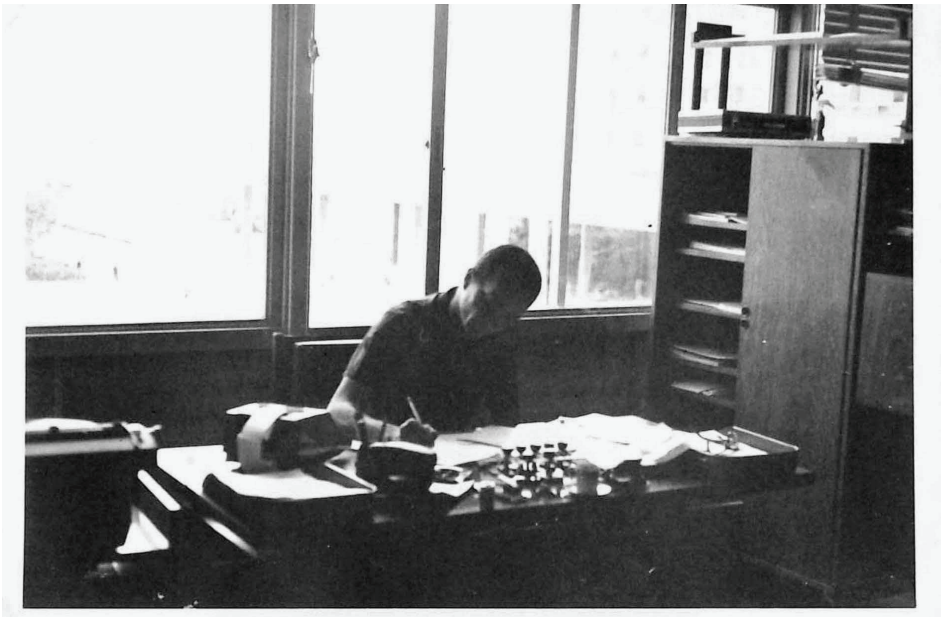
Arantes também perdeu outra oportunidade para registrar seu amor rubro-negro quando contou que a família teve de morar na vila enquanto seu apartamento estava alugado, pois o inquilino de seu imóvel era justamente Mário Sérgio, o celebrado ponta-esquerda do Vitória[36]. O craque teve um papel decisivo na conquista do estadual de 1972, jogaria pela seleção brasileira no começo dos anos 1980 e, adiante, iniciaria a carreira como técnico justamente no Vitória. Se ele não registrou em sua biografia essa alegria, é muito provável que ele tenha contado isso para muita gente na época. Contudo, em seu acervo não foi encontrada nenhuma foto com o jogador. O futebol, definitivamente, não estava entre as prioridades que ele tinha para o inventário que fazia de si.

---

35 Entrevista com Otto Augusto Schaeppi, 8 jul. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

36 Entrevista com Laurinha Arantes, 18 dez. 2022.

FIGURA 57
Arantes no escritório da Construtora Otto Schaeppi em Brasília



Fonte: acervo da família Arantes.

"Quando se sentiu ocioso em Brasília", Arantes contou que pediu ao "Dr. Otto" para "liberá-lo a fim de trabalhar em outra empresa", no que foi atendido sem conflitos, e em julho de 1973 Arantes deixou a construtora Otto Schaeppi. Lá atrás, nos primeiros anos da vida profissional, quando ainda galgava os primeiros passos ascendentes no escritório da Boa Viagem, Arantes se deixou fotografar sob o sol de Salvador, na parte externa da fábrica vestindo uma gravata e com um relógio no pulso. Na sede da construtora Otto Schaeppi em Brasília, talvez pela primeira vez, ele exibiu-se na própria mesa, o que faria questão de repetir noutras ocasiões.

Dedicação, zelo, bom senso e um incômodo

Em seu manuscrito, Arantes contou que "sua admissão na Concic Engenharia demorou um pouco porque na primeira tentativa desta empresa, ele ainda estava envolvido com o encerramento das atividades da construtora Otto Schaeppi em Brasília". Como aconteceu na sua mudança de emprego anterior, sua alegada dedicação ao serviço era grande e, como bom funcionário que era, ele se mostrou também disputado. Ele começou no novo emprego em julho de 1973, novamente sem qualquer interregno empregatício. No entanto, se da

Boa Viagem para a Otto Schaeppi, Arantes quase triplicou seus rendimentos, dessa vez sua carteira de trabalho registrou um decréscimo salarial nada desprezível: ele passou a receber Cr$ 2.560 mensais em vez dos 3.500, mais 50% de bônus, que recebia em Brasília. Este rebaixamento, contudo, seria provisório, conforme ele logo descobriria – e de uma maneira bastante desagradável.

Arantes não contou quem intermediou o contato que resultou em sua contratação como chefe de escritório de obras pela Companhia Comércio, Imóveis e Construções (Concic) e talvez nem tenha sido uma única pessoa, senão várias. Não é preciso assegurar quando, mas seu compadre Joselito se tornaria diretor na Concic e pode tê-lo ajudado. Ali Arantes também reencontraria o colega e amigo José Olympio, além do próprio Otto Schaeppi, que depois de encerrar as atividades de sua construtora se empregou como engenheiro na Concic, onde trabalhou até se aposentar[37].

Em 1973 a Concic já era uma construtora maior que a Otto Schaeppi. Fundada nos anos 1920 pela família Martins Catharino, proprietária de uma vasta quantidade de terrenos entre os bairros da Graça, Barra e Ondina, que usava a construtora para seus investimentos imobiliários. Como já dito, muitos dos Martins Catharino haviam sido acionistas da Companhia Empório, proprietária da Boa Viagem, e Arantes conheceu alguns membros da família que passaram por lá, na sua direção ou advogando para a fábrica. Os Catharino detinham também o controle do Grupo Econômico, dono de um banco que levava esse nome e de outras tantas empresas – onde mais tarde Arantes também se empregaria. No começo da década de 1970, a Concic e suas muitas subsidiárias não eram uma prioridade para José Alberto Martins Catharino, que se dedicava com mais empenho ao Banco Econômico – e de quem, bem mais adiante, Arantes seria subordinado.

Até a década de 1960, a Concic era uma construtora local, concentrava suas atividades no segmento imobiliário e havia construído as residências de muitas famílias da elite local[38]. A partir de meados dos anos 1970 a construtora viveu uma fase de grande expansão de seus negócios, primeiro para o segmento portuário e depois para muitos outros, com repercussão na razão social da empresa, como demonstram algumas de suas peças publicitárias e os registros na carteira profissional de Arantes, até que finalmente ela se assentou no mercado como Concic Engenharia S/A, com ramificações em todo o país e no exterior. Quando Arantes começou a trabalhar ali, seu escritório ficava bem localizado, de frente para o mar, na Avenida Oceânica, nº 2715.

---

37 Entrevista com Otto Augusto Schaeppi, 8 jul. 2021.

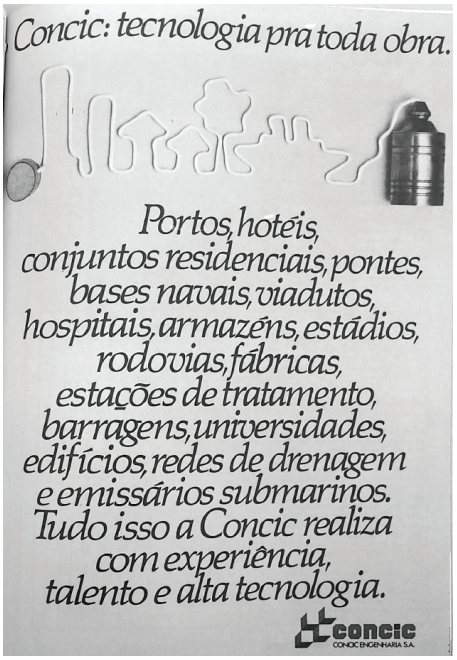
38 Entrevista com José Olympio Netto, 7 out. 2021.

FIGURA 58
Publicidade feita pela Concic na revista *O Empreiteiro* (1978)

Fonte: *O Empreiteiro*.

Os números da construção civil nacional entre as décadas de 1970 e 1980 expressam um crescimento acentuado da Concic. Em 1975 ela era somente a 26ª maior construtora brasileira[39]. No ano seguinte avançou duas posições e em 1978 era a 20ª, para dois anos depois ocupar a 19ª posição, executando obras no Porto de La Paloma, no Uruguai[40]. A Concic se tornou a 14ª maior construtora do país em 1981, e tinha realizado obras diversas, sozinha ou integrando consórcios, como as da barragem Pedra do Cavalo, no entorno da capital baiana, casas populares no Rio de Janeiro, fábricas petroquímicas no Rio Grande do Sul, redes de esgotos em Salvador e no Espírito Santo, uma eclusa no Piauí, portos em Pernambuco, rodovias em Alagoas. Em 1985, segundo a revista *O Empreiteiro*, a Concic ocupava a 11ª posição entre as maiores construtoras do país[41].

FIGURA 59
Publicidade feita pela Concic na revista *O Empreiteiro* (1979)



Fonte: *O Empreiteiro*.

Durante sua notória expansão na década de 1970, a Concic foi presidida por Fernando Ballalai Alves Júnior, um engenheiro multiplamente

[39] *O Empreiteiro*, nº. 91, ago. 1975.

[40] *O Empreiteiro*, nº. 103, ago. 1976; *O Empreiteiro*, nº. 127, ago. 1978; *O Empreiteiro*, nº. 150, jul. 1980.

[41] *O Empreiteiro*, nº. 163, jul. 1981; *O Empreiteiro*, nº. 212, maio 1985.

qualificado. Ballalai – diz-se, *balalé* – assinara, por exemplo, a reforma do Teatro Castro Alves em Salvador, e em termos sociofamiliares também possuía credenciais graúdas: sua irmã era casada com Norberto Odebrecht, e ele, Ballalai, desposara a irmã de Ângelo Calmon de Sá, antigo funcionário da Odebrecht, com um currículo que até a década de 1980 incluiria passagens pela secretaria de indústria do estado na Bahia, o comando desta pasta ministerial no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), a presidência do Banco do Brasil e, em mais de uma ocasião, do Banco Econômico na Bahia, do qual ele se tornaria um dos sócios. Ballalai trocou uma diretoria na construtora Odebrecht para assumir a superintendência da Concic, visando ampliá-la – sua assinatura valiosa e arredondada aparece em um papel importante do acervo de Arantes.

As relações de Ballalai com Calmon de Sá permitiram que a Concic contraísse seguidos empréstimos junto ao Banco Econômico, cuja garantia eram os seus contratos de obras em andamento. Com o tempo, diante da impossibilidade de quitar tais empréstimos, a dívida da construtora foi convertida em ações e o Econômico se tornou o acionista majoritário da Concic, uma situação contraditória e sem amparo em leis, afinal, o banco era o maior acionista e, simultaneamente, o maior credor da Concic. Emboladas, as famílias, que se faziam representar pelas pessoas jurídicas dessas empresas, se mobilizaram e a Construtora Odebrecht acabou adquirindo a Concic com pretensões de recuperá-la. Ali, Emílio Odebrecht encontrou um grande passivo e dois ativos que se mostrariam valiosos na história posterior da Concic: Ademir Manzato e José Rial, que assumiriam a construtora quando Odebrecht a revendeu mais adiante. Por limitações de sua saúde, Manzato não pôde ser entrevistado por esta pesquisa, já o seu atual proprietário, Rial, aos 77 anos e bastante eloquente, sim[42]. Até os anos 1990, com Rial e Manzato à dianteira, a Concic se tornaria a sétima maior construtora do país, com profundos alicerces na história da construção civil nacional, como mostra pesquisa de Pedro Campos[43].

José Rial não tinha raízes na elite soteropolitana. Ele é filho de um trabalhador pobre que imigrou da Espanha para o Pará, cresceu e se formou no Rio de Janeiro, de onde veio para Salvador como funcionário de carreira do Banco do Brasil, aos 25 anos e ganhando "bem *pra* burro", segundo suas contas. Contudo, por querer mais e mesmo sem ser engenheiro, Rial trocou a estabilidade promissora no banco público para se aventurar na construção civil.

---

42 Entrevista com José Rial, 27 e 28 jul. 2021.

43 CAMPOS, P. H. P. *A ditadura dos empreiteiros*: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012.

Na Concic, ele cuidava mais das estratégias da empresa, fechando e negociando contratos Brasil afora, mas se lembra de Arantes, sobre quem Rial ofereceu suas impressões:

> se eu tivesse que traduzir bem o comportamento dele eu diria *pra* você que ele tinha, assim, uma atitude militar, um comportamento militar, de tão disciplinado que era. Disciplinado e disciplinador, eu diria. Brincava um pouco, mas não era de grandes brincadeiras. Era um homem sério[44].

Mais uma vez, esse perfil profissional seria preponderante para a destacada ascensão de Arantes ali. Mas curiosamente, o período em que ele recebeu os mais altos salários da carreira foi o que recebeu menos atenção em seu manuscrito. Mesmo comparada à rápida passagem pela Otto Schaeppi, a experiência na Concic, que duraria quase uma década e meia, foi tratada de forma breve no manuscrito – em relação à sua vida na Boa Viagem, essa diferença é ainda mais discrepante. Isso não quer dizer que ele não tenha descrito suas conquistas e orgulhos sobre esse período, mas chama atenção em seu enredo biográfico uma queixa que ele registrou – quase a única. E para descrever essa passagem ele recorreu a uma narrativa detalhista, quase tensa, com clímax, surpresas e um *grand finale*, reflexo de sua vontade de afirmar seus valores e a força de sua personalidade profissional.

Arantes contou que "a sua contratação foi procedida de muita expectativa", por isso, "no início, teve alguma dificuldade com os demais chefes de escritório, por causa da diferença de salários porque foi admitido ganhando um salário maior que os demais". Mas havia outras diferenças não mencionadas por Arantes entre ele e esses colegas. A Concic possuía uma administração descentralizada e os chefes de escritório de obras respondiam apenas por uma obra específica, enquanto uma chefia situada no escritório da empresa reunia a gestão de todas elas. Sem ter galgado promoções progressivas ali, Arantes foi contratado em 1973 para administrar uma obra e ainda por cima – de acordo com seus cálculos – recebendo mais que chefes do escritório. Isso criou um conflito que o incomodou profundamente, a ponto de ele confessar em sua biografia: "Esta situação causou um mal estar em Arantes", assumiu.

Apesar de já na Boa Viagem ele ter se acostumado a conviver com diferenças financeiras entre colegas e amigos, na Concic, Arantes não se sentiu bem-vindo e atribuiu a resistência de outros funcionários a seu alto salário.

---

[44] Mensagem de voz do aplicativo WhatsApp enviada por José Rial, 26 jul. 2021.

Mesmo tão acostumado a intermediar conflitos entre o interesse dos patrões, dos colegas e dele próprio – para não falar da esposa –, Arantes viu-se diante de uma crise capital, que seria vencida por uma "coincidência" – daquelas que a Providência não permite que aconteça com frequência, mas que abundam nos enredos autobiográficos. "Com menos de sessenta dias que estava na Concic", escreveu Arantes, ele foi a uma agência do Banco Econômico, "para tratar do financiamento de dois carros para a obra em que trabalhava, quando encontrou lá um ex-diretor da fábrica Boa Viagem, Dr. Abílio Bittencourt". Ao se cumprimentarem, "Dr. Abílio Bittencourt foi logo lhe perguntando onde estava trabalhando, e em seguida lhe deu um cartão dizendo-lhe que dava X de salário para Arantes voltar a trabalhar com ele em outra empresa. Este salário era bem maior do que Arantes percebia na Concic".

Ao somar o valor da proposta com o peso do seu desconforto naquele emprego – e celebrando-se, novamente, como um trabalhador disputado –, Arantes ficou tentado a pedir demissão. Mas depois de voltar para casa e compartilhar a notícia com Morena, ela se opôs à ideia: "Quando chegou em casa Arantes conversou com esposa sobre esta nova proposta de trabalho e a mesma não concordou com a sua saída da Concic. Mesmo assim, quando foi dormir pediu a Deus que lhe mostrasse o melhor caminho, e quando acordou já tinha tomado sua decisão sem falar nada com Morena".

Ele compareceu logo cedo à obra que gerenciava – a construção das pontes, pistas e viadutos que ampliavam o Acesso Norte de Salvador –, adiantou o que tinha de ser feito e depois não contou conversa: foi para o escritório central da Concic, "direto para solicitar sua demissão". "Como não conhecia quase ninguém no escritório", uma ressalva destacável, Arantes "conversou pessoalmente com o chefe do Departamento Pessoal e ficou aguardando o resultado".

Ele então foi chamado à sala de um superior: "quando seu pedido de demissão chegou ao conhecimento da diretoria, o diretor administrativo mandou chamar-lhe para conversar com ele no seu gabinete". "Como sempre foi honesto e transparente nas decisões e atitudes", prossegue seu relato, "Arantes conversou com este diretor sobre a proposta recebida sem omitir nada", inclusive seu incômodo com o tratamento que recebia dos colegas, a quem fez questão de dizer que pouco conhecia. Seu diretor então "ausentou-se da sala e no seu retorno disse-lhe que estava autorizado pelo presidente a cobrir qualquer proposta". Antes, pediu apenas que Arantes retornasse à obra para aguardar uma resposta definitiva.

No fim daquela tarde – e com certeza depois de muitos cigarros, o que Arantes não registraria –, ele recebeu, "com surpresa", a resposta por escrito: "uma carta de promoção salarial, aumentando seu salário para valor igual ao

oferecido por Dr. Abílio". Infelizmente esta carta não brotou de seu acervo particular para esta pesquisa, mas sua carteira de trabalho mostra que, se ele entrou ali em julho de 1973 recebendo Cr$ 2.600 mensais, em setembro sua remuneração foi majorada para Cr$ 3.500. Portanto, valor do "X" que sustentava a proposta do ex-chefe, e que ele não quis declarar no manuscrito, correspondia a um aumento de quase 35%, que ele soube barganhar sem ter de trocar de emprego – e claro que na sua promoção, assim como em toda sua trajetória, existiam outras variáveis influentes. Junto com a referida carta, ele recebeu outra boa notícia: "estava sendo visualizado para no futuro bem próximo exercer um cargo de confiança na administração da empresa". Seria, pois, mais um cargo lastreado na confiança profissional estabelecida com os superiores para ele anotar no currículo e na biografia, que foi resumido assim por Arantes: "meses depois Arantes foi promovido para gerente de Recursos Humanos, tendo sob sua subordinação todo o pessoal administrativo de obras. Nesse cargo Arantes teve oportunidade de mostrar todo o seu conhecimento e experiência adquiridos nas duas empresas onde trabalhou anteriormente".

Ele passou então a trabalhar com um amigo seu dos tempos de Brasília, o jovem José Olympio. O ex-estagiário da Otto Schaeppi foi um dos primeiros gerentes de obras da Concic a possuir nível superior, pois até então eram os próprios mestres de obras, como pouca escolaridade, que as administravam, e sua primeira experiência foi na construção da barragem de Sobradinho, no interior da Bahia. Não demorou para que Olympio assumisse uma gerência na capital, se responsabilizando por assuntos jurídicos e de pessoal – agora com autoridade sobre quem havia lhe ensinado muita coisa em Brasília. A promoção do jovem amigo não apenas contribuiu para as progressões de Arantes, como fortaleceu a relação deles: "eu puxei ele *pra* mim", afirma Olympio, "eu não ia perder o cara, *né*?!". Além da amizade ("nós tínhamos uma relação muito boa"), Olympio confiava na competência de Arantes: "na área dele podia soltar que tá tudo certo [...] ele cuidava daquele negócio muito bem, dominava de cabo a rabo"[45]. Como eram próximos, perguntado, Olympio refletiu sobre o incômodo que Arantes confessou no manuscrito, mas que nunca chegou aos ouvidos desse amigo, que até escutou outras lamentações de Arantes: "eu não me lembro de ter conversado isso com ele, mas posso ter conversado [...] isso era mais ou menos natural [...] Mas depois, especificamente com Arantes, as coisas foram completamente superadas. Arantes tinha um conceito muito bom, era um cara muito querido".

---

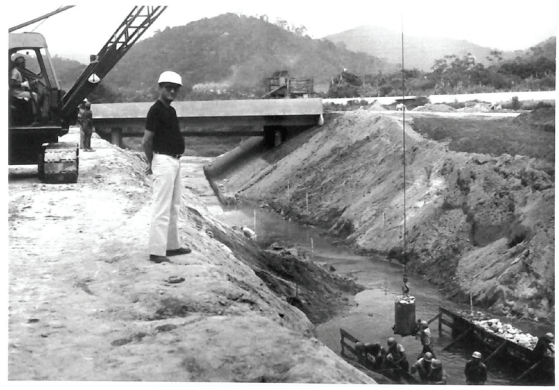
[45] Entrevista com José Olympio Netto, 7 out. 2021.

A boa relação que se estabeleceu entre eles resultou da confluência de valores e interesses profissionais que ambos compartilhavam, mas de perfis pessoais também – nada indica, por exemplo, que Arantes cultivasse vínculos com o engenheiro que, para ele, fora amamentado com leite de cabra. Muitas variáveis, portanto, contribuíram para a ascensão de Arantes na Concic, assim como em toda sua carreira. Algumas ele colocou no papel, como as indicações do compadre Joselito; outras, por qualquer motivo, ele não mencionou, como a parceria com José Olympio; e há aquelas que ele expressou como incógnitas, como o valor de seu salário e os *xis* de aumento que lhe foram oferecidos, revelados à pesquisa histórica somente por suas carteiras de trabalho – quiçá, à sua revelia.

Ele permaneceu na Concic por 14 anos, "exercendo cargos de confiança", como escreveu, e viajando bastante para vários estados do Brasil, "para inspecionar as obras", sem nunca deixar de se exibir para fotos, como era praxe sua. Em janeiro de 1980, Arantes se mudou com toda a família para o Rio de Janeiro, a trabalho pela Concic, e além do bom salário, ele contou com a renda do aluguel de seu apartamento em Salvador, o que o ajudava a arcar com seus custos no Rio, onde estava com toda a família, e com os de Valter Rui, que permaneceu na Bahia, ainda sob alguns auspícios paternos[46].

Quando retornou para Salvador em 1982, Arantes e Morena passaram um tempo morando de aluguel, dessa vez bem perto da nova sede da Concic, que ficava no começo da Avenida Princesa Isabel, entre a Graça e a Barra. O apartamento alugado por eles ficava na Avenida Princesa Leopoldina, região nobre da cidade e de onde Arantes ia para a Concic palmilhando não mais que 200 metros. Mas o prédio em que eles moraram, o Edifício Suzana, não fazia frente aos grandes edifícios que o avizinhavam, muitos com o prenome pomposo de "mansão".

FIGURA 60
Arantes como chefe de escritório de obras



Fonte: acervo da família Arantes.

Uma vez estabelecido no escritório, Arantes deu o mais amplo salto em sua ascensão profissional, sobretudo se comparada com seu passado

[46] Entrevista com Valter Rui Arantes, 26 jul. 2021.

no ramo têxtil. Em meados de 1976, por exemplo, Nelito, seu amigo de longa data, recebia Cr$ 4.520 de salário como chefe da contabilidade da Companhia Empório, que sofria uma intervenção do Banco do Nordeste, seu credor, e estava na iminência de fechar definitivamente a fábrica Boa Viagem[47]. No mesmo período, Arantes recebia 10 mil cruzeiros na Concic e logo adiante, em janeiro de 1977, seu salário foi reajustado para Cr$ 12.450[48]. Portanto, ele ganhava muito bem, obrigado.

Além disso, em 1º de fevereiro de 1977, prestes a completar 47 anos de idade e pouco mais de 30 de trabalho, ele se aposentou por tempo de serviço, conquistando um incremento salarial com o qual contaria por quase duas décadas – até parar, de fato, de trabalhar em meados dos anos 1990. Esse não foi um direito que alcançou todos os trabalhadores brasileiros da geração de Arantes: em 2007, 11,3% dos trabalhadores com mais de 70 anos, aproximadamente um milhão de pessoas, não teriam qualquer segurança socioeconômica na sua velhice – uma proporção que se reduziu ainda mais na década seguinte[49]. Como Rosilene Alvim coletou entre famílias que se empregavam no setor em que Arantes iniciou a carreira, "dada a importância do chefe de família para a reprodução do grupo doméstico, espera-se que ele não se conforme em viver de uma aposentadoria insuficiente para o desempenho de suas atribuições", sobre pena de "aqueles que se mantêm nesta situação" sofrerem censuras em casa e fora de casa também[50]. E Arantes não queria isso para si.

Mas sua aposentadoria – cujo valor não pôde ser apurando por esta pesquisa – com certeza não poderia financiar o padrão de vida familiar alcançado por seu salário. Naquele começo de 1977, inclusive, ele estava na iminência de assistir ao nascimento da segunda neta. Por conta do crescimento de sua família e das obrigações que ele se impunha dada a sua condição de "chefe", Arantes não deixou de trabalhar. Em vez do descanso, sua aposentadoria incrementou a renda da casa, que já era muito boa, e Arantes pôde investir no futuro de sua família: "o dinheiro recebido da indenização quando da sua aposentadoria, Arantes aplicou no banco e alguns meses depois retirou para entrada na compra do seu segundo imóvel em Amaralina", declarou ele. Se após dez anos de serviço na Boa Viagem Arantes gozava de estabilidade, nos empregos seguintes, mesmo com muito empenho e tempo de trabalho, ele não conquistaria

---

47 *Carteira de trabalho de Nelito Mendes*, não datada. Acervo da família Mendes.

48 *Carteira de trabalho de Arantes*, não datada. Acervo da família Arantes.

49 CARDOSO, A. M. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Ed. FGV: FAPERJ, 2010.

50 ALVIM, 1979, p. 118.

isso. Foi na ditadura que esse direito foi eliminado da legislação trabalhista, e em 1966, em contrapartida, foi instituído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)[51]. Arantes não reclamou da ditadura em seu manuscrito e esse não era um assunto que ele tratasse com as pessoas mais chegadas, mas ele celebrou o recebimento de recursos fundamentais para dar entrada em seu segundo apartamento próprio e continuou trabalhando.

Afinal, como Klaas Woortmann apurou, o chefe de família não é só aquele que provê o presente dos seus, mas aquele que também provê o seu futuro. De trabalhadores baianos, Woortmann escutou que "deixar alguma coisa para a mulher e para os filhos" era uma prova de que um homem foi um bom pai de família[52]. É isso o que Arantes queria para si e para os seus: um presente digno, garantias de um futuro melhor e muito respeito. Como bom pai de família e trabalhador que ele foi, mesmo aposentado, Arantes não descuidou de sua capacitação contínua, tampouco de seu característico e constante arquivamento de si.

FIGURA 61
Arantes durante um curso profissional (1977)

Fonte: acervo da família Arantes.

[51] REIS FILHO, 2014.

[52] WOORTMANN, 1981. p. 126.

Tão valiosas quanto seu ótimo salário eram as oportunidades que ele alcançava por trabalhar em uma construtora que tinha obras em todo o Brasil. Menos de um ano depois de se aposentar, Arantes negociou um empréstimo com seus diretores. Desta feita, como em outras, junto com uma providencial quantia financeira, ele recebeu uma carta assinada pelo então presidente da Concic, que se mantém conservada em seu acervo.

No documento, Fernando Ballalai rasgou elogios a Arantes e registrou: "a Concic Portuária vem de há muito, observando a qualidade do seu trabalho à frente do Setor de Pessoal, onde, com dedicação, zelo e bom senso tem V. Sa. conduzido do melhor modo as suas obrigações"[53]. Ao ser informada de que o funcionário pleiteara um empréstimo "para fins de aquisição de apartamento próprio", a diretoria resolveu,

> muito oportunamente, premiar-lhe com a importância acima numa demonstração de grato reconhecimento ao seu trabalho. Acredita assim [...] haver procedido do modo mais correto, isto é, premiando a título de incentivo e reconhecimento a um dos seus colaboradores cuja atuação deve ser tomada como exemplo na Empresa.

Quando Arantes recebeu essa dupla honraria do então presidente da Concic, José Rial ocupava uma diretoria na construtora e conhecia bem sua administração. Perguntado se este tipo de empréstimo era frequente, Rial respondeu exclamando:

> **Rial:** – De jeito nenhum!
> **Pesquisador:** – Nem mesmo *pra* um engenheiro?
> **Rial:** – Não, não, não. Ele era reconhecidamente... O peso da fidelidade, da dedicação eram muito valiosos nessa época, 1977, entendeu? Então Arantes tinha um destaque por conta disso, isso tinha valia. Então faz todo sentido ele ter recebido esse prêmio[54].

Durante a entrevista, Rial insistiu diversas vezes que em alguma confraternização anual da Concic ele mesmo entregou a Arantes uma medalha, acompanhada de um discurso elogioso, mas nem o episódio nem a comenda possuem registro no acervo de Arantes. E outros altos funcionários da Concic,

---

[53] *Carta da Concic*, 8 nov. 1977. Acervo da família Arantes.

[54] Entrevista com José Rial, 27 e 28 jul. 2021.

com trajetória na empresa entre as gestões de Ballalai e Rial, confirmam a excepcionalidade de empréstimos como o que Arantes recebeu: nenhum deles, por exemplo, teve qualquer facilidade para adquirir os apartamentos e salas comerciais dos quais são donos atualmente – alguns construídos pela própria Concic, inclusive[55].

Enquanto o dinheiro de sua aposentadoria rendia, para adiante ser incrementado com um empréstimo da Concic, Arantes devia procurar por uma oportunidade de negócio que o interessasse e coubesse no orçamento da família, que estava crescendo com a chegada de suas primeiras netas. Como já era um leitor ávido do *A Tarde*, é provável que ele folheasse seus classificados à procura de um imóvel e não é impossível que ele tenha sido fisgado por um anúncio encontrado facilmente pelos olhos de quem consultou aquele periódico – fosse um mero leitor ou um pesquisador renitente.

Bem perto de onde eles moravam, atravessando apenas duas ruas, anunciava-se a construção do novo edifício que despertou seu interesse. Era um condomínio pequeno, de seis apartamentos, três andares e um único bloco – diferente do Edifício Opala, que tinha três blocos. No novo apartamento, mesmo que não se importasse com automóveis, Arantes teria uma vaga de garagem coberta à sua disposição, uma novidade em relação a seu primeiro imóvel. O novo empreendimento oferecia apartamentos de três quartos amplos, com a promessa de que seriam entregues com detalhes primorosos e acabamento artesanal – originalmente o Opala tinha dois quartos e Arantes teve de reformar a dependência para que Valter Rui pudesse ter um quarto só para ele. E o principal: no novo apartamento a família disporia de vista para a praia, que ficava bem defronte de sua portaria. A boa localização do imóvel, erguido na fímbria do mar de Amaralina, decerto inspirou o nome do novo edifício: Jangada. Todas essas características, prometidas em um anúncio publicado em novembro de 1977 nos classificados do *A Tarde,* possivelmente passaram pelas mãos de Arantes e podem ter atraído sua atenção. Afinal, além de um leitor habitual desse jornal, ele quase imediatamente decidiu comprar um apartamento no terceiro andar do edifício Jangada, o de número 301[56].

---

55 Entrevista com Carlos Moreira, 5 ago. 2021, e Entrevista com José Olympio Netto, 7 out. 2021.

56 *A Tarde*, 28 nov. 1977.

FIGURA 62
Anúncio no *A Tarde* do edifício Jangada, onde Arantes compraria seu segundo imóvel (1977)

No mesmo mês em que o empréstimo da Concic inteirou suas economias, Arantes deu entrada no imóvel. "Em abril do ano de 1978", aparentemente sem querer esperar muito, ele recebeu as novas chaves, "e no mês seguinte se mudou com sua família", um exemplo de amor à primeira vista ou uma oportunidade única que cruzou seu caminho. As condições de pagamento podem ter exigido alguns esforços da família, mas eles não devem ter se apertado tanto: além da renda de sua aposentadoria, em janeiro de 1978, Arantes recebia Cr$ 18.900 e até o fim do ano esse valor subiria para Cr$ 24.500. Portanto, poderia assumir as prestações mensais e economizar para as semestrais, até porque estava duplamente capitalizado pelo empréstimo patronal e pelos proventos de aposentado.

A primeira mudança de Arantes, da Boa Viagem para Amaralina, e a compra de seu segundo imóvel naquele mesmo bairro ajudam a situá-lo não só na cartografia da cidade, mas nas suas dinâmicas socioeconômicas. Alberto, um trabalhador do Polo Petroquímico de Camaçari, cuja trajetória foi acompanhada por Antônio Sérgio Guimarães, ingressou naqueles mundos do trabalho nos anos 1970 atraído pela possibilidade de um atalho à mobilidade social que ambicionava – quando Arantes já vinha percorrendo um longo caminho. Seu desejo de mobilidade estava associado a postos de trabalho, níveis salariais e símbolos de prestígio social, e em meados da década de 1980, Alberto, que nasceu e se criou no bairro proletário da Liberdade, morava na Pituba, região bem mais procurada por famílias de classe média do que Amaralina, e tinha até uma casa de praia em Arembepe. Alberto recebia o mesmo que um de seus irmãos médicos e um pouco mais do que a sua irmã advogada, mas as outras, que eram professoras, estavam longe de alcançar o seu poder aquisitivo. Alberto, porém, reclamava da falta de prestígio e de tempo livre[57].

Àquela altura, Arantes talvez até pudesse financiar seu segundo imóvel em um bairro mais novo e prestigiado,

[57] GUIMARÃES, A. S. A. Operários e mobilidade social na Bahia: análise de uma trajetória individual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 89-92, 1993.

de repente, em um prédio maior, na Pituba, com piscina, quadras de esportes e *playgrounds* para suas netas, mas seus investimentos tinham que ser compatíveis com o seu salário e suas expectativas sociais, e essa não foi a sua opção – e talvez ele nem se sentisse desprestigiado por isso. Sua família nunca teve uma casa de veraneio e Arantes chegou a comprar um terreno em uma praia mais afastada de Salvador, mas não construiu nada ali, porque teve de vendê-lo – não por qualquer aperto financeiro, mas para financiar uma veleidade. Quase duas gerações separam Arantes de Alberto e as diferenças entre eles eram muitas, embora ambos tenham ascendido socialmente pelo trabalho.

Os mundos do trabalho petroquímico em que Alberto se inseriu visando um atalho para sua ascensão, apesar de ser reconhecidamente mais "moderno", porque valorizava, em parte, a preparação técnica dos operários, ainda eram marcados por uma intensa competição interna, onde as relações interpessoais eram determinantes, por isso, aqueles "peões" mobilizavam todos os seus recursos para progredir na carreira, inclusive, nas boas relações com chefias, como indica Michel Agier[58]. Diante dessa constatação, Alberto decidiu ingressar no sindicato, interessado na garantia do emprego que isso lhe ofereceria; Arantes, ao contrário, investiu em sua capacitação, mas também em boas relações com chefes e colegas, alheio a políticas coletivas de classe.

FIGURA 63
Visão atual do Edifício Jangada, onde Arantes comprou seu segundo apartamento

Fonte: Google Maps[59].

[58] AGIER, M. Lógica da diferenciação social: nota sobre as trajetórias profissionais do novo operariado baiano. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 3, n. 12, p. 98-109, 1990.

[59] GOOGLE Maps, 2023.

Àquela altura, como chefe do setor de pessoal da Concic, Arantes estava subordinado ao diretor e amigo José Olympio, que tinha mais formação escolar e salário maior, porém, era 18 anos mais jovem. Com humor, Arantes brincava chamando o seu antigo estagiário da Otto Schaeppi de "chefe". "Mas nada que fosse formal [...] ele sabia se comportar nessas situações", insiste Olympio: "ele sabia se comportar. Ele tinha uma boa postura, é isso que eu quero dizer! Eu era chefe dele? Era. Ele sabia disso? Sabia, mas nós nos dávamos bem sem qualquer tipo de impasse, de bloqueio"[60].

Assim como em Brasília, Olympio chegou a visitar a casa de Arantes e conheceu seus dois apartamentos – como Arantes não era de levar muita gente em casa, essa é sem dúvidas uma distinção da amizade que se estabeleceu entre eles. Olympio se lembra do dia em que o amigo chegou no escritório da Concic radiante, compartilhando com ele a alegria de ter quitado um de seus apartamentos – a julgar pela memória afetiva de Olympio, que deixou a construtora em 1982, Arantes com certeza havia saldado o financiamento de um de seus imóveis em tempo inferior a dez anos.

A intimidade que eles desenvolveram também franqueou o ombro e os ouvidos do amigo Olympio para Arantes desafogar uma tristeza – um registro raro, mesmo entre pessoas bem próximas dele. Numa certa manhã, Arantes chegou amuado no trabalho, remoendo um desconsolo familiar: "eu me lembro dele ir *pra* minha sala e chorar copiosamente", conta Olympio. O abatimento de Arantes se devia a uma perda – para ele – prematura: segundo Olympio, Arantes trazia de casa a notícia de que uma virgindade se perdera na família, o que foi "uma paulada na cabeça de Arantes que não teve mais tamanho". Desolado, ele exclamava para o amigo:

> **Arantes:** – Isso vai acontecer logo comigo, Zé Olympio! Pelo amor de Deus, onde é que eu errei?

Sim, logo com ele que escolheu tanto os nomes e os valores que legaria às filhas. A notícia foi uma porrada fixe na moral de Arantes e ele não acusaria o golpe diante de qualquer um. "Ele realmente, coitado, se incomodou [...] na cabeça de Arantes isso foi difícil de passar", conta Olympio, sugerindo que tal conservadorismo se devia às origens humildes do amigo, uma assertiva que as pesquisas de Aparecida Sanches confirmam.

Algumas décadas antes – quando Arantes se casou, inclusive – o cultivo da virgindade era uma obrigação que perseguia as mulheres sem atingir os

---

[60] Entrevista com José Olympio Netto, 7 out. 2021.

homens. Algumas delas até fugiram de casa oprimidas pela vergonha causada por essa perda, segundo a autora. Até os anos 1950, os casos extremos analisados por Sanches, que chegaram a disputas judiciais, mostram que a repercussão de acusações de defloramento redundava em agressões e mortes, envolvendo gente das elites, mas sobretudo dos mundos do trabalho. Entre trabalhadores com profissões que garantiam maior estabilidade e mobilidade financeira à família (funcionários públicos de primeiro e segundo escalão, comerciários, sapateiros, alfaiates) esse valor era igualmente cultivado: "ter as filhas defloradas e abandonadas", explica Sanches, "deveria ser um duro golpe na imagem de uma família pobre, mestiça, mas honrada, que vivia decentemente da renda proveniente de todos os trabalhadores da casa". Muitas décadas depois, Arantes cultivava valores encontrados por Sanches entre os trabalhadores que pesquisou[61].

E a idade era sem dúvidas outro critério de distinção entre Arantes e seus colegas da Concic: grande parte dos diretores e funcionários eram mais jovens que ele, que em 1980 completara 50 anos e já era avô. Às sextas-feiras, depois do expediente, diretores, engenheiros e funcionários da construtora batiam ponto no Barravento, um bar na orla de Salvador, onde Arantes só aparecia bissextamente: "Arantes nunca foi como a turma da Concic", que segundo José Olympio se reunia ali sem hora para acabar, ele, no máximo, "era um choppinho e casa". Diretores e colegas de Arantes, com salários mais altos, mais jovens e sem esposa e filhos, podiam frequentar outros restaurantes e boates badalados da cidade, como a Bual'Amour, no Corsário, a Hippopotamus ou o Cabral 1.500 em Ondina, locais frequentados pela elite da capital, jovem ou de meia idade[62].

Fernando Ballalai, por exemplo, comemorou um aniversário seu no Cabral 1.500, um *point* na Salvador de então, que funcionava dentro do Salvador Praia Hotel, construído pela própria Concic. Se Arantes não foi convidado, ou se foi e preferiu recusar, dando qualquer desculpa familiar, ele pôde se informar sobre o evento na coluna social do *A Tarde*, onde Ballalai era tratado como "Fernandinho" – nessa noite, inclusive, uma mulher não identificada, depois de alguns gim tônicas, anunciou em alto e bom som a vontade de falar com Lula, o metalúrgico, e inspirou um humor *blasé* de quem assinou a coluna por onde Ballalai transitava com intimidade[63]. Aquele não era bem um lugar que Arantes frequentasse, ele preferia ir com a família na pizzaria Zucca ou ao restaurante Ki Mukeka, bem próximos deles, ali mesmo, em Amaralina.

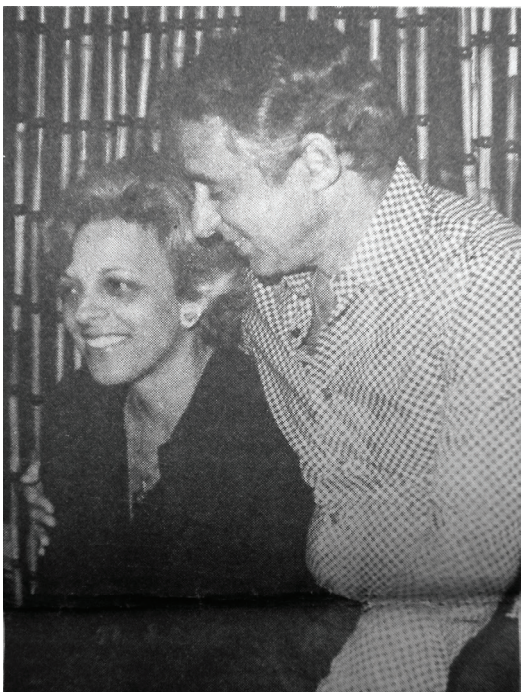
---

61 SANCHES, 2010, p. 317-332.

62 *A Tarde*, 26 set. 1983.

63 *A Tarde*, 24 jul. 1978.

FIGURA 64
Fernando Ballalai Alves, ao lado de uma mulher não identificada, durante um aniversário



Fonte: *A Tarde* (1978).

E, nesse ponto, a impressão que Arantes imprimiu na memória de um colega tão próximo e amigo da Concic não difere em nada do que outras pessoas registram sobre ele nos tempos da Boa Viagem. Embora Olympio reconheça: "fumava muito!", e confirme traços da personalidade reservada de Arantes, ele conta:

> se eu conheci alguma coisa da vida de Arantes foi muito parcialmente. Essa infância pobre que ele teve [...] a questão da mãe, do trabalho que a mãe teve *pra* criá-lo. Mas ele não era um cara de se queixar, não. Também não era muito de contar [...] Por exemplo, nunca me marcou qualquer lamento, pelo contrário. Ele sempre colocava isso como um ganho, uma vantagem [...] não se vitimizava.

Quando "dava uma bola dentro", Arantes se permitia deixar a modéstia de lado para se jactar com o amigo e chefe, que escutava:

> **Arantes:** – Você sabe, *né*, Zé Olympio?! Eu sou eu, Arantes, sobrinho de tio Dondinho!

Uma tirada futebolística que vinculava seu sobrenome ao de Edson Arantes do Nascimento, Pelé, filho de João Ramos do Nascimento, mais conhecido como Dondinho. O referido parentesco, claro, é fictício e não revela nada muito além do humor leve e orgulhoso que Arantes destilava com os mais chegados, embora – por pura coincidência – o filho de Dondinho cultivasse o hábito de falar de si na terceira pessoa, o que Arantes não costumava fazer, mas decidiu escrever sua biografia assim. E se o jogador tentava estabelecer uma distinção entre o "Edson" e o "Pelé", o trabalhador afirmava uma identidade só: Arantes, concentrando nela todas suas reservas e orgulhos.

FIGURA 65
Arantes em um evento da Concic

Fonte: acervo da família Arantes.

Ele ainda gerenciava obras quando a Concic contratou um novo contínuo para o escritório, um jovem de 19 anos, prestes a concluir o curso técnico em administração e por isso "esclarecido", como avalia retrospectivamente o próprio Joel dos Santos[64]. Joel trabalhou por algum tempo subordinado ao chefe de pessoal que antecedeu Arantes e assistiu sua ascensão àquela chefia, mas

[64] Entrevista com Joel dos Santos, 3 ago. 2021.

em vez de registrar conflitos, ele conta que "o pessoal aplaudiu", porque Arantes "era de obra, tinha o conhecimento de baixo". Na releitura de Joel – duas décadas e meia mais moço que Arantes e à época com bem menos experiência profissional – vir de baixo contaria em favor do chefe naquela situação, era um exemplo para quem pretendia progredir na empresa.

Ao ser procurado para depor a esta pesquisa, ele espontaneamente apresentou algumas de suas credenciais e as impressões marcantes que guarda sobre Arantes: "eu trabalhei vinte e oito anos lá e tenho muita história *pra* contar, inclusive de Arantes, que era grande torcedor rubro-negro e nós fomos várias vezes *pra* Fonte Nova, *pro* Barradão, e era uma pessoa maravilhosa! Eu convivi muito com ele e com...". Por ora, não vem ao caso examinar a segunda referência citada por Joel ao falar de Arantes e da Concic, que será retomada no próximo tópico. Mas as insígnias que ele reivindica são valiosas para entender seu olhar retrospectivo sobre o antigo chefe – um olhar que, ontem ou hoje, também exerceu influência na construção do perfil profissional no qual Arantes investiu. Joel contou: "Hoje eu trabalho na prefeitura de Salvador, já tenho quinze anos [...] gerencio aquelas quadras de tênis que tem ali na Boca do Rio [...] e sou gerente da Praça da Juventude, é um ginásio que tem em frente ao Barradão, lá em Canabrava [...] Não sou funcionário, é cargo de confiança".

Ele atualmente reside em um apartamento próprio, é aposentado e ainda trabalha exercendo cargos de confiança na prefeitura de Salvador, portanto, sem direito à estabilidade – e se em 2021 somava 15 anos na função, se manteve nela durante governos eleitos por coligações partidárias bem diferentes e até opostas. Quanto ao passado, ele conta certificando-se:

> eu entrei na Concic de calça curta, dezoito anos. Eu entrei servindo cafezinho, de contínuo [...] querendo trabalhar, querendo aprender [...] foi nessa época que eu tive o conhecimento e o apoio dessas pessoas como Arantes [...] Tive a felicidade de conviver com pessoas maravilhosas, pelo simples fato de eu *tá* servindo o cafezinho não foi nenhum *desmérito pra* mim. Pelo contrário, eu só entrava na sala dos diretores. Então eu tive a felicidade, eu por ser uma pessoa já mais esclarecida, então *eles gostava* quando eu entrava [...] porque eu já tinha um certo nível.

Depois de passar por muitos setores da Concic, Joel se firmou "no setor de confiança, que era a tesouraria": "fiquei minha vida toda, me aposentei na Concic". Para isso, assim como Arantes, ele contou com relações imprescindíveis: "de contínuo eu fui crescendo [...] fui ganhando as oportunidades, graças a Arantes, eu posso lhe dizer, que ele na época era chefe do setor pessoal

e fazia análises do desempenho dos funcionários. E ele viu [...] que eu era um cara que tinha um forte desempenho".

Joel estava diretamente subordinado a Orlando, que tinha mais de uma década chefiando a contabilidade da Concic e era considerado insubstituível:

> Às vezes, horário de meio dia, no almoço, Arantes sentava com ele e eu pequenininho, eu era o mais novo, e ficavam conversando os dois [...] era parceiro de Arantes, Seu Orlando. E eu ouvia aquelas conversas deles, principalmente de *futebó*, que Arantes era um torcedor do Vitória doente. Doente não, sadio, *né*?! Ele gostava do Vitória, e o tesoureiro era Bahia, então existia aquela rivalidade.

Para Joel, que amadurecia ouvindo conversas de dois chefes falando sobre trabalho, futebol e mais o que ocorresse, Arantes era um gerente que "quando tinha que ser duro, era duro":

> é normal, coisa de líder, de liderança. Quando tinha que chamar atenção, chamava atenção. Eu mesmo tomei vários conselhos de Arantes. Eu novo, [ele] foi um dos caras que me ajudou, me incentivou [...] ele sempre foi um cara que me deu conselhos. Eu ia almoçar com ele meio-dia [...] a gente almoçava quase todo dia junto, quase todos os dias [...] sempre me deu conselhos, sempre foi meu conselheiro.

E se eventuais descomposturas se perderam na memória, Joel reteve o exemplo de valores e comportamentos que pode ter incorporado à sua própria conduta profissional:

> Arantes era aquele cara que resolvia, qualquer pessoa que chegasse lá com qualquer problema, Arantes resolvia. Ele era aquele cara parceiro, era um cara amigo, era um cara sério [...] Ele era chefe no trabalho, fora do trabalho ele era amigo de todo mundo [...] Piadista, um cara gente boa, gostava de contar piada, gente fina.

Joel reconhece que Arantes era reservado: "nunca vi ele na casa de ninguém, na minha casa mesmo ele nunca foi", assim como nunca fora à casa de José Olympio. Mas Joel não desconhecia a história do chefe: "todos nós conhecíamos a trajetória dele, mas ele não se gabava por isso, não. Todos nós sabíamos do esforço dele para conseguir chegar aonde ele chegou". Ele sabia que Arantes havia sido contínuo na Boa Viagem e especula: "talvez por isso ele gostava de mim e me incentivava, porque ele via meu esforço". A afinidade entre eles

– obra da posteridade ou somente ampliada por ela – não era uma consequência inevitável das coincidências de suas origens profissionais, porque Arantes trabalharia com outros jovens contínuos com quem não se daria nada bem – conforme se verá na última parte deste livro. Nas conversas sobre trabalho e futebol, entre um conselho e outro, Joel diz não se lembrar de qualquer predileção política de Arantes: "não, o que ele falava muito era de *futebó*, o Vitória ele defendia até... Fora isso eu nunca ouvi ele falar de política [...] ele não se envolvia com política, não. A paixão dele era o esporte [...] Mesmo depois que ele saiu da Concic a gente ia *pra* estádio. Mesmo ele capengando, que ele *tava* com problema no joelho".

Embora Joel tenha se candidatado a vereança local no fim dos anos 1980 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o assunto não marcou a relação deles. E se não é necessário repisar o desinteresse de Arantes em registrar suas paixões futebolísticas no manuscrito – nem superestimar as dores e claudicações das quais ele também não reclamou –, o depoimento de Joel evidencia o igual desinteresse do chefe em assumir posições políticas, um sinal expressivo das reservas que Arantes cultivou ao longo da vida, e na sua biografia também, a fim de consolidar o perfil que queria para si. O próprio José Olympio, mesmo sendo um confidente íntimo, também não se julga capaz de indicar os gostos políticos do amigo:

> não me lembro. Também não tenho nada que [...] tenha me chamado atenção. Acho, vamos dizer assim, se você for usando uma definição mais atual, eu acho que ele seria um cara que votava na direita. Nunca foi um socialista, vamos dizer assim [...] Eu não via em Arantes um ser político, não. Ele era um cidadão ali, que gostava de viver na sua zona de conforto e de não ir *pra* muitos embates[65].

Se tivesse que arriscar um palpite, Olympio diria que Arantes teria nutrido uma simpatia por Médici, "mas por causa do gosto de Arantes por futebol". Muito mais distante de Arantes do que Joel e Olympio, e bem mais próximo das cúpulas políticas e econômicas em que se estabeleciam os negócios da Concic, Rial não poderia supor qualquer gosto político-partidário do chefe de pessoal e garante: "a política não entrava na empresa", portanto, atendendo ao gosto de Arantes, que não parecia interessado em tratar sobre o assunto mesmo[66].

É notório na fala de Olympio, e igualmente presente nas dos demais, que a política pareceria ser um tema segregador, dilatador de diferenças e eventuais

---

[65] Entrevista com José Olympio Netto, 7 out. 2021.

[66] Entrevista com José Rial, 27 e 28 jul. 2021.

conflitos, algo que Arantes, como muitos trabalhadores, preferia evitar. Mas tal acepção considera apenas o aspecto partidário da política, junto com todas as disputas, mas também entrosamentos, que ele pode trazer. É fundamental, no entanto, destacar que a escolha pelo silêncio sobre o assunto é uma escolha política, feita por gente que queria defender as boas relações no emprego e até a sua própria continuidade – algo que Arantes levou muito a sério durante toda a vida. Afinal, o profissional também é político.

O escritório da Concic ainda possuía outras características destacáveis que, em relação a outras de suas experiências profissionais, não eram novas para Arantes: além de poucas, as mulheres que trabalhavam ali não ocupavam as chefias, e a julgar pela opinião dos entrevistados poucos negros estavam empregados no escritório da Concic e os pretos retintos eram exceção – as classificações de cor registradas pelos entrevistados manifestam os critérios diversos que as influenciam. Em termos de formação escolar, contudo, Arantes assistiu ao aumento progressivo de pessoas com mais estudo e formação universitária (economistas, administradores, contadores, psicólogos, assistentes sociais etc.)[67]. Para José Rial, se a política partidária não entrava na empresa, durante bastante tempo poucas mulheres e negros cruzaram as portas do escritório a trabalho – segundo ele, em parte, por causa de uma esposa ciumenta "até a alma", cujo marido ocupava a cúpula da construtora. Somente quando ele assumiu sua presidência, mais mulheres foram contratadas. Negros continuaram poucos.

Quando Valéria foi contratada para a tesouraria da Concic, ela ainda não tinha concluído o curso de Ciências Contábeis e encontrou muita gente com nível superior, além de técnicos com formações variadas. Não havia discrepâncias etárias no escritório, mas esse era um ambiente extremamente masculino. Ela era a única mulher num setor onde trabalhavam seis pessoas e poderia contar nos dedos as mulheres de outras salas: duas ou três secretárias, duas telefonistas, uma psicóloga no setor de pessoal, poucas engenheiras nas obras, algumas arquitetas, era o que tinha de mulher na Concic. E mesmo sendo quase 30 anos mais nova que o protagonista dessas páginas, durante a entrevista, quando perguntada sobre suas lembranças do contato com "Seu Arantes", ela corrigiu: "Arantes era muito brincalhão [...] uma pessoa muito brincalhona, muito alegre, sorridente", e em respeito à sua vontade, a ex-funcionária será tratada por um nome fictício. Segundo ela, não era tão comum

[67] GUIMARÃES, 1993.

que os funcionários tivessem *apelide* e durante a entrevista ela sempre se referiu a Arantes pelo sobrenome mesmo, nada de Seu Arantes[68].

Essa era uma distinção com repercussões divergentes na lembrança dos entrevistados – que pode variar conforme o posto de trabalho, a idade, a qualificação profissional de cada um. Rial, por exemplo, era chamado por poucas pessoas de dr. Rial e Arantes era dos que o tratavam sem essa vênia. Por outro lado, ele e os diretores chamavam o chefe de pessoal de Arantes mesmo. Para Rial, só o pessoal de obra devia chamá-lo de Seu Arantes. José Olympio se referiu respeitosamente ao antigo chefe em Brasília, que depois virou seu colega na Concic, como "dr. Schaeppi", classificando-o "um homem muito igual", e sobre o amigo não deixou dúvidas acerca do tratamento que dispensava: Arantes. E mesmo que Olympio fosse bem mais novo: "Arantes não aparentava a idade que tinha", o que reduzia a distância entre eles – além, é claro, da amizade que estabeleceram.

O economista Carlos Moreira era tratado como "doutor" por poucos, Joel era um deles, e Arantes dispensava essa honraria no trato com o diretor: "com certeza, Arantes me chamava de Carlos", afirma Moreira. Em contrapartida, "todo mundo chamava ele de Arantes, não era Seu Arantes, não. A não ser, eu não sei, esse nível mais baixo, o *office boy*, alguma secretária, nesse nível de responsabilidade menor, talvez chamasse ele de Seu Arantes"[69]. Arantes gozava de respeito e prestígio ali, mesmo com pouco estudo, como esclarece Moreira:

> o que importa é que Arantes tinha uma bagagem de experiência grande e participava bem, ele acompanhava, embora não tivesse uma formação, era um profissional qualificado [...] Arantes era uma exceção, eu acho, pela qualificação, pela experiência dele. Em geral todos os cargos de gerência eram exercidos por [pessoas de] nível superior.

E para Joel era: "Seu Arantes! Ele não gostava que chamasse de doutor, não. Todo mundo só chamava ele de Seu Arantes, e ele adorava. Uns chamavam de Arantes, outros de Seu Arantes"[70].

Critérios etários, postos de trabalho, nível de formação profissional e mesmo a intimidade conquistada no cotidiano de trabalho influenciavam o uso dessas distinções de tratamento. Elas também guardam as perspectivas de

---

[68] Entrevista com Valéria Pereira [nome fictício], 24 ago. 2021.

[69] Entrevista com José Rial, 27 e 28 jul. 2021; Entrevista com José Olympio Netto, 7 out. 2021; Entrevista com Carlos Moreira, 5 ago. 2021.

[70] Entrevista com Joel dos Santos, 3 ago. 2021.

cada sujeito ao falar de Arantes e situam eles próprios no mundo. Afinal, como demonstrado páginas atrás, segundo José Olympio, Arantes não se "lamentava" do passado de pobreza, ao passo que, para Joel, ele não se "gabava" de sua ascensão – perspectivas opostas, portanto. Da mesma forma, para Olympio, Moreira e Rial, poucos chamariam Arantes de "seu", ao passo que para Joel, ele não seria – tampouco queria – ser chamado de "doutor". Definitivamente, as diferentes posições e expectativas sociais de cada sujeito se manifestam nos adjetivos e pronomes que eles usam.

E isso não é algo secundário quando se tem em vista que Arantes respeitou seus próprios critérios na biografia que escreveu. Otto Schaeppi, por exemplo, sempre foi citado como doutor, assim como diretores da Boa Viagem e da Concic. Arantes chamou muitos de seus antigos patrões de "dr." no manuscrito, embora, como alguns deles atestam, não tratasse todos assim no dia a dia de trabalho. Na intimidade de sua última agenda, porém, não havia doutores: quem mereceu essa vênia no manuscrito não estava ao alcance de uma ligação sua, ao contrário dos muitos amigos citados pelo nome ou apelido, como Joselito, que está anotado na página L, de Lilito, e "José Olímpio", de quem ele desconsiderou o Y. Ao longo de sua carreira, ainda que tenha se tornado um chefe, ele nunca foi tratado como dr. Arantes, tampouco por apelidos, tirante raríssimas exceções no âmbito privado – como, repetidamente, já sabemos.

Na Concic, Arantes trabalhou em um ambiente bastante masculino, marcado por algumas hierarquias simbólicas, que com o passar do tempo abrigou cada vez mais gente com nível superior, e no qual ele era uma das pessoas mais velhas. Gênero, idade, formação escolar ou profissional, autoridade e prestígio associados a cada posto de trabalho, e mesmo afinidades pessoais influenciavam as relações entre os diferentes sujeitos naquele ambiente. E há ainda um fator na experiência de Arantes ali que tem de ser considerado, sobretudo porque é possível que ele tenha influenciado o incômodo que Arantes registrou intensa e detalhadamente em seu manuscrito.

Em Salvador, apesar de permeáveis a pessoas de pele parda em posição de mando, as grandes empresas excluíam pessoas de pele preta ou que carregassem marcas raciais evidentes, e a renda mensal de pretos e pardos era 64,2% do rendimento dos brancos que assumiam chefias – na construção civil a diferença era menor, mas existia[71]. Na Concic, que em 1983 era a terceira maior construtora da Bahia, não era diferente[72].

---

[71] CASTRO; BARRETO, 1992; BAIRROS, 1988, p. 319-320.

[72] SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Indústria da construção civil da Bahia*: análise comparativa das grandes empresas. Salvador: SEI, 1983.

De acordo com Valéria, aos olhos de quem a diferença na quantidade de mulheres e homens no escritório era marcante, ali também tinha bem mais brancos trabalhando do que negros – e ela certamente estava entre as pessoas brancas. "Eu acho que tinha mais de branco que de negro no escritório, mas na parte de obra...", essa sim, empregava muito mais negros. No escritório, ela cita algumas pessoas de pele escura e um colega que "era da mesma cor" de Arantes, e pergunta:

> **Valéria:** – Eu não sei se Arantes era considerado negro. Era?

O diretor Carlos Moreira, branco, enxerga o escritório como um espaço equilibrado em termos raciais e reconhece que nas obras havia mais pessoas de cor: "agora, realmente no corpo diretivo, tinham muito poucos [negros], um ou outro, pessoas de cor tinha poucas". Um dos negros do escritório citado por Moreira foi Joel, negro de pele retinta, que tinha impressão parecida: "era variado, tinha branco, tinha preto, tinha mulato, tinha de tudo"[73].

Perguntado, José Rial também descreveu outra fotografia racial do escritório e de como seus olhos a revelam: "não tinha muito negro lá, não, viu? Arantes era um pardo bem claro, viu, cara?! E o cabelo dele não era bem pixaim, não. Era meio escovinha. Não era totalmente enrolado, não. Então ele era um pardo disfarçado"[74]. Rial prosseguiu com espontaneidade: "você me chamou atenção *pra* um negócio, rapaz! De repente meu olhar começou a circular pelo escritório, eu não *tô* vendo ninguém preto". Pardos, ele "viu" poucos, e explicou:

> Negro era pedreiro [...] o cargo máximo era mestre de obras, normalmente era um negão [...] que era um cara que começou como servente, foi *pra* pedreiro ou carpinteiro e aí foi *pra* encarregado de obra e depois *pra* mestre de obra. Era a carreira do pessoal de baixo [...] Depois que vinha o engenheiro, que *tava* acima do mestre.

Mas os engenheiros, esses sim, quase sempre eram brancos.

No escritório, Rial considera que Arantes escaparia de conflitos raciais e para explicar sua opinião citou o exemplo de um gerente que "era mulato *pra* negro" e "se formou tarde", por ser ex-militar, uma origem que não teria sido "bem absorvida" – o que ele contou sem dizer se pelos colegas ou pelo próprio sujeito. O que o presidente da Concic parece querer dizer é que este outro

---

[73] Entrevista com Joel dos Santos, 3 ago. 2021; Entrevista com Carlos Moreira, 5 ago. 2021; Entrevista com Valéria Pereira [nome fictício], 24 ago. 2021.

[74] Entrevista com José Rial, 27 e 28 jul. 2021.

funcionário pode ter lidado com alguma estigmatização racial, Arantes, não. E Rial não nega ter escutado por ali expressões do tipo "aquele negão", em tom suspeito: "não chamava nem de negro, chamava de crioulo". Para ele, que invariavelmente seria considerado branco, no escritório da Concic e por todas as ruas da capital da Bahia: "tinha um certo racismo, viu?", classifica Rial sob suas lentes de hoje.

Como enfatiza Antônio Sérgio Guimarães, as classificações de cor no Brasil se estabeleceram socialmente como marcas de origem associadas à subalternidade das pessoas de pele escura sem qualquer lastro biológico, criando uma profunda conexão entre cor da pele e posições de *status* social. As relações raciais brasileiras, tão marcadas pela noção nativa de cor, abrigam uma miríade de elementos para além da cor da pele, como tipos de cabelo ou formas de nariz e lábios, também associados a aspectos socioeconômicos. E tudo isso aparece nos depoimentos citados. Por isso, para entender as especificidades sociorraciais soteropolitanas, Guimarães não descarta as indicações de Thales de Azevedo sobre a existência de "grupos de prestígio" constituídos a partir de critérios diversos e que estabelecem normas sociais pautadas na desigualdade entre indivíduos[75].

No escritório da Concic, não apenas as classificações de cor variam conforme o olhar dos observadores, à época ou quando gravaram as entrevistas: os critérios que eles empregam e o sentido que atribuem a tais classificações também variam. E de maneira instável, o posto de chefia, o bom salário, o temperamento sóbrio e inimigo de conflitos, além da pele parda, podem ter ajudado Arantes a contornar preconceitos. Angela Figueiredo argumenta que as relações raciais em Salvador, como em todo o Brasil, são personalizadas: "assim, dentro de um espaço específico de reconhecimento do *status* que detém, a exemplo do local de trabalho e de moradia, alguns negros podem ser tratados como negros que têm um poder aquisitivo e *status* comparáveis aos de um branco", mas bastaria um conflito para que "a sua posição econômica e social seja irrelevante e a sua condição racial seja destacada, ou o termo negro e outras denominações sejam utilizados em tom pejorativo"[76]. O depoimento de José Rial confirma a percepção de Figueiredo, situando a posição de Arantes no escritório: se ele podia escapar de estigmatizações, não deixaria de eventualmente reconhecer a ocorrência delas – apesar de ter silenciado sobre o assunto.

E nos canteiros de obras, onde Arantes teve de lidar – incomodado – com a resistência de colegas, o contexto era outro. Novamente é o depoimento de

---

[75] GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

[76] FIGUEIREDO, 2012, p. 139-140.

José Rial que abre janelas para essa percepção. Segundo ele, Arantes exercia funções burocráticas na chefia do escritório, "sem muitas margens para decisões autônomas", e ele descreveu a conduta do gerente nos seguintes termos:

> ele era um cumpridor daquela burocracia [...] ele era no fundo, fazendo uma comparação, ele era um feitor. Ele jogava duro com o pessoal, exigia, não deixava de assinalar uma falta, ele era a empresa até a alma. Ele não cedia um milímetro aos escravos, ele era todo do lado dos senhores. Esse feitor Arantes, ele se aproximava muito dos senhores e isso o fazia meio branco[77].

A comparação apresentada pelo presidente da Concic é bastante simbólica. Matheus Gato demonstra o quanto a imagem do feitor remete a uma combinação entre violência, controle e exploração do trabalho originada sob o cativeiro, que não perdeu o sentido nos mundos do trabalho livre, sintetizando relações de força que articulam raça/cor, trabalho, poder e prestígio, e ao mesmo tempo demonstrando os obstáculos raciais para a ascensão social da população trabalhadora não branca[78]. A imagem reivindicada por Rial, porém, não diz respeito apenas aos limites da mobilidade social de Arantes, mas também à resistência que ele enfrentaria dos trabalhadores que tinha sob si ou de colegas que concorriam com ele por uma promoção, o que é certo que aconteceu, uma vez que o próprio Arantes reconheceu e se queixou disso – coisa rara em seu manuscrito. Em postos de mando, ele podia ser visto como um algoz de trabalhadores. E como era pardo, ao sargentear gente de pele mais escura ou ocupar suas vagas, ainda por cima com um salário melhor, diferenças de cor e classe entre ele, colegas e subordinados poderiam convergir para a dilatação de algumas indisposições.

A preponderância de pessoas de cor em Salvador, como argumenta Paulina Alberto, tornou os mundos do trabalho da capital mais abertos à mobilidade de pessoas de cor do que nas cidades do Sul. Na Salvador do começo do século XX, na qual não aconteceu uma imigração em massa que empurrasse pretos e pardos para fora da força de trabalho ou para cargos de menor prestígio, houve mais igualdade entre pessoas de cor e brancos engajados em trabalho manual, da mesma forma que muitos pardos – sobretudo os de pele mais clara – conseguiram entrar no "mundo dos brancos" com *status* e salários relativamente mais altos. Essa maior flexibilidade não deve, contudo, ser exagerada, porque pretos e pardos estavam ainda longe das posições de poder em

---

[77] Entrevista com José Rial, 27 e 28 jul. 2021.

[78] GATO, M. Dialética do feitor. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 533-572, set./dez. 2021.

Salvador, ocupadas majoritariamente por gente branca. E sem a linha de cor mais nítida que prevalecia em São Paulo, por exemplo, a maioria das pessoas de cor na Bahia não via a adoção de identidades raciais como negro ou preto como uma estratégia necessária ou útil para combater a discriminação ou garantir o avanço social[79]. As peculiaridades soteropolitanas descritas por Paulina Alberto ajudam a entender os porquês de Arantes não demonstrar identificações raciais em sua trajetória da mesma forma que ilumina algumas diferenças entre ele e o pessoal de obra da Concic.

O escritório da Concic e os seus canteiros de obras, espalhados por toda a cidade, reproduziam as hierarquias raciais de Salvador, e não foi durante a longa experiência de Arantes chefiando o setor de pessoal que ele registrou um incômodo como aquele, senão no curto período em que administrou obras, quando a Concic dava início à intensa expansão de suas atividades. Como Olympio e Rial explicaram, uma das etapas da modernização administrativa da Concic foi retirar os mestres de obras da gestão dos respectivos escritórios e designar para essa função gestores com perfil administrativo, mais formação e pele mais clara também. Foi assim que José Olympio, que tinha até curso superior, entrou na Concic, para depois se tornar diretor, tal como Arantes, que se não era dono de um diploma, acumulava a experiência de gerir a filial da Otto Schaeppi em Brasília – não à toa, ele chegou à Concic com um salário majorado.

Portanto, o mal-estar que quase levou Arantes a pedir demissão quando ele entrou na Concic não aconteceu em um ambiente mais branco e escolarizado, e sim no espaço de trabalho que concentrava a maior quantidade de trabalhadores pretos, com menos estudos e que assistiam a uma mudança administrativa que dificultava sua progressão à chefia das obras, geralmente o posto mais elevado que um mestre de obra, preto, alcançaria, como o presidente da Concic confirmou em entrevista. Esses trabalhadores, que viram Arantes chegar ali sem um passado na empresa, com o salário mais alto e a pele mais clara – mas não branca! –, poderiam estabelecer mais diferenças do que aproximações com o novo gerente, ao contrário de seus colegas do escritório, que sendo mais escolarizados, remunerados e brancos, o fizeram se sentir acolhido – ou pelo menos não o inspiraram a registrar outras queixas, e ele decerto as tinha, embora sob outros termos, como logo se verá.

Ser um "feitor" no escritório central da Concic, acumulando funções mais burocráticas que decisórias, e mais afastado dos trabalhadores das obras, com certeza não era igual a assumir a administração de um canteiro, onde Arantes teria sob seu controle, por exemplo, a gerência sobre recursos mal ou bem

[79] ALBERTO, 2017.

aplicados, sobre o controle das folhas de ponto, materiais utilizados em excesso ou não e por aí vai. Foi no canteiro de obras, administrando sua execução e feitorando peões, que Arantes experimentou mais resistência de colegas.

Esses argumentos poderiam ser apenas especulações descoladas da trajetória de Arantes, uma vez que faltam evidências de qualquer experiência racializada que ele ou qualquer outro funcionário da Concic tenha experimentado – Joel, inclusive, que tem a pele retinta e não teria tocado no assunto se não fosse perguntado. Mas não parece ser o caso. A experiência de Arantes ali (influenciada pela cor de sua pele, sua escolaridade, seu perfil profissional e temperamento, sua dedicação ao serviço e a rede de apoio tecida...) guarda diversas peculiaridades e influências que, como é repetido ao longo de todo o livro, ganham muito mais sentido quando observadas a partir da existência plural de cada indivíduo e das intersecções que ela guarda. Ainda que Arantes tenha narrado seu incômodo sem indicar a influência de fatores racializados, é impossível descartá-los.

Verônica Daflon mostra fartamente que, em contexto variados, pardos não interpretam discriminações vividas como de natureza racial, senão como preconceito de classe e às vezes sequer chegam a notá-las, ou preferem não assumir isso. Ela também mostra que pardos que rompem as barreiras raciais da sociedade brasileira e ascendem socialmente conseguem se desvencilhar com mais facilidade de estereótipos racializados, o que dilui conflitos raciais nas diferenças de classe[80].

Pesquisas sobre identificação racial também mostram que as respostas à discriminação dependem dos repertórios culturais e econômicos das vítimas de preconceitos e dos limites aceitos pelos grupos em que elas se inserem (ambientes de trabalho, família e outros espaços públicos ou privados). Uma das estratégias mais frequentes de vítimas de preconceitos para atenuar o peso da estigmatização, além de evitar estereótipos e conflitos, é firmar compromisso com valores dos mundos do trabalho. Entrevistas com sujeitos pretos e pardos estabelecidos na classe média revelam que eles reivindicavam com frequência explicações racializadas para experiências de discriminações, enquanto trabalhadores tendem a atribuí-las à sua condição de classe, como fez Arantes[81].

Portanto, sua posição era intermediária no que se refere à cor de sua pele e a seu posto de trabalho, afinal, ele nunca deixou de ser um trabalhador, bem remunerado, mas um trabalhador, nem pardo, ainda que sua certidão de óbito,

---

[80] DAFLON, 2017.

[81] LAMONT, M. *et al*. *Getting Respect*: Responding to Stigma and Discrimination in the United States, Brazil, and Israel. [Inglaterra]: Princeton University Press, 2016.

anos depois, o tenha classificado como branco. A posição social de Arantes, definida sobre critérios instáveis, não permitiria que ele eliminasse os riscos de sofrer estigmatizações raciais, que possuem expressões variadas e podem se manifestar sutilmente. Tampouco, uma compreensão sobre a trajetória ascendente desse sujeito pode afastá-lo da classe trabalhadora, ainda que seu salário permitisse que ele e sua família desfrutassem de um padrão de consumo e compartilhassem valores da classe média – sobretudo daquela parcela que teme a proletarização. Para Arantes, a superação através do trabalho da subalternidade que ele enfrentou desde jovem, além de não libertá-lo por completo de conflitos raciais, também foi instável e parcial.

Muitas outras perspectivas se abririam para essa pesquisa caso flagrantes das experiências de outros funcionários do escritório ou de trabalhadores das obras da Concic pudessem ser encontrados entre as fontes da Justiça do Trabalho, o que ainda não ocorreu – e talvez nunca ocorra. Trabalhadores da construção civil eram profundamente explorados no Brasil durante o período em que Arantes gerenciou uma de suas maiores construtoras, e na década de 1980 o país era recordista mundial em acidentes de trabalho, registrando médias anuais que superavam um milhão de casos[82]. O potencial dessas fontes é grande e diverso, como mostra a pesquisa de Ana Beatriz Silva, e dado o posto que Arantes ocupava, não seria impossível encontrá-lo como testemunha em processos de acidente de trabalho ou em contendas trabalhistas de antigos colegas ou subordinados com sua empregadora – nada indica que ele próprio tenha ido a qualquer tribunal para reclamar direitos trabalhistas[83].

O APEB retém somente 26 processos de acidentes de trabalho envolvendo empregados da Concic, entre 1943 e o fim dos anos 1960, portanto, antes da chegada de Arantes ali e quando a construtora tinha uma atuação restrita à praça soteropolitana. Essas fontes também não aparecem no exíguo acervo do Memorial do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e as longas – e lamentáveis – listas de processos destruídos no trabalhista indicam a existência de pouco mais de 40 processos entre os anos 1970 e 2000, nos quais a Concic é reclamada por empregados sem indicações sobre o conteúdo dessas fontes

---

[82] CAMPOS, P. As condições de trabalho e organização dos operários da construção civil durante a ditadura. *In*: ESTEVEZ; A. *et al.* (org.). *Mundos do trabalho e ditaduras no Cone Sul (1964-1990)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018. p. 219-239.

[83] SILVA, A. B. R. B. *O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital*: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). 2016. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

– um número baixo, que decerto reflete mais a inacessibilidade de fontes do que a não ocorrência de litígios ou acidentes[84].

Segundo o ex-diretor Carlos Moreira, pouca gente do escritório recorreu à Justiça para reclamar direitos contra a Concic[85]. E Joel, que idealizou e presidiu uma associação de funcionários dela, com apoio da diretoria, dos funcionários, engenheiros e de todos os chefes – Arantes, inclusive –, contou que os recursos da entidade eram descontados dos integrantes em folha e ficavam numa conta da empresa, que era acionada para liberações quando necessário. Segundo Joel, quando a Concic reduziu drasticamente suas atividades nos anos 1990, o dinheiro da associação se perdeu também. Perguntado sobre eventuais reivindicações por esse dinheiro na Justiça, ele respondeu:

> não, não, não houve conflito porque eles sempre foram parceiros nossos, sempre foram! Rial, Manzato [...] Então quando a Concic quebrou, foi todo mundo junto, no mesmo barco, não tinha o que reclamar. Nós nunca paramos *pra* reivindicar isso, porque a gente era parceiro nos momentos bons e nos momentos ruins. Então a gente não vai reclamar, porque eles sempre foram bons parceiros nossos, sempre *nos ajudou*. Tudo que a gente precisava *eles ajudava.*

Não é impossível que a opinião de Joel fosse contrariada pelo conteúdo de algum dos processos trabalhistas que a Concic enfrentou e que foram destruídos pela Justiça do Trabalho. De todo modo, é destacável que a opinião de um funcionário que entrou bastante jovem na construtora, servindo cafezinho, e que progrediu ali até assumir sua tesouraria, se paute em declarações de parceria e solidariedade com a situação da empresa mesmo quando isso poderia repercutir em prejuízos indiretos para ele[86]. Como a História Social reconhece e demonstra há tempos, não é sempre que trabalhadores voltam toda a carga de sua existência contra os patrões, e Joel, que conviveu bastante com Arantes e também demonstra seu orgulho por poder corresponder ao que recebeu de seus empregadores (emprego, oportunidades, confiança, salários etc.), pode mesmo ter aprendido algo com o protagonista destas páginas – sem querer, claro, superestimar sua atuação.

Assim como não foi possível conhecer o que Arantes diria na disputa entre Eunice, sua colega e amiga, contra a Companhia Empório no fim dos anos 1960, é possível que não exista mais qualquer registro de sua presença nos

---

[84] Para as referidas listas de processos destruídos, acessar: https://www.trt5.jus.br/arquivo?page=1.

[85] Entrevista com Carlos Moreira, 5 ago. 2021,

[86] Entrevista com Joel dos Santos, 3 ago. 2021.

tribunais trabalhistas. E outras fontes, apesar de aparentemente mais acessíveis, também podem ser pouco promissoras. Entre os antigos funcionários da Concic contatados por essa pesquisa, um deles se recusou – diversas vezes, inclusive – a gravar uma entrevista de modo taxativo: "sobre Arantes eu não falo!". Seria fundamental acessar as mágoas desse trabalhador para conhecer outras perspectivas sobre Arantes. No entanto, a partir daquelas perspectivas que foram apresentadas aqui, é possível ver que sua busca pela consolidação de um perfil profissional que lhe garantisse as prerrogativas sociais e econômicas das quais ele não podia prescindir estava sendo bem-sucedida e não lhe garantia apenas desafetos e incômodos, antes pelo contrário.

FIGURA 66
Arantes, entre duas pessoas desconhecidas, em algum ambiente festivo e formal

Fonte: acervo da família Arantes.

Pai, painho, padrinho: o trabalhador em família

Arantes reservou pouco espaço para sua vida privada no manuscrito, dando mais atenção à sua trajetória profissional, mas conhecê-lo em seus ambientes privados contribui para a compreensão do perfil que ele cultivava.

O comedimento para tratar de alguns assuntos, o silêncio sepulcral sobre outros e os orgulhos que ele decidiu expressar são elementos que compõem o perfil que ele se empenhou para construir, silenciando sobre conquistas imprescindíveis ou menosprezando outras conquistas expressivas.

Como o estudo era um valor que ele estimava, ver os filhos com diplomas era um orgulho e tanto, narrado no manuscrito como "fatos dignos de registro". Ele celebrou a graduação de Valter Rui em Administração de Empresas na Universidade Federal da Bahia, pública, e a de Liana em Assistência Social na Universidade Católica do Salvador, uma instituição particular, que consumiu investimentos paternos. É provável que os filhos de Arantes e Morena se juntem à primeira geração de descendentes de trabalhadores da Boa Viagem a cursar universidades, porque as fontes que abastecem essa pesquisa sugerem uma ocorrência maior de jovens formados em cursos técnicos. Essa é uma impressão que demandaria um esforço específico e transversal de pesquisa, mas acervos como o Arquivo Nacional, por exemplo, que conserva fichas de trabalhadores da Petrobras, revela jovens filhos da vila operária ingressando em carreiras técnicas a partir dos anos 1970.

Quando soube da aprovação de Valter Rui no vestibular, Arantes prometeu um carro ao filho e a promessa foi honrada depois de o jovem ter de insistir com o pai: o primeiro automóvel de Valter Rui foi um Fusca azul. Ele, inclusive, chegou a estagiar por um período na Concic, onde escutou sua chefa imediata dizer, humorada, que o jovem não havia puxado ao pai: se chovesse, Valter Rui não comparecia ao trabalho, se fizesse sol, ele preferia ir à praia – é o que ele mesmo confessa igualmente humorado. Adiante, o filho de Arantes foi aprovado em um concurso para a Caixa Econômica Federal, onde trabalharia até se aposentar – portanto, com a estabilidade profissional que o pai valorizava[87].

Um casamento, mesmo desfeito adiante, era outro episódio que podia ser celebrado no manuscrito: "Liana se casou em 20 de novembro de 1990, separando-se legalmente dez anos depois", o que ele contou com um acréscimo, "fato que Arantes lamentou bastante". Arantes conheceu Hélio, futuro marido de Liana, no começo dos anos 1980, quando os jovens ataram um namoro e, muitos anos depois, se não fosse um comentário de Hélio em uma foto postada por Laurinha no Facebook, a informação de que Arantes era torcedor fiel do Vitória teria chegado a essa pesquisa com mais atraso. "Assistimos a muitos jogos do Vitória, nosso time do coração [...] ele me ensinou a amar o Vitória", registrou Hélio.

---

[87] Entrevista com Valter Rui Arantes, 26 jul. 2021.

Em entrevista, ele contou que Arantes era comedido ao falar de si, mas Hélio sabia de histórias da trajetória profissional do ex-sogro, de como ele "chegou em *status* grandes dentro das empresas", nos seus termos[88]. Hélio sabia, por exemplo, que Arantes começou a trabalhar cedo na Boa Viagem e que a deixou com *status*: "entrou no cargo mais simples possível e ele saiu de lá numa condição assim, para os padrões da fábrica, tipo um diretor, nesse nível hierárquico". Arantes era reservado, "mas quando tinha a oportunidade de dar um exemplo", oferecia suas experiências: "ele fazia aquela propaganda natural das coisas, me falando [sobre] a forma de você crescer num ambiente de uma empresa", prossegue Hélio,

> lembro bem, palavras dele, sempre você vai conviver com alguma dificuldade e quando chega o momento que você encara a dificuldade como uma coisa, assim, bem natural, você já passa a não ter dificuldade *pra* nada. Não me lembro dele falar de [...] faltar trabalho, ou, a empresa não presta, ou [que] ele não gostava [de algo].

Mais do que encômios, as histórias de Arantes serviram como conselhos aos mais jovens – mas não todos, mesmo auxiliados pela posteridade, como a próxima parte deste livro mostrará. E junto com a lembrança das "largas gargalhadas" do velho – que têm registro disponível na internet –[89], Hélio conta que ele era um "exímio *corrigidor* de palavras": "você tinha que ter muito cuidado pra conversar com ele, porque ele tinha uma expertise muito grande com a gramática [...] naquela malandragem dele, ele te corrigia e te ensinava". E uma coisa era certa: em dias de jogo do Vitória, a festa era garantida para toda a família na pizzaria Zucca, que ficava pertinho deles, em Amaralina – mas, claro, se o time não amargasse qualquer derrota, o que imporia um silêncio generalizado a todos em casa.

Laurinha foi a primeira dos irmãos a se casar, deixando vários registros no baú de fotos da família. A celebração foi na mesma igreja das bodas de seus pais, a da Boa Viagem, no mês das noivas de 1975. E o convite para o evento indicava os motivos: "temos de sobra, o Amor", assim mesmo, com maiúscula[90]. Mas os votos duraram bem menos do que para sempre e o enlace não entusiasmou Arantes na hora de escrever sua biografia: "Laurinha casou e separou e única coisa boa deste casamento foi o nascimento das suas netas Ana

---

88 Entrevista com Hélio Vicente Cesar, 28 jun. 2021. Usada no parágrafo seguinte.

89 Com um áudio de baixa qualidade, é possível assistir a uma gargalhada Arantes em um vídeo gravado em sua casa. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-8DjsYWRMyk.

90 *Convite de casamento de Laurinha Arantes*, não datado. Acervo da família Arantes.

Karina e Camila". Um comentário menos mal-humorado do que parece, uma vez que ele e Emmanuel, o genro, se davam muito bem – sinal de que Arantes sabia e até queria que seu manuscrito circulasse por algumas pessoas de seu entorno. Emmanuel, aliás, era um dos poucos a tratar Arantes por apelido, digo, patente: *Almirante*, era como ele chamava o sogro. E além dessa alusão ao seu casamento, Arantes não disse mais nada sobre Laurinha. E podia.

FIGURA 67
Casamento de Laurinha (1975)

Fonte: acervo da família Arantes.

Suas netas, Ana Karina e Camila, a "única coisa boa" do enlace da primogênita, foram celebradas no manuscrito: "muito queridas por Arantes e Morena". E ele explicou um dos motivos: "elas foram educadas pelos avós, em virtude de Laurinha ter morado muitos anos fora do Brasil". Arantes compartilhou com Morena o mérito que se atribuiu, a boa educação transferida às netas, e não mencionou as razões de Laurinha ter ido viver no exterior, o que se deu por uma escolha profissional da filha. Para ele, bastava arrolar para si a responsabilidade pela formação das netas.

Tal como a Vila Isabel cantada por Noel Rosa, a vila operária em que Arantes e sua primogênita cresceram também tinha lá os seus feitiços e Laurinha foi cativada por outros interesses que não se resumiam aos estudos e ao casamento

– e como a vila estava em Salvador, ela não dava só samba, mas axé também. Ainda bem jovem, Laurinha apostou na carreira artística e foi uma das primeiras mulheres a cantar nos trios elétricos da cidade, à frente da Banda Pimenta de Cheiro, que adiante se chamaria Cheiro de Amor, mesmo nome do bloco puxado pela banda[91]. E como tal, ela excursionou por diferentes cidades do Brasil e até do mundo, fez *shows*, apareceu em programas de TV e animou blocos de carnaval[92]. A carreira de Laurinha, contudo, não a projetou para a autobiografia do pai, o casamento malfadado, sim.

Quando Joel, amigo e subordinado de Arantes nos tempos da Concic, respondeu ao convite para falar a essa pesquisa, ele respondeu assim:

> eu trabalhei vinte e oito anos lá e tenho muita história *pra* contar. Inclusive de Arantes, que era grande torcedor rubro-negro e nós fomos várias vezes *pra* Fonte Nova, *pro* Barradão. Era uma pessoa maravilhosa! Eu convivi muito com ele e com a filha dele, que foi cantora de trio, Laurinha[93].

A citação, cujo trecho final foi suprimido páginas atrás, ratifica o futebol como uma marca tão vinculada a Arantes por quem o conheceu e acrescenta outra, que é a carreira da filha – ambas silenciadas por este autor de si no seu manuscrito. O bem entrosado Joel, que tomava a frente em vários eventos da Concic, também montava anualmente uma barraca no circuito do Carnaval de Salvador, na Avenida Sete de Setembro, na altura do Relógio de São Pedro. Ali se reuniam muitos colegas da Concic, mas Joel conta que Arantes ia pouco: "Arantes não gostava de carnaval!". E quando ia, não se empolgava a consumir o que a barraca lhe oferecia: "eu nunca vi Arantes beber, não, *pra* ser franco. Arantes não era de beber, não". Segundo Joel, havia uma expectativa no pessoal da Concic pela passagem do trio com Laurinha: "isso *pra* gente era um orgulho, a filha de um colega nosso cantando e puxando um trio elétrico!". E perguntado se Arantes também se orgulhava, Joel respondeu com empolgação e em tom assertivo: "claro!", para depois de uma inspiração profunda rever o tom da resposta:

---

[91] Um pouco da história de Laurinha Arantes e da banda Cheiro de Amor aparecem nesta reportagem de TV. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/10328260/?fbclid=IwAR1cXDmpvdBMx8d9P9PBRY9A-TqblbieyxLaJ1M99MXT_sIYM0Dz8P4ebzWY.

[92] Um registro da participação de Laurinha Arantes no carnaval de Salvador em 1989, em plena Praça Castro Alves. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=b03Z8ie-XJE&t=408s.

[93] Entrevista com Joel dos Santos, 3 ago. 2021. Usada no parágrafo seguinte.

> *pra* ser franco, ele não gostava muito dessa fama, não. *Pra* ser franco! Ele não gostava muito, não. Ele ficava na dele, *tá*? Não era o forte dele, ele talvez não gostasse. Ele não gostava da filha dele cantando em trio, eu acho que ele não gostava [...] Na época Laurinha era uma pimenta, era muito bonita, muito extrovertida e ele talvez não gostava desse tipo de coisa. Ele sempre foi um cara reservado, um cara pacato. Ele não gostava desse tipo de exposição assim.

Dada a notoriedade da carreira da filha, o silêncio no manuscrito de Arantes é bastante expressivo das reservas desse homem e se torna ainda mais destacável quando se tem em vista que ele não se furtou a declarar seu gosto musical apurado e suas emoções quando, junto com a mãe, assistia ao irmão solar na banda do Colégio dos Órfãos de São Joaquim, algo que ele descreveu cheio de saudosismo ("este foi um tempo bom na infância de Arantes porque ele sentia muita alegria e emoção quando via seu irmão tocando"). Uma vez mais fica evidente que a seletividade de Arantes e seu silêncio sobre alguns temas revelam os valores que ele nutria e as diferenças que atribuía à ocupação dos espaços públicos por mulheres e homens, fosse o trabalho de Morena na Boa Viagem ou o de Laurinha em palcos e trios.

Nunca saberemos o que Dona Laura diria sobre a carreira da neta que recebeu seu nome, mas seu filho não a citou entre seus orgulhos. A vida de Dona Laura, uma mulher do século XIX, e a de sua neta estavam separadas não apenas por algumas décadas e três gerações. As trajetórias de ambas estavam separadas também por sua condição social: a avó, uma tecelã pobre, viúva aos 42 anos, mãe de três filhos; a neta, filha de um funcionário muito bem colocado no mercado de trabalho de Salvador e de uma mãe que se fez bastante presente em sua educação. As diferentes oportunidades que alcançaram as duas não eram consequência apenas da passagem do tempo e das transformações que ele promove: eram a continuidade de um processo histórico de ascensão social em que Arantes foi um dos pivôs – ainda que ele não as entendesse dessa maneira. A ascensão daquela família, cujos sujeitos sempre se valeram do trabalho, legou à sua terceira geração uma condição socioeconômica ascendente que permitiu voos mais ousados à Laurinha – consequência, também, dos novos tempos. A independência que projetou Laurinha para cima dos trios elétricos de Salvador lhe permitiu fazer escolhas de vida com mais liberdade que sua avó, e Arantes, que percebia a educação como um instrumento de mobilidade social e uma conquista a ser ostentada, não percebia que a escolha da filha, se vista à luz de sua história familiar, era outra grande conquista. Seu silêncio sobre a carreira pioneira de Laurinha sugere sua incapacidade de

perceber uma parte do legado que ele ajudou a construir para a família – além de dois apartamentos, é claro.

FIGURA 68
Laurinha Arantes se apresentando como cantora

Fonte: acervo da família Arantes.

Ele e Morena tiveram tantos afilhados e sobrinhos, homens e mulheres, que Arantes dificilmente conseguiria citar todos, e acabou escolhendo dar mais relevo a dois deles: Dite e Djalma, ela com bastante seriedade e carinho, ele com mais humor e "puxões de orelhas" – e no espaço que dedicou a ambos, Arantes também se revela bastante.

"Arantes tem um afilhado que considera especial", escreveu, para em seguida explicar as razões disso: "pelo fato de estar sempre ao lado de Dona Doninha e Mira colaborou na sua formação moral". Djalma, órfão como Arantes, foi adotado por Dona Doninha e cresceu sob os olhos do padrinho, de quem foi pajem de casamento, porque era quase duas décadas mais novo: "Arantes sempre teve um carinho especial por Djalma, porque ele [Arantes] o acompanhou desde criança quando ele [Djalma] tinha mais ou menos cinco anos de idade". Djalma foi o primeiro afilhado de Arantes e teve no padrinho uma referência – mas não para tudo. Parte disso, encheu o próprio Arantes de orgulho.

Djalma chegou a concluir o curso ginasial, mas ainda jovem "entendia que precisava trabalhar para ajudar Dona Doninha", e, explicou Arantes, "aos dezesseis anos começou a trabalhar de 'office-boy' num escritório comercial".

O padrinho reconhecia em Djalma muitas de suas qualidades e uma história em comum, e seguiu listando as virtudes do afilhado, que, pelo menos em parte, lembravam muito as que o padrinho se atribuía: "Não parou de trabalhar até hoje, mesmo já aposentado pelo INSS". E novamente Arantes se sentiu orgulhoso por ser promotor da educação de alguém, o que fazia dele uma referência: "ainda hoje fica feliz quando ouve seu afilhado, já com onze filhos e vários netos, dizer que deve a ele [Arantes] a boa formação moral que tem até hoje", jubilou-se.

Mas Djalma recebeu uma repreensão, através da qual o padrinho se afirmou: "como ninguém é perfeito", quis confessar Arantes, "este cidadão apesar de ter uma formação moral acima da média", dada por ele mesmo, diga-se, "desde cedo começou a se envolver com mulheres por isso, tem no seu currículo onze filhos com oito mulheres diferentes!". As exclamações de Arantes, como já mencionado, são indicativos raros daquilo que merecia destaque em seu manuscrito: das cinco que ele usou, duas foram para enaltecer Dona Laura e uma, para ralhar o afilhado. E em seguida, ele ponderou: "parece que a sua idade o ajudou, porque há muitos anos ele só tem uma mulher [...] com quem vive há quase 20 anos".

Segundo Liana, seu pai "desarmou o circo de Djalma várias vezes": quando mulheres ligavam para a casa de Arantes, onde Djalma dizia estar, o padrinho o desmentia sem hesitar e chegou a procurar uma das namoradas do afilhado para desfazer suas armações[94]. De toda sorte, o próprio padrinho reconheceu que Djalma estava "nos trilhos" havia mais de uma década e a crítica anotada no manuscrito era, portanto, desnecessária, e Arantes poderia omiti-la como fez com tantos assuntos que o desagradavam. A não ser que ela seja exatamente aquilo que parece: o humor não assumido de um velhinho septuagenário e viúvo, que mesmo morando em um asilo para idosos não se manteve solteiro. Definitivamente, as peripécias do afilhado femeeiro não eram um tabu para Arantes. Já é notório que ele reservava papéis diferentes a homens e mulheres e que não abordaria um tema que o aborrecesse ou que fragilizasse a imagem transferida ao papel. E as características que ele atribuiu a Djalma, afora a "boa formação moral", ampliam o valor de tudo que Arantes omitiu deliberadamente, porque a bronca que ele destinou a esse afilhado não era *pro forma*, senão, uma marca da coerência que ele se propunha e que é apontada por Charlotte Linde em todas as histórias de vida dedicadas a uma ruptura com o senso comum. Da mesma forma, confirma os argumentos de Paul

---

[94] Entrevista com Liana Arantes, 30 jun. 2021.

Eakin, de que os valores com os quais o sujeito se vincula em sua biografia são cultivados ao longo da vida[95].

A atenção que uma de suas sobrinhas e afilhadas recebeu no manuscrito segue o mesmo caminho. "Arantes e Morena acolheram com muito amor e carinho Dite, vinda de Valença para morar com eles", escreveu Arantes, apresentando uma pessoa bem importante na família. Ela era parente consanguínea tanto de Arantes quanto de Morena: sua mãe era irmã de Morena e seu pai, primo de Arantes. O seu nome, Edite na verdade, homenageia sua avó, mãe de Morena, mas é como Dite que ela é tratada entre todos na casa dos Arantes, onde ela conviveu por muito tempo. Dite viajou de Valença para Salvador para estudar no final dos anos 1970 e foi recebida pelos tios, que tinham boas condições para tanto. Ela viveu com a família por quase uma década: morou nos dois apartamentos de Arantes e no ano em que eles passaram no Rio de Janeiro, onde o tio estava a trabalho pela Concic, ela estava lá também[96]. No manuscrito, Arantes apresentou Dite nos seguintes termos: "ela chegou com 13 anos e sempre foi muito estudiosa e caprichosa. Ela concluiu os 1º e 2º graus, fez vestibular para Letras, graduou-se, fez mestrado e no momento está concluindo o doutorado. Trata-se de uma pessoa muito especial para Arantes, porque ele considera como filha e tem certeza [de] que ela sempre o considerou pai".

A relação entre eles era mesmo muito próxima, na juventude dela e na maturidade de ambos também, e é evidente o quanto Arantes celebrava essa reciprocidade – ser considerado pai era algo de valor. E Dite, mesmo se reconhecendo como uma das escutas mais atentas de que Arantes dispunha, assim como de Morena, não via o tio contando muitas histórias. Na biografia de Arantes, que Dite leu e fez pequenas intervenções – a única pessoa que o fez –, ela conta que viu o homem com quem conviveu bem de perto: voltado ao trabalho, zeloso por sua coerência, que tratava da família com afeto, mas sem grandes efusões.

Ao apresentar Dite e Djalma, uma vez mais, Arantes sagrou-se pelas conquistas de seus descendentes mais próximos, sentindo-se o promotor moral delas, sobretudo da parcela que considerava positiva, como a dedicação ao trabalho e o gosto pelos estudos, mesmo que às vezes ele não pudesse ser a referência acima da média que se pensava, afinal, vez por outra seus discípulos seguiam caminhos que o contrariavam, especialmente Djalma.

A relação que Arantes estabeleceu com suas netas também informa muito sobre a trajetória desse homem, de seus comportamentos em casa e de algumas

---

95 LINDE, 1993; EAKIN, 2019.

96 Entrevista com Edite Vasconcelos, 23 jun. 2021.

influências do mundo externo na vida da família – dos valores que eles reproduziram aos que evitaram. As filhas de Laurinha tinham idades bem próximas: Ana Karina nasceu em 1975 e Camila em 1977. Assim que o breve casamento de seus pais naufragou, as meninas passaram a viver com os avós, e Arantes, que ainda era chamado de *Almirante* por seu ex-genro, assumiu junto com Morena o leme da criação das netas, recusando qualquer auxílio financeiro do pai das meninas, de quem ele exigia apenas a presença. A criação tão próxima ao avô que as meninas tiveram repercute na forma como ele foi e ainda é chamado por elas: *painho*[97].

FIGURA 69
Foto da família Arantes publicada no Facebook da neta Camila (2020)

Fonte: acervo da família Arantes.

Arantes era festivo com a família. Os aniversários de todos em casa eram celebrados e precedidos por contagens regressivas diárias. Flores e mimos de ouro eram um tipo de presente que Arantes gostava de dar a toda família. As datas de casamento também não eram esquecidas e em 24 de outubro de 1978, filhos e netas de Arantes e Morena organizaram uma missa para celebrar suas bodas de prata na mesma igreja da Boa Viagem, onde eles se casaram, e amigos

[97] Entrevista com Camila Arantes, 10 ago. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

mais chegados receberam convites como o que ainda está no acervo da família[98]. Em ocasiões como essa, Morena recebia colares, brincos e anéis de ouro, além de utensílios para o lar também, conforme ela se queixaria a uma confidente. E claro que nas memórias de suas netas um assunto foi registrado: "meu avô era louco por esporte [...] Eu não sei se te falaram, mas uma grande marca na vida dele era o esporte, viu? O Vitória: apaixonado pelo Vitória"[99].

As ceias de Natal dos Arantes eram fartas e as árvores, cercadas de presentes a serem trocados por todos. Suas viradas de ano eram igualmente celebradas e o lado supersticioso de Arantes se manifestava com intensidade, como nas partidas de futebol: chinelos virados em casa eram proibidos – ano inteiro, a bem da verdade – e ele só rompia o ano com roupas escolhidas de acordo com a cor do orixá regente do ano vindouro, embora seus filhos e netos jurem que ele nunca tenha pisado em um terreiro. Nessas ocasiões especiais, a porta do apartamento ficava aberta, como aparece em um vídeo familiar já citado[100]. Esse é um detalhe expressivo de um hábito popular em nada comparável à clausura individualista das elites e remete com certeza às origens de Arantes e Morena, na vila ou em Valença, onde eles compartilhavam os momentos festivos com familiares, amigos e vizinhos, mas que não pode ser idealizadamente atribuído ao seu passado. Na vila da Boa Viagem, trabalho e vida privada se sobrepunham e muitos cuidados eram necessários para que a privacidade familiar não expusesse seus membros à fiscalização dos patrões e de seus prepostos, como a Parte I do livro bem mostrou, e muitos trabalhadores prefeririam se abrigar em casa, com portas fechadas e protegendo-se do controle patronal. Mas é certo que em Amaralina os Arantes podiam compartilhar a intimidade de sua mesa com vizinhos que não eram colegas de trabalho muito mais livremente.

Suas netas se lembram de um homem metódico, caseiro e amoroso – além de cheiroso, apesar do tabagismo ou justamente para compensá-lo. Ainda cedo e diariamente Arantes lia o *A Tarde* e gostava de ligar o rádio para escutar a Globo FM – não só as netas, mas os filhos de Arantes insistem em afirmar seu gosto por uma estação de rádio considerada refinada por qualquer soteropolitano que tenha sintonizado as frequências de rádio locais. Depois do café, ele organizava sua pasta, colocava canetas e outros utensílios em seus respectivos lugares, distribuía bons dias, votos de *Deus lhe abençoe*, beijava todo mundo e ia trabalhar. Só voltava à noite. Depois de jantar, ele assistia ao *Jornal*

---

98 *Lembrança das bodas matrimoniais de Arantes e Morena*, 24 out. 1978. Acervo da família Arantes.

99 Entrevista com Ana Karina Valença, 17 e 20 ago. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

100 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-8DjsYWRMyk.

Nacional e não perdia as novelas da temporada – era um noveleiro de marca maior. A família também se distraía com jogos e passatempos da revista *Trívia*. Mais velho, Arantes se aproximou da literatura espírita e ficou cada vez mais amigo do aparelho telefônico, através do qual se inteirava de fofocas, o que também o atraía. No entanto, mesmo tão dedicado à família e presente em casa, ele se conservava inteiramente descomprometido com qualquer serviço doméstico, por menor que fosse.

Suas netas tiveram acesso a uma boa formação escolar. No período em que a família viveu na Graça, elas estudaram numa escola particular do bairro, a Acalanto, e concluiriam os estudos secundários no Colégio Drummond. Em relação à geração de sua mãe e tios, isso ratifica a mobilidade crescente da família. Tanto Laurinha quanto Valter Rui estudaram em colégios públicos e só Liana, uma década mais jovem que os irmãos, estudou em colégios particulares. A Acalanto ficava bastante perto da casa dos Arantes e era uma pequena escola de bairro, atendendo às classes médias e altas da região. O Colégio Drummond, por sua vez, ficava na Pituba e também atendia à classe média dali, com uma marcante diferença em relação a colégios como São Paulo ou Anchieta, este bastante próximo da casa dos Arantes, mas ambos frequentados por filhos e netos de gente bem mais endinheirada – noutras palavras, pela elite branca da cidade.

Portanto, à medida que o salário de Arantes cresceu, suas responsabilidades com a família também cresciam e mesmo assim ele pôde custear os estudos de uma das filhas e das netas, em alguns casos, até que concluíssem a faculdade. Porém, mesmo com um salário muito bom, sendo ele o único arrimo financeiro da casa, a mobilidade que a família alcançou tinha limites – se Arantes tivesse um pai de classe média, que lhe legasse patrimônios materiais e escolares, a história poderia ser outra. Eles viviam com conforto, ainda completamente dependentes do trabalho de Arantes, e alcançavam algumas conquistas e distinções socioeconômicas, mas não todas. As netas contam que sua coleção de bonecas era farta e com muitos brinquedos da Estrela, coqueluche entre as crianças da época, mas uma marca cara e nada popular. O primeiro videogame que elas tiveram foi também um dos primeiros lançados no Brasil, o Atari, exclusividade que elas ostentavam em relação a muitos dos seus amigos em Amaralina. E para festejar os 15 anos de Ana Karina, celebrado no Clube 2004, Arantes fez questão de se desfazer de um terreno que tinha comprado na Praia de Ipitanga – e depois da festa não compraria mais nenhum outro.

Uma das cartas que Laurinha recebeu do pai quando vivia na Europa ainda está guardada no acervo da família e registra sua atenção à carreira da filha, hábitos e roteiros da família, além de aspectos do sincretismo religioso e cultural

de Arantes. "Tenho sempre nas minhas orações pedindo a Deus por você", contou ele, garantindo que acompanhava os jornais à cata de notícias sobre Laurinha, até mesmo naqueles que não costumava ler: "um dia desses é que saiu uma nota na *Tribuna* [*da Bahia*] e eu guardei para *lhe dá* no seu retorno". Como as ligações telefônicas eram bastante caras, o pai recomendava contato apenas por cartas[101]. Sua correspondência privada mostra que ele acompanhava a carreira da primogênita com algum zelo, mas, ao contrário disso, no manuscrito não haveria espaço para o assunto.

Dias antes de escrever para a filha, ele e as netas haviam comemorado o aniversário de uma delas: "festejamos o aniversário de Camila no [restaurante] Zucca. No sábado levei ela no [shopping] Iguatemi para comprar seu presente, e ela preferiu roupa [...] No domingo fomos à Missa na Igreja do Rio Vermelho". As meninas estavam crescendo e isso não escapava aos olhos do avô diligente: "por enquanto as meninas têm se comportado bem, entretanto, falei com Ana Karina que enquanto você estiver viajando não quero que elas vão para o cinema, inclusive falei com Liana para não permitir". Ainda que as netas vivessem sob seus cuidados e às suas expensas, Arantes oferecia à filha reportes da educação que ele e Morena transmitiam às meninas – e como àquela altura Liana, aos 21 anos, poderia ser mais cúmplice das sobrinhas que do pai carola, é possível que ele não exercesse o controle que gostaria. Ele concluiu a carta com bençãos e beijos que registram o ecumenismo da fé que ele carregava no peito, em um crucifixo de ouro, e no pulso, em fitinhas coloridas: "vou encerrar lhe abençoando e pedindo a Deus que lhe acompanhe por onde você andar. Beijos para você. Apesar de você não crer muito, estou lhe mandando esta fitinha do Sr. do Bonfim para lhe proteger".

Quando suas netas ficaram maiorzinhas, elas passaram a receber do avô uma mesada que correspondia ao valor de um salário-mínimo, como contabiliza a memória de ambas. Ana Karina, a quem Arantes nunca chamou nem de Ana, nem de Karina, mas sempre em sua forma composta, confessa: "eu realmente tive uma vida burguesa, sim. Meu avô *pra* ser um burguês só faltou o carro. Mas ele odiava dirigir [...] isso nunca foi uma prioridade [...] e a gente andava de ônibus também, não tinha o menor problema. Mas o dinheiro não era o problema da família".

Em meados dos anos 1980, Alberto, o petroquímico que teve a trajetória analisada por Antônio Sérgio Guimarães, era dono de um Chevrolet, "de cinco anos de uso", que o levava nos finais de semana e feriados à sua casa de praia. Alberto também havia conhecido o Rio de Janeiro durante uma viagem

---

[101] *Carta de Arantes para Laurinha*, 18 ago. 1989. Acervo da família Arantes. Usada nos parágrafos seguintes.

de férias, cidade que Arantes e toda sua família também conheceram, mas a trabalho. Tirando a celebração das bodas de prata num *tour* pelo sul do Brasil, até ali, as viagens de Arantes foram mais a trabalho mesmo, e pela Concic ele viajou bastante. No seu apartamento na Pituba, Alberto tinha aparelhos também encontrados na casa dos Arantes, como videocassete e TV em cores, além de poder frequentar "bares, cinemas, praias e ocasionalmente restaurantes", informa e ressalva Guimarães sobre o cotidiano e o padrão de vida deste trabalhador, que se sentia menos prestigiado socialmente que os irmãos médicos e advogados, embora vivesse em condições melhores que as das irmãs professoras[102].

Vinte e quatro anos mais maduro que Alberto, Arantes não era de frequentar bares. Restaurantes, às vezes e com toda a família, que não era pequena. A posição de classe média alcançada por dois trabalhadores de origem pobre, empregados em setores diferentes e com idades também díspares, decerto inspirava perspectivas que não eram as mesmas. Como se verá, a família de Arantes já vivia em condições bem superiores às de seus irmãos, ainda que não alcançassem o padrão de médicos, advogados e engenheiros bem-sucedidos ou nascidos na classe média. E como ele já era avô, talvez pensasse menos em prestígio social que no futuro de filhos e netas, que não o ouviam se queixar do trabalho.

Sua neta Camila pondera que o avô, que "falava muito da mãe, falava de ter começado a trabalhar cedo", e por isso se esforçava e "queria dar às netas o que não teve" – sobre o pai, que lhe legou o nome, Arantes nada tinha a contar à menina. Morena, por sua vez, era muito mais rígida, mas era voto vencido ante alguns excessos que Arantes se permitia. Camila quis trabalhar ainda jovem, mas Arantes a impediu, insistindo que a neta apenas estudasse. Segundo ela, "painho foi o machista mais feminista que eu conheci [...] Ele nunca fritou um ovo, nunca pegou numa vassoura *pra* tirar um cisco de pão que caía no chão. Mas ele olhava na cara da gente e dizia: *eu não crio filha minha pra depender de homem nenhum. Nunca!* Só que ao mesmo tempo a gente dependia dele".

À mesa, o voluntarismo contraditório de Arantes também se manifestava sobre Morena: "ele sentava na mesa, tinha que tá toda posta [...] ele não levantava *pra* pegar nada", só dizia:

Arantes: – Cadê minha pimenta? Minha pimenta não *tá* aqui?

---

[102] GUIMARÃES, 1993, p. 89-92.

Valter Rui e Liana reconhecem as reclamações do pai muito exigente quanto à mesa. O filho se lembra de vê-lo dar por falta de uma farinha e reclamar da esposa:

Arantes: – *Eita* que Morena não aprende a colocar uma mesa!

Se entre a infância e adolescência Arantes teve de ajudar nos afazeres domésticos à mãe, à avó ou mesmo às mulheres mais velhas com quem morou, na vida adulta Arantes os abandou de vez: na sua "verdadeira família" ele não assumiria essas funções.

Laurinha assistiu a cenas que para Arantes eram um sarro com a esposa dedicada: "ele gostava de fazer umas brincadeiras com minha mãe e ela não gostava, ele pirraçava muito ela. Mainha era igual a mim, ela fazia uma coisa, ela queria ser elogiada". Um dia Morena preparou um suco de maracujá e pediu com insistência por uma avaliação do marido:

Morena: – *Tá* bom o suco, Arantes? Arantes! *Cê* gostou do suco?

A mulher pedia por um elogio, mas Arantes neca. Segundo Laurinha: "ele nem tchum", só piscou para quem estava à mesa e esperou Morena sair para fazer os elogios que o suco e a esposa mereciam.

As formas e os mecanismos de dominação são muitos e podem variar de acordo com cada situação: no ambiente de trabalho, entre patrões e empregados, ou em casa, entre marido e esposa, pais e filhos. Suas ocorrências também podem ser bastante subjetivas e revelar contradições. A educação que Arantes transmitiu às netas, com vistas no que ele queria e no que não queria para o futuro delas, confrontava a relação que ele estabeleceu com Morena. Talvez ele nem cogitasse que a esposa vivesse sob qualquer exploração, subalternidade ou silenciamento, mas claro que Morena tinha suas queixas e algumas delas não eram segredo. O título de um clube social adquirido por ele em 1983, além de ilustrar o alcance e os limites da sua mobilidade, oferece à pesquisa o acesso a papéis e hierarquias sociais que se abrigavam na sua família.

Quando Arantes cogitou se associar a um clube, ele poderia assuntar com seus colegas, amigos e vizinhos de sala na Concic, e com certeza ouviria muitas e diferentes recomendações sobre o assunto. O engenheiro Carlos Moreira, por exemplo, era sócio do Bahiano de Tênis e do Yacht Clube, e José Olympio

tinha seu título do Yacht desde 1975[103]. Em entrevista, José Rial, o presidente da construtora, disse nunca ter sido muito afeito a clubes: apenas por conta de suas origens ibéricas se associou ao Clube Espanhol, aonde ia pouco, porque suas casas geralmente tinham piscina e ele, no máximo, frequentava os restaurantes dos clubes como passante[104]. Valéria e Joel, ambos da contabilidade da Concic e ganhando menos que Arantes, não se tornaram sócios de clubes à época, nem adiante[105]. E Joselito Brito, amigo e compadre de Arantes, era sócio do Bahiano de Tênis, do Português e da Associação Atlética da Bahia também: "meu pai era da Associação desde que a gente tinha oito, nove anos [...] a adolescência da gente foi toda na Associação", como conta seu filho mais velho[106].

Ainda na década de 1970, Arantes parece ter se associado a um clube menor e de existência breve, no bairro do Costa Azul, onde Valter Rui e uma sobrinha de Arantes se lembram de ter frequentado[107]. E Valter Rui se lembra bem de, ainda menino, ir bastante à Associação Atlética da Bahia levado por seu padrinho Joselito, que tinha filhos de sua idade. De todo modo, é certo que em setembro de 1983, Arantes adquiriu o título do Clube Recreativo Campomar, em Jaguaribe.

FIGURA 70
Clube Recreativo Campomar (1991)

Fonte: acervo do Clube Campomar.

---

[103] Entrevista com Carlos Moreira, 5 ago. 2021, e Entrevista com José Olympio Netto, 7 out. 2021.

[104] Entrevista com José Rial, 27 e 28 jul. 2021.

[105] Entrevista com Joel dos Santos, 3 ago. 2021, e Entrevista com Valéria Pereira [nome fictício], 24 ago.2021.

[106] Entrevista com Tiana Brito e Roberto Brito, 20 ago. 2021.

[107] Entrevista com Valter Rui Arantes, 26 jul. 2021, e Entrevista com Naide Santos, 19 out. 2021.

A compra e venda de títulos de clubes ocupava uma aba específica nos classificados do *A Tarde*. Nem sempre os preços eram anunciados, às vezes só telefones para contato, e os que apareciam ali variavam de acordo com critérios diversos. Títulos remidos dispensavam o sócio de pagar mensalidades, o que os valorizava, e alguns estavam quitados, enquanto outros tinham parcelas a vencer ou mensalidades em atraso que seriam assumidas pelo comprador. Além disso, os clubes cobravam uma taxa de transferência de propriedade que podia ser até maior que o valor do título, o que tinha de ser calculado por quem fosse se associar sem que seu valor estivesse expresso nos anúncios. E Arantes encontraria muitas opções folheando o seu *A Tarde* de todo dia.

De frente para o mesmo mar que os Arantes avistavam de casa, havia o Clube Português, que ficava na Pituba, pertinho do apartamento deles: um título em atraso era vendido por apenas Cr$ 50.000. Mais distante da família, quase ao lado do Campomar, havia o Costa Verde Tênis Clube, que ocupava uma área vistosamente maior que o clube escolhido por Arantes: seu título poderia custar Cr$ 100.000, Cr$ 250.000 ou Cr$ 300.000. A titularidade da Associação Atlética da Bahia, que ficava na Barra e onde Arantes poderia frequentar junto com Joselito, poderia ser comprada por Cr$ 120.000. E próximo dali, em Ondina, o título do Espanhol saía por Cr$ 250.000. Se Arantes quisesse se tornar sócio do Yacht Clube, o menor preço que ele pagaria era Cr$ 230.000; o maior, Cr$ 300.000, mais os custos de transferência[108].

A título de exemplo, no Yacht – pelo menos de acordo com seu regimento atual – novos sócios só podem adquirir um título do clube se forem indicados por um sócio antigo, precisam indicar nomes de outros três sócios como referência e apresentar diversas certidões negativas (da Justiça Federal, Estadual e antecedentes criminais). Depois de uma aprovação preliminar, a proposta de associação é afixada no quadro de avisos do clube, com foto do candidato, onde permanece por "pelo menos trinta dias para conhecimento do(a)s associado(a)s", a fim de dar conhecimento à comunidade e permitir eventuais embargos[109]. Tal exposição ainda acontece e é verificável, já o escrutínio das fichas corridas dos candidatos pode ser eventualmente obliterada – a julgar pela notoriedade de alguns sócios no noticiário político-policial local ou nacional. De todo modo, no Campomar não tinha nada disso.

---

[108] *A Tarde*, 4, 8, 11, 25 e 29 set. 1983.

[109] YACHT CLUBE DA BAHIA. *Regimento Interno do Yacht Clube da Bahia*. Salvador: Yacht Clube da Bahia, 2024. Disponível em: https://www.yachtclubedabahia.com.br/conteudo/dow/002/dowarq/arq/000367.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

E para cruzar, na condição de sócio, as seletivas catracas do Clube Bahiano Tênis, que mantinha suas raízes no tempo da Bahia com H, Arantes poderia investir mais ou menos recursos: 150, 250 ou 350 mil cruzeiros, variando conforme urgência ou inadimplência do vendedor[110]. O Bahiano era um clube sabidamente seleto, que ficava entre a Graça e a Barra, de junto de uma sede da Concic e bem defronte ao edifício onde Arantes morou de aluguel por um tempo. Poucos anos antes de ele se associar ao Campomar, Gilberto Gil lançou o disco *Realce* (1979), gravando uma canção com relatos sobre o cotidiano da Salvador em que o artista cresceu, e "para dar um sentido aristocratizante" a suas lembranças – "minha história social", explicou Gil – a música recebeu o título de "Tradição". Nela, Gilberto Gil faz uma referência literal ao "tempo que preto não entrava no Bahiano/ Nem pela porta da cozinha". Em 1983 Arantes não quis comprar um título do clube, embora pudesse pagar por seu título – pela transferência não é possível apurar –, mas enquanto foi seu vizinho de frente, ele frequentou os bailes de carnaval que aconteciam ali, junto com as netas – com quem, inclusive, combinava a cor das roupas e fantasias, tal era o entrosamento entre elas e o painho[111].

FIGURA 71 | Arantes com suas netas Ana Karina (à esquerda) e Camila (à direita) vestidos para um baile de carnaval no Clube Bahiano de Tênis

Fonte: acervo da família Arantes.

Quando Arantes se associou ao Campomar havia títulos do clube comercializados no *A Tarde*: um título quitado custava Cr$ 70.000 e outro sem especificações saía por Cr$ 110.000[112]. Mas Arantes preferiu adquirir o seu diretamente na secretaria do clube. Registrado sob o número 9765 e classificado como industriário, ele pagou Cr$ 350.000 para se tornar sócio remido, divididos em duas

110 *A Tarde*, 4, 11 e 18 set. 1983.

111 RENNÓ, C. (org.). *Gilberto Gil, todas as letras*: São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

112 *A Tarde*, 18 e 29 set. 1983.

parcelas de 50 mil e outras 10 de Cr$ 25.000 – e para tanto não havia critérios sociais exigentes, nem indicação de cor na ficha que ele preencheu[113].

Na ocasião, ele recebia Cr$ 807.112 mensais e essa aquisição se encaixou em seu orçamento, aparentemente sem comprometê-lo. Os dependentes que ele cadastrou eram, além de Morena, suas duas filhas, as netas Ana Karina e Camila, e a sobrinha Dite, por isso, nenhuma delas precisaria pagar para frequentar o clube. Uma lógica bem distintiva entre gêneros permitia que apenas mulheres fossem dependentes de sócios: Laurinha, Liana e Dite, mesmo maiores de idade, desfrutariam de acesso livre, desde que não fossem casadas no papel e como Valter Rui já tinha mais de 18 anos os estatutos do clube impediam que o único filho de Arantes constasse da lista de dependentes – uma distinção de gênero que o clube conservava, como acontecia e acontece ainda no Yacht[114].

Não foi possível acessar fichas de outros frequentadores do clube, mas Antônio Carlos Guimarães, sócio há décadas e seu presidente em julho de 2021, contou que o Campomar não atendia a uma categoria de trabalhadores específica, como os clubes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do Banco do Estado da Bahia ou o Petroclube. Ele também informou, em termos atuais, que os sócios do Campomar estariam entre as classes C e D: o clube, em suas palavras, definitivamente não era um clube da elite local, como o Bahiano de Tênis ou o Yacht Clube, com distinções que iam além, portanto, dos preços de sua titularidade e da grafia pomposa de seus nomes[115]. Uma análise das fichas de outros sócios do clube seria crucial para situar Arantes naquele ambiente, mas isso não foi possível – as fichas ainda estão lá, mas o clube, numa iminente falência, não abriu seu arquivo inteiro a essa pesquisa.

Para Joel, os clubes da elite de Salvador eram o Português, o Bahiano, o Espanhol, além de outros, mas não o Campomar, o que não o depreciava:

> naquela época o Campomar era sensação [...] era um clube que não era muito caro, dava *pra* todo mundo ter [...] Naquela época, todo mundo que tinha *uma certas condições,* [que] não podia ir *pro* Bahiano, não podia ir *pra* Associação (Atlética da Bahia), ia *pro* Campomar [...] Não era dos piores e muita gente tinha condições de pagar[116].

---

113 *Ficha de Antônio Honorato de Arantes Filho*, não datado. Acervo do Clube Recreativo Campomar.

114 *Estatutos Sociais*, não datado. Acervo do Clube Recreativo Campomar.

115 Conversa informal com Antônio Carlos Tavares Guimarães, 28 jul. 2021.

116 Entrevista com Joel dos Santos, 3 ago. 2021.

Joel, como já foi dito, não adquiriu um título do Campomar, ao contrário de Arantes, que pôde se tornar sócio remido – o que já era o bastante para situá-lo entre um "todo mundo" relativamente seleto. E, por outro lado, como também está claro, diante de todas as hierarquias sociais, raciais e econômicas de Salvador, ser sócio remido de clubes da elite local demandava dispêndios que nem sempre poderiam ser financiados pelo trabalho, embora Arantes frequentasse alguns deles com as netas. Portanto, quando quis adquirir o título de um clube, ele não optou por aqueles sabidamente de elite, onde encontraria alguns diretores da Concic – talvez até pudesse pagar por isso, mas não o fez. E Dite não se lembra de assistir a encontros do tio com amigos de trabalho por ali, segundo ela, as interações dele se restringiam ao núcleo familiar mesmo[117].

FIGURA 72
Clube Recreativo Campomar (1991)

Fonte: acervo do Clube Campomar.

Defronte do mar, mas sem acesso direto à praia, o Campomar tinha duas piscinas grandes e uma infantil, em torno das quais aproximadamente 250 sombreiros cobriam mesas, cadeiras e quem eventualmente quisesse se proteger do sol, como descreve um relatório de sua diretoria em 1984. Havia ainda uma sala de ginástica com sauna a vapor, um parque infantil e um salão coberto para recreação, onde também aconteciam *shows*, como o de Renato e seus Blue Caps em 1984. Em 1987 o jornalzinho do clube comemorou a inauguração de um ginásio de esportes coberto, que serviria a práticas diversas, como futebol de salão e artes marciais. Ao longo desse ano, o clube recebeu *shows* de Wilson Simonal, para entreter os adultos, e de Sérgio Malandro, para alegria das crianças. Havia ali duas quadras poliesportivas e um campo de futebol *society*. Tênis, esporte praticado em várias quadras construídas no Bahiano e no Costa Verde, não tinha onde ser jogado ali[118].

---

[117] Entrevista com Edite Vasconcelos, 23 jun. 2021.

[118] *Relatório da Diretoria*", 1984, e *A Folha do Campomar*, set. 1987. Acervo do Clube Recreativo Campomar.

Um exemplar do cardápio que circulava pelas mesas do clube ainda pode ser achado em seu acervo e o tratamento gráfico que ele recebeu indica que ele foi impresso junto com o relatório da diretoria de 1984 – portanto, é possível que Arantes e sua trupe feminina o tenham folheado[119]. Eles poderiam escolher muitas opções de tira-gostos e pratos para a família: filés, peixes e frangos de vários tipos, além de carne do sol, que podiam ser acompanhados por arroz, feijão tropeiro, pirões, purês, farofa ou legumes. Alguns tipos de pizza e caldos também eram servidos. Suas netas podiam comer batatas fritas, chupar picolés ou tomar sorvete. Roscas, caipirinhas e outros drinks, como *hi-fi*, cuba-libre e gin tônica, ainda poderiam agradar o paladar de suas filhas e da sobrinha Dite, e havia oferta de cerveja para todos os gostos. Se estivesse disposto, Arantes poderia até tomar uma dose de Campari, o que ele apreciava, mas consumia moderadamente, sobretudo depois de um porre homérico na casa de sua primogênita, em que ele terminou flagrado na manhã seguinte no portão do prédio, ainda com resquícios estomacais da noite anterior espalhados pela roupa, por uma vizinha que o tinha na mais alta conta. Arantes pediu *pra* morrer, mas pelo menos Morena sabia que o marido pernoitara no sofá da filha, depois de ser traído pelo amargor do Campari, e o episódio foi uma exceção na sua conduta sóbria, como atestam uniformemente depoimentos de quem o conheceu[120].

FIGURA 73
Vista aérea do Clube Recreativo Campomar, ao centro, em volta das piscinas (1988)

Fonte: acervo da Fundação Mário Leal Ferreira.

Com o cardápio do Campomar em vista, não é difícil especular sobre o consumo da família ali, impossível, porém, é saber quanto isso custaria às suas finanças. Infelizmente os preços não eram impressos junto com os cardápios, que tinham espaços para que os valores fossem preenchidos à mão, o que na crescente inflacionária dos anos 1980 podia ser uma estratégia necessária para mantê-los atualizados, para não falar das trocas de nome da moeda nacional. Ainda assim, é possível conhecer alguns

[119] *Cardápio*, não datado. Acervo do Clube Recreativo Campomar.

[120] Entrevista com Laurinha Arantes, 18 dez. 2022.

indexadores do consumo dos Arantes no clube e como aquele roteiro de lazer se encaixava na dinâmica familiar, o que revela também os termos de algumas escolhas realizadas por seus integrantes – e de como os limites dessas escolhas podiam ser sentidos ou ressignificados por eles.

Segundo Camila, havia uma escalação oficial para os finais de semana no Campomar: "a formação base era eu, meu avô e minha irmã, os três de sempre", às vezes, segundo ela, Liana, Dite e Morena também iam[121]. Liana se lembra de muitas idas ao clube: "eu, Dite, ele [Arantes], as meninas [netas]. Minha mãe não ia muito, não. Ficava mais em casa, ia esporadicamente". Liana sabia que a mãe parou de trabalhar fora de casa a pedido do pai e explicou os motivos de sua baixa frequência no clube: "*pra* ela era preferível ficar fazendo o almoço e quando a gente chegar o almoço *tá* pronto"[122].

Almoços fora de casa, com toda a família, são hábitos sociais de *status* cultivados nas classes médias e altas, que os Arantes às vezes desfrutavam. Hélio, primeiro marido de Liana, se lembra, por exemplo, de passeios com a família pela Boa Viagem que culminavam em almoços no Bonfim, onde eles tinham à disposição um circuito afetivo com inúmeras opções de restaurantes e pratos. Segundo o ex-genro, Arantes era cativo de frutos do mar e a família vivia bem, mesmo assim, o mais frequente era que eles almoçassem em casa, com mesa diversa e farta, mas sem luxos[123]. O que demandava o protagonismo de Morena em casa e motivava algumas de suas queixas. E a possibilidade de custear o trabalho de uma empregada doméstica, em condições legais ou de informalidade, é outro símbolo de *status* usufruído pelas classes média e alta que os Arantes dispensavam. Por insistência de Morena, inclusive.

Certamente o bolso de Arantes suportaria os gastos de um dia no clube com a família completa ou de uma empregada em casa, mas era preferível beliscar alguns tira-gostos e comer de verdade só em casa mesmo. E ao retornaram para lá, se o passeio fosse num sábado, eles encontrariam um cozido à sua espera; se num domingo, seriam recepcionados com a celebrada feijoada de Morena – não foram poucos os entrevistados que salivaram ao mencionar o assunto.

Os produtos oferecidos no cardápio do clube eram atraentes, e por mais que seus valores não fossem proibitivos, almoçar em casa decerto era uma opção mais em conta para a família, além de respeitar o apreço que Morena tinha pelos elogios àquilo que ela preparava para todos e, pelo visto, todos os dias. Ainda que módica, essa economia tinha um custo social relevante, porque

---

[121] Entrevista com Camila Gonçalves, 10 ago. 2021.

[122] Entrevista com Liana Arantes, 30 jun. 2021.

[123] Entrevista com Hélio Vicente Cesar, 28 jun. 2021.

o recreio dos Arantes no Campomar, indiscutivelmente, era financiado também pela subtração do lazer de Morena, que seguia dedicada às tarefas da casa mesmo nos finais de semana ensolarados em uma cidade festejada por seu clima de verão o ano inteiro.

Silvia Federici descreve a complexidade que envolve as atividades domésticas, que vão muito além do asseio do lar, para destacar o valor do trabalho oculto das mulheres e o seu papel na reprodução da vida em sociedades capitalistas. Segundo ela, o trabalho feminino não pode ser apartado das relações de produção e para a mulher, sobrecarregada com diversas pressões sociais, ser produtiva é um imperativo moral. A carga das críticas de Federici sobre as incompreensões e menoscabos que cercam o trabalho feminino, contudo, se ergue contra dois alvos específicos: as teorias marxistas, que menosprezaram o valor de alguns segmentos sociais nos seus planos revolucionários e com isso promoveram fracionamentos na classe trabalhadora; e os valores que sustentam o patriarcado[124]. Por um lado, sua denúncia sobre a depreciação do trabalho feminino na reprodução da vida mostra que Morena não era coadjuvante na história da família, mas uma protagonista, amparando seu marido, filhas e netas nos dias úteis ou de folga – um amparo com frequência aquilatado em termos não materiais, confusa e utopicamente chamado de "amor". Por outro, as projeções antipatriarcais da autora podem não ser tão precisas para explicar a compreensão que a própria Morena lançava sobre o seu papel na família, por mais que ela não escondesse suas insatisfações e também desejasse que netas e filhas não dependessem de homens.

Dite, que emprestou ouvidos tanto ao tio quanto à tia, a quem ajudava nas tarefas de casa, escutou muitas queixas. A família não tinha empregada doméstica, somente lavadeiras que cuidavam das roupas, e a sobrinha não tem dúvidas de que Arantes teria plena condição de arcar com esse custo, que com certeza desoneraria Morena de muitas atribuições. A neta Camila informa que Arantes chegou a propor que eles contratassem alguém, mas para ela, apesar dos reclames, Morena também era machista e ciosa de seus afazeres, por isso não admitia uma empregada em casa:

Morena: – Não preciso de ajuda, eu faço sozinha!

Era o que a neta escutava da avó. Para Ana Karina, Morena era "curta e grossa": quando Arantes comprava um peru vivo para a ceia de Natal, era a avó

---

[124] FEDERICI, S. *O patriarcado do salário*: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

quem degolava o bicho sem qualquer sinal de hesitação[125]. Liana também reconhece que a mãe se queixava: "ela tinha uma frustraçãozinha [...] Isso aí é bem nítido *pra* mim". A caçula do casal ouviu a mãe reclamar e se lamentar por não ter estudado e vivido como dona de casa, dependente do marido, "apesar que ele [Arantes] nunca deixou faltar nada", pondera a filha, que ouviu de Morena conselhos parecidos com aqueles que Arantes transmitia às netas:

> **Morena:** – Olhe minha filha, estude mesmo! Vá procurar seu caminho, não dependa de marido!

A partir de perspectivas distintas, Morena e Arantes concordavam naquilo que entendiam como o melhor futuro para as mulheres da família – a busca pela independência delas em relação a seus maridos –, embora o exemplo que eles ofereciam como casal não fosse esse.

Dite, Camila e Liana entendem que Morena insistia em não ter empregada em casa como uma maneira de se afirmar, e tal compreensão possui fundamentações materiais e sociais. É bem provável que além de ampliar os custos da casa, aos olhos dessa trabalhadora, aceitar que alguém fizesse o seu serviço, ainda por cima outra mulher, atestaria uma fraqueza sua – decerto encarada por Morena como uma derrota, sobretudo em comparação com o marido, engalanado e envaidecido com os seus próprios feitos profissionais.

Como Arantes repassava mensalmente à esposa uma quantia para ela assumir os custos domésticos, Morena administrava esses recursos com mãos de ferro, contrapondo-se ao marido perdulário – nas entrevistas, netas e filhas fizeram longas listas dos gastos desnecessários de Arantes. Morena se opunha às extravagâncias do marido, nem sempre sendo ouvida, e economizava em tudo que podia, dos boletos mensais ao supermercado, embora a mesa farta fosse uma exigência de todos. Assim, o dinheiro que ela recebia de Arantes rendia bastante nos seus bolsos, mais do que nos dele até. Filhos e netos do casal se lembram de uma caderneta contábil de Morena, onde ela tomava nota dos empréstimos que fazia, sem inibição de cobrar quando chegava o momento[126]. Mas infelizmente essa fonte não foi encontrada em poder de nenhum dos familiares que tiveram o nome registrado ali – e eventuais débitos, se não foram liquidados, decerto já teriam caducado.

---

[125] Entrevista com Edite Vasconcelos, 23 jun. 2021; Entrevista com Camila Gonçalves, 10 ago. 2021; Entrevista com Ana Karina Valença, 17 e 20 ago. 2021; Entrevista com Liana Arantes, 30 jun. 2021.

[126] Entrevista com Edite Vasconcelos, 23 jun. 2021.

Não restam dúvidas de que mesmo não deixando nada faltar em casa – portanto, na condição reconhecida de principal provedor da família e de "chefe" –, os recursos creditados por Arantes à gestão de Morena transferiam a ela muita responsabilidade e uma autonomia incompleta. Mais recentemente, a percepção de que a transferência de renda para mulheres estimula a formação de subjetividades femininas autônomas e oferece a elas mais dignidade e liberdade na vida em geral, revela ainda o quão estreitas eram as paredes da autonomia de Morena como dona de casa, ainda mais afuniladas por outros imperativos do marido, como o embargo ao direito e à vontade de a esposa ter o próprio CPF, como foi dito páginas atrás[127].

O arrocho que Morena assumia na gestão do lar e sua recusa em dividir o trabalho com outra mulher, além de reafirmar a profunda desigualdade de gênero em uma família de trabalhadores que ascendia laboriosamente à classe média, marca a resposta que ela tinha a oferecer desde que assumiu aquele papel na família, com pouca margem para escolhas e com reconhecimento desigual. Quando Morena decidiu deixar o emprego na Boa Viagem, ela e Arantes não tinham filhos que demandassem muitos cuidados e atenção, tampouco o salário dele permitiria uma redução da renda familiar, mas ainda assim ela deixou o emprego remunerado. Portanto, abandonar tal vínculo no começo do casamento não foi uma decisão forçada pelo crescimento familiar – Laurinha nasceu três anos depois de Morena se demitir da Boa Viagem –, nem uma escolha fiada nas condições que Arantes tinha de assumir as finanças da casa, o que ainda era, no máximo, uma meta – talvez, para ambos. Essa escolha, inegavelmente, guarda um resquício da vontade de Morena, ainda que ela possa ter se arrependido, e tomada em circunstância de desigualdade em relação ao marido – afinal, como está claro, o "perfil" que favoreceu o progresso profissional de Arantes está bastante atrelado à sua masculinidade e não alcançou, por exemplo, sua amiga e vizinha Eunice. Não muito tempo depois, com filhos no colo, Morena tentaria capitalizar alguns cruzeiros alugando o liquidificador da família para vizinhas e arranjava tempo para preparar cocadas que eram vendidas na vila sem que o marido soubesse – ou fingindo não saber, repito.

A despeito de desigualdades e profundas hierarquias de gênero no ritual da venda de esposas na Inglaterra, E. P. Thompson encontrou nele fragmentos da agência feminina, a parte mais ultrajada no ritual, o que o faz argumentar que as mulheres conseguiam manifestar sua vontade em algumas condições: "se apenas vemos patriarcado nas relações entre os homens e as mulheres,

---

[127] REGO, W. G. D. L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família*: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo, Ed. UNESP, 2013.

podemos estar perdendo outros dados importantes – e importantes tanto para as mulheres como para os homens". Para ele, as mulheres possuíam meios de fazer valer suas normas e vontades e cuidavam de receber o que lhes era devido ou o que elas entendiam ser possível receber. "Talvez não fossem os 'direitos' de hoje em dia, mas elas não eram sujeitos passivos da história"[128].

Se aos olhos de um antigo patrão o rigor de Arantes com os trabalhadores lembra a figura de um feitor, não parece exagero dizer que Morena feitorava as finanças da casa com rédeas curtas e que através disso tentava se afirmar com os instrumentos que tinha diante de si. Por isso, o almoço em casa nos finais de semana, respeitado por seu marido e netas mesmo depois de um dia no clube, pode guardar indícios da vontade de Morena, que talvez exigisse a presença de todos em casa mediante argumentos que demonstrassem o quanto isso era mais em conta ou que valorizassem seu tempero – unanimemente aprovado por quem dele provou. De elogios, está claro que ela gostava, embora nem sempre escutasse quando e como queria, mas ter a família inteira reunida à sua mesa já poderia ser uma alegria para ela – pequena e insuficiente para eliminar suas queixas, mas uma alegria.

Como mostra Silvia Lara, as relações de dominação são passíveis de serem transformadas pelas ações de sujeitos, mesmo que ao fim, não garantam sua completa autonomia[129]. No caso de Morena, essa autonomia foi bastante incompleta em vida e, segundo suas filhas e netas, foi sua morte que fez todos perceberem a importância de seu papel na família – Arantes, inclusive. Mas como Morena fez questão de transmitir às filhas e netas recomendações para que elas buscassem a independência dos maridos – no que elas garantem que a avó foi ouvida –, em perspectiva geracional esse é mais um legado resultante da mobilidade social que os Arantes experimentaram. Portanto, com contribuições diversas, Morena exerceu um papel igualmente crucial para a mobilidade que a família alcançou, ainda que as conquistas que ela mesma usufruiu nessa ascensão não tenham sido as maiores.

No manuscrito, que Arantes escreveu já viúvo – mas não inteiramente solteiro –, ele oferece muitas amostras de sua reclamada insensibilidade para avaliar os feitos de Morena. Mesmo citando a morte da esposa como o segundo momento mais triste de sua vida, atrás apenas do falecimento de Dona Laura, seus elogios foram módicos e específicos: "Morena sempre foi uma excelente

---

[128] THOMPSON, E. P. A venda de esposas. *In*: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 345-346.

[129] LARA, S. H. Blowin´ the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, v. 12, p. 43-56, out. 1995.

dona de casa e mãe muito cuidadosa". E um contraponto às qualidades que ele atribuiu a Morena surge dos elogios dedicados à irmã dela, Valdete, que também migrara de Valença para a capital e que, segundo as más línguas, Arantes quis desposar primeiro. Ele escreveu: "Valdete era uma mulher guerreira, batalhadora, por isso progrediu bastante aqui em Salvador". Sem dúvidas, esses são adjetivos que poderiam ser atribuídos também a Morena, que não viveu para ler a autobiografia do marido, e, considerando que ela deixou o emprego na Boa Viagem a pedido dele, essa falta de reconhecimento é marcante.

O progresso dos Arantes não pode ser aferido sem um cálculo que considere a significativa parcela de contribuição dessa trabalhadora aguerrida, mas Arantes era mesmo contraditório naquilo que elogiava ou desejava para os outros, e no que colocava em prática: ele queria que netas e filhas fossem independentes dos maridos, mas atava a esposa ao seu controle; e, se declarou admiração pela cunhada que não trabalhou apenas como dona de casa, economizou nos elogios à trabalhadora com quem foi casado, na autobiografia e em vida também. Tal insensibilidade de Arantes, manifestada no seu manuscrito e percebida pelas pessoas mais próximas, alcança até mesmo a imagem de Dona Laura que ele gravou no papel: por mais que ela seja lembrada como uma trabalhadora incansável por quem escutou Arantes falar da mãe, os elogios mais frontais dedicados à Dona Laura no manuscrito descrevem com maior intensidade o seu recato e não a sua intensa dedicação ao trabalho.

Recentemente o debate sobre as dimensões que "o cuidado" assume na vida das mulheres tem se ampliado, com destaque para o entendimento de que a obrigação de exercê-lo quase sempre é acompanhada pela ausência de reconhecimento, tanto pelos maridos e patrões quanto pelo feminismo e pelas ciências humanas, que durante muito tempo colocaram este conjunto de atividades cotidianas como um destino natural a ser perseguido e correspondido pelas mulheres, sem remuneração e sem sequer ser considerado um tipo de trabalho. Gláucia Fraccaro, no entanto, mostrou que a articulação entre trabalho remunerado e "o cuidado" – ou *care* – já estava na pauta das trabalhadoras desde os primórdios da legislação social e chama atenção para a necessidade de abordagens que reconheçam o valor econômico das conexões e das práticas humanas que nos são mais caras[130]. Arantes não soube fazê-lo e depois que Morena faleceu, suas filhas e netas puderam ter a dimensão exata da importância de Morena ali, o que a abordagem aqui apresentada busca confirmar.

---

[130] FRACCARO, G. *Os direitos das mulheres*: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018. p. 213-215.

FIGURA 74
Registro de Morena publicado no Facebook da neta Camila, 26 out. 2016.

Fonte: acervo da família Arantes.

E curiosamente entre todas as fontes do acervo familiar acessadas durante essa pesquisa, das quais Arantes desponta com inequívoco protagonismo, sobretudo nas poses para fotos – atrás apenas dos baús que registram a carreira de Laurinha, nos palcos, trios e programas de TV –, Morena se sobressai em relação ao marido em uma única e específica categoria de fontes: os canhotos de votação do casal – fontes ricas e utilíssimas.

Enquanto ele conservou apenas os comprovantes das eleições nacionais e estaduais de 1994, 1998 e 2000, ela compareceu às urnas em todas as eleições e em mais um plebiscito entre 1986 e 1998[131]. Como ela também guardou seu primeiro título eleitoral, expedido em 1966, quando a família ainda residia na vila operária e quando ela já era identificada pela profissão de doméstica, é certo que Morena votou em eleições ocorridas em 1966, 1970, 1974, 1976, 1978, 1982 e 1985[132]. Ela pode até ter demorado para conseguir tirar o seu CPF, mas às urnas ela compareceu sempre que pôde e assiduamente, mesmo enquanto a democracia brasileira claudicou – e nada indica que seu voto registrasse protestos por isso. Seus canhotos de votação mostram que Morena e Arantes conservaram seu domicílio eleitoral na Boa Viagem mesmo depois de terem se mudado para Amaralina, e suas netas, que nasceram longe dali, herdaram o gosto dos avós ou apenas aprenderam a respeitá-los, porque também tinham

131 *Canhotos de votação do casal*, não datado. Acervo da família Arantes.

132 *Título eleitoral de Gildete Almeida de Arantes*, 24 ago. 1966. Acervo da família Arantes.

de sair de Amaralina para votar na Boa Viagem. Essa, sem dúvida, é uma informação bastante expressiva do quão profundas eram as raízes da família ali e do quanto Morena e Arantes faziam questão de cultivá-las, mesmo quando o joelho dele já era um problema para grandes deslocamentos. A despeito disso, votar na Boa Viagem era mais uma desculpa para a família percorrer um roteiro social que remetia às suas origens, reafirmando-as.

Contudo, tanto Arantes quanto Morena respeitavam o princípio do voto secreto – por autoproteção ou por falta de maiores interesses pelo assunto. A sobrinha Dite simplesmente não escutava o tio falar de política ou declarar o voto em casa: "Eu não ouvia"[133]. Solange, afilhada a quem Arantes confiava regularmente o corte de suas unhas, também não ouviu comentários sobre o assunto: "não, nunca. Não sei se é por causa do tempo também, naquele tempo não se ouvia falar muito, não. Quanto mais ele!". Tampouco Liana: "meu pai nunca teve envolvimento *pra* eu te dizer, *olha, ele é esquerdista ou*..., entendeu? Não tenho, assim, lembranças de falas dele com questão de política, não". Nem Hélio, primeiro marido de Liana e companheiro de Arantes de muitas idas a estádios: "não sei, cara, acho que é melhor não te falar assim porque eu não *tô* tão seguro, mas ele era revoltado com algumas atitudes do ACM", revela Hélio balizando o sogro a partir do referencial carlista – e sua hesitação em arriscar um palpite, além de desconhecimento, confirma também os cuidados que Arantes aprendeu a cultivar em vida, ciente de que o assunto podia ferir suscetibilidades – o que também mobilizava os filtros de todos os entrevistados.

Valter Rui não se lembra de presenciar o pai falando de política ou revelando algum candidato que tenha recebido seu voto, mas sabe que ele fazia questão de continuar votando na Boa Viagem. E Laurinha tenta dar sentido à postura do pai: "Outro dia a gente *tava* falando nisso em relação a Bolsonaro. Eu acho que meu pai tinha uma tendência *pra* direita, *né*? Mais por medo mesmo. Eu me lembro na época da ditadura, *não pode falar isso, não pode falar aquilo*", contou ela sussurrando. Por outro lado, ela afirma: "painho nunca aceitou injustiça social [...] Ele sempre votou em ACM, mas ao mesmo tempo painho [...] sempre lutou por direitos do trabalhador [...] sempre foi muito correto em relação a isso, [contra] exploração, essas coisas todas". Perguntada sobre se o voto em ACM era uma conjectura ou uma certeza, Laurinha afirmou que sabia do voto do pai e reconheceu: "eu também já votei em ACM!", portanto, estava

[133] Entrevista com Edite Vasconcelos, 23 jun. 2021; Entrevista com Solange Maria Barnabé Coutinho, 13 jul. 2021; Entrevista com Liana Arantes, 30 jun. 2021; Entrevista com Hélio Vicente Cesar, 28 jun. 2021.

mais à vontade para "declarar" também o voto do pai, o que apenas ela mostrou – ou quis – reconhecer[134].

Ana Karina, filha de Laurinha, descreve o avô como uma "pessoa neutra, um cumpridor de regras, de regulamentos"[135]. E sua irmã Camila se permite uma suposição: para ela, Arantes voltou em Fernando Henrique Cardoso para presidente nas eleições de 1994 e 1998, "se eu não me engano", mas ela é taxativa ao afirmar que nos dias de hoje, se estivesse vivo, Arantes "com certeza seria #forabolsonaro". Ao contrário da mãe, ela acha que Arantes nunca votou em ACM: "pelo contrário, ACM lá em casa era chamado de Toinho Malvadeza [...] não era *ACM, meu amor*, não", se referindo a um *jingle* publicitário de ACM[136]. Está claro que a neta pretende demonstrar a oposição do avô a essa referência da política baiana, porém, como o próprio Antônio Carlos se orgulhava e se afirmava através do epíteto Toinho Malvadeza, ele possui um duplo sentido que não permite a clara distinção entre quem o apoia ou o rejeita apenas por este uso. E para Camila uma coisa era certa: Morena seria muito mais carlista que Arantes.

Espontaneamente, Camila se aprofundou nas reflexões sobre o posicionamento político do avô e o conectou a outro assunto não menos influente na trajetória da família: "eu acho que o posicionamento político dele era o que ele era no dia a dia", ou seja, discreto e inimigo de polêmicas. "Uma coisa que eu me lembro bastante", prossegue a neta, que atualmente reside na Suíça, "são os resquícios da ditadura":

> Assuntos não podiam ser falados, sabe? Aquela coisa assim [...] E minha avó, principalmente comigo, porque eu tenho cabelo mais crespo e tomava muito sol, eu era bem mais preta do que eu *tô* agora, agora eu sou preta, mas não tão preta como eu era [...] Ela [Morena], o tempo inteiro [dizia], *menina, vá se arrumar!*, *menina, não saia sem documento!*, coisas do tipo, que eu só fui entender depois que eu cresci, que era uma proteção mesmo.

Camila escutava recomendações e alertas de Morena e reconhece um tratamento diferenciado em relação à irmã: "*quando você pegar uma bala*, ela falava isso, *você já leve direto no caixa pra pagar, não fique segurando na mão, não, viu?!* [...] Eu tive alguns episódios assim, porque minha irmã é igualzinha a mim, mas com cabelo liso". Para ela, avisos como "cuidado com o que você fala!" ou

---

134 Entrevista com Valter Rui Arantes, 26 jul. 2021, e Entrevista com Laurinha Arantes, 18 dez. 2022.

135 Entrevista com Ana Karina Valença, 17 e 20 ago. 2021.

136 Entrevista com Camila Gonçalves, 10 ago. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

"não saia assim vestida desse jeito!" eram mais ouvidos por ela do que por sua irmã mais velha. Camila também via Ana Karina ser levada para cortar o cabelo em bons salões, enquanto o dela dispensava maiores cuidados: "ah, o cabelo de Camila não precisa, pega a tesoura de costura e sai picotando", ironiza ela para registrar um incômodo, "meu cabelo era indigno de frequentar o salão".

Na adolescência, Camila namorou um negro ("o cara era preto") e seu receio era que a diferença de dez anos entre eles alarmasse os avós. Arantes soube do namoro da pior forma possível: por acaso e sem aviso prévio. Os três se encontraram numa fila de banco, com a neta surpreendida por um toque no ombro: "de preta eu fiquei branca". O avô nunca tocou no assunto com a neta – como tantos outros que ele silenciou –, assim como Morena, nem para apurar a idade do rapaz nem para comentar sua cor. Mas no colégio, Camila, que tinha a pele mais clara que a do namorado, escutou comentários com intenção depreciativa como: "*tá namorando um negão?*".

Em entrevista, sua irmã mais velha, Ana Karina, se vangloriou com humor da sua condição de preferida e de outros atributos valorizados em família: "meu avô me achava linda, achava que meu cabelo era lindo"[137]. Dite também se lembra de escutar em casa disputas jocosas sobre o cabelo mais liso da família ser um legado familiar de Morena, enquanto o menos liso era uma herança do lado de Arantes[138]. Para Camila, Morena mostrava sutilmente seus preconceitos, mas Arantes não, e aos olhos de hoje ela cogita:

> talvez essa coisa até dele ser tão vaidoso, tão assim, já era uma proteção, *né*? A gente nunca sabe. Porque eu não me lembro dele sair *pra* trabalhar sem tomar banho, sem *tá* ultra cheiroso [...] roupa impecável [...] Independente do cargo que ele ocupou, eu só me lembro dele assim, saindo impecável *pra* trabalhar.

Experiências de racialização produzem muitos silenciamentos e, como argumenta Michael Pollak, um silêncio não sinaliza a inexistência de problemas[139]. Arantes guardou muitos silêncios ao longo da vida, assim como em seu manuscrito, e alguns deles são iluminados pela leitura que sua neta lança sobre a história familiar. As impressões de Camila sobre valores e cuidados que circulavam em casa, tão influenciados por critérios racializados, revelam experiências de estigmatização racial, que decerto não foram compartilhadas apenas por ela. Suas respostas e impressões, influenciadas pela passagem do

---

137 Entrevista com Ana Karina Valença, 17 e 20 ago. 2021.

138 Entrevista com Edite Vasconcelos, 23 jun. 2021.

139 POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

tempo e pela mobilidade social da família, é que são diferentes. E com algum constrangimento, ao descrever os rigores de Morena, que eram maiores do que os de Arantes em muitos assuntos, Camila lembrou que a avó era firme na hora de repreender as netas que, ainda jovens, faziam brincadeiras de mal gosto com o cabelo das lavadeiras que trabalhavam para a família. Se Morena alertava as netas para se proteger de preconceitos, também não admitiria que elas reproduzissem alguns deles.

Arantes e Morena foram contemporâneos à ideologia da mestiçagem e, como muita gente da geração deles, aprenderam a conviver com regras de etiqueta não ditas e com o silêncio em torno do racismo – como acontecia, em família, com assuntos de ordem político-partidária[140]. Eles com certeza interiorizaram valores racializados bem influentes na forma como conduziram a própria vida e a educação de sua prole, que repercutem nos cuidados que tinham com a própria imagem e nos conselhos – e elogios – que transmitiram aos seus. O "gerenciamento de si", opção oposta à busca pelo conflito, é um tipo de resposta frequentemente percebida entre pessoas que viveram experiências racializadas e decisivo para entender Arantes e sua família. Esse tipo de reação envolve cálculos constantes e individuais relativos aos custos, evitáveis ou não, que uma resposta ao preconceito exigiria, demandando esforços privados para que o sujeito não seja associado a estereótipos. É uma estratégia viável de sobrevivência, que em parte reproduz valores dos quais se busca fugir, e sustentada, quase sempre, pelo compromisso com o trabalho[141].

Como está evidente, a complexidade do trato humano com hierarquias e desigualdades sociais encontra exemplos instrutivos na trajetória ascendente dos Arantes, no trabalho, em casa ou nos seus espaços de lazer, superando-os, confrontando-os e de vez em quando reproduzindo-os também. E não custa destacar que todas as hierarquias encontradas no lar de uma família que evitava falar de política confirmam a pertinência do mote que insiste que o "pessoal é político".

---

[140] DAFLON, V. T. Mestiçagem. *In*: SANSONE, L.; FURTADO, C. A. (org.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EdUFBA, 2014. p. 309-329..

[141] LAMONT *et al*., 2016.

FIGURA 75
Arantes recebendo um beijo da neta Camila, publicada no Facebook (2016)

Fonte: acervo da família Arantes.

Entre irmãos e dois compadres especiais

Desde que Arantes se empregou na construção civil, no começo dos anos 1970, ele galgou progressões que o distinguiam economicamente dos irmãos e na década seguinte ele se estabeleceu de vez como o mais bem-remunerado dos três. Porém, tal diferença não parece tê-los afastado mais do que suas mudanças de cidade decorrentes da necessidade incontornável de trabalhar e das próprias afinidades que eles cultivavam. Mesmo residindo em diferentes capitais, os três mantiveram alguma proximidade, embora desigual. Entender os vínculos que eles cultivaram ao longo da vida – ainda que bastante superficialmente, dada a exiguidade das fontes sobre Hamilton e Malbeçan – lança luz sobre a personalidade do protagonista dessas páginas e suas preferências. E como Arantes também estabeleceu diversas relações de compadrio – algumas delas já são conhecidas, inclusive –, convém dedicar uma atenção especial a dois deles, devido à influência e proximidade que eles tiveram na trajetória de Arantes, ajudando, ou sendo ajudados, e compartilhando de uma amizade sólida e quase diária. Conhecer um pouco de como Arantes se relacionou com irmãos e compadres permite situá-lo diante dos objetivos que inspiram este livro – seu trato com marcadores sociais de diferença, suas escolhas sobre o que colocaria no papel e as condições em que ele viveu sua mobilidade social.

As possibilidades de acesso às histórias de Hamilton e Malbeçan são desiguais e bem menos prolíficas do que as fontes acumuladas pelo caçula – outro sinal da personalidade orgulhosa de Arantes e de suas condições materiais remediadas. A desigualdade de acesso às trajetórias de seus dois irmãos manifesta também a proximidade distinta que Arantes manteve com eles, uma vez que o irmão do meio aparece muito mais no seu acervo. Entre as fotos guardadas por Arantes, a presença do irmão mais velho – aquele que desde novo era dado ao futebol –, é bastante minguada, assim como na memória de seus filhos e netos, que tiveram pouquíssimo contato com esse tio.

Hamilton trabalhou por um curto período na fiação da Boa Viagem, entre dezembro de 1946 e janeiro de 1948, quando teve sua cor registrada ali com a letra "P", que não indicaria outra palavra que não "preto", uma vez que pardos eram classificados na fábrica com a letra "M", de "moreno", "mulato" ou "mestiço", como foi o caso, inclusive, de Dona Laura[142]. Mas depois que deixou a fábrica Hamilton pode não ter ficado muito tempo em Salvador, porque Arantes, à máquina de escrever, datou uma foto que recebeu do irmão em 6 de junho de 1950, talvez já distante àquela altura. E se Arantes escolhia desde cedo os cenários em que se fotografaria, seu irmão também o fazia: seguindo seus próprios critérios – claro –, ele presenteou o caçula com uma foto tirada nos momentos preliminares de uma de suas partidas de futebol (ver Figura 10 deste livro).

Informações dispersas entre familiares indicam que o mais velho dos irmãos residiu em todas as velhas e novas capitais federais. Ele trocou Salvador pelo Rio de Janeiro, com certeza a trabalho, e em 1954 mandou de lá um retrato dedicado à Morena, "como recordação sincera e amiga do cunhado que muito te quer", dedicatória que escreveu à mão e com uma caligrafia digna dos filhos de Dona Laura e sem dever nada ao irmão caçula. Do Rio, ele migrou para o planalto central, onde a nova capital estava sendo erguida.

FIGURA 76
Registro enviado à Morena por Hamilton, à esquerda, ao lado de um homem não identificado (1954)

Fonte: acervo da família Arantes.

Os filhos de Hamilton tiveram pouco contato com os tios e primos que continuaram residindo em Salvador e cresceram afastados da história familiar, por isso não se entusiasmaram com a ideia de gravar entrevistas para essa pesquisa. Um deles, porém, contribuiu com conversas informais e algumas fotos que ainda guarda do pai. Numa delas, Cláudio identificou Hamilton em um grupo de homens que, segundo ele, constituía uma

[142] *Ficha de Hamilton Honorato de Arantes*, não datado. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 14.

equipe que trabalhou na construção de Brasília, onde o pai viveu por algum tempo, empregado no setor da construção civil, mas em condições bem diferentes das de seu irmão mais novo[143]. Em Brasília, o mais velho dos filhos de Dona Laura talvez tenha sido um *candango*, como foram chamados os trabalhadores migrantes que se ocuparam da sua construção e que na visão de um cronista da época eram os "esfarrapados que chegam ali cansados e suarentos viajando dias e dias, trazendo um pouco da dor nordestina no próprio corpo para misturá-la com o cimento e o ferro"[144]. Tudo indica que o baiano Hamilton viajou do Rio de Janeiro para Brasília e se de fato chegou ali para construir a nova capital não teve o nome impresso em um número da *Revista Brasília* dedicado a celebrar seus construtores – a publicação oferece uma lista que parece incluir nomes de trabalhadores, não só de políticos e engenheiros, mas de tão enxuta é certo que ela é incompleta[145]. Sobre o que não restam dúvidas é que, uma vez em Brasília, Hamilton não se desconectou de seus antigos gostos, que inclusive, tinham tudo para aproximá-lo do caçula.

FIGURA 77
Hamilton é o terceiro à esquerda, sentado numa cadeira com pernas cruzadas e de perfil

Fonte: acervo da família Arantes.

Se Hamilton chegou em Brasília nos últimos anos da década de 1950, período de sua construção, ele se assentou por ali por bastante tempo, mas talvez trabalhando em empregos pouco estáveis. Em abril 1971 a contratação dele foi anunciada na seção de pessoal civil de um boletim interno do Estado Maior das Forças Armadas[146]. Hamilton foi contratado como bombeiro para receber mensalmente Cr$ 313,00 e, talvez recém-casado, era pai de quatro crianças com menos de dez anos de idade: Carlos Augusto (nascido em setembro de 1962), Luiz Carlos (em agosto de 1963), Cláudio Cesar (junho de 1966) e Laura Regina (dezembro de 1968) – nesse mesmo abril de 1971 o salário de Arantes era de

[143] *Conversa por WhatsApp Claudio Arantes*, 18 jul. 2022. Usada nos parágrafos seguintes.

[144] *Revista Brasília*, ano 2, nº. 24, dez. 1958. Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal.

[145] *Revista Brasília*, ano 4, nº. 40, abr. 1960. Acervo do Arquivo Público do Distrito Federal.

[146] *Boletim*, 15 abr. 1971. Arquivo Nacional, Fundo Estado Maior das Forças Armadas, BR DFANBSB 2M.0.0.0655.vol.4, f. 240.

Cr$ 1.800,00[147]. Essa contratação de Hamilton pelas Forças Armadas, porém, foi bastante rápida, porque ele, que havia sido incorporado pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), teve o vínculo encerrado em junho[148]. Mas em novembro ele foi inscrito em uma lista de contratados para trabalhar na construção de unidades residenciais, sinal de alguma instabilidade profissional[149].

Seu filho conta que o pai também trabalhou no aeroporto de Brasília, onde posou para fotos ao lado de aviões turboélices da Força Aérea Brasileira, mas nada indica que Hamilton fosse um militar de carreira, de modo que não é possível conhecer melhor suas outras experiências profissionais. Contudo, é muito provável que algumas delas – remuneradas ou não – tenham ocorrido dentro e fora das quatro linhas futebolísticas. Fotografias conservadas por Claudio mostram o pai em campo, como jogador, ao que o filho faz questão de dizer que Hamilton era um grande zagueiro, e também como técnico, que chegou a ganhar pelo menos um título comandando um time infantil em Brasília.

FIGURA 78
Hamilton como técnico de um time de futebol

Fonte: acervo da família Arantes.

147 *Aditamento ao Boletim Interno nº 44*, 19 abr. 1971. Arquivo Nacional, Fundo Estado Maior das Forças Armadas, BR DFANBSB 2M.0.0.0605.vol.1, f. 74, 106.

148 *Boletim*, 16 jun. 1971. Arquivo Nacional, Fundo Estado Maior das Forças Armadas, BR DFANBSB 2M.0.0.0655.vol.04, f. 388.

149 *Ofício 127*, 16 nov. 1971. Arquivo Nacional, Fundo Estado Maior das Forças Armadas, BR DFANBSB 2M.0.0.0528.vol.02, f. 131-132.

Fisicamente, segundo depoimentos variados, decerto transmitidos por Dona Laura aos seus meninos e por esses à sua prole, Hamilton era o filho que mais parecia com o pai: tinha a pele mais escura dos três e os olhos claros. Hamilton faleceu prematuramente, quando Arantes ainda estava morando em Brasília, como se recorda Laurinha, que conheceu pouco esse tio, a quem seu pai também nunca foi muito ligado[150].

FIGURA 79
Hamilton Arantes

Fonte: acervo da família Arantes.

Um dos poucos contemporâneos dos filhos de Dona Laura ainda vivo é Walter Pinto de Souza, um dos irmãos da funcionária do escritório Eunice, que conheceu os três ainda jovem. Com mais de 90 anos, cheio de vitalidade e lucidez, ele se dispôs a falar a essa pesquisa na cidade onde reside atualmente, Catu, no interior da Bahia – sua memória, inclusive, já foi citada neste livro[151].

Walter tem duas idades, a biológica e a oficial, mas ambas o situam na mesma geração dos três irmãos Honorato de Arantes, cujos nascimentos se enfileiram entre os anos de 1927 e 1930. Quando criança, a vida de Walter era dividia entre a escola e as brincadeiras na vila: ioiô, gude, dama, futebol de botão, "e o mais importante, jogar bola na praia", segundo ele mesmo. Walter nasceu em 1929, mas para começar a trabalhar aos 13 anos alterou seu nascimento para o ano anterior, completando os 14 anos exigidos em lei. Ele entrou na Boa Viagem dois anos antes dos filhos de Dona Laura, em 1944, e ficou ali bem mais tempo que Hamilton e um pouco menos que Arantes, de quem não assistiu a ascensão como colega. Ele ingressou na fábrica como enrolador, se tornou contramestre, e depois de um tempo foi promovido a auxiliar de escrita no ano de 1958[152].

Walter conheceu Dona Laura e sabia que o pai dos meninos tinha morrido cedo. Ele e Arantes cursaram

[150] Entrevista com Laurinha Arantes, 18 dez. 2022.

[151] Entrevista com Walter Pinto de Sousa, 11 nov. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

[152] *Carteira de trabalho de Walter Pinto de Sousa*, não datado. Acervo da família Pinto de Souza.

juntos as primeiras letras na Escola Luiz Tarquínio e espontaneamente ele mostrou que não havia esquecido o nome completo do colega: Antônio Honorato de Arantes Filho, repetiu de moto próprio. Perguntado se tinha amizade com algum dos irmãos, respondeu rindo: "com Hamilton, ele era meio doido, eu digo assim, meio atrapalhado [...] era brincalhão", e acrescentou: "era bom de bola". Walter também gostava de jogar basquete e reconhece em Arantes um adversário à altura: "modéstia à parte, eu era bom nesses pontos de três". Arantes não menos, por isso, "sempre eu jogava de um lado, Arantes do outro, porque eu era, ele também era bom cestinha [...] só jogamos juntos num campeonato baiano". Mas eles não se tornaram amigos propriamente: "A gente teve bom relacionamento", explica Walter, cujo nome não aparece na última agenda telefônica de Arantes – só o de sua irmã, Eunice. Perguntado sobre qual o seu time de futebol, Walter celebrou as cores do Galícia e acrescentou por conta própria: "Arantes era Vitória, sempre foi Vitória", o que pelo visto todo mundo que o conheceu sabia – fosse Arantes jovem, maduro ou idoso.

Walter contabiliza que como contramestre ganhava pouco mais que um salário-mínimo, mas se permitia poucos luxos – documentos da Boa Viagem informam que seu salário de contramestre era em média Cr$ 2.574,00 por mês em 1954[153]. "Nunca gostei de perfume, mas minha roupa sob medida eu gostava", conta ele, que fazia questão de encomendar suas roupas em linho diagonal na alfaiataria de Helenito Correia, ao lado da vila, na Rua da Imperatriz, que "era careiro", mas valia o preço. Ele podia até não ser tão amigo de Arantes, como era de Hamilton, mas com certeza a vaidade e o zelo com as suas vestimentas poderiam tê-los aproximado.

Por um período bem curto, Walter presidiu o Sinditêxtil. Os arquivos do sindicato mostram que ele tomou posse em janeiro de 1960 e deixou o cargo seis meses depois. Algumas dezenas de ofícios que ele assinou nesse período que puderam ser encontradas são uma amostra pequena deste acervo imenso e não permitem conhecer profundamente a atuação de Walter como presidente nem situar em que contexto sua eleição ocorreu – como este acervo é tão vasto quanto desorganizado, é possível que para isso seja necessária uma pesquisa específica. Em setembro de 1960, ele comunicou aos colegas sua renúncia por escrito sem registrar indisposições, somente alegando que havia sido nomeado para uma vaga no serviço público federal[154]. Como ele também deixou a Boa Viagem nesse período, ele conta que não chegou a sentir qualquer

---

153 *Operários admitidos para montagem de máquinas que poderão ser aproveitados*, maio 1955, CEDOC/UEFS, FLP, cx. 19.

154 *Ofício*, 6 set. 1960. Sinditêxtil, cx. Secretaria – Ofícios (1960).

indisposição com os patrões por conta de sua atuação sindical – pelo menos não de imediato, uma vez que no final da década sua família reclamaria do tratamento dispensado pela Empório, que ao contrário do que fazia com outros trabalhadores, não permitiu que eles ficassem na casa sem que ninguém dali tivesse vínculos empregatícios com a fábrica. Mas em entrevista ele registrou sua decepção com o sindicato, dadas as propostas de suborno que recebeu nas poucas negociações que dirigiu. E por mais de uma vez foi às lágrimas ao mencionar os episódios com bastante comedimento e hesitação: "Eu não tinha nenhuma perversão", conta ele sobre uma experiência vivida aos 30 anos de idade e revista 60 anos depois, mas não narrada para os microfones desta pesquisa.

Walter deixou de ser auxiliar de escrita na Empório para ingressar, como servente e mediante concurso, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, porque, ele garante, "não queria continuar sendo empregado" – e muito menos sindicalista, deduz-se. Mas como Walter e sua família continuaram na vila até a década de 1970, eles não perderam contato com o pessoal dali: além de serem vizinhos de porta, Arantes também administrava a vila, e eles ainda se viam. Walter se aposentou em abril de 1979 como subgerente de operações intermunicipais dos Correios, graduado em Direito, formação que ampliaria mais tarde também com uma graduação em História. Quando se aposentou, seu salário era de cerca de 12 mil cruzeiros, enquanto Arantes começou aquele ano recebendo Cr$ 30.800 por mês na Concic.

Apesar da desigualdade de informações disponíveis sobre Walter, Hamilton, Malbeçan e Arantes, que tinham a mesma idade e eram vizinhos desde a infância, com origens familiares bem parecidas, mas trajetórias individuais não tanto, existem algumas diferenças marcantes e outros elementos de aproximação relativa, como está evidente. Mesmo assim, é impossível arriscar suposições sobre o peso delas, conjunta ou isoladamente, nos caminhos que eles traçaram. Mas, para a sustentação dos argumentos que pautam este livro, o exemplo de Walter, irmão de uma mulher que teve amizade com Arantes e amigo do irmão com quem Arantes tinha menos afinidades, sem dúvidas oferece alguns temperos – mais instigantes que taxativos, mas ainda assim oportunos. Apesar de aproximados pelo basquete, Walter contou que como Arantes trabalhava no escritório, ambos eram relativamente distantes no cotidiano, ao contrário da aproximação que se estabeleceu entre ele e Hamilton. Como Malbeçan viveu como interno dos Órfãos de São Joaquim boa parte da infância, além de adiante ter se mudado de cidade também, Walter terminou conhecendo pouco este irmão que era o mais próximo de Arantes, e nada acrescentou ao que se conhecesse sobre ele.

FIGURA 80
Walter Pinto de Sousa

Fonte: acervo da família Pinto de Sousa.

Malbeçan se mudou para o Rio de Janeiro no fim dos anos 1940, ainda jovem, e nunca voltou a residir em Salvador. Como estava em idade militar, é possível que ele já tenha deixado a Bahia vinculado à Aeronáutica, onde fez carreira como músico, abastecido com os dotes que desenvolvera nos Órfãos de São Joaquim, jubilando a finada mãe e o irmão tiete.

Se ele já tinha vínculo estável em uma prestigiada Arma, isso poderia torná-lo um bom partido numa cidade onde parece ter chegado sem raízes, porque ele logo constituiu uma família por ali – e tocar instrumentos musicais pode ter sido igualmente valioso para sua socialização. Em junho de 1951, Arantes recebeu algumas fotos da nova cunhada, que apresentava a si e à família. Malbeçan também posou para uma foto junto com Gessilda e a remeteu para o irmão, a quem chamava de Antonio. Gessilda tinha seis irmãos, aparentemente eram mais mulheres que homens, e era filha de um funcionário público e uma dona de casa. A julgar pelas fotos com as irmãs que ela enviou para Salvador e pelos atestados de óbitos de seus pais, disponíveis no *Family Search*, era uma família branca[155]. Ela e Malbeçan se casaram em setembro de 1951, na cidade de Duque de Caxias. Portanto, ele pode até ter respeitado o etapismo matrimonial valorizado por Arantes (conhecer, namorar, noivar, casar), mas parece ter sido bem mais acelerado que o caçula, que noivou por quase três anos até levar Morena ao altar – mais do que vontades pessoais, essa diferença pode se justificar pela diferença de ordenado entre eles à época, afinal, Malbeçan tinha um posto na Aeronáutica e Arantes ainda era contínuo da Boa Viagem.

Além disso, o casamento de Malbeçan também não parece ter sido apressado pela quebra de preceitos pré-nupciais, porque apenas em dezembro do ano seguinte nasceu Roberto, primeiro filho do casal, e Rosane veio ao mundo em 1955 – adiante, nasceriam outros filhos de Malbeçan, e não apenas com Dona Gessilda, mas que não foram alcançados pelo raio desta pesquisa.

[155] *Registro de Óbitos de Virtulino Vaz Ribeiro*, 16 nov. 1974, e *Registro de Maria de Souza Vaz*, 15 set. 1990. Disponíveis em: https://www.familysearch.org/.

FIGURA 81
Fotografia enviada por Malbeçan a Arantes (1951)

Fonte: acervo da família Arantes.

Embora tenham crescido no Rio de Janeiro e nunca tenham viajado a Salvador, esses dois filhos de Gessilda e Malbeçan guardam lembranças muito fortes do tio Arantes e da proximidade dele com seu pai. "Todo ano papai ia *pra* Bahia rever seus parentes", conta Rosane, mas "na última viagem papai retornou de ônibus, chegou muito cansado e disse: Não tenho condições para viagens longas. E assim foi"[156], ainda que Malbeçan desfrutasse com frequência da gratuidade em voos da Aeronáutica, a longa viagem não o empolgava mais. A memória dessa sobrinha situa uma diferença marcante entre os irmãos e que se estabeleceu ao longo do tempo: "na casa de papai não tinha telefone e toda semana ele ia no aeroporto ligar *pra* tio Arantes, essa ligação familiar ou laços de família era muito bonita". Quando perguntada sobre um acervo eventual de fotos e documentos da família, ela respondeu: "Você sabe, naquela época nem máquina de tirar retrato nós tínhamos, não é igual hoje". De fato, o acervo de fotos e papéis que ela compartilhou com esta pesquisa é expressivamente menor que o do tio, sejam fotos mais recentes ou antigas, quando máquinas fotográficas eram um utensílio familiar mais raro.

No período em que Arantes residiu com a família no Rio, eles conviveram bastante com Malbeçan, sua esposa e filhos na Freguesia, um bairro da Ilha do Governador onde todos moravam. E o seu pendor futebolístico foi a primeira referência que Roberto, primogênito de Malbeçan, ofereceu sobre o tio: "era fanático!". O que ensejou um alerta sobre a importância da entrevista que ele concedeu a esta pesquisa: "só não esquece de falar que ele era flamenguista doente e Vitória", isso dito por um vascaíno confesso – e também a única restrição apresentada por ele[157]. Seu pai não acompanhava futebol, mas era tricolor no Rio e, talvez, na Bahia também. Das idas aos estádios, ele se lembra de um tio mais aberto e brincalhão, ao contrário de Malbeçan: "Meu pai era muito fechadão". E Rosane diz o mesmo: "meu tio Arantes sempre foi muito carinhoso comigo, só tenho

[156] *Conversa por Whatsapp Rosane Arantes*, em 23 jun. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

[157] Entrevista com Roberto Arantes, 23 jun. 2021.

ótimas recordações dele [...] sempre que podia, ia ver meus tios, que sempre foram hiper carinhosos comigo". E os tios a quem ela se refere são Arantes e Morena: "eu não conheci o irmão Hamilton de papai, somente tio Arantes [...] papai amava aquele irmão, isso você pode ter certeza, o outro irmão papai não teve muito contato". Roberto também reconhece que a relação do pai era bem mais estreita com o caçula:

> a proximidade dele maior era com o meu tio pai da Laurinha, com Antônio. Inclusive meu pai todo ano viajava *pra* Bahia e eles tinham contato direto [...] com Hamilton, contato nenhum. Dizem, *né*?! Porque eu não sei, que o meu tio [Hamilton] era muito doidão, *né*?! Ele era um pouco *desvarido* da vida. Dizem, eu não sei.

Tudo indica mesmo que Hamilton se desgarrou dos irmãos, com quem teve uma relação distante sobretudo na vida adulta. Dite, que era tão próxima do tio, nunca ouvia Arantes falar de Hamilton e conviveu com Malbeçan quando morou no Rio[158]. Liana, que era bem pequena em Brasília, onde o tio também morava, sequer o conheceu e Laurinha, mais crescida, teve pouco contato com Hamilton. Todas elas confirmam a consistência dos laços entre Malbeçan e Arantes, corroborada por memórias afetivas e nas gavetas de casa. Um exemplo dos sentimentos fraternos que aproximavam esses dois irmãos ficou gravado também em um retrato singelo enviado por Malbeçan a Arantes com pose inocente e uma dedicatória amorosa: "ao mano Antônio, ofereço-te esta foto como prova de amor fraternal do irmão que não te esquece". Mas de bobo Malbeçan não tinha nada. E é possível que Arantes tenha morrido sem saber.

FIGURA 82
Fotografia enviada por Malbeçan ao irmão caçula (1953)

Fonte: acervo da família Arantes.

[158] Entrevista com Edite Vasconcelos, 23 jun. 2021, Entrevista com Liana Arantes, 30 jun. 2021, e Entrevista com Laurinha Arantes, 18 dez. 2022.

Malbeçan teve ao todo cinco filhos no Rio de Janeiro: três do casamento com Gessilda e dois de uma outra relação, que ele fez de tudo para esconder desse irmão. Segundo Roberto, Malbeçan não queria nem que Arantes soubesse que ele chegou a sair de casa por algum tempo. Liana e Laurinha, que sabem da existência desses outros primos, apostam que Malbeçan realmente conseguiu esconder sua bigamia do caçula, porque em outras ocasiões, quando Arantes soube, por exemplo, que seu afilhado Djalma colecionava namoradas, ele não hesitou em delatar o desvio, e porque o assunto não era corrente em casa – tampouco seria registrado na autobiografia de Arantes.

Se fisicamente Hamilton era o filho que mais saiu ao pai – desconsiderando os dois primeiros rebentos de seu Antônio, que faleceram cedo, são quase desconhecidos por esta pesquisa e totalmente ignorados pelos descendentes de Arantes –, é de se considerar que Malbeçan carregasse outras heranças paternas. As dificuldades que Dona Laura viveu ao perder o marido são certas, e como já foi especulado muitas páginas atrás, elas podem ter sido dilatadas por consequências do primeiro matrimônio de Seu Antônio, que não se sabe quando, nem como acabou. E se além da viuvez Dona Laura ainda teve de lidar com um esposo bígamo, isso decerto contribui para outro espólio familiar, transmitido às novas gerações, que é o silêncio que se estabeleceu sobre Seu Antônio, personagem soterrado sob as dores de uma viúva, motivadas pelo que ele, por força do óbito, foi impedido de realizar a seu lado ou pelo que fez a mais, às suas costas.

FIGURA 83
Fotografia enviada por Malbeçan e dedicado a Arantes, Morena, Laurinha e Valter Rui (1966)

Fonte: acervo da família Arantes.

Há ainda um outro episódio da trajetória de Malbeçan que pode iluminar sua afinação com o mano Antônio. Roberto não se lembra de ouvir comentários do pai sobre um assunto igualmente evitado pelo tio: "meu pai era apolítico", descreve ele. Mas ao contrário do caçula, que não se envolveu com entidades representativas, Malbeçan ocupou a vice-presidência

da Associação dos Músicos Militares do Brasil (AMMB) em um momento conturbado da sua história. Não é possível conhecer as circunstâncias em que Malbeçan assumiu o cargo, nem muitos lances de sua experiência ali, apenas desponta para essa pesquisa o seu protagonismo contra um dirigente acusado de subversões, fraudes e outros desvios, que em parte contrariavam este outro Arantes.

Durante quase toda a década de 1960, a associação foi presidida pelo sargento Waldemar da Silva Cerqueira, que vinha se elegendo através de sucessivas eleições com chapa única. Nada sugere que o irmão de Arantes tenha se envolvido em todas as gestões, mas em 1969 ele estava ali como vice. Àquela altura, um informe da Aeronáutica acusava o presidente Waldemar de dirigir "os destinos da entidade sozinho sem dar satisfações ao quadro social", o que estava gravado também em outro documento assinado pelo próprio Malbeçan[159]. Alguns passos do dirigente estão registrados no informe, que atribuía a eleição de Waldemar "à sua amizade com o ex-presidente João Goulart, seu compadre, de quem ia conseguir um empréstimo de quinze milhões de cruzeiros velhos para a Associação". E se Malbeçan estava nessa chapa, pode ser que nutrisse alguma simpatia por Jango também. Ou então ele foi acionado para compor a chapa porque o presidente Waldemar precisava ampliá-la para além de seus próprios vínculos políticos.

Bem relacionado com deputados petebistas e com o presidente, Waldemar conseguiu recursos da Caixa Econômica que foram revertidos em empréstimos oferecidos pela entidade a seus associados. Na semana que antecedeu o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, Waldemar e alguns diretores da associação – Malbeçan não – estiveram na residência do almirante Aragão, nomeado por Jango para o comando do Corpo de Fuzileiros Navais, e teriam ouvido:

> **Alte. Aragão:** – "Peçam o que quiserem: em troca quero que façam muita publicidade sobre o movimento nacionalista. Procurem a Rádio Mayrink Veiga em meu nome".

Nessa noite, Waldemar falou no rádio e foi escutado por outros músicos militares, cujos nomes aparecem no informe e que provavelmente o delataram. O nome de Malbeçan também não apareceu entre esses ouvintes, mas se ele não tinha predileções políticas, pode ter se aproximado da associação por

---

[159] *Informe 1112*, 4 dez. 1969. Fundo Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, BR DFANBSB AAJ IPM 0860, f. 1-6. Usada nos parágrafos seguintes.

vislumbrar o atendimento de alguns de seus interesses, sobretudo se pudesse contrair empréstimos financeiros em condições favoráveis.

Nos dias que sucederam o golpe, Waldemar e os diretores mais próximos sumiram, conta o informe, sem citar Malbeçan, nem registrar que o almirante Aragão estava preso e sob tortura. O mandato de Waldemar, contudo, não foi interrompido e depois do rápido sumiço ele reassumiu a gestão para a qual havia sido eleito. "Isto porque as eleições ele mesmo é quem as faz", dizia o informe, revelando a seletividade e o crivo de quem o concebeu. Se por medo de ser preso e perder o cargo, o que aconteceu com diversas associações não apenas civis, mas militares também, Waldemar teve de buscar apoio entre colegas afastados do trabalhismo, pode ser que Malbeçan tenha sido alguém cujo nome poderia proteger a entidade de vinculações políticas e o seu presidente de consequências piores.

Em 1969, quando Malbeçan já era seu vice, Waldemar havia tomado conta da associação: diretores que se opunham a seus métodos eram afastados, nenhum relatório era apresentado aos associados e o patrimônio da entidade estava sendo vendido. Possivelmente inspirado por fontes diversas, um informe ainda acusava Waldemar, que era casado, de ter se amancebado havia mais de dois anos com Maria José, secretária da associação, "montando um apartamento para ela", a quem tornara também cúmplice. Havia ainda uma lista com nomes de suboficiais e oficiais que se dispunham a testemunhar contra o presidente. Malbeçan não estava nela, mas sabia do que acontecia e, apoiado por outros sócios, assinou uma carta dura, porém diplomática, que foi endereçada ao presidente. "Não nos leva nenhum intuito de *vendita*, ou coisa que o valha. O nosso desejo precípuo é única e exclusivamente saber, inteirar-se e ao mesmo tempo apontar aquilo que estamos presenciando de errado e que já não podemos ficar calados", pontuava o documento, para em seguida cobrar do presidente e da secretária:

> como é público e notório [...] todo o movimento de nossa Associação se restringe única e exclusivamente entre o Sr. Presidente e a funcionária Maria José, fato este estranho para nós, quando sabemos que a referida funcionária tem-se esquecido de sua função aqui dentro para nos colocar em posição bastante vexatória e incômoda [...] Somos Diretores e não funcionários. Não nos cabe fazer e sim mandar fazer. Não temos faltado com o devido respeito à referida funcionária tratando-a de maneira condizente a sua posição aqui dentro.

O texto exigia que, em nome das boas aparências da instituição, "que se abra logo as portas da Associação aos seus legítimos donos, os Associados", e concluiu esclarecendo: "Não nos moveu nenhum intuito de brigas e divisões. Não estamos recuando nem fazendo o jogo da oposição, se por ventura ela existir. Se assim não fosse, não teríamos coragem e hombridade de escrever os fatos acima e trazê-los ao conhecimento do sr. Presidente"[160].

Os registros da presença de Malbeçan à frente da associação, contudo, são tão firmes quanto raros e não é possível saber mais sobre sua atuação na entidade. O conflito com o presidente se estendeu até 1972, estranhamente com Waldemar ainda no comando da associação, e em assembleias posteriores ao envio de sua carta não há sinal do nome de Malbeçan, que desapareceu de outros registros também – sem ter recebido qualquer acusação, diga-se. Ao que parece, ele preferiu se desligar do coletivo ou se afastar de vez da contenda.

Se durante as ligações que trocava com Arantes ele resolveu tocar no assunto com o caçula, ele provavelmente escutaria conselhos e alertas para que evitasse se meter em confusões e, decerto, Arantes parabenizaria o irmão pela postura firme diante daquilo que presenciou de errado – onde já se viu, se apropriar de recursos de uma associação e ainda por cima se enrabichar com a secretária, tendo esposa em casa? Arantes não admitiria e Malbeçan não discordaria, pelo menos em parte, e omitindo os próprios desvios do irmão.

Esse filho de Dona Laura morreu na manhã de 29 de maio de 1993, já reformado como primeiro sargento da Aeronáutica, depois de um enfarto, aos 65 anos e sem deixar bens, como registra sua certidão de óbito[161]. Camila, sua sobrinha-neta, nunca esteve com Hamilton, mas conheceu Malbeçan e foi na ocasião de sua morte que ela viu, pela primeira vez na vida, Arantes chorar[162]. A última carteira médica de Malbeçan registra o nome de duas dependentes: da esposa Gessilda e da filha Rosane – um eixo de sua família que essa pesquisa não conseguiu ultrapassar.

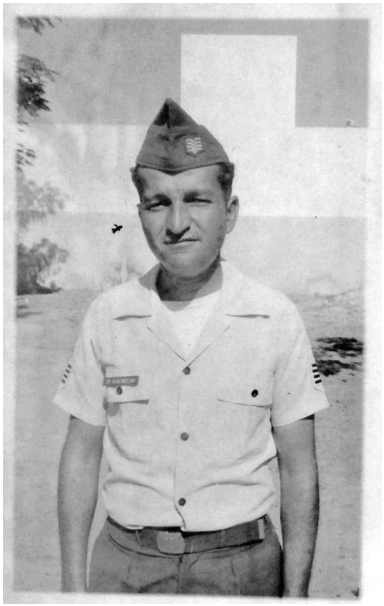
---

[160] *Carta*, 28 mar. 1969. Fundo Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar, BR DFANBSB AAJ IPM 0860, f. 19-23 (anexo 8).

[161] *Certidão de óbito de Malbeçan Honorato de Arantes*, 31 maio 1993. Acervo da família Arantes.

[162] Entrevista com Camila Gonçalves, 10 ago. 2021.

FIGURA 84
Fotografia enviada por Malbeçan ao "mano Antônio", a Morena, Laurinha e Valter Rui (1971)



Fonte: acervo da família Arantes.

Além dos irmãos, Arantes teve muitos compadres e comadres. Morena e ele apadrinharam diversas crianças e o baú de fotos da família guarda dezenas delas, ainda pequenas ou crescidas, com dedicatórias escritas pelos próprios afilhados ou por seus pais. Numa foto sem data, os pais de Walter, que ainda era um bebê, dedicaram o presente a Arantes e Morena, ambos padrinhos do menino. Linda, afilhada apenas de Morena, a presenteou com foto em trajes solenes em janeiro de 1955. Corina presenteou o padrinho com uma foto em julho de 1968 celebrando sua formatura como datilógrafa e Solange fez o mesmo ao concluir o curso de Técnica de Enfermagem em abril de 1974. Nascimentos, aniversários e formaturas eram efemérides que mereciam registro e congraçamento entre padrinhos e afilhados. Essa rede é vasta e começou a ser tecida ainda cedo por Arantes, bem antes de ele galgar promoções na Boa Viagem. Seu primeiro afilhado foi Djalma, filho adotivo de Dona Doninha, que por sua vez batizaria a primeira filha de Arantes, Laurinha, a quem, vez por outra, ela se refere como *medinha Duninha*, uma prosódia afetiva sem dúvidas enraizada na Boa Viagem – oposta à "madrinha Doninha", como falariam pessoas de gerações mais novas e crescidas em bairros menos populares[163].

Os filhos de Morena e Arantes tiveram vários padrinhos (dois de batismo e de dois de crisma) e têm dificuldade para se lembrar de todos. É uma rede vasta, tecida por seus pais, com laços nem sempre duradouros, por isso, dois amigos e compadres de Arantes merecem destaque, dada a sua proximidade com ambos ao longo de boa parte da vida e pelo quanto esses vínculos fortes se conectam com as progressões que ele experimentou. Os dois foram nominalmente citados no manuscrito: são eles Joselito e Aderino.

Joselito foi quem bateu à porta de Arantes com a proposta de emprego que o fez deixar a Boa Viagem no final dos 1960, pelo menos foi assim que ele contou, e não custa repetir:

[163] Entrevista com Laurinha Arantes, 18 dez. 2022.

"em agosto de 1969, Arantes recebeu uma proposta para mudar de emprego para ganhar o triplo do que percebia na fábrica. Este emprego lhe foi oferecido pelo seu amigo de infância e padrinho do seu filho Valter Rui, de nome Joselito". Sempre que Arantes descreveu suas trocas de emprego ele se colocou numa situação passiva, como quem não estivesse à procura e uma oportunidade batesse à sua porta, ainda que em duas ocasiões ele tenha saído de empresas insolventes. Importa menos saber se trocas aconteceram assim, uma vez que o seu orgulho profissional já é conhecido, do que avaliar o quanto a amizade com Joselito lhe abriu portas, já que àquela altura seu compadre já estava bem colocado no mercado de Salvador e pôde alavancar o amigo.

Assim como Arantes, Joselito cresceu na vila e conviveu com o pai durante mais tempo do que o amigo, mas não tanto, porque ficou órfão de pai aos cinco anos de idade. Seu Júlio Firmino de Britto era funcionário da Leste e morreu em novembro de 1938 por conta de uma pneumonia, deixando no mundo uma viúva e três filhos: Carlos Alberto, Lindalva e Joselito, que era o mais velho. Dona Amália, mãe das crianças, trabalhou durante décadas na Boa Viagem, onde conviveu com Dona Laura, de quem era uma década mais jovem, e teve uma vida longa, falecendo apenas em 1996[164]. A presença da mãe em casa até a vida adulta de seus três filhos, durante décadas ativamente empregada na Boa Viagem, exerceu uma influência salutar no destino de sua prole, sobretudo em comparação com os três meninos que Dona Laura deixou bem jovens no mundo.

Aparentemente Dona Amália nunca ingressou na Sociedade Beneficente 24 de Julho, porque talvez tenha se empregado na Boa Viagem quando a entidade já não atraia seus funcionários, e seu nome – até agora – não despontou do imenso acervo da fábrica, por isso só alguns lances de sua trajetória ali são conhecidos. E se não é possível saber quão próxima ela era de Dona Laura, é certo que ela trabalhou muito perto de Arantes. Em 1959 Dona Amália recebia 5.500 cruzeiros no setor de controle, quando Arantes recebia Cr$ 9.600,00 no escritório[165]. Em 1963, quando a renda dele era de 23 mil cruzeiros, ela recebia 2.400 – bem menos que Nelito e Eunice, que recebiam, Cr$ 21.892,00 e Cr$ 11.304,00, respectivamente[166]. Mesmo não ganhando muito com o seu trabalho e empenhando muitos esforços, Dona Amália pode administrar a criação de sua prole que dispôs de uma pequena, mas muito valiosa, vantagem em relação aos filhos de Dona Laura, cuja morte, como já se sabe, não sepultou o

---

164 Entrevista com Tiana e Roberto Britto, 20 ago. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

165 *Pessoal mensalista*, maio 1959. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 17.

166 *Folha de pagamento do pessoal mensalista*, mar. 1963. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 18.

futuro promissor do caçula, mas com certeza o tornou mais árduo.

Joselito, apenas três anos mais moço que Arantes, também começou a trabalhar cedo, primeiro na Souza Cruz, vizinha à Boa Viagem, depois na fábrica de chocolate Chadler, não muito distante dali. Aparentemente ele nunca trabalhou na fábrica da Companhia Empório, mas sem a premência material causada pela orfandade de dois costados, Joselito conseguiu estudar por mais tempo. Segundo seus filhos, quando ainda residia na vila, não foram raras as vezes em que Joselito foi caminhando dali até o centro da cidade para não deixar de estudar, primeiro no Colégio Central, em Nazaré, depois na então Universidade da Bahia, à Praça da Piedade, como ele fez questão de contar aos filhos: "meu pai não podia, meu pai não tinha dinheiro, meu pai era pobre", conta seu primogênito. Eles contam que o pai também teve de alterar o ano de seu nascimento para 1933, quando ele havia nascido em 1934, mas informam que essa foi uma estratégia que lhe permitiu ingressar também no Colégio Central – os esforços individuais e a dedicação aos estudos como ferramenta de mobilidade social são mesmo frequentes em histórias de superação de pobreza e são transmitidos de geração em geração também com grande frequência, como se nota em mais de um dos sujeitos aqui apresentados.

Em 1960, como recompensa de seus esforços, e dos de sua mãe também, Joselito recebeu o diploma de bacharel em Ciências Contábeis e Atuárias na faculdade de Economia. O consagrado economista Celso Furtado foi o paraninfo de sua formatura e os colegas que colaram grau com ele formavam um grupo pequeno: eram onze homens brancos ou pardos, nenhum preto retinto, e duas mulheres, uma negra e uma branca – as fotografias do seu livro de formatura são em preto e branco, por isso, essas classificações são reveladas pelo olhar deste autor.

FIGURA 85
Joselito Britto em traje de formando do curso de Ciências Contábeis (1960)

Fonte: acervo da família Brito.

O nível superior fez toda diferença na trajetória profissional de Joselito numa capital em que 30% da população era incapaz de ler e escrever e quando em toda a população do estado, que era de 5.918.872 milhões de habitantes, apenas 10.136 pessoas tinham curso superior – irrisórios 0,17%[167]. A formatura de Joselito era um feito notável para projetá-lo nos mundos do trabalho e ainda jovem ele se empregou na construtora Odebrecht, onde trabalhou ao longo da década de 1960. Ele deixou a empresa quando o engenheiro Otto Schaeppi montou a sua construtora e convidou Joselito para assumir a diretoria financeira. Foi desse posto que Joselito guindou Arantes para fora da Boa Viagem, quando eles somavam décadas de amizade e anos de compadrio. E se no começo dos anos 1960, enquanto Joselito era universitário, Arantes podia receber um salário maior que o do amigo – é certo que ele já ganhava bem mais que Dona Amália –, a partir de então Joselito conquistaria postos de trabalho bem mais vantajosos que os dele.

Além de ter estudado por mais tempo, Joselito também se casou e teve filhos um pouco mais tarde que Arantes – outra janela para entender os efeitos das premências de ordem material e social que levaram Arantes a concentrar seus esforços mais no trabalho do que nos estudos. Joselito se casou no final de 1958 com Laurinda e o primeiro filho deles nasceu em 1960, quando Arantes já tinha duas crianças. Depois que se casou, Joselito deixou a vila, onde sua mãe ainda residia, para morar no Dendezeiros, logo atrás dela, e nos anos seguintes teria cinco filhos: um deles faleceu no dia seguinte ao seu nascimento, em 1963, mas quatro deles viveram por algum tempo no entorno da Boa Viagem, como revelam os dados do *Family Search* – nos registros de nascimento e óbito dos filhos de Joselito disponíveis neste acervo todos foram classificados como brancos[168]. Nenhum deles, contudo, foi levado à pia batismal por Arantes, somente para o sacramento seguinte, a crisma, o que não reduziu em nada a influência desse padrinho sobre o afilhado. De acordo com o primeiro filho de Joselito, batizado por um tio paterno e crismado por Arantes: "meu pai sempre ajudou Arantes [...] meu pai inclusive é padrinho de Valter Rui". E Valter Rui conta que recebeu o melhor tratamento do padrinho, que o recebeu como filho e o presenteava com tudo que os demais filhos de Joselito

---

[167] FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 1960*. [*S. l.*]: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1060. v. I, t. VIII; SANTOS, M. *O centro da cidade de Salvador*: estudo de geografia urbana. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

[168] *Certidão de nascimento de Joselito Brito Filho*, 10 fev. 1961; *Certidão de nascimento e óbito de Luiz Claudio Brito*, 11 dez. 1963; *Certidão de nascimento Tânia Amália Brito*, 4 jul. 1962. Disponível em: https://www.familysearch.org/.

recebiam – era com eles, inclusive, que Valter Rui passava os dias na Associação Atlética da Bahia[169].

Pouco tempo antes de os primeiros filhos de Joselito e Arantes serem batizados, Thales de Azevedo observou que o apadrinhamento de crianças ocorre "horizontalmente em todos os estratos, mas é frequente a escolha assimétrica de padrinho de um grupo superior para afilhado 'pobre', uma vez que a relação estabelecida tem uma função de proteção de tipo paternalista"[170]. Àquela altura as diferenças entre os compadres não eram tão marcantes como viriam a ser e quando Arantes honrou o amigo com o convite para batizar o seu segundo filho elas sequer existiam, de modo que esse vínculo – ligeiramente desigual – precisa ser compreendido como um elo simétrico entre dois amigos e livres de qualquer traço paternalista, mas com profundas influências em seus destinos profissionais, uma vez que Joselito se revelaria, também, um grande padrinho de Arantes – o maior, talvez.

Quando Otto Schaeppi estava encerrando as atividades de sua construtora, e bastante servido por Arantes, foi através de Joselito, então ocupando uma diretoria do Grupo Econômico, que ele se empregou na Concic. E adiante esse amigo muito bem colocado nos mundos do trabalho da Bahia abriria novas portas – nesse caso, cancelas – para outra boa colocação profissional de Arantes – assunto da próxima parte deste livro.

Joselito deixou a Boa Viagem com a família mais cedo que Arantes e Morena para residir em bairros de classe média e alta de Salvador. Seus filhos moraram em diferentes lugares entre a Barra, a Graça e a Ondina, e contam que enquanto sua avó viveu na vila, suas idas para lá eram dominicais e certas. Segundo o mais velho deles: "meu tio e meu pai eram irmãos, de afetividade, de carinho, de respeito, eram muito unidos mesmo. Meu pai não chegava na Boa Viagem sem ver Arantes". Entre eles havia muitas afinidades, como duas citadas pelos filhos de Joselito: Joselito também foi fumante por muitas décadas, mas parece ter largado o vício antes do amigo, e sempre foi vaidosíssimo, adorava perfumes importados e roupas de primeira, coisas que Arantes também não dispensava. Mas Tiana, a caçula do primeiro casamento de Joselito, ressalvou:

> meu pai, eu acho, que a nível de família, proximidade não profissional com meu tio Arantes, eu acho que houve um pouco de afastamento quando a gente subiu *pra* cidade alta, eu acho que foi aí

[169] Entrevista com Valter Rui Arantes, 26 jul. 2021.

[170] AZEVEDO, 1996, p. 177.

> que meu pai não ficou tão próximo, pessoalmente, de meu tio [...] Porque a gente começou a ter novas amizades[171].

Os dois de fato seguiram com uma proximidade diária tanto na Otto Schaeppi, quanto na Concic. Foi das mãos de Joselito, inclusive, que Arantes recebeu o empréstimo que lhe permitiu comprar seu primeiro apartamento e a honrosa carta que ele guardou, como está patenteado no manuscrito. Mas o distanciamento parcial entre eles foi notado também por um colega de trabalho bem próximo do dois. "Joselito teve uma trajetória profissional mais parruda que a de Arantes", confirma José Olympio:

> Joselito começou a ganhar muito mais que Arantes. E como tal passou a ter casa melhor, casa de veraneio, carro bonito, e começa a ter amigos também de um outro meio, *tá* certo? Isso naturalmente acontece. Eles continuavam amigos, tanto que um foi compadre do outro, mas houve esse distanciamento.

E Olympio, que conhecia bem os dois, mas era mais próximo de Arantes, cita que um novo relacionamento de Joselito criou pequenos atritos: "Arantes não engolia [...] Quer dizer, nunca brigou com Zelito, mas dizia: *vai se expor demais, meu compadre! Que é isso, meu compadre?*". A fama de namorador de Joselito, confirmada por sua filha e silenciada com risos por seu primogênito e herdeiro, não era engolida pelo compadre: "Arantes ficava incomodado com essa história em função dos valores que ele guardava", sabe Olympio[172]. Mas o ligeiro afastamento que se estabeleceu entre eles não reflete só um aspecto da amizade dos dois, influenciada por diferenças pontuais de temperamento, mas também os efeitos que a mobilidade que cada um deles conquistou exercia sobre a relação, situando-os no mundo para além de seus laços afetivos.

As redes pessoais influenciam a vida profissional das pessoas e Mike Savage argumenta que a formação da classe trabalhadora é "um processo espacial" que combina e funde diferentes identificações. No caso dos vizinhos Arantes e Joselito parece ter sido assim, embora este tenha conseguido se estabelecer muito mais consistentemente numa posição de classe média do que Arantes – portanto, mais distante de suas múltiplas raízes numa vila operária (amizades, pobreza, histórias de vida). E isso não pode ser explicado apenas por questões de ordem financeira, porque o salário de Arantes também financiou sua mudança da vila, mas ele não se afastou de lá em termos afetivos, sociais,

---

171 Tiana e Roberto Britto, 20 ago. 2021.

172 Entrevista com José Olympio Netto, 7 out. 2021.

FIGURA 86
Registro de Joselito Britto publicado por Tiana no Facebook (2018)

Fonte: acervo da família Brito.

pessoais ou mesmo eleitorais, apesar de não ser dado à política. Savage também destaca que a posição dos empregados de colarinho branco na classe média torna ainda mais difícil a distinção entre explorador e explorado, e questiona: "como então explicar a base material das divisões de classe?"[173]. Este livro pode não oferecer uma resposta precisa para a questão, mas com certeza mostra que as divisões da classe trabalhadora são motivadas por critérios diversos e não apenas materiais.

Diferente de Joselito, que se afastou dali a partir de um certo momento da vida, e até do amigo e compadre como sua filha percebeu, Arantes era um visitante frequente da Boa Viagem e não só de dois em dois anos para votar, mas para ver amigos e parentes, comer mariscos, tomar sorvete etc. São da Boa Viagem a imensa maioria dos nomes registrados em sua última agenda telefônica e esta pesquisa não conheceu nenhum afilhado ou afilhada a quem Arantes tenha batizado por conta de suas relações de trabalho na Otto Schaeppi, na Concic nem em seu emprego posterior. Se o espaço é determinante na formação das classes, como argumenta Savage, os vínculos sólidos que Arantes fez questão de cultivar no entorno da vila não podem ser menosprezados para a sua "geolocalização" em termos de classe e o exemplo de Joselito oferece um bom contraponto aos caminhos traçados por Arantes – nesse caso, apontando alguns limites de sua ascensão.

Desapegado, segundo os próprios filhos, Joselito não deixou bens materiais para eles, o que sua certidão de óbito confirma[174]. Ao longo da vida,

[173] SAVAGE, M. Classe e história do trabalho. *In*: BATALHA, C. H. M.; FORTES, A.; SILVA, F. T. da. *Culturas de classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p. 39-30, 41. Usada no parágrafo seguinte.

[174] *Certidão de óbito de Joselito Brito*, 11 nov. 2020. Acervo da família Brito.

sempre que trocava de carro praticamente dava o antigo aos filhos, recusando ou se esquecendo de promessas de pagamento, assumia despesas regulares dos netos de bom grado, além de ter dividido seus bens em mais de um divórcio[175]. O morigerado Arantes com certeza não alcançou o mesmo padrão de vida do amigo Joselito e não se permitiu alguns luxos, mas também assumiu inúmeras despesas de filhos e netas e pôde lhes deixar um patrimônio imobiliário simples, mas sólido – e nunca viveu a experiência do divórcio.

Se o afastamento entre eles se verificou sem prejuízo da amizade e do respeito profissional, o distanciamento da Boa Viagem que os filhos de Joselito notaram na trajetória do pai é diametralmente oposto às memórias dos filhos e netos de Arantes, que não perdia a chance de ir à cidade baixa para visitar os amigos, tomar sorvetes, pedir bençãos no Bonfim, votar e por aí vai. Laurinha mesmo considera que entre "os amigos de rocha" do pai, "todos são da Boa Viagem"[176]. Na substancial parcela de fotos do acervo de Arantes que foi acessada por esta pesquisa nenhum registro dele e Joselito juntos foi encontrado. Em poder da família de Joselito há uma única foto, da ocasião em que uma de suas filhas recebeu um sacramento – seus filhos estudaram no Antônio Vieira e as filhas nas Sacramentinas, dois colégios católicos frequentadas por muita gente da elite local e onde a foto a seguir pode ter sido tirada. Mas ao lado de outro compadre, Arantes tirou muitas fotos.

FIGURA 87
Nela aparecem Arantes, na ponta esquerda, Joselito (segundo homem à direita), Dona Amália (de preto) e os filhos desses dois compadres

Fonte: acervo da família Brito.

[175] Entrevista com Tiana e Roberto Britto, 20 ago. 2021.

[176] Entrevista com Laurinha Arantes, 18 dez. 2022.

Outro grande amigo de Arantes foi seu primo pelo lado materno, Aderino. A mãe dele, Dona Corina, era irmã de Dona Laura e morreu igualmente cedo. Aderino era irmão mais novo de Elisa e Maria, as primas com quem Arantes morou por algum tempo na vila depois de perder a mãe. Mas Aderino demorou mais que as irmãs para migrar de Valença para Salvador, um caminho que várias pessoas de sua família percorreram. Mesmo ainda residindo em Valença, ele recebeu e guardou a fotografia que recebeu do enlace de Arantes e Morena em 1953, dedicada a ele e à Mocinha, com quem já era casado. Na foto, assim como no manuscrito, e em todas as ocasiões em que falava com o primo ou sobre ele, Arantes escreveu "Aderino", no entanto, o filho de Dona Corina foi registrado como Adelino Vasconcelos Santana, em fevereiro de 1923, sendo rebatizado adiante, informalmente, mas de maneira quase definitiva por Arantes, que dizia que "Aderino" soava melhor e ainda jovem passou a tratá-lo assim, no que foi acompanhado até pelas filhas do primo. Nas fotos que uma delas emprestou a esta pesquisa, ele sempre foi identificado no verso com o "r" no lugar do "l" de seu nome de berço e era chamado assim até o fim da vida por sua esposa. Mais que uma ironia para quem aprendeu a se afirmar pelo sobrenome, esse é um sinal expressivo da amizade que Arantes e Aderino cultivaram e da influência que um exerceu sobre o outro.

FIGURA 88
Arantes, Mocinha e Aderino (2003)

Fonte: acervo de Naide Santana Santos.

Em 1955 Aderino começou a trabalhar como servente na Companhia Valença Industrial, a mesma empresa onde certamente Dona Laura também trabalhou. Oito anos depois, ele passou a desenvolver as funções de engomador, que exerceu até 1969, quando decidiu migrar para Salvador com esposa e filhas, que eram três. Na capital, suas filhas teriam mais possibilidades de emprego e, para isso, Arantes foi acionado. Primeiro ele recebeu Naide, que morou por algum tempo com Arantes e Morena em Amaralina, o suficiente para perceber que Arantes era caseiro, que Morena não gostava muito de sair – imbuída que estava de todos os afazeres domésticos – e que ele era mesmo dado a colocar apelido nos outros, pois a chamava de *Nádia* sem qualquer razão aparente, mas esse não pegou. Ela viu Arantes ajudar muitas pessoas do

seu círculo pessoal: "eu acho que ele ajudou muita gente, ajudou meu pai, quer dizer, ajudou a mim, porque se ajudou meu pai, indiretamente me ajudou, e muito. Se não fosse ele, eu não teria vindo aqui *pra* Salvador, não teria estudado [...] mas ele não era muito de falar o que fazia pelos outros"[177].

Em 1970, depois de uma ida a Valença, onde sempre se hospedava na casa do primo, Arantes lhe escreveu uma carta que revela algumas das providências que ele estava tomando para trazer Aderino para a capital, além de outras pequenas ajudas, preocupações e sensibilidades. "Aderino, o seu problema já entrei em ação aqui, falando com alguns amigos, porém, ainda não tenho nada em vista e tão logo apareça telefonarei para casa do sr. Nildo"[178]. Àquela altura, já residindo em Amaralina, Arantes tinha telefone em casa, Aderino não, e em caso de terem de conversar algo urgente, Arantes esclareceu que ligaria para a casa de um vizinho ou parente. Solidário, ele fez encomendas de costura à filha de Aderino, antecipando um módico pagamento: "pegue 10,00 para você entregar a Nádia; diga que é por conta do conjunto que ela vai fazer. Não precisa ela fazer o nosso agora, pois não temos pressa, e assim ela poderá com esse dinheirinho comprar material para fazer de outras pessoas".

A carta foi manuscrita em papel timbrado da Otto Schaeppi, mas algum tempo depois ele conseguiu uma vaga de engomador para Aderino na Boa Viagem, de cuja vila Arantes tinha saído havia pouquíssimo tempo – como já é notório, com bons relacionamentos, a ponto de conseguir indicar um amigo para uma vaga de trabalho numa empresa claudicante. A situação da fábrica era ruim e depois de outra experiência profissional Aderino se empregou como vigia na Concic, com esforços não declarados de Arantes, mas reconhecidos por ele e suas filhas. Ele trabalhou ali de 1976 até 1991, onde permaneceu empregado mesmo depois de se aposentar, como informam suas carteiras de trabalho e as memórias de sua filha Naide – ou *Nádia*, como Arantes preferia[179].

Em 1984 Aderino e Mocinha passaram a residir na Mussurunga, um bairro suburbano de Salvador e bastante recente. Eles moravam numa casa, com jardim e quintal, o sonho da vida de Morena, que ela realizou muito brevemente enquanto a família residiu na Ilha do Governador, no Rio. A ocupação de Mussurunga teve início no fim dos anos 1970 e não aconteceu de forma espontânea, mas depois que o governo do estado desapropriou terrenos para transformá-los em um bairro popular. Era possível encontrar ali uma boa estrutura urbana: as suas ruas eram asfaltadas, as casas estavam ligadas à rede de esgoto

---

177 Entrevista com Naide Santana Santos, 19 out. 2021.

178 *Carta de Arantes para Aderino*, 28 ago. 1970. Acervo de Naide Santana Santos.

179 *Carteiras de trabalho de Aderino*, não datado. Acervo de Naide Santana Santos.

e a iluminação pública não era um problema. Seus moradores se queixavam apenas da falta de *orelhões* espalhados pelo bairro e da baixa circulação de ônibus por ali, informações que revelam o alcance do consumo daquelas famílias, que não tinham carro nem telefone em casa[180]. Mussurunga era um bairro bem distante da Boa Viagem, onde Arantes e Morena cresceram, e mais próximo de Amaralina, onde eles viviam, mas não necessariamente perto, e ainda conservava resquícios de sua vegetação natural. Não era um bairro litorâneo e garantia sossego a seus moradores e visitantes. Morena e Arantes estavam sempre por ali e se sentiam em casa.

FIGURA 89
Mocinha, Arantes e Morena em Mussurunga (1986)

Fonte: acervo de Naide Santana Santos.

Além das datas festivas do calendário familiar, Arantes aproveitava o clima interiorano de Mussurunga, ainda pouco ocupada nos anos 1980, e passava dias seguidos na casa de Aderino: "sempre Arantes *tava* presente. Arantes, Morena e as netas [...] sempre a gente *tava* junto", se lembra Naide, ajudada pelas fotos que guarda consigo, muitas tiradas nos meses de junho, como a família

[180] SALVADOR. Coordenação de Desenvolvimento Social. *Informações sistematizadas*: bairros de baixa renda. Salvador: Coordenação de Desenvolvimento Social, 1983. v. 2. Acervo da Fundação Mário Leal Ferreira.

cuidadosamente tratou de registrar no verso delas, uma informação que poderia até ser dispensada pela existência de outros símbolos juninos, presentes nas mesas em que eles se serviam, como canjicas, consumidas com canela, e licores de produção caseira, quiçá vindos do Recôncavo, onde todos ali tinham raízes, e que enchiam a boca de Arantes, que tinha uma queda por doces e, distraído, até deixou-se fotografar com a boca cheia.

FIGURA 90
Da esquerda para direita: Arantes (de boca cheia), Morena, Mocinha, Naide, Naíra e Nídia, filhas de Mocinha e Aderino (1998)

Fonte: acervo de Naide Santana Santos.

Assim como acontecia com Joselito, que ocupava uma direção na Concic, Arantes era colega de trabalho de Aderino, mas tudo indica que ele via o primo com mais regularidade fora do trabalho. O espaço que Arantes dedicou a este primo no manuscrito confirma que a relação entre eles foi progressiva e crescente. Num dos poucos adendos que ele fez em seu texto original, escrevendo no verso de uma das páginas, ele emendou: "Arantes não poderia esquecer de falar de duas pessoas que foram muito importantes na sua vida. *Tratam-se* de sua cunhada Valdete e seu primo Aderino, por ele considerado como seu irmão". Valdete é a irmã de Morena mencionada páginas atrás, a quem Arantes qualificou como uma "guerreira", que era casada com outro de seus amigos de rocha, Fainho, e que àquela altura já havia falecido.

Sobre Aderino, ele repetiu o elogio: "quanto a Aderino, Arantes o tem como um irmão", para em seguida confessar, "apesar *deles* terem sido criados longe

um do outro e terem se aproximados já adultos", e de "nunca terem convivido próximos, sempre houve uma amizade muito forte entre ambos". Em relação ao amigo de infância Joselito, essa com certeza foi uma amizade cujos laços se ataram mais tarde, na vida adulta de Arantes e Aderino, e nem por isso ela parece menos consistente.

FIGURA 91
Arantes, Aderino e Diego (2004)

Fonte: acervo de Naide Santana Santos.

Arantes listou no manuscrito algumas das qualidades do primo que ele compartilhava e admirava: "Aderino se casou em Valença, e construiu um[a] excelente família, composta da esposa Mocinha e três filhas maravilhosas de nomes Naira (já falecida), Naide e Nidia e mais dois netos filhos de Nidia". Arantes registrou também o seu orgulho por ter assistido a uma celebração que valorizava e que não teve a felicidade de viver: "Arantes ficou muito feliz, em ter presenciado das cerimônias das bodas de ouro deste casal (Aderino e Mocinha) acontecida em 24 de janeiro de 2003". Se àquela altura não fosse viúvo, nesse mesmo ano, e exatos nove meses depois, ele teria celebrado as suas bodas de ouro com Morena, com quem se casou em 24 de outubro de 1953.

Nos dias em que parece ter escrito a sua autobiografia – os primeiros meses de 2006 –, Arantes marcava presença na casa de Aderino, que assim como ele, aniversariava em fevereiro: Aderino no terceiro dia do mês, Arantes no dia 12.

FIGURA 92
Marcos, alguém não identificado, Arantes, Aderino e Diego, em um aniversário de Aderino (2006)

Fonte: acervo de Naide Santana Santos.

Entre as filhas de Aderino e Mocinha, além de seu gosto por doces – como o pavê que aparece na próxima imagem – Arantes deixou gravada a sua qualidade de bom conselheiro: "*pra* pedir um conselho, não tinha uma pessoa melhor", informa Naide, reconhecendo que ele era um sujeito alegre e sociável, mas discreto e pouco dado a contar histórias de si, como aquelas que levou ao papel ou outras que não quis contar. Naide, por exemplo, apesar de uma convivência longa e próxima com Arantes, não é capaz de arriscar qualquer palpite sobre suas posições político-partidárias, porque quando foi questionada, respondeu taxativa e humorada: "eu só sei dizer que o time do coração dele era o Vitória". Por outro lado, Aderino era de esquerda segundo a filha: "eu sou de esquerda também, mas naquela época a gente não conversava, não [...] a gente nunca conversou de política, não. Eu não lembro", é o que informa ela, repetindo o que disseram tantas outras pessoas que conheceram Arantes, e que também ouviram os seus conselhos, acatando-os ou não[181].

[181] Entrevista com Naide Santana Santos, 19 out. 2021.

FIGURA 93
Naide, Arantes e Nídia em volta da mesa da casa de Aderino e Mocinha (2000)

Fonte: acervo de Naide Santana Santos.

De acordo com Laurinha, seu pai tinha alguns grandes amigos no fim da vida, Joselito entre eles. Mas para ela os dois maiores amigos de Arantes eram Aderino e Fainho – sobre este último, essa pesquisa conheceu muito pouco – e Laurinha acha que nem Joselito nem Aderino leram o manuscrito do pai, que circulou apenas entre seus familiares mais próximos[182]. A proximidade diferenciada que se nota na trajetória de Arantes com estes dois amigos – amigos de rocha mesmo – é sintomática: se por um lado a geografia inicialmente aproximou Arantes e Joselito, quando Aderino ainda morava longe, em Valença, por outro, quando os três estavam juntos na Concic, Arantes parece ter se aproximado muito mais de Aderino – que, repito, entrou e saiu dali como vigia, mas também tinha raízes plantadas na vila operária da Boa Viagem, por suas duas irmãs, com quem Arantes viveu.

E entre eles não havia apenas distinções de cargo e renda, claro. A separação de Joselito também pode tê-lo afastado do amigo, embora a mudança para a cidade alta tenha sido notada até por seus filhos, além das outras diferenças sociais e econômicas citadas por José Olympio. O casamento estável de Aderino garantia afinidades compartilhadas com o primo e amigo, e não custa antecipar o que será mais explorado nas próximas páginas do livro: depois que

[182] Entrevista com Laurinha Arantes, 18 dez. 2022.

Arantes se aposentou definitivamente, em 1995, seu poder aquisitivo foi reduzido, decerto afetando ainda mais a posição que ele alcançara na classe média soteropolitana, o que demonstra a instabilidade de sua ascensão e explica também em termos materiais a sua proximidade crescente com alguém que nunca obteve rendimentos equiparáveis aos dele. Mesmo que Arantes tenha conquistado uma destacada mobilidade social, é possível que ele nunca tenha deixado de se ver como trabalhador e de se identificar como tal – motivado, inclusive, por questões de ordem material ou cultural que mobilizam reflexões de Mike Savage, podendo ora dividir, ora integrar a classe trabalhadora.

Os trabalhadores do Polo Petroquímico de Salvador despertavam atenção de diversos estudiosos das relações de classe na Bahia quando Joselito, Arantes e Aderino ocupavam diferentes postos de trabalho na Concic. Analisando os petroquímicos, trabalhadores com perfil técnico e salários bastante recompensadores, Antônio S. Guimarães e Nadya Castro notaram: "o trabalhador percebe cedo que ocupa uma posição subordinada e que a classe média real é formada por engenheiros e não por eles. Mas isso é apenas um aspecto da vivência operária". Para os técnicos do polo, bem remunerados, mas sem o prestígio social que esperavam, e sobretudo sem o controle de seu tempo – uma vez que trabalhavam em turnos –, o poder de consumo que eles adquiriam não era o suficiente para fazê-los acreditar numa posição confortável fora da classe trabalhadora, o que, apesar ou justamente por causa do incômodo gerado por tal percepção, favoreceu aproximações cotidianas entre eles. Por exemplo, a filiação a sindicatos ou seu fechamento em círculos de convívio restritos a colegas de trabalho. Guimarães e Castro demonstram que a ampliação do poder de consumo não é suficiente para eliminar a identificação de classe dos trabalhadores: técnicos com altos salários não deixam de se ver como peões, porque não deixam de notar diferenças marcantes entre eles e os engenheiros que ocupam as chefias. E isso acontece por motivos diversos: pelas possibilidades de controle do tempo livre, por posições de mando dentro das fábricas, por critérios sociais, culturais e econômicos fora dela, e, igualmente influentes, pelas hierarquias de cor que marcam os mundos do trabalho soteropolitano[183].

É evidente que bons salários permitem que trabalhadores alcancem padrões de consumo reservados às classes médias – e a mudança do local de moradia é uma das que primeiro podem ser notadas –, mas marcadores sociais associados à renda, escolaridade, *status* social, origens familiares, cor da pele, funcionam como limites que com frequência são ressignificados pelos trabalhadores e transformados em valores, às vezes sem criar frustrações ou

[183] GUIMARÃES; CASTRO, 1990. Usada no parágrafo seguinte.

incômodos. A distância que se estabeleceu entre Arantes e Joselito pode ser justificada por critérios diversos, assim como a aproximação de Arantes com Aderino, mas é inegável que Arantes estabeleceu com ambos relações sólidas de amizade e de classe, embora em bases instáveis.

Ele, por exemplo, atribuiu agradecidamente a Joselito a abertura de diversas portas na sua vida, mas nunca reivindicou qualquer mérito por ter aberto portas para Aderino, de quem talvez não cobrasse qualquer agradecimento, apenas sua amizade mesmo. Na carta que mandou para o primo, ao tratar da colocação que estava buscando para ele "com amigos", Arantes citou "aquele assunto", com discrição e cuidado. Por outro lado, ele sempre se insinuou satisfeito com os cargos que tinha, sugerindo que não chegou a procurar novos empregos nos momentos em que trocou de empresa: de acordo com seu manuscrito, as oportunidades é que batiam à sua porta. E com isso ele sempre se situou em uma rede que incluía amigos, compadres e antigos chefes, que além de Joselito, também lhe ofereciam bons empregos. No entanto, seus chefes não se tornaram seus compadres; amigos, com certeza sim, como é o caso de José Olympio, mas não foram muitos.

No começo dos anos 2000, Angela Figueiredo acusou a falta de pesquisas sobre a influência das redes pessoais ou profissionais entre membros da classe média e suas relações com a conquista da mobilidade social e a sua posterior preservação. Sua pesquisa sobre a classe média negra soteropolitana confirmou o que ela apurava na bibliografia que a precedeu: o apadrinhamento assimétrico de pessoas negras por pessoas brancas, com alguma influência social, facilitava o acesso a oportunidades por parte das primeiras[184]. Mas a forma como os sujeitos mobilizam essas redes e respondem aos compromissos que elas demandam ainda inspiram muitas perguntas.

Recentemente, pesquisadoras que analisaram o peso dessas redes pessoais mostram que a mobilidade ascendente em postos de trabalho oscila sob menor influência das variações de oferta de emprego e dos atributos individuais demandados do que pela natureza das redes em que os indivíduos se inserem, o que torna mandatório conhecer não apenas a composição dessas redes, mas principalmente sua articulação com as trajetórias de vida dos trabalhadores[185]. Ou seja, é notório que os contatos importam, mas apurar como e o quanto eles importam, ainda é um desafio que não dispensa a consideração sobre os atributos individuais e a capacidade de agência dos indivíduos. Algumas das

---

[184] FIGUEIREDO, 2012.

[185] GUIMARÃES, N. A. *et al*. Trajetórias, atributos e relações: representações sobre redes e obtenção de trabalho. *Redes*: Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales, [*s. l.*], v. 22, p. 106-146, 2012.

percepções dessas pesquisadoras trazem luz às conexões entre Arantes, Aderino e Joselito: elas identificaram o termo "ajuda" como nativo e Arantes, indiretamente, recorreu a ele ao citar as propostas de Joselito. E mais que ajudas ele recebeu propostas favorecido pelo simples acaso, quando estava em uma agência bancária e cogitava deixar a Concic. Mesmo se descrevendo como passivo na hora de trocar de empregos ou de negociar sua permanência em um – o que valoriza o seu "passe", como jogador que era –, Arantes descreveu a consistência de uma rede definida não apenas por contatos pessoais e profissionais, mas assentada na sua própria capacidade de se dedicar ao serviço e de ser reconhecido por isso. De outro modo, não receberia convites de ex-chefes, que inclusive se dispunham a cobrir os bons salários que ele recebia.

Algumas redes estabelecidas entre sujeitos de um mesmo círculo também não são capazes de alçá-los para fora delas, porque como as autoras demonstram, sujeitos de uma mesma rede podem competir entre si ou padecer com a falta de ajuda externa. Relações sólidas e antigas, iniciadas em fases escolares, entre familiares ou vizinhos, por exemplo, podem não se converter em ativos que financiem a mobilidade através da obtenção de melhores postos de trabalho. E quando Arantes e Joselito, por serem amigos, apadrinharam e crismaram seus filhos, eles eram apenas vizinhos com afinidades em comum (ambos órfãos de pai, interessados em estudar ou trabalhar, católicos, vaidosos com a própria imagem etc.); adiante, porém, as conquistas que Joselito alcançou através do trabalho e do estudo permitiram que Arantes também se beneficiasse de indicações para bons empregos e pudesse honrá-las com o próprio esforço. Como demonstram as autoras, o acesso a bons empregos está condicionado a uma conjugação de fatores, entre eles, os atributos individuais e as redes estabelecidas pelos sujeitos. E mais, prosseguem elas:

> o modo pelo qual esses circuitos de relações são construídos e acionados está ancorado nas representações construídas pelos indivíduos com respeito ao que foi vivido em suas trajetórias, por um lado, e ao que esperam para si no futuro imediato, por outro. Tais representações lhes dão as boas razões para que teçam (ou não) certas relações e para que as acionem (ou não) em benefício da obtenção de trabalho[186].

Numa sociedade costumeiramente classificada como "do trabalho", esses vínculos orientam as relações que as pessoas estabelecem. Arantes não dispôs de padrinhos brancos e influentes escolhidos horizontalmente por seus pais

[186] GUIMARÃES *et al.*, 2012, p. 142.

como em momentos diferentes Thales de Azevedo e Angela Figueiredo notaram na classe trabalhadora e nas classes médias negras ou não – Arantes sequer contou quem eram seus padrinhos e seus descendentes também não sabem dizer. Sua principal ferramenta para abrir portas foi a dedicação ao trabalho, uma vez que não conseguiu se dedicar aos estudos como sugeriu que gostaria em seu manuscrito. Sem padrinhos na elite branca de Salvador, Arantes apostou na tessitura de boas relações e amizades, onde oferecia e recebia dividendos diversos – oportunidades de emprego, conselhos, ombros para chorar pequenas ou grandes tristezas, horas de divertimento etc.

Conhecendo um pouco da relação de Arantes com Joselito e Aderino, é possível ver – assim como em outras páginas deste livro – o alcance e os limites de sua mobilidade social e o quanto ela deriva de sua agência e redes. Joselito faleceu em 2020 e Aderino em 2021, por muito, muito pouco essa pesquisa não conseguiu conhecer melhor esses dois amigos de Arantes e registrar seus pontos de vista sobre diversos assuntos tratados aqui. O patrimônio imaterial que os três construíram com certeza é imenso e só pode ser devidamente aquilatado pelos seus descendentes, mas, diante do que foi possível apurar de suas aproximações e diferenças, não deixa de ser curioso que Aderino e Arantes tenham conservado uma parcela significativa do patrimônio material que construíram, legando-os inteiramente a seus filhos e netos – Aderino, uma casa própria, Arantes, dois apartamentos –, enquanto Joselito distribuiu os seus em vida e sob critérios diferentes. Menos providos nos mundos do trabalho, ambos pouparam mais que o tão bem-sucedido Joselito – e, como se viu, também por isso viveram mais próximos no fim da vida.

* * *

Apesar dos muitos saltos que deu na carreira, nenhum deles foi definitivo para garantir a Arantes uma posição na classe média soteropolitana. E enquanto esteve na Concic, com certeza o ápice de sua trajetória profissional, ele não deixou de posar orgulhosamente para fotografias que, depois de reveladas, registraram também o orgulho de netas, que anotaram isso com caligrafia infantil e chamando-o, como sempre o fizeram, de painho.

FIGURA 94 | Arantes no trabalho

Fonte: acervo da família Arantes.

Contudo, no dia em que sentiu que estava perdendo o prestígio do qual se achava merecedor, ele preferiu se aposentar. Liana não ouvia o pai reclamar do trabalho em casa e a sobrinha Dite se lembra de uma única ocasião em que isso aconteceu[187]. Ela não sabe precisar quando, mas sabe que uma pessoa mais nova e com mais estudo havia sido contratada pela Concic e que isso estava incomodando bastante o tio:

> ele, inclusive, disse isso em casa, porque, *pra* você ver, um homem que quase não falava, não narrava as coisas, não tinha narrativa dentro de casa, não tinha narrativa afetiva, não tinha nem muito de trabalho, chegou dizendo isso, que iam trocar ele de cargo e que iam botar uma pessoa jovem, que era formada, mas que não tinha a experiência dele.

Ela escutou muitos protestos de Arantes, que àquela altura e naquelas circunstâncias se recusava a ser subordinado a alguém que considerava menos capaz, mais jovem e ainda por cima uma mulher:

---

[187] Entrevista com Edite Vasconcelos, 23 jun. 2021; Entrevista com Liana Arantes, 30 jun. 2021.

Arantes: – Como eu, com essa experiência toda, vou ser subordinado a essa pessoa? Eu vou ensinar a ela tudo que eu puder e vou dizer que não vou aceitar mais o cargo.

E quando o treinamento havia começado, sua indignação aumentou, conforme Dite reconta:

Arantes: – Eu *tô* ensinando a essa pessoa que *tão* dizendo que sabe mais do que eu, que estudou! Mas eu que estou ensinando! Mas eu não vou ficar de subordinado!

"Eu ouvi isso!", enfatiza Edite, para demonstrar quão episódica, embora extrema, era uma queixa como aquela vinda do tio: "ele não achava justo, *pra* ele isso era um desrespeito".

José Olympio que, mesmo depois de deixar a Concic, não deixava de encontrá-lo para um acarajé no Largo de Amaralina, não chegou a escutar essa queixa, mas acha que o amigo havia mesmo atingido um teto na construtora: "eu acho que sim, é difícil passar dali, mas até ali ele era inigualável"[188]. José Rial, que conhecia mais a Concic do que os incômodos privados de Arantes, acredita que a partir do começo dos anos 1980 o "sarrafo subiu" e se lembra da contratação de uma funcionária que chegou para consolidar definitivamente o setor de recursos humanos: "eu acho que isso pode ter empurrado ele *pra* fora. Quer dizer, a perda de um prestígio, não *tá* nem no salário, mas no prestígio"[189]. E, cioso de si como era, isso contava muito para Arantes, que pediu para deixar o emprego, decidido mesmo a se aposentar.

Em meados de 1986, ele experimentou um pouco da vida de aposentado: "em maio de 1986", escreveu, ele "decidiu se demitir da Concic por considerar que estava na hora de deixar o trabalho", portanto, sem mencionar um desconforto que poderia ilustrar seu rebaixamento no emprego. E como ele deixou a construtora justamente quando seu salário havia sido aumentado de Cr$ 8.539,00 para Cr$ 9.359,00, um acréscimo que não correspondia à correção monetária, mas a um reajuste, como está registrado em carteira, não foi por desprestígio financeiro que ele decidiu se aposentar, tampouco por qualquer cansaço definitivo.

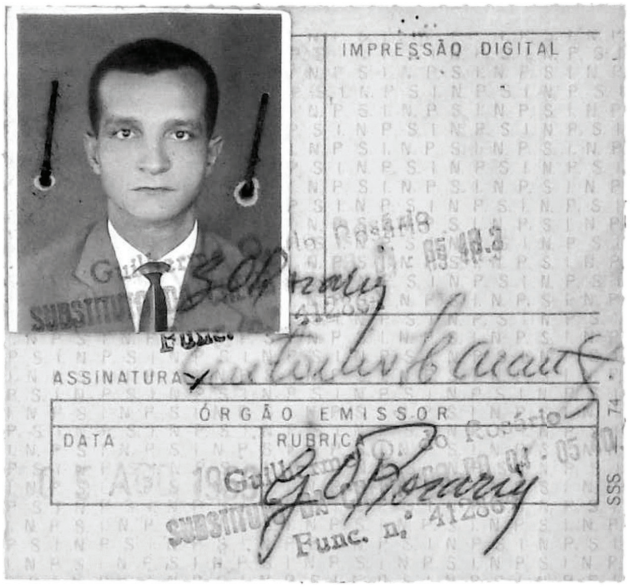
---

[188] Entrevista com José Olympio Netto, 7 out. 2021.

[189] Entrevista com José Rial, 27 e 28 jul. 2021.

Já em casa e com tempo livre – uma vez que ali ele continuaria sem muitas ocupações –, ele contou que aproveitou e "fez mais viagens com Morena, retornando no início da Copa do Mundo de 1986", a única menção que ele fez em todo o manuscrito ao esporte que tanta atenção lhe tomava: "Arantes se recorda com pesar o dia que o Brasil foi eliminado da Copa pela Itália" – como o Vitória, seu time do coração, acumulava diversas outras eliminações decisivas e nem tantos tentos assim, é compreensível que ele tenha preferido lamentar só as dores de sua camisa verde-amarela, de outro modo, seriam muitos lamentos no manuscrito. Segundo suas netas, já grandinhas àquela altura, o avô enfeitava a casa toda em tempos de Copa: trocava televisão, sofá, pendurava bandeirolas nas cores do Brasil pelo apartamento. Mas ele não teve tempo de esquentar o sofá na sua nova condição de aposentado, fosse ele velho, ou recém-adquirido. A caçula Liana ainda não concluíra a faculdade e a aposentadoria do pai não bastava para manter o padrão de vida a que a família se acostumara. Definitivamente, Arantes não podia levar a vida em flauta e por isso ele disse *sim* a uma nova proposta de trabalho que bateu à sua porta, afinal, longe de qualquer calmaria, trabalhar ainda era preciso.

FIGURA 95
Carteira de Arantes do Instituto Nacional de Previdência Social



Fonte: acervo da família Arantes.

PARTE IV

TRABALHAR AINDA ERA PRECISO (1986-1995)

Introdução

A última etapa da carreira de Arantes se desenvolveu em duas cidades diferentes do interior da Bahia e em um ramo completamente novo para ele: a administração de fazendas. Observar essa última fase de sua vida é crucial para conhecer como essa nova e derradeira experiência profissional se relaciona com outros momentos de sua trajetória, especialmente porque sua transferência para o interior está conectada às mudanças nos mundos do trabalho da capital, onde Arantes enfrentava a concorrência de colegas jovens e mais escolarizados. No interior do estado ele trabalhou com muitos jovens, com menos formação e em sua maioria no primeiro emprego, com raras e expressivas exceções.

Ao contrário do breve período em que trabalhou na primeira fazenda, em Ituberá, a vida de Arantes deixou muitos rastros na cidade de Nova Soure, onde ele se empregou numa fazenda especializada na produção de sucos e polpas de frutas, a Cajuba. Ele esteve ali por quase uma década e contou algumas passagens em seu manuscrito, mas muitas outras brotam de mais de uma fonte, com perspectivas variadas: fotos, cartas e documentos particulares, além de dezenas de entrevistas com pessoas que conviveram com ele, dentro e fora do serviço, e que conheceram Morena também. Por imperativo da pandemia de covid-19, a maior parte delas ocorreu por telefone ou videochamada, mas

uma viagem a Nova Soure abasteceu a pesquisa com amplas perspectivas e impressões, a partir do contato com amigos, colegas e subordinados de Arantes, pessoas que ele contratou, treinou, promoveu ou demitiu, como uma funcionária dispensada por ele e um jovem contínuo que não perdeu sumariamente o emprego por muito, muito pouco. Gente de toda a fazenda foi ouvida: seguranças e motoristas, funcionárias da enfermaria, assistentes sociais, a esposa de um ex-gerente, vizinha de Arantes e Morena, outros gerentes e encarregados, mais ou menos próximos de Arantes. E se uns colecionam elogios, outros intercalam boas lembranças com pequenas queixas – dois desafetos abusam dos palavrões para descrever Arantes. Hoje a antiga fazenda Cajuba é propriedade da Sono Internacional e nenhum dos entrevistados tem vínculos com a empresa – mas seus relatos, definitivamente, são influenciados pelas relações profissionais que eles um dia tiveram ali. Também foi possível entrevistar o gerente da primeira agência bancária da cidade e três ex-prefeitos, cujos depoimentos confirmam o quanto a política local estava próxima do cotidiano da Cajuba. Também foi possível conhecer o dono da única banca de jornais que havia ali, de quem Arantes era um cliente especial, sempre à procura de jornais e cigarros – estes em bem maior número do que aqueles.

Arantes é o protagonista das histórias contadas a seguir e muitos outros sujeitos aparecem a seu lado. Ele não citou nenhum deles no seu manuscrito, não batizou sequer uma criança na cidade e não tinha o número de telefone de quase ninguém dali na sua última agenda – com raríssimas exceções. Porém, ao falarem de seu convívio com o gerente e de seus vínculos em Nova Soure e com Cajuba, essas pessoas falaram também de si, de suas experiências e orgulhos, de suas expectativas e frustrações, de suas antipatias e simpatias, enfim, de seus próprios caminhos, o que oferece outras perspectivas para entender a inserção de Arantes nos mundos do trabalho e das culturas da classe trabalhadora. Em acréscimo ao que foi demonstrado na Parte I do livro, que se abasteceu sobretudo em fontes escritas e sem marcas da posteridade, senão de outras, as próximas páginas, pautadas mormente em entrevistas, mostram como a relação de trabalhadores de uma mesma geração com o seu passado pode variar: enquanto uns declaram respeito por Arantes, outros gritam indignações; muitos entendem que entre eles havia hierarquias normais de qualquer ambiente de trabalho, outros se queixam disso; e todos mostram como quiseram ou puderam lidar com elas.

E as marcas da posteridade que brotam dessas entrevistas, em vez de confrontar os argumentos até aqui defendidos, ampliam os sentidos dos silêncios de Arantes, porque acendem temas e assuntos que ele evitou, alargando as margens de conhecimento sobre sua presença nos mundos do trabalho. Outra

percepção que as entrevistas projetam é a de que disputas ou afinidades entre Arantes e seus subordinados, pequenas ou grandes, breves ou longas, não são tão diferentes daquelas que alguns deles cultivavam entre si, mesmo trabalhando em condições mais próximas. A variedade das relações descritas a seguir mostra como a fluidez das identificações e rejeições de classe se embaralham no cotidiano dos trabalhadores. Por isso, conhecer os sujeitos apresentados a seguir e os diversos termos de suas interações ajuda a entender as diferenças e reciprocidades da classe trabalhadora e os critérios que as influenciam: habilidades técnicas e experiências profissionais, cargos e funções exercidos ao longo da vida, idade, cor da pele e gênero, as formas como aproveitavam o tempo livre e, no caso de uma cidade pequena do interior, o local onde cada um deles nasceu e onde viveriam depois de deixar aquele emprego. Como se verá amplamente, as perspectivas sobre Arantes divergem e isso se deve à relação que os entrevistados tiveram com o gerente e à que têm com as suas próprias histórias também.

Como alerta Alessandro Portelli, a cultura é "um mosaico no qual cada peça se encaixa com as outras, mas é diferente de todas elas. Uma das coisas que as ciências sociais geralmente se esquecem é que a cultura é formada por indivíduos diferentes uns dos outros", e segundo ele, "é isso o que a história oral nos lembra"[1]. As próximas páginas, plenas de oralidade, mostram como as culturas de classe em que Arantes estava inserido abrigam fortes laços de identificação e, ao mesmo tempo, profundas diferenças.

O administrador no interior da Bahia

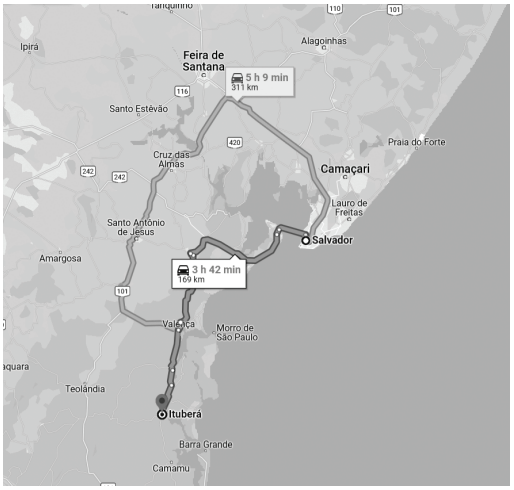
Como de praxe, oportunidades de trabalho batiam à porta de Arantes, já que dela para dentro ele não trabalhava mesmo: com o fim da Copa do Mundo de 1986, sem que ele tenha celebrado o título do Brasil, Arantes contou que "recebeu uma proposta de trabalho de um ex-presidente da Concic o convidando para organizar a área administrativa da sua fazenda de cacau, localizada em Ituberá, cidade próxima de Valença", por coincidência, a região onde ele e Morena tinham raízes. Apesar de o casal estar acostumado a mudanças de cidade justificadas pelo trabalho do marido, que já havia morado em Brasília e no Rio de Janeiro a serviço da Otto Schaeppi e da Concic, essa era uma situação nova para todos. No interior da Bahia, filhos e netas não os acompanharam:

---

[1] PORTELLI, A. O melhor limpa-latas da cidade: a vida e os tempos de Valtèro Peppoloni, trabalhador. *In*: PORTELLI, A. *Ensaios de história oral*. Tradução de Fernado L. Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 159-183, p. 174.

os primeiros já estavam crescidos e as pequenas, cuja educação era valorizada pelos avós zelosos, não deveriam interromper os estudos em bons colégios particulares de Salvador, uma formação custeada pela renda do avô. Em termos profissionais, administrar uma fazenda de cacau também não era o mesmo que chefiar o setor de pessoal de construtoras, mas Arantes não recusou o desafio. Como queria, e precisava, continuar trabalhando, ele aceitou o convite: "logo ele e Morena foram morar nesta fazenda".

FIGURA 96
Traçado atual de duas rotas entre Salvador e Ituberá



Fonte: Google Maps (2023).

A experiência em Ituberá, contudo, durou menos de um ano, porque a morte do proprietário da fazenda encerrou a passagem deles por ali. Seu manuscrito trata pouco desse breve período, que também não aparece nas fotos da família. Nem mesmo as carteiras de trabalho de Arantes guardam pistas sobre sua temporada em Ituberá, onde ele trabalhou sem registro profissional pela primeira e única vez em toda a vida, o que podia ser indiferente ou até valioso para quem estava aposentado, já que lhe sobrariam os cobres recolhidos pelo fisco. Umas das poucas certezas conhecidas sobre a passagem do casal por Ituberá é que Morena teve tempo de solidificar uma amizade ali, se tornando amiga de Antônia, esposa de um trabalhador da fazenda, com quem ela manteria contato por cartas nos anos seguintes – raríssima ocasião em que a firma de Morena aparece nas fontes que abastecem essa pesquisa e apresentada mais adiante.

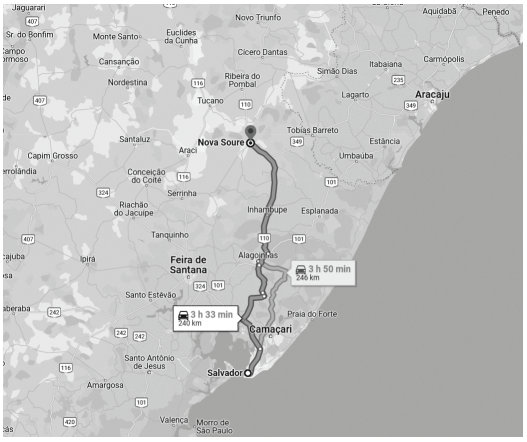
De volta a Salvador, uma vez mais, Arantes mal teve tempo de aproveitar o remanso de seu sofá. "Com menos de um mês", diz ele, "recebeu mais uma proposta de trabalho": "desta vez para trabalhar numa empresa do grupo do Banco Econômico [...] situada na cidade de Nova Soure", também no interior da Bahia. Não está claro se ele estava à procura de um novo trabalho ou se apenas aceitou uma proposta irrecusável, mas, agradecido como sempre, ele revelou quem lhe ofereceu a nova oportunidade: "este convite partiu mais uma vez do seu compadre e amigo Joselito". Novamente Arantes se beneficiou de uma sólida rede para se colocar em boas e ainda necessárias posições nos mundos do trabalho.

Ainda que já não se frequentassem como antes nas horas de folga, talvez ele nem precisasse telefonar ou ir ao encontro de Joselito para assuntar sobre alguma vaga de emprego, porque àquela altura Joselito ocupava uma diretoria no Banco Econômico, próximo de antigos colegas da Concic e, ao saber da morte de um ex-diretor, ele mesmo pode ter cogitado que seu amigo aceitaria a colocação.

Como as duas carteiras de trabalho de Arantes não tinham mais espaços para anotações, ele precisou de uma nova e em 1º de outubro de 1987 sua terceira carteira de trabalho foi inaugurada com o registro de emprego na Cajuba, onde ele trabalhou por quase uma década – ainda que, se dependesse de Morena, o marido não enterraria o umbigo em Nova Soure, como se verá.

Nova Soure era uma cidade bem pequena. Dista mais ou menos 250 km de Salvador e está em pleno semiárido baiano, dentro do polígono das secas. Seu clima é seco e quente durante quase todo o ano e não fossem seus lençóis freáticos o entorno da cidade não seria prolífico para a fruticultura. Nos anos 1980 – tal qual hoje –, não existia um terminal rodoviário na cidade: os ônibus param na frente das agências de passagem. À época, a cidade não possuía um sistema de transporte coletivo urbano e a maior parte de suas ruas era de terra batida, poucas eram pavimentadas com paralelepípedos e apenas duas estavam cobertas por asfalto: a Paiaiá e a 2 de Julho. Não se via placas de sinalização por ali, tão pequeno era o trânsito de automóveis. A cidade não contava com canalização da água da chuva nem possuía rede de esgoto, a maioria de suas edificações usavam fossas. Em 1984 apenas algumas áreas da cidade possuíam habitações consideradas de padrão médio, a grande maioria delas era classificada como de baixo padrão[2]. E ao chegar ali, Arantes se instalou nas melhores casas da cidade, porque a Cajuba havia construído um condomínio de alto padrão para dar morada a gerentes e técnicos de fora da cidade – aos olhos de hoje, não seria exagero dizer que era um condomínio de altíssimo padrão até mesmo para a capital.

FIGURA 97
Traçado atual da principal rota entre Salvador e Nova Soure



Fonte: Google Maps (2023).

[2] BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano e Articulação Municipal. *Plano de Ação Integrada*: Nova Soure. Salvador: Interurb, 1984.

Em 1980 Nova Soure concentrava 22 mil habitantes e 77,5% de seus 6.346 trabalhadores se dedicavam a atividades agropecuárias ou de extração vegetal, um número que não abriga o trabalho de crianças que acontecia ali, na colheita de frutas, por exemplo, nem o de idosos que se envolviam no pequeno comércio da cidade. No cômputo de atividades consideradas não extrativas, Nova Soure tinha poucos registros: oito carpintarias, duas casas de farinha e uma fábrica da aguardente Jurubeba Leão do Norte. Dos sete médicos que trabalhavam no seu hospital, só um residia nela e apenas três profissionais liberais com formação superior foram contabilizados ali: dois veterinários, um advogado e um agrônomo – o desinteresse dos médicos para residir na cidade criaria problemas que Arantes teve de resolver. Em 1984 a receita do município foi de aproximados 36 milhões de cruzeiros, com perspectivas de crescimento nos anos que viriam, projeção otimista sem dúvidas estimulada pela Cajuba, que nesse ano de 1984 deu ao Grupo Econômico um lucro de Cr$ 1.210.040,00 e o que servia de forte incremento à economia de Nova Soure[3].

FIGURA 98
Praça Nossa Senhora da Conceição, onde está erguida a igreja de mesmo nome | Nova Soure

Fonte: acervo do IBGE.

[3] *Relatório Banco Econômico S/A – período 1983 a 1987*. Arquivo Nacional, BR. AN, RIO. T2. IFPPR 1.000197/1, f. 21, 29, 294, 410, 492, 637 e 806.

Como Arantes contou, a Cajuba era uma empresa do Grupo Econômico, que também havia sido acionista da Concic. Por isso, o trânsito de alguns funcionários entre as duas empresas não era incomum: além de Joselito, que trabalhou em ambas, Arantes encontraria na Cajuba pelo menos um antigo funcionário da Concic. Outras pessoas migraram de uma empresa para outra sem perder vínculos com o grupo, como o futuro gerente-geral da fazenda, Antônio Ubiratan Barbosa, que era próximo de Joselito e se tornaria amigo de Arantes. As relações entre as empresas eram estreitas. Além da Cajuba, o banco era proprietário de diversas outras fazendas pelo interior da Bahia e que eram controladas por empresas do grupo: Econômico Agro Pastoril Industrial, Agro Pastoril Econômico, Agro Pecuária Beira Rio, Companhia Agro Pecuária Barro Vermelho e Agro Pecuária Senhor do Bonfim. Os investimentos do banco no setor agrário-industrial atendiam a uma estratégia de ampliação da capilaridade de sua rede de agências no estado e um relatório mostra isso com todas letras e números: "o Grupo vem ampliando o capital de risco, investindo em indústrias dos setores alcoolquímica e agroindustrial [...] os esforços de inversão objetivam também a ampliação da rede de agências". Uma política que apresentava bons resultados no começo dos anos 1980: "nossa rede de agências aumentou de 379 lojas em dezembro de 1982, para 435 em dezembro de 1983". Uma dessas agências estava em Nova Soure, durante algum tempo a única da cidade. E a ampliação dos investimentos do grupo não correu muitos riscos ali.

FIGURA 99
Agência do Banco Econômico em Nova Soure

Fonte: acervo do IBGE.

Até a inauguração de uma agência do Econômico, todo mês o dinheiro da folha de pagamento da prefeitura tinha de ser sacado em agências de cidades maiores, como Alagoinhas ou Ribeira do Pombal. A economia da cidade era bem limitada, de acordo com Roberto Muller, primeiro gerente do Econômico de Nova Soure[4]. Ele concedia empréstimos a pequenos agricultores para construção de poços artesianos e para ampliação dos cultivos de frutos e grãos na cidade, e sua agência concentrou toda a movimentação financeira da cidade por muito

[4] Entrevista com Roberto Muller, 21 out. 2022.

tempo, até que o Banco do Estado da Bahia (Baneb) e o Banco do Brasil se instalaram por lá.

Assim, se era interessante para o Grupo Econômico montar uma agência no município, concentrando o fluxo de capital gerado pela Cajuba (salários, pagamentos, empréstimos etc.), o poder público estava igualmente interessado na implantação desse grande empreendimento agroindustrial, que empregaria centenas de trabalhadores – e oferta de emprego é um capital político de enorme valia para quem depende de votos para se manter nos cargos públicos.

Todos os trabalhadores entrevistados sabem que as cercas da fazenda Cajuba foram erguidas sobre um lote de terras de mais de 20 mil hectares doado ao grupo Econômico no final da década de 1970 pelo então prefeito da cidade, José Ramos de Souza. Zé Ramos, como era conhecido, ocupou o principal assento do Executivo local por quatro mandatos, além de influenciar a gestão de vários sucessores que fez entre os anos 1960 e 1990. Nascido em 1922, a primeira vez em que Zé Ramos se elegeu prefeito foi no fim dos anos 1950, terminando seu mandato em 1963. Durante a ditadura ele negociou apoios e indicações com uma família influente na cidade, os Ferreira, e tinha participação ativa na política local, elegendo seus vice-prefeitos ou indicando nomes para o cargo. Sua trajetória partidária começou na União Democrática Nacional (UDN), em seguida ele migrou para a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e depois para o Partido da Frente Liberal (PFL). Do Soure, Zé Ramos se mantinha afinado, primeiro com o governador Luís Viana Filho (1967-1971) e depois com Antônio Carlos Magalhães, por quem era amistosamente chamado de Zé Bonitinho, dadas suas semelhanças com um famoso personagem de humor da época – uma analogia nada descabida, diga-se[5].

Na década de 1980, ao concluir seu terceiro mandato – justamente aquele em que negociou a instalação da Cajuba na cidade –, ele fez seu sucessor, Antonio Biscardi, e indicou um nome em quem confiava para ser o vice da chapa: Antônio Mário Dantas Bastos, ou Tonho do Paiaiá. Antes e depois de ocupar esse cargo, era Antônio Mário quem redigia os discursos de Zé Ramos: "praticamente Zé Ramos me criou", assume ele[6]. Ainda bem jovem e apadrinhado por Zé Ramos, Antônio Mário trabalhou no setor contábil da prefeitura e prestou serviços na produção de carteiras de trabalho e de alistamento militar. Quando entrou para a política, ele escutou agradecimentos de eleitores que

---

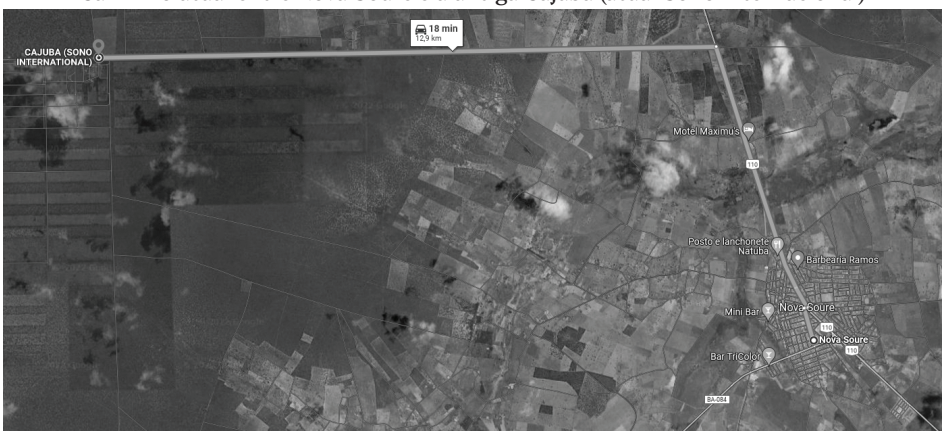
5 Recorro aqui ao texto memorialístico TONHO DO PAIAIÁ. *Zé Ramos*: mais de meio século de política: isto é servir!. [*S. l.*], 26 mar. 2018. Disponível em: https://tonhodopaiaia.wordpress.com/2018/03/26/ze-ramos-mais-de-meio-seculo-de-politica-isto-e-servir-primeiro-capitulo-2/. Acesso em: 23 set. 2023.

6 Entrevista com Antônio Mário Dantas Bastos (Tonho do Paiaiá), 19 out. 2022.

lhe prometiam votos: "foi você que me deu minha primeira carteira de trabalho" ou "você me deu minha reservista". Segundo Antônio Mário, a instalação da Cajuba foi "a redenção da cidade: re-den-ção!", enfatiza. Antes dela a oferta de empregos no Soure dependia quase exclusivamente do poder público, fosse na prefeitura, fosse nas frentes de trabalho organizadas para limpar estradas, por exemplo.

A Cajuba foi instalada na parte rural da cidade, inicialmente só uma fazenda, onde eram cultivados cítricos como caju, acerola, maracujá, e gado, sobretudo o bovino, mas não só. Entre as décadas de 1970 e 1980, uma indústria foi construída nas terras da fazenda para produzir sucos e polpas de fruta, que seriam comercializados no mercado interno e externo. De 1981 a 1987, o relatório citado do Banco Econômico indica um aumento crescente nos lucros da empresa e, de acordo com o primeiro gerente do Econômico da cidade, a política estadual financiou esses lucros, compensando os entraves climáticos. Segundo ele, além de receber gratuitamente do Executivo local as terras para montar o empreendimento, como estava dentro do polígono das secas, a Cajuba foi favorecida por uma desobrigação de quitar um empréstimo com o Banco do Nordeste após um período longo de estiagem. Assim, os custos de implantação da Cajuba, segundo o gerente, foram pequenos[7].

FIGURA 100
Caminho atual entre Nova Soure e a antiga Cajuba (atual Sono Internacional)



Fonte: Google Maps (2023).

Os desafios de Arantes, porém, foram grandes. Ele recorreu a números expressivos para demonstrar isso no seu manuscrito: eram aproximadas 10 mil

[7] Entrevista com Roberto Muller, 21 out. 2022.

cabeças de gado de corte numa área com "mais ou menos 23.000 hectares de terra", que funcionava "como agroindústria!", exclamou, para depois acentuar que essa "foi uma experiência nova, porque ele nunca havia trabalhado numa empresa com estas atividades". Na área rural, "a Cajuba possuía mais ou menos 1500 funcionários registrados e outros tantos contratados como 'boias frias' em época de safra [...] e na indústria o número de empregados variava entre 400 e 500". E ele destrinchou esses números em termos de qualificação profissional:

> a Cajuba possuía uma boa estrutura organizacional e Arantes como gerente administrativo, tinha sob sua subordinação assistente social, engenheiro de segurança, médico do trabalho e muitos funcionários da área administrativa [...] tinha sob sua responsabilidade os setores de contabilidade, fiscal pessoal, serviços gerais, segurança do trabalho e serviço social.

De acordo com seu manuscrito, quando ele chegou ali, "o setor de pessoal era bastante criticado", então, "constatando esta deficiência", Arantes não se constrangeu:

> tratou de reestruturar este setor substituindo alguns funcionários por outros mais competentes. Um dos trabalhos que Arantes mais se orgulha nesta empresa é que após a sua chegada ele promoveu treinamento para o pessoal morador da cidade, evitando a empresa continuar importando mão de obra de Salvador. Com isso, a empresa deixou de levar pessoal de Salvador evitando pagar salários mais altos e despesas com alojamento.

Seus louros, expressos na grandeza da fazenda, nas categorias profissionais que ele geria e na coragem para tomar as decisões que julgava necessárias – da demissão ao treinamento de funcionários – demonstram sua maturidade profissional. Em Nova Soure, Arantes já não pareceu hesitar em assumir a gerência de pessoal como em outros momentos descritos em seu próprio manuscrito. Ele chegou na Cajuba ocupando um dos maiores cargos dali e estava, para tanto, gabaritado por anos de experiência. Além disso, ele não teria acima dele colegas com mais formação nem outros com quem tivesse longos vínculos pessoais.

O organograma da empresa estabelecia o cargo de gerente-geral, a quem Arantes responderia diretamente, e, em posições parecidas com a dele, havia o gerente agrícola, que cuidava da fazenda, e o da indústria. Em relação a estes

dois outros amplos setores, Arantes assumia funções mais burocráticas, não cabendo a ele, por exemplo, decidir sobre a demissão de alguém, ele apenas homologaria a decisão dos outros gerentes – evidentemente, eles conversariam sobre o assunto antes de alguma deliberação definitiva, como ficou registrado em mais de uma entrevista. Sob seu comando, cada gerente contava com o auxílio de encarregados e líderes de turma. Acima de todos no organograma da empresa estava o superintendente do Grupo Econômico, José Alberto Martins Catharino, um nome familiar a Arantes. O que ele não indicou no organograma da Cajuba foi a incontornável presença das autoridades locais que Arantes, à frente da maior empregadora da cidade, teve também de estabelecer, querendo ou não.

Ao assumir a gerência geral da Cajuba, quatro anos depois de Arantes ter chegado ali, Antônio Ubiratan Barbosa não demorou a descobrir isso e confessou: "eu tenho uma dificuldade muito grande de lidar com uma coisa chamada po-lí-ti-ca", falou separando todas as sílabas, "o meu problema é que eu *tava* numa cidade do interior onde a política do município reinava". Nas palavras de Barbosa, replicada por todos os demais entrevistados, a Cajuba era "a razão econômica da cidade", por isso, tão logo chegou ali, Barbosa recebeu o convite para uma reunião com o prefeito, o delegado e o padre de Nova Soure: "então eu cheguei à conclusão que aquela era a cúpula da cidade e eu faria parte dela". Na reunião, ele precisou prestar contas ao prefeito sobre os critérios de contratação de trabalhadores: "Ele teve a coragem de me perguntar!". Barbosa então explicou que as contratações seriam pautadas em critérios técnicos, garantindo que a população local teria prioridade quando houvesse oferta de trabalhadores capacitados e que a empresa também ofereceria treinamento aos contratados, o que Arantes se encarregava de executar[8]. Assim, coube a Arantes selecionar trabalhadores e treiná-los, sempre tendo de evitar atritos com a política local, como informa Barbosa.

Todos os entrevistados concordam que havia indicações políticas para vagas na Cajuba, mas exemplos de pessoas mantidas no emprego a despeito de qualquer falta ou incompetência foram raros, a maioria dos entrevistados considera que não havia ingerência direta de políticos locais na Cajuba. Antônio Mário, ex-vice-prefeito e iniciado na política pelas mãos de Zé Ramos, confirma que aconteciam pedidos de emprego:

> olha só, é uma coisa que a gente não pode dizer que não havia, *né*? Claro que Zé Ramos tinha acesso ao Arantes, ao Zé Alberto,

[8] Entrevista com Antônio Ubiratan Barbosa, 13 ago. 2021. Usada nas páginas seguintes.

> aos outros mais, e não deixava de indicar. E eu creio que os outros prefeitos, não no diapasão de Zé Ramos, faziam uns pedidozinhos porque as pessoas precisavam também, *né*? Tinha influência política do Zé Ramos? Tinha, não tenha dúvidas. Não era tão ostensiva, mas tinha[9].

E ao tratar desse assunto, Antônio Mário se lembrou da chegada de Barbosa no Soure: "Barbosa foi um pouco hostil em relação aos políticos, não sei se foi missa encomendada ou não, mas ele foi um pouquinho hostil". Perguntado, ele negou que Arantes fosse hostil como Barbosa à política local: "não, não. Nesse ponto não. Ele não era, assim, muito aberto, mas era muito dado, tinha muita deferência com Zé Ramos e tudo". Como não se constrangeu em confessar, Barbosa odiava a política; Arantes, por sua vez, podia até não gostar também, mas tinha de lidar com ela e contornar conflitos.

Filho de Nova Soure e engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal da Bahia, Cassio Biscardi estagiou por um ano na Cajuba no começo dos anos 1990 e, depois de abrir uma empresa de terceirização de mão de obra, prestou alguns serviços ali. Adiante, Biscardi assumiu uma cadeira na vereança do Soure e, depois de um mandato como vice, foi também prefeito da cidade – em oposição a Zé Ramos. Ele passou por vários partidos (PFL, PP, PMDB, PSC) e considera que a Cajuba sempre foi um termômetro político: se alguém quisesse apurar uma tendência eleitoral, deveria medir pela Cajuba, que, segundo ele, deu independência financeira aos habitantes de Nova Soure, mas não era um "curral eleitoral": se houvesse uma tendência política ali, seria mais à esquerda, no que Biscardi cita o exemplo de um encarregado, Zé da Luz, que exercia sua militância abertamente petista nas dependências da Cajuba[10].

Esse ex-prefeito não trabalhou próximo a Arantes – a quem não chama de "Seu Arantes", breve indício de como afetos e hierarquias resvalam na memória –, mas reconhece que "algumas pessoas achavam que ele tinha a personalidade forte". E como sugerem Barbosa e Antônio Mário, Biscardi guarda a impressão de que Arantes acumulava grande autoridade na Cajuba: "embora tivesse gerentes, diretores e tal, ele era como o mandachuva, entendeu? Era o cara que tinha poder de decisão, que tinha o poder de comando". Essa autoridade, decerto, era acompanhada por tensões, e está claro que ali Arantes exerceu uma autoridade que não lhe alcançou em nenhum outro emprego.

---

[9] Entrevista com Antônio Mário Dantas Bastos (Tonho do Paiaiá), 19 out. 2022.

[10] Entrevista com Cassio Luís da Silva Biscardi, 9 set. 2021. Usada no parágrafo seguinte.

Jurandir Silva foi gerente da parte industrial da Cajuba durante todo o tempo em que Arantes trabalhou ali e presenciou alguns conflitos na sua chegada:

> olhe, no caso de Seu Arantes, quando ele chegou vindo de Salvador, os políticos de Nova Soure achavam que *pra* vaga de Seu Arantes teria que ser uma pessoa de Nova Soure [...] e não aceitaram muito no início. Inclusive eu tive que ir umas duas vezes à prefeitura [...] a respeito dessa situação e ele também se queixou a mim [...] Mas isso foi contornado[11].

Jurandir narra um episódio de demissão de um trabalhador que fora contratado por indicação política e, "*pra* você ter uma ideia [...] o camarada ia trabalhar cheio de cachaça". O sujeito estava diretamente subordinado a Jurandir na parte industrial, mas este outro gerente escutou de Arantes:

> **Arantes:** – tem que botar *pra* fora, o cara vai abrir precedência *pra* outros!

O gerente da indústria tentou conciliar, conversou com o trabalhador algumas vezes, mas não houve jeito: "liguei pra Arantes e falei, *Arantes, demite!* Também quando eu dizia assim ele cuidava, não me dava mais trabalho em nada [...] ele só precisava da autorização minha porque o funcionário era meu, ele tinha esse respeito, sempre teve". Mas a demissão repercutiu mal entre aqueles que haviam indicado o trabalhador para o emprego:

> aí foi um conflito danado porque sobrou tudo *pra* Arantes. E esse cara era um dos afilhados do, sei lá, do prefeito, do delegado, sei lá que diabo era. Aí terminou sobrando *pra* ele. E aí ele assumiu com garra mesmo, porque ele tinha esse estilo, que quando ele assumia ele não dizia, *foi fulano que fez*. Não, ele não dizia, *foi Jurandir que mandou demitir*, isso aí ele não dizia. Ele assumia a pôrra e deixava o pau quebrar [...] Postura *filadaputa* do velho!

Àquela altura, os cuidados de Arantes eram muitos, tanto dentro quanto fora da Cajuba. Mas posteriormente ele escreveu no manuscrito: "em pouco tempo, Arantes já era um cidadão muito respeitado em Nova Soure, onde gozava da estima do prefeito, juiz da comarca, padre etc. e principalmente da comunidade local", uma conquista que ele demorou a alcançar, além de ter enfrentado muitos contratempos.

---

[11] Entrevista com Jurandir Paes da Silva, 19 ago. 2021.

A seguir, muitos sujeitos com posições variadas no organograma da Cajuba revelarão outras perspectivas sobre as constantes lutas por respeito que Arantes encampou, às vezes vencendo, noutras não. Mas antes uma breve nota linguística se faz útil. Certamente influenciados pelo primeiro topônimo do município, que era apenas Soure, tirado da antiga freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Soure[12], os filhos da cidade com grande frequência se referem a ela no masculino simples: "o Soure" ou "no Soure". Eles também recorrem à forma "em Nova Soure", mas não falam "em Soure". A forma como a cidade é mencionada demonstra o grau de intimidade e pertencimento que o falante tem com ela e quem não é dali sempre se refere a ela por seu nome composto, Nova Soure. Em seu manuscrito, Arantes nunca se referiu a ela como "o Soure", mas dadas as gritantes diferenças entre a linguagem escrita e falada, não é possível tirar disso qualquer conclusão – não é possível saber, por exemplo, se as pessoas que falam "o Soure" fariam isso por escrito. Esse é um detalhe marcante, que situa a perspectiva de algumas das histórias contadas a seguir.

Um senhor humano, conselheiro, paternal

Administrar relações com tantos e tão diversificados trabalhadores era mesmo uma nova experiência para Arantes: ele era de fora da cidade, tinha 57 anos quando chegou ali, era bem mais treinado na administração de escritórios de construtoras que naquele tipo de empresa e, novamente, chegou no emprego direto para ocupar uma chefia. Todas essas especificidades de seu novo posto de trabalho se somavam e influenciaram bastante suas relações ali. Ele não apenas já era bem maduro, como seus colegas e subordinados eram significativamente mais jovens, até mesmo o gerente-geral a quem ele prestava contas, duas décadas mais jovem que ele. Arantes trabalhou na Cajuba até 1995 e dados de 1991 informam que 53% da população de Nova Soure tinha até 19 anos de idade e que outros 24% dela era composta por pessoas entre 20 e 39 anos[13].

Muitas das pessoas com quem ele trabalhou eram como Marlene Oliveira. Filha de Nova Soure, ela trabalhava numa loja do comércio local quando descobriu, aos 17 anos, que seria mãe solteira. Então, ela escutou de sua patroa: "você precisa de um trabalho que tenha uma remuneração melhor porque agora você é mãe". A patroa intermediou contatos na prefeitura e, menos de um mês depois de ganhar seu bebê, Marlene estava empregada ali, recebendo

---

[12] FERREIRA, J. P. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. XXI, 1958. p. 86-89.

[13] BAHIA. *Plano de desenvolvimento municipal*: Nova Soure. Salvador: Sebrae/BA, 1998. p. 13 e 18. Usada no parágrafo seguinte.

meio salário-mínimo e muitas vezes com atraso. Não muito tempo depois, ela soube de uma vaga na enfermaria da Cajuba e, como tinha um curso básico de enfermagem, se candidatou e ficou com o emprego, que lhe garantiria um trabalho menos precário. A carteira de trabalho de Marlene, para além da diferença salarial, revela que ela e Arantes entraram na Cajuba no mesmíssimo dia, 1º de outubro de 1987 – ela recebia Cz$ 4.789, ele, Cz$ 30.500. Durante muito tempo, os dois trabalhariam bem próximos e ela se lembra: "a maioria daqueles com quem ele lidava diretamente era mais jovem do que ele"[14].

FIGURA 101
Professora da creche (à esquerda da foto), Arantes (ao centro) e Marlene (à direita da foto)

Fonte: acervo da Sono Internacional.

Além de muitos jovens, Arantes também encontrou trabalhadores com pouca instrução escolar. A maioria dos funcionários da Cajuba tinha no máximo o segundo grau ou cursos técnicos. A educação formal era um problema no município porque as possibilidades educacionais em Nova Soure eram limitadas. A cidade possuía sete estabelecimentos de ensino de primeiro grau (Ensino Fundamental), seis públicos e um particular, somando aproximados 2 mil estudantes matriculados. Apenas um deles, o particular, oferecia segundo grau (Ensino Médio) e tinha 148 estudantes regulares. Além do magistério, os jovens da cidade ainda poderiam optar por poucos cursos profissionalizantes, como os de auxiliar de escritório e eletricista, mantidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), e datilografia, pedreiro, manicure e corte e costura, mantidos pela Cáritas Diocesanas. Além disso, como o baixo orçamento das famílias obrigava muitos jovens a trabalharem desde cedo para contribuir com as finanças da casa, a evasão escolar era frequente. Até os anos 1980, 75% da população de Nova Soure tinha menos de um ano de instrução escolar ou mesmo nenhuma[15].

Com muito esforço, Paulo dos Santos contornou esse ciclo de desigualdade. Ainda adolescente, ele

[14] Entrevista com Marlene dos Reis Oliveira, 29 ago. 2021.

[15] BAHIA. *Plano de ação integrada*: Nova Soure. Salvador: Interurb, 1984.

trabalhou na Cajuba catando frutas: "o chamado bóia-fria mesmo, [eu] subia no caminhão cinco horas da manhã, só chegava seis e meia da noite, tomava um banho correndo e ia *pro* colégio". Quando terminou a oitava série, nada interessado no magistério, ele optou pela contabilidade sem saber bem do que se tratava. Depois de um estágio no Baneb, e com ajuda de seus professores, que trabalhavam na Cajuba, Paulo fez um teste e foi contratado como auxiliar de escritório, onde contou com a solidariedade de um colega experiente que o ajudou na lide com assuntos contábeis e fiscais – adiante, esse colega recebeu o convite para ser seu padrinho de casamento. Paulo deixou a Cajuba como encarregado do setor financeiro e, apesar de ser cogitado para se tornar gerente, preferiu pedir demissão e abrir o primeiro escritório de contabilidade da cidade, do qual ainda é dono. Como ele mesmo conta, ele aprendeu a trabalhar trabalhando: "a Cajuba *pra* gente foi uma escola"[16]. "Até aprender a montar moto lá eu aprendi", festeja ele – embora alguém que venha a pegar carona na garupa de sua Honda Biz 125cc possa desconfiar dessa informação.

Assim como Paulo, outra ex-funcionária destaca o papel formador que o trabalho na Cajuba teve em sua vida profissional. De acordo com Nadja Oliveira, "a gente costumava dizer na época que a Cajuba foi uma escola, *pra* questão da pontualidade, do compromisso". E mais até: "eu não sabia o que era um *layout*, aprendi na Cajuba"[17]. Paulo e Nadja trabalharam próximos a Arantes, de quem eram 35 anos mais jovens. Ela se lembra de Arantes como "um senhor muito metódico": "Gostava das coisas alinhadas, muito exigente. E eu, por ter pouca experiência de trabalho, eu temia, porque era o meu primeiro emprego, era tudo novo". As referências que Paulo guarda e transmite sobre Arantes também remontam a um bom convívio profissional: "Seu Arantes tinha um jeito educado, confiável de trabalhar, sabia conduzir as coisas [...] ele tratava a gente como se fosse uma pessoa comum, quer dizer, como uma pessoa de cargo semelhante ao dele, tratava de igual *pra* igual". Das mãos de Arantes, inclusive, Paulo recebeu um prêmio sorteado pela Cajuba em um evento comemorativo da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA).

---

[16] Entrevista com Paulo Cesar Araújo dos Santos, 23 ago. 2021.

[17] Entrevista com Nadja Maria Oliveira, 10 nov. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

FIGURA 102
Arantes e Paulo aparecem durante uma entrega de prêmios na Cajuba

Fonte: acervo de Paulo C. Araújo dos Santos.

Muita gente contratada pela Cajuba para desempenhar as funções administrativas básicas era de Nova Soure e estava no seu primeiro emprego formal ou tinha pouca experiência anterior – casos de Marlene, Paulo e Nadja, e de outros tantos também. Era mais frequente que pessoas de fora da cidade fossem contratadas para os cargos de gerência e para funções técnicas ou de nível superior, quase sempre levadas de Salvador, Sergipe e cidades maiores da região, como Feira de Santana e Alagoinhas.

Em Nova Soure Arantes reencontrou Zé da Luz, menos conhecido como José Raimundo Costa Luz, que havia trabalhado por pouco tempo na Concic. Zé da Luz era natural de Conceição da Feira e cinco anos depois de ter deixado a construtora, já funcionário da Cajuba e ambientado no Soure, ele e Arantes voltaram a trabalhar juntos, dessa vez com mais contato que antes. Zé da Luz tinha 30 anos e trabalhou no almoxarifado, de onde se tornou encarregado depois de uma promoção oferecida pelo próprio Arantes. Os vínculos de Zé da Luz com o Partido dos Trabalhadores também são lembrados por muita gente que conviveu com ele na época e ele mesmo faz questão de anunciá-los pessoalmente ou em suas redes sociais. Para ele, "Seu Arantes [era] uma pessoa que tinha trabalhado na área administrativa da Concic", o que lhe garantia um respaldo profissional, assim, "ele foi implantar lá [na Cajuba] a sua

maneira de administrar, com mais controle administrativo"[18]. Esse controle possuía um outro lado, porque aos olhos de Zé da Luz, Arantes também era,

> Preocupado em dar uma boa alimentação aos funcionários, um bom transporte. Sempre. Além de defender a empresa [...] era muito voltado, assim, para o social. Fazer com que o funcionário se sentisse bem [...] Com seu jeito rígido, mas ao mesmo tempo humanitário, conseguiu fazer uma série de mudanças administrativas para o bem da empresa e para o bem do funcionário também [...] pelo perfil que tinha, de ser um bom administrador e também olhar o lado social de cada um.

Para Zé da Luz, Arantes era "muito atencioso com todos os funcionários" e "muito rígido no cumprimento dos deveres de cada funcionário", destacando: "porque isso que era importante". Mas, por conta disso, ele e Arantes tiveram atritos. Uma vez, quando a Cajuba já disponibilizava uma casa para Zé da Luz em Nova Soure, ele pediu para viajar de carona num ônibus que partia dali para Salvador, onde compareceria ao casamento de um amigo. Apenas trabalhadores residentes fora da cidade podiam usufruir dessa prerrogativa e por isso Arantes inicialmente vetou o pedido.

Zé da Luz: – Pôrra é essa, Seu Arantes? O senhor *tá* me negando uma carona?

Arantes: – *Pra* você eu vou liberar, mas não se acostume, não.

Depois de reproduzir o diálogo que tiveram, Zé da Luz fez questão de emendar o exagero: "pôrra é essa, não, que eu tinha muito respeito por ele". Mesmo assim, reafirma: "ele era muito rígido nas determinações, era aquele tipo de soldado que o que o comandante mandar fazer e ele faz. Aquilo ali eu fiquei muito puto, mas faz parte".

De outra feita, Zé da Luz não conseguiu retornar de Salvador para o Soure por causa de uma greve geral que comprometeu os transportes. Apesar de se identificar espontaneamente como alguém de esquerda, ele não aderiu à greve, apenas ficou impossibilitado de viajar, e faltou ao serviço – "se eu tivesse ido [para a greve], eu dizia", garante ele. Alguns trabalhadores que se envolveram nessa greve foram demitidos e Zé da Luz teve de se explicar a Arantes, seu chefe imediato, que lhe pediu comprovações das datas da viagem, o que Zé da Luz pôde apresentar, mas não sem incômodo: "isso aí, inclusive, me deixou

---

[18] Entrevista com José Raimundo Costa Luz, 9 ago. 2021.

bastante chateado, mas ele *tava* fazendo a parte dele, *né?* [...] Me deixou chateado pelo fato de ele me conhecer, de ter me promovido dentro da empresa e me questionar. Mas ele não *tava* fazendo nada mais que a obrigação dele".

Valdice Souza trabalhou na contabilidade, não enfrentou atritos diretos com Arantes – ou não quis contá-los por preferência ou esquecimento – e pensa parecido com Zé da Luz: "Seu Arantes não era só o profissional, o gerente de RH [...] ele também era muito humano [...] ele tinha esse papel de conselheiro, até pela idade dele, nós o respeitávamos muito". Valdice cursou magistério depois de concluir o segundo grau, mas como ali não havia emprego para todos com essa habilitação, aos 19 anos ela conseguiu ser contratada como auxiliar de escritório pela Cajuba: "praticamente os filhos de Nova Soure da minha geração, quase tudo, todo mundo trabalhou lá"[19]. A visão de Zé da Luz e Valdice convergem em outro ponto: para ela, "Seu Arantes chegou para estruturar"; e para ele, "a chegada de Seu Arantes foi *pra* dar uma virada na questão administrativa". Sem citar nomes, Zé da Luz reconhece: "os filhos de Nova Soure não gostavam muito quando vinha administradores de fora". E ele, que não era de lá, mas foi "adotado" adiante, sabia muito bem disso.

Por razões diversas, o ambiente profissional que Arantes experimentou ao chegar à Cajuba era bem distinto do que ele encontrou na Concic uma década antes e seus desafios não foram menores, apenas diferentes. Ele chegou ali para substituir um gerente que era da cidade, Seu Hélio. Algumas das pessoas entrevistadas, mas não muitas, trabalhavam na Cajuba desde antes da chegada de Arantes e puderam comparar os dois estilos de trabalho, com perspectivas divergentes. Ademir, técnico e encarregado na fazenda, considera que Hélio, e até Barbosa, eram mais abertos que Arantes[20]. Deraldo, também funcionário da parte agrícola, pensa o contrário: "o que chama muito atenção era a forma muito eloquente de negociar as coisas, *pra* resolver as questões, que Arantes tinha, que era muito diferente da de Hélio [...] Arantes tinha um jeito mais de convencimento [...] tanto *pra* empresa quanto *pra* resolver um problema pessoal mesmo com as pessoas [...] Arantes era muito conciliador"[21].

Um entrevistado contou que a troca de Hélio por Arantes na Cajuba aconteceu porque "houve uma questão de um negócio aí e tal" e outro pediu que o gravador fosse desligado para que sua opinião fosse manifestada. Em mais de uma delas, porém, ficou evidente que caberia a Arantes a tarefa de implantar novos critérios no controle e na gestão de pessoal, o que, conforme ele mesmo anotou

---

19 Entrevista com Valdice Teixeira de Souza, 25 ago. 2021.

20 Entrevista com Ademir Vieira de Melo, 8 nov. 2021.

21 Entrevista com Deraldo Ferreira da Silva, 13 set. 2021.

em seu manuscrito, àquela altura já não era um problema – pelo menos não para ele, como aconteceu muitos anos antes, na vila da Boa Viagem.

Contudo, Zé da Luz, Valdice e Marlene se lembram que houve um mal-estar que levou tempo para ser superado quando Arantes estabeleceu que cada trabalhador que saísse da fábrica durante o serviço precisaria de um formulário assinado por um chefe. O pessoal da segurança também se contrafez com a instalação de dispositivos que tinham de ser acionados durante os turnos em áreas espalhadas pela fazenda, o que os obrigava a circular bastante à noite, sem poder cochilar. O horário dos turnos dos funcionários do escritório também teria de ser respeitado e quem acabasse o serviço não poderia continuar na fazenda, mesmo que apenas papeando, como era praxe. Arantes também implementou, ou ampliou, um tipo de seleção que seria feita a partir da análise de currículos, diminuindo o peso das indicações[22].

Esses exemplos, mais o que o próprio Arantes escreveu, mostram que diferente do que aconteceu muitos anos antes, na Boa Viagem, ele não hesitou em exercer sua autoridade sobre trabalhadores, "em virtude de ter muita experiência adquirida em outras empresas", um atestado que ele

FIGURA 103
Arantes (de perfil cortado) e Marlene, entregando um prêmio a um trabalhador em evento da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

Fonte: acervo da Sono Internacional.

reivindicou e que outros entrevistados confirmaram, e porque também não possuía relações históricas ali, que fossem constrangê-lo se tivesse, por exemplo, que chamar atenção de alguém ou até anunciar demissões. Mas ele também precisou treinar o pessoal que tinha sob sua gerência, o que abria possibilidades para trocas. Funcionários que permanecessem na empresa poderiam se sentir beneficiados pela boa relação com Arantes, garantindo o emprego ou vislumbrando progressões. Por outro lado, Arantes teria uma equipe entrosada para trabalhar nos seus termos, o que

[22] Entrevista com Valdice Teixeira de Souza, 25 ago. 2021; Entrevista com José Raimundo Costa Luz, 9 ago. 2021; Entrevista com Marlene dos Reis Oliveira, 29 ago. 2021.

beneficiava a empresa também com a redução de custos. Sem falar em alguns políticos locais, que teriam mais vagas de emprego anunciadas e negociadas com a população de Nova Soure.

Marlene, a jovem mãe que entrou na Cajuba no mesmo dia de Arantes, reside no Soure ainda hoje, onde tem seu próprio negócio e atribui a ele um papel de orientador em sua trajetória: "ele não foi apenas o meu chefe, ele era meu conselheiro, ele era aquela pessoa que me incentivava a conhecer mais, aprender mais"[23]. Marlene secretariou a CIPA, que estava sob a administração de Arantes: "eu me reunia com o Seu Arantes *pra* muitas vezes discutir algumas coisas em relação à CIPA e no momento de elaborar a ata de reunião, por exemplo, na maioria das vezes nós fazíamos a ata juntos [...] e eu por muitas vezes fui instruída por ele [...] acerca de algumas palavras". Arantes ainda era atencioso e solidário no âmbito privado:

> ele se interessou em conhecer a minha família, ele se aproximou da minha avó que era uma pessoa idosa, bem mais velha que ele, porque ela *tava* começando a ficar com problemas de Alzheimer e ele se interessou em conhecê-la [...] Tinha aquela preocupação de saber se você vai bem, se você *tá* bem com seu relacionamento, com seu esposo, seus filhos, entendeu?

E ela também conviveu de perto com as rabugices de Arantes. A mais notória delas, conhecida por todos do setor, era o cuidado com seu jornal. Às vezes Arantes pedia que Marlene levasse o jornal para ele, sempre com recomendações insistentes:

> **Arantes:** – Agora! Não abra meu jornal. Eu quero meu jornal virgem, não desvirgine meu jornal.

Assim como era em casa, em família, ele não admitia que ninguém abrisse o jornal antes de ele ler. Depois de lido, tudo bem. Antes, nunca.

Nadja é outra das ex-funcionárias da Cajuba que se referem à cidade frequentemente como "o Soure", porque nasceu, se criou e ainda mora "nele", empregada na educação municipal. Ela entrou na Cajuba aos 20 anos, já formada em magistério, mas assumiu a telefonia da empresa, manobrando o sistema que distribuía ligações entre aqueles ramais: o PABX. Seu primeiro chefe imediato não foi "o velho e saudoso Arantes", com quem ela conta ter tido "uma convivência de trabalho e de amizade muito boa", e sim Hélio, mas

---

[23] Entrevista com Marlene dos Reis Oliveira, 29 ago. 2021.

foi Arantes quem a promoveu ao setor de correspondências, tendo sob seus cuidados máquinas de fax, xerox, telex, datilografia. Tal promoção conferiu a Nadja prestígio e um maior salário também. Ela e Arantes trabalhavam no prédio administrativo da fazenda, chamado por todos de Elefante Branco, e Nadja era sempre acionada por ele para diversos afazeres cotidianos – diversos mesmo[24].

A proximidade e admiração profissional da trabalhadora inspiraram um comentário espontâneo: "letra linda ele tinha, ave! Uma caligrafia muito bonita a do velho Arantes". Além de uma outra sensação inapagável da memória e, à época, de suas roupas e cabelos: "a sala dele era impregnada de cigarro [...] era um cigarro atrás do outro". E ela também conheceu seus rigores: "quando ele saía que encontrava a gente, ele brincava, batia um papo, uma conversa ou outra [...] mas dentro do setor de trabalho dele, ele era muito *instrospecto*". Por isso, continua ela:

> nós mulheres jovens, a gente temia um pouco Arantes [...] No setor que eu trabalhei [...] tinha um balcão, então se ele chegasse ali e encontrasse [...] nós muitos jovens, batendo papo, e aquela aglomeração, ele não aceitava, *Por que que tá aqui, que não tá lá no seu posto*?, então tinha toda essa coisa.

Ele não gostava de qui-qui-qui-cá-cá-cá na hora do trabalho e as diferenças de funções, de idade e de gênero eram marcantes ali, mas elas não foram transportadas como mágoas pela memória de Nadja da juventude para a maturidade – em 2021, ela tinha 56 anos. "Eu tinha um carinho por ele", afirma ela, "eu e minha mãe, minha família, nós tínhamos um carinho, afinidade grande". Quando Arantes estava sem Morena em Nova Soure, ou às segundas, quando não havia expediente na Cajuba, porque era o dia da feira da cidade, que parava completamente para atender às demandas comerciais da sua população, ele se servia dos almoços oferecidos no bar da mãe de Nadja: "ele era assim com minha mãe [...] Eu entendo que mainha tinha aquela gratidão por ele me tratar bem, por ele ter me promovido. Aí mainha tinha essa gratidão. E respeito", enfatizou Nadja.

Respeito, gratidão, emprego são moedas fortes nos mundos do trabalho, e circulavam por ali também. Tanto que Nadja, formada na escola da Cajuba, guarda outras lembranças respeitosas daqueles tempos. Num daqueles dias marcados pela excepcionalidade, ela avistou por detrás do balcão de sua sala

---

[24] Entrevista com Nadja Maria Oliveira, 10 nov. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

um gringo circulando o Elefante Branco junto com o José Alberto Martins Catharino, o que fazia daquele um dia solene, pois quando o superintendente estava na fazenda até o cardápio do refeitório era melhorado. O gringo aguardava uma ligação do exterior e Nadja foi acionada pelo Catharino:

> **José Alberto:** – Deixa eu te pedir um favor. Já passou um pouco o horário de nosso almoço e eu vou para o restaurante com o doutor Peter, que é Pedro em inglês.

"Ele ainda traduziu *pra* mim!", destaca Nadja.

> **José Alberto:** – Ele está aguardado a ligação que vai vir de lá do país dele. Você vai dizer simplesmente assim: *wait a minute*!

A bendita ligação não tardou a chegar e Nadja procedeu como deveria: "aí eu transferi para o restaurante, mas assim, ó, tremendo!". E ela explicou as razões de o episódio ter sido tão marcante: "o que eu achei lindo dele é ter a humildade de me informar como era que eu ia receber a ligação!".

Ela ainda fez questão de contar uma história de seu convívio com Arantes – o que não era inédito para os gravadores desta pesquisa. Nadja tinha tanto contato com Arantes que "até *pra* cortar uma unha uma vez ele me chamou na sala dele":

> **Arantes:** – Ô, Nadja! Corte aqui que *tá* me incomodando, já tá grandinha!

Como ela tinha uma tesourinha ao alcance das mãos e uma disposição filial para o trabalho: "eu fui e cortei. Era assim. Agora, tudo dentro do respeito [...] porque ele tinha afinidade, ele tinha confiança na minha pessoa, como filha, sei lá, e até mesmo como profissional, que trabalhava muito ligada a ele. Eu e Celita. Ele aí teve essa abertura. E eu estava fazendo um favor".

Enquanto Nadja cortava as unhas de Arantes – o que pode não ter acontecido só uma vez, já que ele era vezeiro nesses pedidos também em âmbito doméstico, como contou uma afilhada dele[25] –, um colega entrou na sala e testemunhou o ocorrido. Nadja bem que pediu sigilo ao jovem, mas não adiantou. Antes de ambos, já maduros, registrarem essa história para o microfone

---

[25] Entrevista com Solange Barnabé, 13 jul. 2021.

desta pesquisa – ele antes dela, inclusive –, a história tinha sido escutada, aos risos, por muita gente no Soure.

Desses pequenos lances do cotidiano, seja ele o vivido ou o lembrado, pululam muitas histórias de interações que revelam como os trabalhadores podem se sentir valorizados e o que toleram sem se sentir desrespeitados – ainda que às vezes alguns sejam chamados de puxa-sacos. Nadja se sentiu bem tratada por um superintendente que mudava a rotina da fazenda quando chegava lá por ele ter lhe orientado sobre como proceder diante de uma chamada internacional com sensibilidade e sem arrogância. E os pedidos do velho Arantes também não a ofendiam: era um sinal de confiança até. Outros trabalhadores, como logo se verá, agiriam de outras maneiras.

E vem do acervo pessoal de Nadja um flagrante raríssimo da vida de Arantes. A foto, tirada em ambiente festivo, confirma o zelo de Arantes com seu vestuário, ao lado da esposa de outro gerente da Cajuba, enquanto Nadja, de pé, usava um chapéu igualmente estiloso, e Morena se abrigava das quedas de temperatura nas noites do semiárido baiano enrolada em um cachecol branco. De todas as fotos que chegaram às lentes desta pesquisa, no acervo da família Arantes ou em outros, apenas uma ou duas sugerem bem longinquamente o que essa revela de forma menos disfarçada, embora ainda não tão frontal e com alguns resguardos. A fotografia flagra um dos hábitos mais frequentes e citados de Arantes em Nova Soure: o tabagismo. Bem-vestido como de hábito, ele tinha de baixo de seus pés uma bituca – talvez recém-apagada – e sobre a mesa, quase escondida atrás de copos, uma carteira de Carlton sob um isqueiro. A raridade com que esse hábito de Arantes foi registrado – e ainda assim de maneira bastante indireta – confirma o que parece óbvio: tão cioso de sua imagem, ele não vacilava diante de uma câmera e nem permitiria flagrar-se entregue a um vício – e até com a boca cheia de comida ele chegou a ser fotografado. Como fez em seu manuscrito, o vício não era uma informação para ser legada à posteridade.

FIGURA 104
Da esquerda para direita: Arantes, a esposa de um gerente da Cajuba, Nadja e Morena

Fonte: acervo pessoal de Nadja Maria Oliveira.

Celita dos Reis, tão próxima de Arantes quanto Nadja, entrou na Cajuba como escriturária. Inicialmente ela prestava contas de seu trabalho a um encarregado que assumira o posto na gestão anterior à de Arantes e que, ao contrário dela, não era filho do Soure. Segundo ela, Arantes queria dispensá-lo para colocar alguém da cidade, e ela descreveu os motivos para sua promoção: "eu também fui a preposta da empresa [...] O preposto é quando tem essas questões trabalhistas, *né*?! O funcionário bota a Cajuba na [Justiça], uma queixa, *né*?! E aí eu era preposta da empresa, quem acompanhava o advogado para as audiências. Então aí eu fui me destacando, até que me promoveram à encarregada"[26].

Pelo visto, como sabiam gerentes e antigos prefeitos, Arantes tinha mesmo que administrar a demanda social e política de empregar pessoas da cidade, o que pode ter feito o potencial de Celita saltar aos olhos do gerente, a ponto de colocá-la como preposta em audiências trabalhistas.

Antônio Mário, ex-vice-prefeito que trabalhou na confecção das carteiras de trabalho em Nova Soure, conta que não havia ali qualquer órgão trabalhista e que conflitos desse tipo eram resolvidos nos fóruns de outras cidades[27]. Em uma jurisdição longe de Nova Soure e décadas antes, Edinaldo Souza identificou cabos de turma e encarregados mobilizando demandas dos trabalhadores e concluiu que "as mesmas prerrogativas de liderança, autoridade, proximidade e intimidade que os colocavam em constante tensão com os subalternos, em certas circunstâncias, poderiam se converter em atributos de atração sobre eles, notadamente quando reconheciam a coincidência de interesses"[28]. Mas tal "coincidência

[26] Entrevista com Celita Pereira dos Reis, 25 ago. 2021.

[27] Entrevista com Antônio Mário Dantas Bastos (Tonho do Paiaiá), 19 out. 2022.

[28] SOUZA, E. A. O. *Lei e costume*: experiências de trabalhadores na justiça do trabalho: Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960. Salvador: EdUFBA, 2012. p. 79-98 e 173-179.

de interesses" entre prepostos patronais e trabalhadores parece ser apenas uma possibilidade entre outras.

A confiança que Arantes depositou em Celita para representar a Cajuba fora das cercas da fazenda mostra outro exemplo de uma convergência também circunstancial dos interesses de uma trabalhadora, um gerente e a empresa: se ela poderia ser promovida ou apenas garantir o emprego, Arantes disporia de subordinados que entendiam a lógica de trabalho que ele defendia e a Cajuba teria representantes de confiança para representá-la em foros trabalhistas. Celita e os demais entrevistados não citaram casos memoráveis de conflitos que foram parar na Justiça, todos dizem que aconteceram apenas casos esporádicos, um indício de que muitas negociações ocorriam no cotidiano da empresa, entre gerentes, encarregados e trabalhadores.

Destacando-se aos olhos do chefe, Celita descreve seu orgulho: "a primeira mulher encarregada do setor de pessoal fui eu". Ela não disse, mas se foi a primeira mulher encarregada do setor de pessoal, com certeza também foi a primeira mulher negra. Não foi possível apurar se houve encarregados negros antes dela, mas em outros setores com certeza sim, seu irmão inclusive – um assunto para alguns parágrafos à frente. Celita se lembra que Arantes era muito exigente e afirma a sua própria competência profissional a partir da reciprocidade da relação com o chefe: "ele confiava muito em mim", e vice-versa, garante. Para ela, 30 anos mais jovem que Arantes, ele era caxias: "tudo dele tinha que ser direitinho. Eu também, modéstia à parte, não gostava de fazer de qualquer jeito. Então a gente mantinha esse contato sempre". Anos depois de Arantes deixar a Cajuba, ela o visitava e ele conservava o telefone dela em sua última agenda – um caso excepcional entre o pessoal de Nova Soure com quem ele trabalhou.

O cotidiano do serviço ensinou Celita a lidar com colegas e chefes, às vezes dobrando-os para garantir sua vontade, por mais simples que fosse, e sem deixar de corresponder à de seus superiores. Ela trabalhava com quatro auxiliares cuja composição variou ao longo do tempo, às vezes mais homens, às vezes mais mulheres, às vezes em número equilibrado. Os jovens gostavam de trabalhar ouvindo música: "aí, quando Seu Arantes batia na porta sempre encontrava o rádio ligado. Aí ele chegava ordenando, *desliga esse rádio, desliga esse rádio*". Mas Celita confidenciou: "você sabe que todo pai é coruja". Segundo ela, bastava dizer que um locutor teria anunciado alguma música de Laurinha para breve e o rádio era autorizado: "era só o que amansava, era só o que acalmava, era só dizer que Laurinha ia cantar".

FIGURA 105
Funcionários da Cajuba trabalhando com um rádio ao fundo

Fonte: acervo da Sono Internacional.

Em Nova Soure, indo com alguma frequência a missas, Arantes trabalhou ao lado de Beth, que teve bastante acesso às suas netas e à Morena também[29]. Beth não era do Soure e sequer sabia onde a cidade ficava quando disse sim para uma vaga de emprego na Cajuba. Aos 22 anos ela se formou em Serviço Social e aquele seria seu primeiro emprego, conquistado a partir de seu contato indireto com Joselito: um dos filhos dele namorava uma amiga de Beth, que recebeu primeiro o convite, mas sem se entusiasmar, recomendou a amiga. Beth então agarrou a vaga. Uma vez contratada, ela passou a residir bem perto de Morena e Arantes, também no condomínio da Cajuba, numa casa que funcionava como república para algumas funcionárias. "Com Arantes a minha relação era mais próxima, meio que de filha", informa Beth, reconhecendo que o velho era mesmo muito reservado.

Apesar da diferença de idade, ele a escutava, mas nem sempre. Arantes seguiu sua orientação quando ela percebeu que a professora da escolinha mantida pela empresa para filhos de trabalhadores não estava habilitada para a

[29] Entrevista com Elizabeth Galdino, 1 nov. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

função, porque possuía alfabetização rudimentar. A pedido de Beth, Arantes demitiu a professora, que – óbvio – se zangou bastante com ele. Mas Arantes assumiu a responsabilidade sem envolver Beth em indisposições, como ela conta. O velho trabalhador também atendeu a suas orientações para aprimorar a divisão dos alunos em grupos escolares e outras medidas executadas na creche da empresa – mais adiante Beth atenderia a um pedido de emprego na creche feito pelo próprio Arantes, o único pedido que ela recebeu por ali.

FIGURA 106
À esquerda, de costas e com os braços estendidos, Arantes aparece ao lado de Beth em uma festa de Natal da Cajuba

Fonte: acervo da Sono Internacional

A proximidade que ela teve com Morena e Arantes, em datas festivas inclusive, permitiu que Beth guardasse na memória elementos da vida do casal em Nova Soure. Ela sabia, por exemplo, que Morena, ao contrário de seu vaidosíssimo esposo, odiava posar para fotos porque achava que tinha os olhos fundos. E numa ocasião Beth viu Morena receber um presente bem embrulhado e, com sua curiosidade juvenil, empolgou-se:

Beth: – Vamo abrir, vamo abrir!
Morena: – Vou abrir nada, é coisa *pra* casa mesmo.

"Sempre no aniversário de Dona Morena ele dava um utensílio doméstico, era prato, era copo [...] isso deixava Dona Morena muito chateada", se recorda Beth, que bem que tentou aconselhar o gerente, mas ele preferia presentear a esposa com "coisa útil". Esse pragmatismo insensível chateava Morena, mas não tanto Beth, que tinha um incômodo bem maior com Arantes, e que também podia ser de Morena:

> uma coisa que não gostava em Arantes, mas pode gravar, eu vou falar, não tem problema, não [rindo]. Ele fumava demais, demais, demais [...] Quando eu chegava na sala de Arantes já *tava* tudo fumaçado, eu chegava com o cabelo molhado [...] era um cheiro de cigarro [...] eu passava o dia todo com aquele cheiro.

Seu velho chefe podia negociar e escutar algumas orientações da jovem assistente social, mas o vício do cigarro não estava na pauta. E se ele parece tentar esconder o tabagismo nas imagens que projetava para a posteridade, muitos a seu redor não esconderam seu vício.

Cristina Xavier trabalhava próxima a Arantes e tinha motivos para queixas muito mais frontais sobre o chefe, porque foi ele quem tomou a decisão de demiti-la e o fez pessoalmente. Mas antes de pautar isso na entrevista, ela recapitulou as melhores lembranças sobre o antigo chefe e, mesmo depois de mencionar o ocorrido, insistiu com os elogios: "eu teria tomado essa atitude", é o que ela argumenta hoje[30]. Conhecendo-a melhor é possível perceber o quanto a posteridade influencia sua perspectiva sobre a experiência na Cajuba.

Apesar de ter nascido em Salvador, ela não era considerada de fora da cidade, porque tinha muitas raízes familiares ali. Aos 14 anos foi morar em Nova Soure e entrou na Cajuba como secundarista, em 1988, para trabalhar ao lado de Beth no Serviço Social, onde ficou até maio de 1991. A idade delas era próxima e suas impressões sobre Arantes também. Para Cristina, ele "era uma figura muito paterna" e "muito humana":

> existia quem dissesse que não, mas quem trabalhava diretamente com ele percebia o quão humano era Arantes [...] Ele era aquele gerente que [...] via não só o profissional como técnico, mas o profissional como humano [...] Eu só tenho elogios a fazer [...] Arantes é um modelo de gerente, que eu, algumas vezes que eu exerci cargo de gerência, eu tinha ele como um exemplo.

---

[30] Entrevista com Raimunda Cristina de Souza Dantas Xavier, 11 out. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

Cristina reconhece: "Claro, ele tinha o pulso dele de gerente, é necessário, se não ele não estaria ali, mas ele tinha esse lado humano também". Ela presenciou alguns episódios que revelam o cuidado de Arantes com alguns trabalhadores e um deles remete a uma história bastante lembrada na cidade.

Certo dia um funcionário da Cajuba, natural do Soure, homem maduro, casado e pai de família, se arrumou para ir ao trabalho e disse à esposa que antes de pegar a condução da empresa iria em outra cidade para uma entrevista de emprego. Mas nesse dia ele não chegou a pisar na fazenda nem retornou ao leito familiar. Nenhum acidente fatal levou a vida deste trabalhador, como inicialmente se especulou. Ao contrário disso, ele havia fugido para sempre com uma trabalhadora da Cajuba, ambos levando apenas a roupa do corpo e ele deixando esposa e filhos para trás. A história se espalhou e Arantes, compadecido com a situação, ofereceu à esposa abandonada um emprego na creche, o que ela aceitou agradecidamente – o único pedido de emprego que Beth atendeu enquanto trabalhou ali. Algumas pessoas da cidade maldaram a solidariedade do gerente, o que revela outro eventual incômodo com que ele teria de lidar, mas Cristina se indigna: "maldade absurda!". Ela ficou amiga da senhora, até frequentava sua casa, e defende: "uma pessoa recatada, maldade pura das pessoas [...] nunca existiu nada, isso aí eu posso garantir".

Na creche, por outro lado, Cristina presenciou uma falta de profissionalismo grave e denunciou a Arantes. O médico que devia atender aquelas crianças, porque recebia para isso, era um dos únicos que moravam na cidade e priorizava o expediente na sua própria clínica, negligenciando o serviço na Cajuba: "Arantes conversou com ele e ele não gostou". Pouco tempo depois, num feriado de 1º de Maio, Cristina recebeu com surpresa a visita do chefe: "Arantes chegou lá em casa [...] *pra* conversar comigo. Como eu te falei, eu sempre tive uma boa relação com Arantes. Sempre! É tanto que ele não esperou [...] ele foi lá em casa, conversar comigo, me falar que a situação junto com o médico *tava* insustentável".

Era mais fácil substituir alguém na função dela do que na do médico: "não é fácil você atrair um profissional de saúde [para Nova Soure], hoje é difícil e naquela época era mais ainda". Hoje, ela acha compreensível: "olhe, eu acho que ele não tinha muito o que fazer, o único médico disponível na cidade, ele ia fazer o que?". Por isso, Cristina diz não guardar mágoas do antigo chefe:

> a posição dele ali [...] tinha que ver o lado da empresa. Eu teria tomado essa atitude [...] É tanto que *pra* mim foi compreensível [...] as atitudes de um gestor [são] muito difícil de tomar, mesmo você sendo contra aquilo. Às vezes você tem que tomar certas atitudes, você não concorda com aquilo, mas é necessário.

Ela pretendia se demitir para estudar em Salvador, uma condição que poucos moradores da cidade tinham, e a demissão não comprometeu seus planos. Em Salvador, ela se graduou em Secretariado Executivo, conseguiu emprego no Hospital Português como estagiária e saiu de lá como secretária da presidência. Adiante, fez uma pós-graduação em Gestão Hospitalar e outra em Saúde Pública. Quando ela voltou para Nova Soure foi para assumir a Secretaria de Saúde, na gestão do prefeito Ari, José Arivaldo Ferreira Soares.

Vários aspectos das memórias de Cristina se aproximam das de Beth. Elas não chamam o gerente de "Seu Arantes", como tantas outras pessoas entrevistadas – até desafetos –, embora a diferença de idade entre elas e Arantes fosse tão marcante quanto a que o separava de outros funcionários, homens ou mulheres. A maior diferença entre elas e outros entrevistados reside na carreira e na vida que ambas tiveram longe do Soure – intimidade linguística a que nenhuma delas recorreu. Depois que deixou a Cajuba, Beth retornou para Salvador, se casou, teve filhos e construiu sua vida, mas ainda tem contatos com algumas pessoas da cidade, como a própria Cristina e uma das netas de Arantes. Cristina teve uma carreira profissional e pessoal fora de lá e, quando retornou, foi para ocupar cargos de gestão na prefeitura – atualmente mora no estado de Sergipe. É notório que seus caminhos posteriores influenciam o olhar que elas lançam sobre o passado, nos vínculos afetivos que cultivam, nas perspectivas que assumem e nas hierarquias que respeitam, rompem ou simplesmente ignoram.

Como elas, apesar de algumas chateações, outros funcionários aceitavam os rigores e as peculiaridade de Arantes, cultivando boas relações com ele. Celita, Paulo, Marlene, Valdice e Nadja amadureceram profissionalmente na Cajuba, a grande "escola" de todos. Ali, alguns deles galgaram promoções, como Celita, que virou encarregada a critério de Arantes, e Paulo, que projetou seus conhecimentos adquiridos ali para abrir seu escritório de contabilidade. Marlene montou seu próprio negócio também na cidade, e Valdice e Nadja se tornaram professoras. Todos, enfim, continuam vivendo no Soure. Zé da Luz voltou para sua cidade, onde é proprietário de uma granja de suínos e é presença constante ali, onde, mesmo depois de ter registrado sua entrevista para esta pesquisa por telefone, fez questão de estar presente para acompanhar as outras e intermediar contatos com outros entrevistados – para algumas cervejas também. Mas o respeito ou a veneração que cada um deles mantém por Arantes, além de não ser o mesmo, está longe de ser unânime.

Um *véio* escroto, fuleiro, *filadaputa*

Messias Damião de Macêdo entrou como contínuo na Cajuba quando Arantes já chefiava o setor de pessoal[31]. Filho do Soure, ele chegou e saiu sem saber que Arantes havia começado a vida profissional neste mesmo posto, porque os dois nunca estabeleceram grandes aproximações e o velho nunca quis contar a este subordinado, quase 40 anos mais jovem, qualquer história exemplar. Como contínuo, Messias rodava a fazenda toda, saía e entrava da sala de Arantes no Elefante Branco com frequência – tanto que flagrou Nadja cortando as unhas do chefe. Esse trânsito ainda deixou outras marcas em suas memórias e, à época, em suas roupas: "Arantes fumava demais [...] fumava igual a uma caipora".

Messias relembra que depois do almoço funcionários e encarregados se sentavam à sombra das árvores próximas ao refeitório: "Seu Arantes nunca sentou no quiosque pra jogar dominó, *tava* sempre lendo jornal e fumando no escritório [...] era um cara mais fechado [...] ficava muito na sala dele". O retorno pós-almoço que Arantes apressava para o refrigério de sua sala, enfrentando uma escada achacado pelas debilidades do joelho, alargava a distância entre ele e alguns subordinados, quase todos locais, bem mais jovens e que se divertiam ao ver de longe o desafio que aqueles poucos degraus impunham ao chefe: "tinha uma escadinha, rapaz, *pra* ele subir era um trabalho da pôrra. E a gente ficava dando risada".

FIGURA 107
Vista da área industrial e administrativa da antiga Cajuba

Fonte: Google Maps (2023).

[31] Entrevista com Messias Damião de Macêdo, 18 ago. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

Nos termos de Messias, Arantes era pouco *amigueiro*, além de "grosso que só a pôrra": "muito pouco ele dava uma risada assim [...] Mas ele não era gente ruim, não. Era o jeito do cara mesmo. É que a gente não tinha costume com ele. Ele chegou de Salvador *pra* cá, trabalhando em trecho [...] isso é normal". Para Messias, que contrapõe o comportamento de Arantes ao de Zé da Luz, futebol e cachaça são "coisa boa, pega amizade", e de um deles Arantes só gostava de conversar ou de assistir, do outro, quase não consumia.

Como não aprovava a conduta gaiata de Messias, Arantes não lhe dava a ousadia de muita conversa, nem conselhos, apenas tarefas a serem cumpridas e, se necessário, esporros – ele que fechasse a cara, porque o velho não lhe daria corda. Como a área da fazenda era enorme, Messias tinha à sua disposição uma bicicleta para realizar suas entregas. Mais de uma vez Arantes viu os cavalos de pau que Messias dava e chegou a confessar a Zé da Luz: "eu não vou com a cara desse moleque"[32]. A prescrição que o tempo assenta sobre algumas memórias permitiu que Messias confessasse que suas recorrentes solicitações de novas peças a Arantes atendiam menos à sua bicicleta de serviço que à de um amigo seu, que sequer trabalhava na Cajuba.

Um dia, Arantes chegou na única barraca da cidade, um dos poucos lugares fora da Cajuba aonde ele ia com frequência, e Messias estava ali. Ao ver o chefe chegando e pedindo sua habitual carteira de Carlton – ou talvez um pacote inteiro –, Messias falou em voz alta:

Messias: – Eu vou proibir aqui de vender cigarro, porque cigarro não presta, não!

Ele se arriscou e bem que podia ter levado um *chépo*, mas não. Arantes ignorou a provocação, pegou o que tinha ido buscar e, antes de dar meia volta, respondeu olhando apenas para o dono da barraca:

Arantes: – Até logo, viu, Fernando, que esse ambiente aqui não *tá* prestando *pra* mim, não.

Interlocutor assíduo de Arantes, Fernando sabia das suas indisposições com Messias: "Ele não gostava de Messias", conta engrossando a voz, "de lá da barraca ele apontava pra Messias e dizia, *esse aí, ói, já trabalhei com muita gente na vida, agora, rapazinho pra dar trabalho igual a esse aí eu nunca trabalhei com ninguém*"[33]. Zé da Luz conhece bem todos os envolvidos e explica que

[32] Entrevista com José Raimundo Costa Luz, 9 ago. 2021. Usada no parágrafo seguinte.

[33] Entrevista com Antônio Fernandes da Silva Filho, 8 nov. 2021.

Messias "era desse povo alegre, brincalhão como a pôrra", ao contrário de Arantes, "que era um cara que não bebia, o vício dele era o cigarro e o Vitória". A incompatibilidade entre Arantes e Messias era certa: postos de trabalho hierarquizados, temperamentos distintos, idades idem etc.

Messias se afastou do serviço por questões de saúde e adiante, quando voltou, recebeu sua carta demissão, de maneira impessoal e sem justificativas. O assunto, contudo, não ganharia relevo se ele não fosse perguntado. Na ocasião Messias não quis procurar a Justiça e, quando questionado se considera a dispensa uma perseguição, respondeu: "rapaz, de certo modo, às vezes sim [...] trabalho sempre tem de tudo". Depois de um tempo em São Paulo, ele retornou ao Soure, onde abriu seu bar, o Point da Ressaca, quase em frente de onde Fernando tinha sua barraca – algumas entrevistas dessa pesquisa foram realizadas no bar do qual Messias hoje é dono, sob rígida sobriedade metodológica, claro. Ali Messias não parece cultivar mágoas de Arantes, mas faz muita troça com o velho chefe e com aqueles a quem classifica de puxa-sacos, que a seus olhos, não eram poucos.

Coliseu e Ademir, por outro lado, descrevem incômodos mais sérios com Arantes. Coliseu é filho do Soure, entrou na Cajuba também como contínuo em 1989 e ficou nela até agosto de 2006, quando acumulara algumas promoções no setor de pessoal, convivendo de perto com a seriedade de Arantes: "a única vez [...] que a gente via ele [...] meio brincando era quando se falava um pouco de futebol". Coliseu resume suas impressões:

> Seu Arantes era o tipo da pessoa que, não sei se a idade, não sei se era por causa da idade dele, mas ele era o tipo da pessoa que, como é que se fala, que ele era muito empresa, que se dedicava muito à empresa. Ele olhava às vezes para o funcionário, mas ele olhava mais a parte da empresa. Inclusive teve um fato comigo[34].

Ele e outros colegas esperavam a efetivação de uma promessa de aumento que não acontecia e quando Arantes estava de férias o grupo decidiu tratar do assunto direto com o gerente geral, que autorizou o reajuste. Celita, encarregada do setor que conhecia bem o que agradava ou incomodava o velho Arantes, soube do acontecido e alertou os subordinados:

> **Celita:** – É, mas sabendo vocês que Seu Arantes não vai gostar disso!

[34] Entrevista com Coliseu José de Santana, 8 nov. 2021.

Não deu outra. Ao voltar das férias, Arantes nem precisou ser avisado do aumento. "Ele tinha não sei se mania, se é a palavra correta", conta Coliseu, "quando os contracheques *chegava*, ele olhava um por um, e ele tinha uma memória, mesmo com a idade que tinha, ele tinha uma memória de elefante". Ao se deparar com a diferença salarial, Arantes teria comentado:

> **Arantes:** – *Os bonitinho daí*, o salário deles *tá* errado e ficam calados, *né*?

Como não se tratava de um erro, mas de um reajuste conforme depois foi esclarecido, Arantes não teve de autorizar descontos futuros nos contracheques desses funcionários e Coliseu, que contornou a autoridade do chefe, narra o episódio como um exemplo de como Arantes cuidava mais dos interesses da empresa, a seu ver, adiando um justo aumento requerido.

Ademir era técnico da agrícola desde antes da chegada de Arantes e assim como Coliseu entende que o gerente exagerava na defesa da empresa e era "ruim de ceder": "Arantes tinha que manter uma linha [...] é o que os patrões *passava pra* ele [...] Só que a gente, da maneira como ele agia, a gente achava que ele ia além [...] Como diz na gíria, a gente achava ele muito Caxias, aquele cara que exigia demais e só queria da forma que ele determinava"[35]. Ademir é sergipano, mas se casou com uma filha do Soure, onde vive até hoje, e considera Arantes mais fechado do que as hierarquias profissionais estabeleciam, especialmente porque ele mesmo exercia funções destacadas: "de qualquer maneira nós éramos colegas de trabalho [...] eu sou técnico em agropecuária e eu comandava um grupo de gente lá dentro [...] Mas ele não chegava assim a se abrir mais, *pra* gente se sentir mais à vontade *pra* discutir algumas coisas".

Ademir conta que quando Arantes chegou na Cajuba ele identificou um erro na contratação de muitos empregados, que estavam indevidamente registrados como trabalhadores rurais: "Ele entendia do assunto, ele era da área, ele vinha de outras empresas". Arantes então convocou pequenos grupos de trabalhadores para propor um acordo. Na sua vez, Ademir não aceitou: "não é certo eu fazer um acordo", disse ele, argumentando que o correto seria a Cajuba, a responsável pelo erro, rever as contratações pagando as indenizações devidas a cada funcionário. Segundo Ademir, que tinha a posição de líder, Arantes se espantou com a recusa: "*logo você!?*". Os outros trabalhadores acompanharam sua decisão e não houve acordo, pelo menos com esse pequeno grupo. "Ele não gostou de ouvir aquilo", deduz Ademir.

---

[35] Entrevista com Ademir Vieira de Melo, 8 nov. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

Outra insatisfação dele ganhou corpo quando a Cajuba estava trocando o plano de saúde de seus funcionários, pelo qual a empresa pagava a maior parte dos custos mensais de quem aderia, voluntariamente, ao serviço. O vínculo da Cajuba deixaria de ser com a Promédica para ser com Golden Cross, de acordo com Ademir, "a melhor empresa de plano na época, quem tinha plano Golden Cross, meu amigo, *tava* com tudo". Mas, segundo ele, Arantes manifestou sua seletividade durante esse processo e a notícia ficou restrita aos mais próximos: "os outros ficaram tudo a ver navio [...] a coisa foi feita *nas calada*". Por acaso Ademir soube da notícia a tempo de aderir ao novo plano junto com outros interessados que ele mobilizou e, perguntado, atribuiu ao gerente da fazenda, seu superior imediato, a mesma seletividade de Arantes: "ele também ficou calado". E quando o Grupo Econômico ofereceu um plano privado de aposentadoria aos seus funcionários, se queixa Ademir, Arantes também não divulgou amplamente os termos da adesão ao serviço: "é tanto que eu não aderi [...] passados dois, três anos é que a gente ficou sabendo". Para este técnico, cujo salário permitia que ele custeasse um bom seguro de saúde e até cogitasse aderir a um plano de aposentadoria privado, a circulação ruim ou seletiva de informações importantes depõe contra Arantes: "era o trabalho dele", mas Ademir explica, "ele não saiu inimigo meu, não. Eu tive esses três aborrecimentos, mas foi coisa que superamos".

Outros entrevistados que trabalhavam próximos a Arantes não aderiram ao plano de saúde, pago apenas em parte pela Cajuba, porque a parcela que lhes cabia era alta. Ante a impossibilidade de conhecer a documentação da empresa – que se existe, não pôde ser acessada por esta pesquisa –, é difícil apurar mais detidamente como adesões como as citadas aconteceram. Existe, todavia, trabalhadores com críticas muito mais contundentes e frontais contra Arantes – e não esquecidas, superadas ou relativizadas pelo tempo.

Paulo foi quem narrou ao microfone desta pesquisa a primeira história de Grecion, um eletricista da cidade de Amélia Rodrigues, conversador e contador de histórias. Certa feita, por conta de qualquer remanejamento circunstancial, ao invés de tomar o micro-ônibus que a empresa oferecia para levar alguns trabalhadores às suas cidades, Grecion pegou carona no carro que levaria Arantes de Nova Soure a Salvador, já que Amélia Rodrigues ficava no meio do trajeto. Mas o velho Arantes gostava de cochilar durante a viagem e teve de ouvir as histórias que Grecion contava durante todo o percurso: "Seu Arantes *retô* e disse ao motorista, *ói, não pega aquele rapaz mais, não, viu? Ele conversa demais!*", o que Paulo faz engrossando a voz para imitar o velho[36].

---

[36] Entrevista com Paulo Cesar Araújo dos Santos, 23 ago. 2021.

Não demorou para que essa história, como muitas outras, circulasse por todos os hectares da Cajuba. Sabendo dela, Paulo protagonizou um sarro com Arantes.

Num fim de tarde de sexta-feira, quando muitos trabalhadores retornavam às suas cidades, Paulo foi até a sala de Arantes, bateu na porta e entrou depois de escutar: "*pode entrar, meu filho*", o que Paulo reproduz caprichando, de novo, na voz grossa. Arantes batia nas teclas de uma máquina de escrever concentrado e, como se não soubesse de nada e se fazendo ouvir por Arantes, Paulo piscou um olho e tratou diretamente com o motorista que estava ali aguardando a ordem de partida:

Paulo: – Você *tá* descendo *pra* Salvador agora, *né*?

E depois da confirmação esperada, completou:

Paulo: – Aguarde um pouquinho aí que Grecion foi tomar um banho e pegar a sacola dele *pra* ir com vocês.

Ah, *pra* que? Sobressaltado, Arantes nem terminou de datilografar o papel que tinha sob os olhos, embolou tudo e apressou a partida:

Arantes: – *Vumbora*, *vumbora*! Vou levar esse pôrra nada! Conversa como *quê*, não me deixa dormir.

Paulo narrou essa história prometendo que Grecion teria outras "boas histórias" para contar. E Grecion se lembrava não apenas dessa, sobre a qual, igualmente retado, reclamou indignado com o chefe: "de Nova Soure até Amélia Rodrigues ele não dava uma palavra!".

Mas antes de confirmar sua intenção de gravar uma entrevista, sabendo que mais de uma pessoa recomendara seu nome, Grecion alertou para alguns de seus termos e condições:

> *ô,* Lucas, deixa eu dizer uma coisa a você. É que, rapaz, *os menino fica* dizendo, *Grecion tem história dele, Grecion tem história*, porque a gente brigava muito, entendeu? [...] Aí eu não sei se você quer ouvir a outra parte, a parte ruim, entendeu? [...] Eu não gostava dele, entendeu? Ele também não gostava de mim [...] Aí eu não sei, você pode ser parente dele, você pode ser neto, bisneto, alguma

> coisa assim [...] Aí eu não sei se vai ser viável para você querer ouvir essas coisas, entendeu?[37].

E ele listou motivos para seus atritos com Arantes como quem oferece credenciais que o distinguem também de alguns antigos colegas, quase todos seus amigos, gente querida por ele:

> ele não gostava de mim porque eu toco, eu canto, eu sou um cara, assim, meio extrovertido, naquela época cabeludo. Eu falava mesmo o que pensava. E eu era o líder da elétrica [...] Aí tinha aquele pessoal do Sertão, aquele pessoal meio tabaréu, que dependia mais do emprego [...] Ele botava banca, aquela pose, ele fazia algumas coisas que eu não aceitava, pela minha instrução, eu sou técnico em eletromecânica [...] pelas empresas que eu já passei, como a Pirelli, a Caraíba Metais [...] Então eu conhecia um pouquinho das leis, então eu não admitia as coisas que ele fazia [...] Aí o pau fechava.

As razões que Grecion listou para explicar os conflitos entre ele e Arantes destoam bastante de outras histórias apresentadas até aqui, por isso elas são valiosas para demonstrar a pluralidade de relações que se estabeleciam naquele mundo do trabalho e os valores que as sustentavam. Se sentindo livre para falar o que quisesse, a entrevista foi agendada para os dias seguintes e ele não pediu em nenhum momento que o microfone fosse desligado, uma prerrogativa facultada a todos os entrevistados e utilizada apenas uma vez, por quem ia falar de um assunto delicado que não envolvia Arantes, mas o gerente que o antecedeu na Cajuba. Quase todas as histórias de Grecion foram contadas às gargalhadas, o que atenua o peso de seu incômodo sem eliminá-lo, e como sua relação conflituosa com Arantes era conhecida por todos que o recomendaram, talvez, os demais entrevistados tenham se permitido não contar suas próprias queixas, deixando que Grecion o fizesse.

Quando Grecion foi contratado pela Cajuba ele já tinha uma significativa bagagem profissional, apesar de não ter cruzado a casa dos 30 anos. Ele havia concluído o curso de técnico em eletromecânica no Senai de Feira de Santana no fim dos anos 1970 e trabalhara em mais de uma fábrica de Salvador como eletricista: uma fábrica de pregos, a Pneus Tropicais e a Pirelli, a Metal Mecânica e seu último emprego foi na Caraíba Metais. Ele estava momentaneamente desempregado quando recebeu a proposta da Cajuba e mesmo assim pôde

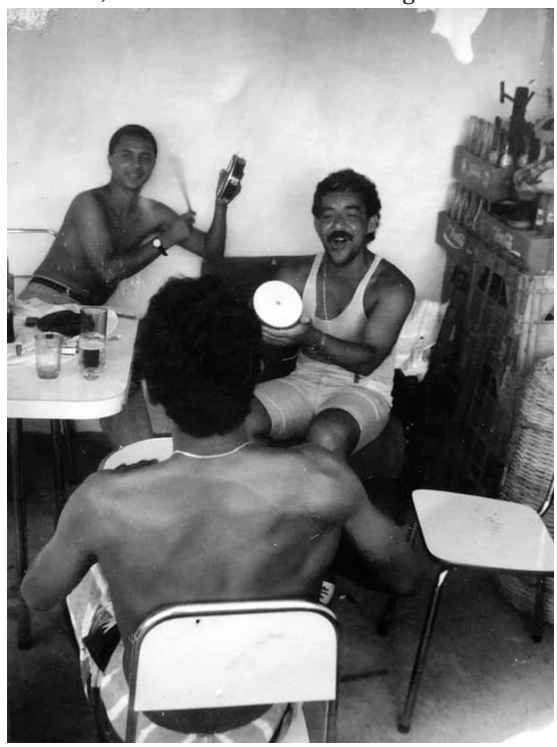
---

[37] *Mensagem de voz do aplicativo WhatsApp por Grecion dos Santos Antunes*, 26 ago. 2021. Usada no parágrafo seguinte.

negociar um bom salário: "na época era uma negociação com o chefe", e dada a sua experiência, Jurandir, gerente da indústria, aceitou pagar a ele só um pouco menos do que antes ele recebia, "mas era muito mais que os eletricistas de Nova Soure", reconhece Grecion: "na Caraíba eu ganhava quatro salários, quando os eletricistas da Cajuba recebiam um", segundo suas contas. Arantes não interferiu na sua contratação, um assunto da alçada de Jurandir, e a ele coube apenas homologar a decisão do gerente industrial[38].

Mas a chegada de Grecion poderia criar atritos não só com o chefe de pessoal: "você sabe que tem as *panelinha*?!", comenta ele, "então, quando você chega num lugar desse assim, você tem que mostrar um conhecimento técnico, se não você é devorado, porque rola *aquelas conversinha*. Aí [...] você tem que pegar os eletricistas, trazer *pra* você". Ele recorreu a diversos expedientes para se entrosar ali – das cervejas e *bábas* com os colegas, às cumplicidades cotidianas e rodas de música – e com isso ia se afastando de Arantes: "porque eu toco cavaquinho, eu canto partido alto, eu não sei se ele tinha ciúme, não sei que pôrra era", explica Grecion sem saber que de samba e partido alto Arantes também gostava, e muito, mas preferia escutá-los no som de casa mesmo. Para ele, sua *extrovertência* incomodava Arantes, mas dentro e fora da Cajuba seus instrumentos atraiam simpatias e se juntavam aos de outros colegas, como era o caso de Paulo da contabilidade, de quem Grecion se declara amigo e companheiro de sambas, chamado de "Paulo Preto" ou "Paulo de Brígida", que não citou atritos na relação com Arantes e muito menos com Grecion – que até hoje exibe o trato com seu cavaquinho em muitos vídeos publicados em seu perfil do Facebook.

FIGURA 108 | Grecion, de bigode e camiseta, tocando e bebendo com amigos



Fonte: acervo de Grecion Antunes.

E havia outros ensejos cotidianos para o eletricista firmar laços ali.

[38] Entrevista com Grecion dos Santos Antunes, 1º set. 2021. Usada nas páginas seguintes.

Ele percebeu que um procedimento padrão em atividades como as que aconteciam na parte industrial da Cajuba não era seguido: entre um turno de trabalho e outro não havia nenhum relatório ou qualquer tipo de registro de ocorrências. "O eletricista saia de manhã e ia embora, aí quando você chegava de manhã, não sabia nada do que aconteceu de noite. Eu falei, *não, tem que ter relatório*. E aí foi um problema *pra* implantar o relatório", sinal de que nem só Arantes teve problemas para estabelecer rigores e controles por ali. A falta de comunicação entre os turnos não acontecia porque os próprios trabalhadores resistiam e por um vacilo da chefia, segundo Grecion. Os eletricistas tinham receio de assumir que um turno transcorreu sem ocorrências porque isso seria assumir que seu serviço era dispensável e os próprios chefes reproduziam esse entendimento: "aí vem a inversão de mentalidade. Lá [em Nova Soure] quando a fábrica rodava a noite toda a chefia não gostava, porque dizia que o cara não fez nada". Certificado por sua experiência, ele explica que quando a manutenção trabalha, é sinal de prejuízo para a empresa: "a manutenção é *pra* ficar de *stand by*, fazer as preventivas *pra* não dar espaço à corretiva". Quando um eletricista foi pego dormindo no turno, em vez de dispensá-lo, Grecion negociou a implementação dos relatórios: "aí ele alinhou comigo".

Outro dia, fora do seu turno, ele foi chamado às pressas para resolver um problema grave: "o eletricista me chamou de madrugada e me disse que o motor tinha quebrado, aí parou a linha de produção toda". Àquela altura, todos já sabiam do alto salário de Grecion, que sentia um certo desconforto, e por sorte o problema era menor do que parecia. Uma quantidade indevida de água caíra na caixa de ligação do motor e Grecion ensinou o passo a passo da resolução do problema ao colega desesperado. "O que aconteceu?", pergunta ele retoricamente: "o pessoal aprendeu elétrica com os outros, não passou por uma escola técnica, aí não sabe o que é uma Lei de Ohm, uma Lei de Kirchhoff", certifica-se o trabalhador, que tinha de evitar atritos inúteis. Em vez de reportar o ocorrido à gerência, ele abafou o caso em troca de alguns pontos na credibilidade com colegas. E sua estratégia, longe de considerar qualquer ideal coletivo ou uma consciência elaborada, manifesta seu sentimento de autopreservação, que serviu para integrá-lo melhor no serviço e na cidade onde era estrangeiro:

> porque eu não podia desempregar um cara daquele de lá e depois andar na rua e ele vim e *metê* a pôrra em mim. Porque o cara me conhece, eu moro no hotel, de noite eu *tô* no bar tomando uma, qual é a proteção que eu vou ter? [...] Eu tenho que chamar ele *pra* mim, mostrar que tecnicamente eu sou superior a ele [...] aí ficava tudo comigo.

Hierarquias e disputas, pequenas ou grandes, eram correntes naquele cotidiano e seus sujeitos conviviam com elas, se desentendendo ou ajeitando-se. E Grecion oferece mais exemplos disso.

Um dia, um trabalhador desceu do ônibus na fazenda e vários de seus colegas o acusavam de estar bêbado. Arantes foi logo notificado: "*os peru* falou com ele lá em cima, *né?*", explica Grecion. E esses "perus", ou dedos-duros, que denunciavam um colega eram também trabalhadores, que validavam uma lógica de trabalho abstêmia, de maneira sincera ou não – como pode ter acontecido lá atrás, na confusão decorrente do furto no escritório da Boa Viagem. Como o sujeito trabalhava sob a supervisão de Grecion, ele foi chamado:

> aí quando cheguei lá o cara não *tava* bêbado, o cara deu um palavrão dentro do ônibus e foram falar que o cara *tava* bêbado [...] O cara tinha brigado com a *mulé*, *né*? E aí entrou no ônibus retado, sem almoçar, aí *os peru* já foi chegando na portaria dizendo, *o cara tá bêbado aí*! E era um cara de fora, que não era de Nova Soure, era de Pojuca [...] que veio da Ferbasa e também tinha um salariozinho mais à frente.

Grecion, que também era de fora e tinha um salário melhor que o de muita gente ali, se solidarizou e assumiu a responsabilidade pela entrada desse trabalhador: "Seu Arantes virou a pôrra". E talvez não só Arantes, mas outros colegas também podem ter se incomodado com a transgressão de uma regra ou com a proteção de Grecion a um colega de fora e com um salário melhorzinho.

Apesar de não responder diretamente a Arantes, Grecion tinha contato frequente com ele e os atritos eram constantes: "meu gerente queria que eu desse resultado na manutenção, a parte administrativa era com Arantes", mas o gerente da indústria era acionado com alguma constância para conter os ânimos. Segundo Grecion, Arantes não gostava de abonar o dia de trabalho de funcionários que precisavam comparecer ao banco para burocracias demandadas pela própria Cajuba, liberando-os apenas por um turno. Em vez de pagar horas extras, Arantes também preferia negociar folgas, ao que Grecion se opunha. Durante serviços na rede elétrica da fazenda, que cobria uma área bastante extensa, Grecion fazia questão de ter um veículo à sua disposição todo o tempo, quando os rigores de Arantes diziam que o veículo deveria deixar a equipe no serviço e depois voltar para buscá-la, já que havia uma comunicação por rádio entre eles. Mas Grecion argumentava que, em caso de acidente com trabalhadores que lidavam o tempo todo com eletricidade, o veículo de prontidão garantiria um socorro imediato. Quando Arantes queria que em viagens de trabalho a equipe apresentasse as notas de seus gastos

para um reembolso futuro, Grecion reivindicava que a empresa antecipasse recursos para comida, hospedagem e o que mais fosse necessário para uma prestação de contas posterior. Os atritos eram tantos que Grecion pôde reconhecer um tique de Arantes que poucos entrevistados se lembravam: quando contrariado por qualquer motivo, ele bochechava como se tivesse com algo à boca, mesmo ela estando vazia.

"Eu particularmente achava [Arantes] um *véio* escroto, fuleiro, entendeu? Eu dizia, *filho da puta*, e *os cara* caia na risada". As histórias contatadas por Grecion, hoje, também o fazem rir, mas seu incômodo é nítido. "Eu vou lhe contar só uma", disse ele depois de já ter contado muitas e antes de algumas outras:

> tinha um eletricista, chamado Joseval Chagas, respondia a mim, e o cara saiu da Cajuba e foi para Coca-Cola. Aí o cara veio pegar na mão dele [Arantes] uma carta de recomendação. Você sabe o que o filho da puta fez? Seu Arantes fez a carta *fuguetando* o cara [gargalhando]. Esculhambou o cara todo, disse que o cara não prestava, que era um péssimo eletricista [...] Carregou uma súmula e fechou a carta e disse, *pronto, pode entregar em mãos*. Ele falou *pra* Joseval, *se eu não puder ajudar, eu não atrapalho ninguém*. *Ói* que velho *filadaputa*, rapaz! Mas Val, de Pojuca, bandido *véio*, chegou no caminho e abriu a carta.

Segundo Grecion, quando Arantes não gostava de alguém, era "pimenta com sal direto", ou seja, o sujeito não tinha vida fácil. E ele parece ter provado dessa combinação inflamável de temperos.

Durante algum tempo, ele morou num hotel de Nova Soure com os custos cobertos pela Cajuba porque, segundo Grecion, Arantes não queria que ele morasse junto com outros técnicos: "o *véio* não queria eu no meio desse pessoal". Mas adiante ele foi relocado para uma casa dentro da fazenda, um lugar tão aprazível que ele apelidou de A Toca do Marimbondo, tamanha era a quantidade de ninhos dessas vespas nada sociais que havia no entorno da casa: "eu morei lá sozinho, no meio do mato, um medo da pôrra". Adiante ele teve de se mudar para outra casa contígua à oficina, também dentro da fazenda: "lá no meio dos ônibus, *dos caminhão*, daquelas coisas lá [...] muriçoca como a desgraça, aquele fedor de óleo diesel [...] e o vigilante sábado de manhã *tava* sempre passando pra ver onde eu *tava*". Isso tudo sob ordens do próprio Arantes: "aquele vagabundo *véi*".

Como morava na fazenda, ainda que folgasse aos sábados, Grecion aproveitava para tomar café da manhã no refeitório, junto com funcionários que chegavam para o turno, só que com Arantes era pimenta com sal já no desjejum:

"ele cortou! Eu morando na fazenda, ele cortou o café!", protesta Grecion, que por sorte tinha amizades na cozinha e conseguia driblar as ordens do chefe. "Eu era da barreira, namorava até com a sobrinha de uma cozinheira, aí ela fazia meu café escondido". Assim Grecion recebia seu café na oficina mesmo, "meu pão com ovo e tudo", sem pimenta nem sal.

Muitas informalidades no cotidiano da fazenda, geradas por pequenas trocas de favor, subvertiam normas do trabalho e ordens superiores, abrindo margens para amizades ou disputas. Essas trocas poderiam acontecer entre trabalhadores e chefes e entre os próprios trabalhadores, à revelia dos chefes. Grecion, por exemplo, além de namorar a sobrinha de uma cozinheira, já tinha consertado o rádio de outro funcionário do refeitório, o que lhe permitia se servir do que era feito ali, sempre com cuidado e discrição para não prejudicar os colegas. Ao contrário disso, articulações mais verticalizadas não eram necessariamente mais sólidas.

Numa sexta-feira qualquer, Grecion encontrou um liquidificador esperando por reparo na oficina. Como líder da elétrica ele sabia que o eletrodoméstico não era da Cajuba, portanto, não devia estar ali sem um registro de entrada. Ele ouviu de colegas que o liquidificador pertencia a um funcionário que fazia bolos para vender nos finais de semana e precisava do equipamento consertado com certa urgência. E o mais importante: a pedido de Arantes. Porém, se o funcionário havia se entendido com o chefe, esqueceu de se articular com Grecion: "eu já *tava* retado com o cara [Arantes] porque no dia que eu cheguei *pra* tomar café ele não deixou". Ele reteve o aparelho até a segunda-feira seguinte e Arantes, que já estava em Salvador, foi acionado por telefone. O diálogo que se seguiu entre eles foi recriado por Grecion:

Arantes: – Libera o liquidificador do cara aí que ele vai fazer bolo.

Grecion: – Não libero, não. Só com ordem de Jurandir.

Arantes: – Quem tá falando sou eu, Arantes.

Grecion: – Eu sei, mas não libero, não. Eu sou o líder da elétrica e o liquidificador *tá* preso porque não tem registro de entrada na portaria.

Para Grecion, Arantes era centralizador: "tudo que se passava tinha que passar por ele, ele tinha que ser o cobra criada [...] Tudo tinha que ter autorização de Seu Arantes. Ele era delegado, era comissário de polícia, era juiz de paz, dentista, vigário". E Grecion, seja lá qual fosse a especialidade de Arantes, era um nome contraindicado. "Uma menina *tava* até gostando de mim,

né? Aí foi perguntar *pra* ele", narra Grecion, engrossando a voz para simular o tom de Arantes no diálogo recriado:

> **Menina:** – É que eu *tô* gostando de um rapaz aí, que não é daqui da cidade. O que é que o senhor acha?
> **Arantes:** – Quem é?
> **Menina:** – É Grecion.
> **Arantes:** – Se saia, se saia, ali é bandido, malandro, pilantra lá de Amélia Rodrigues.

"*Ópaí,* rapaz, a menina *bunitinha*!", lamenta Grecion, que perdeu essa paquera. A perspectiva deste trabalhador em relação aos conselhos que Arantes distribuía e pelos quais também é lembrado com saudade, destoa das de outros funcionários: "ele era aquele cara inteirado, entendeu? [...] E *o pessoal tudo* que procurava saber alguma coisa, procurava ele [...] quando ele via uma pessoa que tinha um certo conhecimento, eu não sei, ele não queria essa pessoa lá *pra* não desviar *as ovelha* dele, *tá* entendendo?".

Ao afirmar sua qualificação, conhecimento e orgulhos, Grecion se distingue de colegas, de modo a garantir que ele não era uma das "ovelhas" de Arantes:

> uma coisa é você nascer e se criar no interior pequeninho e uma coisa é você sair duma capital grande, que você trabalhou em grandes empresas ir para o interior. Você é um cara conhecido [...] você sabe o que é um repouso remunerado [...] você sabe o que *é* as horas extras, 50%, 60% e 70% a partir de 22:00 horas [...] Na Cajuba eu era eletricista industrial, meu curso foi de dois anos e *pra* minha aposentadoria meu curso contou. Porque a lei de Getúlio Vargas foi bem clara: até 1980, o aluno que fez curso no Senai de dois anos, que teve bota, capacete, óculos, protetor auricular, isso e aquilo outro, o tempo vale como contribuição de aposentadoria.

Ele sintetizou a importância da Cajuba para Nova Soure com uma frase categórica: "a Cajuba era a Petrobras de Nova Soure", e sua argumentação prossegue:

> se o sonho do povo era trabalhar na Cajuba, quem tinha emprego lá não queria perder, sobretudo o pessoal com menos estudo. Porque imagine aí, você trabalhar numa empresa que você tem sua continha no Banco Econômico, o seu talãozinho de cheque, você lá no Sertão [...] Sai *pra* trabalhar de manhã, entra no ônibus [...] aí tem o refeitório *pra* você almoçar. Creche. De noite chega em casa,

> tem o turno. Recebe aquelas coisinhas, os adicionais [...] O Banco Econômico fez um trabalho da pôrra em Nova Soure, viu? Apesar de pagar pouco. Mas eu tiro o chapéu *pro* Banco Econômico.

Essa é a releitura de Grecion sobre as razões de Arantes exercer tanta ascendência sobre alguns trabalhadores e sobre ele não: "pela região ser uma região fraca, tinha aquelas pessoas que *pra* manter o emprego se ajeitava com ele [...] porque ele era de mandar embora, inclusive, ele não me mandou embora porque a região não tinha um cara da elétrica".

Um outro exemplo oferecido pelas histórias de Grecion, através da qual ele afirma sua dignidade profissional, uma vez mais o distingue de outros trabalhadores e tal distinção pode não ser uma mera recriação da posteridade, mas um antigo valor cultivado por ele. Certa feita, quando ainda residia no centro de Nova Soure, ele chegou para pegar a condução até a fazenda, nesse dia um caminhão, e encontrou a boleia ocupada pelo motorista e por supervisores, restando a ele se juntar aos outros trabalhadores na parte descoberta do veículo. "Era *pra* eu ir em cima, na carroceria, com o pessoal que vai catar fruta". Retado, ele se recusou:

> **Grecion:** – Aí em cima eu não vou, não. Eu não ando em cima de carroceria de caminhão. Eu não sou jaca, não sou manga!

Diante de sua recusa, um carro teve de voltar da fazenda para buscá-lo e Grecion foi chamado por Jurandir para se explicar. Ele apresentou seus argumentos e o gerente reconheceu sua razão: "fui contratado como técnico de manutenção elétrica, não fui contratado *pra* andar em cima de caminhão. Porque eu sei, se aquela pôrra dá uma virada, você morreu. Segurança zero".

A dignidade profissional afirmada por Grecion balizou sua recusa em se submeter a um risco do qual outros trabalhadores, menos qualificados e com menor remuneração, naturais da cidade ou não, e talvez pais e mães de família com muito mais idade e responsabilidades que ele à época, não poderiam escapar – pelo menos não de maneira individual e frontal, sob pena de serem sumariamente dispensados do serviço, que estava assentado em condições de trabalho bastante precárias. O ex-vice-prefeito Antônio Mário, nas vistorias matinais que fazia pela cidade, costumava contar mais de 20 caminhões diários que levavam boias frias para a Cajuba, aos quais se somavam outros

tantos caminhões que partiam de cidades vizinhas, todos com suas carrocerias lotadas de trabalhadores que não tinham muitas escolhas, como um eletricista tinha[39].

Grecion não foi demitido da Cajuba por suas recusas, pelos problemas com Arantes nem por indisposições com colegas. Ele deixou a empresa por vontade própria para se empregar na fábrica de chocolates Chadler em Salvador: "quem vai ficar aqui é a pôrra!", pensava ele, "sai da fábrica, fui lá falar com todo mundo, não falei com ele. Encontrei umas duas vezes na rua, virei a cara, fiz que não vi, ele também virava a cara". Da capital, Grecion enviava mimos da Chadler para antigos colegas do Soure, insistindo que nenhum tablete devia ser compartilhado com Arantes, mas os colegas ignoravam sua recomendação e ele sabia disso: "*Véio* capenga, gente *rûim* [...] pense num velho *rûim*. Ele gostava muito de quem paparicasse ele, entendeu?! Mas eu fazia meu serviço, nunca puxei saco de ninguém, eu não andava babando o ovo de ninguém, igual a alguns".

O conhecimento técnico de Grecion, afirmado e reafirmado durante sua entrevista, lhe garantia ferramentas individuais consistentes para sustentar posições que ele achava justas, reivindicar direitos e até se indispor sem rodeios com um gerente bem influente ali. Grecion reconhecia que isso não alcançava todos os trabalhadores e fez questão de, tanto quanto pôde, se articular e entrosar com eles, mesmo que diferenças significativas pudessem distingui-los, no caminho até a fazenda, no serviço ou nos almoços, nas rodas de música ou entre uma cerveja e outra nos bares de Nova Soure, ambientes que poderiam mesmo ser arriscados para pessoas com poucos amigos ali.

Nilton José da Conceição, que ninguém no Soure deve saber quem é se não for tratado por seu apelido, Bodinho, é outro desafeto declarado de Arantes, o mais visceral da amostra coletada por esta pesquisa[40]. Outros entrevistados mencionaram notícias rarefeitas sobre uma única greve que teria mobilizado trabalhadores da Cajuba e muitos informaram que Bodinho conhecia melhor o episódio – pouco lembrado, ou evitado, por outros entrevistados. Bodinho trabalhou na Cajuba de 1984 a 1993 como auxiliar técnico da parte agrícola, coordenando a colheita e o transporte interno dos frutos entre o campo e o maquinário industrial e considerando o período em que ele e Arantes trabalharam na Cajuba, é certo que essa paralisação não tem vínculos com a greve geral de dezembro de 1986, quando milhões de trabalhadores em todo o país protestaram contra o aumento do custo de vida e a corrosão dos salários pela

---

[39] Entrevista com Antônio Mário Dantas Bastos (Tonho do Paiaiá), 19 out. 2022.

[40] Entrevista com Nilton José da Conceição, 6 nov. 2021.

inflação – Arantes entrou na Cajuba em outubro do ano seguinte[41]. Ele e outros entrevistados contam que poucos trabalhadores aderiram ao movimento e os líderes foram demitidos: "botaram sete *pra* fora", segundo Bodinho, que andava descontente com suas crescentes perdas salariais.

Ao retornar ao serviço, sabendo das demissões, ele seguiu para marcar seu ponto no Elefante Branco esperando não encontrar sua chapa ali. Mas se enganou, porque ele não havia sido demitido. De acordo com Bodinho, só trabalhadores da indústria, subordinados de Jurandir, haviam sido dispensados, enquanto ele e outros que prestavam contas ao gerente da fazenda, Vicente, não sofreram represálias. Ele se sentia no dever de prestar contas apenas ao seu gerente imediato: "o gerente de minha área era Vicente, eu era lotado na fazenda". Mesmo assim ele foi chamado à sala de Arantes e, segundo Bodinho, o diálogo transcorreu assim:

> **Arantes:** – Você sabe que eu posso te colocar *pra* fora?
> **Bodinho:** – Negativo. Você não é nada meu, *cê* não é gerente meu, não é nada. *Pra* mim você é igual a mim aqui dentro. E lhe digo mais, se eu soubesse que era isso, nem aqui eu tinha vindo, Seu Arantes.

Ainda de acordo com Bodinho, a porta da sala foi batida e Arantes ficou falando sozinho. As consequências do diálogo, porém, se tornaram amplamente conhecidas por ali, porque o risco que Arantes passou a correr foram mencionados por mais de um dos entrevistados. A ênfase que Bodinho coloca nas palavras ao recapitular a conversa é intensa e sua exaltação remonta àqueles dias: "nisso eu fiquei com raiva [...] Aí se eu vou [demitido] num embalo desse, um filho duma égua daquele me bota *pra* fora, eu não dava uma surra nele? Eu dava! Num tinha Jesus *pra* empatar de eu picar a desgraça nele".

Aos mais chegados, Bodinho prometia: "vou pegar ele lá no domingo, que eu não *tô* na empresa mesmo, e vou dar um murro na cara dele lá no bar". Zé da Luz era seu cunhado e passou a vigiá-lo, sempre tentando aconselhar: "rapaz, você não vai fazer um negócio desse, é um senhor de idade já"[42]. A agressão, para o bem de todos, nunca aconteceu.

Bodinho e Grecion foram recomendados por vários antigos colegas como nomes que tinham de ser entrevistados, o que motivou o alerta explícito de Grecion: "eu não sei se você quer ouvir a outra parte, a parte ruim, entendeu?".

---

[41] Verbete sobre a referida greve em Memorial da Democracia: http://memorialdademocracia.com.br/card/greve-geral-mostra-fracasso-do-plano.

[42] Entrevista com José Raimundo Costa Luz, 9 ago. 2021.

Bodinho, que evitou os contatos telefônicos e só gravou sua entrevista pessoalmente, também se interessou em apurar eventuais vínculos familiares desta pesquisa com Arantes, mas, diante da negativa, disse que não importava, falaria tudo que tinha para falar do mesmo jeito. Os cuidados de Grecion e Bodinho, mais a recorrente indicação de seus nomes alertam para eventuais reservas de outros entrevistados, que poderiam ter deixado que "a parte ruim" das histórias sobre Arantes fosse narrada por dois de seus desafetos conhecidos.

Tal hipótese não pode ser descartada, ainda que pareça pouco provável. Arantes recebeu críticas de vários entrevistados, pelo temperamento fechado, pela rigidez, pelo tabagismo exagerado, porém, trabalhadores de postos variados defenderam sua conduta. Coliseu, por exemplo, não escondeu suas críticas sobre Arantes e ao ser perguntado sobre as desavenças entre Grecion e o gerente, opinou sem esquivar-se: "Grecion, por exemplo, como você *tá* citando aí, eu não acho que foi bem isso [excesso de rigor]. É porque Grecion era, como é que se diz, meio amolecado e ele [Arantes] não gostava de pessoas desse tipo, era muito correto, não gostava de brincadeira"[43]. E Celita, que segundo Grecion era "da barreira de Arantes" – leia-se, do seu "time" –, reconhece o rigor do gerente com palavras afetivas: "olha, ele era rigoroso, mas o rigor de um pai [...] de um pai que quer ensinar os filhos, era um rigor com justiça, com o objetivo, sabendo porque é que punia, eu considerava um rigor de pai para ensinar a viver [...]. Na minha visão, ele ficava penalizado quando tinha que demitir um pai de família".

O gerente da indústria, Jurandir, ao ser perguntado se Arantes era "rigoroso", fez um reparo: "*ói*, eu não diria *rigoroso*, eu não usaria essa colocação de *rigoroso*, eu usaria um profissional de qualidade. Ele sabia o que ele queria fazer, ele gostava de fazer certo e ele sabia fazer certo"[44]. O contador Paulo, que possui uma trajetória ascendente na Cajuba, onde começou "de baixo", respondeu a uma pergunta semelhante, se Arantes seria "rigoroso" ou "criterioso" demais, e fez sua ressalva: "criterioso sim, mas não tinha aquela rigidez de chefe, entendeu? Ele fazia as coisas com naturalidade, queria o certo", e isso produzia afinidades e respeitos, ou não: "é como eu *tô* dizendo [...] dependia da pessoa, *né*? Tinha gente, no meu caso mesmo, eu e mais outros lá, Zé da Luz, tinha abertura com ele [...] fazia as coisas de acordo, *né*? E ele tratava de igual *pra* igual. Não tinha isso de perseguir. O pessoal que tinha aquele respeito, *né*? Chegava com medo"[45].

---

[43] Entrevista com Coliseu José de Santana, 8 nov. 2021.

[44] Entrevista com Jurandir Paes da Silva, 19 ago. 2021.

[45] Entrevista com Paulo Cesar Araújo dos Santos, 23 ago. 2021.

Zé da Luz não pensa diferente. Quando perguntado se Arantes teve de ter "jogo de cintura" para lidar com os conflitos na Cajuba, sendo novo na empresa e com um cargo de chefia, ele preferiu falar em "coragem profissional", para desenvolver sua argumentação:

> eu não uso nem o termo jogo de cintura, ele teve que impor e dizer, *é assim que tem que se fazer* [...] e aí aos poucos as pessoas vão se acostumando [...] O jogo de cintura eu não vou nem chamar jogo de cintura, é você saber se impor, *né*? *A determinação é essa e vamos ter que cumprir*, quem não cumprir infelizmente vai ser punido com demissão ou com advertência e assim sucessivamente[46].

Nadja, funcionária muito simpática a Arantes, aceita sua postura como uma consequência da ordem do trabalho: "era uma hierarquia já da própria empresa [...] ele estava lá *pra* defender fazer o serviço dele [...] Quando a gente tem respeito, a gente tem muito cuidado *pra* não *tá* sendo chamada, nem sendo reclamada", por isso e para afirmar sua dedicação ao serviço, ela jura não ter recebido sequer uma bronca do chefe: "nunca! Jamais! Deus me livre! Em dez anos que eu passei lá". Saudosa, Nadja acrescenta: "nunca vi Seu Arantes com mal humor"[47]. E Marlene, jovem mãe que trabalhou com ele, refutou a opinião registrada por outros entrevistados, que consideram o sisudo:

> eu discordo [...] eu ria muito com o Seu Arantes [...] Eu não acho que ele era fechado, calado [...] comigo, por exemplo, ele conversava [...] eu via que não era com todos [...] aqueles com quem ele tinha mais afinidade, com quem ele lidava mais, ele tinha mais liberdade de brincar, de conversar, de aconselhar.

Mas Marlene sabia: "se ele dissesse que aquilo ali é pau, é pau e acabou, você tinha que fazer exatamente como ele te disse *pra* fazer e acabou"[48].

Essas outras opiniões sobre Arantes sugerem que Grecion e Bodinho podem não ser porta-vozes de um incômodo mais espalhado na Cajuba e eventualmente omitido pelos demais entrevistados – que compõem uma amostra enxuta, mas diversificada. As desavenças frontais desses dois trabalhadores com o gerente não refletem uma característica isolada e exclusiva de Arantes, mas uma relação estabelecida entre eles, que era diferente das que estes mesmos sujeitos estabeleciam com outros a seu redor, influenciados por critérios

---

[46] Entrevista com José Raimundo Costa Luz, 9 ago. 2021.

[47] Entrevista com Nadja Maria Oliveira, 10 nov. 2021.

[48] Entrevista com Marlene dos Reis Oliveira, 29 ago. 2021.

variados: temperamento individual, formação técnica, raízes no Soure e, talvez, até a cor da pele. Nem Bodinho, cujo tom de pele é parecido com o do gerente, nem Grecion, que tem a pele um pouco mais escura, racializaram seus impropérios contra Arantes. "Eu chamava ele de Mula Manca", confessou Grecion, mas apenas por trás, pela frente e ainda hoje, com frequência se refere a ele como "Seu Arantes" – além de *véio filadaputa*. E uma única pessoa entrevistada contou ter ouvido um desafeto protestar contra o gerente: "quem esse preto pensa que é?", e quem disse isso não era branco, da mesma forma que tinham outros funcionários e encarregados com a pele retinta ali, embora não muitos, como em toda a cidade.

Um exemplo de autorrealização

Genivaldo dos Reis entrou na Cajuba em 1987 como assistente na administração e depois coordenou diversas atividades, principalmente o setor de transportes, de onde se tornou encarregado. Assim como sua irmã Celita – primeira mulher negra encarregada do setor de pessoal, apresentada páginas atrás –, ele era natural do Soure e foi promovido porque também se destacou aos olhos de Arantes. A diferença é que quando chegou ali, Genivaldo acumulava uma experiência de trabalho em Salvador. A trajetória desse trabalhador possui algumas peculiaridades em relação à de outros sujeitos apresentados até aqui e entre elas merecem destaque a sua experiência de trabalho na capital, o seu perfil profissional e uma outra, citada por ele mesmo durante a entrevista, quando Genivaldo trouxe à tona um assunto que não apareceu espontaneamente em nenhuma outra gravação.

Ainda menino, ele trabalhou informalmente catando castanhas nas terras da Cajuba. Ele estudou até a oitava série do primeiro grau no Soure e na adolescência se envolveu com a juventude católica: "eu era presidente do grupo de jovens em Nova Soure onde eu botava, o que? Naquele município, eu botava duzentas pessoas, duzentos jovens e adolescentes para discutir [...] questões da religião católica, formar movimentos culturais, solidários, esse tipo de coisa"[49]. Por isso, ele teceu boas relações com uma freira da paróquia local, de quem escutou a promessa de que ela iria ajudá-lo a concluir os estudos na capital. Aos 19 anos ele se mudou para Salvador e conseguiu um emprego por intermédio da freira. Genivaldo concluiu os estudos trabalhando em um posto de gasolina, de onde se tornaria gerente, e mais tarde foi novamente ajudado por suas boas relações: a mesma freira tinha um irmão diretor do Banco Econômico

[49] Entrevista com Genivaldo Pereira dos Reis, 12 ago. 2021. Usada nas páginas seguintes.

e com pouco mais de 25 anos o jovem retornou ao Soure para se empregar na Cajuba, não mais como trabalhador braçal.

Genivaldo conviveu muito com Arantes ali. Ele coordenou setores de limpeza, segurança e transportes, validado por sua experiência anterior e pela capacidade que demonstrava. "Tudo era eu", afirma Genivaldo, que despertava algum ciúme entre os colegas. A proximidade entre Arantes e Genivaldo, 32 anos mais moço que o chefe, era tanta que ele se apresenta como o "xodó de Seu Arantes": "era um cara que, Ave Maria, ele gostava de mim demais e eu gostava dele. Ele era meu amigo mesmo. De eu ir *pra* casa dele, dele vir *pra* rua só *pra* bater papo comigo". Arantes viu que podia confiar em Genivaldo ("Eu era de confiança") e ambos conversavam sobre muitos assuntos, mas o velho não era muito de contar suas histórias ou falar de si: "Arantes não falava muito dele, a gente falava era dos outros *pra* gente dar risada". Genivaldo reconhece que Arantes era reservado: "na minha casa ele ia raramente", no máximo em aniversários e um ou outro almoço, "era muito caseiro, muito reservado também em função dessa dificuldade que ele tinha de andar".

Aos olhos desse trabalhador, que se tornou um amigo, Arantes era extremamente conservador e rígido no cumprimento de regras: "as pessoas respeitavam muito ele, achavam ele, digamos assim, muito radical. Mas radical não no sentido desumano, no sentido disciplinar [...] As pessoas tinham muito respeito e tremiam na frente dele, ele dava conselhos, mas era crítico do que achava errado". E ainda por cima Arantes era cheio de manias:

> pela idade, era um cara cheio, assim, de, como é que eu diria, era sistemático. Por exemplo, ele pegava o jornal *A Tarde* todo dia [...] se alguém abrisse o jornal dele, ele disse que conhecia pelo cheiro, aí fazia uma confusão, *não quero esse jornal, não quero que abra meu jornal* [...] Ele pegava o jornal e a primeira coisa que ele fazia era cheirar o jornal, se alguém tivesse aberto [...] ele reclamava comigo.

Mesmo assim, cuidar do jornal de Arantes era a tarefa cotidiana mais tranquila de Genivaldo, que se queixa, "meu dia a dia na Cajuba era muito difícil":

> eu tinha um encarregado do refeitório e *pra* você ter uma ideia o cara com quase setenta anos, era um cara extremamente indisciplinado, era um cara que não tinha mais condição nenhuma de ser disciplinado, entendeu?! Mas era um cara que, *pra* você ter uma ideia, meus filhos chamavam minha mulher de minha mãe e a mulher desse cara de mainha [...] E aí eu tive que demitir esse cidadão. Você imagine a complexidade disso!

Quando se tornou encarregado dos transportes, setor classificado como o mais "espinhoso", Genivaldo passou a lidar com aspectos diversos do funcionamento da fazenda: logística de deslocamento de materiais de todo tipo, do escritório às frutas do campo; mobilidade de trabalhadores de todas as categorias; definição de rotas intermunicipais; pequenos favores, como entrega de encomendas ou caronas; escala de trabalho de motoristas, uma infinidade de atribuições. Para Genivaldo, o setor era a central dos conflitos. Contudo, o trabalho lhe conferia *status* e isso também gerava problemas: "eu era um encarregado com *status* de gerente. Ave Maria! Tinha conflito de todo tipo". Ele conta que um desafeto seu – "que eu não vou dizer quem é", resguarda-se – foi a Arantes para denunciá-lo por desvios de leite da fazenda e o trabalhador teria escutado o seguinte do chefe:

> **Arantes:** – Olha, eu duvido muito que Genivaldo faça uma coisa errada. Genivaldo é a reserva moral daqui.

Adiante Genivaldo foi chamado à sala de Arantes para ser notificado do episódio:

> **Arantes:** – Eu *tô* lhe dizendo isso porque eu só quero lhe dizer a resposta que ele ouviu de mim.

Assim como procedera um antigo chefe dele na Boa Viagem, Arantes se valeu de pequenas disputas corriqueiras para transmitir a seus subordinados o quanto eles eram diferenciados a fim de estabelecer a confiança que tanto prezava nas relações de trabalho – por outro lado, a julgar pela carta de (des) recomendação citada por Grecion, ele não hesitaria em transmitir críticas a quem julgasse merecê-las.

Pequenas ou grandes disputas cotidianas criavam espaços para o gerente mostrar aos subordinados os critérios que lastreavam essa forte moeda nos mundos do trabalho: a confiança – sobretudo se conquistada por um subordinado a um chefe, mas igualmente valiosa entre os próprios trabalhadores. Fossem meras fofocas ou uma crítica procedente que chegassem aos ouvidos de Arantes, o episódio narrado por Genivaldo mostra que o chefe triava a informação e aproveitava – como aconteceu com ele mesmo – para mostrar a um subordinado que ele era merecedor de elogios e ao outro que havia um padrão de comportamento a ser considerado exemplar, nesse caso, o de Genivaldo, que seguiu contando espontaneamente outro problema de sua extensa lista – e apenas ele relatou um problema como o que segue.

Como motoristas recebiam muitas horas extras, alguns chegavam a ganhar mais que um encarregado de setor, por isso, "todo mundo queria entrar na Cajuba como motorista", conta ele. Certo dia um trabalhador foi contratado para esse cargo, "e ele abriu mão sabe por quê?", perguntou retoricamente Genivaldo: "porque ele ia ser comandado por mim e eu sou negro e ele disse que não ia ser subordinado a um negro", conta rindo, "o cara abriu mão desse emprego *pra* não ser mandado por um negro". E ele segue contando:

> *pra* você ver o tamanho dos conflitos que tinha [...] quando alguém via eu, negro, *né*?! Com esse *status* de encarregado numa área que mexia com tudo, da comida ao transporte, à portaria, e via eu só vivendo com esses gerentes e diretores, era um ciúme terrível [...] Eu era querido dos dirigentes, mas dos colegas eu era super criticado, super tensionado, porque ninguém suportava. [...] Nenhum encarregado teve o acesso, o *status* que eu tinha, entendeu? Porque eu era amigo pessoal do diretor, do gerente geral e do gerente administrativo, entendeu? Mas era amigo assim, de viver na casa deles, de andar com eles, de sair com eles.

Genivaldo foi o único entrevistado que apresentou uma queixa de fundo racial e citou espontaneamente o assunto, ao contrário dos demais (brancos, pretos ou pardos, homens ou mulheres), que quando perguntados responderam que poderia haver racismo em Nova Soure, mas era velado e sutil. Espontaneamente, Genivaldo elencou o racismo como um tipo de resistência que ele enfrentou ali e, perguntado sobre como classificaria Arantes em termos de cor e se o gerente poderia ter sofrido algum racismo, ele respondeu: "eu não sei se você percebe, mas o racismo do Brasil é mais econômico. Então, Arantes era negro, mas Arantes era um gerente grande, *né*?". Sua argumentação prosseguiu e avançou sobre uma seara que não é apenas econômica, mas concernente às relações de trabalho:

> por exemplo, muitas ações que Arantes tinha de tomar eram conduzidas por mim [...] então Arantes punia porque era chefe, eu punia porque era *entregão*, porque era puxa-saco. Entendeu como a coisa era vista? Eu era o negro puxa-saco, Arantes era o gerente administrativo, *tava* lá em cima. Ninguém via Arantes pela cor, via pela posição dele [...]. E eu era o puxa-saco, era o negro dedo-duro [...] Eu tinha muitos inimigos.

Genivaldo listou outros elementos que criavam distinções e disputas:

> uma sociedade onde todo mundo se conhecia, onde todo mundo foi criado junto [...] uma sociedade altamente racista, nenhum encarregado da cidade chegou, digamos assim, a ter o acesso que eu tinha, além de tudo eu preto, eu negro, entendeu? [...] Por exemplo [...] o cidadão precisava duma carona, gostando ou não gostando de mim, tinha de me pedir [...] mesmo que falasse com o gerente geral, mesmo que o prefeito mandasse [...] o gerente geral dizia, *procure Genivaldo*, aí as pessoas, gostando ou não gostando, tinham que me engolir, entendeu?

Seus comentários mostram que ele sabia de algumas impressões negativas que inspirava em colegas e, ainda que ninguém tenha feito comentários racializados sobre ele nas outras entrevistas, mais de uma vez e quase sempre aos risos, ele foi chamado de puxa-saco – isso sim. E além de hierarquias profissionais e clivagens de cor da pele – Genivaldo é preto retinto, como a irmã Celita –, suas relações profissionais eram influenciadas por outros critérios: "por eu ser da cidade, as pessoas tinham mais ódio de mim mesmo [...] a raiva não ficava com Arantes, a raiva ficava comigo". E entre os demais entrevistados, uma pessoa depõe em favor disso.

Um antigo motorista da Cajuba com quem não foi possível registrar uma entrevista formal, apenas uma conversa com gravação autorizada, fez críticas frontais a Genivaldo. Ele contou que estava para ser demitido por causa de críticas indevidas que circulavam sobre seu trabalho e Arantes, a despeito delas, garantiu seu emprego. Segundo esse motorista, cujo nome não precisa ser revelado, ele e Arantes fizeram inúmeras viagens entre Salvador e Nova Soure e tinham uma ótima relação, motivo pelo qual Arantes acreditou naquilo que via e não no que escutava de terceiros. E o motorista descreveu sua proximidade com o chefe:

> eu não tinha essa amizade com meu gerente [Genivaldo] como eu tinha com ele [Arantes]. A raiva que eu tinha dentro da empresa era Genivaldo [...] chegava até a gente discutir [...] Ele só queria botar mais peso em cima de mim. Fim de semana era muito difícil eu folgar um dia de domingo. Genivaldo todo domingo me colocava *pra* trabalhar [...] Teve um dia que eu falei com o chefe [...] Foi um negócio sério.

O motorista – negro, mas não retinto – sabia que se Arantes "dissesse não, era não", mas tinha uma relação mais próxima e respeitosa com o chefe do que com seu imediato. Sabendo dos sérios atritos entre os dois, com certeza, Arantes atenuou conflitos e conciliou divergências, de modo a não sair lesado

nas memórias nem de um, nem do outro. O motorista declarou sua admiração por Arantes: "em matéria de homem era ali, viu? Eu dava minha vida por Seu Arantes", para logo a seguir reiterar sua queixa, "minha raiva era Genivaldo".

As histórias que Genivaldo contou sobre sua boa relação com Arantes e sobre seus tantos conflitos cotidianos, confirmados por um subordinado seu, ilustram a complexa rede de aproximações e diferenças que existiam por ali, entre ele e Arantes, bem como entre ambos e os demais trabalhadores: diferenças de idade, de posições e funções na hierarquia da Cajuba, de perfis profissionais e pessoais, de local de nascimento, de tons de pele e seus significados. Por isso, o racismo que Genivaldo denunciou pode mesmo não ter atingido o chefe, pelo menos ali no Soure, e não apenas por seu alto posto de trabalho e pela "blindagem" que outros trabalhadores, como Genivaldo, poderiam lhe garantir, mas porque em termos raciais Nova Soure tinha uma população bem diferente da de Salvador, onde Arantes trabalhou quase toda a vida.

Em 1950, aquela cidade, cuja fundação remonta a uma missão jesuíta organizada em torno de aldeias do povo cariri, tinha 12.244 habitantes, sendo 5.478 deles considerados pardos, uma classificação que se tornou bem mais expressiva nas décadas seguintes[50]. Dados do IBGE de 1980 informam que Nova Soure tinha uma população de 22.839 habitantes e que 96% deles eram considerados pardos, quando 0,5% eram brancos e 3,5%, pretos. Nesse mesmo período, a composição racial dos habitantes de Salvador possuía números muito menos uniformes, mas sabidamente imprecisos: eram 22,5% de brancos, 16,5% de pretos e 60% de pardos[51]. Como foi demonstrado páginas atrás, os brancos que compõem as estatísticas soteropolitanas poderiam não ser tão brancos assim e alguns pardos poderiam ter um tom de pele muito mais próximo dos pretos, uma vez que essas classificações variavam de acordo com critérios diversos – o que talvez acontecesse no Soure também, mas decerto em menor escala. Ainda assim, numa cidade com população tão mais parda que preta, estigmas raciais deviam ser menos sentidos por alguém com a pele como a de Arantes do que como a de Genivaldo. Portanto, quando este trabalhador argumenta que entre ele e Arantes existia uma diferença hierárquica que poderia atenuar o racismo contra o chefe, é preciso considerar essa característica da população local que também os distinguia contextualmente, amortecendo ou eliminando estigmatizações raciais que perseguissem Arantes.

E como Genivaldo retornou para a capital depois de sair da Cajuba, o que está longe de ser uma regra entre os entrevistados, essa experiência também

---

[50] FERREIRA, 1958.

[51] BRASIL. *IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. v. 1, t. 4, n. 15.

influencia o olhar que ele lança sobre a vida no Soure. Para Genivaldo, se por um lado a Cajuba contribuiu para o desenvolvimento da cidade, depois que a crise do Banco Econômico abalou a empresa, que reduziu atividades até ser vendida a outro grupo, uma geração de trabalhadores ficou presa à cidade e "não saiu, não se desenvolveu". O contraponto que ele oferece é ele mesmo, que estudou e trabalhou na capital: "quando a coisa degringolou eu já tinha meus acessos e voltei *pra* Salvador, onde *tô* ainda hoje". Genivaldo retornou para a capital, concluiu duas graduações, uma em Arquivologia, na UFBA, e outra em Letras, na Católica, e foi aprovado em um concurso público na prefeitura de Camaçari: "a prefeitura me dá um carro com motorista *pra* me pegar e me levar diariamente [...] eu sou assistente administrativo concursado [...] hoje eu estou como coordenador de suprimentos da Secretaria de Saúde", afirma ele.

As consequências dos "acessos" que ele desbravou longe de Nova Soure são motivos de orgulho e permitem compará-lo a sua irmã. Celita é negra como Genivaldo e foi encarregada de um setor também espinhoso, o setor de pessoal, além de representar a Cajuba em audiências trabalhistas, por isso, é improvável que ela não tenha experimentado indisposições com colegas. Mas Celita, que continuou trabalhando e vivendo no Soure depois do fim da Cajuba, não fez qualquer menção a discriminações raciais nem reivindicou o posto de primeira encarregada negra do seu setor, o que ela sem dúvidas podia. Se Genivaldo sentiu que ser um encarregado negro gerava incômodos entre colegas majoritariamente pardos, Celita pautou o orgulho por sua promoção sem mencionar o aspecto racial que o feito revela e sem se queixar de discriminações. Considerando a fração relativamente enxuta de informações que esta pesquisa dispõe sobre estes irmãos trabalhadores, é de se considerar que as experiências de Genivaldo em Salvador tenham influenciado as perspectivas que ele elaborou sobre as dinâmicas raciais do Soure.

Desde 1990, Genivaldo era casado e seus filhos nasceram logo depois. Em 1994 ele deixou a Cajuba para se dedicar por algum tempo a um comércio que montou em Nova Soure e, anos depois, uma vez instalado com a família em Salvador, na casa dos 40 anos de idade, Genivaldo se tornou funcionário público e ainda concluiu cursos universitários na área das ciências humanas. Portanto, em termos sociais e profissionais, ele alcançou um patamar de vida mais estável e sem dúvida ascendente, mesmo que seus rendimentos de funcionário público municipal não lhe garantissem uma posição segura na classe média soteropolitana – um segmento instável e definido por critérios variados, como renda mensal, local de moradia, padrões de consumo etc. Ele decerto conviveu com ideias que mobilizavam o debate racial em termos renovados, fosse nas universidades, fosse no cotidiano de trabalho e, como evidenciam

outras pesquisas, diferentes repertórios culturais, condições de vida e graus de segurança material estimulam diferentes respostas a experiências de estigmatização e discriminação[52].

A forma como Genivaldo interpreta o racismo de que se sentiu vítima e que foi espontaneamente denunciado em entrevista parece situá-lo muito próximo da incipiente classe média negra de Salvador estudada por Angela Figueiredo no começo dos anos 2000, com a qual este trabalhador possui algumas semelhanças. As pessoas que Figueiredo estudou tinham em média 40 anos, eram majoritariamente as primeiras da família a dispor de mais capitais econômico, social e simbólico, que não herdaram de familiares bens materiais que incrementassem sua renda e que necessariamente não possuíam formação escolar superior. Os entrevistados de Figueiredo mobilizavam identificações raciais com maior frequência e todos se definiam como negros na autoclassificação da cor, um reconhecimento decorrente de experiências discriminatórias que muitos não deixavam de relacionar a critérios econômicos[53]. Por isso, a espontaneidade de Genivaldo ao pautar uma queixa de discriminação racial, algo que nenhum outro entrevistado negro fez – como sua irmã Celita e Paulo, da contabilidade da Cajuba – não pode ser dissociada de sua experiência de vida fora do Soure e posterior ao emprego na Cajuba.

Como essa outra etapa da vida de Genivaldo, segundo sua própria ótica, decorre dos "acessos" profissionais que ele construiu, as bases dessas relações demandam alguma análise para situar os caminhos deste trabalhador dentro e fora da Cajuba. Afinal, a despeito de todas as resistências e dos tantos conflitos que ele enfrentou, sua trajetória profissional também pode ser considerada bem-sucedida e suas estratégias individuais não são exclusividade suas – conhecendo-as, é possível entender melhor como outros trabalhadores lidam com a necessidade de não apenas permanecer no emprego, como de promover-se nele também. E novamente foi o próprio Genivaldo que deixou uma pista sobre isso em sua entrevista.

Outro orgulho que ele registrou foi o de ter sido o maior incentivador para a formação de um casal de destaque na Cajuba. Como chefe dos transportes, dispondo da prerrogativa de definir as rotas e a distribuição de passageiros nos carros que saiam de Nova Soure, ele colocou lado a lado, no banco de trás de um deles, a nutricionista recém-contratada para o refeitório da empresa, Eliene, que tinha 23 anos, e o seu diretor-geral, o quarentão Barbosa, ambos

---

[52] LAMONT, *et al*., 2016.

[53] FIGUEIREDO, 2012.

de Salvador: "até hoje eles estão casados e eu fui o intermediador desse relacionamento", comemora Genivaldo.

FIGURA 109
Casal Barbosa e Eliene

Fonte: acervo de Antônio Ubiratan Barbosa.

Em sua entrevista, o gerente-geral da Cajuba confirma os dotes casamenteiros de Genivaldo, a quem chama amistosamente de Geninho, e explica que Arantes, queridíssimo por sua esposa, também foi um padrinho do enlace: "ela tem uma adoração por ele, eu fico até emocionado quando falo nessa relação [...] a gente fala muito de Seu Arantes aqui em casa [...] Genivaldo que é o culpado dessa história toda". E Barbosa também acrescenta outros componentes da boa relação que desenvolveu com Genivaldo[54].

Quando estava se preparando para assumir a gerência da Cajuba, muitos comentários negativos sobre Genivaldo chegavam aos ouvidos de Barbosa: "as pessoas falavam muito mal do jeito dele trabalhar". De um funcionário em quem confiava, Barbosa escutou um conselho expresso: "a primeira coisa que você tem que fazer lá é botar Genivaldo *pra* fora". Certamente sabendo disso, e por mais que contasse com o apoio de Arantes, o encarregado ficou apreensivo e procurou estar perto do novo chefe – quando Barbosa chegou na Cajuba, Arantes também já estava lá. No entanto, a maior parte das críticas contra Genivaldo que o gerente escutava se devia à sua recusa em conceder pequenos favores e à sua vontade de seguir as regras que os superiores lhe transmitiam, o que fazia Genivaldo ser chamado de puxa-saco, sem afetar a impressão que Barbosa teve sobre ele. Algum tempo depois de assumir de vez o comando da Cajuba, Barbosa chamou o encarregado para uma conversa, cujo conteúdo só foi possível conhecer através da versão do chefe:

---

[54] Entrevista com Antônio Ubiratan Barbosa, 13 ago. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

Barbosa: – Todo mundo diz que você é um puxa-saco. Eu vou lhe dizer, eu não gosto de puxa-saco.

Genivaldo: – Ah, Seu Barbosa... Eu puxei o saco não sei onde, eu puxei saco não sei onde e eu vou puxar o saco do senhor também.

Surpreso com a resposta inesperada, o gerente contou como compreende o diálogo anos depois: "na lata! Eu fiquei olhando *pra* ele... Não ri, eu fiquei sério, porque ele *tava* provando exatamente o que ele é: transparente". Mesmo reconhecendo que alguns trabalhadores o chamavam de puxa-saco, Genivaldo não registrou esse diálogo em sua entrevista, mas se lembrava bem de um outro, quando o gerente Barbosa o acareou com outro funcionário.

Nos deslocamentos diários entre a fazenda e a cidade, Genivaldo costumava viajar em pé na cabine do micro-ônibus para conversar com motoristas e até para não ocupar um acento, podendo se valer de sua autoridade para relativizar uma regra – de segurança, inclusive. Um funcionário da indústria, vendo o hábito do encarregado, quis fazer o mesmo e foi impedido por Genivaldo. Contrariado, levou uma queixa aos superiores e ambos foram chamados às falas por Barbosa. De acordo com Genivaldo, o tal funcionário era manhoso, falso, hipócrita, "chorava *pra* caramba", o que levou o gerente a tomar um lado no conflito: "aí Barbosa me disse coisa *pra* caramba nessa reunião". O encarregado, que garantiu nunca ter sido repreendido assim por Arantes, deixou a sala retado e querendo até se demitir, mas foi chamado em seguida para uma nova conversa com Barbosa, dessa vez a sós. Então, ele ouviu do gerente suas desculpas pelos excessos cometidos, que foram justificados pela necessidade inevitável de dar uma "porrada" em alguém:

Barbosa: – Entre você e *Fulano*, eu ia dar uma porrada em quem? Em você que é forte!

Distinguindo-se, Genivaldo reconhece que o funcionário – de quem ele contou o nome, mas que não precisa ser repetido aqui – era um coitado e revela uma lição aprendida com a escolha do chefe: "foi o ato mais sábio que eu percebi de Barbosa". Se ainda guarda mágoas, o trabalhador prefere ressignificar o episódio demonstrando sua capacidade de não confrontar os superiores, mas de aprender com eles. E Genivaldo não resistiu à porrada do gerente só porque é forte, mas por ser flexível – noutras palavras, não quebrou por ser macio.

Seu depoimento contém outro exemplo bastante eloquente sobre as lições que ele aprendeu nos mundos do trabalho e esse, em especial, é ainda mais

valioso porque foi tirado de seu convívio com o protagonista destas páginas. Quando Arantes cogitou deixar a Cajuba para se aposentar em definitivo, a notícia mobilizou alguns subordinados mais chegados, que organizaram um concurso de frases para homenagear o velho chefe. Genivaldo não se lembra qual foi o prêmio entregue ao autor da melhor frase e só é capaz de revelar uma delas. "Eu só lembro da minha frase, que foi essa e que foi a que ganhou o concurso":

> "A sua experiência de vida com trabalho e dedicação mostra-nos como exemplo a autorrealização".

Nenhum outro entrevistado se lembra desse concurso, mas isso não reduz o valor da frase tão emblemática e reveladora. Também não importa saber se ela foi elaborada à época ou recentemente, porque ela diz muito sobre como este trabalhador assimilou os exemplos oferecidos por Arantes e do quanto a autorrealização pode ser um valor cultivado amplamente por trabalhadores, reunidos para reivindicações coletivas ou em buscas individuais. Conhecendo o pouco que é possível conhecer sobre a trajetória de Genivaldo, é possível vislumbrar quais seriam os termos da autorrealização pessoal e profissional pretendida por ele a partir do que se sabe sobre a trajetória de Arantes: um bom salário, a chance de ser promovido no emprego, a aquisição da casa própria, uma capacitação contínua, a constituição de uma família nuclear, credibilidade e respeito entre chefes e colegas, mas não de todos – tarimbado na "Central dos Conflitos", Genivaldo sabia que isso ninguém conseguiria, tal como Arantes também devia saber.

Com esses objetivos em vista, Genivaldo aprendeu a trabalhar conservando boas relações com chefes, o que fez com que ele fosse chamado de puxa-saco por alguns colegas, como ele mesmo reconhece. E talvez estes mesmos colegas não negassem por completo os valores que ele cultivava. Seu exemplo possui semelhanças com a trajetória de Arantes, em quem Genivaldo se inspirava, mas não só. Como nos mundos do trabalho os termos "puxa-saco" e "pelego" têm sentidos pejorativos, o primeiro com alcance mais individual, e o segundo podendo ter abrangência coletiva – uma determinada gestão de um sindicato pode ser chamado de pelega, por exemplo –, a trajetória de Genivaldo pode ser mais bem compreendida em termos de classe à luz do exemplo de um sindicalista mexicano que se autodeclarava o "maior pelego" do mundo: ao analisar sua trajetória, Alexandre Fortes destacou a necessidade de se prestar mais atenção em todos os perfis de trabalhadores, inclusive naqueles que, um tanto imprecisamente, são taxados de pelegos.

Examinando aspectos da militância desse trabalhador (o "maior pelego" do mundo), Fortes percebeu que, apesar da pecha insultuosa, ele buscava legitimar sua atuação sindical em valores compartilhados por amplas parcelas da classe trabalhadora mexicana e se beneficiou da fragilidade de categorias com menor poder de barganha, costurando uma aliança política estável entre elites políticas e trabalhadores[55]. No entanto, se o objetivo de Fortes é demonstrar a importância de comparações entre práticas sindicais na América Latina no século XX – nesse caso, Brasil e México –, seus argumentos iluminam alguns exemplos de trabalhadores de Nova Soure, onde não existia – como ainda não existe – um sindicato congregando os empregados da Cajuba. Ali, relações diversas foram estabelecidas entre trabalhadores e gerentes, e um encarregado como Genivaldo, por mais que almejasse seu sucesso individual e enfrentasse desavenças ou resistências de alguns colegas, estava imerso em valores compartilhados por seus pares da classe trabalhadora.

Zé da Luz, encarregado do almoxarifado da Cajuba, é um contraponto aos conflitos enfrentados por Genivaldo, que diz que este colega, apesar de não ter nascido no Soure, praticamente "virou um cidadão do município", no que não exagera. Zé da Luz é natural de Conceição da Feira – e ai de quem falar Conceição *de* Feira perto dele –, mas é o único entrevistado não nascido no Soure que se refere à cidade com esse trato íntimo. A proximidade que ele tem com a cidade se repete nas entrevistas de seus colegas, muitos deles, hoje, seus amigos – Genivaldo e Barbosa, inclusive.

Messias, antigo contínuo da Cajuba, classifica Zé da Luz como "um cara *amigueiro*, irmão, cheio de amizades", e, para confrontá-lo com os rigores de Arantes, garante que se um trabalhador chegasse bêbado no serviço, não seria denunciado ou demitido, mas seria protegido por Zé da Luz[56]. Simão, que trabalhou na segurança da fazenda, se apresenta como amigo de Zé: "esse era um cara diferenciado"[57]. O técnico da agrícola Ademir também cita afinidades com Zé da Luz, pautando-as na militância que ambos tinham no Partido dos Trabalhadores local, e Grecion elogiou o encarregado com a mesma intensidade com que criticou Arantes: "Zé é camisa 10, gente boa"[58]. Na juventude Zé da Luz gostava de tomar cerveja e era presença certa nos *bábas* da empresa e as funcionárias entrevistadas contaram que seu entrosamento no Soure foi

---

55 FORTES, A. O maior 'pelego' do mundo? Fidel Velázquez e o sindicalismo oficial no México pós-revolucionário. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 459-478, jul./dez. 2009.

56 Entrevista com Messias Damião de Macêdo, 18 ago. 2021.

57 Entrevista com Simão Aurelino de Souza Filho, 29 nov. 2021.

58 Entrevista com Ademir Vieira de Melo, 8 nov. 2021; Entrevista com Grecion dos Santos Antunes, 1º set. 2021.

favorecido também por suas prendas físicas e por um espírito namorador – que se converteu em modéstia com o tempo, uma vez que ele nega que isso tenha acontecido. E tão importante quanto todas essas qualificações positivas atribuídas a Zé da Luz foi a ressalva oferecida por Paulo, quando relativizou os rigores de Arantes dizendo que ele e Zé da Luz gozavam de boa relação com o chefe[59].

Pessoas que durante as entrevistas, aos risos, chamaram Genivaldo de puxa-saco e registram pequenas ou grandes queixas sobre o rigor de Arantes, são unânimes quando descrevem Zé da Luz como alguém muito bem entrosado no cotidiano da Cajuba e de Nova Soure – o próprio Genivaldo, inclusive. Entre eles muitas diferenças podem ser notadas: todos exerceram cargos de chefia, mas Arantes esteve em um posto mais alto, foi ele, inclusive, quem promoveu os outros dois; Arantes também era o mais velho e experiente, e só Genivaldo era natural do Soure; dos três, Zé da Luz é o único de pele branca e abertamente petista; sem contar todas as demais diferenças subjetivas que cercam suas personalidades. É impossível isolar critérios que possam explicar os motivos de uns receberem críticas de colegas enquanto outros inspiraram elogios, sobretudo quando Zé da Luz e Genivaldo não confrontaram Arantes, como Grecion, mas apenas demonstram diferentes maneiras de lidar com colegas, às vezes com flexibilidade, como Zé da Luz se permitiu fazer.

Ainda assim, tudo indica que os três tiveram uma boa relação, como Genivaldo e Zé da Luz demonstram em suas entrevistas. E adiante, assim como sua irmã, Celita, Genivaldo também chegou a fazer visitas a Arantes em Salvador. Os irmãos, ambos bastante católicos e dedicados ao serviço sem demonstrar ânimo para confrontações, estão entre as poucas pessoas de Nova Soure de quem Arantes ainda tinha o contato em sua última agenda telefônica[60].

E mesmo gostando e admirando tanto Arantes, Genivaldo quis saber as razões de uma pesquisa se dedicar à trajetória de seu antigo chefe: "por que esse tema, de uma pessoa, quer dizer, especial *pra* mim, mas uma pessoa comum, um simples trabalhador, um operário, que não teve, assim, destaques em grandes companhias, foi um funcionário que me parece que comum? Talvez eu tenha uma trajetória relativamente parecida com a dele", aponta o trabalhador[61].

---

59 Entrevista com Paulo Cesar Araújo dos Santos, 23 ago. 2021.

60 *Última agenda telefônica de Arantes*. Acervo da família Arantes.

61 Entrevista com Genivaldo Pereira dos Reis, 12 ago. 2021.

Diplomata ou general?

Durante boa parte do tempo em que Arantes trabalhou na Cajuba, seu diretor-geral foi o já citado Barbosa, que chegou ali três anos depois de Arantes e com 21 anos a menos, mas bastante gabaritado por suas experiências profissionais. Antônio Ubiratan Barbosa nasceu numa família de trabalhadores com situação financeira remediada, mas começou a trabalhar cedo, contando com apoio de um padrinho influente: Emilton Moreira Rosa, cuja esposa era como uma irmã para a mãe de Barbosa. Foi pelas mãos do padrinho que o menino se inseriu no escotismo, o que permitiu que ele desenvolvesse valores correntes nos mundos do trabalho, como disciplina, organização e capacidade de trabalhar em equipe, conforme ele mesmo reivindica na maturidade[62]. Barbosa foi perfilhado por Emilton: "ele me trata como filho [...] e isso mudou minha vida".

Emilton bacharelou-se em Ciências Sociais, mas se especializou no ramo da administração, onde teve uma longa carreira no Grupo Odebrecht, se notabilizando como o dono do crachá nº 1 da construtora. Ao longo de sua vida, além de altos cargos na Odebrecht, Emilton transitou por espaços de prestígio na sociedade soteropolitana, como o Lions Clube, e foi conselheiro das Obras Sociais de Irmã Dulce e cônsul-geral honorário do Japão na Bahia. Quando Barbosa começou a trabalhar no almoxarifado da Odebrecht, aos 16 anos, o padrinho administrava a fundação que leva o nome da família, da qual foi presidente por mais de duas décadas por indicação de Norberto Odebrecht, de quem Emilton se considerava um velho amigo[63]. Ali, Barbosa galgou sucessivas promoções, até se estabelecer no setor financeiro, recebendo bons salários e cultivando boas relações. Adiante, Barbosa se empregou no Grupo Econômico como gerente de suprimentos de vários de seus empreendimentos, entre eles a Cajuba, o que motivou o convite para assumir a gerência da fazenda. Sua trajetória tem uma característica notável que ele mesmo destaca: "eu sempre estive muito perto da cúpula". Ao citar a influência de Emilton, Barbosa não fez qualquer alusão à sua cor, mas não foi difícil encontrar imagens na internet que mostram que padrinho e afilhado possuem tons de pele parecidos.

Barbosa é um contador de histórias animado e, por conta própria, trouxe à entrevista temas que convergiam para sua pauta de interesses. A compreensão que ele possui sobre a relação com Arantes é bastante expressiva e crucial para entender a trajetória de ambos:

---

62 Entrevista com Antônio Ubiratan Barbosa, 13 ago. 2021. Usada nas páginas seguintes.

63 Ver: https://www.fundacaonorbertoodebrecht.com/comunicacao/noticias/2015/04/23/especial-50-anos-historia-a-servico-da-familia.html. Ver também: FACÓ, L. C. O chefe Rosa. *Blog do Favo*. [*S. l.*], 2 mar. 2015. Disponível em: http://lcfaco.blogspot.com/2015/03/emilton-moreira-rosa.html.

> Seu Arantes tem uma trajetória muito parecida com a minha própria trajetória. Somos negros, não conseguimos ter um curso superior, um diploma, um papel, como se diz, mas tivemos, eu não digo a oportunidade, nós batalhamos juntos, *né*?! Cada qual na sua época, *pra* temos uma coisa chamada dignidade. E dignidade tem muito a ver com comportamento.

Ele listou dois exemplos da dignidade através da qual ele certifica seu profissionalismo exemplar: "nunca bati ponto" e "nunca pedi aumento de salário". Não é contraditório lembrar que bater ponto e brigar por aumentos salariais, coletiva ou individualmente, são atestados da dignidade profissional de muitos outros trabalhadores, mas com essas assertivas Barbosa afirma seu compromisso com o serviço, recusando um instrumento de controle patronal, o que não o impediria, por outro lado, de até trabalhar horas a mais. Além disso, dada sua entrega ao serviço, ele também alega sua recusa a qualquer negociação financeira: se ele reconhece seu valor, não precisa pedir que o patrão o faça. Como medalhas ostentadas no peito de um bom escoteiro, os orgulhos que Barbosa anexa à sua trajetória o aproximam de Arantes, mas não deixam de distingui-lo de trabalhadores não tão bem remunerados, que batiam cartão e com quem ele poderia ter algumas identificações, como a cor da pele, por exemplo. E a proximidade com as cúpulas foi uma escola igualmente importante para o seu sucesso – tal como fez, páginas atrás, o ex-contínuo da Concic, Joel.

Barbosa chegou na Cajuba aos 40 anos de idade e não teve problemas ao assumir uma chefia tendo o experiente e sexagenário Arantes como seu subordinado: "eu nunca consegui chamar Seu Arantes de outra coisa que não fosse Seu Arantes". E não demorou para que eles estabelecessem uma proximidade: "Eu acho que com menos de um ano lá, ele só me tratava de Barbosa se tivesse alguém por perto, se tivesse eu e ele, ele dizia: *ô, negão*". Barbosa desenvolveu um respeito filial por Arantes e assim parece ter sido abraçado também:

> de vez em quando eu olhava assim *pra* ele, e eu via a figura de meu pai [...] A cor escura, muito calado [...] Primeiro que ele era muito austero e as pessoas respeitavam ele. E ele tinha uma capacidade de negociar, de encontrar uma coisa que *pra* mim é fundamental, que é o equilíbrio [...] Era muito dócil e às vezes tinha uma forma muito irônica de dizer não.

Claro que em meio a tanto elogios, Barbosa não deixou de registrar uma crítica a Arantes: "existe uma coisa que eu detesto: cigarro. Ele fumava que

nem uma chaminé". Mas assim como Cristina, apresentada páginas atrás e que dirigiu hospitais depois de trabalhar na Cajuba, Barbosa diz ter se espelhado em Arantes, classificando-o também como conselheiro: "ele era muito, muito, muito, muito profissional, sem deixar de ter aquele brilho paternal [...] Quando queria bancar o meu pai, dizia, *negão, preste mais atenção*". Por uma intimidade de cor ou pela força do vocativo "negão", quase uma interjeição que em Salvador pode ser usado indistintamente por brancos, pardos e pretos para tratar com pessoas de pele preta, parda ou branca, Arantes dispensava formalidades no trato com Barbosa se estivessem a sós. Para Barbosa, a cor deles contribuiu para uma aproximação.

Diferentemente de Genivaldo, Barbosa não citou conflitos raciais em Nova Soure e, perguntado sobre Arantes, especula: "eu acho que uma pessoa que veio de onde ele veio não chega ao ponto que chegou pelos lindos olhos, até porque ser negro nessa terra é difícil". No entanto, Barbosa entende que seu amigo e conselheiro pudesse contornar discriminações: "acho impossível uma pessoa como Arantes, Seu Arantes, ter tido qualquer tipo de conflito racial [...] ele trazia as pessoas para um procedimento de absoluto respeito". Assim como Genivaldo, que parece ter sido influenciado pela posteridade na compreensão que possui de experiências de discriminação racial, Barbosa demonstra o mesmo quando aproxima pardos e pretos dentro de uma categorial social discriminada. Igualmente evidente, a marca dessa estigmatização aparece nas relações de causa e consequência entre valores que Barbosa reputa como importantes para ele e para Arantes também: comportamento, respeito e dignidade.

Com certeza, as opiniões que Barbosa se permite compartilhar sobre Arantes se pautam na sua própria trajetória e uma delas ficou registrada na entrevista. "Eu confesso", conta Barbosa, "eu nunca senti qualquer tipo de tratamento por causa disso [racismo] em nenhuma situação, exceção no próprio Grupo Econômico, eu tive uma única vez um problema desse":

> foi um episódio, assim, tenso, com um colega de trabalho. Por sinal gosto muito dele [...] mas que durou acho que dias. Mesmo porque Deus colocou as coisas para se acertarem rapidamente [...] ficou claro que não fazia sentido. Ele era somente meu colega e se tornou meu amigo e ficou meu amigo até eu perder o contato dele.

Segundo Barbosa, o colega "tinha traços arianos, mais alto do que eu, um cara forte [...] o cara tinha porte, quase dois metros de altura", e estava administrando uma das fazendas do banco. Por conta de algum aborrecimento do colega, que se exaltava, eles travaram um diálogo tenso, o que Barbosa já

achou um acinte: "primeiro, ele era gerente de fazenda, eu *tava* com um cargo superior ao dele". E, esquentando o diálogo, o colega ameaçou com dedo em riste: "olhe, seu neguinho, eu só não lhe dou um tiro aqui e agora porque eu sei em que ambiente eu estou". O colega ia deixando a sala e Barbosa o intimou a voltar:

> **Barbosa:** – Psiu! Não saia não! A mim pouco importa quem você é, aqui você *tá* subordinado à minha atividade. E você não dá nenhum tiro porque o vento que venta lá é o mesmo vento que venta cá.

Dias depois, o colega, que estava às voltas com uma difícil prestação de contas da fazenda pela qual respondia, teve de bater de novo na porta da sala de Barbosa para pedir ajuda. Com braços abertos e a boa vontade garantida pelo conhecimento do assunto que parecia faltar ao colega, Barbosa recebeu um abraço fraterno e escutou uma confidência que, aos olhos do interlocutor racista, deveria enchê-lo de orgulho: "eu já disse às minhas filhas... Se arrumar um neguinho, se se *metê* com um neguinho, eu já disse a elas... Eu mato ele e mato elas! Mas se qualquer uma delas quiser casar com você...".

Barbosa entendeu que a "autorização" – talvez retórica e com certeza incapaz de esconder ou superar o racismo que transbordava do colega – era oferecida como um pedido de desculpas, o que ele sugere ter aceitado. Mas definitivamente ser chamado de "negão" por Arantes, que o fazia com afeto paternal e uma cumplicidade assentada em bases múltiplas, não tinha o mesmo sentido de ser tratado como "seu neguinho" por um colega branco e não tão amigo à época. Sua reação e a resposta que ele ofereceu, depois de devolver a ameaça, concentra mais de uma opção comum entre pessoas vítimas de preconceito: o gerenciamento de si, que consiste em evitar conflitos que possam provocar estigmatizações e a demonstração de competência profissional como uma garantia de autoafirmação, sem descartar a possibilidade de um eventual confronto – afinal, vento que ventava lá, ventava cá[64].

Assim como Barbosa, Arantes sabia demonstrar sua competência profissional, se esforçava para evitar conflitos e gerenciava bem tanto a si quanto aos outros. Além de dócil, conselheiro, paternal, Barbosa vê outras qualidades no velho amigo: "Seu Arantes era o meu diplomata [...] Eu dizia *pra* ele, *o senhor é meu chanceler*", diplomacia que se manifestou em várias frentes. Uma vez dois trabalhadores da Cajuba se envolveram num triângulo amoroso com

---

[64] LAMONT *et al.*, 2016, p. 10-11.

uma mulher – esposa de um, amante do outro – e eles quase se matam à faca dentro da fazenda. Arantes chamou os dois à sua sala e, sem derramamento de sangue, desfez o conflito cortante: "Seu Arantes era capaz de fazer isso", conta Barbosa. De outra feita, Barbosa queria demitir um técnico agrícola, segundo ele muito competente, mas "meio esquerdista", que tentou engajar trabalhadores em uma paralisação, e quando Arantes soube disso se opôs:

> **Arantes:** – Como é que você faz isso?! Negão, você *tá* doido?! Esse cara é um líder!

Barbosa então desistiu da ideia e Arivaldo, o tal funcionário, só deixaria a Cajuba mais adiante, quando montou sua empresa de cultivo e comércio de frutas para, depois, se tornar prefeito de Nova Soure. Segundo Barbosa, Arantes "tinha essa capacidade de negociar": "ele era realmente um excelente conciliador". Essa, porém, assim como outras características lembradas por quem conviveu com ele, não é uma unanimidade.

Entre suas muitas atribuições, Arantes também se incumbiu de administrar o condomínio mantido pela Cajuba para alguns funcionários. Via de regra, residiam ali apenas pessoas que ocupavam cargos de gerência, encarregados, assistentes sociais, nutricionistas, agrônomos. Para funcionários do quadro técnico, por exemplo, a Cajuba oferecia repúblicas na cidade ou vagas em pousadas e hotéis, como foi o caso de Grecion por algum tempo. Zé da Luz, depois de promovido a encarregado, passou a morar no condomínio, o que ele informou com explicações necessárias e chistes: "sem bajular ninguém, me convidaram *pra* morar lá e eu fui [...] por coincidência, graças a Deus, eu fiquei do lado esquerdo", afirma brincando com o que não era apenas uma coincidência com suas afinidades ideológicas[65].

[65] Entrevista com José Raimundo Costa Luz, 9 ago. 2021.

FIGURA 110
Vista atual do condomínio da Cajuba, com a casa onde Arantes residiu sinalizada com um quadrado

Fonte: Google Maps (2023).

Havia no condomínio apenas doze casas, de três ou quatro quartos, todas com jardins, varanda e mobília, prontas para receber os funcionários. Elas estavam construídas em um amplo terreno que também abrigava a creche da Cajuba, num prédio ao fundo, e tinha quadra de esportes e piscinas adulta e infantil para uso dos moradores – um uso que não era tão livre assim, sobretudo enquanto Arantes o administrou. Na área comum, dois blocos de seis casas cada eram divididos por uma praça central com árvores, quiosques e vagas de estacionamento e seu calçamento de pedras portuguesas pretas e brancas desenhava a logomarca do Banco Econômico – detalhes que permanecem conservadas lá ainda hoje. As maiores casas do condomínio estavam à direita de quem cruza sua única portaria e, como gerente, Arantes residiu na última casa do lado direito, ladeado pela casa de Barbosa e só um pouco mais afastado de Jurandir, gerente da indústria.

Nem de longe a experiência de administrar o condomínio pareceu com seu trabalho à frente da vila operária da Boa Viagem, mas a primeira não apenas contribuiu para seu desempenho na segunda, como uma comparação entre elas ajuda a conhecer Arantes em diferentes contextos da carreira. É possível

reconstituir aspectos de sua convivência com alguns colegas de quem ele era bem próximo na hierarquia da Cajuba, cujos relatos descrevem o perfil profissional e pessoal que Arantes cultivava na sua maturidade, reservado em termos pessoais e rígido na observância de regras.

Ele mencionou em seu manuscrito que foi preciso estabelecer algumas regras tão logo ele assumiu as funções de síndico dali: "antes da sua chegada, segundo comentários que circulavam na cidade", escreveu ele, "havia muita indisciplina porque os moradores se desentendiam entre si", o que ensejou uma providência imediata por parte dele, que então, "convocou uma reunião [...] visando pôr em funcionamento novas normas para melhorar a disciplina e a boa convivência". Mesmo sempre preocupado em demonstrar cuidado no exercício da autoridade que suas funções exigiam, Arantes tratou dessa experiência sem as hesitações de antes e até se permitiu propor normas assim que assumiu o posto, desobrigando sua consciência de qualquer conflito. Sem vínculos históricos ali, amparado por sua longa experiência profissional e com mais idade que quase todos os demais moradores, ele não tinha razões para se constranger. E mais de um dos moradores contemporâneos de sua gestão se lembram de como ele transitava entre o condomínio e a Cajuba e das normas que Arantes associava à uma "boa convivência".

Jurandir se declara "um amigo confesso" de Arantes: "*pra* mim ele era um paizão". Mas Jurandir tinha família em Sergipe, ficava poucos finais de semana em Nova Soure, o que reduzia seu convívio com Arantes fora do serviço: "ele era muito fechado, pelo menos comigo, até mesmo porque eu não tinha assim aquela oportunidade de sentar com ele, tomar um refrigerante. Almoçar?! Uma vez ou outra, mas era um almoço de trabalho". Na Cajuba, a relação deles era afetiva, mas no condomínio o velho era muito caseiro: "normalmente ele só saia *pra* ir na portaria *pra* pedir ao guarda *pra* comprar alguma coisa *pra* ele, normalmente cigarro, nem uma cervejinha bebia"[66]. Zé da Luz era fumante como Arantes e eles poderiam se encontrar para conversas durante um e outro cigarro – e no caso de Arantes, era um atrás do outro, como todos lembram –, mesmo assim os dois também conviveram pouco ali: "ele era muito reservado", conta Zé da Luz[67].

E Barbosa, tão amigo de Arantes, de quem escutou diversos aconselhamentos, confirma que o velho era bom de conversa, mas só quando o assunto era trabalho: "veja só, eu não tive muitas oportunidades de conviver com as

---

66 Entrevista com Jurandir Paes da Silva, 19 ago. 2021.

67 Entrevista com José Raimundo Costa Luz, 9 ago. 2021.

minúcias da vida de Seu Arantes"[68]. Marlene, por ser amiga de Eliene, namorada e depois esposa de Barbosa, frequentou o condomínio e viu que Arantes era mais fechado: "quando ia alguém lá era mais uma coisa profissional [...] o quadro de amizades dele era bem restrito". Aos domingos, quando ia à missa, ele passava na casa da avó de Marlene para uma visita rápida, "mas não era de ficar ali muito tempo [...] ele não era muito de ficar ali com o pessoal batendo papo"[69]. Genivaldo conta que mesmo no condomínio, entre encarregados e gerentes, o velho tinha suas reservas e evitava bolodório com os vizinhos:

> churrasco no condomínio por aniversário de Barbosa, por exemplo [...] aí Arantes que morava lá também ia. Só que Arantes não era um cara de beber [...] comia e ia embora. Não era um cara que gostava muito de muvuca, digamos assim. Ia lá, fazia um social, dava uma prosa e ia *pra* casa. Ficava mais eu, Zé da Luz, Barbosa [...] Arantes era um cara fechado [...] o negócio de Arantes era ler e comer [...] Era na dele[70].

Deraldo, técnico agrônomo que trabalhou na Cajuba de 1986 a 1995, morou com a família no condomínio e reconhece que Arantes "era um pouquinho mais fechado", mas não completamente: "eu sempre recebi convite quando ele fazia alguma coisa na casa dele, na minha casa ele era sempre convidado"[71]. Deraldo não era do Soure, mas de Ribeira do Pombal, e morava ali desde antes da chegada de Arantes, para ele: "alguns problemas que Arantes teve foi justamente tentando implantar as regras do condomínio com algumas pessoas que tinham amizade na cidade". Pessoas de Nova Soure abriam mais os portões do condomínio para visitantes e Arantes estipulava regras:

> não era um relacionamento ruim *pra* que a pessoa dissesse que o cara não presta [...] Ele tinha vindo de uma de uma formação das empresas *aonde* ele tinha passado, de uma formação muito profissional, *né*?! E na época que ele chegou em Nova Soure a Cajuba era uma empresa tida ainda como se fosse familiar, era todo mundo de Nova Soure.

Deraldo, 20 anos mais jovem que Arantes, tinha duas filhas pequenas e as meninas queriam levar colegas da escola para a piscina, mas Arantes, "regra

---

68 Entrevista com Antônio Ubiratan Barbosa, 13 ago. 2021.

69 Entrevista com Marlene dos Reis Oliveira, 29 ago. 2021.

70 Entrevista com Genivaldo Pereira dos Reis, 12 e 14 ago. 2021.

71 Entrevista com Deraldo Ferreira da Silva, 13 set. 2021. Usada no parágrafo seguinte.

segura", não queria que a piscina ficasse cheia de convidados: "então, minha esposa contestava na época, até que ele cedesse, e aí havia liberação". Relembrando a convivência na vizinhança, Deraldo pondera: "realmente, se abrisse mão, ninguém tinha lazer. E ele era regra segura".

O engenheiro agrônomo Eduardo, muito amigo de Deraldo, morou no condomínio em uma situação excepcional. Por ser natural do Soure, a empresa não precisaria custear sua residência ali, mas ele, conhecido e tratado por Eduardo de Binha, era muito bem relacionado, tinha parentes próximos ou distantes por toda a cidade, e conseguiu negociar esse tento. Recém-casado, ele e sua esposa, Maria Amélia, foram morar no condomínio quando Morena e Arantes também se estabeleciam ali – Eduardo e Amélia tinham duas décadas de vida a menos que seus novos vizinhos.

De acordo com Amélia, quando Arantes e Eduardo iam juntos do condomínio para a fazenda, levados pelo carro da empresa: "às vezes meu esposo atrasava, Seu Arantes chamava atenção", ainda que o atraso fosse mínimo[72]. Durante a entrevista, espontaneamente ela registrou: "Seu Arantes era general [...] honrava seus compromissos de horário, de exigência acima da média, eu acho que ele respirava trabalho, vivia trabalho". Em seguida ela resumiu: "muito carrasco", para depois corrigir, aos risos, o peso do primeiro adjetivo registrado pelo gravador: "bota aí: rigoroso".

Eduardo e Maria Amélia gostavam de farra e, segundo ela, nas noites que antecediam os finais de semana o casal sempre organizava a Sexta Super, com cerveja e bate-papos pelo condomínio. Arantes e Morena nunca aderiam, preferindo ficar em casa mesmo, assistindo TV. Amélia e Eduardo tinham filhos pequenos, animados para usar a piscina diariamente, mas as crianças e os pais enfrentavam a rigidez de Arantes. Segundo ela, nas férias escolares tudo piorava, porque ele "botava umas regras lá":

> **Arantes:** – Não! Piscina tem dia. Terça, quinta, sábado e domingo.

Para essa mãe, "o condomínio era um oásis em Nova Soure", e por isso ela reclama: "Quem *güentava* tanta criança de férias dentro de casa?". De tanto ver os portões da piscina trancados à chave, ela teve de agendar uma conversa com o síndico: "foi necessário uma reunião à noite na casa dele!". Na ocasião ela ouviu Arantes argumentar que os gastos com cloro não permitiam o uso diário da piscina.

---

[72] Entrevista com Maria Amélia Oliveira Santos, 3 out. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

Mas essa jovem mãe aprendeu a recorrer à intermediação de outra mãe e avó: "Dona Morena era um doce de pessoa. Ia lá em casa me visitar e tal. Então a gente criou uns laços de afetividade [...] a gente tinha um carinho muito grande". Com ajuda de Morena, as crianças puderam tomar banho de piscina todos os dias da semana durante as férias, mas só nas férias, porque durante o ano a regra tinha de ser cumprida. Além disso, amigos e primos das crianças que quisessem entrar no condomínio continuavam precisando de uma autorização por escrito: "meu filho dizia: '*êita que Seu Arantes é rûim, hein, minha mãe*?!'", relembra Amélia, "ele era um homem assim, tudo preto no branco".

Amigos e primos de Eduardo também frequentavam o condomínio como convidados. Um deles era Bodinho, desafeto de Arantes e para quem ele tinha "o rei na barriga". Bodinho frequentou bastante o condomínio, mas nunca como morador. Uma vez ele estava na piscina com Eduardo e Deraldo, e conta: "eu peguei meia dúzia de cerveja e a gente ficou lá na piscina bebendo [...] Aí ele [Arantes] mandou recado por Maria Lúcia, que era mulher de Deraldo, que era *pra* gente desocupar a piscina que *tava* na hora de sair"[73]. Como convidado, Bodinho não tinha muito a fazer, e esperou pela resposta de Eduardo, morador, mais graduado no serviço e sempre lembrado como um sujeito de bom trato, cheio de amizades e avesso a conflitos. Então, a esposa de Deraldo, Maria Lúcia, escutou a resposta de Eduardo:

Eduardo: – Se Deraldo, que é seu esposo, quiser sair, tudo bem, ele pode sair. Agora, eu não saio, não.

Bodinho: – Se você não sair, que é morador, eu também não saio, não.

Maria Lúcia insistiu, alertando que segundo Arantes era hora de passar o cadeado no portão, mas Eduardo respondeu que não havia problema: caso fosse trancado, o portão seria posto abaixo com cadeado e tudo. Ao saber da resposta, Arantes decerto bochechou seu incômodo com a quebra de suas regras de boa convivência, mas as cervejas foram consumidas sem pressa e o portão permaneceu como estava – ou seja, destrancado e por isso inteiro. Arantes não desconhecia os limites de sua autoridade ante à burla de alguns colegas ou simplesmente preferiu relevá-la.

A quadra do condomínio, vizinha às piscinas, também era frequentada por muitos outros trabalhadores, mas em dias específicos e previamente agendados: às quartas, das 20:00 às 22:00. "A gente jogava direto lá", conta

[73] Entrevista com Nilton José da Conceição, 6 nov. 2021.

o segurança Simão, "não tinha problema nenhum *pra* gente entrar, bater nosso *bába*". Para ele, apesar de "meio carrancudo", Arantes era flexível e atencioso: "sempre conversava com a gente, sempre que era necessário chamava *pra* conversar, *pra* dar conselhos, dar puxões de orelha". E ele chegou a escutar os conselhos que atenuavam repreensões:

> eu mesmo tive época que eu *tava* meio despadronizado com relação à minha função [...] eu *tava* meio atordoado, aí deixei a barba crescer, o cabelo crescer. Ele passou umas quatro vezes e aí chegou o dia de me chamar atenção. Mas eu levei com naturalidade [...] [se] *tá* errado, tem que ouvir e prosseguir [...] [Arantes] perguntou se eu *tava* precisando de dinheiro, se *tava* precisando de aumento, aí ele dava risada, *vá cortar seu cabelo e vá procurar se organizar*, mas nada demais, não[74].

Os *bábas* do condomínio, segundo Simão, não incluíam banhos de piscina, o que ele lembra sem maldizer o chefe: "era só futebol mesmo"[75]. Ao contrário do segurança, Grecion também participava dos *bábas* de quarta no condomínio e dos de domingo, que eram no campo da fazenda, e registra muitas queixas: "Seu Arantes ia assistir [...] e aí você sabe como é bola", palavrões e brigas corriam soltos, "ele não gostava". E Grecion reclama: "*os peão* não tinha direito à piscina, não! Tinha só direito ao campo de bola". Aos domingos, Arantes exigia uma lista prévia com os nomes de quem iria para o jogo: "não tinha negócio de levar convidado, pôrra nenhuma".

Novamente, as perspectivas deste técnico divergem das de outros trabalhadores e, como ele esteve no condomínio também a serviço, para consertar um chuveiro queimado justamente na casa de Arantes e Morena – segundo Grecion, "uma *véia rûim* igual a ele, a tampa e a panela" –, suas histórias reverberam minúcias daquele cotidiano de lazer e trabalho a partir das peculiaridades de sua perspectiva. "O que aconteceu foi o seguinte", narra ele:

> eu fui fazer o serviço, era 8:30 *pra* 9:00 da manhã, deu meio-dia, não foram me buscar e nem Dona Morena, mulher dele [...] não fez comida. E aí deu 13:30 da tarde e eu trabalhando *pra* concluir o serviço. Rapaz, quando eu saí, tinha uma penca de banana d'água, eu fui inventar de comer uma banana, e ela [Morena] lá *pra* dentro do quarto [...] Meu amigo, essa velha ligou *pra* ele, foi uma putaria!

---

[74] Entrevista com Simão Aurelino de Souza Filho, 29 nov. 2021.

[75] Entrevista com Grecion dos Santos Antunes, 1º set. 2021.

A notícia de sua "ousadia" circulou pela Cajuba e ele conta ter ouvido de um superior, que se divertia com o caso: "você foi comer a banana do *véio*, ele *tá* virado na pôrra com sua cara"[76].

Para Grecion, podia ser normal comer uma banana sem pedir; para Morena e Arantes, talvez não, sobretudo quando ele colecionava indisposições com o eletricista que podiam não ser desconhecidas pela esposa. Por outro lado, Grecion, que não morava ali, mas ouvia conversas, narra um exemplo de que os rigores de Arantes não eram apenas com ele ou os peões. Em seus termos, ao saber do enlace de Barbosa com Eliene, o síndico teria protestado:

> **Arantes:** – Isso aqui agora virou um puteiro, o *homi tá* comendo a mulher lá dentro!

É improvável que o próprio Arantes tenha compartilhado esse comentário – nos termos acima transcritos ou em outros mais tênues – com Grecion, em quem ele não confiava a tal ponto. E com Barbosa também é pouco provável que a crítica tivesse esse tom: ao tratar com alguém próximo, em termos pessoais e profissionais, Arantes se limitaria a conselhos mais sóbrios sobre hierarquias que não poderiam ser confundidas etc. Este casal permaneceu junto mesmo depois de todos deixarem a Cajuba e na última agenda de Arantes eles também não foram separados, aparecem ali na página correspondente à letra B, geminados pela caligrafia cuidadosa do dono da agenda: "Barbosa/Eliene". Mas ao saber da aproximação de ambos, não é impossível que Arantes tenha mesmo pensando o que Grecion traduziu.

No condomínio da Cajuba, todos os moradores ocupavam cargos de gerência ou chefias e mesmo assim, além de reservado ou até distante, Arantes era rígido no controle de regras sociais e morais, algumas com certeza elaboradas por ele mesmo. O rigor do síndico com vizinhos que queriam tomar cerveja à beira da piscina até mais tarde, com trabalhadores que iam jogar bola no condomínio e até com o gerente que namorava, mas ainda não desposara, uma funcionária, era lastreado por critérios bem particulares, nem sempre compartilhados por quem conviveu com ele. Os incômodos ou os elogios de vizinhos, colegas e subordinados revelam as diferentes expectativas que cada um deles levava consigo.

Grecion, por exemplo, se queixou da falta de acesso à piscina, algo que não parecia incomodar o segurança Simão, e o próprio Grecion listou diferenças entre ele e outros trabalhadores locais, que ajudam a explicar a diferença

---

[76] Entrevista com Grecion dos Santos Antunes, 1º set. 2021.

de opinião. Um segurança, portanto, podia não se incomodar com a falta de acesso à piscina tão intensamente quanto um técnico, que reivindica de viva voz querer mais que os colegas da cidade, acostumados com o que para ele poderia ser "pouco" – fosse uma banana ou um mergulho na piscina. E se para Maria Amélia, uma jovem mãe casada com Eduardo, funcionário com muitas relações na cidade, Arantes parecia carrasco – digo, rigoroso –, para o gerente Barbosa, o velho era uma diplomata na lide com os conflitos diários, dentro ou fora da Cajuba. Como está evidente até aqui, as opiniões de quem conviveu com Arantes em Nova Soure divergem em variados graus de intensidade e tudo indica que mesmo entre colegas de gerência ele era severo, mas alguns tinham como responder ou ignorar suas normas e caturrices, outros não.

Porém, se queixas e elogios sobre Arantes se alternam, foi possível conhecer um incômodo quase generalizado entre os entrevistados, que se viam separados não apenas de gerentes e encarregados, mas de alguns colegas com quem tinham convívio próximo. Para desagrado de muitos entrevistados, o refeitório da Cajuba era divido em dois, um para encarregados e gerentes, o "principal", da "elite" ou o nº 1, e outro para os demais trabalhadores, o da "peãozada" ou nº 2. Alguns entrevistados não chegaram a reclamar disso, mas reconheciam a existência de algumas queixas sem dar corpo a protestos ou questionamentos em contrário – para estes, era apenas um incômodo com a flagrante distinção material e simbólica que a divisão do ambiente criava. Quando Arantes chegou na Cajuba ela já existia, mas ele não a extinguiu.

O refeitório ocupava um prédio inteiro, vizinho ao Elefante Branco, e era separado ao meio por paredes que definiam o espaço da cozinha, que atendia aos dois lados. O acesso a cada ambiente acontecia por portas distintas e apenas na parte dos gerentes era possível se servir à vontade, enquanto na outra havia um funcionário que servia o trabalhador, que se quisesse mais uma colher de arroz ou concha de feijão teria de pedir por isso – um detalhe, mas não insignificante. É quase consenso que a comida servida era muito parecida, com variações pequenas, como uma sobremesa que tinha de um lado e podia faltar no outro, no máximo, e ninguém mencionou que a comida fosse limitada de um lado e do outro não. O técnico Ademir assistiu à instalação do maquinário industrial na Cajuba e conta que o refeitório "foi construído assim, sempre foi assim", mesmo quando nem tinha paredes de tijolo, "mas era de madeirite até"[77]. Seu cargo permitia que ele frequentasse o refeitório da gerência, mas aconteceu de ele almoçar no outro:

---

[77] Entrevista com Ademir Vieira de Melo, 8 nov. 2021.

> eu almocei, não foi por essa questão de ir *pra* querer enfrentar, nem querer mostrar isso ou aquilo, não. Eu fui por uma questão de vim com uma pessoa, conversando com uma pessoa que trabalhava comigo, e eu vinha conversando assunto de trabalho [...] e eu entrei e almocei no outro lado [...] não foi *pra* enfrentar ninguém.

A comida era praticamente a mesma e Ademir só notava diferenças para melhor quando diretores chegavam ali de Salvador: "quando era nós, aí tinha pouca diferença, mas quando a diretoria vinha tinha uma diferença maior". E nesses dias, a comida melhorava em ambos os refeitórios, conta ele.

Coliseu, que trabalhava no escritório, mas não comia com a gerência, permaneceu na Cajuba até os anos 2000, e viu a parede central ser derrubada só bem depois de Arantes ter saído de lá, quando a empresa, já vendida a outro grupo, tentava se adequar às exigências do selo ISO. Ele conta que os trabalhadores se queixavam da diferença, mais simbólica que material, contudo, ninguém tinha coragem de reivindicar qualquer mudança, o que ele associa às demissões pós-greve – a única greve citada páginas atrás, em que Bodinho tomou parte, que, portanto, exerceu algum efeito sobre aqueles trabalhadores, ainda que tão episódica[78].

Nadja, que sempre se deu muito bem com Arantes, só reclama do cozido que às vezes era servido e defende o chefe: "era dividido, mas ele já chegou e encontrou dividido, não foi ele"[79]. Valdice também trabalhou no Elefante Branco, e exclama: "sempre bati ponto! Ah, eu não fazia parte da elite, não!". Por isso, ela comia no refeitório nº 2: "eu achava um absurdo [...] mas a comida sempre foi maravilhosa". E ela critica o gerente pela manutenção da hierarquia: "Seu Arantes não era esse bonzinho, não!"[80]. Se a diferença da comida servida era insignificante, o depoimento de Valdice revela uma diferença nada desprezível no cotidiano de trabalho numa cidade do semiárido baiano. Apesar de sempre ter batido ponto e comer no refeitório dos trabalhadores, ela festeja a rotina do serviço na sala em que trabalhou no Elefante Branco: "nós sempre fomos *top*: sempre teve ar-condicionado!". Ao contrário dela, Grecion, técnico gabaritado, que podia até enfrentar Arantes, não trabalhava no ar-condicionado e, se podia recusar-se a viajar na carroceria de um caminhão, comia junto com outros trabalhadores da fazenda e da indústria: "eu comia com a peãozada", conta ele[81].

---

78 Entrevista com Coliseu José de Santana, 8 nov. 2021.

79 Entrevista com Nadja Maria Oliveira, 10 nov. 2021.

80 Entrevista com Valdice Teixeira de Souza, 25 ago. 2021.

81 Entrevista com Grecion dos Santos Antunes, 1º set. 2021.

As diferenças refletidas no acesso ao refeitório da Cajuba hierarquizavam seus funcionários, porém, essa era apenas uma de outras diferenças simbólicas, mas com pequenos efeitos práticos, que os distinguiam de superiores e entre si – como uma sala com ar-condicionado ou o tipo de transporte usado. Valdice, Marlene, Nadja, Ademir, Coliseu, Grecion, todos são trabalhadores e suas diferenças se revelam nas queixas que eles manifestam, nos termos de suas relações com colegas ou chefes e na forma como lidam com seu passado, reivindicando incômodos, pequenos orgulhos ou boas relações com chefes e colegas.

Era incomum que funcionários que podiam usar o refeitório principal escolhessem almoçar no outro e, em caso de promoções, os promovidos tinham de lidar com a cisma de colegas. Quando Marlene se tornou encarregada e passou a almoçar no refeitório nº 1, ela ouviu piadas de funcionários que trabalhavam no conforto do Elefante Branco e na hora do almoço se sentavam com a peãozada[82]. O mesmo aconteceu com Celita, que entrou na Cajuba almoçando no refeitório dos trabalhadores, e depois passou a acompanhar os chefes:

> inicialmente eu participava do refeitório do povão, *né*?! Mas no decorrer do tempo eu fui sendo promovida de auxiliar e tal, até quando cheguei a encarregada do setor [...] Seu Arantes me chamou, *a partir de hoje você vai frequentar o refeitório nº. 1*. Aí eu, *mas Seu Arantes, não precisa não, eu prefiro ficar lá mesmo com minhas colegas*, e tal. Aí ele, *não, não senhora* [...] Eu fiquei chateada no início porque eu tinha umas colegas, *né*?![83].

O agrônomo Eduardo, marido de Maria Amélia, deveria frequentar o refeitório principal, mas segundo sua esposa, recorrentemente almoçava com seus subordinados: "ele deixava de ir com os gerentes e ia *pro* da peãozada, ele se sentia melhor"[84]. Para Maria Amélia, "isso aí incomodava Arantes", que várias vezes teria dito:

> **Arantes:** – Eduardo não tem postura!

Para o velho gerente, algumas hierarquias tinham de ser conservadas. Celita também garante que se dependesse de sua vontade não teria trocado de refeitório: "eu nunca tive nada disso, eu achava desnecessário [...] mas Seu Arantes insistiu, *não, a norma é essa*". Celita estava acostumada a almoçar com

---

[82] Entrevista com Marlene dos Reis Oliveira, 29 ago. 2021.

[83] Entrevista com Celita Pereira dos Reis, 25 ago. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

[84] Entrevista com Maria Amélia Oliveira Santos, 3 out. 2021.

as colegas todo dia: "a gente descia do escritório todo mundo junto, *né*?!", mas a promoção, ainda que nada exponencial, a indispôs com colegas. "Você sabe que sempre pinta aquela inveja, aquela coisa, *né?!*", relembra ela, que escutou comentários como: "*ah, você agora é chefe*". Ela passou a ir e voltar sozinha no trajeto entre o Elefante Branco e o refeitório: "eu senti essa dificuldade no início, não é?! Depois foi eu tentando conciliar".

FIGURA 111
Refeitório nº 2 da Cajuba em dia de comemoração

Fonte: acervo da Sono Internacional.

A separação no refeitório da Cajuba criava incômodos para trabalhadores e até para alguns encarregados. A julgar pela amostra de opiniões registradas aqui, esse era um incômodo mais difundido entre os entrevistados que os rigores de Arantes, talvez porque as distinções criadas pela separação ferisse convívios estabelecidos no cotidiano de trabalho, como acontecia com Ademir e Eduardo, técnicos da fazenda que preferiam comer ao lado dos trabalhadores com quem dividiam uma jornada na área rural da Cajuba, ou mesmo com Celita, que quando teve de mudar de refeitório e se viu momentaneamente afastada de colegas com quem se habituara a almoçar e enfrentou a resistência delas. Os efeitos que algumas hierarquias criavam entre os trabalhadores e os gerentes, no seu cotidiano ou nas memórias que eles constroem sobre ele, são diferentes. Por isso, para os ex-funcionários da Cajuba, Arantes pode ser um general rigoroso, um diplomata habilidoso, um conselheiro paternal ou até um *véio filadaputa*. Mas para ele próprio, ele era no fim das contas um cidadão muito respeitado, como consignou em sua autobiografia.

Um cidadão muito respeitado

Fora da Cajuba e do condomínio, o lugar onde Arantes era mais frequentemente visto em Nova Soure era a única banca de jornais da cidade, ponto fixo na memória de todos os entrevistados, que se lembram de vê-lo assiduamente nela – mas na igreja ele também ia, ao contrário de muitos entrevistados, que por isso não o encontravam por lá. Aos domingos, depois da missa, Arantes era presença certa na barraca de Antônio Fernandes da Silva Filho, conhecido como Fernando da Barraca. Ele garante que Arantes circulava pouco pela cidade: "só saia *pra* vim aqui buscar o jornal dia de domingo. Ele não era de sair do condomínio, não. Aqui ele não andava em lugar nenhum, era da Cajuba, do condomínio *praqui* na barraca", que ficava a um quilômetro do condomínio e a poucos passos da igreja matriz da cidade[85].

FIGURA 112
Eventual trajeto que Arantes poderia fazer a pé do condomínio à barraca de Fernando

Fonte: Google Maps (2023).

Fernando vendia cerveja, mas Arantes não se servia: "nunca bebeu, ele chegava nove horas, o jornal chegava dez horas, ele saia meio-dia batendo

---

85 Entrevista com Antônio Fernandes da Silva Filho, 8 nov. 2021. Usada no parágrafo seguinte.

papo". Nem por isso o consumo de Arantes era saudável: "o problema de Arantes foi que ele fumou muito, um pacote de cigarro por semana, dez carteiras, ele comprava toda semana *as pilha* em minha mão". Fernando garante que odeia cigarro, mas segundo muitos entrevistados, ele permitia que Arantes fumasse dentro da barraca, um privilégio negado a qualquer outro fumante – e Fernando não se defende, apenas desconversa. Ele, porém, se lembra que Arantes só fumava Carlton e seu jornal também não mudava: "só *A Tarde*. Ele às vezes pegava a *Tribuna pra* olhar", ao contrário de outro cliente certo, "Zé da Luz lia *Tribuna*, mas ele [Arantes] era só *A Tarde*". O próprio Zé da Luz explicou os motivos da sua preferência: "naquele tempo eu só lia a *Tribuna*, *A Tarde* eu não queria nem ver, porque era direitista *pra* caralho e eu não lia. Lia a *Tribuna*"[86].

Fernando considera Arantes um amigo, ainda que nunca tenha ido à casa dele para provar da feijoada de Morena, com quem não teve nenhum contato, e não nega: "ele era mal-humorado mesmo [...] era de pouca conversa [...] Ela era razoável comigo, como a gente não tinha contato de trabalho, a gente ficava mais aberto". Fernando conheceu as rabugices do gerente, que sem tempo de pegar os jornais da semana, às vezes pedia que funcionários da Cajuba levassem seu exemplar: "Arantes era tão retado [que] se abrisse o jornal ele percebia. Ele chegava aqui, *Fernando, quem abriu meu jornal?*". Fernando tinha que jurar que o jornal saiu dali fechado.

FIGURA 113
Barraca de Fernando

Fonte: acervo de Messias Damião de Macêdo.

A intensidade de suas manias é tão lembrada quanto o seu critério de leitura: Arantes só lia *A Tarde*, o impresso de maior circulação no estado. A importância dessa informação é soprada pela recusa franca do petista Zé da Luz em ler a folha ("direitista *pra* caralho"). Nos anos 1990, com certeza havia um jornal mais alinhando com a direita baiana: o *Correio da Bahia*, propriedade da família Magalhães, que até o final da década seria o segundo jornal em tiragem no estado. Mas nem colegas, nem familiares de Arantes se lembram de vê-lo

[86] Entrevista com José Raimundo Costa Luz, 9 ago. 2021.

com um exemplar do *Correio*. Em Salvador, seus filhos e netos também precisavam respeitar a integridade do jornal de Arantes, que o recebia em casa, porque assinava o *A Tarde* havia décadas, razão pela qual sua última agenda conservava o número de atendimento para assinantes do jornal, anotado à caneta por ele mesmo[87].

E como seu gosto pelo *A Tarde* é tão amplamente lembrado e porque essa preferência insinua afeições ou rejeições de sentido político-ideológico, era de se esperar que pelo menos algum de seus colegas, subordinados e vizinhos de Nova Soure guardasse impressões sobre o que Arantes pensava em termos da política partidária baiana, já que nem entre seus familiares é possível conhecer uma resposta definitiva. Fernando da Barraca distinguia bem as peculiaridades de seus clientes e passava horas papeando com Arantes aos domingos, mas não sabe opinar: "ele não falava de política, não. Não citava política. Política zero. Eu também sempre gostei mais de futebol, era um ramo que a gente conversava sempre"[88]. Ao contrário do cliente, Fernando é Bahia, o que não impedia uma boa relação entre eles, como garante Fernando – no que é acompanhado pelas línguas zombeteiras da cidade, que insistem que Arantes recebia um tratamento privilegiadíssimo ali.

Jurandir conta que ele e Arantes não tratavam do assunto: "pelo menos *pra* mim ele nunca falou [...] nós não gostávamos de política, nem eu, nem ele"[89]. Segundo Nadja, a mãe dela, que conversava mais com Arantes no restaurante onde ele às vezes almoçava, poderia até saber, mas ela mesmo não: "nunca vi, nunca percebi. Eu percebia que ele era alheio, ficava na dele"[90]. Marlene trabalhou bem perto dele e é uma das poucas pessoas que o consideram conversador, além de conselheiro, mas só pôde oferecer um palpite: "rapaz, me parece que ele era contra ACM, se eu não me engano [...] eu não tenho certeza [...] é algo que você entende por uma palavra ou outra, mas não que ele falasse abertamente"[91]. Enquanto trabalhou ali, Cristina não escutou Arantes tocar no assunto: "não, nunca vi nenhuma manifestação dele", no entanto, ela não tinha dúvidas que Beth, a assistente social, era petista, assim como ela, "meu primeiro voto foi em Lula [...] mas de Arantes nunca percebi, nunca vi nenhum comentário a respeito de política". Para Cristina o silêncio de Arantes

---

87 Entrevista com Valter Rui Arantes, 26 jul. 2021; Entrevista com Mateus de Arantes, 24 nov. 2021; Entrevista com Laurinha Arantes, 19 out. 2022; *Última agenda telefônica de Arantes*, não datado. Acervo da família Arantes.

88 Entrevista com Antônio Fernandes da Silva Filho, 8 nov. 2021.

89 Entrevista com Jurandir Paes da Silva, 19 ago. 2021.

90 Entrevista com Nadja Maria Oliveira, 10 nov. 2021.

91 Entrevista com Marlene dos Reis Oliveira, 29 ago. 2021.

era estratégico: "dificilmente você via ele envolvido em polêmica dentro da empresa, entendeu?! Era *sim* ou *não* e acabou [...] Muita gente usa isso de estratégia porque quando você não mostra que lado que você *tá*, você é abraçado por todos os lados e aí é conveniente"[92].

Beth confirma seus votos à esquerda e também nunca conversou sobre este assunto com Arantes, mas analisando os valores que identificava nele arriscou um palpite: "eu sei que ele era muito conservador. Em tudo! A gente não conversava sobre isso, mas eu acho que ele era mais *pro* lado da direita, mas isso aí é uma impressão minha". E não era só Arantes que ela considera conservador, Morena também: "totalmente conservadores, todos dois [...] aquela família conservadora, tradicional"[93].

No convívio que Maria Amélia teve no condomínio com Arantes e Morena, esse tema era igualmente ignorado: "Se tinham, eles não me passaram". Mas, a julgar pela política que orbitava a Cajuba, o Banco Econômico e a cidade de Nova Soure, ela arrisca: "com certeza a linha de Arantes era carlista, Ângelo Sá [presidente do Grupo Econômico] jamais colocaria alguém de esquerda lá"[94]. Deraldo pensa parecido: "Arantes nunca se abriu a esse ponto de revelar *pra* gente quem seria a liderança [política ou partidária] dele [...] mas no meu ponto de vista ele não votaria no PT"[95]. Ele pensa assim porque ouviu Arantes criticar greves: "Nas entrelinhas das conversas ele fazia crítica ao PT [...] era a impressão que ele passava *pra* mim [...] Mas sinceramente eu não sei *pra* que lado ele pendia". Recorrendo a muitas ressalvas, Deraldo revelou seus votos, se esforçando para justificá-los: para presidente já votou em Marina Silva (REDE) e Ciro Gomes (PDT) e em eleições estaduais em Waldir Pires (então no PMDB), "mas me decepcionei", e no pefelista Paulo Souto, "mas nunca votei em Antônio Carlos [...] mas também nunca fui de encontro à ideia de progresso que ele trouxe *pra* Bahia". Por tudo isso, e aparentemente sem se constranger com eventuais contradições, ele se considera um socialista e palpita sobre os motivos do silêncio de Arantes sobre o tema:

> eu acho que pela função que ele exercia, ele tinha medo de dizer em quem ele votava e aí ele se segurava. Não era nem fingimento, era mais *pra* não se expor à diferença política e isso não trazer para a empresa consequências futuras [...] Apesar de eu achar que eu era socialista, nunca votei no PT também.

---

92 Entrevista com Raimunda Cristina de Souza Dantas Xavier, 11 out. 2021.

93 Entrevista com Elizabeth Galdino Vilela Dourado, 1º nov. 2021.

94 Entrevista com Maria Amélia Oliveira Santos, 3 out. 2021.

95 Entrevista com Deraldo Ferreira da Silva, 13 set. 2021.

Assim como Deraldo, o discreto Arantes poderia viver sob uma lógica político-eleitoral bastante própria, sem se sentir desligado de qualquer princípio que incluísse o bem dos trabalhadores como meta, fosse em termos coletivos ou individuais. E a hipótese aventada por Deraldo de que Arantes segredava o voto por temer retaliações patronais não se sustenta porque mesmo em família ele era reservadíssimo.

Por mais politizado que fosse – ou por isso mesmo – Zé da Luz também não chegou a ouvir comentários de Arantes que sugerissem suas predileções político-partidárias: "que eu me lembre não [...] Eu sempre fui politizado, mas com ele nunca falava de política". E o encarregado pondera: "é claro que desde aquele tempo eu tenho meu lado, minha tendência política é uma, e pode ser que a dele seja outra". Como se identifica como alguém "bem de esquerda", Zé da Luz oferece sua opinião sobre um eventual posicionamento político de Arantes pautado nos valores que ele mesmo carrega:

> pela maneira que ele é, um cara humano, verdadeiro, quem é humano, verdadeiro e sincero e profissional, o lado dele eu acho que é o lado que eu sou [...] o meu lado, por exemplo, eu sou uma pessoa socialista [...] ele sempre se lembrava de ajudar as pessoas [...] tinha aquele lado social dele. Então quem tem esse lado jamais pode ser, com o respeito àqueles que o são, esses direitistas da vida, que só pensam no umbigo[96].

A lógica de trabalho valorizada por Zé da Luz, ainda que influenciada pela passagem do tempo e por seu respeito à memória de Arantes, não se apresenta ferida pelos rigores cotidianos do gerente que, para Zé da Luz, conciliava preocupações sociais e profissionais, por isso, não poderia ser comparado aos "direitistas" egoístas. No que ele e Deraldo, que nunca votou no Partido dos Trabalhadores, anuíam.

Ao contrário de Arantes, Zé da Luz tinha partido e nunca escondeu. Ele e Ademir, técnico da agrícola, participaram da fundação do Partido dos Trabalhadores no Soure e mais de uma vez foram trabalhar vestindo camisas ou bonés que anunciavam sua filiação. Nunca foram repreendidos. Ademir, no máximo, ouviu piadas do gerente-geral, Barbosa, dizendo que se José Alberto Martins Catharino o visse daquele jeito seria problema, o que não lhe pareceu um alerta, só uma brincadeira. Ademir não faz ideia sobre quem merecia o voto de Arantes, mas vendo sua proximidade com Barbosa, garantiu:

---

[96] Entrevista com José Raimundo Costa Luz, 9 ago. 2021.

"se Barbosa não sabe, aí ninguém sabe"[97]. Contudo, Ademir desconhecia que Barbosa também já havia sido questionado sobre o assunto e não teve o que responder.

A impossibilidade de Barbosa oferecer uma opinião assertiva sobre esse tema, contudo, não é um problema, senão positivamente ilustrativa. "Rapaz, o posicionamento político [de Arantes] nunca ficou muito claro *pra* mim", contou ele, "eu nunca vi Seu Arantes em uma discussão política qualquer, mas eu acho que ele era um democrata. Mas ele sabia, digamos assim, se moldar à situação". E essa maleabilidade era mesmo necessária, explica Barbosa: "ele estava num ambiente político importante, eu não digo de extrema-direita, mas de direita", um contexto, aliás, semelhante ao de outras empresas onde Arantes trabalhou. Em relação a si, Barbosa se situa mais próximo do que seria um centro político: "eu sou sempre a favor dos mais necessitados, entre os quais eu me incluo [...] mas eu nunca fui contra o patronato, jamais". Ele situa Arantes à sua direita, mas não tanto: "porque, veja só, talvez [...] tenha sido da própria formação dele, [sobre] como respeitar o patrão, respeitar aqueles poderosos, mas sem abaixar a cabeça, sem perder a opinião, sem deixar de falar a verdade"[98].

Além dessas opiniões divergentes e inconclusivas, que confirmam todos os esforços de Arantes para não se envolver em polêmicas e eventuais conflitos, algo crucial para entender o perfil profissional que ele construiu e a mobilidade que alcançou, conquistada e garantida ao longo de anos de trabalho, duas respostas merecem atenção, não só pelo que elas revelam sobre Arantes, mas porque também – tal qual todas as anteriores – expressam a perspectiva de quem responde e sobre como outros trabalhadores se posicionam diante de um tema arriscado. E coincidência ou não, essas duas respostas foram oferecidas por dois dos três únicos entrevistados cuja pele é preta retinta.

Para Genivaldo, Arantes "era um cara totalmente avesso à política": "nunca vi, assim, uma discussão dele a favor de um, contra outro, não. Ele não discutia política, futebol até ele teimava em discutir"[99]. Genivaldo, de sua parte, nem isso: "eu tenho uma leve impressão que ele pensava como eu [...] eu acho que ele era social-democrata, alguma coisa assim nessa linha, entendeu? [...] Eu não tenho uma definição *pra* mim em política, eu não tenho uma definição em futebol, eu torço no momento pelo que mais me aprouver".

---

97 Entrevista com Ademir Vieira de Melo, 8 nov. 2021.

98 Entrevista com Antônio Ubiratan Barbosa, 13 ago. 2021.

99 Entrevista com Genivaldo Pereira dos Reis, 12 e 14 ago. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

Genivaldo já votou no PT e tem suas decepções, por isso considera que Arantes pensaria como ele: "eu diria que Arantes nunca mais votaria no PT", como ele mesmo chegou a prometer, mas, "no primeiro turno [de 2018] eu votei em Ciro Gomes, quando foi no segundo turno que ficou Bolsonaro e Haddad, eu votei em Haddad, porque eu jamais votaria em Bolsonaro [...] Mas eu não tenho uma definição, eu não tenho nada formado, eu sou esquerda, eu sou direita, eu analiso no momento em quem eu vou votar e voto". Depois de deixar a Cajuba, Genivaldo se candidatou à vereança do Soure pelo PFL e não se elegeu, mas garante que nunca votaria em branco: "se tem dois, eu vou ter sempre um lado *pra* escolher", e decerto, assim como no futebol, esse lado será aquele que mais lhe aprouver.

O contador Paulo também ofereceu uma resposta rica em detalhes e significados quando o assunto é a opinião política de Arantes e a sua própria:

> **Pesquisador:** – E me diga uma coisa, rapaz, nesse cotidiano tão próximo de Arantes você chegou a ouvir ele falar de política alguma vez?
>
> **Paulo:** – Rapaz, não. Não recordo não. E é uma coisa que eu ia me lembrar bem, porque eu também não gosto. Falava mais do Vitória [...] Eu seria a última pessoa a você perguntar, porque, *ói*, eu odeio política. E hoje eu trabalho com um político [...] meu chefe já foi prefeito aqui por dois mandatos"[100].

Paulo prossegue dizendo que nem lembrava do partido que elegeu seu chefe: "essa coisa de política eu não sei nada, nada, nada. Parece até mentira, viu? Mas é como eu falei. O meu chefe aqui que foi prefeito, eu nunca passei na porta do comitê dele *pra* você ter uma ideia!". E isso era um desafio e tanto, uma vez que da frente de seu escritório Paulo já avistava o comitê de Arivaldo, atualmente filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Mas, dividido entre as calculadoras do próprio negócio e as contas da fazenda do patrão, que ele também assume, Paulo preferia dar voltas bem maiores em seus caminhos a passar na frente de um comitê – pelo menos é o que diz ele, de maneira tão ilustrativa.

Atualmente – como foi possível testemunhar *in loco* – as paredes do escritório em que o polivalente Paulo dá expediente exibem muitos de seus orgulhos: cursos de aprimoração e segurança do trabalho feitos na Cajuba, atestados de sua expertise contábil, fotos de suas apresentações na banda de música da

---

[100] Entrevista com Paulo Cesar Araújo dos Santos, 23 ago. 2021. Usada nos parágrafos seguintes.

cidade, tocando tuba, e certificados das progressões que ele acumula, *dan* a *dan*, na sua faixa preta de caratê. Já no escritório da fazenda de Arivaldo, onde Paulo responde pela contabilidade há muitos anos, foi possível registrar o próprio Ari confirmando a ojeriza pela política de seu funcionário, amigo e compadre – decerto, eleitor também, o que Paulo não conta a qualquer um e, em respeito a isso, não chegou a ser indelicadamente perguntado.

Outra informação valiosa registrada por Ari é que Paulo é o padrinho de um de seus três filhos – e ele não batizou nenhum dos dois filhos de Paulo. Orgulhoso de sua conduta, Paulo se gabou de seus próprios acessos, como diria Genivaldo: "*pra* você ver, ele [Ari] é inimigo de ferro e fogo do atual prefeito. E o atual prefeito, se eu tiver num lugar bebendo, ele senta na mesa *pra* gente ficar conversando!", ainda que Paulo "rejeite" tanto a política.

A aparente distância que ele alega manter da política partidária do Soure, longe de indicar qualquer negação da sua parte, escancara suas estratégias individuais para viver e trabalhar na cidade onde se criou e aonde Arantes chegou como forasteiro, mas maduro e escolado. Os sentimentos de autopreservação e o desejo de transitar por diferentes espaços e grupos estão presentes nas histórias contadas por Genivaldo e Paulo, e elas ajudam a entender as escolhas do próprio Arantes ao longo de sua vida e em condições profissionais distintas. Suas predileções políticas, omitidas de tanta gente que conviveu com ele, são só um indício dessas escolhas, determinantes para a construção do perfil profissional que ele almejava e de alguns de seus sucessos. Fazia tempo que Paulo, Genivaldo e muitos outros trabalhadores aqui apresentados sabiam o que Barbosa e Arantes descobriram ao desembarcarem em Nova Soure: eles estavam numa empresa que era a razão econômica da cidade e muito influenciada pela política do município. Conforme Barbosa confessou, ele tinha dificuldade de tratar com os políticos locais, por isso fez de Arantes, que chegara na Cajuba alguns anos antes dele, o seu chanceler. Como Barbosa fez questão de registrar em entrevista, Arantes o ajudou a desatar vários nós, que incluíam os gostos das autoridades locais e até triângulos amorosos de potencial explosivo[101].

Se como sugere John French, astúcia é um adjetivo preciso para qualificar a atuação de trabalhadores em contextos de oportunidades exíguas, sem dúvidas Paulo e Genivaldo, cada um a seu modo, são bem astutos, Arantes, não menos. Para French, sem qualquer sentido pejorativo, o termo define a capacidade de sujeitos da classe trabalhadora manobrarem um leque restrito de opções na lide com esferas do poder político ou patronal e com seus próprios pares a fim de obterem conquistas variadas, que podem ser um aumento

[101] Entrevista com Antônio Ubiratan Barbosa, 13 ago. 2021.

salarial ou o respeito de colegas, chefes e autoridades[102]. E para isso os trabalhadores sabem que nem sempre é necessário torce-lhes o braço, embora muitas vezes aconteça.

Para a fração da classe trabalhadora apresentada neste livro, a convivência é um exercício de aprendizagem que demanda muitas estratégias e a ação individual, que também assume dimensões coletivas, não pode ser menosprezada. Os exemplos oferecidos aqui mostram como os mundos do trabalho são repletos de negociações, vínculos e trocas, e que seu conjunto de experiências não pode ser compreendido isoladamente. Nem em termos verticais, desconsiderando as múltiplas interações e valores que circulavam entre trabalhadores, gerentes e patrões, nem em termos horizontais que desprezem ou superestimem as segmentações de classe, cor, idade, gênero, temperamento pessoal, preferências políticas etc.

As diferenças existentes entre trabalhadores, técnicos e encarregados podiam ora dilatar seus conflitos com gerentes, ora aproximá-los na afirmação de seus próprios interesses. Um motorista, por exemplo, se sentia muito mais afinado com Arantes, de quem estava mais distante na hierarquia profissional, do que com seu superior imediato e conterrâneo, Genivaldo, por quem não conserva as melhores opiniões. Grecion, mesmo se recusando a ser transportado como os boias-frias da fazenda, podia se dar melhor com eles do que com Arantes, embora tivesse muitas diferenças com todos eles. E Coliseu, que não era muito de brincadeira e dirige críticas a Arantes se afirmando através de sua seriedade, considera que o perfil brincalhão de Grecion estava longe do ideal. Além disso, os critérios pelos quais Celita, Genivaldo e o próprio Zé da Luz – esquerdista convicto – afirmam seus orgulhos não negam seu compromisso com as regras do trabalho e que eles se dispunham a respeitar, cedendo e negociando pequenas exceções, para si ou para colegas e subordinados. Afinal, todos eles sabiam que tinham de cultivar bons relacionamentos com as pessoas de seu entorno, com gerentes, porteiros e motoristas, encarregados, políticos da cidade etc.

Foi lidando com todos esses critérios que Arantes passou uma longa temporada na Cajuba, trabalhando, evitando riscos desnecessários e tentando cultivar boas relações sempre que possível: "foi um tempo muito prazeroso porque conheceu várias pessoas e com muitas soube cultivar novas amizades [...] Em pouco tempo Arantes já era um cidadão muito respeitado em Nova Soure, onde gozava da estima do prefeito, juiz da comarca, padre etc. e principalmente da comunidade local".

---

[102] FRENCH, 2022.

Isso tudo, sempre evitando "se meter em bolo", o que, tudo indica, ele aprendeu ainda jovem, em casa, com Dona Laura, transitando pelos dois pavimentos da Boa Viagem como contínuo e em todas as suas experiências posteriores. Mas se dependesse de sua vontade, tudo indica que ele preferia estar em Salvador – uma queixa, que como tantas outras, ele não registraria em seu manuscrito.

* * *

Poucas pessoas do Soure tiveram a oportunidade de ouvir Arantes se queixar. Jurandir escutou suas lamentações sobre a falta de reconhecimento de seus serviços entre os trabalhadores da fazenda e Fernando da Barraca algumas outras. Como eles não tinham vínculos profissionais, "ele abria muito o verbo comigo", contou o comerciante, a quem Arantes se queixou por estar "sacrificando o resto dos dias dele aqui com a empresa que tinha muitos problemas"[103]. Maria Amélia não escutou queixas, mas tirou suas próprias conclusões sobre a presença de Arantes e Morena no Soure: "eu não sei o que ele *tava* fazendo lá, porque assim [...] ele já *tava* aposentado [...] se sujeitar a desafetos? Eu não ficaria, não [...] Eu acho que ele não tinha qualidade de vida ali, não". E é possível que Amélia não esteja errada na sua impressão[104].

O orgulho que Arantes registrou sobre sua vida em Nova Soure com certeza omite seus incômodos e muitos deles podem ser percebidos a partir das entrevistas com gente que conviveu com ele bem de perto. A satisfação que ele demonstrou quando se apresentou como um cidadão respeitado em Nova Soure pode ser utópica, mas não importava: àquela altura ninguém dali leria mesmo o seu manuscrito e ele se sentia à vontade para dizer o quanto era bem-visto. E como mais de uma vez se viu ao longo deste livro, a visão de terceiros sobre os seus caminhos enriquecem a sua biografia.

Apesar de seu protagonismo na reprodução da vida familiar, poucos são os registros de Morena no acervo dos Arantes, sobretudo em comparação com os do seu "maridão". Mas no começo de 1994, ela escreveu uma carta à sua "grande amiga Antônia", a quem conheceu no curto tempo em que o casal viveu em Ituberá. Morena contou novidades, como o esperado retorno de Laurinha ao Brasil e que ela e Arantes estavam morando novamente no primeiro imóvel da família, no térreo do Edifício Opala, o que decerto poupava os joelhos de Arantes, que não teria mais que enfrentar penosamente os três lances

---

[103] Entrevista com Jurandir Paes da Silva, 19 ago. 2021; Entrevista com Antônio Fernandes da Silva Filho, 8 nov. 2021.

[104] Entrevista com Maria Amélia Oliveira Santos, 3 out. 2021.

de escada do Jangada, mas não os seus bolsos, porque ele continuava assumindo muitas das contas de ambos os apartamentos.

Àquela altura, o casal já tinha três netos – Ana Karina e Camila, filhas de Laurinha, e Mateus, filho de Liana – e Morena contou que havia passado o Natal em família: "com o maridão, os filhos e os netos", mas, no Ano Novo "foi cada um para um lado e eu fui com Arantes e Mateus para Nova Soure". O menino Mateus, inclusive, foi fotografado em uma das piscinas que seu avô cuidava com mãos de ferro, próximo ao portão que Bodinho e Eduardo não precisaram derrubar.

FIGURA 114
Mateus, neto de Arantes e Morena, na piscina do condomínio da Cajuba

Fonte: acervo da família Arantes.

Mas a sinceridade epistolar de Morena revela queixas que a caneta autobiográfica de Arantes evitou e que poderiam ser dele também. Ela desabafou com a amiga:

> parece que o umbigo dele [Arantes] foi enterrado lá em Nova Soure. O ano passado Arantes foi transferido *pra* aqui [Salvador] e quando ele estava crente que estava abafando tornaram a levar ele *pra* lá. Nós viemos o ano passado de muda *pra* aqui [Salvador], em setembro de 93 e em fevereiro de 94 tornou voltar *pra* lá e para a mesma casa[105].

[105] Carta de Morena para Antônia, 1994. Acervo da família de Elane Coutinho.

O sonho que Morena não escondia de ninguém – morar numa casa, e não em um apartamento – não estava mesmo contemplado pela vida em Nova Soure. E para ela, decerto para Arantes também, "abafar" significava uma transferência definitiva para Salvador, o que ele nunca conseguiu. A vida em Nova Soure, apesar de não ser onerosa, uma vez que a Cajuba custeava transporte e moradia para seu gerente, separava a família e lhes impunha deslocamentos frequentes e cansativos, por isso a esposa preferia o maridão de vez na capital, ainda que no interior eles vivessem numa casa grande, arejada, com quintal e jardim, exatamente como Morena sonhava – mas não era própria, muito pelo contrário. Para Arantes, o trabalho no escritório no Grupo Econômico também poderia ser menos desgastante e mais prestigiado, no entanto, como ele não era de se queixar, foi a caligrafia de Morena que sugeriu esse seu possível incômodo à pesquisa – e sua letra não devia nada à do maridão. Como boa parte da criação de seus netos ainda dependia do trabalho e da renda desse casal, o esforço ainda seria necessário por algum tempo.

FIGURA 115
Arantes, Laurinha, Camila e Ana Karina na casa do condomínio da Cajuba

Fonte: acervo da família Arantes.

Arantes só foi se aposentar em definitivo mais de um ano depois de Morena escrever à amiga Antônia. No manuscrito, ele registrou: "após completar 49 de trabalho [...] decidiu descansar e no dia 30 de agosto de 1995 solicitou sua demissão da Cajuba, passando a viver nova experiência de vida que ele desconhecia desde 4 de dezembro de 1946, quando começou a trabalhar na fábrica Boa Viagem".

Suas três carteiras de trabalho estavam completas, sem nenhuma queixa anotada, não registravam demissões e informavam um único e brevíssimo interregno profissional em meados de 1986. Ele somava quase cinco décadas e por muito pouco não celebrou suas bodas de ouro como trabalhador, assim como também esteve perto, muito perto, de celebrá-las por seu enlace com Morena.

Aos 65 anos de idade ele se aposentou nos mesmos termos em que viveu e escreveu sobre si. Quando concluiu seu manuscrito, ele tinha ao alcance da memória recente e dos olhos atentíssimos ao caderno de esportes do *A Tarde* as campanhas triunfantes que seu Vitória colecionou nos estaduais de 2002 a 2005, sagrando-se tetracampeão baiano e atenuando, em parte, a sua fama de vice, mas nada disso entrou em seu manuscrito – todavia, nacionalmente, pela primeira vez na história, o time fora rebaixado para a Série C, o que pode ter inibido as glórias de Arantes frente aos tricolores que leriam sua autobiografia. Ele também poderia celebrar naquelas páginas um de seus grandes tentos: a superação definitiva do tabagismo. Mas não o fez. Valter Rui escutou o pai celebrar essa vitória em uma confissão em ambiente privado que não se reproduz em nenhuma outra fonte:

Arantes: – Eu trabalhei por 49 anos e fumei por 49 anos![106]

Sem a companhia das carteiras de Carlton – cuidadosamente afastadas de suas muitas fotografias –, pela primeira vez desde dezembro de 1946, Arantes viveria sem vínculos profissionais e um salário regular, o que, segundo suas filhas e netas, afetou o padrão de vida da família. Para Laurinha, Arantes também sentiu os ventos da mudança não apenas em termos contábeis. Quando contou a Morena que tinha se aposentado de vez, ele escutou da sua companheira de tantas décadas:

Morena: – Agora você vai comer de marmita! Quem vai *pra* rua sou eu![107]

---

[106] Entrevista com Valter Rui Arantes, 26 jul. 2021.

[107] Entrevista com Laurinha Arantes, 19 out. 2022.

Morena se matriculou em cursos, fazia caminhadas matinais, natação e o que mais lhe desse na telha. Ela passava as manhãs fora de casa e ao meio-dia retornava preocupada apenas em saber do marido se a marmita havia sido entregue. Ele, por sua vez, assistia TV e lia o *A Tarde* rotineiramente.

EPÍLOGO

DEU NO *A TARDE*!

Uma vez aposentado, os últimos anos da vida de Arantes não foram dos mais difíceis, mas também não se pode dizer que tenham sido fáceis. Em boa medida eles guardam e confirmam inúmeros aspectos de sua trajetória ascendente e dos limites que ela encontrou. Muito mais impactante que a autonomia reivindicada por Morena – que pode nem ter sido tão disruptiva como a memória humorada de Laurinha sugeriu linhas atrás – foi a sua morte.

"Tudo começou quando no dia 1º de novembro de 1999", escreveu Arantes:

> sua neta Ana Karina chegando a sua casa observou que a sua avó Morena estava com sintomas leves de AVC [...] Após ficar mais ou menos cinco meses prostrada numa cadeira de rodas, Morena faleceu no dia 2 de abril de 2000 [...] Arantes considera este desenlace como o fato mais lamentável na sua vida, durante os últimos 48 anos de sua existência.

Essa perda só não superou as dores que Arantes sentiu na morte da mãe e, segundo suas netas e filhos, a morte de Morena fez todos perceberem sua importância no cotidiano familiar, como uma boa administradora, inclusive. Parte disso o próprio Arantes reconheceu no manuscrito: "após o falecimento da sua esposa, por opção própria, preferiu morar sozinho, por isso teve muita dificuldade para cuidar da casa, mesmo sempre tendo uma serviçal com ele. Apesar de sempre contar com a presença e apoio da sua família, Arantes sentia-se só, principalmente durante a noite".

Mesmo podendo pagar pelos serviços de uma empregada doméstica, o que foi descrito com um tom levemente senhorial, o velho trabalhador se via triste e desolado na solidão do lar[1]. As pessoas mais próximas puderam testemunhar a desorientação que tomou conta do viúvo, que teve de se habituar à aposentadoria e à falta da esposa. Mesmo calçando mais sandálias do que sapatos e despindo-se do relógio em ambientes domésticos, ele não dispensava o crucifixo de ouro no pescoço, nem sempre visível, porque na maturidade ele já não posava para muitas fotos com o dorso descoberto, e uma fitinha do Senhor do Bonfim no pulso – essa sim, sempre à mostra.

FIGURA 116
Arantes já aposentado e viúvo

Fonte: acervo da família Arantes.

Seu sofrimento acabou no começo de 2006, quando ele decidiu se mudar para o Abrigo do Salvador, "instituto que ele já conhecia em virtude de lá residir alguns amigos antigos". Mira, filha adotiva de Dona Doninha e sua amiga de infância, residia no abrigo – onde viveu até 2025 – e Joselito também era um dos conselheiros do lugar, apesar de nunca ter morado lá. O abrigo é uma instituição privada, mas um de seus pavilhões oferece vagas financiadas com recursos públicos, o que reproduz algumas estratificações sociais lá dentro. Era nessa parte que Mira residia, em um quarto coletivo, enquanto Arantes se albergou numa de suas melhores e onerosas alas, no quarto nº 11 da Pousada Everaldina, onde tinha uma suíte com cama de casal e pequenos luxos que podia financiar, como TV a cabo – Sky, como indica sua agenda telefônica. Mas, além dos cômodos, que podiam ser coletivos ou individuais, e de mimos que os idosos recebiam das famílias, eles eram tratados sem distinções: comiam da mesma comida, participavam de atividades conjuntas e dispunham do mesmo acompanhamento médico e psicológico. Ali, portanto, não deixava de haver algumas hierarquias e Arantes não tinha superados todas, assim como não desistia de trabalhar[2].

[1] Entrevista com Ana Karina Valença, 17 e 20 ago. 2021.

[2] Entrevista com Claúdia Quadros Quedes, 8 jul. 2021.

Ele se candidatou a uma vaga na direção do abrigo e teve o pleito acatado por diretores e moradores. O cargo era voluntário e não ofereceria qualquer desconto nas mensalidades de quem o exercia. Arantes participava de decisões sobre o uso de recursos e assinava cheques, propunha melhorias e aperfeiçoamentos etc. A nova experiência profissional pode tê-lo inspirado à leitura de *Serviço Social com grupos*, o único livro técnico que ele tomou emprestado na biblioteca do abrigo[3]. Estava longe de ser somente uma terapia ocupacional oferecida pela instituição, a ponto de sua filha Liana, quando a saúde do pai piorou, ter de exigir que Arantes fosse afastado de todas as responsabilidades financeiras – à revelia dele, claro. Segundo uma ex-funcionária, os diretores não desfrutavam de grandes vantagens, mas acumulavam "capital social" porque tinham voz ativa. Ela se recorda de Arantes demonstrar muito "jogo de cintura" naquele cargo: "ele tinha uma coisa de ouvir um lado e ouvir o outro [...] ao mesmo tempo que ele pontuava as coisas que via que não eram legais, ele também não se colocava contra". Ela prossegue, garantindo a imparcialidade dele:

> como morador do abrigo, ele se posicionava mais, mas como diretor ele procurava não se expor muito [...] Quando tinha uma coisa que ele achava um absurdo ele me chamava em *off* e conversava comigo: 'Minha filha, se cuide, faça tudo seu documentado, não dê vacilo, porque o povo *tá* de olho'. Ele tinha esse olhar. Não no sentido de fofoca, mas no sentido de dar apoio à gente [...] E a diretoria ouvia muito ele.

Àquela altura, Arantes era o único diretor que residia ali, o que fazia dele um ouvidor dos moradores e um conselheiro dos funcionários, colocando em prática o que aprendeu ao longo da vida ou lendo *Serviço Social com grupos*[4]. O amigo José Olympio costumava visitá-lo no abrigo e jura que não se surpreendeu nem um pouco quando ouviu o próprio Arantes dizer que havia assumido um cargo na diretoria: "coisas do Arantes! Isso era exatamente a cabeça do cara!", registrou Olympio para o gravador desta pesquisa[5]. E, embora não fosse tudo que ele saísse contando ou reivindicando por aí, claro que Arantes também não deixaria de posar para fotos em uma de suas mesas de trabalho – a última, aliás.

---

[3] *Registro da biblioteca*, não datado. Acervo do Abrigo do Salvador.

[4] *Registro da biblioteca do Abrigo do Salvador*, não datado.

[5] Entrevista com José Olympio Netto, 7 ago. 2021.

FIGURA 117
Arantes em uma sala da administração do Abrigo do Salvador

Fonte: acervo da família Arantes.

Arantes sempre cultivou seu orgulho profissional e as amostras de que esse sentimento foi cultivado desde cedo, e até o fim da vida, são fartas. Ele ainda trabalhava como contínuo da Boa Viagem e já fazia pose para fotos no serviço, mesmo que fosse nas áreas externas da fábrica, quando, sem dúvidas, já evitava ser considerado um "rato de gravata" por amigos, colegas ou vizinhos (Figura 6). No manuscrito, ele registrou o orgulho de entrar na Boa Viagem como servente, de ser promovido a contínuo e depois alcançar cargos de confiança, uma honra autobiográfica garantida por sua ascensão profissional. No entanto, é certo que a autoestima e os orgulhos desse trabalhador não são uma invenção da posteridade, mas foram construídas ao longo de sua vida com muito esforço.

* * *

Quando Edite leu o manuscrito do tio, ela indicou assuntos e um deles foi inteiramente ignorado: "sim, e por que não [falar] das namoradas?", rascunhou ela no verso de uma das páginas, insistindo no plural que o silêncio do tio escondia. Os porquês dessa omissão não são conhecidos, mas ela converge para outras tantas inferências feitas ao longo de todo este livro, como as reservas de Arantes sobre assuntos que não tinham a ver com o seu trabalho ou que não contribuíam com o perfil que ele imprimiu no manuscrito e, especialmente, o seu trato com as muitas hierarquias sociais de Salvador, algo que ele não havia superado.

Os namoros de Arantes na última quadra de sua vida não eram bem um segredo, só não eram muito difundidos por ele. Ele teve duas namoradas e alguns dos amigos que o visitavam no abrigo nem chegaram a saber disso. "Nunca soube e não era um tema realmente que ele contasse", disse José Olympio. Assim como Barbosa: "sei que ele sempre foi um velho muito gaiato, mas ele nunca me tocou no assunto". Mas Genivaldo soube e apoiou o antigo chefe: "eu passava tardes conversando com ele, eu tive lá algumas vezes [...] ele se envolveu afetivamente com uma senhora, ele

me falou [...] mas eu não tenho muito conhecimento, ele só me falou e eu falei que ele *tava* certo"[6].

Em família, todos conheceram as duas namoradas e testemunharam as diferenças de cada um dos relacionamentos do velho Arantes. A primeira delas não morava no abrigo, mas ia ali para visitar amigas e foi assim que Arantes e Dona Flora foram apresentados. Valter Rui a visitou em casa para entregar um presente e viu que era um excelente apartamento no Cidade Jardim, um bairro de classe média alta de Salvador. O presente era afetuoso, mas singelo, e Arantes questionou o filho:

> – **Arantes:** Como é que você dá um presente simples desse *pra* Flora, Valter Rui?!

Liana, que até então escutava o pai dizer que se alguém o visse de mãos dadas com uma mulher poderia interná-lo em um manicômio, percebeu que depois que o namoro com Dona Flora engatou todas as vaidades do velho Arantes afloraram ainda mais e ele até renovou o guarda-roupa – por gosto ou imperativo social.

FIGURA 118
Arantes em evento do abrigo

Fonte: acervo do Abrigo do Salvador.

[6] Entrevista com José Olympio Netto, 7 ago. 2021; Entrevista com Antônio Ubiratan Barbosa, 13 ago. 2021; Entrevista com Genivaldo Pereira dos Reis, 12 e 14 ago. 2021.

Laurinha sabia que a namorada do pai ocupava um estrato social muito bem remediado, tinha carro com motorista, usava joias, andava muito bem-vestida, e chegou a testemunhar um incômodo do pai: "ele tinha uma cisma porque parecia que a filha dela não gostava do namoro. Ele era muito orgulhoso!". Edite também acompanhou a história, mas de longe, porque o tio evitava tocar no assunto, e sabe que Arantes conheceu a família da namorada, mas não se sentiu abraçado: "ele ficou muitíssimo magoado, porque não foi bem recebido. Você imagine!"[7]. Perguntada, ela descreveu essa senhora com muitos cuidados:

> uma senhora assim, vamos dizer assim, deixa eu ver como eu digo isso para um historiador, mas eu *tô* tipificando, viu? Eu não *tô* valorando nem valorizando nada, eu *tô* tipificando! Como se fosse uma dama, assim, meio branca, o cabelo todo arrumado, preso, esse padrão assim [...] aparentava ser de uma classe social acima da dele pelo modo como ela se trajava. Eu conheci ela.

Todavia, o namoro não engatou, inclusive porque Dona Flora faleceu, e o nome dela não está anotado na última agenda de Arantes, mas nas páginas reservadas à letra F havia o número de uma floricultura. Como suas filhas, netas e sobrinhas informaram, ele sempre adorou presentear as mulheres de seu entorno com flores e não demorou para que engatasse o novo namoro, dessa vez com uma residente do abrigo, cujo nome aparece em sua agenda: Julieta.

Ela vivia em um dos quartos coletivos do abrigo e, como sabe uma ex-funcionária, Dona Julieta residia no Barbalho antes de se mudar para o abrigo e tinha um "perfil" familiar mais próximo do de Arantes, nos termos da própria entrevistada[8]. Aos olhos de Laurinha, em alguns aspectos essa namorada lembrava Morena: "Dona Julieta tinha o jeito de minha mãe, aquele jeitinho, uma pessoa simples". E Laurinha conta que Arantes a presenteava não só com flores: "ele fez ela tingir o cabelo, andar arrumada, porque ela era uma mulher rude, ela parecia fisicamente minha mãe, meio cabocla". Os paparicos oferecidos por Arantes incluíram a visita a um salão de beleza onde Dona Julieta teve as orelhas furadas pela primeira vez. Segundo Liana, essa foi a namorada com quem "de fato ele andou de mãos dadas", dispensando qualquer internamento compulsório, apenas sendo feliz.

---

[7] Entrevista com Valter Rui Arantes, 26 jul. 2021; Entrevista com Liana Arantes, 30 jun. 2021; Entrevista com Laurinha Arantes, 18 out. 2022; Entrevista com Edite Vasconcelos, 23 jun. 2021. seguintes.

[8] Entrevista com Claúdia Quadros Quedes, 8 jul. 2021.

Se dependesse de Arantes, aliás, suas contribuições teriam sido ainda maiores: "a gente deu a maior força *pra* ele ficar com Julieta [...] e ele queria casar com Julieta *pra* ela adquirir direitos, e ela, mulher super honrada, sabe? Ela não aceitou!", conta Laurinha. Tudo indica que Arantes se sentiu bem mais à vontade para se entregar a essa relação e oferecer o que podia ou julgava importante à Dona Julieta, que só aceitou o que quis e aquilo que não ofendia seus princípios, afinal, ali, era ela quem poderia se sentir submetida a provações diversas. Arantes, por sua vez, não parece ter lidado com resistências que o deixassem cismado. Falando dos orgulhos paternos, Laurinha definiu: "painho era o cara! Perfume, o melhor sapato, ele tinha isso, a autoestima dele era alta", e muitas das fotos que Arantes tirou ao longo da vida confirmam isso. Mas claro que ele reconhecia as muitas hierarquias sociais e preconceitos que o cercavam, e todo o seu capricho com roupas, perfumes e sapatos poderiam não bastar para contornar algumas delas.

* * *

Os conflitos que Arantes experimentou criam problemas para a História, que não dispõe de ferramentas analíticas capazes de isolar tantas variáveis e mesmo assim tem de explicá-las. Sem aprisionar as noções de raça e de classe em conceitos fixos ou naturalizados, análises como a que foi apresentada neste livro, que consideram a multiplicidade de marcadores que definem conjuntamente tais conceitos, são capazes de demonstrar os modos como diferentes sujeitos lidaram com os problemas de seu tempo.

Alessandro Portelli percebeu que numa cidade italiana com intensa economia fabril algumas fronteiras de classe se manifestavam por meio de signos variados (local de moradia, modos de falar, gostos musicais), mas, quando os trabalhadores trocavam o macacão de todo dia por distintivos paletós, algumas diferenças de classe se tornavam imperceptíveis, embora os gerentes e proprietários das fábricas não gostassem de ver seus subordinados frequentando os mesmos cafés que eles nas horas de lazer. O que faz Portelli concluir que existe mais de um conjunto de regras pelas quais o mundo pode ser dividido em segmentos culturalmente significativos e quando tais diferentes critérios de divisão se encontram, colidem ou se sobrepõem em bases desiguais, ocorrem crises[9]. E essas crises, com certeza, não afetam apenas os sujeitos históricos, mas também a quem se dispõe a analisar e entender as experiências deles no mundo.

---

[9] PORTELLI, A. Dividindo o mundo: o som e o espaço na transição cultural. Tradução de Helen Hugles e Yara Khour. *Projeto História*, São Paulo, v. 26, p. 47-64, jun. 2003. p. 47.

Na Itália, assim como no Brasil, mesmo que sujeitos das classes trabalhadoras acessem padrões de consumo das elites e possam transitar por seus ambientes, diferenças e fronteiras culturais marcantes os afastam "dos de cima", e em Salvador tal separação era potencializada por desigualdades raciais, como foi demonstrado neste livro. Ainda bem jovem, Arantes pôde trabalhar com uniformes engravatados e tinha seu paletó para as horas de lazer, mas nunca superou os preconceitos em uma cidade onde a cor da pele era sinônimo de subalternidade quanto mais escura ela fosse. O mundo em que ele viveu era repleto de divisões culturalmente significativas (de classe, gênero, cor, idade, letramento), manifestadas a partir de marcadores que vinculam a cor da pele a posições de *status* social. Por sua vez, o ideal de brancura se estabelece em termos diversos: comportamento e jeitos de falar, vestuários, local de nascimento, níveis de escolaridade. Ao cruzar as linhas de classe, um sujeito não branco teria que lutar para fugir de estereótipos imputados à gente de cor por quem se considerava branco: mostrar-se como alguém sem vícios, rigorosamente honesto e cumpridor dos seus deveres, que fosse capaz de manter a família organizada etc.[10].

O racismo é um mecanismo de exclusão pautado em variados critérios que não se manifestam da mesma forma ao longo do tempo, o que justifica abordagens que considerem as diferentes formas de preconceitos e as respostas que eles ensejam em seus respectivos contextos[11]. A cor da pele situa Arantes entre fronteiras raciais de difícil demarcação, assim como sua ascensão profissional embaça definições sobre a sua posição de classe. Angela Figueiredo e Ivo de Santana demonstram como a população preta e parda de Salvador manifesta identificações raciais e compreensões sobre suas experiências racializadas sob influência de suas respectivas condições de classe (renda, tipo de emprego, local de moradia), mas não só por isso, como também por critérios geracionais e escolares, por exemplo[12]. E como Figueiredo alertou, ainda faltam pesquisas sobre os seus recursos para ascender socialmente e para garantir sua permanência em posições ascendentes.

Arantes viveu e ascendeu profissionalmente muito antes dos sujeitos cuja vida inspira os argumentos de Figueiredo e Santana, por isso as peculiaridades do seu exemplo são valiosas. Ele é um exemplo bem-sucedido da força do mito da ascensão generalizada pelo trabalho e de seu caráter excepcional.

---

[10] GUIMARÃES, A. S. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2012; DAFLON, 2017.

[11] SAMPAIO, G. dos R.; LIMA, I. S.; BALABAN, M. (org.). *Marcadores da diferença*: raça e racismo na história do Brasil. Salvador, EdUFBA, 2019.

[12] FIGUEIREDO, 2012; SANTANA, I. de. *Negros de prestígio e poder*: ascensão social, estilos de vida e racismo na cidade de Salvador (Bahia). Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2020.

Embora Arantes tenha se estabelecido em uma posição de classe média, ele não superou o medo rangente da proletarização, da mesma forma que até o fim da vida foi perseguido por estigmas diversos e pautados em critérios instáveis.

Lamentavelmente, por exemplo, não foi possível conhecer detalhes da fala de Arantes, embora seu tom de voz grave esteja gravado em um vídeo citado neste livro e mais de uma pessoa se recorde de seus cuidados com o vernáculo. A oralidade, como Portelli demonstra com argumentos preciosos, é uma porta escancarada para se conhecer algumas marcas que as pessoas carregam, expressas na sua sintaxe, nos seus sotaques, em suas flexões e tantas outras subjetividades que distinguem bastante as elites das classes trabalhadoras[13]. É assim, por exemplo, com as pessoas do Soure, que afirmam de maneira consciente ou não seu pertencimento à cidade, ao contrário de quem não é de Nova Soure. É assim também com muitos outros entrevistados, que marcaram suas personalidades linguísticas, sem deixar de dar margens para julgamentos preconceituosos. Diferenças geracionais, por exemplo, se manifestam com grande frequência na fala dos entrevistados: protegida/*protigida* ou tecido/*ticido*, sendo que os mais velhos abusam do som de "i" em palavras grafadas com "e". Engenheiros com quem Arantes trabalhou citaram seu gosto pelo futebol e a pouca afeição pela cerveja, enquanto trabalhadores falavam em *futebó* ou *ceveja*. Ao tratar do clube do qual foi sócio, José Rial mencionou o Espanhol, que, para um trabalhador que não comprou títulos de clubes, era o *Espanhó*. E uma colega de Arantes que não chegou a ocupar chefias na Concic garantiu que ele não tinha *apelide*. Muitas outras distinções assinalam origens de classe e níveis de letramento que podem não envergonhar os falantes, mas que podem obrigar alguns ouvintes a conterem um riso de pretensa superioridade: conflito/*confrito*, muito/*mutcho*, problema/*pobrema*. São detalhes, mas essas marcas, como as outras, possuem um inequívoco caráter relacional.

Arantes viveu lutando contra muitos preconceitos e foi assim que ele se formou como trabalhador, homem, marido, pai, avô e cidadão. A sua luta para consolidar o perfil pelo qual ele gostaria de ser reconhecido revela a sua busca por dignidade e respeito. Nela, Arantes transformou em marca aquilo que o acompanhava como estigma. É o que revelam suas roupas caprichadas, que contornavam a pobreza; seu cuidado com o vernáculo; seus valores familiares opostos à lascívia que era atribuída à população pobre e não branca; ou seu esmero profissional, que combatia a lassidão ou o despreparo que com frequência são imputados aos trabalhadores.

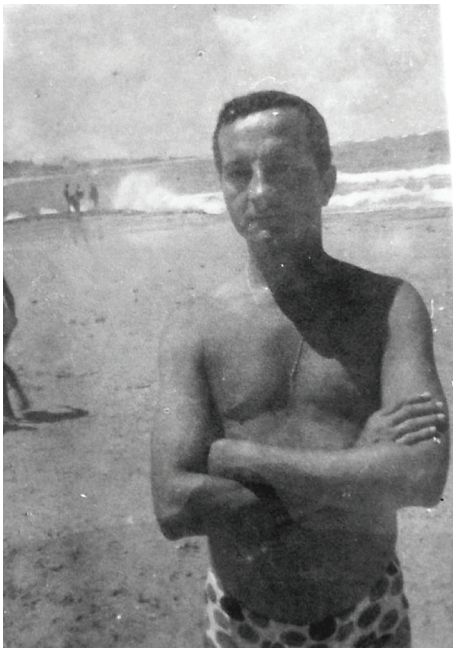
---

[13] PORTELLI, 2003.

O sentido dos marcadores sociais de diferenças só pode ser entendido dentro de uma relação: para uns, eles carregam identificações positivas ou são simplesmente reproduzidos como parte de uma cultura, noutros, eles inspiram preconceitos. As muitas marcas com que Arantes lidou foram demonstradas fartamente neste livro, *pari passu* com as respostas que ele ofereceu, e não restam dúvidas de que ele se afirmou como pôde, sem abandonar algumas das marcas que levava consigo, entre elas, a pele morena, como talvez preferisse classificá-la. Conforme Verônica Daflon demonstrou, a condição parda nunca suscitou um discurso político ou identitário próprio, nem mobilizou repertórios culturais específicos, tampouco esteve ligada a uma percepção aguda das discriminações raciais no país, o que produziu alegações sobre uma "falsa consciência" negra por parte dos pardos, que estariam iludidos com a democracia racial e com a ideologia da mestiçagem[14]. Essa compreensão, contudo, reduz e não explica os esforços para ascender socialmente de um sujeito como Arantes, que recorreu a um repertório de valores bastante amplo.

E, pelo menos nas horas de folga, Arantes não se constrangia em posar para a posteridade de sunga, com o dorso nu, nas praias de Salvador, o que não fazia qualquer mossa na imagem que ele projetava de si.

FIGURA 119
Arantes em uma praia de Salvador



Fonte: acervo da família Arantes.

* * *

A difícil aritmética oferecida por Sabina Loriga (A = x + a), que define "A" como a totalidade de um sujeito a partir da soma de influências externas (a) e ações individuais (x), propõe um desafio biográfico que este livro enfrentou: como explicar esse "pequeno x", que se forma sob múltiplas influências? O "pequeno x" de Arantes, aqui tomado como o "perfil" que ele juramentou no seu manuscrito e se esforçou para personificar em vida, se forjou na luta contra os preconceitos e as desigualdades que

[14] DAFLON, 2017, p. 15-16.

ele enfrentou, que nem de longe perseguiram apenas ele[15]. O exemplo individual oferecido neste livro, que se esforçou para cercar seu protagonista a partir de perspectivas variadas e minuciosas, não limita o alcance dos argumentos apresentados, ao contrário. A dedicação ao trabalho e o apego aos valores que ele representa é apenas uma das respostas que as pessoas oferecem quando vivem perseguidas por estigmatizações em diferentes contextos e períodos. Existem outras, claro: a opção pelo conflito (que inclui recursos judiciais), o silêncio e o gerenciamento da dor, o isolamento ou a busca por inserção em coletivos – possibilidades que às vezes se opõem, mas não se excluem[16].

Não foi fácil para Arantes chegar aonde chegou e sua trajetória não sugere que suas conquistas pudessem ser amplamente alcançadas: homens de pele mais escura, mulheres que tiveram de cuidar da casa, gente que teve menos chances de estudar, com certeza, enfrentaram obstáculos maiores e até impeditivos bem antes de ele vir ao mundo, e mesmo depois de tê-lo deixado. As fronteiras de classe e cor por onde Arantes transitou são complexas e ele superou, mas não completamente, uma cadeia histórica de desigualdades, trabalhando em ambientes diversos, lidando com muitas estigmatizações e recorrendo aos instrumentos que estavam a seu alcance. O trabalho foi o principal deles.

Como se viu, Arantes conservou suas três carteiras de trabalho completamente preenchidas e sem qualquer mácula, um atestado flagrante de seu orgulho profissional. Considerado o documento mais importante pelos trabalhadores, segundo Maria Celina D'Araújo, ela é plena de significados[17]. Como está consignado na segunda carteira de trabalho de Arantes, sob a firma do ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, Alexandre Marcondes Filho, criador do documento:

> a carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examina logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou se ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escala profissional. *Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência* (grifos meus).

---

15 LORIGA, S. *O pequeno x*: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 14-15.

16 LAMONT, M. *et al*. *Getting Respect*: Responding to Stigma and Discrimination in the United States, Brazil, and Israel. [Inglaterra]: Princeton University Press, 2016.

17 D'ARAUJO, M. C. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). *O Brasil Republicano*: o tempo do nacional estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 233.

Arantes entendia o alerta explícito na mensagem e desde cedo dava amostras de se sentir honrado pelos registros em sua carteira de trabalho. Com certeza depois de muitas promoções esse orgulho só aumentou. E tudo indica também que mesmo depois de aposentado, e até a morte, ele se afirmou a partir da condição de trabalhador, garantido por tantas conquistas – pequenas ou grandes, materiais ou estritamente simbólicas.

Dirigentes sindicais do Polo Petroquímico de Camaçari que alcançaram uma ascensão social parecida com a de Arantes, mas que, ao contrário dele, se mobilizaram coletivamente, lutavam pelo desejo de superar a condição operária, e as moedas que lhes garantiriam isso eram muitas e não apenas materiais: a compra da casa própria e de automóveis novos, a mudança de um bairro pobre para um de classe média, o casamento com pessoas de condição igual ou melhor, o consumo daquilo que não chegava à maioria dos trabalhadores, a conquista de prestígio social, controle sobre o tempo livre etc. Os petroquímicos carregavam marcas de diferenciação social materiais e simbólicas e a consciência que eles desenvolveram sobre sua condição operária foi acompanhada, paradoxalmente, pelo desejo de afastar-se dessa condição[18]. Portanto, as conquistas de Arantes não bastam para entendê-lo como um antípoda de trabalhadores sobre quem não se costuma duvidar da posição de classe – muitos desses petroquímicos, inclusive, se tornaram dirigentes sindicais e do Partido dos Trabalhadores.

Em relação aos valores cultivados no chão de fábrica, os de Arantes não eram exatamente opostos. Barbara Weinstein demonstra que a noção que os trabalhadores tinham sobre um colega exemplar não nega a noção patronal, personificada na imagem do operário padrão, e que isso não constitui uma mera reprodução da cultura dominante, mas reflete as experiências e vontades dos trabalhadores: quando projetam a sua imagem de um bom operário, eles podem rejeitar o conceito patronal, mas necessariamente não o substituem pelo oposto, o do ativista sindical. Mesmo no novo sindicalismo, cujas pautas iniciais eram mais próximas dos trabalhadores qualificados, a imagem de um bom trabalhador não negava a do operário padrão, mas fundia seus atributos com os de gente do chão da fábrica. Weinstein também argumenta que o trabalhador bem-sucedido, aquele que possui habilidades, acumula promoções e recebe a confiança do patrão – mas não só dele –, pode desfrutar de um estilo de vida das classes médias sem realmente se estabelecer ali[19]. Ou não é

---

[18] AGIER, M.; CASTRO, N. A. Projeto operário, projeto de operários. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 36, p. 137-176, 1993; AGIER, 1990.

[19] WEINSTEIN, B. The model worker of the paulista industrialists: The 'Operário Padrão' Campaign, 1964-1985. *Radical History Review*, Durham, p. 92-123, 1995.

isso que dizia o próprio Lula em 1978, cuja opinião foi tomada como empréstimo para epigrafar este livro?

Ou seja, ser trabalhador – ou operário – não é necessariamente ser sindicalizado, sindicalista e de esquerda, como recomenda Fernando Teixeira da Silva, mas isso é um dos elementos das disjunções de classe que precisa ser compreendido[20]. É certo, portanto, que Arantes não pode ser entendido fora da sua condição de trabalhador, porque a despeito de seu progressivo afastamento do chão de fábrica e da mobilidade social que ele alcançou, sua trajetória não nega os valores de classe dos quais ele foi tributário. Como indicam Antônio Luigi Negro e Flávio Gomes, trabalhadores de todo tipo (escravizados, libertos ou livres; estrangeiros ou nacionais; com diversos matizes de cor e de ambos os sexos) sustentavam "a crença num bom destino para um bom trabalhador", que era compartilhada por feitores e patrões, e, por isso, muitos não aderiam a mobilizações coletivas, preferindo se alinhar com seus superiores. Em momentos de conflito, um trabalhador temido pelos patrões podia até ser admirado pelos pares, mas nunca venceria a desconfiança deles[21]. E mais do que desconfianças tinham de ser superadas.

Algumas décadas antes de Arantes comemorar sua primeira promoção ao posto de contínuo, o escritor Lima Barreto se ofendia quando era tratado como tal na repartição em que trabalhava como amanuense, um posto mais afastado do prestígio de advogados e juízes, por exemplo, do que dos afazeres de um contínuo. Lidando com um racismo diário e frontal, Lima Barreto entendia o rebaixamento como um estigma da subalternidade atribuída por gente branca a um trabalhador negro como ele: "por que então essa gente continua a me querer contínuo, por quê?", desabafou, "eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo"[22]. Isto também se pode encontrar na ficção ácida de Nelson Rodrigues. Em *Bonitinha, mas ordinária*, uma filha da elite carioca é violentada por quatro negros – os únicos personagens cuja cor foi descrita no texto original da peça –, e para "salvar" a honra dela, seu pai providenciou casá-la com um dos empregados de sua empresa, não um diretor ou gerente, e sim um contínuo pobre. Mas o trabalhador, que aceitou a proposta vislumbrando alguma ascensão social, era sempre lembrado pelo sogro e pela própria esposa de seu passado: ex-contínuo, é como a

---

[20] SILVA, F. T. Breve história de erros e bodes expiatórios: PCB e trabalhadores (1945-1964). *In*: FORTES, A. (org.). *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 183-193.

[21] NEGRO, A. L.; GOMES, F. dos S. "Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho". *Tempo Social*, [*s. l.*], v. 18, 2006, pp. 229-231.

[22] GOMES, F.; DOMINGUES, P. (org.). *Experiências da emancipação*: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011. Apresentação.

mulher o chamava, para que ele não se esquecesse da condição que não seria superada – pelo menos não naquela família[23].

Na ficção ou na realidade vivida, preconceitos diversos perseguem ferinamente trabalhadores não brancos. Arantes conviveu com muitos desses preconceitos, mas aprendeu a ter orgulho de si a partir dos valores que cultivou e dos triunfos que obteve – fartamente descritos ao longo do livro. Seu passado como contínuo não era uma vergonha, como não era para Joel, seu antigo subordinado na Concic, preto retinto, que também chegou a alcançar uma chefia naquela empresa. Para muitos trabalhadores o trabalho não é uma desonra, mas uma ferramenta de luta e afirmação, sobretudo quando oferece recompensas materiais ou abstratas que contribuem para a superação da subalternidade, que é medida por critérios factíveis e subjetivos. A forma como as pessoas lidam com a sua cor e com as suas próprias histórias, portanto, não se desconecta disso.

No começo dos anos 1980, quando Arantes vivia o ápice de sua carreira, Neusa Souza escreveu que o negro que experimentava alguma ascensão social tinha de rejeitar sua identidade: "afastado de seus valores originais [...] o negro tomou o branco como modelo de identificação, como única possibilidade de 'tornar-se gente'", assim, a história da ascensão social do negro seria "a história de uma identidade renunciada, em atenção às circunstâncias que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação". Sua denúncia contra as barreiras enfrentadas pela população preta e parda para ascender tem um efeito política e socialmente necessário, mas não explica aspectos importantes e complexos da vida de Arantes: ele sem dúvidas se apegou a valores sociais caros às elites brancas, mas muitos deles não podem ser compreendidos apenas pelas lentes da cor[24]. Por isso, não parece assertivo atribuir à sua trajetória ascendente, que ele contou e registrou com tanto orgulho, apenas negação ou renúncia. As vicissitudes das classificações de cor inegavelmente estabelecem hierarquias e preconceitos raciais, mas não permitem a filiação definitiva de indivíduos em categorias sociais, assim como a mobilidade alcançada por Arantes não o separa das culturas de classe em que ele nasceu. Sua busca intensa e prolongada por respeito não nega – muito pelo contrário, afirma – a existência de preconceitos, hierarquias e barreiras raciais no Brasil, de classe e de raça também, mas não seria justo exigir dele – ou de qualquer outro sujeito de carne e osso – a filiação

---

[23] RODRIGUES, N. *Bonitinha, mas ordinária*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

[24] SOUZA, N. S. *Tornar-se negro, ou as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

a padrões "genuinamente" negros ou proletários, sejam eles quais forem. Se racismo é antes de tudo um desrespeito, passível de todas as repreensões decorrentes dele, os esforços para obtenção de respeito por pessoas discriminadas são necessariamente antirracistas[25]. E, não é demais repetir, respeito é bom e Arantes gostava.

Diante da elasticidade dos códigos raciais apontadas por Verônica Daflon[26], Arantes pôde eventualmente ser considerado branco, em condições específicas e sob olhares igualmente específicos, como quando virou chefe de vendas da Boa Viagem ou mesmo depois de morto, como atesta sua certidão de óbito. Como indica Lilia Schwarcz, "a identificação racial é quase uma questão relacional no Brasil", por isso, "varia de indivíduo para indivíduo, depende do lugar, do tempo e do próprio observador", além de serem volúveis, "assim como a subjetividade das situações"[27]. Tal variação de classificações sinaliza que as categorias de cor não se definem só a partir da pele de alguém, mas se vinculavam à sua posição social. Assim, na polícia alguns trabalhadores podiam "passar por brancos" balizados por seus postos de trabalho, desde que não fossem suspeitos, como mostrou a Parte I do livro.

Tais hierarquias, pautadas em posições de *status*, além de confundir as fronteiras raciais e de classe, multiplicam preconceitos, mas também forjam identificações. Em vez de eliminar o racismo, elas prescrevem comportamentos para os não brancos a partir de um pretenso padrão "branco", permitindo que pardos, circunstancialmente e sob muitas condições, se movam nas escalas sociais de cor e se tornem "menos negros" ou "socialmente brancos"[28]. Se essa percepção confirma a existência do racismo e das hierarquias raciais, é necessário que a pesquisa histórica também se esforce para entender, a partir delas, como as pessoas lidam com essa realidade sem menosprezar sua agência em nome de qualquer causa ou conceito. Afinal, o "embranquecimento" – idealizado e decerto inalcançável, dado o peso do racismo na sociedade brasileira – é também uma estratégia usada por indivíduos que procuram alcançar mobilidade social ascendente[29].

Arantes personificou as peculiaridades da desigualdade racial soteropolitana e uma parcela significativa dessa complexa realidade sociorracial se

---

[25] GLASGOW, J. Racism as Disrespect. *Ethics*, [Chicago], v. 120, n. 1, p. 64-93, Oct. 2009.

[26] DAFLON, 2017.

[27] SCHWARCZ, L. M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2018. p. 104.

[28] FIGUEIREDO, 2012, p. 22-23;

[29] SCHWARTZMAN, L. F. Does money whiten? Intergenerational change in racial classification in Brazil. *American Sociological Review*, [Menasha], v. 72, p. 940-963, Dec. 2007.

manifesta nos seus cuidados com a própria imagem e em seus esforços para se estabelecer como um profissional de respeito. E não parece exagerado compreender, como argumentado ao longo do livro, que essa foi uma luta contra estigmatizações diversas e em nome de sua mobilidade social. Por isso, como indica Carlos Ribeiro, situá-lo dentro de um *continuum* racial parece crucial para entender sua trajetória:

> mensurar o efeito do contínuo racial, em vez do efeito de variáveis categóricas opondo duas (brancos versus não brancos) ou três (branco, pardo e preto) categorias de cor ou raça, é uma abordagem alternativa para estudar a desigualdade racial e melhor para entender os possíveis efeitos da ambiguidade classificatória no Brasil.[30]

Para este autor, em vez de considerarmos a existência de barreiras ou fronteias raciais, é necessário refletirmos sobre usos e reações relativas aos critérios raciais nas diversas relações e espaços sociais: "a chave para avançar o conhecimento sobre as relações raciais no Brasil é estudar o contínuo racial de forma direta". E esse foi um dos objetivos perseguidos neste livro.

* * *

O livro mostrou que Arantes se rogou muitas qualidades, recebeu muitos elogios e duras críticas também. Mesmo assim, havia opiniões que circulavam por seu entorno quase como consensos, às quais ele podia não se opor e até assumir para si. Por exemplo:

> a experiência da vida revelou um homem que seria amado por todos, pelos pobres e humildes, que viam nele um pai, um professor, e pelos ricos e privilegiados, que encontraram nesse homem um exemplo de administrador progressista [...] as suas vitórias foram fruto do seu esforço pessoal, desde a infância sem brincadeiras, juventude sem estudo e sem distrações, mas com muito trabalho e maturidade precoce. Trouxe em si, por vocação, a tendência irresistível para o trabalho.

Esse panegírico, assinado por uma bisneta, foi publicado para descrever um *self-made man* e não se refere a Arantes, mas a Luiz Tarquínio (1844-1903),

---

[30] RIBEIRO, C. A. C. Contínuo racial, mobilidade social, e 'embranquecimento'. *Revista Brasileira de Ciência Sociais*, [*s. l.*], v. 32, p. e329503, 2017, p. 4.

o fundador da Companhia Empório, onde Arantes e Dona Laura trabalharam[31]. Tarquínio também nasceu na pobreza, era filho de um pai ausente e de uma trabalhadora tenaz – que teve, inclusive, de vencer a escravidão –, não concluiu os estudos e mesmo assim teve uma trajetória bem-sucedida. Se o breve excerto dedicado a um, aqui e ali, poderia satisfazer as opiniões que o outro nutria sobre si – com o endosso de pessoas próximas, inclusive, ainda que de forma às vezes idealizada –, é certo que em seu manuscrito Arantes ignorou solenemente a figura de Luiz Tarquínio, lembrado e celebrado por muita gente próxima dele.

Péricles Madureira de Pinho devotou elogios ao industrial no centenário de seu nascimento e seu livro inspirou Eliana Dumet, a bisneta supracitada, a incrementar a história e os mitos sobre Tarquínio com aquilo que aprendeu em família[32]. E mesmo entre muitos antigos trabalhadores e residentes da vila, gente contemporânea de Arantes, a veneração a Tarquínio se repete – e sem dúvida esse é outro sujeito cuja trajetória ainda precisa ser contada em um trabalho guiado pelos critérios da História. Seu Fernando, octogenário e um dos mais antigos moradores da vila nos anos 1970, estava na iminência de ser despejado de casa, mas declarava saudades do tempo de Luiz Tarquínio, que ele mal chegou a conhecer[33].

Manifestações como as de Seu Fernando, anunciadas por trabalhadores com idades e histórias diversas, aparecem também em outros registros[34]. Na comunidade "Vila Operária Luiz Tarquínio", no Facebook – que guarda a benditа publicação de Laurinha que ensejou esse livro –, circulam diversas imagens do seu patrono com comentários majoritariamente festivos: "esse era o cara!!!!" ou "esse é o cara mais incrível que o Brasil conheceu". Idealizações à parte, entre os Pinto de Souza, família que brigou para não ser despejada da vila no fim dos anos 1960, esse sentimento também se manifestou, mas em termos ressignificados: o advogado que eles constituíram protocolou em juízo suas saudades do tempo em que a Empório "vivia a fase áurea de sua existência, onde pontilhava o trabalho empreendido por Luiz Tarquínio, por isso mesmo ídolo de todos empregados da empresa"[35]. E a despeito do conflito, Walter Pinto de Souza, que viveu o inevitável despejo, repete esses

---

31 DUMÊT, E. B. *O semeador de ideias*: o pensamento, a vida e a obra de Luiz Tarquínio, um empresário de ideias revolucionárias em pleno século XIX. São Paulo: Gente, 1999..

32 PINHO, P. M. de. *Luiz Tarquínio*: pioneiro da justiça social no Brasil. Bahia: Impr. Vitória, 1944.

33 *Tribuna da Bahia*, 2 set. 1974. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 36.

34 CELESTINO, M. Memórias da Bahia II. *Correio da Bahia*, Salvador, p. 21, 2004; VILA Operária Luiz Tarquínio. Salvador: Instituto de Radiodifusão Educativa do Estado da Bahia, [198-]. (19 min).

35 *Petição*, 4 jul. 1969. APEB, Seção Judiciária, Autos Cíveis 10A-358-14, f. 17-18.

argumentos em entrevista a esta pesquisa: "Luiz Tarquínio não pode deixar de ser citado, porque Luiz Tarquínio teve uma visão tão grande que já parece que previa o que vinha acontecer hoje", citando "a proteção" que ele atribui às casas da vila, "cada uma avenida daquela era protegida por um portão de uns três metros ou mais, e com umas lançazinhas", além da vigilância constante e do impedimento de pessoas estranhas circularem por ali[36]. Mais do que idealizações, portanto, as memórias positivas sobre Luiz Tarquínio poderiam ser usadas também para confrontar os gestores da companhia que descendiam dele e os efeitos da posteridade que atenuam o controle e o poder patronal poderiam influenciar Arantes.

Assim como os autores de relatos como esses, Arantes cresceu à sombra da estátua de Luiz Tarquínio que ocupava o centro da vila e, quando se tornou um de seus administradores, teve até de assumir sua conservação. Mas no manuscrito ele não se permitiu qualquer genuflexão diante do monumento. Nada garante, claro, que ele não admirasse Luiz Tarquínio, aplaudindo suas iniciativas nas conversas em família, por exemplo, porque muitos dos preceitos publicados pelo industrial não feriam a moralidade desse trabalhador. Tarquínio recomendava, por exemplo: "preparar o espírito com a leitura de bons livros", como Arantes mostrou que fez na sua autobiografia. E as diretrizes de Tarquínio com certeza ecoavam nos conselhos que Arantes ofereceu à sua gente mais próxima: a valorização imperativa do trabalho, o respeito rigoroso ao luto, o combate ao alcoolismo, à preguiça, aos jogos de azar e a "devoções pagodeiras". E Tarquínio denunciou privilégios que Arantes também condenaria, como pode ter feito ao se entregar longamente à leitura de *A Toutinegra do Moinho*:

> por experiência própria conhecemos o que vai de miséria em muitas famílias, só porque o acaso as fez nascer de pele branca, aparentadas, ainda que de longe, a fidalgos e opulentos ou porque apontam por parente alguém que frequentou uma academia e obteve um diploma. Esses infelizes, vítimas da falta de conhecimento exato do que é o trabalho, preferem sofrer as maiores privações, ver morrer de fome os filhos, a entregarem-se a trabalhos que eles só julgam próprios para negros, para plebeus ou para quem nunca teve parente rico ou diplomado[37].

---

[36] Entrevista com Walter Pinto de Sousa, 11 nov. 2021.

[37] TARQUÍNIO, L. *Preceitos moraes e cívicos*, 1901. p. 6-20, 62-67, 73-76. CEDOC/UEFS, FLP, cx. 20.

Apesar das possibilidades de diálogo e de uma eventual admiração, Arantes sequer citou Luiz Tarquínio em seu manuscrito. Assim como não citou nenhum dos Martins Catharino, a quem esteve diretamente subordinado na Boa Viagem, na Concic e na Cajuba. Como José Rial garantiu, "Arantes era gente dos Catharino", demonstrando a confiança que ele dispunha entre membros daquela distinta família local, com quem os Tarquínio selaram laços profissionais, sociais e familiares[38]. O maior patrono de Arantes nos mundos do trabalho foi Joselito Brito, seu amigo de infância a quem ele devotou todo reconhecimento pelas portas que lhe abriu, embora, no fim da vida, estivesse bem mais próximo de Aderino, a quem Arantes ajudou bastante e sem precisar se vangloriar por isso.

Arantes se vinculou agradecidamente a quem lhe abriu portas, mas sem subserviências a padrinhos da alta sociedade de Salvador, fazendo questão de mostrar que honrou com seus esforços cada oportunidade que recebeu. Com isso ele indicou os alcances e os limites da rede em que se inseriu, que incluía primordialmente pessoas da Boa Viagem, mas ignorava o patrono da fábrica, que se fosse vivo e coerente com tudo que pregou, decerto aplaudiria este trabalhador e só não precisaria premiá-lo com uma casa na vila, como prometia aos operários de seu tempo e pelo que é sempre lembrado, porque Arantes, laboriosamente, dobrou a meta da casa própria cultivada por todo trabalhador: "Arantes sempre agradece a Deus o privilégio de ter comprado dois apartamentos financiados e quitado ambos", escreveu ele.

* * *

Arantes começou o último fevereiro do calendário de sua vida completamente lúcido e bem-disposto, mas não eram apenas seus joelhos que latejavam. Ele convivia com um câncer avançado que dilatava suas dores e a medicina já não tinha como combater a doença. No seu último dia consciente, ele acordou e pôde ler o *A Tarde*, como se habituou a fazer ao longo de várias décadas, até que teve de ser entubado por recomendações médicas. Dias depois, em 8 de fevereiro de 2009, às vésperas de completar 79 anos, Arantes já não reclamaria se alguém folheasse seu jornal antes dele e, para seu azar, ele não pôde se ver naquelas páginas.

Nos dias seguintes o nome de Antônio Honorato de Arantes Filho estava impresso naquela folha, certamente pela primeira vez – de outra forma, eu aposto que este degas teria guardado o recorte entre seus papéis. No obituário do dia 10 de fevereiro seu nome apareceu ao lado de outros cinco, uma informação

[38] Entrevista com José Rial, 27 e 28 jul. 2021.

que não teve de ser garimpada em nenhum repositório, porque é mais uma das fontes que compõem seu acervo familiar. Apenas uma daquelas pessoas, uma mulher, não teve a profissão em vida anunciada – talvez fosse dona de casa. Eram dois médicos, um arquiteto, uma professora e Arantes, apresentado como administrador. O enterro de todos ocorreu no cemitério Jardim da Saudade, um dos mais caros e prestigiados da cidade, que no caso de Arantes já fazia parte do seu contrato de residência no Abrigo do Salvador, que estava quitado e lhe garantia o enterro esperado[39].

Nenhuma daquelas seis pessoas teve a cor da pele mencionada, embora já saibamos que Arantes foi classificado como branco em seu atestado de óbito. E diferente dos outros, que faleceram em leitos particulares, apenas ele faleceu em um hospital onde era assistido por recursos públicos. Já sem poder arcar com os altos custos mensais de um plano de saúde, este trabalhador viveu seus últimos dias na instável condição de classe média que seu trabalho lhe garantia, mas faleceu com o prestígio e o respeito que desejou a vida inteira, fazendo jus ao perfil de administrador que batalhou para construir e manter. Se o *A Tarde* perdeu um leitor, a História ganhou um protagonista que fez de tudo para se afirmar, orgulhosamente, como alguém que esteve na vida a trabalho.

---

[39] *A Tarde*, 10 fev. 2009. Acervo da família Arantes.

ARQUIVOS E FONTES

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp)
Arquivo Histórico Municipal de Salvador
Arquivo Nacional (Rio de Janeiro)
Arquivo Público do Estado da Bahia
Arquivo Público do Estado de São Paulo
Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFBA)
Biblioteca FIEB/SESI (Dendezeiros, Salvador)
Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)
Biblioteca Octávio Ianni (Unicamp)
Biblioteca Pública do Estado da Bahia
Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim (Salvador)
Centro de Documentação e Pesquisa (UEFS)
Centro de Estudos Baianos (UFBA)
Centro de Memória da Bahia (Fundação Pedro Calmon)
Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea/Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Instituto Feminino da Bahia (Salvador)
Memorial do Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região (Salvador)
Núcleo de História Oral e Documentação (Nhodoc/UFBA)
Perkins & Bostock Libraries e Lilly Library (Duke University)
Serviço Social do Comércio (SESC, Dendezeiros)
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Estado da Bahia (Salvador)
Southern Historical Collection (University of North Carolina at Chapel Hill)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (Salvador)
Tamiment Library & Robert F. Wagner Labor Archives (New York University)
US National Archives at College Park (Maryland)

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS DIGITAIS

Biblioteca Virtual IBGE: https://biblioteca.ibge.govol.br/
Family Search: https://www.familysearch.org/
Hemeroteca Digital Brasileira: http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx
Sistema de Informações do Arquivo Nacional: https://sian.an.govol.br/
Fundação Mário Leal Ferreira: http://biblioteca.fmlf.salvador.ba.govol.br/

CONSULTA A DOCUMENTOS PESSOAIS E ACERVOS PARTICULARES

Acervo da Sono Brasil – Industria, Comercio, Importação e Exportação Ltda.
Acervo do Abrigo do Salvador
Acervo do Clube Recreativo Campomar
Acervo Pessoal da família Arantes
Acervo Pessoal de Adelino Vasconcelos Santana
Acervo Pessoal de Antônia Souza de Almeida
Acervo Pessoal de Claudio Arantes
Acervo Pessoal de Deraldo Ferreira da Silva
Acervo Pessoal de Elane Coutinho
Acervo Pessoal de Joselito Brito
Acervo Pessoal de Maria Pinto de Souza
Acervo Pessoal de Marlene dos Reis Oliveira
Acervo Pessoal de Nadja Maria Oliveira
Acervo Pessoal de Paulo Cesar Araújo dos Santos
Acervo Pessoal de Rosane Arantes
Acervo Pessoal de Solange Neves
Acervo Pessoal de Walter Pinto de Souza

ENTREVISTAS REALIZADAS PELO AUTOR

Ademar Cerqueira, 22 out. 2021.
Ademir Vieira de Melo, 8 nov. 2021.
Ana Karina Arantes, 17 e 20 ago. 2021.
Antônia Souza de Almeida, 9 set. 2019.
Antônio Fernandes da Silva Filho, 8 nov. 2021.
Antônio Mário Dantas Bastos, 19 out. 2022
Antônio Ubiratan Maia Barbosa, 13 ago. 2021.
Camila Arantes, 9 ago. 2021.
Carlos Moreira, 5 ago. 2021
Cassio Biscardi, 9 set. 2021.
Celita Pereira dos Reis, 25 ago. 2021.
Cláudia Guedes, 8 jul. 2021.
Claudio Arantes, 18 jul. 2022.
Coliseu José de Santana, 8 nov. 2021.
Deraldo Ferreira da Silva, 13 set. 2021.
Edite Vasconcelos, 23 jun. 2021.
Elizabeth Galdino, 1º nov. 2021.
Genivaldo Pereira dos Reis, 12 e 14 ago. 2021.
Grecion dos Santos Antunes, 1º set. 2021.
Hélio Cesar, 28 jun. 2021.
Hélio Mateus de Arantes César, 24 nov. 2021.
Iodete Alves dos Santos, 16 out. 2021.
Joel dos Santos Santana, 3 ago. 2021.
José Olympio da Silva Netto, 7 ago. 2021.

José Raimundo Costa Luz, 9 ago. 2021.
José Rial Pose Filho, 27 e 28 jul. 2021.
Jurandir Paes da Silva, 19 ago. 2021.
Laura Almeida de Arantes (Laurinha Arantes), 18 out. 2022.
Liana Arantes, 30 jun. 2021.
Maria Amélia Oliveira Santos, 3 out. 2021.
Maria Pinto de Souza, 11 set. 2021.
Marlene dos Reis Oliveira, 29 ago. 2021.
Messias Damião de Macêdo, 18 ago. 2021.
Nadja Maria Oliveira, 10 nov. 2021.
Naide Mary Bonfim Santana Santos, 19 out. 2021.
Nilton José da Conceição, 6 nov. 2021.
Otto Schaeppi, 8 jul. 2021.
Paulo Cesar Araújo dos Santos, 23 ago. 2021.
Raimunda Cristina Batista de Souza, 11 out. 2021.
Roberto Arantes, 23 jun. 2021.
Roberto Muller, 21 out. 2022
Rosane Arantes, 23 jun. 2021.
Simão Aurelino de Souza Filho, 29 nov. 2021.
Solange Maria Barnabé Coutinho, 13 jul. 2021.
Solange Neves Alfano, 2 set. 2021.
Tiana Brito e Roberto Brito, 20 ago. 2021
Valdice Teixeira de Souza, 25 ago. 2021.
Valéria Pereira (nome fictício), 24 ago. 2021.
Valter Rui Almeida de Arantes, 26 jul. 2021.
Walter Pinto de Sousa, 11 nov. 2021.

REFERÊNCIAS

AGIER, M. Lógica da diferenciação social: nota sobre as trajetórias profissionais do novo operariado baiano. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 3, n. 12, p. 98-109, 1990.

ALBERTO, P. L. *Termos de inclusão*: intelectuais negros brasileiros no século XX. Tradução de Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Ed. UNICAMP, 2017.

ALBUQUERQUE, W. Teodoro Sampaio, 'eminência parda' e a 'cor não luzidia': negócios da liberdade e racialização no tempo da abolição. *In*: SAMPAIO, G. dos R.; LIMA, I. S.; BALABAN, M. *Marcadores da diferença*: raça e racismo na história do Brasil. Salvador: EdUFBA, 2019. p. p. 125-153.

ALENCASTRO, L. F. de. *O trato dos viventes*: formação no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALVIM, R. Notas sobre a família num grupo de operários têxteis. *In*: LOPES, J. S. L. (org.) *Mudança Social no Nordeste*: a reprodução da subordinação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo*: (1888-1988). Tradução de Magda Lopes. Bauru: EdUSC, 1998.

ARFUCH, L. *Memoria y autobiografía*: exploraciones en los límites. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2013.

AVELAR, A. de S.; SCHMIDT, B. B. (org.). *Grafia da via*: reflexões e experiências com a escrita biográfica. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

AVELAR, A. de S.; SCHMIDT, B. B. (org.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

AZEVEDO, T. de. *As elites de cor numa cidade brasileira*: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio. 2. ed. Salvador: EdUFBA, 1996.

AZEVEDO, T. de. Fazer a corte, no Brasil: o namoro e a paquera. *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien*, [Toulouse], n. 30, p. 117-126, 1978.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento Urbano e Articulação Municipal. *Plano de Ação Integrada*: Nova Soure. Salvador: Interurb, 1984.

BAHIA. *Plano de ação integrada*: Nova Soure. Salvador: Interurb, 1984.

BAHIA. *Plano de desenvolvimento municipal*: Nova Soure. Salvador: Sebrae/BA, 1998.

BAIRROS, L. O negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980. *In*: REIS, J. J. (org.). *Escravidão e invenção da liberdade*: estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense; Rio de Janeiro: CNPq, 1988.

BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BARATA, A. *Vida de um revolucionário (memórias)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BATALHA, C. H. de M. (coord.). *Dicionário do movimento operário*: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 militantes e organizações. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2009.

BATALHA, C. H. de M.; FORTES, A.; SILVA, F. T. da (org.). *Culturas de Classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

BATINI, T. *Memórias de um socialista congênito*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1991.

BERTAUX, D.; THOMPSON, P. *Between generations*: family models, myths and memories. New York: Oxford University Press, 1993.

BEZERRA, G. *Memórias*. São Paulo: Boitempo, 2011.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. *In*: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (coord.). *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p. 183-191.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília, DF: CNV, 2014. Disponível em: http://cnvol.memoriasreveladas.govol.br/. Acesso em: 23 set. 2023.

BRASIL. *IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. v. 1, t. 4, n. 15.

BRASIL. Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. *Indústria Têxtil Algodoeira*: Comissão Executiva Têxtil (CETEX). Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, 1946.

BRITO, A. M. F. O acervo oral da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade UFBA: possibilidades e desafios. *História Oral*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 31-48, jul./dez. 2022.

CAMPOS, P. As condições de trabalho e organização dos operários da construção civil durante a ditadura. *In*: ESTEVEZ; A. *et al.* (org.). *Mundos do trabalho e ditaduras no Cone Sul (1964-1990)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018. p. 219-239.

CAMPOS, P. H. P. *A ditadura dos empreiteiros*: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. 2012. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012.

CARDOSO, A. M. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: Ed. FGV: FAPERJ, 2010.

CARDOSO, A. M. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. 2. ed. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.

CARVALHO, A. de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, I. M. M. de. *Operários e Sociedade Industrial na Bahia*. Salvador: UFBA, 1971.

CARVALHO, P. M. S. de. *Trabalhadores, associativismo e política no sul da Bahia (Ilhéus e Itabuna, 1918-1934)*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CASTELLUCCI, A. A classe trabalhadora em detalhes: dicionário do movimento operário na Bahia (Império e Primeira República). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: ANPUH-Brasil, 2021.

CASTELLUCCI, A. A. S. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). *In*: MACCORD, M.; BATALHA, C. H. M. (org.). *Organizar e proteger*: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas: Ed. Unicamp, 2014.

CASTELLUCCI, A.; SCHMIDT, B. B. A título de apresentação: biografia e história do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 5-7, jul./dez. 2016.

CASTRO, N. A.; BARRETO, V. S. de S. Os negros que dão certo: mercado de trabalho, mobilidade e desigualdades ocupacionais. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Campinas, v. 9, n. 2, p. 138-154, 1992.

CASTRO, R. *A vida por escrito*: ciência e arte da biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CELESTINO, M. Memórias da Bahia II. *Correio da Bahia*, Salvador, p. 21, 2004.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

CHAVES NETO, E. *Minha vida e as lutas de meu tempo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CHAVES, A. M. Famílias de meninos pobres abrigados na Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim (1825 a 1992). *Interfaces*: Revista de Psicologia, Salvador, v. 2, n. 1, p. 87-101, 1999.

CORDEIRO, L. L. Relações industriais: visão panorâmica. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 62, 1969.

COSTA, E. C. *No Rio dos Papagaios*: histórias, casos e causos Mataripenses. Salvador: Arembepe, 1990.

COSTA, E. C. *O que a história não contou*. Salvador: Arembepe, 1993.

COSTA, E. C. *O que não queriam que eu contasse*. Salvador: Memorial das Letras, 2000.

COSTA, É. M. *Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim*: a inserção de meninos 'pretos' no Pós-Abolição (1893-1927). 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

COSTA, E. V. da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

D'ÁVILA, J. *Diploma de brancura*: política social e racial no Brasil (1917-1945). Tradução de Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

DAFLON, V. T. Mestiçagem. *In*: SANSONE, L.; FURTADO, C. A. (org.). *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador: EdUFBA, 2014. p. 309-329.

DAFLON, V. T. *Tão longe, tão perto*: identidades, discriminação e estereótipos de pretos e pardos no Brasil. [Rio de Janeiro]: Mauad, 2017.

DIAS, E. *Memórias de um exilado*: episódios de uma deportação. São Paulo: [NELCA], 1920.

EAKIN, P. J. *Vivendo autobiograficamente*: a construção da identidade na narrativa. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

FACÓ, L. C. O chefe Rosa. *Blog do Favo*. [*S. l.*], 2 mar. 2015. Disponível em: http://lcfaco.blogspot.com/2015/03/emilton-moreira-rosa.html.

FALCÃO, J. *Giocondo Dias*: a vida de um revolucionário. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

FALCÃO, J. *O Partido Comunista que eu conheci*: 20 anos de clandestinidade. 2. ed. Salvador: Contexto e Arte, 2000.

FALCÃO, J. *Valeu a pena*: desafios de minha vida. Salvador: Ponto & Vírgula, 2009.

FARIAS, C. M. de. Entre lembranças e silêncios: reflexões sobre uma autobiografia feminina. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 238-257, jan./jun. 2009.

FAUSTO, B. *Crime e cotidiano*: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

FEDERICI, S. *O patriarcado do salário*: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERREIRA, J. de M. *Itapagipe de minhas memórias (décadas de 1950 e 60)*. Lauro de Freitas: [*s. n.*], 2005.

FERREIRA, J. P. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. XXI, 1958.

FERREIRA, J.; CARLONI, C. (org.). *A República no Brasil*: trajetórias de vida entre a democracia e a ditadura. Rio de Janeiro: EdUFF, 2019.

FERREIRA, M. de M.; FORTES, A. (org.). *Muitos caminhos, uma estrela*: memórias de militantes do PT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

FIGUEIREDO, A. *Classe média negra*: trajetórias e perfis. Salvador: EdUFBA, 2012.

FORTES, A. O maior 'pelego' do mundo? Fidel Velázquez e o sindicalismo oficial no México pós-revolucionário. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 459-478, jul./dez. 2009.

FRACCARO, G. *Os direitos das mulheres*: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2018.

FRENCH, J. D. *Lula e a política da astúcia*: de metalúrgico a presidente do Brasil. Tradução de Lia Machado Fortes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2022.

FRENCH, J. D. The Laboring and Middle-Class Peoples of Latin America and the Caribbean: Historical Trajectories and New Research Directions. *In*: LUCASSEN, J. (org.). *Global Labour History*: A State of the Art. Bern: [*s. n.*], 2006. p. 289-333

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 1960.* [*S. l.*]: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1060. v. I, t. VIII.

GATO, M. Dialética do feitor. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 533-572, set./dez. 2021.

GOMES, A. de C. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GOMES, A. de C.; SCHMIDT, B. B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

GOMES, Â. de C.; SILVA, F. T. da (org.). *A justiça do trabalho e sua história*: os direitos dos trabalhadores no Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.

GOMES, F. dos S.; LAUREANO, J.; SCHWARCZ, L. M. (org.). *Enciclopédia negra*: biografias afro-brasileiras. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GOMES, F.; DOMINGUES, P. (org.). *Experiências da emancipação*: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

GOOGLE Maps. Disponível em: https://encurtador.com.br/lWxfr. Acesso em: 23 set. 2023.

GUIMARÃES, A. S. A. As elites de cor e os estudos de relações raciais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 67-82, out. 1996.

GUIMARÃES, A. S. A. Operários e mobilidade social na Bahia: análise de uma trajetória individual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 89-92, 1993.

GUIMARÃES, A. S. A. *Racismo e antirracismo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

GUIMARÃES, A. S. A.; CASTRO, N. A. Classes, regimes fabris e mudança social no Nordeste brasileiro. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 3, n. 12, p. 11-32, 1990.

GUIMARÃES, A. S. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2009.

GUIMARÃES, A. S.; AGIER, M. Identidades em conflito: técnicos e peões na Petroquímica da Bahia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 13, ano 5, p. 51-68, 1990.

GUIMARÃES, N. A. *et al*. Trajetórias, atributos e relações: representações sobre redes e obtenção de trabalho. *Redes*: Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales, [*s. l.*], v. 22, p. 106-146, 2012.

HARNECKER, M. *O sonho era possível*: a história do Partido dos Trabalhadores narrada por seus protagonistas. São Paulo: Casa América Livre, 1994.

HOBSBAWM, E. J. *Mundos do trabalho*: novos estudos sobre a história operária. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOYLER, S. O boato: comunicação patológica. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 6, n. 21, p. 59-76, out./dez. 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. v. 1, t. 4, n. 15.

JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

JESUS, T. F. X. de. Determinantes da competitividade e estratégias empresariais: uma análise da evolução da Indústria Têxtil no Brasil a partir da Companhia Valença Industrial. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

KANNER, R. A análise psicológica de tumultos, boatos e greves. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 5, n. 14, p. 105-118, 1965.

KOUTSOUKOS, S. S. M. *Negros no estúdio do fotógrafo*: Brasil, segunda metade do século XIX. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.

LAMONT, M. *et al*. *Getting Respect*: Responding to Stigma and Discrimination in the United States, Brazil, and Israel. [Inglaterra]: Princeton University Press, 2016.

LARA, S. H. Blowin´ the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, v. 12, p. 43-56, out. 1995.

LARA, S. H. Pretos, pardos e mulatos: cor e condição social no Brasil da segunda metade do século XVIII. *In*: SAMPAIO, G. dos R.; LIMA, I. S.; BALABAN, M. *Marcadores da diferença*: raça e racismo na história do Brasil. Salvador: EdUFBA, 2019. p. 17-40.

LEAL, G. da C. *Pergunte ao seu avô*: histórias de Salvador, cidade da Bahia. [*S. l.*: *s. n.*], 1996.

LEJEUNE, P. Autobiography in the Third Person. *New Literary History*, [Baltimore], v. 9, n. 1, p. 27-50, Autumn 1977.

LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico*: de Rousseau à internet. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

LEVI, G. Sobre a micro-história. *In*: BURKE, P. (org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 2011. p. 135-163.

LIMA, H. F. *Caminhos percorridos*: memórias de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LINDE, C. *Life Stories*: The Creation of Coherence. New York: Oxford University Press, 1993.

LOPES, J. S. L. *A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Ed. UnB, 1988.

LOPES, J. S. L. Classe, etnicidade e cor na formação do futebol brasileiro. *In*: BATALHA, C. H. M.; FORTES, A.; SILVA, F. T. da. *Culturas de classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p. 122-163.

LOPES, J. S. L.; ALVIM, R. Uma autobiografia operária: a memória entre a entrevista e o romance. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 105-124, 1999.

LORIGA, S. A biografia como problema. *In*: REVEL, J. (org.). *Jogos de escala*: a experiencia da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998. p. 225-249.

LORIGA, S. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

LOUREIRO, F. P. Balanço das transformações da indústria têxtil paulista nas décadas pós-depressão (1929-1950). *História e Economia*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 55-69, 2007.

LOVEMAN, M.; MUNIZ, J. O.; BAILEY, S. R. Brazil in black and white? Race categories, the census, and the study of inequality. *Ethnic and Racial Studies*, London, v. 8, n. 35, p. 1466-1483, 2011.

MAIA, A. M. *Iate Clube Bahia*: 60 anos de história. Salvador: Iate Clube da Bahia, 1995.

MAIA, A. M. *Yacht 75 Anos*: Yacht Clube da Bahia. Salvador: Palloti, 2011.

MATTA, A. E. R. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim*: de recolhido a assalariado. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

MATTEDI, M. R. M. *As invasões em Salvador*: uma alternativa habitacional. 1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

MATTOS, H. M. M. de. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil Século XIX. 3. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.

MOTTA, R. P. S. Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MUNTEAL FILHO, O.; FREIXO, A. de; FREITAS, J. V. (org.). *Tempo negro, temperatura sufocante*: estado e sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008.

NASCIMENTO, Á. P. Trabalhadores negros e o 'paradigma da ausência': contribuições História à Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016.

NEGRO, A. L. *Não é todo dia que as coisas ocorrem do jeito que a gente quer*: cultura operária, cultura fabril e dignidade do trabalhador. Palestra apresentada no Seminário Culturas Operárias: Trajetórias, Memórias e Herança Geracional. São Paulo: Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo, 30 set. 2015.

NOVAES, G. G. *Tensões e disputas entre cariocas e baianos no universo sambista do Rio de Janeiro (1920-1950)*. 2022. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2022.

O APITO da fábrica. Magé: Fundação Educacional e Cultural, 2013. 1 vídeo (29 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E78_C3nsi5A. Acesso em: 2 jun. 2018.

OLIVEIRA, C. F. de; PRADO, D. *Cícera, um destino de mulher*: autobiografia duma emigrante nordestina, operária têxtil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PAIXÃO, N. R. *Ao soar do apito da fábrica*: idas e vindas de operárias(os) têxteis em Valença/Bahia (1950-1980). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

PAMPONET, J. L. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira*: a Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973. 1975. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

PENTEADO, J. *Belenzinho, 1910*: (retrato de uma época). São Paulo, Liv. Martins Ed., 1962.

PEREIRA, V. M. C. *O coração da fábrica*: estudo de caso entre operários têxteis. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

PIERSON, D. *Brancos e pretos na Bahia (Estudo de contato racial)*. 2. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1971.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, A. O melhor limpa-latas da cidade: a vida e os tempos de Valtèro Peppoloni, trabalhador. *In*: PORTELLI, A. *Ensaios de história oral*. Tradução de Fernado L. Cássio e Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 159-183.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: DEL PRIORI, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 578-606.

REGO, W. G. D. L.; PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família*: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo, Ed. UNESP, 2013.

REIS, P.; ROSSI, M. *100 anos de história, de lutas e glórias*. Salvador: Barro de Chão, 2017.

REIS FILHO, D. A. *Ditadura e democracia no Brasil*: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RENNÓ, C. (org.). *Gilberto Gil, todas as letras*: São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REQUIÃO, H. *Itapagipe*: minha infância na Bahia: contribuição ao 4º Centenário da Cidade do Salvador. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

RIBEIRO, C. A. C. Classe, raça e mobilidade social no Brasil. *Dados*: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 833-873, 2006.

RIBEIRO, F. A. dos S. *A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política*: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973). 2015. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2015.

RODRIGUES, A. da R. *A infância esquecida*: Salvador (1900-1940). 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

SALVADOR. Coordenação de Desenvolvimento Social. *Informações sistematizadas*: bairros de baixa renda. Salvador: Coordenação de Desenvolvimento Social, 1983.

SAMPAIO, G. dos R.; LIMA, I. S.; BALABAN, M. (org.). *Marcadores da diferença*: raça e racismo na história do Brasil. Salvador, EdUFBA, 2019.

SAMPAIO, L. (org.). *Indicador e guia prático da cidade do Salvador (BA)*. Bahia: [*s. n.*], 1928.

SANCHES, M. A. P. *As razões do coração*: namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador, 1889/1950. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SANGIOVANNI, R. F. *A cor das elites*: questão racial e pensamento social através da trajetória intelectual de Thales de Azevedo. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SANSONE, L. *Negritude sem etnicidade*: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador: EdUFBA: Pallas, 2003.

SANSONE, L. Prefácio. *In*: SANTANA, I. de. *Negros de prestígio e poder*: ascensão social, estilos de vida e racismo na cidade de Salvador (Bahia). Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2020.

SANTANA, I. de. *Negros de prestígio e poder*: ascensão social, estilos de vida e racismo na cidade de Salvador (Bahia). Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2020.

SANTOS, C. M.; TELES, E.; TELES, J. de A. (org.). *Desarquivando a ditadura*: memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009. 2 v.

SANTOS, J. T. dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 32, p. 115-137, 2005.

SANTOS, M. *O centro da cidade de Salvador*: estudo de geografia urbana. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, M. O. *O viver na 'Cidade do Bem'*: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio, na Boa Viagem/Bahia. 2010. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SARAMAGO, J. *As pequenas memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAVAGE, M. Classe e história do trabalho. *In*: BATALHA, C. H. M.; FORTES, A.; SILVA, F. T. da. *Culturas de classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p. 26-48.

SCHWARCZ, L. M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. dos S. (org.). *Dicionário da escravidão e liberdade*: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, A. A. *Eu nasci aqui, na maré...*: a luta pela moradia e consolidação do espaço em Alagados. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

SILVA, A. B. A. *Operários têxteis na justiça do trabalho*: luta por direitos em Juiz de Fora na década de 1950. Juiz de Fora: Aquela, 2016.

SILVA, A. B. R. B. *O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital*: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). 2016. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

SILVA, F. T. da. *Trabalhadores no tribunal*: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2016.

SILVA, F. T. da. *Trabalhadores no tribunal*: conflitos e Justiça do trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964. São Paulo: Alameda, 2019.

SILVA, F. T. da. Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos. *In*: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T. da; FORTES, A. *Culturas de classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p. 205-245.

SILVA, G. M.; LEÃO, L. T. de S. O paradoxo da mistura: identidades, desigualdades e percepção de discriminação entre brasileiros pardos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 27, n. 80, p. 117-133, out. 2012.

SILVA, M. A. M. da; QUEIROZ, V. Experiências intelectuais negras: Brasil e diásporas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 77, p. 351-357, 2022.

SILVA, M. E. L. N. da; SILVA, P. S. (org.). *Rastros biográficos*: estudos de trajetórias. Salvador: EdUNEB, 2014.

SOUZA, A. M. G. *Invasões e intervenções públicas*: uma política de atribuição espacial em Salvador: 1946-1989. 1990. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

SOUZA, E. A. O. *Lei e costume*: experiências de trabalhadores na justiça do trabalho: Recôncavo Sul, Bahia, 1940-1960. Salvador: EdUFBA, 2012.

SOUZA, E. A. O. *Trabalho, política e cidadania*: trabalhadores, sindicatos e lutas por direitos (Bahia, 1945-1950). 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOUZA, R. C. de (org.). *Guia da Cidade do Salvador*. Bahia: A Graphica, 1935.

STEIN, S. L. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Tradução de Jaime Benchimol. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Indústria da construção civil da Bahia*: análise comparativa das grandes empresas. Salvador: SEI, 1983.

TELES, J.; IOKOI, Z.; RIDENTI, M. (org.). *Intolerância e resistência*: testemunhos da repressão política no Brasil (1964-1985). São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

THOMPSON, E. P. A venda de esposas. *In*: THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 305-352.

TONHO DO PAIAIÁ. *Zé Ramos*: mais de meio século de política: isto é servir!. [*S. l.*], 26 mar. 2018. Disponível em: https://tonhodopaiaia.wordpress.com/2018/03/26/ze-ramos-mais-de-meio-seculo-de-politica-isto-e-servir-primeiro-capitulo-2/. Acesso em: 23 set. 2023.

TORRES, L. P. M. Não vende a operários, só a compradores de confiança: interações e experiências cotidianas da classe trabalhadora de Salvador (BA) nos anos 1950. *In*: RIBEIRO, F. A. dos S.; MELLO, J. da S. B. de; TORRES, L. P. M. (org.). *Tem pano para manga*: histórias do trabalho têxtil no Brasil. Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2023. p. 199-236.

VAINFAS, R. Apresentação. *In*: VIANA, L. *O idioma da mestiçagem*: as irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007. p. 17-20.

VIANA, L. *O idioma da mestiçagem*: as irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

VILA Operária Luiz Tarquínio. Salvador: Instituto de Radiodifusão Educativa do Estado da Bahia, [198-]. (19 min).

WEINSTEIN, B. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil*: 1920-1964. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade de São Francisco, 2000.

WESCHENFELDER, V. I.; SILVA, M. L. da. A cor da mestiçagem: o pardo e a produção de subjetividades negras no Brasil contemporâneo. *Análise Social*, Lisboa, v. 53, n. 227, p. 308-330, 2018.

WOORTMANN, K. Casa e família operária. *Anuário Antropológico*, Brasília, DF, v. 5, n. 1, p. 119-150, 1981.

YACHT CLUBE DA BAHIA. *Regimento Interno do Yacht Clube da Bahia*. Salvador: Yacht Clube da Bahia, 2024. Disponível em: https://www.yachtclubedabahia.com.br/conteudo/dow/002/dowarq/arq/000367.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

Formato: 18 x 25 cm
Fontes: Platypi | Crimson Pro
Miolo: Papel Off-Set 75 g/m²
Capa: Cartão Supremo 300 g/m²
Impressão: Gráfica md Representações
Tiragem: 500 exemplares

Lucas Porto
É historiador de domingo a domingo, por isso quase não vai à praia – mesmo quando morava de junto dela. Graduado e mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutor pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atualmente é professor de História do Brasil República na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba. É autor do livro *Estratégias de uma esquerda armada* (Edufba, 2017), além de artigos e coletâneas. Mas para escrever este livro, tal como seu protagonista, mergulhou demoradamente na Boa Viagem.

O adágio de Oscar Wilde de que a verdade raramente é verdadeira, e nunca é simples, se aplica com força especial aos nossos esforços para dar sentido aos mistérios da vida de um ser humano. Isso é especialmente assertivo para brasileiros nascidos em famílias negras da classe trabalhadora que raramente deixam registros escritos, que são o pão com manteiga dos biógrafos. Neste livro notável, a pesquisa assídua e a análise empática de Lucas Porto oferecem uma história inovadora da mobilidade social negra na Salvador do século XX através da vida de Antônio Arantes (1930-2009).

JOHN D. FRENCH, professor titular de História e Estudos Africanos e Afro-americanos na Duke University (Carolina do Norte, EUA), e autor de *Lula e a política da astúcia* (Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2022).

fapesb
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

GOVERNO DO ESTADO
BAHIA
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

ISBN 978-65-5630-820-3